



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2372

Sexta-feira - 27 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Doutor Pedrinho.....	276	Matos Costa.....	666
Alto Bela Vista.....	13	Ermo.....	280	Meleiro.....	668
Anchieta.....	16	Faxinal dos Guedes.....	361	Modelo.....	669
Anita Garibaldi.....	17	Flor do Sertão.....	365	Mondaí.....	670
Antônio Carlos.....	18	Formosa do Sul.....	366	Monte Carlo.....	735
Apiuna.....	20	Forquilha.....	367	Monte Castelo.....	736
Arabutã.....	25	Fraiburgo.....	370	Morro da Fumaça.....	737
Arroio Trinta.....	26	Garopaba.....	377	Navegantes.....	738
Ascurra.....	51	Garuva.....	379	Nova Erechim.....	747
Atalanta.....	53	Gaspar.....	380	Nova Trento.....	749
Balneário Piçarras.....	55	Governador Celso Ramos.....	385	Nova Veneza.....	752
Balneário Rincão.....	56	Grão Pará.....	402	Novo Horizonte.....	753
Bandeirante.....	57	Guaramirim.....	409	Orleans.....	757
Barra Bonita.....	67	Guarujá do Sul.....	412	Ouro.....	758
Bela Vista do Toldo.....	70	Herval d'Oeste.....	415	Paial.....	759
Benedito Novo.....	71	Ibicaré.....	418	Palhoça.....	760
Biguaçu.....	72	Ibirama.....	419	Palma Sola.....	764
Blumenau.....	82	Ilhota.....	423	Papanduva.....	765
Bom Jardim da Serra.....	91	Imbituba.....	426	Passos Maia.....	767
Bom Jesus do Oeste.....	98	Indaial.....	430	Paulo Lopes.....	770
Bom Retiro.....	106	Iomerê.....	437	Penha.....	771
Botuvera.....	107	Ipuacú.....	439	Peritiba.....	773
Braço do Trombudo.....	108	Ipumirim.....	440	Pinheiro Preto.....	774
Brunópolis.....	116	Iraceminha.....	444	Piratuba.....	775
Brusque.....	117	Irani.....	445	Planalto Alegre.....	781
Caçador.....	125	Irineópolis.....	455	Pomerode.....	782
Caibi.....	141	Itá.....	456	Ponte Serrada.....	792
Camboriú.....	142	Itapema.....	465	Porto Belo.....	793
Campo Alegre.....	144	Itapiranga.....	466	Porto União.....	795
Campo Erê.....	148	Itapoá.....	467	Presidente Nereu.....	801
Campos Novos.....	151	Ituporanga.....	478	Princesa.....	804
Canelinha.....	161	Jaborá.....	480	Rancho Queimado.....	807
Canoinhas.....	162	Jacinto Machado.....	481	Rio do Campo.....	808
Capinzal.....	188	Jaraguá do Sul.....	482	Rio dos Cedros.....	820
Catanduvas.....	201	Joaçaba.....	579	Rio do Sul.....	809
Caxambu do Sul.....	202	José Boiteux.....	591	Romelândia.....	822
Celso Ramos.....	203	Lacerdópolis.....	595	Santa Helena.....	823
Chapadão do Lageado.....	210	Lages.....	598	Santa Rosa do Sul.....	824
Chapecó.....	213	Laguna.....	599	Santa Terezinha do Progresso.....	825
Cocal do Sul.....	220	Lebon Regis.....	606	São Bento do Sul.....	826
Concórdia.....	221	Leoberto Leal.....	608	São Bonifácio.....	831
Cordilheira Alta.....	226	Lindóia do Sul.....	610	São Carlos.....	832
Coronel Martins.....	240	Lontras.....	611	São Domingos.....	833
Correia Pinto.....	242	Luis Alves.....	633	São Francisco do Sul.....	840
Corupá.....	248	Luzerna.....	634	São João Batista.....	845
Cunha Porã.....	260	Mafra.....	636	São João do Oeste.....	848
Cunhataí.....	261	Maracajá.....	655	São Joaquim.....	850
Curitibanos.....	263	Maravilha.....	659	São José.....	851
Dionísio Cerqueira.....	274	Massaranduba.....	661	São José do Cedro.....	852

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2372

Sexta-feira - 27 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

São Lourenço do Oeste.....	883	Tigrinhos	929	Urussanga	1016
São Miguel do Oeste.....	898	Tijucas	930	Vargem Bonita	1017
Schroeder	900	Timbó	935	Videira.....	1021
Seara	907	Timbó Grande.....	939	Vitor Meireles.....	1024
Serra Alta	921	Três Barras	940	Xanxerê.....	1033
Siderópolis.....	922	Treze Tílias	942	Xavantina	1034
Sombrio.....	923	Trombudo Central.....	997	Xaxim.....	1035
Tangará.....	925	Tunápolis.....	1002		

Associações

EGEM	1040
------------	------

Consórcios

AGIR	1045
CIGA	1045
CIMVI.....	1048
CIS/AMURES.....	1049
CISAM	1055
CVC.....	1055



Água Doce

PREFEITURA

353/2017

Publicação Nº 1412012

PORTARIA Nº 353/2017 – DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 56, § 1º e § 2º da Lei Complementar nº 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder ao servidor LEANDRO DE MATOS, inscrito sob o CPF nº 028.941.769-45, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, de 19/10/2017 a 17/11/2017, 30 dias consecutivos de licença por motivo de doença, visto que o mesmo acompanhará seu pai em tratamento de saúde.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de outubro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

BALANCETE FINANCEIRO 01/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412272

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Janeiro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.090.194,63	ORÇAMENTÁRIAS	1.198.593,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	120.876,82	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.185.915,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.417,05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	803.859,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	2,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.265,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.959.370,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	325.806,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.456,31	INVESTIMENTOS	5.962,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	71,77	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	48.022,39
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.677,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.677,83
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	371.274,17
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	371.274,17
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.415.058,76	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.223.702,76
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	178.445,72	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	101.209,74
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.204.627,14	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	989.307,38
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	50.662,39	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	48.022,39
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	981.323,51	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	935.343,13
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	108.433,20
		RP PROCESSADOS PAGOS	41.386,92
SALDOS ANTERIORES	4.763.995,31	SALDOS ATUAIS	5.475.678,53
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	90.750,98	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.973.856,22
BANCO C/ MOVIMENTO	3.596.755,46	BANCO C/ MOVIMENTO	2.841.264,11
BANCOS C/ VINCULADAS	1.012.606,32	BANCOS C/ VINCULADAS	596.675,65
POUPANÇA	63.882,55	POUPANÇA	63.882,55
TOTAL	9.269.248,70	TOTAL	9.269.248,70

AGUA DOCE, 13/02/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

BALANCETE FINANCEIRO 02/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412273

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Fevereiro
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.188.131,10	ORÇAMENTÁRIAS	1.392.278,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	188.726,53	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.379.988,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	21.220,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	772.014,76
RECEITA PATRIMONIAL	36.599,17	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.639,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.925.381,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	557.580,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.538,77	INVESTIMENTOS	730,36
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.664,82	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	48.023,49
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.289,66
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.289,66
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	436.898,98
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	436.898,98
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.895.860,99	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.513.790,47
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	168.665,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	190.605,72
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.415.507,41	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.264.501,56
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	64.137,53	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	54.760,51
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.247.550,62	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	944.179,11
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	59.743,57
SALDOS ANTERIORES	5.502.375,57	SALDOS ATUAIS	6.243.399,84
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.976.203,12	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.630.809,59
BANCO C/ MOVIMENTO	2.850.996,11	BANCO C/ MOVIMENTO	2.331.440,08
BANCOS C/ VINCULADAS	594.383,65	BANCOS C/ VINCULADAS	192.264,82
POUPANÇA	80.792,69	POUPANÇA	88.885,35
TOTAL	10.586.367,66	TOTAL	10.586.367,66

AGUA DOCE, 15/03/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 03/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412275

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.793.825,45	ORÇAMENTÁRIAS	2.034.885,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	430.992,85	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.022.879,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	49.122,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	776.920,13
RECEITA PATRIMONIAL	-8.961,70	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.494,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.792.760,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	859.878,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.643,18	INVESTIMENTOS	336.561,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	360.063,74	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	48.024,64
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	153.203,71	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.006,44
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.006,44
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	440.776,08
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	440.776,08
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.153.716,01	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.521.606,55
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	199.487,51	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	251.299,96
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.068.401,10	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.838.581,24
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	52.664,64	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	64.681,66
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.833.162,76	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.873.605,69
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	493.438,00
SALDOS ANTERIORES	6.259.881,55	SALDOS ATUAIS	6.210.154,84
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.630.809,59	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.809.491,31
BANCO C/ MOVIMENTO	2.347.921,79	BANCO C/ MOVIMENTO	1.192.041,50
BANCOS C/ VINCULADAS	192.264,82	BANCOS C/ VINCULADAS	176.106,50
POUPANÇA	88.885,35	POUPANÇA	32.515,53
TOTAL	13.207.423,01	TOTAL	13.207.423,01

AGUA DOCE, 12/04/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 04/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412279

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Abril
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.217.392,58	ORÇAMENTÁRIAS	1.713.332,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	152.810,08	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.701.353,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	34.187,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	779.004,67
RECEITA PATRIMONIAL	34.783,99	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.182,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.918.298,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	845.090,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.935,99	INVESTIMENTOS	4.221,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.375,66	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	69.853,70
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.979,48
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.979,48
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	302.432,46
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	302.432,46
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.593.188,83	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.536.953,85
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	176.963,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	180.552,68
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.764.063,23	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.613.832,95
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	72.493,70	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	72.493,70
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.579.668,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.616.275,06
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	53.799,46
SALDOS ANTERIORES	6.210.159,58	SALDOS ATUAIS	6.468.021,89
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.809.496,05	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.057.769,91
BANCO C/ MOVIMENTO	1.191.960,12	BANCO C/ MOVIMENTO	2.281.066,04
BANCOS C/ VINCULADAS	176.106,50	BANCOS C/ VINCULADAS	46.256,56
POUPANÇA	32.515,53	POUPANÇA	82.929,38
TESOURARIA GERAL	81,38		
TOTAL	12.020.740,99	TOTAL	12.020.740,99

AGUA DOCE, 17/05/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 05/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412280

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Maio
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.317.965,99	ORÇAMENTÁRIAS	1.734.702,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	184.925,55	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.722.718,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.923,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	786.963,93
RECEITA PATRIMONIAL	21.032,66	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.165,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.963.369,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	682.875,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.153,89	INVESTIMENTOS	179.677,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	110.560,74	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.035,52
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.984,43
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.984,43
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	453.370,66
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	453.370,66
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.687.235,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.667.531,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	180.016,77	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	180.016,77
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.773.987,17	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.681.237,31
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	72.675,52	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	72.675,52
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.660.556,08	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.659.216,61
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	74.385,44
SALDOS ANTERIORES	6.468.021,89	SALDOS ATUAIS	6.617.618,21
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.057.769,91	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.125.967,09
BANCO C/ MOVIMENTO	2.281.066,04	BANCO C/ MOVIMENTO	2.319.868,01
BANCOS C/ VINCULADAS	46.256,56	BANCOS C/ VINCULADAS	88.853,73
POUPANÇA	82.929,38	POUPANÇA	82.929,38
TOTAL	12.473.223,42	TOTAL	12.473.223,42

AGUA DOCE, 07/06/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 06/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412282

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Junho
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.213.168,77	ORÇAMENTÁRIAS	1.852.483,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	175.825,52	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.840.737,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.370,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.112.148,67
RECEITA PATRIMONIAL	33.204,15	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.404,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.955.692,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	650.535,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.459,12	INVESTIMENTOS	4.401,04
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.617,51	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.248,41
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.746,11
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.746,11
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	662.686,62
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	662.686,62
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.140.547,47	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.870.803,87
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	174.610,31	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	174.610,31
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.013.659,20	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.003.504,80
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	72.888,41	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	72.888,41
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.879.389,55	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.603.657,53
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	16.142,82
SALDOS ANTERIORES	6.617.618,21	SALDOS ATUAIS	6.585.359,97
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.132.491,24	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.722.676,26
BANCO C/ MOVIMENTO	2.313.343,86	BANCO C/ MOVIMENTO	666.505,05
BANCOS C/ VINCULADAS	88.853,73	BANCOS C/ VINCULADAS	112.348,06
POUPANÇA	82.929,38	POUPANÇA	83.830,60
TOTAL	12.971.334,45	TOTAL	12.971.334,45

AGUA DOCE, 06/07/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 07/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412284

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Julho
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.570.430,20	ORÇAMENTÁRIAS	1.910.239,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	121.457,16	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.898.684,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.085,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	835.799,82
RECEITA PATRIMONIAL	27.026,28	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.815,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.137.580,70	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	731.592,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.237,59	INVESTIMENTOS	258.073,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	188.043,45	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.403,48
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.554,76
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.554,76
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	350.449,17
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	350.449,17
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.134.691,73	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.485.089,77
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	188.979,36	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	188.979,36
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.960.914,56	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.939.420,33
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	73.043,48	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	73.043,48
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.911.754,33	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.189.332,13
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	94.314,47
SALDOS ANTERIORES	6.585.359,97	SALDOS ATUAIS	6.544.703,42
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.722.676,26	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.697.195,17
BANCO C/ MOVIMENTO	666.505,05	BANCO C/ MOVIMENTO	723.455,27
BANCOS C/ VINCULADAS	112.348,06	BANCOS C/ VINCULADAS	40.222,38
POUPANÇA	83.830,60	POUPANÇA	83.830,60
TOTAL	13.290.481,90	TOTAL	13.290.481,90

AGUA DOCE, 04/08/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 08/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412285

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Agosto
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.408.525,28	ORÇAMENTÁRIAS	1.745.854,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	158.283,07	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.734.430,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.566,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	799.292,42
RECEITA PATRIMONIAL	24.541,77	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.030,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.885.829,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	709.469,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.898,76	INVESTIMENTOS	152.095,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	303.405,39	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.542,19
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.423,25
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.423,25
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	384.980,10
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	384.980,10
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.989.392,51	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.456.029,78
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	195.577,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	195.577,90
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.785.469,93	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.946.557,81
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	73.182,19	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	73.182,19
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.935.162,49	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.903.549,87
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	337.162,01
SALDOS ANTERIORES	6.544.703,42	SALDOS ATUAIS	6.355.757,14
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.697.195,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.335.617,05
BANCO C/ MOVIMENTO	723.455,27	BANCO C/ MOVIMENTO	869.868,33
BANCOS C/ VINCULADAS	40.222,38	BANCOS C/ VINCULADAS	65.476,72
POUPANÇA	83.830,60	POUPANÇA	84.795,04
TOTAL	12.942.621,21	TOTAL	12.942.621,21

AGUA DOCE, 12/09/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



BALANCETE FINANCEIRO 09/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1412286

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.148.279,35	ORÇAMENTÁRIAS	1.753.372,76
RECEITA TRIBUTÁRIA	112.483,65	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.742.083,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.849,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	823.938,86
RECEITA PATRIMONIAL	18.062,42	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.036,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.963.406,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	829.262,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.514,04	INVESTIMENTOS	15.182,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.962,55	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	70.663,12
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.289,76
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.289,76
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	671.372,55
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	671.372,55
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.731.582,64	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.740.553,14
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	182.504,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	182.504,99
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.773.654,92	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.715.467,38
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	73.303,12	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	73.303,12
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.702.119,61	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.713.933,86
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	55.343,79
SALDOS ANTERIORES	6.355.757,14	SALDOS ATUAIS	6.070.320,68
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.335.617,05	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.391.801,89
BANCO C/ MOVIMENTO	869.868,33	BANCO C/ MOVIMENTO	550.270,30
BANCOS C/ VINCULADAS	65.476,72	BANCOS C/ VINCULADAS	43.012,27
POUPANÇA	84.795,04	POUPANÇA	85.236,22
TOTAL	12.235.619,13	TOTAL	12.235.619,13

AGUA DOCE, 06/10/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora



Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2505, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412443

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do art. 24 da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016, e Art 5 Letra "A" da Lei Municipal nº 708 de 09 de dezembro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento da despesa em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0038	Farmácia Básica
10.301.0038.2.067	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 14.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes da redução da dotação:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0038	Farmácia Básica
10.301.0038.2.067	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 14.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 25 de Outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

Publicação Nº 1411953

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02.2017,
DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Objeto: Processo Seletivo Público de Prova Escrita e de Títulos, para CADASTRO RESERVA de professores, auxiliar de creche e agente de limpeza e copa, no Município de Alto Bela Vista/SC, para atuação em caráter temporário, em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto no Edital, a ser executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia/SC. Telefone (49)3482-3500. Endereço eletrônico: concursos@amauc.org.br. Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 31 de Outubro a 16 de novembro de 2017, somente via internet, pelo site www.amauc.org.br e www.altobelavista.sc.gov.br.

Do quadro de vagas estão disponíveis no anexo I do edital a partir do dia 26 de outubro de 2017. Das vagas: Estão disponíveis os possíveis cargos:

Cargo	Habilitação	Formação	Vencimento ¹
Professor II (20h)	Educação Infantil	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
	Séries Iniciais	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
	Letras / Alemão	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
	Educação Física	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
	Arte	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
	Educação Especial	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
	Informática	Habilitado	1.449,98
		Não Habilitado	975,49
Auxiliar de Creche-(40h)	-	Nível Médio	1.262,18
Agente de Limpeza e Copa (40h)	-	Nível Médio	1.064,93

A íntegra do presente Edital estará publicada nos sites www.amauc.org.br e www.altobelavista.sc.gov.br. Alto Bela Vista/SC, 26 de outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 133, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Publicação Nº 1412440

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue:

§ 1º Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 07/10 a 13/10 – Servidor Marcos Finger;
- b) Do dia 14/10 a 20/10 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- c) Do dia 21/10 a 27/10 – Servidor Adilson Schwingel;
- d) Do dia 28/10 a 03/11 – Servidor Marcos Finger;
- e) Do dia 04/11 a 10/11 – Servidor Adilson Schwingel;
- f) Do dia 11/11 a 17/11 – Servidor Marcos Finger;
- g) Do dia 18/11 a 24/11 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- h) Do dia 25/11 a 01/12 – Servidor Adilson Schwingel;

§ 2º - Servidora na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 07/10 a 13/10 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

- b) Do dia 14/10 a 20/10 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- c) Do dia 21/10 a 27/10 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- d) Do dia 28/10 a 03/11 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- e) Do dia 04/11 a 10/11 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- f) Do dia 11/11 a 17/11 - Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- g) Do dia 18/11 a 24/11 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- h) Do dia 25/11 a 01/12 - Servidora Lisneia Raquel Pallas.

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 904,26 (Novecentos e quatro reais com vinte e seis centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – As servidoras relacionadas na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberá o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Outubro de 2017 e revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 16 de Outubro de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 134, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412441

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, NADIA ELIANI FISCHER RECH, matrícula 494 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, em mais cento e vinte sete (127) dias, a contar de 05 de Outubro de 2017 até 08 de Fevereiro de 2018, conforme comunicação de decisão do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS) no período de 05 de Outubro a 08 de Fevereiro de 2018

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de Outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017

Publicação Nº 1412364

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2017

Objeto: Contratação de empresa no ramo de engenharia elétrica para execução do projeto Elétrico e Decorativo Natalino do Município de Alto Bela Vista/SC.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 13h50 do dia 17/11/2017.

Abertura: às 14h do dia 17/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estarão à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 26 de outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CRENCIAMENTO DE EXAMES N. 003/2017 - FMS

Publicação Nº 1412419

AVISO DE CRENCIAMENTO 003/2017 – FMS.

O Município de Anchieta - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir do dia 01 de novembro de 2017, às 08:00 horas, o processo de Credenciamento de empresas prestadoras de serviço para realização de exames aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Anchieta/SC. Pagos com recursos do Ministério da Saúde/MAC - Propostas nº 36000125520201700 e 36000125516201700. Que deverão ser realizadas, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. A documentação para o Credenciamento deverá ser entregue na Sala de Licitações junto a Prefeitura Municipal na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, a partir do dia 01/11/2017, até 31/12/2017, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30hrs.

Anchieta, 26 de outubro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Anita Garibaldi

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2017

Publicação Nº 1412307

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITA GARIBALDI - SC
Pregão Presencial nº. 041/2017

Objeto: Contratação de empresa para locação de Tendas tipo Pirâmide, Banheiros Químicos e Locação de sistema de Box para VII FESTA DO MIGRANTE:

Lote: Lote 01

Locação com montagem e desmontagem de Tendas tipo Pirâmide ou chapéu de bruxa 10 x 10 metros, construída em aço galvanizado com calhas para escoamento de água, cobertura em lona branca pvc dupla face anti chamas.

Locação montagem e desmontagem de Tendas tipo Pirâmide ou chapéu de bruxa 05 x 05 metros, construída em aço galvanizado com calhas para escoamento de água, cobertura em lona branca pvc dupla face anti chamas.

Lote: Lote 2

Locação montagem e desmontagem de sistema de box 3 x 3m, para expositores, estruturado em chapas TS, nas medidas de 3 x 3 metros, piso forrado com carpet, testeira balcão para atendimento e sistema elétrico com um ponto de luz e energia.

Locação montagem e desmontagem de sistema de box 3 x 3m, para praça de alimentação, estruturado em chapas TS, nas medidas de 3 x 3 metros, piso forrado com carpet, testeira balcão para atendimento e sistema elétrico com um ponto de luz e dois pontos de energia.

Lote: Lote 3

Locação com montagem e desmontagem de sistema para C.C.O estrutura em uma Tenda tipo Pirâmide ou chapéu de bruxa 10 x 10 metros, 100m² de piso forrado com carpet, uma sala em chapas de TS, nas Medidas de 5 x 10 metros, com sistema elétrico instalado sendo dois pontos de luz e 03 pontos de Energia, construída em aço galvanizado com calhas para escoamento de água, cobertura em lona branca pvc dupla face anti chamas.

Lote: Lote 4

Fornecimento e instalação de Banheiros químicos, composto de cabine sanitária em polietileno medindo 1,20x1,20x2,30m (altura interna), contendo caixa de dejetos com volume mínimo de 220 litros, mictório, suporte para papel higiênico, sucção dos dejetos e destinação final em local licenciado, pessoal de apoio devidamente uniformizado durante o evento.

EXTRATO DOS CONTRATOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público os TERMOS DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITA GARIBALDI E AS EMPRESAS VALDIR ROHLING NOVADEZICKI & CIA LTDA ME;; STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA e FRANCIELI TONIELLO - ME.

A licitante VALDIR ROHLING NOVADEZICKI & CIA LTDA ME sagrou-se vencedora do LOTE 1, os itens contratados somam o valor de R\$ 16.440,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e quarenta reais), A licitante STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA sagrou-se vencedora dos LOTES 2 e 3, os itens contratados somam o valor de R\$

19.598,00 (dezenove mil, quinhentos e noventa e oito reais); A licitante FRANCIELI TONIELLO - ME sagrou-se vencedora do LOTES 4, os itens contratados somam o valor de R\$ 6.895,00 (seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais). Anita Garibaldi, SC, 24/ de Outubro de 2017.
ALEX RIBEIRO ALVES
Presidente da C.P.L.

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017**

Publicação Nº 1412277

AVISO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Edital de Processo Licitatório nº 112/2017, Pregão Presencial nº 84/2017:

Onde se lê:

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

22	Segurança não armada para controle de acesso, revistas pessoais e segurança preventiva a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio dentro dos locais dos eventos, devidamente uniformizados e identificados e portadores da CNV (Carteira Nacional de Vigilantes).	UND	04	03 (Diária 08 horas)	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
----	--	-----	----	----------------------	--------------	--------------

Leia-se:

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

22	Segurança não armada para controle de acesso, revistas pessoais e segurança preventiva a fim de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio dentro dos locais dos eventos, devidamente uniformizados e identificados e portadores da CNV (Carteira Nacional de Vigilantes).	UND	04	03 (Diária 08 horas)	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00
----	--	-----	----	----------------------	------------	--------------

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 26 de outubro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2017

Publicação Nº 1411960

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 089/2017; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado para as diversas secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 14 de novembro de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 26 de outubro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2017

Publicação Nº 1411764

DECRETO Nº 084/17 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de outubro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2826

Publicação Nº 1412124

DECRETO Nº 2826/2017

De 16/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, no valor R\$ 4.000,00(Quatro mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Programa Saúde da Família	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec. De Impostos e de transf. Imp-saúde	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Outubro e 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2827

Publicação Nº 1412126

DECRETO Nº 2827/2017

De 16/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 138.000,00(Cento e trinta e oito mil Reais) da seguinte classificação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	

3190000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	80.000,00
	Subtotal	80.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
09	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	3.000,00
	Subtotal	3.000,00
	TOTAL	138.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Outubro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2828

Publicação Nº 1412128

DECRETO Nº 2828/2017

De 16/10/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/12/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 60.000,00(Sessenta mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
3000000000000	Despesas de Capital	
3100000000000	Investimentos	
3190000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	60.000,00
	TOTAL	60.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, o valor de R\$ 60.000,00(Sessenta mil Reais), as seguintes dotações orçamentárias:

04	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0012.0365.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	

3190000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Outras Despesas Ensino)	60.000,00
	TOTAL	60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Outubro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2830

Publicação Nº 1412130

DECRETO Nº 2830/2017

De 23/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 33.506 – SUAS/União-IGDSUAS e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 6.496,86 (Seis mil quatrocentos e noventa e seis Reais e oitenta e seis centavos) da seguinte classificação orçamentária:

09	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
33.506	SUAS/União - IGDSUAS	2.497,86
	Subtotal	2.497,86
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
33.506	SUAS/União - IGDSUAS	3.999,00
	Subtotal	3.999,00
	TOTAL	6.496,86

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 23 de Outubro e 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2831

Publicação Nº 1412771

DECRETO Nº 2831/2017

De 24/10/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/12/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 8.355,00(oito mil trezentos e cinquenta e cinco Reais) da seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
3000000000000	Despesas Correntes	

3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	8.000,00
	Subtotal	8.000,00
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaço Esportivo	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	355,00
	Subtotal	355,00
	TOTAL	8.355,00

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, o valor de R\$ 8.355,00(Oito mil trezentos e cinquenta e cinco Reais), as seguintes dotações orçamentárias:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.467,50
	Subtotal	1.467,50
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.532,50
	Subtotal	6.532,50
0027.0812.1301.2130	Manutenção e Reforma de Espaço Esportivo	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	355,00
	Subtotal	355,00
	TOTAL	8.355,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de Outubro de 2017.
MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2832/2017

Publicação Nº 1412620

DECRETO Nº 2832/2017
De 24/10/2017

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA INDUSTRIAL.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de ELIZABETH PETTERS GUSE SCHMIDT, inscrita no CPF sob nº 035.080.129-05 e GILSON SCHMIDT, inscrito no CPF sob nº 007.223.259-59; NAIRA PETTERS GUSE, inscrita no CPF sob nº 054.360.259-19 e FERNANDO MANOEL NUNES, inscrito no CPF sob nº 066.670.139-33; WALTER NESTOR PETTERS GUSE, inscrito no CPF sob nº 073.242.339-29 e JO-CIMARA CAMARGO DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 082.319.279-21, do imóvel localizado na Área Urbana, Zona Industrial (ZI), situado à BR 470, Km 96, Ribeirão São Luiz, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Ascurra/SC, sob matrícula nº 7509, com área total de 185.794,41 m² (cento e oitenta e cinco mil e setecentos e noventa e quatro metros e quarenta e um decímetros quadrados), assim distribuídos:

I - Parcela 01 – com área de 3.745,28 m²

II - Parcela 02 – com área de 161.064,18 m²
III - Parcela 03 – com área de 3.263,20 m²
IV - Parcela 04 – com área de 5.817,85 m²
V - Parcela 05 – com área de 11.903,90 m²

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 24 de outubro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal em exercício

Arabutã

PREFEITURA

LEILÃO 01/2017

Publicação Nº 1412431

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Processo Licitação 107/2017. LEILÃO Nº 001/2017.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando LEILÃO PÚBLICO, às 10 horas, do dia 16 de Novembro de 2017, no auditório da Prefeitura, sito à Avenida Lauro Muller, nº 210, neste município de Arabutã, para a alienação de bens móveis e imóveis inservíveis, conduzido por Leiloeiro Oficial ODICLESIO JAISON STORCHIO, JUCESC AARC 319, para venda à vista de bens móveis inservíveis: Lote 01, Caminhão Caçamba Mercedes Benz Modelo LK 1313, ano 1982/1983, Placa LWS 1015, Lote 02, Britador Móvel, Lote 03 Caminhão Ford Cargo 2622, ano 2002/2003, Placa MCL 7768, com tanque acoplado, Lote 04, Colhedora de Forragens Cremasco, Lote 05, Colhedora de Forragens Cremasco, Lote 06, Colhedora de Forragens Cremasco, Lote 07, Colhedora de Forragens Cremasco, Lote 08, Trator Valtra BL 88, ano 2008, 4 x 4, turbinado, 04 cilindros, câmbio lateral a direita do operador, 8 marchas à frente e 4 marchas à ré, Patrimônio 2607, Lote 09, Trator Valtra BL 88, ano 2006, 4 x 4, turbinado, 04 cilindros, câmbio lateral a direita do operador, 8 marchas à frente e 4 marchas à ré, Lote 10, Trator Valtra BL 88, ano 2008, 4 x 4, turbinado, 04 cilindros, câmbio lateral a direita do operador, 8 marchas à frente e 4 marchas à ré, Lote 11, Trator Valtra A950, Ano 2009, motor 95 cv de potência, 04 cilindros, 8 marchas à frente e 4 marchas à ré, sistema hidráulico com terceiro ponto, Lote 12, SUCATAS de ferro velho, Lote 13, SUCATA DE INFORMÁTICA. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: administração@arabuta.sc.gov.br ou telefone (49) 3448-0047, com Eduardo Morche, ainda pelo site: www.arabuta.sc.gov.br ou com o Leiloeiro através do site www.baldisseraleiloeiros.com.br/www.oesteleiloes.com.br. Arabutã/SC, 24 de Outubro de 2017. Leani Kapp Schmitt, Prefeita.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1832

Publicação Nº 1411772

DECRETO Nº 1832, de 24 de outubro de 2017.

Dispõe sobre o Regimento Eleitoral para execução do procedimento de Eleições dos membros dos Conselhos Administrativos e Fiscal do IPREARROIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 793/1999, Lei nº 996/2003 e Lei nº 1204/2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído nos termos deste Decreto o Regimento Eleitoral do IPREARROIO (anexo único).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 24 de outubro de 2017.

Cláudio Spricigo
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO PARA ELEIÇÕES

Seção I Eleições

Art. 1º Os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - IPREARROIO serão eleitos em processo eleitoral, nos termos e determinações constantes deste Regimento.

§1º O processo eleitoral adotará o sistema de chapas com nominata completa, indicando precisamente em sua composição quais segurados estarão candidatando-se para ocupar o cargo de Presidente, membros do Conselho Administrativo e membro do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes.

§2º Serão considerados eleitos para dirigir, administrar e fiscalizar o IPREARROIO a chapa que obtiver o maior número de votos válidos, pela ordem decrescente da votação obtida pelas chapas na proclamação dos resultados da eleição.

§3º Caso haja a impossibilidade da composição de chapas com a indicação de servidores inativos, as vagas destes serão ocupadas por servidores ativos.

§4º Aqueles que exercerem o mandato de Conselheiros Administrativos ou Fiscal não perceberão para tanto nenhum tipo de remuneração.

§6º O mandato do Presidente e dos demais Conselheiros será de 04 (quatro) anos.

Art. 2º As eleições para o IPREARROIO serão realizadas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da publicação do extrato deste Regimento no mural público municipal e continuarão a serem realizadas a cada legislatura disposta em lei, sob as mesmas regras.

Parágrafo único. Qualquer alteração realizada neste Regimento para as próximas legislaturas deverá ser aprovada em reunião plenária de segurados ativos e inativos, cujo quórum mínimo será de 1/3 (um terço) do total de segurados do IPREARROIO, excetuando-se as alterações advindas de alterações já promulgadas pela Câmara Municipal à Lei Municipal nº 793/1999, Lei nº 996/2003 e Lei nº 1204/2006.

Art. 3º Será garantida por todos os meios democráticos a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade as chapas concorrentes, especialmente no que se refere à paridade de indicação de mesários, tanto na coleta quanto na apuração de votos.

Seção II Eleitor

Art. 4º É eleitor todo servidor público municipal segurado do IPREARROIO, devidamente definido pelo art. 5º da Lei municipal nº 793/99.

Seção III Das Chapas, Candidaturas e Inelegibilidades

Art. 5º Conforme indicado no §1º do art. 1º deste Regimento, as eleições serão procedidas através da utilização do sistema de chapas com nominata completa aos cargos pretendidos.

§1º Obrigatoriamente, todos os candidatos que compuserem as chapas deverão possuir a condição de servidor público municipal estatutário que já tenha concluído estágio probatório, na forma da lei.

§2º Quanto à condição funcional dos segurados, a composição da chapa observará:

I – para a indicação dos candidatos que comporão o Conselho Administrativo, deverá observar-se a presença de servidores inativos;
II - para a indicação do candidato que comporá o Conselho Fiscal, deverá observar-se obrigatoriamente, sua condição de servidor ativo, efetivo e que já possua estabilidade.

Seção IV Convocação de Eleições

Art. 6º As eleições serão convocadas por Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, cujo extrato de convocação deverá ser obrigatoriamente publicado nos murais da Sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

§1º Deverão ser afixadas cópias do Edital a que se refere este artigo, obrigatoriamente em todos os locais de trabalho.

§2º O Edital de convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

I - data, horário e local de votação;
II- prazo para registro das chapas, horário e local de funcionamento da Secretaria Eleitoral.

Seção V Composição e Formação da Comissão Eleitoral

Art. 7º O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 (três) representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

§1º Todos os representantes componentes da Comissão Eleitoral deverão ser segurados obrigatórios do IPREARROIO, na forma da lei.

§2º Os trabalhos poderão ser acompanhados por quaisquer dos candidatos aos cargos.

§3º A nomeação dos membros da Comissão Eleitoral, será feita através de Portaria expedida pelo Prefeito Municipal.

§4º Os servidores designados serão liberados para os trabalhos necessários.

§5º Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 8º O presidente da Comissão Eleitoral será eleito dentre seus próprios integrantes, na primeira reunião da Comissão, na qual deverá ser aberto o Livro de Procedimento das Eleições.

§1º Caso haja empate, o caso será resolvido através da realização de sorteio, na presença de todos os membros da Comissão Eleitoral.

§2º O Livro de Procedimento das Eleições deverá possuir todas as suas páginas numeradas, não podendo as mesmas sob nenhuma hipótese serem destacadas, e deverá conter:

I – Termo de Abertura dos trabalhos;

II – anotação detalhada sob a forma de ata de todas as reuniões da Comissão Eleitoral, destacando-se a data de sua realização e a assinatura de todos os membros presentes;

III – apensamento de cópia de todos os atos oficiais que envolvam o processo eletivo.

Art. 9º O presidente da Comissão Eleitoral, somente exercerá o voto nas deliberações em que houver controvérsia entre os demais membros.

Seção VI

Procedimento para Registro das Candidaturas

Art. 10º O prazo para registro das chapas candidatas para proverem os cargos de membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREARROIO será de 07 (sete) dias úteis contados da data da publicação do Edital de Convocação das Eleições, incluindo-se este inclusive.

§1º O registro das chapas candidatas será feito pela Comissão Eleitoral.

§2º Para efeito do disposto neste artigo a Comissão Eleitoral manterá uma Secretaria, durante o período dedicado ao registro de candidatos, com expediente diário, no período matutino e vespertino, de 8 (oito) horas, onde permanecerá um membro da Comissão Eleitoral habilitado para atender aos interessados no pleito, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentação e fornecer recibos.

§3º O requerimento do registro da chapa candidata, será assinado por representante desta, será endereçado à Comissão Eleitoral em duas vias, indicará uma nomenclatura que identificará a chapa e será instruído com cópia:

a) da Carteira de Identidade de todos os membros que compõe a

chapa;

b) do CPF de todos os membros que compõe a chapa.

§4º A nomenclatura utilizada para identificar a chapa candidata não poderá utilizar nomes ou símbolos de baixo calão, que incitem a violência ou a qualquer tipo de obscenidade ou ainda que exponham qualquer pessoa ou entidade ao ridículo ou a situações vexatórias.

§5º Caso não haja a inscrição de pelo menos uma chapa para a realização do pleito eleitoral, será prorrogado o prazo de registro de chapas por mais 7 (sete) dias, devendo serem procedidas as devidas publicações e retificações dos atos que envolvem o processo eletivo, para conhecimento de todos os interessados.

Art. 11 No encerramento do prazo para registro das chapas candidatas, a Comissão Eleitoral providenciará a imediata lavratura de ata correspondente, consignando em ordem numérica de inscrição todas as chapas, o nome de seus membros e os respectivos cargos pretendidos por cada um deles.

Art. 12 No prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis a contar do encerramento do prazo de registro, a Comissão Eleitoral fará publicar a relação nominal das chapas candidatas registradas, no mural da sede da Prefeitura Municipal, em todas as sedes das Secretarias Municipais e em todos os locais de grande circulação dos servidores municipais, e declarará aberto o prazo de 48 (quarenta e oito horas) para impugnação.

Art. 13 Ocorrendo renúncia formal de qualquer chapa após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral, afixará cópia desse pedido no mural da sede da Prefeitura Municipal, em todas as sedes das Secretarias Municipais e em todos os locais de grande circulação dos servidores municipais, em local visível, para conhecimento dos segurados do IPREARROIO.

Art. 14 A relação dos servidores em condições de votar, por locais de trabalho, será elaborada pelo Município até 10 (dez) dias anteriores à data de eleição e será, no mesmo prazo, afixada em locais de fácil acesso.

Seção VII

Impugnação de candidatura

Art. 15 Na forma estabelecida pelo art. 13 deste Regimento o prazo de impugnação das chapas candidatas é de 48 (quarenta e oito) horas contadas da publicação da relação nominal dos candidatos que as integram.

§1º A impugnação somente poderá versar sobre as causas de ilegitimidade previstas neste Regulamento e será proposta através de requerimento fundamentado, dirigido à Comissão Eleitoral, mediante protocolo.

§2º No encerramento do prazo de impugnação lavrar-se-á competente Termo de Encerramento em que serão consignadas as impugnações, destacando-se nominalmente os impugnantes e as chapas impugnadas.

§3º Mesmo que não haja nenhum tipo de impugnação deverá ser lavrado Termo de Encerramento do prazo que configurara as anotações desta ausência.

§4º Cientificado formalmente da impugnação, o representante da chapa impugnada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da cientificação para apresentação da defesa.

§5º Decorridos 24 (vinte e quatro) horas para a chapa impugnada apresentar defesa, sendo ou não apresentada, a Comissão Eleitoral

reunir-se-á e julgará a impugnação por maioria simples de votos.

§6º Julgada improcedente a impugnação, a chapa impugnada concorrerá às eleições, se procedente não concorrerá.

§7º Após o julgamento a Comissão Eleitoral fará publicar o Termo de Homologação das chapas candidatas em jornal oficial.

Seção VIII Chapa Única

Art. 16 Caso exista apenas uma chapa inscrita para o pleito, a eleição será feita por aclamação, devendo os servidores votantes serem convocados por ato expresso da Comissão Eleitoral que deverá ser afixado no mural da sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores e em todos os locais de trabalho.

§1º O quorum mínimo para que seja realizada a proclamação é o determinado no art. 40.

§2º No mínimo, 50% dos presentes à aclamação deverão concordar com a chapa proposta.

§3º Após o ato de aclamação deverá ser lavrada uma ata constante da assinatura de todos os presentes.

Seção VIII Voto Secreto

Art. 17 O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- I - uso de cédula única, contendo a nomenclatura que identificará a chapa;
- II - isolamento do eleitor em cabine indevassável para o ato de votar, com listagem dos candidatos afixada nas cabines;
- III - verificação de autenticidade da cédula única à vista dos membros da mesa coletora;
- IV - emprego de uma urna que assegura a inviolabilidade do voto;
- V – afixação na cabine de votação dos nomes que compõe cada chapa.

Art.18 A cédula única será confeccionada em papel branco, com tipos uniformes.

§1º A cédula única deverá ser confeccionada de maneira que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

§2º A disposição seqüencial das nomenclaturas adotadas pelas chapas, na listagem afixada nas cabines obedecerá à ordem de registro de inscrição.

Seção IX Composição das mesas coletoras

Art. 19 A mesa coletora de votos funcionará sob a responsabilidade de um Presidente e dois mesários indicados pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 20 Os servidores indicados para operar nas mesas terão os dias de duração dos trabalhos eleitorais computados como de efetivo exercício.

Art. 21 Será instalada mesa coletora fixa na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 22 Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras os candidatos que compõe as chapas, quaisquer de seus cônjuges,

filhos, pais, irmãos e parentes ainda que por afinidade.

Parágrafo único. Entende-se por parentes por afinidade aqueles que sejam consanguíneos do cônjuge do candidato.

Art. 23 Os mesários substituirão o Presidente da mesa coletora nas suas ausências momentâneas, de modo que haja sempre quem responda pela ordem de regularidade do processo eleitoral.

§1º Todos os membros das mesas coletoras deverão estar presentes no ato da abertura, durante e no encerramento da votação, salvo motivo de força maior registrado em ata.

§2º Não comparecendo o Presidente da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a Presidência o primeiro mesário e, na falta ou impedimento, o segundo mesário.

§3º Não sendo possível completar a composição da mesa coletora, a Comissão Eleitoral indicará substitutos.

Seção X Coleta de votos

Art. 24 A coleta de votos far-se-á em no máximo dois dias.

Art. 25 Somente poderão permanecer no recinto da coleta de votos os membros da mesa coletora, e, durante o tempo necessário à eleição, o eleitor.

Parágrafo único. Nenhuma pessoa estranha poderá intervir nos trabalhos.

Art. 26 Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração de acordo com o Edital de Convocação.

Art. 27 Os trabalhos de votação só poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votado todos os eleitores constantes da folha de votação.

Art. 28 Quando a votação se fizer em mais de um dia, ao término dos trabalhos de cada dia, o Presidente da mesa coletora, juntamente com os mesários procederá ao fechamento da urna com oposição de papel gomado, rubricadas pelos membros na mesa, fazendo lavrar ata, pelos mesmos assinada, com menção expressa do número de votos depositados.

Art. 29 Ao término dos trabalhos de cada dia, as urnas permanecerão sob vigilância de pessoas indicadas pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. A abertura da urna no dia da continuação somente poderá ser feita na presença do presidente da mesa coletora e dos mesários, após verificação que a mesma permaneceu inviolada.

Art. 30 Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará folha de votantes, receberá uma cédula única rubricada pelo presidente e mesários, e na cabine indevassável, após consignar a sua preferência, a dobrará, depositando-a na urna colocada na mesa coletora.

§1º Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exibir a parte rubricada à mesa coletora, para que verifiquem sem tocar, se é a mesma que lhe foi entregue. Se a cédula não for a mesma, o eleitor será convidado a voltar à cabine indevassável e a trazer o seu voto na cédula que recebeu. Caso o mesmo não proceda conforme o determinado, não poderá votar, anotando-se a ocorrência na ata;

§ 2º O eleitor analfabeto, porá sua impressão digital na folha de

votantes, assinando a seu rogo um dos mesários.

Art. 31 Os eleitores cujos nomes não constarem na lista de votantes, identificando-se e assinando lista própria, votarão em separado.

Parágrafo único. O voto em separado será tomado da seguinte forma:

I - os membros da mesa coletora entregarão ao eleitor sobrecarta apropriada, para que ele, na presença da mesa, nela coloque a cédula que assinalou, colocando a sobrecarta;
II - o presidente da mesa coletora anotará no verso da sobrecarta as razões da medida, para posterior decisão da mesa apuradora.

Art. 32 São válidos para identificação do eleitor qualquer um dos documentos originais abaixo:

I - carteira de trabalho e previdência social;
II - carteira de identidade;
III - CPF.

Art. 33 Na hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, os mesmos serão convidados em voz alta, a fazer entrega aos mesários da mesa coletora, do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor. Caso não haja eleitor a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

§1º Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada, com aposição de tiras de papel gomado, rubricadas pelos membros da mesa. As urnas devem ser fechadas sempre que forem transportadas.

§2º Em seguida, o presidente da mesa fará lavrar a ata, que será também assinada pelos mesários, registrando a data e horário de início e encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos segurados em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados. O presidente da mesa coletora fará entrega ao presidente da mesa apuradora, mediante recibo, de todo o material utilizado durante o processo de votação.

Seção XI Mesa apuradora de votos

Art. 34 A sessão eleitoral de apuração dos votos será instalada na sede do IPREARROIO, imediatamente após o encerramento da votação, sob a coordenação da Comissão Eleitoral, a qual receberá as atas de instalação e encerramento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e as urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários.

§1º A apuração dos votos será realizada pela Comissão Eleitoral e será fiscalizada pelo Presidente da Câmara de Vereadores e por um servidor indicado pela Administração Municipal.

§2º A Comissão Eleitoral verificará pela lista de votantes se o quórum legal foi atingido, procedendo, em caso afirmativo, a abertura das urnas, uma de cada vez, para contagem das cédulas de votação. Ao mesmo tempo, procederá a leitura de cada uma das atas das mesas coletoras correspondentes e decidirá, um a um pela apuração dos votos tomados em separado, à vista das razões que os determinaram, conforme se consignou nas sobrecartas.

Art. 35 Na contagem das cédulas de cada urna, será verificado se o seu número coincide com o da lista de votantes.

§1º Se o número de cédulas for igual ou inferior ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á apuração.

§2º Se o total de cédulas for superior ao total de votantes constantes da respectiva lista de votantes, a urna será anulada.

Art. 36 Finda a apuração a Comissão Eleitoral proclamará eleitos os candidatos que compuserem a chapa que obtiver o maior número de votos válidos para os respectivos cargos, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

§1º A ata mencionará obrigatoriamente:

I - o dia e hora de abertura e de encerramento dos trabalhos;
II - local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras, como nomes dos respectivos componentes;
III - resultado de cada urna apurada, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa, votos em branco e votos nulos;
IV - número total de eleitores que votaram;
V - resultado geral da apuração;
VI - proclamação da chapa eleita.

§2º A ata geral de apuração será assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e dos fiscais, indicados no art. 33.

Art. 37 Em caso de empate será proclamada eleita a chapa que possuir o maior número de membros com mais tempo de serviço público prestado ao Município de Arroio Trinta.

Art. 38 A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final do resultado das eleições.

Art. 39 A Comissão Eleitoral deverá comunicar por escrito ao Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da eleição.

Seção XII Quórum

Art. 40 A eleição só será válida se dela participarem, no mínimo 1/3 (um terço) dos servidores com direito a votar.

Art. 41. Não sendo obtido o quórum, o presidente da Comissão Eleitoral encerrará a eleição e fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem abrir, proclamando em seguida, a necessidade de se promover nova eleição.

§1º Serão efetuadas tantas eleições quantas forem necessárias para que seja alcançado o quórum de votação de 1/3 (um terço) dos segurados.

§2º Na ocorrência de qualquer das hipóteses de necessidade de nova eleição, concorrerão apenas as chapas registradas para a primeira eleição.

§3º Poderão participar da eleição nas demais votações os eleitores que se encontrarem em condições de exercitar o voto.

Seção XIII Anulação e Nulidade do Processo Eleitoral

Art. 42 Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Regimento, ficar comprovado:

I - que foi realizada em dia, hora e local diversos dos informados no Edital da convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada, sem que tenham votado todos os eleitores relacionados na folha de votação;
II - que foram preteridas quaisquer formalidades essenciais estabelecidas neste Regimento;

III - que não foram cumpridos quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Regimento;

IV - ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.

Art. 43 Não poderá a nulidade ser invocada por quem tenha lhe dado causa.

Art. 44 Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

Seção XIV Material Eleitoral

Art. 45 A Comissão Eleitoral cabe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, sendo a primeira original.

Parágrafo único. São peças essenciais do processo eleitoral:

I - Edital de Convocação com identificação do local que foi publicado;

II - cópia dos requisitos dos registros das chapas e os respectivos documentos de cada um de seus membros;

III - identificação do local que publicou a relação nominal das chapas registradas;

IV - cópias dos expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;

V - relação, por local de trabalho, dos segurados em condições de votar;

VI - listas de votação, por local de trabalho;

VII - atas das seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;

VIII - exemplar da cédula única de votação;

IX - cópias das impugnações e dos recursos respectivos contra-razões;

X - comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral.

Seção XV Recursos

Art. 46 O prazo para interposição do recurso, salvo os especialmente definidos por este Regimento, é de 48 (quarenta e oito) horas, contados da declaração oficial do resultado do pleito.

§1º Os recursos poderão ser interpostos por quaisquer dos candidatos não eleitos.

§2º O recurso e os documentos de prova serão entregues em quatro vias, contra recibo, à Comissão Eleitoral e juntados os originais à primeira via do processo eleitoral, a segunda via do recurso e dos documentos entregues, também conta recibo, em 24 (vinte e quatro) horas, ao recorrido, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecer contra-razões.

§3º Findo o prazo estipulado e recebidas ou não as contra-razões do recorrido, a Comissão Eleitoral decidirá em 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 47 O recurso não suspenderá a posse da chapa eleita.

Parágrafo único. Se o recurso versar sobre inelegibilidade de algum dos membros que compuser a chapa, o provimento não implicará suspensão da posse dos demais.

Art. 48 Os prazos constantes desta sessão serão computados, excluindo o dia do começo incluído o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil se o vencimento cair no sábado,

domingo ou feriado.

Seção XVI Das Disposições Gerais

Art. 49. A posse dos eleitos ocorrerá após homologação da eleição por ato do Prefeito Municipal.

Art. 50 Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 51 O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 52 Este Regimento é considerado documento oficial do IPRE-ARROIO, devendo ser guardado em sua propriedade.

Art. 53 Este Regimento fica aprovado em sua integralidade.

Arroio Trinta - SC, 24 de outubro de 2017.

Cláudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1833

Publicação Nº 1411773

DECRETO Nº 1833, de 25 de outubro de 2017.

Nomeia Comissão de Processo Seletivo, Edital nº 003/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo ou função pública seja precedida de aprovação em concurso público;
CONSIDERANDO a existência, no quadro de pessoal da Administração, de funções vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço;
CONSIDERANDO o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão do Processo Seletivo, Edital nº 003/2017 para o processo de escolha de candidatos para provimento de cargos na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

1. MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
2. MARILIA BORGIA
3. CLAUDETE MAGRO
4. GIZELI MAFFIOLETTI

§1º - A Comissão será presidida pelo senhor MICHEL JUNIOR SERIGHELLI.

§2º - A comissão deverá instaurar procedimentos administrativos, que contenha os documentos relativos às fases do Processo Seletivo nº 003/2017.

Art. 2º - Serão selecionados candidatos para o provimento de função, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital de Processo Seletivo nº 003/2017, observadas as exigências e condições prescritas na legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º - O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 25 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1834

Publicação Nº 1411775

DECRETO Nº 1834, de 26 de outubro de 2017.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ALGEMIRO GONÇALVES CORDEIRO, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 35 a 42 da Lei municipal nº 793/99, à dependente presumida SALETE DAS GRAÇAS CORDEIRO, com efeitos a partir de 09/10/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder, Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo ALGEMIRO GONÇALVES CORDEIRO, brasileiro, casado,

ex-portador do RG nº 491.080, SSP/SC e do CPF nº 422.385.019-91, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 35 a 42 da Lei Municipal nº 793/99, à dependente presumida SALETE DAS GRAÇAS CORDEIRO (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Pensão por Morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 2.370,39 (dois mil trezentos e setenta reais e trinta e nove centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPRE-ARROIO.

Parágrafo Único. O valor dos proventos de pensão por morte serão revisados nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004, observada a aplicação da decisão cautelar proferida pelo STF na ADIn 4582.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 09/10/2017 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de outubro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

Publicação Nº 1411814

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. CNPJ 03.458.627/0001-70, torna público que, fará realizar em sua sede situada à Rua XV de Novembro, 26, centro, Arroio Trinta - SC, credenciamento, sem qualquer exclusividade, de Instituições autorizadas perante os órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de gestão, administração e distribuição de fundos de investimentos com interesse em integrar o cadastro do IPREARROIO, nos moldes previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392/14 em conformidade com a Lei 8.666/93, e na forma estabelecida neste Edital.

As Instituições interessadas no objeto deste Credenciamento deverão renovar seu cadastro junto ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, ou ainda, cadastrar-se, apresentando os documentos necessários ao atendimento de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital. Estes documentos deverão ser apresentados em envelope fechado e/ou lacrado conforme check-list (Anexo VI), identificado como DOCUMENTOS DE CADASTRAMENTO E ATUALIZAÇÃO dentro do prazo de 12 (doze) meses a contar da publicação deste edital, de segunda a sexta-feira das 08hrs às 17hrs.

Todo e qualquer esclarecimento com relação ao presente Edital deverá ser feito por escrito através do e-mail: iprearroio@arroiotrinta.sc.gov.br

1 - DO OBJETO

O presente Edital tem por objetivo o credenciamento, sem qualquer exclusividade, de Instituições autorizadas perante os órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de gestão, administração e distribuição de fundos de investimentos, para integrar o cadastro do RPPS, nos moldes previstos na Resolução CMN n.º 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392/14 Portaria MPS nº 519/2011 em conformidade com a Lei 8.666/93, e na forma estabelecida neste Edital.

2 - DOS ANEXOS

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Modelos de Declarações;

Anexo III: Seção 1: Informações Sobre a Empresa – Questionário Padrão “Due Diligence” para Fundos de Investimento ANBIMA; (Somente para gestores)

Anexo IV: Avaliação da Solidez Patrimonial e do Desempenho da Gestão (Não se aplica aos Distribuidores de fundos de investimentos)

Anexo V: Quadro Demonstrativo de Rating Mínimo Exigido.

Anexo VI: Check-list da documentação cadastral/atualização

3 - DA PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- c) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo; e
- d) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

Somente poderão ser credenciadas para prestar serviços de gestão, administração e distribuição de fundos de investimentos ao RPPS, as Instituições Financeiras autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de gestão, administração de carteiras e distribuição de fundos de investimentos, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Edital, e que, ao final, receberão o Certificado de Credenciamento, fornecido no momento da efetivação ou atualização do seu cadastro junto ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, conforme item 4, deste Edital.

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO não se responsabilizará e nem aceitará os envelopes identificados como DOCUMENTOS DE CADASTRAMENTO e DOCUMENTOS DE ATUALIZAÇÃO que, tendo sido enviados via postal forem entregues em local diferente do indicado no edital.

Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos/certidões exigidos.

4 - DO ENVELOPE DE DOCUMENTOS DE CADASTRAMENTO/ ATUALIZAÇÃO

Este envelope deverá ser apresentado devidamente fechado/lacrado na sede do RPPS, contendo, conforme o caso, os documentos relacionados no Edital.

A abertura do envelope acontecerá no prazo de 15 (quinze) dias da data do recebimento do envelope, na sede do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO na Rua XV de novembro, 26, centro, Arroio Trinta/SC.

As Instituições que cumprirem todas as condições deste Edital será fornecido Certificado de Credenciamento, habilitando-os, sem exclusividade, a integrar o cadastro de distribuidores, gestores/administradores dos recursos financeiros do RPPS, sem obrigatoriedade da realização de aportes.

5 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Documentos de Habilitação para Pessoa Jurídica.

Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores e respectivos cadastros de pessoa física - CPF;
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e Dívida Ativa da União;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da instituição;
- e) Declaração da empresa de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo II;
- f) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos, conforme Anexo II.

Qualificação Técnica:

- a) Credenciamento da instituição financeira/ agente autônomo junto à CVM;
- b) Demonstrar experiência na administração, gestão de recursos e na distribuição de fundos de investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social ou de Entidade Fechada de Previdência Complementar (Anexo II);
- c) Classificação efetuada por agência classificadora de risco, como: I – de baixo risco de crédito; ou II – de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;
- d) Preenchimento do Anexo III deste edital que trata da Seção 1: Informações Sobre a Empresa – Questionário Padrão “Due Diligence” para Fundos de Investimento ANBIMA (SOMENTE PARA GESTORES);
- e) Preenchimento do Anexo IV deste edital que trata Avaliação da Solidez Patrimonial e do Desempenho da Gestão, atingindo pontuação mínima de 22 pontos; (Não se aplica a Distribuidores de Fundos de Investimentos)
- f) Cópia do Contrato de prestação de serviços firmado entre o agente autônomo e a instituição financeira representada.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Instituição, datados de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;

A comprovação de experiência a que se refere à alínea “b” (da qualificação técnica) será feita através de Declaração, fornecida por Regime Próprio de Previdência Social, por Entidade Fechada de Previdência Complementar, pela própria Instituição Financeira ou pelo agente

autônomo de investimento, de que o interessado prestou serviços de administração, gestão e ou distribuição de carteira de investimentos (Modelo Anexo II);

A declaração deverá conter a identificação do signatário e ser apresentada em papel timbrado, contendo o endereço e o telefone do mesmo;

Todos os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por cartório competente ou cópias simples com carimbo "confere com original" assinado pelo representante legal da instituição, acondicionados no envelope DOCUMENTOS DE CADASTRAMENTO/ATUALIZAÇÃO;

Os documentos para os quais o prazo de validade não estiver mencionado expressamente serão aceitos somente dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua respectiva emissão;

Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos/certidões exigidos.

6 - DO JULGAMENTO

O Credenciamento será processado pelo RPPS, com a finalidade de realizar o julgamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento integral da documentação;

A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento durante o prazo previsto no preâmbulo deste Edital; sendo a validade do credenciamento mantida somente durante a vigência do edital,

Será inabilitada a Instituição que não cumprir ao disposto no item 5 deste Edital.

7 - IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

a) A impugnação do edital poderá ser feita a qualquer tempo, antes do início do credenciamento;

b) Não serão reconhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira;

c) Os recursos contra decisões do RPPS não terão efeito suspensivo;

d) O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O julgamento do credenciamento das instituições será submetido ao Diretor Presidente do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO para emissão do Certificado de Registro Cadastral;

O presente credenciamento terá vigência de 12 meses, sendo renovado automaticamente, resguardado interesse do RPPS, para atender a alterações na legislação vigente, ou publicação de fato relevante que altere as condições do credenciado;

Será obrigatória a cada 12 (doze) meses, a apresentação dos documentos para atualização das informações, conforme modelo presente no anexo VI deste edital.

9 - DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O credenciamento de instituição financeira, não estabelece obrigação do RPPS em alocar ou manter recursos eventualmente nela aplicados;

As decisões do RPPS que envolva a alocação dos recursos disponíveis nas instituições credenciadas serão precedidas de relatório de análise específica, fundamentando e justificando a escolha do investimento, podendo ser através de "due diligence" ou preenchimento do Formulário APR- Autorização de Aplicação e Resgate, conforme exigência na Portaria MPS Nº 519/2011;

Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços de administração/gestão de recursos ou distribuição de fundos de investimentos;

A qualquer tempo, o INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – IPREARROIO poderá alterar, suspender ou cancelar o credenciamento com a instituição financeira que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas em edital e nas normas legais, sem que caiba qualquer indenização aos credenciados;

As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados;

Caberá ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – IPREARROIO, após a decisão acerca da alocação dos recursos, solicitar da Instituição credenciada:

- Estabelecer as rotinas para o cumprimento do objeto deste Edital;

- Rejeitar os serviços executados em desacordo com os termos do Credenciamento, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo RPPS;

- Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação de serviços e o atendimento das exigências contratuais;

- Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa CONTRATADA que não observe os princípios éticos de integridade, objetividade, competência, confidencialidade e profissionalismo, cuja permanência seja considerada prejudicial

ou insatisfatória aos interesses do RPPS;

- Comunicar formalmente à instituição financeira toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- Não permitir que os profissionais executem tarefas, ou deixem de executá-las, em desacordo com as ordens expedidas e condições pré-estabelecidas;

9.1 - Somente após a alocação de recursos do RPPS, caberá à instituição credenciada:

- a) Emitir, mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações, em se tratando de instituições financeiras não detentoras de análise de risco de crédito em virtude de inexistência normativa, deverá comprovar o cumprimento do disposto na Resolução CMN nº 3.721/09;
- b) Adotar, de imediato, todas as medidas determinadas pelo RPPS, especialmente aplicações e resgates, respondendo pelos prejuízos decorrentes da demora na execução das ordens;
- c) Responsabilizar-se para que todas as ações estejam de acordo com o parâmetro de referência e seja compatível com a política de investimento do fundo e com os títulos que efetivamente o componha, bem como pelo enquadramento dos produtos ofertados nos termos da Resolução CMN nº. 3.922/2010 - 4.392/14 e Portaria MPS nº 519/11 e suas alterações posteriores;
- d) Assumir como exclusivamente seus, os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita manutenção dos serviços, responsabilizando-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao RPPS ou a terceiros;
- e) Designar funcionário (s) específico (s) para o atendimento do RPPS proporcionando a efetiva continuidade e perenidade dos serviços prestados, informando prévia e formalmente qualquer alteração neste sentido;
- e) Zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos operados pelo RPPS, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle dos investimentos;
- f) Ofertar produtos regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e sujeitos aos códigos de auto-regulação da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;
- g) Enviar mensalmente até o 5º (quinto) dia útil o extrato que apresente de forma detalhada a rentabilidade dos fundos de Investimentos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nenhuma indenização será devida aos interessados por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente credenciamento;

O presente credenciamento poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova;

Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

Só se iniciam e vencem os prazos estabelecidos neste edital em dia de expediente no INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO;

Quaisquer questões decorrentes deste credenciamento, que possam ser suscitadas entre INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO e a Instituição credenciada serão resolvidas de acordo com a legislação vigente;

O presente credenciamento será regido pelos dispositivos contidos neste edital e pelas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste edital e da execução do contrato.

Arroio Trinta - SC, 23 de outubro de 2017.

Michel Junior Serighelli

Diretor Executivo IPREARROIO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto:

Credenciamento, sem qualquer exclusividade, de Instituições autorizadas perante os órgãos que compõem o Sistema Financeiro Nacional, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de gestão/administração de carteiras e distribuição de fundos de investimentos, para integrar o cadastro de instituições financeiras junto ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, nos moldes previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392/2014, em conformidade com a Lei 8.666/93, e na forma estabelecida por este Termo de Referência.

Justificativa:

Necessidade de atender a legislação e tornar público quais as instituições estarão autorizadas a integrar o cadastro de gestores, administradores dos recursos financeiros e distribuidores de fundos de investimentos para o INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, em conformidade com a Lei 8.666/93, Resolução CMN nº 3.922/2010,

alterada pela Resolução CMN nº 4.392/2014, Portaria MPS nº 519/2011 e da Política de Investimentos do Instituto para o exercício de 2017.

Condições para Credenciamento:

Poderão ser credenciada para prestar serviços de gestão, administração de carteiras e distribuição de fundos de investimentos ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – IPREARROIO, as Instituições Financeiras autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Termo de Referência.

A participação no Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- c) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo; e
- d) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

Crítérios de Seleção:

A Instituição que desejar prestar serviços especializados de gestão e administração de carteiras e distribuição de fundos de investimentos, sem exclusividade, deverá apresentar os seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

- a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores e respectivos cadastros de pessoa física - CPF;
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e Dívida Ativa da União;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da instituição;
- e) Declaração da empresa de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I;
- f) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos, conforme Anexo II.

Qualificação Técnica

- a) Credenciamento da instituição financeira junto à CVM;
- b) Demonstrar experiência na administração, gestão e distribuição de recursos de Regimes Próprios de Previdência Social ou de Entidade Fechada de Previdência Complementar;
- c) Classificação efetuada por agência classificadora de risco, como: I – de baixo risco de crédito; ou II – de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;
- d) Preenchimento do Anexo III deste edital que trata da Seção 1: Informações Sobre a Empresa – Questionário Padrão “Due Diligence” para Fundos de Investimento ANBIMA; (Somente para gestores)
- e) Preenchimento do Anexo IV deste edital que trata Avaliação da Solidez Patrimonial e do Desempenho da Gestão, atingindo pontuação mínima de 22 pontos; (Não se aplica Distribuidores de Fundos de Investimentos)
- f) Cópia do Contrato de prestação de serviços firmado entre o agente autônomo e a instituição financeira representada.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Instituição, datados de, no máximo, 60(sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação.

Julgamento:

O Credenciamento será processado pelo INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO que receberá o envelope contendo os itens da Habilitação Jurídica e Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica;

Os documentos deverão ser entregues na sede do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, situada na Rua XV de novembro, 26, centro, na cidade de Arroio Trinta, CEP 89.590-000, de segunda a sexta-feira das 08 horas às 12 horas e das 13h30 horas às 17h30, os quais serão protocolados;

A entrega dos documentos poderá acontecer no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da publicação deste edital. Após este período, somente em casos de interesse do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, para cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos e/ou alterações nas Resoluções do CMN; sendo a validade do credenciamento mantida somente durante a vigência do edital,

Os julgamentos ocorrerão em até 30 (trinta) dias do recebimento dos documentos;

Todos os documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas por cartório competente ou cópias simples com carimbo "confere com original" assinada pelo representante legal da instituição, observados seus prazos de validade;

Os documentos para os quais o prazo de validade não estiver mencionado expressamente serão aceitos somente dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua respectiva emissão;

Impugnação:

A impugnação do edital poderá ser feita a qualquer tempo, antes do início do credenciamento;

Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira;

Os recursos contra decisões do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO não terão efeito suspensivo;

O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Da Homologação e Vigência:

O julgamento do credenciamento das instituições será submetido ao Presidente do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO para emissão do Certificado de Credenciamento;

O presente credenciamento terá vigência de até 12 (doze) meses, sendo renovado automaticamente, resguardado interesse do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, para atender a alterações na legislação vigente, ou publicação de fato relevante que altere as condições do credenciado;

Será obrigatória a cada 12 (doze) meses, a apresentação dos documentos para atualização das informações, conforme modelo presente no anexo VI deste Edital.

Obrigações e Responsabilidade das Partes

Caberá ao INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO:

- Estabelecer as rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;
- Efetuar o pagamento na forma convencionada pelos respectivos fundos, das taxas de administração e performance, conforme o caso;
- Manter os dados cadastrais devidamente atualizados perante a Instituição Financeira credenciada, além de todo e qualquer esclarecimento que venham a ser solicitados;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidores designados;
- Rejeitar os serviços executados em desacordo com os termos do Credenciamento, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo RPPS;
- Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação de serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da instituição credenciada que não observe os princípios éticos de integridade, objetividade, competência, confidencialidade e profissionalismo, cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória aos interesses do RPPS;
- Comunicar formalmente à instituição financeira toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- Não permitir que os profissionais executem tarefas, ou deixem de executá-las, em desacordo com as ordens expedidas e condições pré-estabelecidas;
- As alocações dos recursos disponíveis dependerão de prévia análise do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO sendo que o credenciamento da Instituição não habilita a instituição ao recebimento de recursos;
- As decisões do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO que envolva a alocação dos recursos disponíveis nas instituições credenciadas será precedida de relatório de análise específica, fundamentando e justificando a escolha do investimento, podendo ser através de "due diligence" e preenchimento do Formulário APR- Autorização de Aplicação e Resgate, conforme exigência na Portaria MPS Nº 519/2011.

Após o aporte de recursos do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO à Instituição credenciada, além da prestação dos serviços descritos, deverá:

- Adotar, de imediato, todas as medidas determinadas pelo IPREARROIO, especialmente aplicações e resgates, respondendo pelos prejuízos decorrentes da demora na execução das ordens;
- Manter atualizado o Cadastro relativo ao Credenciamento junto ao IPREARROIO, sendo renovado a cada 180 (cento e oitenta dias), em conformidade com o Edital de Credenciamento vigente;
- Responsabilizar-se para que todas as ações estejam de acordo com o parâmetro de referência e seja compatível com a política de investimento do fundo e com os títulos que efetivamente o compoñham, bem como pelo enquadramento dos produtos ofertados nos termos da Resolução CMN nº. 3.922/2010 – 4.392/2014 e Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações posteriores;
- Assumir como exclusivamente seus, os riscos e despesas necessárias à boa e perfeita manutenção dos serviços, responsabilizando-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao IPREARROIO ou a terceiros;
- Designar funcionário (s) específico (s) e qualificado(s) para o atendimento de investidor qualificado, proporcionando a efetiva continuidade e perenidade dos serviços prestados, informando prévia e formalmente qualquer alteração neste sentido.
- Zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos do IPREARROIO, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle dos investimentos;

- Ofertar produtos regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e sujeitos aos códigos de auto-regulação da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e que estejam enquadrados perante a Resolução CMN nº 3922/2010 e 4.392/2014 e alterações posteriores;

- Enviar mensalmente até o 5º (quinto) dia útil extrato que apresente de forma detalhada a rentabilidade do fundo de Investimentos.

Penalidades:

Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

Disposições Finais:

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sede do IPREARROIO;

O credenciamento de instituição financeira, não estabelece obrigação do IPREARROIO de alocar ou manter recursos eventualmente nela aplicados;

Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados, para prestação de serviços de administração/gestão de recursos ou distribuição de fundos de investimento;

A qualquer tempo, o IPREARROIO poderá alterar, suspender ou cancelar o credenciamento com a instituição financeira que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas em edital e nas normas legais, sem que caiba qualquer indenização aos credenciados;

As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados;

As instituições que não se habilitarem segundo as regras deste termo de referência e já possuírem recursos investidos do IPREARROIO, em função de habilitação anterior, ficarão impedidas de receber novos aportes durante a vigência do mesmo, e estarão sujeitos ao resgate dos investimentos de acordo com o interesse do IPREARROIO, respeitado as carências de vencimentos dos mesmos;

Arroio Trinta, 23 de outubro de 2017.

Michel Junior Serighelli

Diretor Executivo IPREARROIO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, ____ de _____ de 2017.

(Nome e assinatura do Declarante)

(número do CPF do Declarante)

Anexo II (continuação)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2017.

(Nome e assinatura do Declarante)

(número do CPF do Declarante)

Obs.: Estes modelos servem como referência e têm por objetivo facilitar o trabalho das empresas interessadas, admitindo-se adaptações e acréscimos.

Anexo II (continuação)

PAPEL COM TIBRE DA EMPRESA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins que(instituição financeira), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade, Estado, na Rua, inscrito no CNPJ sob o nº, tem experiência na gestão de recursos de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, abaixo encaminho o contato para confirmação das informações:

Nome: Instituto de Previdência

CNPJ:

Endereço:

Contato: (nome da pessoa / cargo/ telefone/e-mail)

Cidade, data.

Assinatura responsável pela Instituição Financeira

Anexo II (continuação)

PAPEL COM TIBRE DO INSTITUTO

D E C L A R A Ç Ã O

Vimos por meio desta, informar para fins de credenciamento de Instituição Financeira, que somos clientes da e mantemos aplicações em fundos por eles administrados e/ou geridos.

Informamos ainda, que não há, em relação à prestação de serviços pela, nada que a desabone e nada dela temos a reclamar.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade, data.

Anexo II (continuação)

PAPEL COM TIBRE DO INSTITUTO

O(nome do instituto), inscrito no CNPJ sob o nº, sediado na Rua , na cidade , Estado, declara que a/o(instituição financeira) , CNPJ nº, presta serviços de administração/gestão de carteira de investimentos através de Fundos de Investimento para a Instituição.

Cidade, data.

Assinatura do responsável do Instituto

ANEXO III – SOMENTE GESTORES

Seção 1: Informações Sobre a Empresa
Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento ANBIMA

1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social
1.2	Nome de fantasia
1.3	Endereço
1.4	CNPJ
1.5	Data de constituição
1.6	Telefone
1.7	Fax
1.8	Website
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
1.10	Membro de associações de classe? Quais?
1.11	Nome de quem responde o questionário
1.12	Cargo
1.13	Telefone para contato

1.14	Fax		
1.15	E-mail para contato		
2 - Informações Institucionais			
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)		
2.2	Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.		
2.3	Qual a estrutura empresarial do grupo?		
2.4	Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)		
2.5	Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)		
2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).		
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?		
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.		
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?		
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?		
2.11	Descreva breve histórico da empresa.		
2.12	A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de Suitability. Em caso afirmativo, favor anexar.		
2.13	Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.		
2.14	Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)		
2.15	A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.		
3 - Números da Empresa			
3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.			
Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios sob gestão
2012			
2013			
2014			
2015			
2016			
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)		
· Fundos:		Nº % Carteira	
Domicílio local			
Domicílio em outro país			
· Clubes			

• Carteiras Domicílio local • Res. Nº 2.689			
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?		
Tipo	Nº	Exclusivos	% total
• Curto Prazo			
• Referenciado			
• Cambial			
• Renda Fixa			
• Multimercado			
• Dívida Externa			
• Ações			
• FIDC			
• FIP			
• FIEE			
• FII			
• Fundo de Índice (ETF)			
• Outras categorias			
3.4	Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?		
nº			
3.5	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?		
%			
3.6	Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?		
%			
3.7	Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?		
Tipo	nº	% passivo	
• Pessoas Físicas			
• Empresas			
• Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização			
• Investidores Institucionais Previdenciários			
• Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e family offices)			
• Investidor Estrangeiro			
• Governo			
3.8	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.		
4 - Receitas da Empresa			
4.1	Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)		
4.2	Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?		
4.3	A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?		
5 - Recursos Humanos			
5.1	Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?		
5.2	Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?		
5.3	Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?		
6 - Informações Gerais			
6.1	Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, hardware e software)? Existem planos de expansão?		
6.2	A empresa já foi objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente)		
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?		
7 - Informações Operacionais			
7.1 - Análise Econômica e Pesquisa			

7.1.1	Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
7.1.2	Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos
7.1.3	Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?
7.1.4	Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o buy side ou também produz relatórios e informações para outros (sell side)?
7.1.5	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?
7.2 – Gestão de Recursos	
7.2.1	Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
7.2.2	Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.
7.2.3	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?
7.2.4	Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?
7.2.5	Liste as corretoras aprovadas.
7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de discount brokers e research brokers.
7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
7.3 – Risco	
7.3.1 – Estrutura	
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?
7.3.1.3	Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.
7.3.1.4	Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).
7.3.1.5	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contêm e quem recebe e analisa estes relatórios?
7.3.2 - Risco de Crédito	
7.3.2.1	Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.
7.3.2.2	Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?
7.3.2.3	A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?

7.3.4 - Risco de Preço	
7.3.4.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, Stress Test, Stop loss, etc).
7.3.4.2	Como são formalizados os controles de risco de preço?
7.3.4.3	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: books tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
7.3.4.4	Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?
7.3.4.5	O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.
7.3.5 - Risco de Liquidez	
7.3.5.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.
7.3.5.2	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: books tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
7.3.6 - Risco Operacional	
7.3.6.1	Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.
7.3.6.2	Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.
7.3.6.3	Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.
7.3.6.4	Descreva a política de segurança da informação.
7.3.6.5	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações?
7.3.6.6	Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).
7.3.6.7	Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico).
7.3.6.8	Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.
7.3.6.9	A instituição possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?
7.3.6.10	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?
8 - Compliance e Auditoria Interna	
8.1	Quem são os responsáveis pelas áreas de compliance e auditoria interna e a quem se reportam?
8.2	Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.
8.3	Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.
8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa?
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa.
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como front running, vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de webmail externo)

8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores.	
8.8	Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.	
8.9	No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?	
8.10	Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras.	
8.11	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.	
8.12	Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?	
8.13	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.	
8.14	Descreva as regras para o tratamento de soft dollar tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.	
8.15	A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.	
8.16	São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?	
9 - Questões Jurídicas e Legais		
9.1	Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)	
9.2	A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.	
9.3	Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM, no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?	
10 - Anexos		
10.1	Resumo Profissional	Sim Não
10.2	Manual de Risco	Sim Não
10.3	Manuais de Marcação a Mercado	Sim Não
10.4	Manual de Compliance	Sim Não
10.5	Código de Ética e Conduta	Sim Não
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	Sim Não
10.7	Relatório de Rating	Sim Não
10.8	Manual de Liquidez	Sim Não
10.9	Política de Suitability	Sim Não

2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos. Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local

____/____/____

Data

Nome

3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
1.2	Entrada e saída dos principais sócios.
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização.
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.

ANEXO IV

AVALIAÇÃO DA SOLIDEZ PATRIMONIAL E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

NOME DA INSTITUIÇÃO: _____

1 - NÚMEROS DA EMPRESA:

1.1 - Tempo que a instituição administra recursos de terceiros

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 10		0
De 10 a 20 anos		1
Mais de 20 anos		2

1.2 - Patrimônio Líquido da Gestora apresentado no último balanço

Item	Assinalar	Pontuação
Até 50 milhões de reais		0
Acima de R\$ 50 milhões reais e até R\$ 100 milhões de reais		1
Acima de R\$ 100 milhões de reais		2

1.3 - Patrimônio sob gestão nos últimos 5 anos

Item	Assinalar	Pontuação
Até R\$ 1 bilhão de reais		0
De R\$ 1 bilhão de reais até R\$ 5 bilhões de reais		1
Acima de R\$ 5 bilhões de reais		2

1.4 - Fundos sob gestão da instituição enquadrados na legislação para os RPPS

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 5 fundos		0
De 5 a 10 fundos		1
Mais de 10 fundos		2

2 - RECURSOS HUMANOS:

2.1 - Experiência do gestor de fundos de investimentos. Considerar o tempo médio quando houver mais de um gestor.

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 5 anos		0
De 5 a 10 anos		1
Mais de 10 anos		2

2.2 - Tempo que o gestor está na instituição (Turn over). Considerar o tempo médio quando houver mais de um gestor.

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 5		0
De 5 a 10 anos		1
Mais de 10 anos		2

2.3 - Equipe de Gestão dedicada aos fundos de investimentos.

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 5 pessoas		0
De 5 a 10 pessoas		1
Mais de 10 pessoas		2

3 - ANÁLISE ECONÔMICA E PESQUISA:**3.1 - Análise macro e micro-econômica (research)**

Item	Assinalar	Pontuação
Não realiza		0
Realizada por terceiros		1
Realizada por equipe própria		2

3.2 - Risco de Preço (Var, stress testing, stop loss, entre outras)

Item	Assinalar	Pontuação
Não utiliza		0
Utiliza de 1 a 2 estratégias		1
Utiliza 3 ou mais estratégias		2

4 - GESTÃO DE RECURSOS:**4.1 - Rating da Instituição. ANEXO V**

Item	Assinalar	Pontuação
Rating menor de BBB- (ou assemelhado) ou não possui		0
Entre BBB- e AA+ (ou assemelhado)		1
AAA- ou AAA (ou assemelhado)		2

4.2 - Evolução da carteira sob gestão. Crescimento do patrimônio sob gestão no último exercício.

Item	Assinalar	Pontuação
Até 5%		0
De 5% a 10%		1
Acima de 10%		2

4.3 - Experiência na gestão de produtos estruturados (FIP, FII e FIDC).

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 5 anos		0
De 5 a 10 anos		1
Acima de 10 anos		2

4.4 - Sucesso na gestão de produtos estruturados. Já realizou desinvestimento de FIP e FII?

Item	Assinalar	Pontuação
Não		0
Sim		1

4.5 - Participação (%) de recursos próprios alocados nos fundos estruturados em relação ao patrimônio total do fundo (FIP e FII)

Item	Assinalar	Pontuação
Até 1% do capital comprometido		0
De 1% a 5% do capital comprometido		1
Acima de 5% do capital comprometido		2

4.6 - Desempenho na gestão dos fundos nos últimos 5 anos

Item	Assinalar	Pontuação/Meses
<24 meses Meses consecutivos Acima benchmark		1
>24 meses Meses consecutivos Acima benchmark		2

4.7 - Experiência com gestão de carteira de RPPS.

Item	Assinalar	Pontuação
Menos de 5 RPPS		0
De 5 a 10 RPPS		1
Acima de 10 RPPS		2

5 - GERENCIAMENTO DE RISCO:**5.1 - Possui área de análise de risco de crédito?**

Item	Assinalar	Pontuação
Não		0

Sim		1
-----	--	---

6 - COMPLIANCE E AUDITORIA INTERNA:**6.1 - Compliance – (manuais internos, código auto-regulação, código de ética, entre outros)**

Item	Assinalar	Pontuação
Não utiliza		0
Utiliza de 1 a 2		1
Utiliza 3 ou mais		2

6.2 - Segregação de Funções (chinese wall)

Item	Assinalar	Pontuação
Não		0
Sim		1

Assinatura do Responsável pelo Preenchimento

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO:

Item da Avaliação	Pontuação
1.1 - Tempo que a instituição administra recursos de terceiros	
1.2 - Patrimônio Líquido da Gestora apresentado no último balanço	
1.3 - Patrimônio sob gestão nos últimos 5 anos	
1.4 - Fundos sob gestão da instituição enquadrados na legislação para os RPPS	
2.1 - Experiência do gestor de fundos de investimentos. Considerar o tempo médio quando houver mais de um gestor.	
2.2 - Tempo que o gestor está na instituição (Turn over). Considerar o tempo médio quando houver mais de um gestor.	
2.3 - Equipe de Gestão dedicada aos fundos de investimentos.	
3.1 - Análise macro e micro-econômica (research)	
3.2 - Risco de Preço (Var, stress testing, stop loss, entre outras)	
4.1 - Rating da Instituição.	
4.2 - Evolução da carteira sob gestão. Crescimento do patrimônio sob gestão no último exercício.	
4.3 - Experiência na gestão de produtos estruturados (FIP, FII e FIDC).	
4.4 - Sucesso na gestão de produtos estruturados. Já realizou desinvestimento de FIP e FII?	
4.5 - Participação (%) de recursos próprios alocados nos fundos estruturados em relação ao patrimônio total do fundo (FIP e FII)	
4.6 - Desempenho na gestão dos fundos nos últimos 5 anos	
4.7 - Tipo da gestão	
5.1 - Possui área de análise de risco de crédito?	
6.1 - Compliance – (manuais internos, código auto-regulação, código de ética, entre outros)	
6.2 - Segregação de Funções (chinese wall)	
Total	

OBSERVAÇÕES:

1) Pontuação máxima 35 pontos.

2) Até 21 pontos: inabilitado.

3) Com 22 pontos ou acima: habilitado.

4) Caso alguma das questões não se aplicar a sua instituição, o Núcleo Gestor de Investimentos utilizará o seguinte critério para considerar a pontuação:

-Para cada questão onde a instituição não se aplicar, considerar-se-á, o valor mínimo da questão (1 ponto), e este deverá ser acrescentado a pontuação alcançada.

5) Datar e assinar os documentos, identificando o responsável pelo preenchimento.

ANEXO V

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA	
PRAZO	-	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-3	brA-	brA-3
Moody's	A3.br	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)
LF Rating	A-	A-	NA	A-	NA
Austin	A-	A-	A	A-	A

ANEXO VI**(CHECKLIST)**

Documentação	Cadastramento	Atualização (180 dias)
Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores e respectivos cadastros de pessoa física - CPF;	ü	ü Obs.: Somente quando houver alterações
Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;	ü	
Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.	ü	
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;	ü	
Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;	ü	ü
Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e Dívida Ativa da União;	ü	ü
Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da instituição;	ü	ü
Declaração da empresa de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I;	ü	ü
Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos, conforme Anexo I.	ü	ü
Credenciamento da instituição financeira/ agente autônomo de investimentos junto à CVM;	ü	
Demonstrar experiência na Administração, gestão de carteiras e distribuição de Fundos de Investimentos para Regimes Próprios de Previdência Social ou de Entidade Fechada de Previdência Complementar;	ü	ü
Classificação efetuada por agência classificadora de risco, como : I – de baixo risco de crédito; ou II – de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;	ü	
Preenchimento do Anexo III deste edital que trata da Seção 1: Informações Sobre a Empresa – Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento ANBIMA(SOMENTE PARA GESTORES)	ü	
Preenchimento do Anexo IV deste edital que trata Avaliação da Solidez Patrimonial e do Desempenho da Gestão, atingindo pontuação mínima de 22 pontos. (Não se aplica aos Distribuidores de Fundos de Investimentos)	ü	ü
Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;	ü	ü
Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Instituição, dados de, no máximo, 60(sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação	ü	ü
Contrato de prestação de serviços como agente autônomo por entidade autorizada e credenciada junto à CVM	ü	

Cidade e Data.

Nome/Assinatura/Email contato

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2017 UCI

Publicação Nº 1412424

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0001/2017 – UCI/AT

ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DIGITAL DE PONTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARROIO TRINTA.

A Unidade de Controle Interno do Município de Arroio Trinta/SC, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 1713, de 03 de Novembro de 2014,

RESOLVE:

Normatizar os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal acerca dos procedimentos para a utilização do sistema digital de ponto eletrônico e controle de frequência dos servidores públicos municipais.

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O controle de horário de entrada e saída dos servidores públicos municipais será disciplinado pelo disposto neste regulamento.

Art. 2º O registro de ponto é obrigatório a todos os servidores públicos em atividade.

§1º. O registro de ponto será mecânico, eletrônico ou manual, de acordo com as características de cada área, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração.

§2º. O registro de ponto deverá conter e refletir com fidelidade o horário real cumprido pelo servidor público municipal, observando-se a sua jornada de trabalho.

CAPÍTULO II**DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 3º A jornada de trabalho dos servidores públicos municipais de Arroio Trinta, será de 8 (oito) ou 6 (seis) horas diárias. O turno de 6 (seis) horas deverá ser cumprido em turno único, o turno de 8 (oito) horas deverá ser cumprido em 2 (dois) turnos de 4 (quatro) horas, com intervalo entre eles, não menor a 1 (uma) hora.

Parágrafo único. O horário de expediente dos setores da Prefeitura



do Município de Arroio Trinta, a partir de 1º de Novembro de 2017, será:

- Secretaria Municipal de Saúde, com expediente interno: 08:00hs as 12:00hs e 13:30hs as 17:30hs, com intervalo máximo de 01:30hs (uma hora e trinta minutos);
- Secretaria Municipal de Infraestrutura, com expediente externo: 07:30hs as 11:30hs e 13:30hs as 17:30hs, com intervalo máximo de 02:00hs (duas horas);
- Secretaria Municipal de Educação, com expediente que siga o horário escolar, obedecendo as escalas pré-definidas pelo Secretário de Educação;
- Demais Secretarias e Setores, com expediente interno: 07:45hs as 11:45hs e 13:30hs as 17:30hs, com intervalo máximo de 01:45hs (uma hora e quarenta e cinco minutos);

Art. 4º Fica através desta Instrução Normativa, instituído o Banco de Horas na Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

§1º. Ao final de cada trimestre será efetuado o levantamento do total horas trabalhadas, havendo sobra de horas, estas poderão ser revertidas em pecúnia ou em horas folga, mediante decisão e autorização do chefe imediato de cada setor.

§2º. O levantamento trimestral será efetuado pelo setor de RH sempre nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada exercício.

§3º. As horas autorizadas a serem pagas como extraordinárias, não serão computadas no banco de horas.

§4º. Não será devido o pagamento de horas extras a funcionários que estiverem devendo horas no controle do Banco de Horas

CAPÍTULO III DO REGISTRO DE PONTO

Art. 5º Excepcionalmente, nos registros de entrada e saída dos servidores municipais será observada uma tolerância de até 10 (dez) minutos tanto para registros antecipados, quanto para registros atrasados.

§1º. A tolerância aos atrasos, a que se refere o caput deste artigo não poderá ultrapassar 60 (sessenta) minutos mensais.

§2º. Havendo atrasos superiores aos limites acima descritos, sem o abono/autorização do chefe imediato, o servidor perderá a remuneração correspondente ao total de atrasos registrados.

Art. 6º O registro de ponto é o controle real e diário de entradas, saídas, faltas, atrasos, horas extraordinárias, dentre outras incidências.

Art. 7º O registro de ponto será feito, obrigatoriamente pelo próprio servidor, não podendo, sob qualquer hipótese, ser delegado a outra pessoa, sob pena de responsabilidade conforme disposto em Lei.

Parágrafo único. Não será permitido registro de ponto fora do horário de expediente sem autorização da chefia imediata, com exceção ao art. 5º desta normativa, sob pena de responsabilidade ao servidor, conforme disposto em Lei.

Art. 8º Para a manutenção dos pontos eletrônicos e da frequência, deverão ser considerados os códigos abaixo, que justificarão as alterações manuais solicitadas nos relatórios:

Cód 01 – ATRASO NÃO JUSTIFICADO: Entrada tardia ou saída antecipada sem compensação ou justificativa acordadas pela chefia imediata.

Cód 02 – FALTA NÃO JUSTIFICADA: Ausência ao serviço sem compensação ou justificativa acordadas pela chefia imediata;

Cód 03 – SAÍDA PARA CONSULTA/EXAME MÉDICO: Ausência do(a) servidor(a), para consulta ou exame médico, desde que haja

impossibilidade de agendar tais serviços, fora do horário de expediente. O comprovante do comparecimento ao local do exame/consulta deverá ser entregue ao chefe imediato em no máximo 48 horas após ocorrido o fato;

Cód 04 – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE: Ausência do(a) servidor(a), para tratamento de saúde, devidamente atestada por médico, o atestado deverá ser entregue ao chefe imediato, em até 48 horas do início da licença, caso contrário, será considerado como falta injustificada;

Cód 05 – AUSÊNCIA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE OU ACOMPANHAMENTO EM EXAME/CONSULTA MÉDICA, DE PESSOA DA FAMÍLIA: Ausência do(a) servidor(a), para acompanhar pessoa da família em consulta ou exame médico, e para tratamento de saúde. Desde que:

I - Seja comprovado que a pessoa seja dependente do(a) servidor(a);

II- Seja comprovada a impossibilidade de agendar tais serviços, fora do horário de expediente.

III – Habite no mesmo núcleo familiar do(a) servidor(a);

O comprovante do comparecimento ao local do exame/ consulta deverá ser entregue ao chefe imediato em no máximo 48 horas após ocorrido o fato;

IV – No caso de cônjuges ou companheiros, ambos funcionários da Prefeitura do Município de Arroio Trinta, somente 1(uma) vez ao ano poderão acompanhar ambos o(a) filho(a) menor de 6 (seis) anos de idade, nas demais consultas/exames, somente 1 (um) dos genitores poderá se ausentar do expediente para acompanhar o(a) filho(a) sem prejuízos, conforme inc. XI do Art. 37 da Lei Federal 13.257 de 08 de março de 2016;

Parágrafo único. Em casos de extrema necessidade, se os dois genitores precisarem acompanhar filho menor de 6 (seis) anos em consulta/exame médico, em mais de uma vez por ano, deverá haver prévia autorização da chefia imediata.

Cód 06 – FALECIMENTO DE ENTE: Nos casos previstos no inciso III do Art 88 da LC 1713 de 03/11/2014;

Cód 07 – CURSO: Ausência para participar de cursos, com autorização do chefe imediato, desde comprovadamente de interesse da área de atuação do(a) funcionário(a), mediante atestado ou certificado de participação que compreenda o período das faltas ao serviço, que deverá ser entregue a chefia imediata em até 48 horas após o retorno ao recinto;

Cód 08 - FÉRIAS: Ausência do serviço, para gozar de férias adquiridas, devidamente agendada com antecedência junto a chefia imediata;

Cód 09 – LICENÇA PRÊMIO: Ausência do serviço, para gozar de licença premio adquirida, devidamente agendada com antecedência junto a chefia imediata;

Cód 10 – LICENÇA MATERNIDADE: Nos casos previstos no Art 100 da LC 1713 de 03/11/2014;

Cód 11 – LICENÇA PATERNIDADE: Nos casos previstos no Art. 102 da LC 1713 de 03/11/2014;

Cód 12 – FOLGA POR TRABALHOS EM ELEIÇÕES: Ausência por trabalhos realizados em eleições, mediante atestado emitido pelo TRE;

Cód 13 – FOLGA POR CONVOCAÇÃO DO FÓRUM: Ausência por convocação do fórum, para comparecimento a júri;

Cód 14 – LICENÇA SEM VENCIMENTO – Ausência pelo período em licença sem vencimentos;

Cód 15 – REUNIÕES – Ausência para participar “a serviço” de reuniões de interesse da área de atuação, com autorização do chefe imediato;

Cód 16 - EVENTOS ESPORTIVOS: Folga concedida pelo chefe do poder executivo, aos funcionários em jogos ou eventos esportivos de notoriedade;

Cód 17 – SUBSTITUTOS: Ausência justificada pela compensação de pagamento de professores substitutos;

Cód 18 - VIAGEM A SERVIÇO: Ausência do serviço, por estar em viagem, desde que a serviço dos interesses públicos municipais;

Cód 19 – AFASTAMENTO PREVENTIVO: Ausência do serviço, por afastamento preventivo, quando réu em processo administrativo ou sindicância;

Cód 20 – DOAÇÃO DE SANGUE: Ausência por 01 (um) dia, conforme alínea a, do inciso I do Art 88 da LC 1713 de 03/11/2014, para doação de sangue, desde que comprovado documentalmente os devidos fins;

Cód 21 – PROBLEMAS TÉCNICOS: Ausência do registro de início/término de expediente por problemas técnicos no cartão ponto, como falta de energia, ou sistema do ponto, fora de operação;

Cód 22 – OUTROS: Por outros motivos não listados que possam vir a ocorrer, desde que devidamente justificados.

Parágrafo único. Em todos os atestados médicos por problemas de saúde que impliquem no afastamento dos servidores do local de trabalho, além do horário da consulta/exame, deverão constar o número do CID – Classificação Internacional de Doenças, para que sejam considerados válidos. Só serão aceitos atestados sem o número do CID, quando devidamente justificado o motivo.

Art. 9º Geram prejuízos financeiros e funcionais aos servidores, os seguintes códigos:

Cód 01 – ATRASO NÃO JUSTIFICADO

Cód 02 – FALTA NÃO JUSTIFICADA

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10 São Reponsabilidade da Chefia:

I. A integridade e veracidade do registro de ponto

II. O sigilo, a correção e a idoneidade dos dados prestados, observado o disposto neste regulamento.

III. No encerramento mensal do relatório do ponto, a chefia imediata assinará o registro de ponto dos servidores, confirmando as ocorrências já visadas no período.

Art 11 São Responsabilidades dos servidores:

I – Registrar, por meio biométrico, ou escrito (quando assim se fizer necessário), sua entrada e saída no local onde trabalha;

II – Apresentar à chefia imediata as eventuais justificativas de atrasos, ausências ou saídas antecipadas, para fins de avaliação com vistas ao abono ou a compensação;

III – Apresentar à chefia imediata, documentos que justifiquem as eventuais ausências amparadas por disposições legais;

Parágrafo único. Em caso de esquecimento por parte do funcionário em registrar via ponto, sua entrada ou saída do expediente, este terá descontado o período não anotado, salvo se conseguir comprovar documentalmente sua estada no ambiente de trabalho naquele período.

Art. 12 As horas extraordinárias registradas nos Controles de Frequência serão processadas para pagamento mediante ao lançamento

de protocolo específico devidamente autorizado pelo Secretário da Pasta devida, obedecendo o Art 81, §1º da LC 1713 de 03/11/2014. §1º. Os protocolos com as autorizações para pagamento de horas extraordinárias devem ser encaminhados ao setor de RH, até o 10º dia útil do mês subsequente à realização das horas.

§2º. O pagamento das horas extraordinárias, ocorrerá sempre no mês subsequente ao mês da realização das horas, junto ao pagamento da remuneração normal do mês.

Art. 13 Somente em casos especiais, devidamente justificados à chefia imediata pelo servidor e com a ciência do Secretário correspondente, poderá ser abonado o atraso superior ao estabelecido no art. 5º.

Parágrafo único. Aplica-se a mesma regra do caput deste artigo as saídas antecipadas.

Art. 14 Os servidores em atividades externas ou em viagens a serviço da Prefeitura Municipal terão seus registros de pontos anotados e rubricados pelo Secretário da área correspondente.

Parágrafo único. Os servidores das Secretarias de Infraestrutura e da Agricultura, com expediente externo, que por força de necessidade ou economicidade, não retornarem à sede das Secretarias correspondentes para o registro do ponto, no final do expediente matutino e início do expediente vespertino (horário do almoço), deverão ter justificada esta ausência de registro pelo chefe imediato, cabendo a este a decisão em considerar parte deste período como sendo hora extraordinária, ou não.

CAPÍTULO V DA INSPETORIA DO PONTO

Art. 15 O departamento responsável pelos Recursos Humanos fará inspeções in loco, quando entender necessário.

§1º. Constatando-se irregularidades ou descumprimentos do presente regulamento, a inspetoria de ponto fará a comunicação do fato, por escrito, ao secretário municipal da área correspondente e ao Controlador Interno do Município.

§2º. Compete ao Secretário Municipal da área verificar os fatos apontados pela inspetoria de ponto e apurar, através de expediente próprio, as irregularidades apontadas, sob pena de responsabilidade conforme disposto em Lei.

Art. 16 A atividade da inspetoria de ponto não exclui ou substitui a responsabilidade direta da chefia.

Parágrafo único. Cabe ao departamento de RH conferir e manter os Relatórios de Frequência sob sua guarda e emitir mensalmente o relatório de frequência e encaminhar aos respectivos setores .

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 É expressamente proibido ao servidor:

I – Bater o ponto de outro servidor sob qualquer motivo, sob a pena de responder civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas funções;

II – Ausentar-se do local de trabalho, após o registro do ponto de entrada, sem justificativa a sua chefia imediata.

III – Permanecer no local de trabalho fora do expediente, salvo quando previamente autorizado e convocado pela chefia imediata para a realização de serviços extraordinários;

Art. 18 A Prefeitura do Município de Arroio Trinta, disponibilizará aos Setores, os formulários para preenchimento quando necessário e posterior entrega ao setor de RH.

- Solicitação (pelo servidor) para ausentar-se do local de trabalho, para consultas médicas, cursos, reuniões, licenças, férias, entre outros motivos e para saídas antecipadas;
- Autorização/Negação, pela chefia imediata às solicitações;

- Autorização para a realização de horas extraordinárias;
- Justificativas do ponto;
- Demais relatórios que se mostrarem necessários.

A documentação supra citada, deverá ser assinada pelo funcionário e pela chefia imediata, e entregue ao setor de RH, até o 10º dia útil do mês subsequente ao mês do ocorrido, para providências.

Art. 19 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração ouvida a Assessoria Jurídica do Município e obedecendo a legislação vigente.

Art. 20 Esta normativa entra em vigor em 01/11/2017.

Arroio Trinta – SC, 24 de Outubro de 2017.

João Marcos Ferronato Michel Junior Serighelli
Controlador Interno Secretario de Administração de Finanças

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2993, de 05/10/2017

Publicação Nº 1411756

DECRETO Nº 2993, de 05 de Outubro de 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AS AÇÕES DE DESASSOREAMENTO EM DOIS CURSOS D'ÁGUA NOS BAIRROS NOSSA SENHORA DE LOURDES E BAIRRO VILA NOVA, NESTE MUNICÍPIO.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e de acordo com os artigos 1º e 2º, inciso I alínea b) da Resolução CONAMA nº 369/06, e demais legislação aplicável, e:

CONSIDERANDO a distribuição constitucional de competência para cuidar dos recursos hídricos, compreendendo a competência municipal;

CONSIDERANDO que cabe aos municípios registrar, acompanhar e fiscalizar o uso e exploração dos recursos hídricos em seu território, conforme dispõe o artigo 23 da Constituição da República vigente;

CONSIDERANDO que a água é um bem de domínio público, de utilização prioritária, e, que a sua preservação compreende também ao seu leito, a fim de garantir um meio ambiente equilibrado para às presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que devido às constantes chuvas que carregam material para o leito do rio, reconhecendo a urgência para execução de desassoreamento e limpeza nos Ribeirões do Município de Ascurra; e

CONSIDERANDO que o desassoreamento tem a finalidade de proporcionar a melhoria do curso do Rio e reduzir os prejuízos ao meio ambiente, econômico e social;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, como medida preventiva e de contenção de cheias, o desassoreamento e proteção do leito, e limpeza das margens dos seguintes ribeirões, compreendido na extensão abaixo descrita:

Desassoreamento mecanizado de dois trechos de cursos d'água localizado no Bairro Nossa Senhora de Lurdes (coordenadas 26º57'42"S 49º23'04"W, e 26º57'52"S, 49º23'19"W), devido ao assoreamento do mesmo que vem provocando alagamentos.

Desassoreamento mecanizado de um trecho do curso d'água localizado no Bairro Vila Nova (coordenadas 26º 56'43"S 49º23'59"W, devido ao assoreamento do mesmo que vem provocando alagamentos.

Art. 2º - A área descrita no artigo anterior tem como o objetivo específico a limpeza das margens, o desassoreamento e proteção do leito dos ribeirões.

Parágrafo único: a autorização que trata este Decreto não compreende a mudança no curso d'água do rio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ASCURRA, em 05 de Outubro de 2017.
LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI
Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra, em 05 de Outubro de 2017.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 3002, de 17/10/2017

Publicação Nº 1411965

DECRETO Nº 3002, de 17 de OUTUBRO de 2017.

DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, POR PRAZO DETERMINADO, À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ASCURRA.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, Incisos IV e XVI e Art. 107, §3º, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Fica outorgado à CÂMARA DE VEREADORES DE ASCURRA, permissão de uso, a título precário e oneroso, por prazo determinado, de bem público que assim se descreve: um espaço público locado junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ascurra, contendo a área de aproximadamente 294m² (duzentos e noventa e quatro metros quadrados), para instalação e funcionamento das atividades da Câmara de Vereadores de Ascurra.

Parágrafo Único - A permissão de uso será formalizada mediante Termo Permissão de Uso de bem público municipal nos termos do presente decreto, a ser lavrado obedecendo as seguintes cláusulas:

I - a natureza onerosa da permissão;

II - a finalidade exclusiva do uso do bem pela Câmara de Vereadores de Ascurra para instalação e funcionamento das suas atividades.

III - a proibição da transferência a qualquer título a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão, salvo anuência expressa da Administração do Município de Ascurra;

IV - a proibição da modificação do uso a que se destina, sem expressa e estrita concordância da Administração do Município de Ascurra;

V - a obrigação do permissionário de zelar pela conservação do bem, sendo responsável pelos danos ou prejuízos causados a terceiros, de ordem pessoal ou material, ocorridos no espaço objeto desta permissão;

VI - a plena rescindibilidade de permissão por ato administrativo do Município, sem que fique com isto obrigada a pagar ao permissionário indenização de qualquer espécie:

a) a qualquer momento em que o bem seja necessário ao Município;

b) quando ocorrer inadimplemento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem

público.

c) a revogação da permissão de uso em razão de qualquer desses itens mencionados implicará no imediato retorno do bem ao domínio Municipal.

Art. 2º - A presente permissão de uso de bem público municipal se faz exclusivamente em função de relevante interesse público representado pelas atividades da Câmara Municipal de Vereadores de Ascurra.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Ascurra em, 17 de outubro de 2017.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 17 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Art. 5º - O instrumento de concessão da subvenção poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 90 (noventa) dias contados do pagamento.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 26 de Outubro de 2017.
LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI
Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 26 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1491, de 26/10/2017

Publicação Nº 1411975

LEI Nº 1491, de 26 de Outubro de 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transferir recursos a título de subvenção social em favor da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, para o exercício de 2017, e dá outras providências.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito do Município Ascurra/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, inscrita no CNPJ sob nº 04.754.806/0001-26, situada a BR 470, Km 90,5, nº2080, Bairro Estação, neste município de Ascurra, no valor de R\$ R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), em parcela única.

Parágrafo Único – Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo destinam-se a atender relevante serviço de interesse público em atividades de educação, saúde, prevenção, defesa e garantia de direitos e segurança entre outras, visando à valorização do ser humano.

Art. 2º - Para a celebração do Termo de Fomento a entidade deverá apresentar toda a documentação necessária em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, regulamentada no âmbito do Município de Ascurra pelo Decreto n. 2.948/2017.

Art. 3º – Fica obrigada a associação beneficiada a prestar contas ao município.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

0301 –Secretaria de Administração e Planejamento
04.121.01002003 –Contribuições Financeiras a Entidades
300000000 – Despesas Correntes
335000000 – Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos
3350439900 – Outras Subvenções Sociais
Vínculo – 01000 – Recursos Ordinários

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2017

Publicação Nº 1411883

DECRETO Nº 047/2017

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1514 de 16 de outubro de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.1.003 – Construção/Ampliação da Rede Física – Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 17 de outubro de 2017.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2017

Publicação Nº 1411884

D E C R E T O Nº 048/2017.

"Estabelece Horário Facultativo para Servidores e Empregados nas Repartições Públicas Municipais e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo aos servidores e empregados, nas repartições públicas municipais, no dia 03 de novembro de 2017, em virtude do feriado do dia 02 de Novembro.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, (SC), 20 de outubro de 2017.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 049/2017

Publicação Nº 1411885

DECRETO Nº 049/2017

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1498 de 30 de março de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.125.0007.2.047 – Manutenção das Atividades FUNREBOM
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
3.3.90.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 20 de outubro de 2017.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 1/2017-FMSA

Publicação Nº 1412053

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATORIO Nº 3/2017- FMSA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº1/2017 - FMSA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO Nº1/2017- FMSA, para o seguinte objeto CHAMAMENTO PUBLICO PARA REALIZAÇÃO DE TERMO DE PARCE-RIA QUE TEM COMO OBJETIVO A COOPERAÇÃO NA MANUTENÇÃO DE VAGAS PARA 02 (DOIS) INTERNOS PROVENIENTES DO MUNI-CÍPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Global. Abertura dia 29 de novembro de 2017, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br ouwww.atalanta.sc.gov.br, ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 25 de Outubro de 2017.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL- Prefeito Municipal de Atalanta-SC

LEI Nº 1517/2017

Publicação Nº 1411874

LEI N.º 1517/2017

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) destinado a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
4.4.90.00.00.00.00.00.00080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária na dotação do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.451.0064.1.007 – Implantação Urbanística
4.4.90.00.00.00.00.00.00080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 26 de outubro de 2017.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 13/2017 - FME

Publicação Nº 1411812

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 13/2017- FME DE 23/10/2017-FME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017- FME
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 003/2017 - FME
HOMOLOGADO EM 23/10/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 021/2017 – FME Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2017-FME, e tem por objeto a Contratação de empresa para CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NO CENTRO INTEGRADO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIRIAN GENNY FRIEDRICHSEN – CIEF conforme documentos anexos ao Processo, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação

O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais), conforme Planilha de Custos, parte integrante do presente contrato. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

- A Contratada terá um prazo de 90 (noventa) dias para a execução do objeto, conforme Cronograma Físico Financeiro anexo ao Processo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço pela Secretaria de Educação.

Balneário Piçarras/SC, 23 de outubro de 2017.

URCA URBANIZADORA E CONSTRUTORA CATARINENSE EIRELI ME
LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

CONTRATO 26/2017 - PMBP

Publicação Nº 1411717

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 26/2017 - PMBP DE 04/10/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017
HOMOLOGADO EM 04/10/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 47/2016, Pregão Presencial nº 18/2016, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer serviço de destinação de resíduos sólidos.

O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ R\$14.987,50 (quatorze mil, novecentos e oitenta e sete reais), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura

Balneário Piçarras, 4 de outubro de 2017.

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA – Contratada

Leonel José Martins – Município de Balneário Piçarras – Contratante.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017- PMBP TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 009/2017- PMBP

Publicação Nº 1412108

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017- PMBP

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 009/2017- PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obras e serviços de PAVIMENTAÇÃO COM PAVER E SINALIZAÇÃO DA RUA ELEOTÉRIA VIEIRA FIGUEREDO. Contrato De Repasse Nº828666/2016/MCIDADES/CAIXA- Processo Nº 2626.1029514-96/2016. Data/horário recebimento envelopes: 20/11/2017 às 14hs. Data/horário abertura envelopes: 20/11/2017 às 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras/SC, 26 de outubro de 2017.

Leonel José Martins - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2017- PMBP TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 010/2017- PMBP

Publicação Nº 1412360

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2017- PMBP

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 010/2017- PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obras e serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADAS, LOMBADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ABÍLIO MANOEL DE BORBA - TRECHO 1 E 2. Data/horário recebimento envelopes: 21/11/2017 às 14hs. Data/horário abertura envelopes: 21/11/2017 às 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras/SC, 26 de outubro de 2017.

Leonel José Martins - Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 075/PMBR/2017

Publicação Nº 1412405

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 075/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 14/11/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de dois veículos novos, tipo utilitário, para uso da Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão - SC, 26 de Outubro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMBR/2017

Publicação Nº 1412714

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 09/11/2017 às 11h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto Registro de Preço para futuras contratações de serviços de Caminhão Pipa, incluindo motorista para manutenção das estradas e vias do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão - SC, 26 de Outubro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/PMBR/2017

Publicação Nº 1412691

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 14/11/2017 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto Registro de Preços para futuras aquisições de 05 (cinco) Containers Marítimo, transformados em Módulos Habitáveis, para uso do Corpo de Bombeiros Militar (Salva Vidas) nas operações veraneio do Município de Balneário Rincão/SC, 4 (quatro) Containers Marítimo para uso no pátio de Obras da Prefeitura Municipal do Balneário Rincão SC, conforme especificações do Termo de Referência, Projetos e demais anexos do referido edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão - SC, 26 de Outubro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

EXTRATO DE ADITIVO - AFA

Publicação Nº 1412421

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 048/PMBR/2017. OBJETO: Termo Aditivo o ACRESCIMO E SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS do Contrato Nº. 048/PMBR/2017, que tem como objeto a aquisição de 05 (cinco) containers marítimo transformado em Módulos Habitáveis sob medida, com 6,06 metros de comprimento x 2,44 metros de largura x 2,60 altura, para uso do Corpo de Bombeiros Militar (Salva Vidas), nas operações veraneio no Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 26/10/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio- Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Dilaine Alves da Veiga Dias

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 62/2017 PMB

Publicação Nº 1411906

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2017
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA RELATIVA AOS SERVIÇOS PRESTADOS, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 13/11/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 26 de outubro de 2017.
Celso Biegelmeier- Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 71_2017.DOC

Publicação Nº 1412569

Decreto nº 071, de 27 de novembro de 2017.
Decreta ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no dia 03 de novembro de 2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no dia 03 de novembro de 2017, sexta-feira, dia seguinte ao feriado nacional de finados, nos períodos matutino e vespertino.

Art. 2º Mantêm-se em funcionamento normal os serviços de Saúde considerados essenciais à população adotando-se o plantão.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 27 de novembro de 2017.
CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 323 - 01 DE SETEMBRO - EXONERAÇÃO - JOSÉ AURINO DE OLIVEIRA NETO

Publicação Nº 1412127

Portaria nº 323, de 01 de setembro de 2017.
EXONERA À PEDIDO CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor Senhor JOSÉ AURINO DE OLIVEIRA NETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Grupo I, Código DAS-3, 40 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com remuneração atinente ao cargo e a carga horária.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 01 de setembro de 2017.
CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 324 - 01 DE SETEMBRO - RESCISÃO - DANIELA REGINA BOSING

Publicação Nº 1412132

Portaria nº 324, de 01 de setembro de 2017.

RESCISÃO DE ORIENTADOR EDUCACIONAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato de Trabalho Nº 005/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir por Retorno de servidora efetiva o Contrato de Trabalho da a Senhora DANIELA REGINA BOSING exercendo temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Orientador Educacional – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, com carga horária de 20 horas semanais específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 20 horas semanais, junto a Escola Municipal Anita Garibaldi, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 01 de setembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 325 - 04 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAURI BERTI

Publicação Nº 1412133

Portaria nº 325, de 04 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde o Senhor MAURI BERTI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provisamento Efetivo de Motorista, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, pelo período de 05 (cinco) dias, de 04/09 à 08/09/2017, de conformidade com atestado médico datado de 04/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de setembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 326 - 04 DE SETEMBRO - CONTRATAÇÃO ACT - DANIELA REGINA BOSING

Publicação Nº 1412134

Portaria nº 326, de 04 de setembro de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 045/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no Processo Seletivo nº 04/2016, fica admitido a Senhora DANIELA REGINA BOSING para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Orientador Educacional – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, com carga horária de 20 horas semanais específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, para o período de 04/09 à 21/12/2017, com carga horária de 20 horas semanais, junto a Escola Municipal Bandeirante, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga excedente, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas

previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprazado neste instrumento, será expedida portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de setembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 327 - 04 DE SETEMBRO - CONTRATAÇÃO ACT - GLEICE BRANCO DA CRUZ

Publicação Nº 1412135

Portaria 327, de 04 de setembro de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 046/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no Processo Seletivo nº 05/2016, fica admitido a Senhora GLEICE BRANCO DA CRUZ para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de exercer o Cargo de Provisamento Efetivo de Orientadora Social, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, para o período de 04/09 à 26/02/2018 ou até a liberação da servidora substituída pela perícia do INSS, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga vinculada a servidora Liliana Crivelatti, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprazado neste instrumento, será expedida portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de setembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 328 - 04 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - NILSO SIMIONI

Publicação Nº 1412136

Portaria nº 328, de 04 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor NILSO SIMIONI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, até 04/09/2017, de conformidade com Comunicação de Decisão do INSS, datada de 04/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 329 - 05 DE SETEMBRO - FÉRIAS - EVANDRO DE CESARO

Publicação Nº 1412137

Portaria nº 329, de 05 de setembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Senhor EVANDRO DE CESARO, ocupando e exercendo as funções do cargo Efetivo de Motorista, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 08/01/2016 a 07/01/2017, com gozo no período de 11/09 a 10/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 05 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 330 - 05 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - GILSON PASA

Publicação Nº 1412138

Portaria nº 330, de 05 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde o Senhor GILSON PASA, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 02 (dois) dias, de 05/09/2017 a 06/09/2017 de conformidade com Atestado Médico, datado de 05/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 05 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 331 - 06 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - JUSSIR HILÁRIO MULLER

Publicação Nº 1412139

Portaria nº 331, de 06 de setembro de 2017.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor JUSSIR HILÁRIO MULLER, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 03 (três) dias, de 06/09 a 08/09/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 06/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 06 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 332 - 08 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - TIAGO FORTI

Publicação Nº 1412141

Portaria nº 332, de 08 de setembro de 2017.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor TIAGO FORTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 01 (um) dia, em 08/09/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 08/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 08 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 333 - 11 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - LILIANA CRIVELATTI

Publicação Nº 1412142

Portaria nº 333, de 11 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora LILIANA CRIVELATTI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Orientadora Social, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, pelo período de 11/09/2017 a 25/10/2017, de conformidade com Comunicação de Decisão do INSS, datado de 11/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 334 - 12 DE SETEMBRO - FÉRIAS - ESTEVÃO CASTELO FERRARINI

Publicação Nº 1412143

Portaria nº 334, de 12 de setembro de 2017.

CONCEDE GOZO DE DIAS DE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gozo de 09 dias de férias ao servidor Senhor ESTEVÃO CASTELO FERRARINI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período o qual foi chamado a retornar aos trabalhos, com gozo no período de 14/09 a 22/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 12 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 335 - 14 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - FATIMA MERLINI SIMONETTI

Publicação Nº 1412144

Portaria nº 335, de 14 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Senhora FATIMA MERLINI SIMONETTI, ocupante e exercendo as funções do Cargo do Cargo de Provimento Efetivo de Professor para Educação Infantil, Grupo Magistério/Professor, Nível III – Pós Graduação em Nível de Especialização na Área de Formação e Atuação, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 01 (um) dia, em 14/09, de conformidade com Atestado Médico, datado de 14/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 336 - 14 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - JUSSIR HILÁRIO MULLER

Publicação Nº 1412145

Portaria nº 336, de 14 de setembro de 2017.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor JUSSIR HILÁRIO MULLER, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 01 (um) dia, em 14/09/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 14/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 337 - 14 DE SETEMBRO - RESCISÃO - GUIOMAR SANTIN RODRIGUES DA ROSA

Publicação Nº 1412146

Portaria nº 337, de 14 de setembro de 2017.

RESCISÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato de Trabalho Nº 43/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir por término o Contrato de Trabalho da Senhora GUIOMAR SANTIN RODRIGUES DA ROSA exercendo temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 14 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 338 - 18 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CLAUDINEI CAVASSINI

Publicação Nº 1412147

Portaria nº 338, de 18 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Senhor CLAUDINEI CAVASSINI, exercendo as funções do Cargo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, com carga horária de 20 horas semanais junto a Escola Municipal Bandeirante, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo, pelo período de 15 (quinze) dias, de 18/09/2017 à 02/10/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 18/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 18 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 339 - 18 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - NADIA DREON FARIA ZANATTA

Publicação Nº 1412194

Portaria nº 339, de 18 de setembro de 2017.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora NADIA DREON FARIA ZANATTA, exercendo as funções do Cargo de Provimento em Comissão de Advogado – Assessor Geral, Grupo I, Código DAS-1, 20 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 01 (um) dia, em 18/09/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 18/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 18 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 340 - 19 DE SETEMBRO - CONTRATAÇÃO ACT - INES MARIA DE VALLE GONZATTI

Publicação Nº 1412195

Portaria nº 340, de 19 de setembro de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 047/2017.
RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no Processo Seletivo nº 04/2016, fica admitido a Senhora INES MARIA DE VALLE GONZATTI, para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área Específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, para o período de 19/09 a 02/10/2017, com carga horária de 20 horas junto a Escola Municipal Bandeirante, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga vinculada ao servidor Srº Claudinei Cavassini, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprazado neste instrumento, será expedida portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 19 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 341 - 20 DE SETEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - FATIMA MERLINI SIMONETTI

Publicação Nº 1412196

Portaria nº 341, de 20 de setembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Senhora FATIMA MERLINI SIMONETTI, ocupante e exercendo as funções do Cargo do Cargo de Provimento Efetivo de Professor para Educação Infantil, Grupo Magistério/Professor, Nível III – Pós Graduação em Nível de Especialização na Área de Formação e Atuação, 40

horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 02 (dois) dias, de 20/09 a 21/09/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 20/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 20 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 342 - 27 DE SETEMBRO - FÉRIAS - MARCELO HASS

Publicação Nº 1412197

Portaria nº 342, de 27 de setembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidor Senhor MARCELO HAAS, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2017, com gozo no período de 02/10 a 31/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 27 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 343 - 27 DE SETEMBRO - FÉRIAS - RUBIAN LUCION

Publicação Nº 1412198

Portaria nº 343, de 27 de setembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora RUBIAN LUCION, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, Grupo III, Código ANS, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016, com gozo no período de 02/10 a 31/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 27 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 344 - 27 DE SETEMBRO - FÉRIAS - CENESIO JOSÉ BRAUN

Publicação Nº 1412199

Portaria nº 344, de 27 de setembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidor Senhor CENÉSIO JOSÉ BRAUN, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, Grupo III, Código TSG, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 08/04/2015 a 07/04/2016, com gozo no período de 02/10 a 31/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 27 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 345 - 28 DE SETEMBRO - FÉRIAS - PATRICIA BATTISTI

Publicação Nº 1412201

Portaria nº 345, de 28 de setembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora PATRICIA BATTISTI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Psicólogo, Grupo III, Código ANS, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, por tempo indeterminado, referente ao período de 01/07/2016 a 30/06/2017, com gozo no período de 02/10 a 31/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos

respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 28 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 346 - 28 DE SETEMBRO - DESIGNAÇÃO - GRACIELE LUCIA BAGNARA

Publicação Nº 1412202

Portaria nº 346, de 28 de setembro de 2017.

DESIGNAR AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELOS ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE Saúde E Saneamento DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Senhora Servidora GRACIELE LUCIA BAGNARA, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, como agente público responsável pelos encaminhamentos das ações e serviços públicos de saúde e saneamento básico ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município quando da ausência do Secretário Municipal Senhor Neuri Biazzi.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 28 de setembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 003-2017**

Publicação Nº 1412348

CONTRATO Nº 003/2017.
MODALIDADE: Prestação de Serviços.

Câmara Municipal de Bandeirante - SC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua João Bataglin, 1116, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.617.161/0001-78, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Bandeirante - SC, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. MARCIANO PERASSOLI, solteiro, CPF nº. 063.399.799-47, residente na Linha Novo Encantado, interior, neste Município, doravante denominado simplesmente de Contratante.

CONTRATADO: MKANET SERVIÇOS e COMERCIO DE INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF nº. 08.766.055/0001-19, situado a Rua Waldemar Rangrab, nº 77, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste, neste ato representado por seu sócio Senhor Mag-nos Franzen de Souza, brasileiro, casado, técnico em informática, CPF nº.974.927.870 -49, residente e domiciliado a Rua José Bonifácio, nº. 191, Bairro São Gotardo cidade São Miguel do Oeste, doravante denominado simplesmente de Contratado.

FUNDAMENTO LEGAL: o presente contrato se fundamenta nas disposições estatuídas pela Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores e demais legislações aplicadas, pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, bem como nas condições estabelecidas na proposta do contratado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONEXÃO E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BAN-DEIRANTE, conforme quantidades e especificações constantes a seguir:

ITEM	MESES	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	12	Fornecimento dos serviços e a instalação do link de internet via fibra óptica para a Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante deverá ser de banda larga de 10 (dez) Mbps.	79,90	958,80

VALOR TOTAL R\$ 958,80

0.1 – O meio de entrega do Link deverá ser via FIBRA ÓPTICA com velocidade de 10 (dez) Mbps.

0.2 – Os custos (material e mão de obra), meio de transporte, referentes à instalação serão de responsabilidade da contratada.

0.3 – O prazo para a instalação do Link será de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, sendo que este período será considerado como CARÊNCIA, não tendo nenhum tipo de ônus para o poder público municipal, até que todo o sistema fique adequado.

0.4 – Após a instalação do link, estabelece-se que os serviços serão contratados pelo período de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

0.5 – A garantia de disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana.

0.6 – Os defeitos deverão ser solucionados em até 04 (quatro) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte do município.

PARAGRAFO ÚNICO: O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇOS

2.1 - Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, os valores de acordo com os constantes na tabela da clausula primeira - do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECURSOS FINANCEIROS E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Os Recursos Financeiros serão de origem própria, de transferências constitucionais e legais.

3.2 - As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta do orçamento municipal vigente no ano de 2017, nas seguintes rubricas contábeis:

ANO	Despesa	Recursos	Compl. de despesa	VALOR
2017	4	1001 Próprios	3.3.90.39.47.00.00.00	159.80
2018	4	1001 Próprios	3.90.39.47.00.00.000	799

3.3 - O pagamento será efetuado, procedendo conforme as seguintes condições:

3.3.1 - A forma de pagamento do objeto deste contrato será efetuada, pelo contratante, em depósito bancário, na conta informada pela contratada, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente da prestação do serviço, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, e depois de processada a respectiva despesa pelo órgão de contabilidade geral deste Ente Federado, em conformidade com o disposto na lei federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO

4.1 - Os preços contratados não serão reajustados durante o período de vigência do presente contrato.

4.2 Em caso de prorrogação do contrato, os valores poderão ser reajustados no 13º mês de acordo com o IGPM, acumulado dos últimos 12 meses, poderá a critério do Poder Executivo Municipal ser reajustado, para mais ou para menos, mediante apresentação por parte do licitante de documentos fiscais que comprovem o reajuste dos preços.

CLAÚSULA QUINTA - DA FORMA, PRAZO E LOCAIS DE EXECUÇÃO

5.1 - A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, em regime de Empreitada por Preço Unitário (mensal).

5.2 - O prazo máximo que a CONTRATADA dispõe para a implantação dos serviços previstos na Cláusula Primeira, contados a partir da data da assinatura deste instrumento é de 30 (trinta) dias consecutivos.

5.3 - Os serviços objeto do presente contrato, deverá ser implementado junto a Câmara Municipal de Bandeirante.

5.4 - O aceite final dos serviços será efetuado somente após os testes realizados pelos técnicos da contratante, devendo-se observar o integral e perfeito acesso à Internet e à rede de dados da contratante.

CLAÚSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços com observância das normas regulamentares expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL que regem a prestação dos serviços de comunicação de dados, bem como de acordo com as seguintes obrigações:

6.2. Executar os serviços especificados no presente contrato, atendendo todas as exigências ali mencionadas;

6.3. Manter seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante;

6.4. A CONTRATADA, ao término do contrato, deverá retirar, às suas expensas, os equipamentos instalados para a prestação dos serviços.

6.5. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE disponibilizará o espaço físico onde serão instalados os equipamentos de terminação da CONTRATADA, bem como o bastidor (rack), se isso for necessário.

7.2. A CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, por escrito, as irregularidades apuradas quanto ao objeto ora contratado.

7.3. A CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA sobre a aplicação de eventual multa, nos termos da cláusula relativa à penalidade.

7.4. A CONTRATANTE deverá pagar o preço ora ajustado, nas condições e prazos indicados no presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante a conveniência da administração pública nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante termo aditivo a ser firmado com antecedência de pelo menos 15 dias antes do término do contrato.

8.2. Durante o período de vigência deste contrato, nos termos da legislação vigente, a velocidade do link de acesso poderá ser expandida, a qualquer tempo e a critério da CONTRATANTE, mediante termo aditivo ao contrato.

8.3. As alterações que porventura venham a ocorrer na constituição da empresa contratada deverão ser previamente informadas à CONTRATANTE que decidirá sobre a possibilidade de transferência ou cessão das obrigações contratuais, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 - Se a contratada descumprir as condições estabelecida no presente instrumento contratual ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura de Bandeirante – SC, poderá aplicar à empresa contratada, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

PARAGRAFO SEGUNDO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município.

PARAGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento será processado à contratada penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

PARAGRAFO ÚNICO - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto, bem como o custo para a reparação dos mesmos.

11.2 - É da contratada a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os materiais fornecidos, em qualquer esfera.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1 - Para dirimir as questões decorrentes da execução deste Termo Contratual, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste,

Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegio ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Bandeirante – SC, em 17 de outubro de 2017.

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE
MARCIANO PERASSOLI – Vereador Presidente
CONTRATANTE

MKANET SERV. e COM. DE INFOR. LTDA
Resp: Magnos Franzen de Souza
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARINES CAPELETO:
CPF n.º 01855393948

PATRICIA SIMA PROCOPIO
CPF n.º 07720341929

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº978 CDE

Publicação Nº 1412344

DECRETO Nº978/2017, DE 26 de outubro de 2017

"ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Desenvolvimento Econômico, composta dos seguintes membros:

I – Representante Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Sadi Pandolfo;

II – Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: Ademir Dassi;

III – Representante da Epagri: Claudinei Isoton;

IV – Representante da Sociedade Civil: Rogério Tesser;

V – Representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda: Roberto Francisco Giongo;

VI – Representante da Indústria e Comércio: Itacir Novello;

V – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Viações Públicas: Enoir Pedro Schafer.

Art. 2º. Os membros da Comissão exercerão o mandato até 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA/SC, em 26 de outubro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº979 2017 CCO

Publicação Nº 1412203

DECRETO Nº. 979/2017

INSTITUI A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA (CCO) PARA ORGANIZAR AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 20º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, E REVOGA O DECRETO Nº 946/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Moacir Piroca, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para organizar as festividades alusivas ao 20º aniversário de emancipação política administrativa do Município de Barra Bonita- SC, conforme segue:

I – Presidente: Leliandra Luciana Vilanova

II – Vice - Presidente: Sanir Francisco Bedin

III – Secretário: Roberto Francisco Giongo

IV – Membro: Cristiane Sturmer

V – Membro: Nilva Bau Boss

VI – Membro: Neura Deres

VII – Membro: Claudenir Stella

VIII – Membro: Sadi Pandolfo

IX– Membro: Nadia Bernardi

X– Membro: Antoninho Nunes de Arnote

XI– Membro: Osvaldo Ruppel

XII – Membro: André Pavanatto

XIII – Membro: Claudinei Isoton

XIV – Membro: Gabriela Guaragni

XV – Membro: Fabiana Shaubler Maciel

XVI – Membro: Rodrigo F Stringhini.

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando o Decreto nº 946/2017 e as disposições em contrário.

Barra Bonita, SC, em 26 de outubro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal de Barra Bonita.

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 980/2017

Publicação Nº 1412395

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 980/2017

"Procede abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº.780/2016, de 14 de dezembro de 2016:

DECRETA

Art.1º- Fica o aberto Crédito Adicional Suplementar destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente no que concerne a parte da Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal Nº. 780/2016, de 14 de dezembro de 2016, a saber, e abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV/ : 12.361.0010.2008 – ADM.GERAL BENS SERV.SEC. MUN.EDUC.

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação
..... R\$. 5.080,00

PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação
..... R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS

UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários
..... R\$. 120.000,00

Total R\$. 145.080,00

Art. 2º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso a redução de dotações, bem como o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2016 nas fontes abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO
UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV/ : 12.361.0010.2008 – ADM.GERAL BENS SERV.SEC. MUN.EDUC.
CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas – Investimentos
FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação
..... R\$. 5.080,00

PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL
CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas – Investimentos
FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação
..... R\$. 20.000,00

SUPERAVIT 2016

FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinário
..... R\$. 120.000,00

Total R\$. 145.080,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC, em 26 de outubro de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412545

PORTARIA Nº 330 de 26 de outubro de 2017.
Concede diária e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º-Conceder 3 (três) diárias a servidora Gabriela Guaragni matrícula nº335802, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro Geral da Prefeitura Municipal, no valor de R\$465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), para viagem a cidade de Chapecó-SC, conforme Memorando Nº019/2017 e Roteiro de Viagem nº019/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA em 26 de outubro de 2017.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 331 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412548

PORTARIA Nº 331 de 26 de outubro de 2017.
Concede diária e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º-Conceder 3 (três) diárias a servidora Silvana Shuler de Quadros matrícula nº42101, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Quadro Geral da Prefeitura Municipal, no valor de R\$465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), para viagem a cidade de Chapecó-SC, conforme Memorando Nº021/2017 e Roteiro de Viagem nº021/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA em 26 de outubro de 2017.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 332 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412549

PORTARIA Nº 332 de 26 de outubro de 2017.
Concede diária, adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º-Conceder 3 (três) diárias a servidora Gesi Zanotti matrícula nº126601, ocupante do cargo de Professora, designada Coordenadora do CRAS do Quadro Geral da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 519,00 (quinhentos e dezenove reais), para viagem a cidade de Florianópolis-SC, conforme Memorando Nº020/2017 e Roteiro de Viagem nº020/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO a servidora acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para despesas de locomoção na cidade de Florianópolis- SC, conforme Memorando nº022/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.3º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em

conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA em 26 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 333, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412550

PORTARIA Nº 333, de 26 de outubro de 2017.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Vali Rost Zangalli, na importância de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), para participar do XI Conferência da Assistência Social, representando a sociedade civil, conforme Memorando nº023/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 26 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 334, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412552

PORTARIA Nº 334, de 26 de outubro de 2017.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Volnei Demari, Matrícula nº 155201, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Pato Branco/PR, conforme Memorando Nº065/2017 e Roteiro de Viagem nº031/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 26 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 335, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412556

PORTARIA Nº 335, de 26 de outubro de 2017.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Vanderlei Pelozato matrícula nº221304, ocupante do cargo de Motorista, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R\$340,00 (trezentos e quarenta reais), conforme Memorando nº034/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Turismo.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 26 de outubro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PREGÃO Nº 024/2017 - FMS

Publicação Nº 1412125

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2017 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017 - MULTIENTIDADE

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, onde o objeto é a "A LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE (PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA, FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, CAMARA DE VEREADORES), CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS".

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 10/11/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 10/11/2017 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 27 de Outubro de 2017.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro

REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 030/2017 - MULTI

Publicação Nº 1412045

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como: Considerando ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público e o erário de despesas comprovadamente antieconômicas e de práticas irregulares; Considerando o que dispõe o art. 49 da Lei nº 8.666/93: "Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

Bela Vista do Toldo, 25 de Outubro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO TP 71/2017

Publicação Nº 1411912

ATA DE CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

DATA: 25/10/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2017.

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 71/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS NA NOVA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 002/2017, para dirimir a respeito da conclusão do processo licitatório supracitado.

Na ata da sessão de julgamento da licitação ocorrida no dia 11/10/2017 foi declarada vencedora do certame a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI ME com o valor total global de R\$ 106.119,45 (cento e seis mil, cento e dezanove reais e quarenta e cinco centavos).

Foi o resultado deste julgamento publicado na imprensa oficial e intimadas as empresas para, querendo apresentar recurso nos termos do art. 109, alínea "b" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação da ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Após decorrido o prazo recursal concedido não houve qualquer manifestação por parte dos licitantes interessados, sendo que a licitante segunda colocada TERRAPLENAGEM POFFO LTDA ME, apresentou declaração de desistência ao prazo recursal, ficando, portanto, viabilizada a continuidade do certame.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da comissão de licitações.

Encaminhe-se os autos devidamente instruídos e conclusos para análise jurídica e apreciação da autoridade superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
-------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

AVISO DE LICITAÇÃO - CV 96/2017

Publicação Nº 1411989

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONVITE Nº 96/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Convite.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÃO PARA A MOSTRA FOLCLÓRICA DA FESTA DAS TRADIÇÕES. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 07 de novembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 9h05m do dia 07 de novembro de 2017, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 26 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

Publicação Nº 1412355

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que em razão da relocação dos postes que se encontram na pista e dos serviços paralelos que estão sendo realizados pela CEESAM – Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria, fica paralisada a obra DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CICLOFAIXA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PEDRO MAUS, referente ao Contrato nº 58/2017, Tomada de Preços nº 45/2017 executada pela empresa contratada BLUMETERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, a partir de 26 de setembro de 2017 até o aviso da CEESAM quando realizarem e concluírem o reaterro das escavações realizadas, afim de garantir a compactação do subleito evitando recalques futuros. Maiores informações pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 com a Secretaria de Planejamento e Trânsito.

Benedito Novo (SC), 26 de setembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 125/2017

Publicação Nº 1411716

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 94/2017

EXTRATO DE CONTRATO 125/2017

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS E CULTURAIS DE MÚSICA ALEMÃ, ITALIANA E POLONESA PARA A FESTA DAS TRADIÇÕES – EDIÇÃO 2017

Valor Contratado: R\$ 13.441,00

Vigência: 23/10/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 23/10/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO TP199/2017-PMB

Publicação Nº 1412354

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Biguaçu, 26 de outubro de 2017.

COMUNICADO REFERENTE A À TP199/2017-PMB

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas participantes da TP199/2017-PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação, ficando habilitadas as empresas VINICIUS GOEDERT -ME, ALINE CONST. E INCORP. LTDA E CONSTRUTORA DE ANGELO LTDA EPP.

Sendo assim, a abertura da proposta da empresa habilitada dar-se-á no dia 30/10/2017 às 14:00 horas.

Nada mais a expor.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS
Presidente da Comissão de Licitação

LEI Nº 3792/2017

Publicação Nº 1412367

LEI Nº 3792/2017 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE SERVEM BEBIDAS ALCOÓLICAS DE AFIXAR EM CARDÁPIOS E EM LOCAIS VISÍVEIS OS NÚMEROS DE TELEFONES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE OU CENTRAIS DE TÁXI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Ficam os estabelecimentos comerciais de Biguaçu que servem ou vendem bebidas alcoólicas obrigados a expor em local visível aos frequentadores o número de telefone de empresas de transporte ou centrais de taxis devidamente credenciados, com no mínimo duas opções.

Art. 2º A veiculação das informações citadas no artigo anterior poderá ser feita por meio de avisos nos cardápios e/ou placas em locais de grande visibilidade, com dimensões mínimas de 15 centímetros ou vertical por 30 centímetros na horizontal, com o seguinte título: SE BEBER, NÃO DIRIJA.

Art. 3º. Caberá ao Executivo a regulamentação da presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, estabelecendo procedimentos e sanções.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,

revogando as disposições contrárias.

Biguaçu, 18 de outubro de 2017.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3792/2017, de 18/10/2017.
Sancionada em 18/10/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 3417/2017

Publicação Nº 1412683

PORTARIA nº 3417 de 26 de outubro de 2017.

Afastar servidor, nos termos da Decisão Judicial referente aos Autos nº 0900040-97.2017.8.24.0007, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Afastar o servidor SAULO CÉSAR GALLIANI, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, de acordo com a Decisão Judicial referente aos Autos nº 0900040-97.2017.8.24.0007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de outubro de 2017.
DANIEL CESAR DA LUZ
Secretária Municipal de Administração

PP 49/2017-FMS

Publicação Nº 1412400

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 49/2017- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL/EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 de novembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 de novembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: no site da Prefeitura de Biguaçu: bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.
Biguaçu, 26 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 01/2012

Publicação Nº 1412250

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 001, de 25 de Setembro de 2012.

Altera e inclui atividades na Listagem da Resolução Condema nº 002/2012 que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local, passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização de forma simplificada e dá outras providências.

O CONSELHO MUNIIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU-CONDEMA, por deliberação da maioria de seus membros, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº1862/2003 e suas alterações, para deliberar de forma supletiva, sobre normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente na área territorial do Município de Biguaçu;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar e incluir as atividades na listagem da Resolução Condema nº 002/2012 que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local, passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização de forma simplificada.

Art. 2º - A listagem das atividades passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental de forma simplificada indicada anexo único da Resolução 002/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

01 – ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS**01.40.00M – Projeto Irrigado por inundação**

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
Porte: AU < 100.000 (DCA)

12 – INDÚSTRIA MECÂNICA ALTERAÇÃO DO PORTE

12.20.01M – Montagem de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou gavanotécnico e/ou fundição e/ou pintura, cujo processo produtivo tenha fabricação terceirizada e/ou fique restrito à montagem de aparelhos e peças.

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)
Porte médio: 500 < AU <= 1000 (DCA)
Porte grande: AU > 1000 (RAP)

13 – INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES

13.90.01M – Manutenção ou reparação de equipamentos de informática e eletrodomésticos. EXCLUÍDO

O ELETRÔNICO – MOTIVO: IGUAL CONSEMA Nº 14/212)

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=300 (DCAs)
Porte médio: 300 < AU <= 2.000 (DCA)
Porte grande: AU > 2.000 (RAP)

26 – INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

26.00.01M – Fabricação e/ou armazenamento de alimentos sob encomenda, inclusive congelados. Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)
Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)
Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

26.00.02M – Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar e/ou fornecimento de marmitas e/ou cozinha industrial

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)
Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)
Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

26.00.03M – Indústria de Panificação.

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)
Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)
Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

26.00.04M - Padaria e Panificadora.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCAs)

26.00.05M – Açougue

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCAs)

26.00.06M – Supermercados, hipermercados, depósitos, armazenamento de qualquer tipo de alimento e congêneres.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=1.000 (DCAs)
Porte médio: 1.000 < AU <= 3.000 (DCA)
Porte grande: AU > 3.000 (RAP)

26.00.07M - Bares, restaurantes, casas noturnas e similares.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <= 500 (DCAs)
Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)
Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

29 – INDUSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA TIRAR PORTE GRANDE = CONSEMA 14/2013**29.10.00M - Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.**

Pot. Poluidor/Degradador : Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU < 100 (DCAs)
Porte médio: 100 <= AU <= 500 (DCA)

30 – INDÚSTRIAS DIVERSAS**30.60.10M – Fabricação de carvão vegetal**

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: VUF ≤ 10m3 (DCAs)
Porte médio: 10 < VUF <50m3 (DCA)

33 – CONSTRUÇÃO CIVIL**33.30.01M – Retificação e/ou canalização de vala de drenagem ALTERAR CÓDIGO e porte**

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: P
Porte pequeno: L <= 100 (DCA)
Porte médio: 100 < L < 500 (DCA)
Porte grande: L > 500 (RAP)

33.40.00M – Terraplenagem e movimentação de terra

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: P
Porte pequeno: AT < 1.000 (Preenchimento da AuAS)
Porte médio: 1.000 < AT < 10.000 (DCA)
Porte grande: AT > 10.000 (RAP)

TRANSPORTE E TERMINAIS TIRAR PQ TEM NO CONSEMA E PORTARIA CONDEMA

47.84.01M – Transportadoras de Carga, exceto de produtos perigosos, com lavagem e/ou mecânica com troca de óleo e/ou pátio de estacionamento. NV=número de veículos. Potencial Poluidor/Degradador – Ar: M; Solo: G; Água: G; Geral: G
Porte Pequeno: NV <= 10 (DCA);
Porte Médio: os demais (RAP);
Porte Grande: NV >= 40 (EAS).

53.20.50 – EXCLUÍDO: MOTIVO DUPLICADO**53 – SERVIÇOS DIVERSOS****53.20.30M – Serviços de Coleta e transporte de resíduos sólidos**

urbanos não especificados na listagem da Resolução CONSEMA 03/2008.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte pequeno: NV < 2 (DCA)

Porte médio: 2 < = NV < 3 (RAP)

Porte grande: 3 < = NV < 5 (RAP)

53.20.40M - Coleta e Transporte de resíduos da construção civil.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte pequeno: NV < 2 (DCA)

Porte médio: 2 < = NV < 3 (RAP)

Porte grande: 3 < = NV < 5 (RAP)

56 – SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E VETERINÁRIO

56.20.01M – Clínicas para animais, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

506.11.02M – Clínicas de estéticas ou clínicas em geral, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

71 – ATIVIDADES DIVERSAS

71.80.01M – Recuperação de áreas protegidas (APP, UC, etc) por meio de plantio de espécies nativas

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte Pequeno: AU < = 500 (DCAs)

Porte Médio: 500 < AU < = 10.000 (DCA)

Porte Grande: AU > 10.000(DCA)

71.80.02M – Recuperação de áreas protegidas (APP, UC, etc) por meio de substituição espécies exóticas por nativas

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: AU < = 3.000 (DCA)

71.80.03M - Templos religiosos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCAs)

71.80.04M – suprimir

71.80.05M: Reciclagem de cartuchos para impressoras.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

71.80.06M: Reembalagem de produtos químicos.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

71.80.07M: Fábrica de artefatos de borracha não especificados ou não classificados na listagem da Resolução CONSEMA 003/2008.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

71.80.08M - Fabricação de estopas de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

71.80.09 – SUPRIMIR PORQUE ESTÁ IGUAL AO CONSEMA

71.80.10 – Galpão para locação e/ou usos diversos, comerciais e industriais. ALTERAR PORTE

Pot. Poluidor/Degradador : Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

Porte pequeno: AU < = 3.000 (DCAs)

Porte médio: 3.000 < AU < = 10.000 (DCA)

Porte grande: AU > 10.000 (RAP)

71.80.11- Depósito de veículos e peças de automóveis para revenda e ferro velho Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: P Geral: M

Porte: AU < = 1.000 : pequeno (DCA) AU > = 10.000 grande (EAS) os demais: médio (RAP)

71.80.12M–Atividades de demolição de construção civil em geral.

Porte único (DCAs)

80 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

80.80.01M – Lavação e/ou lubrificação de veículos automotores ALTERAR DOCUMENTO

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

80.80.02M – Balanceamento e/ou alinhamento e/ou geometria com troca de óleo ALTERAR

DOCUMENTO

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

80.80.03M – SUBSTITUIR

80.80.03M – Serviço de troca de óleo

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte UNICO: AU < = 1.000 (DCA)

80.80.04M – SUPRESSÃO

80.80.05M – Serviços de manutenção de motos e motonetas

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCAs)

80.80.06M - Serviço móvel de manutenção de filtragem de óleos hidráulicos contaminados, análise física do óleo, centrifugação e limpeza de reservatórios para descontaminação.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P Porte único: (DCA)

80.80.07M - Borracharia.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

80.80.08M - Agropecuárias/Pet Shop.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

80.80.09M - Empresa de dedetização, desinsetização, desratização e descupinização.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCA)

80.80.10M - SUPRESSÃO

80.80.11M – Serviços de lavanderia industrial

Pot. Poluidor/Degradador: Ar:M Água: M Solo: M Geral: M

Porte pequeno: AU < = 500 (RAP)

Porte médio: 500 < AU < 3.000 (RAP)

Porte grande: AU > = 3.000 (EAS)

80.80.12M – Serviços de lavanderia e tinturaria não industrial Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único (DCA)

80.80.13M – Barbearia, cabeleireiro, manicures, pedicures e congêneres.

Porte único (DCAs).
80.80.14M – Propaganda e publicidade.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P Porte único (DCAs).

80.80.15M – Eventos e shows ao ar livre.
Porte único (DCAs).

80.80.16M – Instalação de som automotivo Porte único (DCAs).

80.80.17M – Serviço público de limpeza urbana.
Porte único (DCAs).

80.80.18M – Academias de esporte, clubes, casas noturnas, casas de eventos. Porte único (DCA).

80.80.19M – Locação de banheiros químicos
Porte único (DCA)

80.80.20M – Comércio Varejista de Gás Liquefeito do Petróleo - GLP incluir Porte único (DCAs)

LEGENDA

APP – área de preservação permanente

AU = área útil (m²) – área total usada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc.)

AE = área estabelecida – área edificada em m²

AT = área terraplenada – em m²

DCA= Declaração de Conformidade Ambiental (com A.R.T)

DCAs = Declaração de Conformidade Ambiental Simplificada (com dispensa de A.R.T.)

EAS = Estudo Ambiental Simplificado (com A.R.T)

L = comprimento (km)

NV = Número de veículos

RAP = Relatório Ambiental Prévio (com A.R.T) UC = unidade de conservação

VUF = Volume útil do forno (m³)

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Decio Baixo Alves

Presidente do CONDEMA de Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Publicação Nº 1412254

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 001, de 04 de junho de 2015.

Altera e exclui atividades na Listagem da Resolução CONDEMA nº 002/2012 que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local, passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização de forma simplificada e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU – CONDEMA, por deliberação da maioria de seus membros, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº1862/2003 e suas alterações, para deliberar de forma supletiva, sobre normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente na área territorial do Município de Biguaçu;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar e excluir as atividades na listagem da Resolução CONDEMA nº 002/2012 que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de

impacto local, passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização de forma simplificada.

Art. 2º - A listagem das atividades passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental de forma simplificada indicada anexo único da Resolução CONDEMA 002/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

01 – ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS

01.40.00M – Projeto irrigado por inundação.

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
Porte: AU < 100.000 (DCA)

12 – INDÚSTRIA MECÂNICA

12.20.01M – Montagem de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição e/ou pintura, cujo processo produtivo tenha fabricação terceirizada e/ou fique restrito a montagem de aparelhos e peças.

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)

Porte médio: 500 < AU <= 1000 (DCA)

Porte grande: AU > 1000 (RAP)

13 – INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES

13.90.01M – Manutenção ou reparação de equipamentos de informática e eletrodomésticos.

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <=300 (DCAs)

Porte médio: 300 < AU <= 2.000 (DCA)

Porte grande: AU > 2.000 (RAP)

14 - INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE

14.10.00 - Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: M Geral: M

Porte: 1.000 < = AU <= 2.000: pequeno (RAP)

2.000 < AU < 10.000: médio (RAP)

AU >= 10.000: grande (EAS)

14.30.00M- Fabricação e ou montagem de veículos náuticos, peças e acessórios.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: M Geral: G

Porte: 1.000 < = AU <= 2.000: pequeno (EAS)

2.000 < AU < 10.000: médio (EAS)

26 – INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

26.00.01M – Fabricação e/ou armazenamento de alimentos sob encomenda, inclusive congelados.

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)

Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)

Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

26.00.02M – Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar e/ou fornecimento de marmitas e/ou cozinha industrial.

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)

Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)

Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

26.00.03M – Indústria de Panificação.

Potencial Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte pequeno: AU <=500 (DCAs)

Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)

Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

26.00.04M – Padaria e Panificadora.

Potencial. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

Porte único: (DCAs)

26.00.05M – Açougue.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCAs)

26.00.06M – Supermercados, hipermercados, depósitos, armazenamento de qualquer tipo de alimento e congêneres.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <= 1.000 (DCAs)
Porte médio: 1.000 < AU <= 3.000 (DCA)
Porte grande: AU > 3.000 (RAP)

26.00.07M – Bares, restaurantes, casas noturnas e similares.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <= 500 (DCAs)
Porte médio: 500 < AU <= 1.000 (DCA)
Porte grande: AU > 1.000 (RAP)

29 – INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA

29.10.00M – Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.
Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU < 100 (DCAs)
Porte médio: 100 <= AU <= 500 (DCA)

30 – INDÚSTRIAS DIVERSAS

30.60.10M – Fabricação de carvão vegetal.
Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: VUF < 10 (DCA)

33 – CONSTRUÇÃO CIVIL

33.30.01M – Retificação e/ou canalização de vala de drenagem.
Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: P
Porte pequeno: L <= 100 (DCA)
Porte médio: 100 < L <= 500 (DCA)
Porte grande: L > 500 (RAP)

33.40.00M – Terraplenagem e movimentação de terra.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: P
Porte pequeno: AT <= 1.000 (DCAs)
Porte médio: 1.000 < AT <= 10.000 (DCA)
Porte grande: AT > 10.000 (RAP)

53 – SERVIÇOS DIVERSOS

53.20.30M – Serviços de Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos não especificados na listagem da Resolução CONSEMA 003/2008.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
Porte pequeno: NV <= 2 (DCA)
Porte grande: NV >= 5 (EAS)
Porte médio: os demais (RAP)

53.20.40M – Coleta e Transporte de resíduos da construção civil.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
Porte pequeno: NV <= 2 (DCA)
Porte grande: NV >= 5 (EAS)
Porte médio: os demais (RAP)

56 – SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E VETERINÁRIO

56.20.01M – Clínicas para animais, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X.
Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

56.11.02M – Clínicas de estéticas ou clínicas em geral, com procedimentos cirúrgicos e/ou utilização de perfurocortantes e/ou utilização de Raio-X.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

56.11.03 – Farmácias e Drogarias

Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

71 – ATIVIDADES DIVERSAS

71.80.01M – Recuperação de áreas protegidas (APP, UC, etc.) por meio de plantio de espécies nativas.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte Pequeno: AU <= 500 (DCAs)
Porte Médio: 500 < AU <= 10.000 (DCA)
Porte Grande: AU > 10.000 (DCA)

71.80.02M – Recuperação de áreas protegidas (APP, UC, etc.) por meio de substituição espécies exóticas por nativas.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: AU <= 3.000 (DCA)

71.80.05M – Reciclagem de cartuchos para impressoras.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCA)

71.80.07M – Fábrica de artefatos de borracha não especificados ou não classificados na listagem da Resolução CONSEMA 003/2008.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCA)

71.80.08M – Fabricação de estopas de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCA)

71.80.10 – Galpão para locação e/ou usos diversos, comerciais e industriais.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
Porte pequeno: AU <= 3.000 (DCA)
Porte médio: 3.000 < AU <= 10.000 (RAP)
Porte grande: AU > 10.000 (EAS)

71.80.11 – Depósito de veículos e peças de automóveis para revenda e ferro velho.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: P Geral: M
Porte: AU <= 1.000 : pequeno (DCA)
AU >= 10.000 grande (EAS)
os demais: médio (RAP)

71.80.12M – Atividades de demolição de construção civil em geral.
Porte único (DCAs)

80 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

80.80.01M – Lavação e/ou lubrificação de veículos automotores.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

80.80.02M – Balanceamento e/ou alinhamento e/ou geometria com troca de óleo.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

80.80.04M – Serviços de funilaria e/ou latoaria.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte pequeno: AU <= 1.000 (DCA)
Porte médio: 1.000 < AU <= 10.000 (RAP)
Porte grande: AU > 10.000 (RAP)

80.80.05M – Serviços de manutenção de motos e motonetas.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

80.80.06M – Serviço móvel de manutenção de filtragem de óleos hidráulicos contaminados, análise física do óleo, centrifugação e limpeza de reservatórios para descontaminação.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCA)

80.80.07M – Borracharia.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCA)

80.80.09M – Empresa de dedetização, desinsetização, desratização e descupinização.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único: (DCA)

80.80.11M – Serviços de lavanderia industrial.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: M Geral: M
Porte pequeno: AU < = 500 (RAP)
Porte médio: 500 < AU < 3.000 (RAP)
Porte grande: AU > = 3.000 (EAS)

80.80.12M – Serviços de lavanderia e tinturaria não industrial.

Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
Porte único (DCA)

80.80.15M – Eventos e shows ao ar livre.

Porte único (DCAs)

80.80.16M – Instalação de som automotivo.

Porte único (DCAs)

80.80.17M – Serviço público de limpeza urbana.

Porte único (DCAs)

80.80.18M – Academias de esporte, clubes, casas noturnas, casas de eventos.

Porte único (DCA)

80.80.19 – Locação de banheiros químicos.

Porte único (DCA)

LEGENDA:

APP = Área de Preservação Permanente;

AU = Área Útil (m²) – área total usada pelo empreendimento, incluindo a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: estocagem, depósito, energia, etc.);

AE = Área Edificada (m²);

AT = Área Terraplenada (m²);

DCA= Declaração de Conformidade Ambiental (com ART);

DCAs = Declaração de Conformidade Ambiental Simplificada (com dispensa de ART);

EAS = Estudo Ambiental Simplificado (com ART);

G = Grande;

L = Comprimento (km);

M = Médio;

NV = Número de Veículos;

P = Pequeno;

RAP = Relatório Ambiental Prévio (com ART);

UC = Unidade de Conservação;

VUF = Volume Útil do Forno (m³).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Andréa Felipe

Presidente do CONDEMA

RESOLUÇÃO Nº 02/2014

Publicação Nº 1412256

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 002, de 19 de março de 2014.

Estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente de licenciamento ou autorização ambiental para as Atividades Consideradas Potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

O CONSELHO MUNIICPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU-CONDEMA, por deliberação da maioria de seus membros, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº1862/2003 e suas alterações, para deliberar de forma supletiva, sobre normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente na área territorial do Município de Biguaçu e, Considerando o Princípio do Poluidor-Pagador, Princípio nº 16 da Declaração do Rio de JANEIRO (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), que é o princípio normativo de caráter econômico, porque imputa ao poluidor os custos decorrentes de atividade poluente;

Considerando a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que também adotou o referido princípio, ao apontar como uma das finalidades da Política Nacional do Meio Ambiente "a imposição ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos e da imposição do poluidor a ao predador da obrigação de recuperar e /ou indenizar os danos causados";

Considerando o Princípio do Poluidor-Pagador também fora recepcionado pela Constituição Federal no seu art. 225, parágrafo 3º, que prescreve: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

Considerando que há interesse público, baseado nos princípios jurídicos, da razoabilidade e da proporcionalidade, que os processos de análise, definição e aplicação das medidas compensatórias sejam construídas de forma técnica, objetiva e transparente, utilizando-se de modelagens simples com critérios e indicadores de fácil mensuração e aferição;

Considerando que a FAMABI no Artigo 3º, III, Lei 14/2009, tem por finalidade, a celebração contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente, RESOLVE:

Capítulo I

Da gradação de Impacto Ambiental

Art. 1º - A compensação ambiental será exigível para atividade consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental e sujeitas ao licenciamento/autorização ambiental pelo órgão ambiental no Município de Biguaçu;

§ 1º - Caberá ao empreendedor, quando solicitado, apresentar informações sobre os custos totais previstos para a implantação do empreendimento, na forma de planilhas de custos, confirmado por auditoria (interna/externa), e outra documentação que se julgar necessária.

§ 2º - A informação dos custos do empreendimento, que trata o parágrafo anterior, deverá ser prestada por profissional legalmente habilitado e estará sujeita à revisão, por parte do órgão competente, impondo-se ao profissional que a prestou e ao empreendedor, as sanções previstas na legislação.

Art. 2º - Ficam estabelecidos critérios e respectivos percentuais de compensação ambiental a serem aplicados por tipologia de empreendimento, quando couber.

§ 1º - Em havendo a ocorrência simultânea de mais de um dos critérios para a gradação de impactos negativos e não mitigáveis dos recursos ambientais, o percentual será aplicado cumulativamente.

§ 2º - Faculta-se ao empreendedor propor valores percentuais superiores ao disposto nesta resolução.

Art. 3º - A gradação de impacto ambiental será realizada com base nos seguintes pressupostos:

I – Considerar somente impactos negativos e não mitigáveis aos recursos naturais;

II – Não considerar análise de risco;

III – todas as informações necessárias ao cálculo do percentual de impacto ambiental deverão constar dos estudos ambientais e demais documentos integrantes do procedimento de licenciamento ambiental;

IV – Deve ser replicável e objetiva;

V - Deve possibilitar, a partir de critérios claros e objetivos, que o empreendedor, com base nas informações constantes dos estudos e programas ambientais (RAP, EAS, ECA, EIA/RIMA, PRAD, PGA entre outros) e demais documentos integrantes do procedimento de licenciamento/autorização ambiental, possa calcular o grau de impacto de seu empreendimento.

Parágrafo único: nos empreendimentos compostos por diversas atividades o percentual de compensação ambiental deve ser calculado para cada atividade e por tipologia.

Art. 4º - A proposição do percentual de compensação ambiental, como condicionante do procedimento de licenciamento ambiental, caberá ao Setor de Licenciamento responsável pelo licenciamento/autorização ambiental, através da equipe técnica da análise, com base nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do procedimento de licenciamento/autorização ambiental.

Parágrafo único: O parecer exarado pela equipe de análise dos estudos ambientais deverá conter a relação de critérios considerados na composição do percentual de compensação ambiental, os respectivos percentuais aplicados e a fonte de informação.

Capítulo II

Dos Critérios para a gradação de Impactos Negativos e não Mitigáveis

Art. 5º – Para fins de cálculo da compensação ambiental, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a gradação de impactos negativos e não mitigáveis para os recursos naturais:

I. Ocorrência de espécies da flora endêmica, rara, vulnerável ou ameaçada de extinção, na área de influência direta do empreendimento, conforme definido nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do procedimento de licenciamento/autorização ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

II. Ocorrência ou trânsito de espécies da fauna (excluída para ictiofauna) endêmica, rara, vulnerável ou ameaçada de extinção, na área de influência direta do empreendimento, conforme definido nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

III. Reprodução de espécies de fauna endêmica, rara, vulnerável ou ameaçada de extinção, na área de influência direta do empreendimento, conforme definido nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

IV. Ocorrência de espécies da ictiofauna endêmica, rara, vulnerável ou ameaçada de extinção, nos trechos afetados pela implantação de empreendimentos que impliquem em represamento;

V. Interrupção da circulação da ictiofauna migratória causada pela implantação de empreendimentos que impliquem em represamento, sem adoção de mecanismos apropriados para a sua transposição;

VI. Interrupção da circulação da fauna nativa terrestre provocada pela implantação ou ampliação do empreendimento;

VII. Fragmentação da vegetação nativa, onde a supressão da vegetação decorrente da implantação do empreendimento implique na fragmentação do remanescente da vegetação nativa maior que dez hectares;

VIII. Supressão de ecossistemas naturais, que não se enquadre nos

casos de compensação ambiental previstos na Lei 11.428/2006 e regulamentações, Resolução Conama 369/2006 e MP 216667/2001; IX. Implantação em Unidade de Conservação – UC – de Proteção Integral, ou em sua zona de amortecimento, assim estabelecida pelo seu plano de manejo, ou num raio de 10 km do seu limite, caso a UC não possua plano de manejo; devendo-se considerar a área de influência direta do empreendimento, conforme definido nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do procedimento de licenciamento ambiental;

X. Implantação do empreendimento em manguezais, áreas de recargas de aquíferos ou várzeas, assim identificados nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental;

XI. Implantação do empreendimento em áreas prioritárias para a conservação, assim definidas conforme Decretos Federais nº 4339/2002, 5092/2004 e 5758/2006 e Portaria MMA nº 009/2007 ou legislação estadual e municipal;

XII. Alteração de regime hidráulico de jusante de reservatório causado pela implantação ou ampliação do empreendimento;

XIII. Alteração do regime hidrodinâmico causado pela implantação ou ampliação do empreendimento;

XIV. Interrupção da drenagem natural causado pela implantação ou ampliação do empreendimento;

XV. Alteração do nível do lençol freático causado pela implantação ou ampliação do empreendimento;

XVI. Execução de atividades de dragagem;

XVII. Existência de cavernas ou fenômenos cársticos na área de influência direta do empreendimento, conforme definido nos estudos ambientais e demais documentos integrantes do procedimento de licenciamento ambiental, conforme definidas no Art. 1º, Parágrafo único do Decreto Federal nº 99556/1990, ou fenômenos cársticos como dolinas, depressões fechadas, sumidouros, ressurgências e condutos;

XVIII. Desaparecimento de atributos abióticos da paisagem causados pela implantação ou ampliação do empreendimento, excluindo-se as cavernas ou fenômenos cársticos, citados em XVII;

XIX. Extração de minério e estéril, considerando o volume total in situ de material a ser extraído, de acordo com o Plano de Lavra em licenciamento;

XX. Extração de minério associado a obras de implantação ou ampliação de empreendimentos;

XXI. Grau de integridade das características ecológicas da paisagem, observadas antes da implantação do empreendimento, descritas no quadro 1;

XXII. Geração e emissão de efluentes atmosféricos residuais;

XXIII. Geração e emissão de efluentes líquidos residuais;

XXIV. Emissão de sons e ruídos residuais.

Quadro 1 – Classificação da paisagem de acordo com o grau de integridade

Classificação	Descrição da paisagem
Pouco comprometida	Paisagem quase totalmente íntegra; Grandes blocos intactos com mínima influência do entorno; Conexão garante dispersão de todas as espécies; Populações persistentes e pouco afetadas pelas pressões antrópicas; Processos funcionais íntegros e pouco alterados/ afetados por atividades antrópicas; Estrutura trófica íntegra com presença de espécies de “topo de cadeia trófica”, bem como de “grandes herbívoros”, ou outras espécies chave.

Medianamente comprometida	Paisagem parcialmente antropizada e fragmentada; Pelo menos um grande bloco; Conexão entre fragmentos permite dispersão da maioria das espécies; Populações de espécies chave comprometidas, mas processos funcionais preservados.
Muito comprometida	Paisagem predominantemente antropizada; Fragmentos pequenos e isolados; Conexão e dispersão entre fragmentos comprometidas; Totalmente influenciados pelas atividades do entorno (sem área núcleo); Predadores de topo de cadeia, grandes herbívoros ou outras espécies chaves perdidas; Invasão por espécies exóticas; Estrutura e função comprometidas

CAPÍTULO III

Para Empreendimentos Potencialmente Poluidores e/ou Causadores de Degradação Ambiental

Art. 6º – As tabelas 01, 02 estabelecem a relação entre critérios e percentuais para a determinação do cálculo de compensação ambiental a serem aplicados para implantação ou ampliação de empreendimentos, até que para as mesmas sejam estabelecidos percentuais específicos.

Tabela 01 – Relação de Critérios e Percentuais para o Cálculo da Compensação Ambiental a serem aplicados nas demais tipologias de empreendimentos.

Critério (O algarismo romano remete à definição do Art. 5º)	Percentual de Compensação Ambiental
I Ocorrência de espécies de flora endêmicas, raras, vulneráveis ou ameaçadas de extinção	Considerar o maior valor 0,3
II Ocorrência ou trânsito de espécies de fauna endêmicas, raras, vulneráveis ou ameaçadas de extinção	
III Reprodução de espécies de fauna endêmicas, raras, vulneráveis ou ameaçadas de extinção	0,1
IV Ocorrência de espécies de ictiofauna endêmica	0,3
V Interrupção da circulação de ictiofauna migratória	0,2
VI Interrupção da circulação da fauna nativa terrestre	0,2
VII Fragmentação da vegetação nativa	0,1 por fragmentação
VIII Supressão de ecossistemas naturais	0,05
IX Implantação em UC de proteção integral (considerar o maior valor por UC afetada) 0,1 em zona de amortecimento	0,2 por UC afetada
X Implantação do empreendimento em áreas de recargas de aquíferos ou várzeas	0,05

XI Implantação em áreas prioritárias para a conservação (considerar o maior valor)	Conforme tabela 02
XIII Alteração do regime hidrodinâmico causado pela implantação, ampliação ou operação do empreendimento.	0,3
XV Alteração do nível do lençol freático	0,2
XVI Execução de atividades de dragagem	0,1
XVII Existência de cavernas ou fenômenos cársticos	0,1
XVIII Desaparecimento de atributos abióticos	0,05 por cada atributo afetado
XIX Extração de minério associado a obras	0,1 a cada 5.000.000 m3 ou fração
XXI Grau de integridade das características ecológicas paisagem (considerar o maior valor)	Conforme Tabela 03
XXII Emissão de efluentes atmosféricos	0,02
XXIII Emissão de efluentes líquidos	0,02
XXIV Emissão de sons e ruídos	0,02

Tabela 02 - Classificação das Áreas Prioritárias Federais para a Conservação utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira

Classificação (legenda no mapa)	Percentual
Alta (amarela)	0,02
Muito Alta (laranja)	0,03
Extremamente Alta (vermelha)	0,05

Para análise deste indicador, considerar o mapa atualizado de áreas prioritárias para conservação em: www.mma.gov.br

Tabela 03 - Classificação da paisagem de acordo com o grau de integridade

Classificação	Percentual (%)
Pouco comprometida	0,1
Medianamente comprometida	0,05
Muito comprometida	0,02

Art. 7 – A compensação ambiental não exclui a obrigação de atender as condicionantes definidas no processo de licenciamento ambiental, bem como as demais exigências legais e normativas.

Art. 8 – Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de março de 2014.
Pedro Joaquim Cardoso
Presidente do CONDEMA/BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 04/2012

Publicação Nº 1412264

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 004, de 12 de Setembro de 2012.

Estabelece diretrizes e parâmetros para o licenciamento ambiental de competência da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI nos casos excepcionais que especifica.

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU - CONDEMA, por deliberação da maioria de seus membros, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº 1862/2003 e suas alterações, para deliberar de forma supletiva, sobre normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente na área territorial do Município de Biguaçu e,

CONSIDERANDO,

O dever do Poder Público e da coletividade de proteger o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações, nos termos do art. 225, caput, da Constituição Federal;

Que as Áreas de Preservação Permanente - APP's são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

A função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, e 225 da Constituição e os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor/usuário-pagador;

Que o direito de propriedade deve ser exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando o proprietário ou posseiro obrigado a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

A competência do Poder Local, incluindo-se nesse o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA e a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI, que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, de realizar a gestão ambiental de seu território;

Que compete ao CONDEMA, nos termos da Lei Municipal nº 1862/2003 e suas alterações deliberar sobre normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente na área territorial do Município de Biguaçu;

Considerando, ainda, que a aplicação de critérios gerais sem considerar as diversas tipologias de uso e atividades das ocupações urbanas, a escala dessas ocupações nas APP's e os impactos gerados caso a caso, têm comprometido a efetiva intervenção nessas áreas, em muitos casos deixando os problemas que deveriam ser resolvidos sem a adequada solução;

A dificuldade no tratamento das APP's localizadas em Áreas Urbanas e na definição dos limites legalmente impostos para a proteção das matas ciliares ali situadas, ante a realidade histórica de urbanização do Município de Biguaçu, iniciada e desenvolvida, em grande medida, às margens de cursos d'água;

A indefinição da legislação ambiental quanto ao tratamento a ser dado às atividades e empreendimentos já existentes ou a serem instalados em áreas urbanas consolidadas e que ocupam áreas marginais aos cursos d'água;

A necessidade de alcançar maior uniformização de atuação e interpretação jurídica, ante o conflito aparente de normas existentes, envolvendo a Lei de Parcelamento do Solo (Lei Federal nº 6.766/79), em seu art. 4º, III, e o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), em seu art. 4º, e perante a impossibilidade de aplicação literal do disposto no Código Florestal em áreas urbanas cujas edificações estão consolidadas, consubstanciando fator de insegurança jurídica;

Que tramitam na esfera federal projetos de lei e de resoluções que visam o alinhamento da legislação em vigor, especialmente, com relação à adequação dos dispositivos legais à realidade da

ocupação dos espaços urbanos;

A existência de precedentes do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, inclusive por meio de sua composição plena, com entendimento no sentido da aplicação do disposto no art. 4º, III da Lei de Parcelamento do Solo em se tratando de área de preservação permanente situada em zona urbana;

Os Enunciados Conclusivos do Seminário "Delimitação de APP's em áreas urbanas consolidadas", realizado pelo Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, bem como o teor do item 1.2. da Nota Técnica 01/05 do mesmo órgão ministerial, reconhecendo a necessidade de tratamento diferenciado para as APP's em situações já consolidadas;

A necessidade de regularização de atividades e empreendimentos que já estão em operação, considerando o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais de modo a garantir o direito ao pleno desenvolvimento das funções socioambientais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

A necessidade de levantamento da área da ocupação em que a atividade ou o empreendimento serão regularizados, identificando passivos e fragilidades ambientais, bem como restrições e potencialidades aplicáveis e as situações onde há impossibilidade de preservação e recuperação da vegetação natural, em virtude da ocupação humana;

Que a remoção de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, localizadas em áreas urbanas consolidadas situadas em APP's, somente há de ser exigida nas hipóteses em que os benefícios ambientais trazidos por sua remoção sejam superiores aos impactos ambiental, social e de vizinhança e compatíveis com o benefício trazido para a coletividade;

A aplicação do princípio da razoabilidade, quando a reversão ao estado anterior de APP's exigir a realização de obras que causem significativo impacto ambiental, de vizinhança ou social ou aquelas cujo custo de recomposição seja despropositado;

Que a melhoria ambiental pontual propiciada pela regularização de tais atividades e empreendimentos, por meio da instalação e adequado funcionamento dos controles ambientais, se refletirá em toda a sub-bacia que a APP está inserida;

Que o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA ainda não reconheceu, como de eventual e de baixo impacto, os empreendimentos e atividades antrópicas existentes nas áreas urbanas consolidadas localizadas em áreas de preservação permanente em nosso Estado, nos termos do art. 11, inciso XI, da Resolução CONAMA nº 369/2006;

Que a FAMABI, nos termos do Decreto Municipal nº 161/2009 e da Resolução CONSEMA nº 08/2009 tem competência para exercer o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras de impacto local;

e, por fim, a competência do Poder Local, incluindo-se nesse o CONDEMA, de deliberar de forma supletiva, de acordo com o disposto nos artigos 225, 23 e 30 da Constituição Federal, sobre as questões concernentes ao equilíbrio ecológico e à proteção, preservação e aprimoramento do meio ambiente na área territorial do Município de Biguaçu;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução define diretrizes e parâmetros com relação aos casos excepcionais de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados nas áreas urbanas do Município de Biguaçu, passíveis de licenciamento pela FAMABI, e que ocupam ou possam ocupar:

I. Construções existentes, cujas obras respeitaram os distanciamentos às margens dos cursos d'água previstos na legislação vigente à época de sua edificação, bem como a autorização administrativa exarada na época da construção;

II. Construções existentes que não se enquadrarem na hipótese prevista no inciso anterior, mas que estiverem situadas respeitando

a distância de 15 (quinze) metros de cursos d'água;

III. Construções existentes que não se enquadrarem nas hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo e que estiverem situadas a menos de 15 (quinze) metros de cursos d'água.

§ 1º. Em se tratando de construções previstas no inciso I, será reconhecido o direito de permanência ou instalação das atividades e empreendimentos, bem como, a realização das reformas e benfeitorias necessárias à manutenção do imóvel e a regularização das atividades nele desenvolvidas por meio do licenciamento ambiental.

§ 2º. Em se tratando de construções previstas no inciso II, as atividades e empreendimentos nelas desenvolvidas serão consideradas passíveis de regularização nos termos desta resolução.

§ 3º. Em se tratando de construções previstas no inciso III, estas serão consideradas irregulares e sujeitas à demolição, ressalvado o contido nas seguintes alíneas:

a. Desde que, seja comprovada, por meio de diagnóstico socioambiental, a ausência de situação de risco e de interesse ecológico relevante, o órgão ambiental municipal deverá determinar a aplicação de medida compensatória prevista em lei, concomitantemente à promoção das medidas tendentes à adequação do imóvel e das atividades nele desenvolvidas, notadamente no que se refere às medidas de saneamento básico.

b. Na definição das medidas compensatórias previstas no alínea anterior, serão priorizadas a recuperação de áreas de preservação permanente em locais considerados prioritários pelo órgão ambiental municipal, bem como a criação de áreas verdes públicas e de unidades de conservação municipal.

Art. 2º. Para o licenciamento das atividades passíveis de licenciamento ou autorização ambiental de impacto local, nos casos previstos nesta resolução, o órgão ambiental observará as seguintes diretrizes:

I. Os empreendimentos ou atividades a serem licenciados deverão estar localizados sobre terrenos devidamente regularizados perante a Prefeitura de Biguaçu e registrados no Cartório de Registro de Imóveis;

II. As construções já devem estar concluídas até a data de publicação da presente resolução, ou estar em fase de construção, desde que, neste caso, possua alvará de licença para construção emitido pela Prefeitura de Biguaçu, até a data de publicação da presente resolução;

III. Quando do protocolo de requerimento de licença ou cadastramento ambiental, independentemente da exigência de outros estudos ambientais, deverá ser apresentado diagnóstico socioambiental, realizado por profissionais devidamente habilitados e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, comprovando:

a) a descrição da ocupação e a situação ambiental da faixa remanescente de mata ciliar;

b) a inexistência de prejuízo a interesse ecológico relevante e da configuração de situação de risco;

c) que a intervenção existente não poderá comprometer as funções ambientais da faixa remanescente de mata ciliar, especialmente:

1 - a estabilidade das encostas e margens dos corpos de água;

2 - os corredores de fauna, se houver;

3 - a drenagem e os cursos de água intermitentes;

4 - a manutenção da biota;

5 - a regeneração e a manutenção da vegetação nativa; e

6 - a qualidade das águas.

IV) para emissão da licença, autorização ou certidão ambiental, deverá ser exigida a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, quando necessário, e projeto de revitalização ou plano de manutenção da mata ciliar remanescente, ou, quando for o caso, plano de recuperação de área degradada ou daquela não passível de consolidação, em consonância com as normas vigentes.

Art. 3º. Em relação aos remanescentes de vegetação, ainda que situadas em áreas urbanas, em qualquer estágio de regeneração,

deverão ser adotadas as restrições previstas no art. 4º do Código Florestal.

Art. 4º. Em se tratando de áreas não urbanizadas ou de novos projetos de loteamento, aplica-se o disposto no art. 4º do Código Florestal.

Art. 5º. O disposto nesta Resolução não se aplica às atividades e empreendimentos implantados cuja supressão da vegetação primária de Mata Atlântica, tenha ocorrido depois da edição da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 6º. Somente a regularização prevista nesta Resolução não dispensa os infratores do cumprimento das obrigações anteriormente impostas por qualquer agente fiscalizador ou autoridade competente, bem como, não os eximem da aplicação das penalidades cabíveis, especialmente, nos casos de processos em trâmite e dos empreendimentos e atividades instalados sem o devido licenciamento ambiental.

Art. 7º. O disposto nesta Resolução aplica-se apenas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental local, de competência da FAMABI, não se aplicando às questões relacionadas ao reconhecimento de qualquer outro direito ou dever.

Art. 8º. O órgão ambiental municipal elaborará procedimentos específicos para operacionalizar o licenciamento e o cadastramento ambiental de atividades em imóveis inseridos em áreas urbanas, observando o fixado nesta Resolução.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Messias Hernando de Souza

Presidente em Exercício - CONDEMA

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.490/2017

Publicação Nº 1412567

LEI Nº 8.490, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA A DESCRIÇÃO DA RUA ARNO FALK ESTABELECIDADA NA LEI Nº. 6.442, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua Arno Falk, denominada pela Lei nº. 6.442, de 14 de abril de 2004, passa a obedecer a seguinte descrição:

“Rua ARNO FALK – a que inicia no lado par da Rua Franz Volles, ao lado da residência de nº. 930, descrita como rua Inominada, cadastrada sob nº. 2.354, conforme desmembramento aprovado em nome de Herbert Barth sob nº. 16.989/9408, com 37,00m (trinta e sete metros) de extensão, localizada no bairro Itoupava Central.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.491/2017

Publicação Nº 1412571

LEI Nº 8.491, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DENOMINA DE “MONTE BELO”, “MONTE DA BOA VISTA”, “MONT BLANC”, “MONTE MERU”, “MONTE FUJI” E “MONTE OLIMPO” VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NOS BAIRROS FIDÉLIS E FORTALEZA ALTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As vias públicas descritas nos incisos deste artigo, localizadas nos bairros Fidélis e Fortaleza Alta, ficam assim denominadas:

I - MONTE BELO, localizada no lado par da rua Theodoro Pasold, distando cerca de 40,00 metros da casa nº. 878, descrita como rua “A” do Loteamento Residencial Villa Monte Verde, e cadastrada sob nº. 4.376, com 738,00m (setecentos e trinta e oito metros) de extensão;

II – MONTE DA BOA VISTA, localizada no lado par da rua denominada 4.376, ora denominada de rua Monte Belo, ao lado dos lotes 87 e 200, descrita como rua “B” do Loteamento Residencial Villa Monte Verde, e cadastrada sob nº. 4.379, com 276,00m (duzentos e setenta e seis metros) de extensão;

III – MONT BLANC, localizada no lado par da rua denominada 4.379, ora denominada de rua Monte da Boa Vista, ao lado dos lotes 175 e 199, descrita como rua “C” do Loteamento Residencial Villa Monte

Verde, e cadastrada sob nº. 4.378, com 157,00m (cento e cinquenta e sete metros) de extensão;

IV – MONTE MERU, localizada no lado ímpar da rua denominada 4.379, ora denominada de rua Monte da Boa Vista, ao lado dos lotes 88 e 146, descrita como rua “D” do Loteamento Residencial Villa Monte Verde, e cadastrada sob nº. 4.380, com 404,00m (quatrocentos e quatro metros) de extensão;

V – MONTE FUJI, localizada no lado par da rua denominada 4.380, ora denominada de rua Monte Meru, ao lado dos lotes 119 e 124, descrita como rua “E” do Loteamento Residencial Villa Monte Verde, e cadastrada sob nº. 4.381, com 36,00m (trinta e seis metros) de extensão;

VI – MONTE OLIMPO, localizada no lado ímpar da rua denominada 4.376, ora denominada de rua Monte Belo, ao lado dos lotes 19 e 40, descrita como rua “F” do Loteamento Residencial Villa Monte Verde, e cadastrada sob nº. 4.377, com 152,00m (cento e cinquenta e dois metros) de extensão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.492/2017

Publicação Nº 1412574

LEI Nº 8.492, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DENOMINA DE “PONTE MINISTRO LAURO MULLER”, “PONTE ENGENHEIRO UDO DEEKE”, “PONTE GOVERNADOR JORGE LACERDA”, “PONTE 25 DE JULHO”, “PONTE GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN” E “PONTE JORNALISTA LUIZ ANTONIO SOARES” AS PONTES SITUADAS NOS LOCAIS ESPECIFICADOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As Pontes descritas nos incisos deste artigo, ficam assim denominadas:

I – PONTE MINISTRO LAURO MULLER, conhecida como “Ponte do Salto”, a ponte construída sobre o Rio Itajaí-Açu, localizada na Rua Bahia, próximo ao nº. 2.220, ligando a Rua Pomerode, entre os bairros do Salto e Salto do Norte;

II – PONTE ENGENHEIRO UDO DEEKE, conhecida como “Ponte da Rua 7 de Setembro”, a ponte de concreto construída sobre o Ribeirão Garcia, localizada na Rua 7 de Setembro, próximo ao Parque dos Animais Dra. Lúcia Sevegnani e ao nº. 239, entre os bairros Centro e Garcia;

III – PONTE GOVERNADOR JORGE LACERDA, conhecida como “Ponte da Rua São Paulo”, a ponte de concreto construída sobre o

Ribeirão da Velha, localizada na Rua São Paulo, distando cerca de 15,00 metros do final da Avenida Castelo Branco, entre os bairros Centro e Victor Konder;

IV – PONTE 25 DE JULHO, conhecida como “Ponte da Alameda com Rua Amazonas”, a ponte de concreto construída sobre o Ribeirão Fresco, localizada no final da Alameda Duque de Caxias e início da Rua Amazonas, entre os bairros Centro, Garcia e Ribeirão Fresco;

V – PONTE GOVERNADOR IRINEU BORNHAUSEN, conhecida como “Ponte da Itoupava Norte”, a ponte de concreto construída sobre o Rio Itajaí-Açu, localizada na rua Santa Catarina, próximo ao nº. 216, entre os bairros Itoupava Seca e Itoupava Norte;

VI – PONTE JORNALISTA LUIZ ANTONIO SOARES, conhecida como “Ponte da Rua Paraíba”, a ponte de concreto localizada na Rua Paraíba, sobre o Ribeirão da Velha, próximo ao nº. 350, entre os bairros Centro e Victor Konder.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.515/2017

Publicação Nº 1412580

DECRETO Nº 11.515 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 57.832,98 (cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida Modalidade 4.6.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 57.832,98

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida Modalidade 4.6.91 (100) Aplicações Diretas R\$ 57.832,98

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2017

Publicação Nº 1412581

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2017

Objeto: Aquisição de equipamentos, móveis e eletrodomésticos, conforme especificações constantes neste Edital - Convênio Estadual nº 2016TR000730, nº 2016TR000731 e nº 2016TR000732 - FMS/SEMUS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 09 de novembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 09 de novembro de 2017, às 09h30min. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalthransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 27/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 35/2017

Publicação Nº 1412642

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 35/2017

APROVA OS PROJETOS SELECIONADOS DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003 e na Plenária Ordinária realizada em 26 de outubro de 2017 e,

CONSIDERANDO:

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a Resolução CMDCA nº. 31/2017, 28 de setembro de 2017, estabelece prazo e procedimentos para seleção de projetos de organizações governamentais a serem financiados com recursos do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente, que tenham como objetivo ações voltadas à política dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os Projetos Governamentais selecionados nos termos da Resolução CMDCA nº. 31/2017, sendo estes:

- a) Projeto “Se você não vai a Sala, a Sala vai até você!” da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no valor de R\$ 9.990,98 (nove mil, novecentos e noventa reais e noventa e oito centavos);
- b) Projeto “Recreio com Lazer” da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- c) Projeto “Ampliando conceitos através do Toque” da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, valor de R\$ 7.763,23 (sete mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos);
- d) Projeto “Detecção de talentos, qualidade vida e qualificação do Paradesporto” da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, valor de R\$ 52.050,70 (cinquenta e dois mil cinquenta reais, setenta

centavos);

e) Projeto "Altas Habilidades/Superdotação e suas práticas na atualidade: traçando caminhos e conquistado espaços" da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no valor de R\$ 9.278,37 (nove mil, duzentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos);

f) Projeto "Por uma cultura de paz" da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

g) Projeto "Espaço Recrear" da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no valor de R\$ 10.931,36 (dez mil novecentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos);

h) Projeto "Banda Sinfônica" da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

i) Projeto "Tô Conectado" da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 94.876,00 (noventa e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais);

j) Projeto "Práticas Acolhedora no CREAS II" da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 12.524,68 (doze mil quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos);

k) Projeto "Lazer e cidadania" da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 17.721,00 (dezessete mil e setecentos e vinte e um reais);

l) Projeto "TRAVESSURA DE CRIANÇA" da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 32.144,44 (trinta e dois mil cento e quarenta e quatro centavos);

m) Projeto "Construindo espaços acolhedores" da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no valor de R\$ 45.137,24 (quarenta e cinco mil cento e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos);

n) Projeto "Projeto Municipal de Defesa Civil na escola" da Secretaria Municipal de defesa do Cidadão - SEDECI, no valor de R\$ 34.189,44 (Trinta e quatro mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos);

o) "Projeto Municipal Agente Mirim de Defesa Civil" da Secretaria Municipal de defesa do Cidadão - SEDECI, no valor de R\$ 30.754,36 (quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta centavos);

p) Projeto "MOSTRA CULTURAL INTERGERACIONAL PRÓ-FAMÍLIA" da Fundação do Bem-estar da Família Blumenauense - Pró-Família, no valor de R\$ 68.622,66 (sessenta e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e sesseis centavos);

r) Projeto "Culinária mão na massa CAPSi de Blumenau" da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, no valor de R\$ 2.109,40 (dois mil cento e nove reais e quarenta centavos);

Art. 2º Aprovar o valor de R\$483.094,26(quatrocentos e oitenta e três mil noventa e quatro reais e vinte e seis), para execução dos projetos dispostos no art. 1º dessa Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Blumenau, 26 de outubro de 2017.

Givanildo Trindade
Vice-coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMAS Nº 33/2017

Publicação Nº 1412645

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 33/2017

APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DOS RECURSOS CO-FINANCIADOS PELO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das

competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto nº. 10.598, de 30 de março de 2015, pelo Decreto Municipal nº. 7.675, de 06 de maio de 2004 e, de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 27 de setembro de 2017,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;

- Decreto Municipal nº. 10.598, de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do CMAS;

- a Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- as orientações contidas no Manual para preenchimento dos Demonstrativos dos Serviços/Programas IGS SUAS, IGD BPF disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS;

- a Portaria MDS nº. 625 de 10 de agosto de 2010, alterada pela Portaria MDS nº. 118 de 12 de abril de 2011 que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

- a Portaria MDS nº 124, de 29 de junho de 2017 que regulamenta os procedimentos a serem adotados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, atinentes à guarda e ao arquivamento dos processos e documentos comprobatórios das despesas realizadas com recursos federais transferidos na modalidade fundo a fundo, destinados ao cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, e das transferências voluntárias de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências;

- a Portaria MDS nº 130, de 27 de Março de 2017 que regulamenta sobre a transferência voluntária de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

- a Portaria MDS nº 113, de 10 de Dezembro de 2015 que regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências.

- o parecer favorável à aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos recursos co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, referente ao exercício de 2016, pelas Comissões Permanentes de Financiamento e Políticas de Assistência Social, conforme Relatório Intercomissões CPPAS e CPFAS nº. 10/2017, de 20 de setembro de 2017;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária Ordinária datada de 27 de setembro de 2017, ao parecer das Comissões acima mencionadas, conforme consta na Ata

nº. 20/17,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos recursos co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao exercício de 2016, bem como o Demonstrativo referente ao IGD Programa Bolsa Família e IGD SUAS, conforme documentos em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de outubro de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 34/2017

Publicação Nº 1412647

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 34/2017

APROVA O CUSTEIO DE DIÁRIAS PARA OS CONSELHEIROS GESTÃO 2017/2019 PARA A PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS OU EXTRAORDINÁRIAS DO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 11 de outubro de 2017,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social;

- O Decreto nº 8604, de 1º de Fevereiro de 2008, regulamenta a concessão de diárias aos servidores do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

- O parecer favorável da Comissão de Financiamento da Assistência Social-CPFAS para que se mantenha aprovada diária para as representações do CMAS, quando houver participação nas reuniões ordinárias ou extraordinárias do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Região da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, com reunião realizada no dia 04 de outubro de 2017, conforme consta no relatório CPFAS nº. 10/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de duas diárias para as representações do CMAS, quando houver participação nas reuniões ordinárias ou extraordinárias do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Região da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI.

Parágrafo único: Os representantes do CMAS serão indicados em plenária, respeitando a paridade, sendo um conselheiro governamental e um conselheiro não governamental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de outubro de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA SEDEAD Nº 31.877/2017

Publicação Nº 1412650

PORTARIA SEDEAD Nº 31.877/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
22624-6	RENILDO DOS SANTOS	2017/630	27/09/2017	11/10/2017
23027-1	GRACIELI CEREGATTI RAMOS	2017/642	06/10/2017	12/10/2017
20405-6	ROSITA PAGELKOPF	2017/644	10/10/2017	08/12/2017
23052-7	SIDNEI HEINZEN	2017/650	16/10/2017	04/12/2017
18950-2	MARIO DALAGNOLO	2017/651	09/10/2017	22/10/2017
22954-2	GELAINE PETRY	2017/653	16/10/2017	22/10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2222/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1412652

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2222/2017 -Processo Licitação Pregão Presencial 2219/2017

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (tampa p/ reservatório; conexões polietileno, PVC e PL; tubos polietileno e PVC, mangueiras e conexões de compressão) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: 80.706.492/0001-74

Item 02: Valor unitário R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) e valor total R\$ 10.560,00 (dez mil, quinhentos e sessenta reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 14,67 (quatorze reais e sessenta e sete centavos) e valor total R\$ 2.934,00 (dois mil, novecentos e trinta e quatro reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) e valor total R\$ 1.240,00 (um mil, duzentos e quarenta reais).

Item 06: Valor unitário R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.900,00 (um mil, novecentos reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) e valor total R\$ 192,00 (cento e noventa e dois reais).

Item 09: Valor unitário R\$ 60,00 (sessenta reais) e valor total R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e valor total R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 99,90 (noventa e nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 399,60 (trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Item 14: Valor unitário R\$ 94,50 (noventa e quatro reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais).

Item 20: Valor unitário R\$ 56,86 (cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos) e valor total R\$ 1.421,50 (um mil, quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

Item 22: Valor unitário R\$ 16,00 (dezesseis reais) e valor total R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Empresa: HIFERSANE COMERCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA – CNPJ: 00.532.518/0001-76

Item 12: Valor unitário R\$ 100,00 (cem reais) e valor total R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Item 13: Valor unitário R\$ 98,00 (noventa e oito reais) e valor total R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais).

Item 27: Valor unitário R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Item 28: Valor unitário R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais).

Empresa: POLIERG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 45.010.717/0001-52

Item 15: Valor unitário R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 2.010,00 (dois mil e dez reais).

Item 30: Valor unitário R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) e valor total R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

Item 32: Valor unitário R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) e valor total R\$ 9.940,00 (nove mil, novecentos e quarenta reais).

Item 35: Valor unitário R\$ 4,29 (quatro reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 429,00 (quatrocentos e vinte e nove reais).

Item 38: Valor unitário R\$ 25,01 (vinte e cinco reais e um centavo) e valor total R\$ 5.002,00 (cinco mil e dois reais).

Empresa: DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 71.619.928/0001-05

Item 16: Valor unitário R\$ 1,09 (um real e nove centavos) e valor total R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais).

Item 21: Valor unitário R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) e valor total R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

Item 25: Valor unitário R\$ 0,89 (oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 2.670,00 (dois mil, seiscentos e setenta reais).

Item 26: Valor unitário R\$ 0,89 (oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais).

Item 29: Valor unitário R\$ 1,00 (um real) e valor total R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Item 34: Valor unitário R\$ 4,73 (quatro reais e setenta e três centavos) e valor total R\$ 3.784,00 (três mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

Item 36: Valor unitário R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 1.596,00 (um mil, quinhentos e noventa

e seis reais).

Item 37: Valor unitário R\$ 4,35 (quatro reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 1.087,50 (um mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Item 39: Valor unitário R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) e valor total R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Empresa: FGS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 02.291.486/0001-90

Item 24: Valor unitário R\$ 34,50 (trinta e quatro reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil, quinhentos reais).

Item 47: Valor unitário R\$ 217,00 (duzentos e dezessete reais) e valor total R\$ 868,00 (oitocentos e sessenta e oito reais).

Item 49: Valor unitário R\$ 29,00 (vinte e nove reais) e valor total R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Empresa: VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA – CNPJ: 16.637.264/0001-90

Item 31: Valor unitário R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais).

Item 33: Valor unitário R\$ 5,37 (cinco reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 3.222,00 (três mil, duzentos e vinte e dois reais).

Empresa: NICOLL INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA – CNPJ: 09.720.751/0001-57

Item 39: Valor unitário R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) e valor total R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Item 41: Valor unitário R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais).

Item 55: Valor unitário R\$ 358,00 (trezentos e cinquenta e oito reais) e valor total R\$ 1.790,00 (um mil, setecentos e noventa reais).

Empresa: GEORGE FISCHER SISTEMAS DE TUBULAÇÕES LTDA – CNPJ: 04.064.528/0001-85

Item 42: Valor unitário R\$ 25,41 (vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) e valor total R\$ 3.811,50 (três mil, oitocentos e onze reais e cinquenta centavos).

Item 43: Valor unitário R\$ 60,00 (sessenta reais) e valor total R\$ 1.200,00 (um mil, duzentos reais).

Item 44: Valor unitário R\$ 13,48 (treze reais e quarenta e oito centavos) e valor total R\$ 2.696,00 (dois mil, seiscentos e noventa e seis reais).

Item 45: Valor unitário R\$ 79,00 (setenta e nove reais) e valor total R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

Item 46: Valor unitário R\$ 21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) e valor total R\$ 108,80 (cento e oito reais e oitenta centavos).

Item 48: Valor unitário R\$ 58,11 (cinquenta e oito reais e onze centavos) e valor total R\$ 581,10 (quinhentos e oitenta e um reais e dez centavos).

Item 50: Valor unitário R\$ 21,20 (vinte e um reais e vinte centavos) e valor total R\$ 212,00 (duzentos e doze reais).

Item 51: Valor unitário R\$ 35,37 (trinta e cinco reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 353,70 (trezentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).

Item 52: Valor unitário R\$ 56,57 (cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) e valor total R\$ 169,71 (cento e sessenta e nove reais e setenta e um centavos).

Item 53: Valor unitário R\$ 87,73 (oitenta e sete reais e setenta e três centavos) e valor total R\$ 877,30 (oitocentos e setenta e sete reais e trinta centavos).

Item 54: Valor unitário R\$ 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos) e valor total R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 28 de Setembro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

EXTRATO Nº 539/2017 - FURB

Publicação Nº 1412654

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 539/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
MOTORMAC RENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº 051/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 009

OBJETO: Locação de grupo gerador a Diesel para a Divisão de Tecnologia da Informação da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 030/2013 e Contrato nº 051/2013, firmado em 19 de abril de 2013.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica a Cláusula Primeira do Contrato nº. 051/2013 parcialmente alterada, sendo que o Item 1.4. do citado instrumento passa a ter a seguinte redação:

"1.4. O prazo de vigência deste instrumento fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a contar de 1º de novembro de 2017 até 30 de abril de 2018, o que resulta num período total contratado de 60 (sessenta) meses".

CLÁUSULA SEGUNDA:

1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), constante na tabela abaixo:

Qtde.	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Mensal
6	Mês	Locação mensal de Grupo Motor Gerador, com as seguintes características mínimas descritas no Anexo I (Termo de Referência) e Locação mensal Quadro de Transferência Automática (QTA), ambos com franquia de 30 (trinta) horas. Marca do Grupo Gerador: Cummins	R\$ 2.700,00

CLÁUSULA TERCEIRA:

Mantem-se o item 3.2 da Clausula Terceira do aditivo nº 07, que trata do pagamento:

[...]

3.2. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviços, através de crédito em conta bancária da CONTRATADA, na agência e banco que ela designar, diante da apresentação até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço, da respectiva Nota Fiscal de Serviços, destacados os valores a serem retidos referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda (IR) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quando houver. Registra-se que o faturamento deve ser referente ao período compreendido entre o dia 1º e 30 de cada mês, considerando que o início do contrato é dia 1º, com parcelas mensais.

[...]

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 051/2013 e aditivos n.º 01 a 08 que não colidirem com o presente documento.

DATA: 22 de setembro de 2017.

EXTRATO Nº 540/2017 - FURB

Publicação Nº 1412657

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 540/2017
Inexigibilidade de Licitação nº. 515/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o Contratação do serviço de manutenção e atualização do Software ArcGIS, utilizado em diversas disciplinas do Curso de Engenharia Florestal da FURB. Contratada: IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA (67.393.181/0001-34). Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias contados após a entrega do serviço e da Nota Fiscal. Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 9.469,67 (nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.08 (Manutenção de Software).

Blumenau, 26 de outubro de 2017.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 541/2017 - FURB

Publicação Nº 1412658

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 541/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 531/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o PAGAMENTO DE PRÓ-LABORE À PROF.^a DRA. CLAUDIA MORTARI PARA ATUAR COMO MINISTRANTE DO MINICURSO INTITULADO "HISTÓRIA DA ÁFRICA" QUE OCORRERÁ NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2017 DAS 18H00MIN ÀS 22H00MIN NA FURB. Contratada: CLAUDIA MORTARI (017.283.449-05). Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias após a conclusão do curso. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) / 01.16.12.364.0076.2015 (Centro de Ciências Humanas e da Comunicação)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 26 de outubro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 450/2017 - FURB**

Publicação Nº 1412659

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 450/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de baterias estacionárias para diversos equipamentos e sistemas gerenciados pela Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 17 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 461/2017 - FURB**

Publicação Nº 1412660

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 461/2017

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços

de locação de plataformas articulada e tipo tesoura, bem como caminhão com cesto aéreo, para uso em manutenções, obras e reformas da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 21 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 464/2017 - FURB**

Publicação Nº 1412661

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 464/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de ferro, chapas de aço e outros metais para o uso em manutenções da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 23 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015**PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 489/2017 - FURB**

Publicação Nº 1412662

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 489/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de impermeabilizantes, revestimentos e tela de impermeabilização para reformas na Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 24 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br.

furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 495/2017 - FURB

Publicação Nº 1412664

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 495/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de cortinas tipo "blackout", trilhos e afins para a FURB.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 27 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 363/2017 - FURB

Publicação Nº 1412666

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Retificação do Pregão Presencial nº. 363/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para Elaboração de Projetos Complementares, destinados ao Edifício do curso de Engenharia Florestal no Campus V da FURB, edificação com área a ser construída de 1.390,32m², em três níveis, sendo 646,84m² no nível 0.00 – térreo, 646,84m² no nível 4.00, 96,64m² no nível 8.00 - reservatórios.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) informa que o Edital do certame epigrafo foi retificado, a fim de promover alterações no edital.

O local, a data e o horário para entrega e abertura dos envelopes foram alterados para: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 22 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital retificado completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 418/2017 - FURB

Publicação Nº 1412674

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Retificação do Pregão Presencial nº. 418/2017

Objeto: Aquisição e instalação de plataforma de elevação para transporte de portadores de necessidades especiais na piscina do Campus I da Universidade.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) informa que o Edital do certame epigrafo foi retificado, a fim de promover alterações no edital.

O local, a data e o horário para entrega e abertura dos envelopes foram alterados para: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 20 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital retificado completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 462/2017 - FURB

Publicação Nº 1412675

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 462/2017

Objeto: Aquisição de bateria de extração por solvente (Bateria de Sebelin) para a Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 16 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.
Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 494/2017 - FURB

Publicação Nº 1412676

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 494/2017

Objeto: Aquisição e instalação de placas e seus respectivos suportes, bases e hastes, para sinalização viária dos Campi III e V da FURB.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 28 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 527/2017 - FURB

Publicação Nº 1412677

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 527/2017

Objeto: Contratação de Seguro Garantia para contrato firmado com a ANP, para monitoramento de combustíveis nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 14 de novembro de 2017, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 30 de outubro de 2017.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

CHAMAMENTO PUBLICO 01/2017

Publicação Nº 1412017

PROCESSO 68/2017

CHAMADA PÚBLICA 01/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente TERMO DE REFERÊNCIA tem por objetivo a realização de chamamento público, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto municipal 50/2017 e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos de associações rurais privadas, sem fins lucrativos, que representam os agricultores familiares.

1. DO OBJETO:

1.2. O presente Edital tem por objetivo selecionar projeto para Cessão de Uso de Trator e equipamentos agrícolas, pertencentes ao Município de Bom Jardim da Serra/SC, conforme Termo de Convênio firmado entre o Município e o Estado, a fim de realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura, com serviços de gradagem, apoio ao transportes de insumos, sementes e calcário, roçadas, plantios, colheita, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas, e Plano de Trabalho aprovado .

- São obrigações das Associações selecionadas (critérios de escolhas):
- Selecionar os beneficiários no município de Bom Jardim da Serra/SC;
- Garantir a estrutura física, para armazenamento e conservação dos bens;
- Garantir a realização das manutenções necessárias aos equipamentos, bem como seus reparos quando necessário;
- Apresentar Plano de Trabalho para utilização dos equipamentos na comunidade;
- Se responsabilizar pela organização e gestão do projeto, com elaboração de relatório técnico;
- Os pequenos produtores a serem beneficiados com, trator agrícola e equipamentos, utilizarão o mesmo para fins de melhora na produção e redução de custos, fortalecendo a agricultura familiar.
- Observar o que estabelece a Lei 11.326/2006 em especial o disposto no art. 3º e seus incisos e parágrafos § 1º e § 2º e seus incisos.

1.3. DESCRIÇÃO DO(S) OBJETO(S) em Lote:

LOTE				
	DESCRIÇÃO	Qtidade	ESTADO/ CONDIÇÃO	Nº de série
01	CARRETA AGRÍCOLA METÁLICA, BASCULANTE COM PISTÃO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE DE 5 TONELADAS, COM 4 PNEUS NOVOS, DIMENSÕES DE 3,03X1,80X0,95 POR FORA. MARCA METAL FREITAS, ANO 2016	01	NOVO (ZERO Km)	3456
02	COLHEDORA DE FORRAGENS, COM ACIONAMENTO A CARDAN, GIRO DA BICA SEMI-HIDRÁULICO, COM RODA DE APOIOVERDE. MARCA CUSTOM, ANO 2016	01	NOVO (ZERO Km)	3472
03	GRADE ARADORA, COM 14 DISCOS DE 26 POLEGADAS, COM PNEU, COM CONTROLE REMOTO, MANCAL A ÓLEO. MARCA THURROW SÉRIE GA49/16 ANO 2016.	01	NOVO (ZERO Km)	3459
04	PLANTADEIRA HIDRÁULICA LEVE DIRETA E CONVENCIONAL DE 2 LINHAS. MARCA KNAPIK H2L SÉRIE TT148/16 ANO 2016.	01	NOVO (ZERO Km)	3458
05	ROÇADEIRA TRASEIRA, COM LARGURA DE 1,80 METROS, COM REGULAGEM LATERAL MARCA AGROPRATA SÉRIE 083 , COR PRETA E VERMELHA, ANO 2016	01	NOVO (ZERO Km)	3460
06	TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS, MODELO TL75 R406935, MARCA NEW HOLLAND, ANO/MODELO 2015, TRAÇÃO NAS QUATRO RODAS , 4 CILINDROS E POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 CV, COM VÁLVULA DE CONTROLE REMOTO COM COMANDO DUPLO, CAIXA DE TRANSMISSÃO 12X4 (MARCHAS FRENTE E RÉ) , COM TOMADA DE FORÇA. LEVANTE HIDRÁULICO DE 3 PONTOS COMPLETO, COM BARRA DE TRAÇÃO E PESOS DIANTEIROS. PLATAFORMA DE OPERAÇÃO COM ESTRUTURA DE SEGURANÇA E TOLDO. PNEUS DIANTEIROS 12.4X24R1 E TRASEIROS 18.4 X 30R1. Jogo de chaves e soquetes compatíveis com a máquina.	01	Usado em ótimo estado de conservação), 1250 (mil duzentas e cinquenta) horas/ trabalhada	3174

2. DAS CONDIÇÕES:

2.1. As associações interessadas em participar dessa chamada pública devem atender as seguintes condições cumulativamente:

2.1.1 A associação não ficará obrigada a ter sede física no Município a ser atendido pela chamada pública.

2.1.2. Em seu estatuto social definirem expressamente sua natureza, objetivo, missão e público alvo, de acordo com as políticas vinculadas a este Termo de referência;

2.1.3. Comprovar no mínimo 1 (uma) atividade produtiva voltada para agricultura familiar, relacionada ao objeto do presente chamamento público;

2.1.5. Comprovar existência mínima de 2 (dois) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;



2.1.6 A Associação vencedora, ao selecionar os beneficiários, não poderá exigir destes, a condição de associado.

3. DOS IMPEDIMENTOS:

3.1. Não poderá participar do processo de chamada pública as associações que:

3.1.1. Esteja em processo de insolvência ou dissolução;

3.1.2. Possua, entre seus dirigentes, servidor (es) público(s) do Município;

3.1.3. Se encontrem em uma ou mais das situações de vedações previstas na Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

3.1.4. Possuam acordos de cooperação ou outro tipo de termos/parcerias firmados com outros órgãos/instituições que contemplem aplicação de recursos para execução de projeto com objeto idêntico e ou em execução ao constante neste Termo de referência;

3.1.5. Que tenha sido penalizada com suspensão para conveniar /contratar com a Administração Pública Estadual e/ou Municipal, ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos de quaisquer das esferas de governo nos moldes da Lei 8.666/93 art. 2 e legislação correlata;

3.1.6. Que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência das Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, ou por qualquer motivo não apresentem regularidade fiscal;

3.1.7. Que tenham como dirigente agente político de Poder Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

3.1.8. As Entidades que estejam inadimplentes com o Estado de Santa Catarina na prestação de Contas de Convênios ou contratos anteriores.

3.1.9. A Associação não pode ter contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;

3.1.10 A Associação não pode ter sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei 13.019/14;

d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019/14 (art. 39, V, "a" a "d", da Lei 13.019/14);

3.1.11. A Associação não pode ter tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

3.1.12. A Associação não pode ter entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, VII, Lei 13.019/2014);

4. DA INSCRIÇÃO:

4.1. As associações interessadas em participar do presente chamamento público poderão apresentar uma proposta de acordo com que estabelece o edital.

4.2. No ato da inscrição as associações interessadas deverão entregar DOIS envelopes lacrados, com a seguinte identificação:

• Envelope nº 1: Edital nº ____/2017, Projeto Técnico. Neste envelope, deverão estar todos os documentos listados no item 5.1 do presente termo de referência.

• Envelope nº 2: Edital nº ____/2017, Documentação Legal da associação. Neste envelope, deverão estar todos os documentos listados no item 5.2 do presente termo de referência.

4.3. Os envelopes deverão ser devidamente protocolados no Setor de Licitações na sede da Prefeitura Municipal de Bom jardim da Serra/SC, junto a Comissão de Chamamento Público.

4.3.1. Os endereços para entregas dos envelopes:

Setor de Licitações na sede da Prefeitura Municipal de Bom jardim da Serra/SC cito a Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro Bom Jardim da Serra/SC CEP 88640-000.

5. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

5.1. Documentação (Proposta) envelope n.º 1: necessária para análise das propostas:

1. Ofício solicitando inscrição proposta;

2. Projeto básico assinado pelo responsável pela elaboração;

3. Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal;

4. Relatório de atividades realizadas pela entidade nos últimos 2 anos;

5. Informar responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados;

6. Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto com nome, endereço, produtos agrícolas a serem escoados.

5.1.1. O Projeto básico deverá conter:

1. Identificação do projeto;

2. Identificação do proponente;

3. Objetivo;

4. Justificativa;

5. Metas;

6. Custos;

7. Cronograma;

8. Resultados esperados;

9. Capacidade do proponente;

10. Como contrapartida a associação deverá realizar os serviços descritos no item 1.2.

5.2. Documentação (Habilitação) envelope n.º 2: necessária para celebração de Acordo de Cooperação:

1. Cópia do Estatuto registrado e suas alterações;

2. Cópia da Ata de Eleição do quadro dirigente atual ou documento equivalente;

3. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

4. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de 2 (dois) anos de cadastro ativo;
5. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
6. Certidão Negativa quanto à dívida ativa do Estado de Rondônia;
7. Certidão Negativa de Débitos do município sede da Organização da Sociedade Civil;
8. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
10. Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
11. Declaração do representante da Organização da Sociedade Civil certificando a inexistência de dirigente como membro de Poder Público, ou dirigente de Órgão ou Entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração ou de Fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
12. Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento e deverão ter sua veracidade confirmada pela Comissão de Chamamento Público por meio de análise de certidões TCE;
13. Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado;
14. Documentos que comprovem experiência mínima de 2 (dois) anos com atividade idêntica ou similar ao objeto da parceria, que capacita a Organização para a celebração da parceria, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros;
15. Lei Municipal Declarando a Associação sendo de utilidade pública;
16. Os documentos relativos às instalações poderão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias a contar da celebração da parceria.
17. As certidões Positivas com Efeito de Negativas servirão como Certidões Negativas.
18. A Administração Pública Estadual deverá consultar o SISPAR e o SIAFEM para verificar se há ocorrência impeditiva em relação à Organização da Sociedade Civil selecionada.
19. A Organização da Sociedade Civil será notificada para regularizar a documentação em até 5 (cinco) dias, caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou quando as Certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, sob pena de não celebração da parceria.
- 5.3. Todos os documentos poderão ser impressos ou cópias, no ato da assinatura do Termo de Cooperação deverão ser apresentados os documentos originais ou cópias autenticadas por cartório de notas e ofício competente.
6. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:
- 6.1. Serão eliminadas do certame todas as propostas que:
 - 6.1.1. A proponente se enquadra em um ou mais situações elencadas no item 3 deste termo de referência;
 - 6.1.2. A proponente não apresentou no prazo estabelecido os documentos exigidos ou não cumpriu os requisitos para análise da proposta descritos no item 5.1 deste termo de referência;
 - 6.1.3. A proponente não apresentou no prazo estabelecido os documentos exigidos ou não cumpriu os requisitos para celebração de termo de colaboração descritos no item 5.2 deste termo de referência;
 - 6.1.4. Não tenha por finalidade comprovada o benefício a agricultores familiares do estado de Santa Catarina;
 - 6.1.5. Os objetivos propostos não estejam de acordo com os que foram propostos nesse termo de referência;
 - 6.1.6. Apresente informações não comprovadas ou qualquer situação que inviabilize o projeto na forma proposta.
- 6.2. As propostas serão classificadas com base nos seguintes critérios, conforme os lotes apresentados:
 - 6.2.1 –
 - 6.2.1.1- Numero de Produtores diretamente atendidos;
 - 6.2.1.2- Local adequado para armazenamento do trator e demais equipamentos;
 - 6.2.1.3- Estrutura da Associação;
 - 6.2.1.4- Apresentação de indicadores para acompanhamento e avaliação dos resultados das ações, propostos no Plano de Trabalho e Projeto Técnico, conforme;
 1. Expectativa de hectares a serem preparados para plantio ao longo do contrato;
 2. Índice de produtores a serem atendidos diretamente ao longo do contrato;
 3. Índice de evolução de receita familiar prevista ao longo do contrato;
 4. Índice de evolução da produção junto à comunidade estabelecida ao longo do contrato;
 5. Índice de evolução de área agrícola recuperada junto as propriedades nas comunidades a serem atendidas.
- 6.3. A critério da Comissão Técnica Especial de Análise e Seleção poderão ser solicitadas informações complementares ao Projeto apresentado.
- 6.4. A Comissão Técnica Especial de Análise e Seleção verificará o envio, a validade, a regularidade da documentação e o atendimento as exigências deste Termo de referência;
- 6.5. Os Projetos poderão ser aprovados integral ou parcialmente em decorrência da análise técnica efetuada.
- 6.6 Pesos e notas serão calculados de acordo com o quadro respectivo abaixo:

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Número de Produtores diretamente atendidos.	1 ponto para cada 04 Produtores.	20
02	Local adequado para armazenamento de trator.	1 – Em Madeira com cobertura – 05 Pontos; 2 – Em Alvenaria com cobertura – 10 Pontos;	10
03	Estrutura da Associação	*5 pontos por item atendido.	10
04	Não possuir trator	30 pontos direto	30

05	Apresentação de indicadores para acompanhamento e avaliação dos resultados das ações, propostos no Plano de Trabalho e Projeto Técnico.	**2 pontos para cada Indicador	10
06	Sede da associação distante da sede do Município. (indicador de dificuldade de efetivo atendimento por parte da Secretaria)	1 – A cada 15 KM – 05 Pontos.	20

* Itens que pontuam: 1- Sede própria da Associação (Matrícula e relatório fotográfico); 2 – Tratoristas devidamente certificados com cursos em operação e manutenção de trator.

** Os indicadores deverão ser apresentados conforme descrito no item 9.2.1.5.

6.7. A nota igual a zero em 3 itens importará na desqualificação da entidade..

6.8. As entidades com pontuação abaixo de 40 pontos serão automaticamente desclassificadas.

6.9. Havendo empates entre os participantes em um projeto com mesmo objetivo, o critério de desempate será a maior pontuação partindo do item 4, persistindo os itens 6, 2, 3, 5.

6.10. A aprovação das propostas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente– SEMAM fica condicionada a parecer conclusivo da Comissão Técnica Especial de Análise e Seleção, o qual será submetido à homologação do Prefeito Municipal.

6.11. A lista final de classificados dar-se á por ordem de pontuação até o número de 10 entidades observando o correspondente à quantidade de produto disponível.

7. DOS PRAZOS

LOCAL PARA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS ENVELOPES: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com toda a documentação exigida no edital, até o dia 27 de novembro de 2017, as 09horas, na Sala de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, junto à COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CCP, no endereço: Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro Bom jardim da Serra/SC CEP 88640-000. Data da abertura dos envelopes será dia 27 de novembro de 2017 às 09h00 min, em sessão pública na sala de Licitações.

7.2. A divulgação do edital, atas e resultado será efetuada no Portal do Eletrônico da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra (www.bomjardimdaserri.sc.gov.br) e no DOM (diário oficial dos municípios).

7.3. Os prazos fixados no subitem 10.1 do Edital, poderão ser alterados a critério da SEMAM.

7.4 O prazo de Cessão dos bens será até 30/11/2020.

8. RECURSOS

8.1 O proponente poderá interpor recurso contra os resultados do Chamamento Público, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar de sua publicação do resultado final. O recurso deverá identificar a proposta, ser endereçado a Comissão de Chamamento Público.

8.2. Interposto o recurso, a Comissão de Avaliação de Projetos o analisará no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo submetê-lo à autoridade competente para manifestação.

8.3. Os recursos apresentados serão analisados e julgados pela Comissão e referendado pelo Secretário Titular ;

8.4. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Administração Pública Municipal deverá homologar e divulgar o resultado definitivo em sítio eletrônico.

9. DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

9.1. Homologado o resultado as associações contempladas serão convocadas para celebração de Acordo de Cooperação e Cessão de Uso.

9.2 Acordo de Cooperação deverá ter parecer em todas as fases: celebração, execução, fiscalização, prestação de contas e homologação da prestação de contas, e ocorrerão em conformidade com Lei 8.666 de 21/06/1993, e lei 13.019 de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal 050/2017 e legislação correlata vigente, aplicável ao caso;

9.3. É condição para celebração do Acordo de Cooperação que as certidões estejam dentro do prazo de validade.

9.4 A associação convocada para celebração de Acordo de Cooperação terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da notificação, para assinatura do Acordo, sob pena de ser considerada desistente;

9.5 Caso a associação não celebre o Acordo de Cooperação no prazo estipulado ou por qualquer outro motivo, fica a critério da SEMAM convocar a próxima associação classificada.

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A prestação de contas deverá ser feita de acordo com o previsto no plano de trabalho e obrigatoriamente anualmente até 31/01 do ano subsequente e em até 90 (noventa) dias após o encerramento do contrato.

10.2. Os documentos que devem ser apresentados na prestação de contas:

- Relatório de cumprimento do objeto;
 - Relatório de prestação de contas a ser aprovado pela concedente;
 - Comprovantes de despesa;
 - Relação dos serviços prestados, quando for o caso;
 - Relação de pessoas atendidas, quando for o caso;
 - Declaração de alcance dos objetivos a que se propunha o instrumento;
 - Termo de compromisso de guarda dos documentos.
- 10.3. Observar ainda o previsto no Capítulo IV da Lei 13.019/14.

11. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

11.1 A execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Chamamento Público e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Associação:

- Advertência;
- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública

pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

11.1.1. As sanções estabelecidas nos itens a e b são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias após a notificação da irregularidade à Associação, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade, se for o caso.

11.1.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.1.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

11.2 A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente indicará o gestor da parceria que tem como atribuição:

a). Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b). Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c). Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019 e suas alterações;

11.3. Constituem obrigação da Associação:

a). Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

b). Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Termo, como no caso de sua rescisão antecipada.

c). Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.

d) Permitir o PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.

e). Arcar com as despesas de transporte, seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto da presente Cessão de Uso do Bem Público.

f). Compromete-se a encaminhar à SEMAM, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A SEMAM reserva-se o direito de alterar o presente Termo de Referência, por conveniência da Administração, sem que caiba às entidades participantes do processo de seleção direito a qualquer indenização. Caso as eventuais alterações tenham repercussão no projeto básico e ensejem sua adequação, será fixado novo prazo para sua apresentação;

12.2. É facultado a Comissão Técnica Especial de Análise e Seleção promover diligências destinadas a esclarecer o processo, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade;

12.3 A efetiva celebração dos Acordos de Cooperação dar-se-á por ordem de classificação.

12.4 O credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo se constatada: documentação incompleta, falsificação de documento, inveracidade das informações ou qualquer outra ilegalidade no processo.

12.5 O chamamento público pode ser revogado por conveniência da Administração Pública, através de decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes qualquer indenização.

12.6 A SEMAM realizará o acompanhamento periódico do projeto a fim de assegurar sua eficácia e o resultado social previsto quando da apresentação dos projetos.

12.7 A seleção das entidades proponentes não lhes assegura a celebração do Acordo de Cooperação, ficando a critério da SEMAM decidir pela conveniência e oportunidade da realização deste ato.

12.8. Para execução do objeto do Acordo de Cooperação as entidades deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e ética pública, bem como os ditames da Lei n.º 8.666/93, no que couber.

12.9. É vedada a delegação da execução do objeto deste edital à Terceiros.

12.10. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº: 8.666/93, dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada, conforme Art. 55 Inciso XII, Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações e Decreto municipal 50/2017.

13. ANEXOS:

13.1 OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO;

13.2 DOCUMENTOS PARA ANÁLISE PROPOSTA;

13.3 DOCUMENTAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO;

13.4 ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO PROJETO TÉCNICO;

13.5 PLANO DE TRABALHO;

13.6 INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO;

13.7 MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO;

Bom Jardim da Serra, 26 de outubro de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

MayKo Luiz de Souza

Sec. Munic. De Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 513/2017

Publicação Nº 1411747

PORTARIA Nº 513/2017
De 18 de outubro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar Licença por um período de 30 (trinta) dias a Servidora Maria de Lourdes Pereira Velho Borges "Licença por Motivo de Saúde em Pessoa da Família", conforme Lei 737/99 em seu art. 97 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 18 de outubro de 2017.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 514/2017

Publicação Nº 1411748

PORTARIA Nº 514/2017
De 18 de outubro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Alterar Nível Salarial da Professora Municipal I de B para C devido a nova titulação como Pós Graduada, a Sra. Naiana Aparecida Bibiana, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 18 de outubro de 2017.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 515/2017

Publicação Nº 1411751

PORTARIA Nº 515/2017
De 18 de outubro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Alice Rodrigues admitida pela portaria 168/2017 a exercer suas funções no Hospital Municipal Américo Caetano do Amaral até o dia 15/12/2017, sem prejuízo de seus vencimentos.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 18 de outubro de 2017.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 516/2017

Publicação Nº 1411754

PORTARIA Nº 516/2017
De 24 de outubro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

CONCEDER a Servidora Ledenira de Fátima Padilha "Licença por Motivo de Saúde em Pessoa da Família" pelo período de 30 (trinta) dias, conforme Lei 737/99 em seu art. 97 do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 24 de outubro de 2017.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 517/2017

Publicação Nº 1411755

PORTARIA Nº 517/2017
De 24 de outubro de 2017

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Exonerar do cargo de Agente de Serviços Gerais da Secretaria de Municipal de Transportes e Obras, Nível Salarial TSA – 2, o Sr. JOSÉ CARLOS RANPINELLI, portador do RG 6/R1.933.439 e do CPF 454.029.149-15, filho de Rubens Rampinelli e de Claudina Oggioni Rampinelli, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 24 de outubro de 2017.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2269/2017

Publicação Nº 1412204

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2269/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 001/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2269/2017

As 8:30 horas do dia 17 de outubro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 031/2017, Ata de julgamento de Preços, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa V. BREDAS COMERCIAL-ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº 205, sala 01, centro, no Município de Bom Jesus do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.944.826/0001-62, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portador (a) do CPF nº 035.198.399-62 e RG 4.127.290, para eventual e parcelada aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE, PRAZO E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1), poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".
- 4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.
- 5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1), poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.
- 2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 031/2017.
- 3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 2269/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 1). O objeto da licitação será entregue, junto a sede do Centro Administrativo Municipal, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta, em até 05 dias após a solicitação por escrito da secretaria responsável e/ou departamento de compras.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos pneus recapados com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento dos produtos, conforme previsto no item "13", do Edital de Licitação 2269/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

- 1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Gêneros de Higiene e Limpeza, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Substituir o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.
- 4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 031/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:
 - V. BREDÁ COMERCIAL-ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº 205, sala 01, centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.944.826/0001-62, neste ato representada por seu representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portador do CPF nº 035.198.399-62 e RG 4.127.290.
- 2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 23 de outubro de 2017.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Andreia Ieda Ollmann Breda
CNPJ: 10.944.826/0001-62

Testemunhas:

Marília Cecon Maggi
CPF: 023.802.459-83

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luis Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2269/2017

EMPRESA VENCEDORA:

V. BREDÁ COMERCIAL-ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº 205, sala 01, Centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 10.944.826/0001-62, neste ato representada por seu representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portador do CPF nº 035.198.399-62 e RG 4.127.290.

Item	Descrição	Marca	Quant	R\$ Unit	R\$ Total
3	Desodorizador de ambientes aerosol 360ml	Glade	40	8,45	338,00
4	Desinfetante de Uso Sanitário 02 Litros	Gioca	300	5,10	1.530,00
18	Copo Para Água 180ml ABNT Transparente tiras com 100 unidades	Copobras	1.500	4,05	6.075,00
20	Papel Toalha branco Interfolhado 100% Celulose Fardo com 1000 Folhas	PeB	300	10,90	3.270,00
22	Sabonete Liquido 05 Litros	Bertolini	80	45,40	3.632,00
26	Anti Mofo 130 gr	Gioca	75	4,35	326,25
33	Limpa Vidro com aerosol 500 MI	Gioca	20	5,45	109,00
			R\$ Total		15.280,25

Os produtos deverão ser de primeira qualidade, estarem aptos a inspeção e sempre com data de validade vigente.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2269/2017

Publicação Nº 1412207

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2269/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 002/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2269/2017

As 8:30 horas do dia 17 de outubro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 031/2017, Ata de julgamento de Preços, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa MERCADO VILSON SCHULTZ LTDA ME, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 543, centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.741.309/0001-56, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhora Erozani Lourdes Ambrosio Schultz, portador (a) do CPF nº 026.922.539-06 e RG 2.759.616, para eventual e parcelada aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE, PRAZO E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência

de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 031/2017.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 2269/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, junto a sede do Centro Administrativo Municipal, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta, em até 05 dias após a solicitação por escrito da secretaria responsável e/ou departamento de compras.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos pneus recapados com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento dos produtos, conforme previsto no item "13", do Edital de Licitação 2269/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os Gêneros de Higiene e Limpeza, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Substituir o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.

4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 031/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:

• MERCADO VILSON SCHULTZ LTDA ME, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 543, Centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.741.309/0001-56, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhora Erozani Lourdes Ambrosio Schultz, portador (a) do CPF nº 026.922.539-06 e RG 2.759.616.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 23 de outubro de 2017.

Jeferson Persch Erozani
Pregoeiro

Lourdes Ambrosio Schultz
CNPJ: 05.741.309/0001-56

Testemunhas:

Marilia Cecon Maggi
CPF: 023.802.459-83

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luis Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2269/2017

EMPRESA VENCEDORA:

MERCADO VILSON SCHULTZ LTDA ME, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 543, Centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 05.741.309/0001-56, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhora Erozani Lourdes Ambrosio Schultz, portador (a) do CPF nº 026.922.539-06 e RG 2.759.616

Item	Descrição	Marca	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
5	Detergente liquido para lavar louças 500 ml	Girando sol	300	1,69	507,00
6	Rodo de EVA duplo 40 cm com cabo	Borboleta	40	10,15	406,00
8	Luva de latex para limpeza forrada com flocos de algodão varios tamanhos	Talge	200	5,19	1.038,00
10	Papel toalha branco com 2 rolos de 50 folhas cada	Face a face	200	3,50	700,00
11	Rodo para Limpeza com EVA duplo de 60 cm com cabo	Borboleta	20	17,80	356,00
13	Saco de Lixo capacidade 50 litros com 10 unidades	Gio pack	200	2,95	590,00
14	Saco de Lixo capacidade 100 litros com 10 unidades	Gio pack	40	4,71	188,40
15	Sapólio líquido 300 ml	Sani	60	3,93	235,80
24	Amaciante de roupas 2 litros	Super	50	5,85	292,50
25	Escova de lavar roupas	Condor	15	2,85	42,75
27	Sabonete 150g	Yara	30	2,38	71,40
29	Esfregão de Aço 1,60 embalagens com 02 und	Forta	100	2,05	205,00
30	Cera Liquida Incolor 750 ml	Bril	75	6,65	498,75
31	Naftalina Pacote com 30 gr	Galitos	50	1,27	63,50
			R\$ Total		5.195,10

Os produtos deverão ser de primeira qualidade, estarem aptos a inspeção e sempre com data de validade vigente.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2269/2017

Publicação Nº 1412208

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2269/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 003/2017 DO PROCESSO LICITATORIO Nº 2269/2017

As 8:30 horas do dia 17 de outubro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 031/2017, Ata de julgamento de Preços, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa COMERCIAL AMBRÓSIO LTDA ME, com sede na Rua La Salle nº 401, centro, no Município de Bom Jesus do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 72.507.221/0001-61, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor Juliano Jose Ambrósio, portador (a) do CPF nº 024.136.849-99 e RG 3.570.837, para eventual e parcelada aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES, constantes do Anexo I.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE, PRAZO E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 031/2017.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 2269/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, junto a sede do Centro Administrativo Municipal, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta, em até 05 dias após a solicitação por escrito da secretaria responsável e/ou departamento de compras.

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos pneus recapados com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento dos produtos, conforme previsto no item "13", do Edital de Licitação 2269/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia dos materiais cotados é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo dos bens, se maior deverá declarar na proposta;

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os Gêneros de Higiene e Limpeza, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Substituir o material que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 3 dias corridos, a partir da ciência da rejeição.

4). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 031/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:

• COMERCIAL AMBROSIO LTDA ME, com sede na Rua La Salle nº 401, Centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 72.507.221/0001-61, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor Juliano José Ambrósio, portador (a) do CPF nº 024.136.849-99 e RG 3.570.837.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC 23 de outubro de 2017.

Jeferson Persch
Pregoeiro

Juliano Jose Ambrosio
CNPJ: 72.507.221/0001-61

Testemunhas:

Marilia Cecon Maggi
CPF: 023.802.459-83

Fábio Gerhardt
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luis Majolo
OAB/SC 32.022

ANEXO 1
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 2269/2017

EMPRESA VENCEDORA:

COMERCIAL AMBROSIO LTDA ME, com sede na Rua La Salle nº 401, Centro, no Município de Bom Jesus Do Oeste, inscrita no CGC/MF sob o nº. 72.507.221/0001-61, neste ato representada por seu (a) representante legal Senhor Juliano José Ambrósio, portador (a) do CPF nº

024.136.849-99 e RG 3.570.837

Item	Descrição do Produto	Marca	Quant	R\$ Unit.	R\$ Total
1	Agua Sanitária com cloro ativo 05 Litros	Nacional	350	11,35	3.972,50
2	Alcool Etílico 70% INPM 1.000 ml	Cooperalcool	300	7,09	2.127,00
7	Esponja para lavar louças dupla face c/ 3 unidades	Brilhux	250	3,70	925,00
12	Rodo de Espuma Dupla Face 30 cm	Desafio	100	32,50	3.250,00
16	Vassoura plastica com cabo	Desafio	60	9,76	585,60
17	Pedra sanitaria 35 gr	Sany	500	1,25	625,00
19	Toalha felpuda de rosto 75cm*45 cm com no minimo 90 % algodão	Panosul	50	7,80	390,00
21	Toalha de banho 130cm * 60 cm com no minimo 90 % algodão	Panosul	50	16,85	842,50
23	Pano de prato 70 cm * 40 cm 100% algodão	Panosul	40	4,50	180,00
28	Sabão em Pó c/ 02 Kg	Girando sol	150	17,23	2.584,50
32	Balde Plástico com cabo de metal capacidade 20 Litros	Urío	20	10,15	203,00
			R\$ Total		15.685,10

Os produtos deverão ser de primeira qualidade, estarem aptos a inspeção e sempre com data de validade vigente.

PORTARIA Nº 219/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412742

PORTARIA Nº 219/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Fabio Gerhardt, inscrito no CPF sob nº 021.397.119-47, com matrícula sob nº 60-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 01, 02 e 03, referente ao Processo Licitatório nº 2269/2017, sendo objeto a eventual e parcelada aquisição de Gêneros de Higiene e Limpeza para uso nos diversos setores.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 26 de outubro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

1043.10.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FERNANDA R. GORGES

Publicação Nº 1411933

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1043/17 de 25.10.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 24 de outubro de 2017 a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de outubro de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

1044.10.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ELIANE E. R. ROVARIS

Publicação Nº 1411934

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1044/17 de 25.10.17
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar sua mãe Telma V. Rosar em tratamento de saúde, no dia 24 de outubro de 2017, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de outubro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 211/2017

Publicação Nº 1412429

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 211/2017 Ata de Registro de Preços nº 01/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro
Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Ético: R\$ 6.353,29 (seis mil trezentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos).

Bom Retiro, 27 de outubro 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS 17 E 18/2017

Publicação Nº 1412342

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato 3º Termo Aditivo do Contrato nº 17/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Auto Posto VT Ltda.

Aquisição de Combustíveis para Veículos da frota municipal, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado no Perímetro do município de Bom Retiro para o exercício de 2017. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço), sendo concedido reajuste de valores em decorrência de aumento de preço determinado pelo Governo Federal, conforme segue: Gasolina Comum 1,52%, Óleo Diesel 6,25%, Óleo diesel S10 4,17%. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Extrato 3º Termo Aditivo do Contrato nº 18/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Auto Posto J.S. Ltda.

Aquisição de Combustíveis para Veículos da frota municipal, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado no Perímetro do município de Bom Retiro para o exercício de 2017. Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço), sendo concedido reajuste de valores em decorrência de aumento de preço determinado pelo Governo Federal, conforme segue: Gasolina 4,43%, Óleo Diesel 8,63%, Óleo diesel S10 5,42%. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Bom Retiro, 27 de outubro de 2017.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 2084 2017(PARQUE MUNICIPAL)

Publicação Nº 1411765

DECRETO Nº 2084/2017

"Revoga a Portaria 214/2014 e designa Servidor para realizar inventário de Fauna e Flora da área cedida pelo Estado de Santa Catarina através da Lei 820/99."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO:

- Que o município de Botuverá aderiu ao CINVI, para o setor de licenciamentos ambientais;
- Considerando a necessidade de realização de inventário florestal em relação a Fauna e Flora existente no parque Municipal das Grutas de Botuverá;
- Considerando que a importância e o potencial turístico, ecológico e cultural do "Parque Municipal das Grutas de Botuverá", visitado por diversos turistas, em especial estudantes;
- Considerando a necessidade de mapeamento e identificação das espécies animais e vegetais lindeiras às trilhas ecológicas para que os turistas possam identifica-las, bem como possibilitar as providências para preservação das mesmas;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada Portaria 214/2014, conforme justificativa contida neste decreto.

Art. 2º Fica designado o Engenheiro Florestal Ricardo dos Santos Lada como responsável pela realização de mapeamento, identificação e inventário da Fauna e Flora existentes no parque.

Art.3º Os procedimentos necessários ao cumprimento deste deverão ser providenciados imediatamente, em especial estrutura, sala, ar condicionado, computador e demais instrumentos necessários à alocação do Servidor no Parque das Grutas de Botuverá.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 25 de outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 32/2017

Publicação Nº 1412541

EXTRATO DO CONTRATO 32/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Rex Maquinas e Equipamentos Ltda

CNPJ: 75.483.040/0001-30

sito a Rua Duque de Caxias, 50

Bairro Centro

Braço do Trombudo -SC

Objeto: Locação de um imóvel para fins específicos da administração pública municipal, e/ou cessão para outros órgãos da administração pública, entes federados, conveniados, etc.

Valor R\$ 10.933,47

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 26.10.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

HOMOLOGA FINAL DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL PARA ELEIÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR

Publicação Nº 1411893

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL PARA ELEIÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR.

A Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com as determinações constantes em Ata do livro próprio e Lei Municipal nº 121/94 de 25/08/94.

TORNA PÚBLICO o seguinte:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital para eleição de Suplente de Conselheiro Tutelar ficam HOMOLOGADAS as inscrições dos candidatos abaixo relacionadas em ordem alfabética.

Nº Insc.	Candidato	Data Nascimento
007	ADRIANA APARECIDA FUCK SCHARF	14.09.1994
011	CATIA VOIGT MUGGE	20.05.1973
010	DAMARIS CRISTINA STUWE BAADE	02.02.1982
003	DIOGO JOSÉ CONINK	12.01.1994
013	INDIANARA SIMPLICIO	12.02.1990
004	JOÃO PEDRO COSTA DE BORBA	05.09.1988
005	JULIANA LANG	13.04.1994
001	MARIZETE BESCHTOLD DO NASCIMENTO	25.04.1968
002	MONICA AUGUSTA LEMOS DOS SANTOS	05.11.1986
006	PAMELA CRISTINA DA LUZ MACHADO STEINHEUSER	14.09.1994
009	SHIRLY VAN DEN BOSSCHE GONÇALVES	12/10/1996
008	TATIANA VERMOEHLN	09/12/1977

Art. 2º. Esta homologação entra em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, 26 de outubro de 2017.

Daíse Lucia Conci

Presidente do CMDCA

PORTARIA 099 2017

Publicação N° 1412501

PORTARIA N° 099/2017
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear JOÃO PAULO GASTÃO, para exercer o cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta quatro) horas semanais a partir de 24.10.2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 24 de Outubro de 2017.
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA 100 2017

Publicação N° 1412517

PORTARIA N° 100/2017
Concede Progressão Vertical

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Deivid Lottin da Silva	40 hrs	03.08.2009	Professor 01-C	Professor 02-C
02	Glauceia Alma Larsen	40 hrs	01.03.2012	Professor 01-A	Professor 02-A
03	Albina Tomaz Berto Payerl	40 hrs	16.09.2014	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.10.2017.

Braço do Trombudo, em 26 de Outubro de 2017.
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2017 PMBT

Publicação Nº 1389308

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CLOROMINA (13276)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	31,3134	1
2	Gosto e Odor. (11900)	UND	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	18,7182	2
3			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	31,8322	3
1		UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	8,0038	1
2			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	8,0641	2
3			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	14,9744	3
3	Contagem de coliformes totais (11901)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	11,4472	1
2			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	11,4595	2
3			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	18,7179	3
4	Contagem de E. coli (11902)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	11,4472	1
2			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	11,4595	2
3			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	18,7179	3
5	Contagem de bactéria heterotrófica (11903)	UND	Laboratório Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	17,8838	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 9/2017 Data do Registro: 26/04/2017 Válido até: 26/04/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	17.8259	2
			ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	18.7179	3
6	Cianobactérias, (11904)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	58.6752	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	59.4197	2
			ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	89.8461	3
7	Produtos secundários desinfecção, (11905)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	244.3029	1
			ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	134.7662	2
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	248.2866	3
8	Rádio 226 e rádio 228, (11906)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	200.8670	1
			ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	187.1794	2
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	192.9019	3
9	TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	876.9237	1
			ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	598.9741	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Parâmetros da Resolução CONAMA 306 (11913)		FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	892,5693	3
		UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	736,9834	1
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	748,7176	2
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	749,9619	3
11	Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	1.510,1140	1
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	748,7176	2
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	1.536,8490	3
			Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	169,5583	1
12	Virus entérico (16016)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	172,3172	2
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	337,6716	3
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	190,1836	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	193,5386	2
13	Cistos de giardia SPP (19741)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	378,8511	3
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0		
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0		
			Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Oocistos de Cryptosporidium (19742)	UND	Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP (9394)	LABB	0	278,4061	1
			FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)	FREITAG	0	283,0926	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (9590)	ECO SYSTEM	0	554,7998	3

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017
PROCESSO Nº 16/2017

- (9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP
- (9394) - Laboratorio Beckhauser e Barros Ltda EPP
- (9590) - ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA

Braço do Trombudo, 26 de Abril de 2017.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 65/2017

Publicação Nº 1411904

DECRETO MUNICIPAL Nº 065/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017
Abre Crédito Adicional Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 905/2017...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA

Atividade: 2.043 – Consórcio CINCATARINA

Modalidade 3.3.93.00.00.00.00.03.0000 R\$ 2.000,00

Modalidade 4.4.93.00.00.00.00.03.0000 R\$ 43.148,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 25 de outubro de 2017.
Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8043-2017

Publicação Nº 1412625

DECRETO Nº. 8.043, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 455.500,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
02.002 Fundo Municipal de Defesa Civil
0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 260.000,00
0012.0122.0005.2022 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 50.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 41.000,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.500,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:
02.00 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.300,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 700,00
02.002 Fundo Municipal de Defesa Civil
0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 260.000,00
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 30.800,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
VALOR R\$ 19.200,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 41.000,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.500,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de outubro de 2017
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005-2017 - LOA

Publicação Nº 1412626

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e nos termos do Parágrafo Único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000, CONVOCA toda sociedade Brusquense a participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 30 de outubro, às 16:00hs, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2018, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021, a serem expressas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Brusque, 16 de outubro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12210-2017

Publicação Nº 1412649

PORTARIA N. 12.210, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Substitui membro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.243/09, c/c a Portaria n. 12.046/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeado pela Portaria n. 12.046/2017, conforme segue:

I – Representantes Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
(...)

Suplente: Ligiane de Souza Scappini

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12211-2017

Publicação Nº 1412644

PORTARIA N. 12.211, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Substitui membros representantes de entidade governamental no Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.470/2012, c/c a Portaria n. 10.327/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes de entidade governamental no Conselho Municipal do Idoso - CMI, nomeados pelas Portarias ns 10.327/2015, 12.120/2017, 12.127/2017 e 12.200/2017, conforme segue:

I – Entidade Governamental:

a) dois (2) representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação:
Titular: Taciana Dalmarco
Suplente: Maiara Heckert Reis

Titular: Fabiana Demetrio
Suplente: Fatima Ziane Oliveira Machado

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12212-2017

Publicação Nº 1412646

PORTARIA N. 12.212, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.315/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, para a gestão 2017/2019, conforme segue:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria de Educação;

Titular: Fernando Allein

Suplente: Claudio Eduardo Santanna

Titular: Dorinel Fortunato dos Reis

Suplente: Deise Freitas de Oliveira Pereira

b) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública;

Titular: Luciana Hang

Suplente: Elisabetha Soares Clerice

c) 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

Titular: Geisa Carla Grippa Tarter

Suplente: Rosemeri Brehn

d) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

Titular: Helena Gross

Suplente: Marcia Teresinha Benvenutti Zen

e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

Titular: Daniel Gabriel Panca

Suplente: Cristiane Celeste Rescarolli

Titular: Jeisiane Martins dos Santos Erthal

Suplente: Catharina Obeidi Dias Amarcio

f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

Titular: Lucas Pereira

Suplente: Patrícia Peireira

Titular: João Paulo Vieira

Suplente: Camila Marques

g) 01 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação;

Titular: Joseli da Costa de Castro

Suplente: Elaine Maristela Peixe Lang

h) 01 (um) representante do Conselho Tutelar."

Titular: Norberto Boos

Suplente: Neide Agostini Dalmolin

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 3584-2017

Publicação Nº 1412627

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3584/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) ANA CARLA BARCELOS, sob matrícula nº 1073613-2, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 15 dias, no período compreendido entre 05/06/2017 a 19/06/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretor de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO

Secretario Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3585-2017

Publicação Nº 1412628

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3585/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) EVELIN GLIENKE NOBRE, sob matrícula nº 4116640, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Educadora

Social, lotado(a) no Fundo Municipal de Assistência Social, por 30 dias, no período compreendido entre 20/07/2017 a 18/08/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretaria Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 3586-2017

Publicação Nº 1412629

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3586/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) ANGELA WEISS, sob matrícula nº 677523-2, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de coordenador pedagógico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 60 dias, no período compreendido entre 31/07/2017 a 28/09/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO
Secretário da Educação

PORTARIA Nº 3587-2017

Publicação Nº 1412630

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3587/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) GISLAINE CARDEAL ALFLEN, sob matrícula nº 397520-9, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 28/08/17 a 26/09/17.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/08/17, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO
Secretario Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3588-2017

Publicação Nº 1412631

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3588/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) KATIA CILENE MENDES JULIANI, sob matrícula nº 908363, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo

de Médico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, por 10 dias, no período compreendido entre 12/07/2017 a 21/07/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

HUMBERTO FORNARI
Secertário da Saúde

PORTARIA Nº 3589-20127

Publicação Nº 1412632

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3589/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) LEIA MARIA FACCHINI, sob matrícula nº 1077732, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, por 57 dias, no período compreendido entre 05/08/2017 a 03/10/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de, 05/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

HUMBERTO FORNARI
Secertário da Saúde

PORTARIA Nº 3590-2017

Publicação Nº 1412633

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3590/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) MARIA EDUARDA MULLER, sob matrícula nº 519472, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professora, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 180 dias, no período compreendido entre 07/08/2017 a 02/02/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO
Secretario Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3591-2017

Publicação Nº 1412634

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3591/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a)

MARLENE SILVA DE LIMA, sob matrícula nº 1058860, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professora, lotado(a) no Secretaria Municipal da Educação, por 15 dias, no período compreendido entre 18/07/2017 a 01/08/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO
Secretario Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3592-2017

Publicação Nº 1412635

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3592/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) NEIVA MORAIS, sob matrícula nº 689610, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) no Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por 15 dias, no período compreendido entre 28/07/2017 a 11/08/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 3593-2017

Publicação Nº 1412637

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3593/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) RITA ADRIANA LARA BECKER, sob matrícula nº 674770, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professora, lotado(a) no Secretaria Municipal da Educação, por 15 dias, no período compreendido entre 05/07/2017 a 19/07/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO
Secretario Municipal de Educação

PORTARIA Nº 3594-2017

Publicação Nº 1412638

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3594/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) ROSIANE VANDRESEN, sob matrícula nº 684325, nomeada

por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal da Saúde, por 180 dias, no período compreendido entre 09/08/2017 a 04/02/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,- com efeitos a partir de 09/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

HUBERTO FORNARI
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 3595-2017

Publicação Nº 1412639

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3595/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) SALETE CRISTINA SCHLINDWEIN, sob matrícula nº 728950, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, por 10 dias, no período compreendido entre 07/08/2017 a 16/08/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 3596-2017

Publicação Nº 1412640

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3596/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e c/c com o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) SARA ALVES RAQUEL, sob matrícula nº 4163060, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado(a) no Fundo Municipal de Assistência Social, por 30 dias, no período compreendido entre 28/08/2017 a 26/09/2017.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretor de Recursos Humanos

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretaria Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 3480-2017

Publicação Nº 1412641

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3480/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
673480	0	LUIS CESARI	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	04/10/2017	02/11/2017	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 3714-2017

Publicação Nº 1412643

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3714/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
33197	1	JACO CRESPI	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	23/10/2017	01/11/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JOÃO ROBERTO BEUTING
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

Caçador

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO DO PREGOEIRO PARA JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO DO PL 115/2017 - PR65/2017

Publicação Nº 1412682

ATA DA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesete, às dezoito horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pelo Decreto nº 7.182/2017, em sessão reservada, para análise de impugnação de Edital interposta pela empresa: MARMITARIA LTDA, alegando: a) que a exigência de juntar a proposta informações dos dados bancários, constituiria infringência aos dispositivos legais da lei de licitações; b) que o benefício concedido às microempresas e empresas de pequeno porte mencionado no edital, está em desacordo com a lei complementar 123/06. A impugnante requereu a alteração do Edital nos termos das alegações acima descritas, pelo que a Comissão passou a analisar. É cediço que a lei de licitações veda exigências editalícias que direcionem a licitação ou a restrinjam, no entanto, tal exigência em solicitar os dados bancários, temos que não merece prosperar, pois tal exigência serve somente para facilitar os pagamentos. Ademais, o documento não está sendo exigido como documentação de habilitação, mas de informação para ser anexada às propostas. Quanto ao benefício concedido às ME e EPP, está previsto na LC123/06, deve ser mantido no edital, uma vez que pelo princípio da legalidade a comissão de julgamento aplicará o dispositivo legal previsto no art. 43, considerando-o como erro material, perceptível de um erro de digitação. Por esta razão, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, considerando o parecer jurídico nº 371/2017 exarado pela procuradoria do município, entenderam em não acatar a impugnação. Na sequência, o Pregoeiro determinou que fosse comunicada a empresa. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 26 de outubro de 2017.

Pregoeiro
Antonio Carlos Nascimento Bittencourt

Equipe de apoio
Lucas Filipini Chaves

DECRETO Nº 7.298

Publicação Nº 1412359

DECRETO Nº 7.298, de 26 de outubro de 2017.

Retifica dispositivo do Decreto nº 7.287/2017, que Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica retificado o parágrafo único do art. 1º, do Decreto nº 7.287, de 23 de outubro de 2017, que Decreta Ponto Facultativo, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

Parágrafo único. Excetuam-se do ponto facultativo, os Centros Municipais de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, o Pronto Atendimento Municipal e o Posto de Saúde Central/Materno Infantil.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO FÓRUM CMPCD

Publicação Nº 1412488

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Biênio 2017/ 2019

O Prefeito Municipal de Caçador e o Presidente do CMPCD no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988 e pela Lei Municipal nº 3.246, de 21 de setembro de 2015, CONVOCAM as entidades da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para compor CMPCD – Biênio 2017/2019 que será realizado no dia 28 de novembro de 2017 das 13h30min às 17h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Caçador, no Plenário Joaquim Scolaro, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC.

Art. 1º - As entidades da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Biênio 2017/2019, serão eleitas, conforme previsto no art. 5º, II da lei 3.246, indicados em Fórum próprio.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios.

§ 2º - Os conselheiros Titulares e respectivos Suplentes serão indicados para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período.

DAS VOTAÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 2º - As entidades cadastradas, por seus representantes devidamente credenciados, receberão 10 convites por entidade sendo que somente três indicados através de Ofício, terão direito a voto podendo cada credenciado votar em até três entidades. Ainda no mesmo ofício deverão indicar seus representantes titular e suplente.

Parágrafo único: As entidades civis indicadas para integrar o

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência deverão apresentar junto a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, até o dia 14 de novembro de 2017 no horário das 13h00min às 19h00min os seguintes documentos em anexo ao ofício:

I- atestado de pleno e regular funcionamento;

II- comprovar atendimento a pessoas com deficiência.

Art. 3º. As 04 (quatro) entidades mais votadas serão consideradas eleitas.

DA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 4º. O Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é composto por instituições da sociedade civil organizada, sediadas no município, que visem à promoção, à defesa, à pesquisa e ao atendimento especializado à pessoa com deficiência.

DA REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO

Art. 5º - O Fórum de Eleição das Entidades da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será organizado pela Comissão definida em Reunião, Ata nº 21, composta pelas seguintes pessoas: Paulo Assis Crasnhak Filho, Samantha Pereira e Silmara Lourdes de Moraes.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão e a Secretaria Executiva do CMPCD, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades da sociedade civil habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 6º - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 04 (quatro) Entidades da sociedade civil para comporem o CMPCD no Biênio 2017/2019.

DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 7º - Após a apuração dos votos, a comissão apresentará aos presentes o nome das entidades que irão compor o CMPCD no Biênio 2017/2019 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - O exercício da função de conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 9º - Os conselheiros que representam as entidades da sociedade civil do CMPCD terão as seguintes responsabilidades:

I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;

II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 10 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição.

Caçador, 19 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto Paulo Assis Crasnhak Filho

Prefeito Municipal de Caçador Presidente CMPCD

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PLAMSAN

Publicação Nº 1412518

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto 6.953, de 23 de novembro de 2016, em atendimento ao que dispõe o Decreto nº 6.082, de 19 de agosto de 2014, convoca a comunidade em geral para participar da Audiência Pública sobre o PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CAÇADOR/SC, que ocorrerá no dia 27 de novembro de 2017, às 14h00, nas dependências do Plenário Joaquim Scolari- Câmara Municipal, sito a Rua Fernando Machado, 139 - Centro, Caçador.

Caçador, 25 de outubro de 2017.

Ana Cristina Hagemann

Presidente da CAISAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2017 - SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação Nº 1412140

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador

Considerando o disposto Art. 18 da Lei Municipal 2.563/2008, segundo o qual

"Art. 18 As Micro e Pequenas Empresas que se encontrarem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações.

Parágrafo único. Em prazo idêntico ao mencionado no caput, poderá a municipalidade baixá-la ex-offício"

Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram sem registro de movimento no cadastro municipal há mais de 3 (três) anos

Considerando que estes não foram encontrados em seus respectivos endereços

N O T I F I C A

as empresas relacionadas abaixo para que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir da publicação deste, compareçam à Secretaria da Fazenda e Fiscalização Municipal para esclarecer quanto à continuação de sua atividade econômica. Caso esta notificação não seja cumprida no prazo máximo acima fixado, a Fiscalização procederá com a baixa ex-offício da inscrição municipal bem como as demais providências junto às Fazendas Estadual e Federal.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF
CEPEL CEREALISTA PEGORARO LTDA	78.836.624/0001-30
RESIGLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS DE VIDRO LTDA ME	80.973.175/0001-14
GENI PEREIRA DA SILVA 66548098900	18.540.342/0001-60
ALZEMIRO MACIEL DE OLIVEIRA	623.372.039-72
LEVANTA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	05.571.497/0001-11
ANDERSON GOMES	04.045.804/0001-20
ELISANGELA DA CRUZ JACOBI 02737537037	15.813.031/0001-39
PAPEIS LEDHI LTDA ME	04.160.490/0001-44
SERGIO JOSE DE LIMA ME	10.726.476/0001-68
LUCIANE GOETTEN DE BAIRROS 04029079903	14.327.200/0001-68

MANOEL ITACIR DE CASTILHO ME	02.052.852/0001-58
AMAZONAS MORAIS & CIA LTDA ME	08.844.708/0001-30
PROJEFER TUB IND LTDA	01.002.935/0001-70
PEDRO FRANCISCO PEREIRA ME	04.674.965/0001-10
JESSICA DA CRUZ ANTUNES 08247334950	18.020.569/0001-84
AC TRANSPORTES LTDA	00.478.604/0001-48
SOUZA E FRANCOSKI LTDA ME	04.956.321/0001-15
IVADIR FRANCISCO RODRIGUES	01.629.000/1993-00
JANAINA AMARAL DOS SANTOS 07587479937	16.588.538/0001-07

GABRIEL MESKOW VOGLER 08891808903	17.572.696/0001-23
-----------------------------------	--------------------

Caçador, 24 de outubro de 2017

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

MARA DO AMARAL E SILVA
Fiscal de Obras e Posturas

PORTARIA Nº 28.490

Publicação Nº 1412700

PORTARIA Nº 28.490, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, do da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR os Servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação a fim de comporem ESCALA para prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO durante o mês de outubro de 2017, especificando data, dia da semana, período, número de horas da escala, nomes e cargos dos Servidores:

Data	Dia da semana	Período	Nº Horas	Servidor em Sobreaviso	Cargo
01	Domingo	17h00-08h00	15h	Ana Paula de Castilha Souza Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
02	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Silvia Linhares Martelo Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
03	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Teresinha Wames de Souza Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
04	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Vieceli Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
05	Quinta-feira	19h00-08h00	13h	Ana Paula de Castilha Souza Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
06	Sexta-feira	19h00-17h00	22h	Neiva Vieceli Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
07	Sábado	17h00-17h00	24h	Juçara S. M. João Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
08	Domingo	17h00-08h00	15h	Ana Paula de Castilha Souza Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
09	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Silvia Linhares Martelo Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
10	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Teresinha Wames de Souza Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
11	Quarta-feira	19h00-17h00	22h	Neiva Vieceli Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
12	Quinta-feira	17h00-17h00	24h	Lais Suellen Nascimento dos Santos Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
13	Sexta-feira	17h00-17h00	24h	Neiva Vieceli Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
14	Sábado	17h00-17h00	24h	Lais Suellen Nascimento dos Santos Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
15	Domingo	17h00-08h00	15h	Juçara S. M. João Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
16	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Silvia Linhares Martelo Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
17	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Eunice Linhares Fleck Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
18	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Vieceli Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
19	Quinta-feira	19h00-08h00	13h	Juçara S. M. João Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista

20	Sexta-feira	19h00-17h00	22h	Neiva Viecei Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
21	Sábado	17h00-17h00	24h	Láís Suellen Nascimento dos Santos Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
22	Domingo	17h00-08h00	15h	Juçara S. M. João Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
23	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Silvia Linhares Martelo Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
24	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Eunice Linhares Fleck Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
25	Quarta-feira	19h00-08h00	13h	Neiva Viecei Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
26	Quinta-feira	19h00-08h00	13h	Láís Suellen Nascimento dos Santos Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
27	Sexta-feira	19h00-17h00	22h	Neiva Viecei Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
28	Sábado	17h00-17h00	24h	Silvia Linhares Martelo Rafael Nunes	Assistente Social Motorista
29	Domingo	17h00-08h00	15h	Juçara S. M. João Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista
30	Segunda-feira	19h00-08h00	13h	Silvia Linhares Martelo Tarcisio Roberto Cavalcante	Assistente Social Motorista
31	Terça-feira	19h00-08h00	13h	Eunice Linhares Fleck Rodrigo de Paula	Assistente Social Motorista

Art. 2º. Em atendimento ao art. 1º fica prevista a realização de horas de sobreaviso no mês de outubro na forma que segue, especificando código, nome, cargo e total de horas da escala:

Código	Nome	Cargo	Total de Horas do Sobreaviso
10832	Ana Paula de Castilha	Assistente Social	43hs
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	39hs
1039	Juçara Schneider Muller João	Assistente Social	82hs
15095	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Assistente Social	85hs
7848	Neiva Viecei	Assistente Social	151hs
14082	Rafael Nunes	Motorista	187hs
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	136hs
10218	Silvia Linhares Martelo	Assistente Social	89hs
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	192hs
10219	Terezinha Aparecida Wames Coelho de Souza	Assistente Social	26hs

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO 01 - CAISAN

Publicação Nº 1412511

RESOLUÇÃO Nº 01, de 20 de outubro de 2017

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, criada pelo Decreto nº. 6.082, de 19 de agosto de 2014.

A PRESIDENTA DA CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.953, de 23 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar público o Regimento Interno da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, aprovado pelo seu Pleno Executivo conforme deliberado em reunião ocorrida em 20 de outubro de 2017.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE DA CAISAN

Art. 2º - A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, instituída pelo Decreto nº 6.082, de 19 de agosto de 2014,

integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, criado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DA CAISAN

Art. 3º - São atribuições da CAISAN, segundo seu decreto de criação:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com o Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional - GGSAN e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada - PGDHAA e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VII - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de novembro de 2007 e o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

Art. 4º - São membros da CAISAN os representantes governamentais titulares e suplentes do COMSEA.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA CAISAN

Art. 5º - A CAISAN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidência;

II - Pleno Executivo;

III - Secretaria-Executiva; e

IV - Comitês Técnicos.

Seção I

Da Presidência

Art. 6º - A CAISAN é presidida, preferencialmente, por titular da pasta com atribuições de articulação e integração, conforme previsto no art. 4º do Decreto municipal 6.082, de 19 de agosto de 2014.

Art. 7º - São atribuições do(a) Presidente da CAISAN:

I - zelar pelo cumprimento dos objetivos de formulação e coordenação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PMSAN, do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e das ações de segurança alimentar e nutricional;

II - encaminhar às instâncias responsáveis propostas para a consecução dos objetivos da PMSAN;

III - consultar as autoridades competentes, sempre que necessário, sobre a possibilidade de apoio de servidores ou empregados públicos municipais, que possuam conhecimentos especializados, para, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, realizarem estudos, de modo a apoiar o cumprimento dos objetivos referidos no inciso I deste artigo;

IV - expedir resoluções, após a deliberação do Pleno Executivo;

V - solicitar a qualquer entidade ou órgão público manifestação sobre matéria de interesse da CAISAN;

VI - convidar a participar de reuniões da CAISAN titulares de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sempre que constar da pauta assuntos da área de atuação desses órgãos ou entidades, ou a seu juízo;

VII - convidar representantes de entidades ou especialistas em matérias afetas à segurança alimentar e nutricional a participar de reuniões do Pleno Executivo;

VIII - definir a data e a pauta das reuniões, bem como convocar e conduzir as reuniões do Pleno Executivo;

IX - definir, com a prerrogativa do voto de qualidade na hipótese em que houver empate nas deliberações do Pleno Executivo, e no interesse do atendimento aos objetivos da PMSAN, sobre matérias propostas àquele Pleno que não tenham obtido maioria para decisão; e

X - convidar a participar de reuniões do Conselho Pleno da CAISAN titulares de órgãos e entidades do Poder Legislativo, caso haja pertinência temática com o tema objeto da reunião, bem como promover a articulação necessária para que sejam encaminhados e acompanhados projetos de leis de interesse para a segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos do Presidente, exercerá a coordenação, como substituto, o Secretário-Executivo da CAISAN.

Seção II

Do Pleno Executivo

Art. 8º - O Pleno Executivo é o órgão de deliberação superior e final da CAISAN.

Art. 9º - Compõem o Pleno Executivo todos os membros da CAISAN, titulares e suplentes.

§1º Por deliberação do Pleno Executivo ou do(a) Presidente da CAISAN, ou ainda através de solicitação formulada com antecedência mínima de sete dias, outros convidados poderão participar das reuniões da CAISAN, considerando a pertinência dos temas a serem debatidos.

Art. 10 - São competências do Pleno Executivo e atribuições dos seus membros:

I - elaborar proposta para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução, ouvidos todos os órgãos integrantes da CAISAN e considerada a manifestação do COMSEA sobre o seu conteúdo final, bem como sobre a avaliação da sua implementação e proposição de alterações para o seu aprimoramento, para aprovação do(a) Presidente;

II - deliberar e aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

III - deliberar e aprovar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e suas regulamentações específicas;

IV - subsidiar a coordenação da execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, efetuando interlocução permanente com o COMSEA e os órgãos de execução, e o acompanhamento das propostas do Plano Plurianual e das leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

V - propor as ações orçamentárias prioritárias, constantes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem discriminadas anualmente por meio de resolução;

VI - propor estratégias para adequar a cobertura das ações, sobretudo visando ao atendimento da população mais vulnerável e a revisão de mecanismos de implementação para a garantia da equidade no acesso da população às ações de segurança alimentar e nutricional;

VII - apresentar propostas de regulamentações específicas de competência da CAISAN;

VIII - definir estratégias e procedimentos para a implementação das ações governamentais na área de segurança alimentar e nutricional, respeitadas as diretrizes e recomendações emanadas do COMSEA e da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IX - aprovar, apoiar e viabilizar procedimentos para implantação do sistema de monitoramento do PMSAN.

X - apresentar relatórios periódicos e informações ao COMSEA, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como discutir as recomendações deste Conselho;

XI - subsidiar o monitoramento e avaliação dos resultados e impactos da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - difundir o PMSAN, estabelecendo diretrizes para políticas e estratégias de comunicação e difusão de informações sobre segurança alimentar e nutricional e DHAA, junto às Secretarias Municipais, ao setor de comunicação da Prefeitura Municipal e ao COMSEA;

XIII - propor e divulgar as regras, instrumentos e diretrizes para atuação complementar do setor privado, com ou sem fins lucrativos, em consonância com as recomendações do COMSEA;

XIV - propor a criação de Comitês Técnicos;

XV - propor a manifestação do Pleno Executivo sobre assuntos da pauta das reuniões ou o assessoramento dos Comitês Técnicos.

XVI - apresentar propostas ao Pleno Executivo, por meio da Secretaria-Executiva da CAISAN;

XVII - apresentar, em casos de relevância e urgência, assuntos extra-pauta;

XVIII - propor o adiamento da apreciação de assuntos incluídos na pauta, ou submetidos extra-pauta, até a reunião seguinte a ser realizada;

XIX - propor o reexame de assunto retirado de pauta; e

XX - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 11 - O Pleno Executivo reunir-se-á pelo menos uma vez por mês.

Parágrafo único. O (A) Presidente da CAISAN, em casos de relevância e necessidade, poderá alterar o prazo fixado no caput.

Art.12 - As reuniões do Pleno Executivo realizar-se-ão, em primeira convocação, com o quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros titulares ou suplentes.

Parágrafo único. Após 30 minutos do horário de convocação, a reunião será realizada com qualquer número de membros presentes.

Art. 13 - As deliberações do Pleno Executivo serão adotadas por consenso ou, não sendo possível, por maioria simples.

§1º Terão direito a voto nominal e unitário todos os órgãos integrantes da CAISAN, através de seus membros titulares e suplentes.

§2º O (A) Presidente da CAISAN tem direito a voto nominal e, cumulativamente, ao de qualidade, que será computado na totalização dos votos na hipótese de empate.

Art. 14 - Poderão participar das reuniões do Pleno Executivo assessores e servidores credenciados pelos titulares dos órgãos que o compõem, com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 15 - Será lavrada ata de cada reunião, que será arquivada na Secretaria-Executiva da CAISAN.

§1º As atas das reuniões do Pleno Executivo deverão conter:

I - o local e a data de sua realização;

II - os nomes dos presentes;

III - o resumo dos assuntos apresentados; e

IV - as deliberações tomadas, quando houver.

Art. 16 - O Pleno Executivo, sempre que necessário, poderá expedir solicitações de informações aos órgãos e às entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 17 - A ata da reunião do Pleno Executivo registrará o posicionamento dos membros sobre as matérias apreciadas e conterà, como anexos, os documentos encaminhados pelos integrantes do Pleno Executivo.

§1º A apreciação da ata da reunião do Pleno Executivo será incluída como primeiro item da pauta da reunião subsequente.

Seção IV

Da Secretaria-Executiva

Art. 18 - A Secretaria-Executiva será dirigida pelo Secretário-Executivo da CAISAN, designado pelo Presidente da CAISAN, na forma do art. 5º do Decreto 6.082, de 2014.

Art. 19 - Compete à Secretaria-Executiva:

I - assistir ao Presidente da CAISAN, no âmbito de suas atribuições;

II - cumprir e fazer cumprir as instruções emanadas da Presidência da CAISAN;

III - estabelecer comunicação permanente com a Secretaria-Executiva do COMSEA e com seus membros, mantendo-os informados e atualizados acerca das atividades e propostas da CAISAN;

IV - preparar as pautas e secretariar as reuniões do Pleno Executivo da CAISAN;

V - agendar as reuniões do Pleno Executivo e encaminhar a seus membros os documentos necessários;

VI - expedir ato de convocação para reunião extraordinária do Pleno Executivo, por determinação do Presidente da CAISAN;

VII - encaminhar aos membros da CAISAN cópias das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Pleno Executivo;

VIII - providenciar a publicação de todas as resoluções proferidas pelo Pleno Executivo ou pelo Presidente da CAISAN no Diário Oficial dos Municípios;

IX - acompanhar os encaminhamentos dados às resoluções, recomendações e moções emanadas da CAISAN;

X - dar encaminhamento às conclusões do Pleno Executivo, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

XI - instalar os Comitês Técnicos, após sua aprovação pelo Pleno Executivo;

XII - acompanhar e apoiar os trabalhos dos Comitês Técnicos, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação dos produtos ao Pleno Executivo;

XIII - promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises, processando-as e fornecendo-as aos membros da CAISAN, na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;

XIV - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela CAISAN; e

XV - cumprir e fazer cumprir o Regimento da CAISAN.

Art. 20- São atribuições do Secretário-Executivo da CAISAN:

I - dirigir a Secretaria-Executiva e coordenar o Pleno Executivo; e

II - encaminhar as solicitações do(a) Presidente da CAISAN e do Pleno Executivo a órgãos públicos, entidades, ou especialistas em matérias afetas à segurança alimentar e nutricional, para que se manifestem sobre assuntos de interesse da CAISAN.

Seção V

Dos Comitês Técnicos

Art. 21 - Os Comitês Técnicos são órgãos de assessoramento da CAISAN, instituídos por aprovação do Pleno Executivo.

Art. 22 - Compete aos Comitês Técnicos fornecer subsídios para tomadas de decisão sobre temas transversais e/ou emergenciais relacionados à área de segurança alimentar e nutricional que motivaram sua instituição.

Art. 23 - Os Comitês Técnicos serão compostos por membros da CAISAN, podendo ter a participação de convidados de outras esferas, quando necessário.

§1º Na composição dos Comitês Técnicos deverão ser consideradas a natureza técnica da matéria de sua competência e a finalidade dos órgãos nele representados.

§2º Os Comitês Técnicos serão instituídos, bem como os seus membros e respectivos coordenadores serão designados, por ato do(a) Secretário-Executivo(a), após aprovação pelo Pleno Executivo, e sua duração deverá ser delimitada, podendo haver prorrogação da mesma, após o término da sua vigência, quando necessário e solicitado pela maioria dos seus membros.

Capítulo III

DAS RESOLUÇÕES DA CAISAN

Art. 24 - As deliberações do Pleno Executivo da CAISAN receberão a nomenclatura de Resoluções, que serão firmadas pelo seu Presidente e publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Pleno Executivo, da Secretaria-Executiva e dos Comitês Técnicos serão providos pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 26 - Os casos omissos ou de dúvida na aplicação e interpretação deste Regimento Interno serão dirimidos em reunião do Pleno Executivo, respeitada a legislação em vigor.

Art. 27 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA HAGEMANN
Presidente da CAISAN

RESOLUÇÃO 21 - CMS REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 1412300

RESOLUÇÃO 021/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Caçador, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de outubro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, CONSIDERANDO

- O artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;
- O Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa;
- A apresentação da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) composta por farmacêuticos, odontólogo, profissional técnico administrativo, médico e enfermeira lotados na SMS de Caçador;
- A aprovação da REMUME pelo Conselho Municipal de Saúde no ano de 2007 através da Resolução nº 45;
- A reformulação da lista de medicamentos oferecidos pela REMUME através da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, beneficiando os usuários do sistema;
- Apreciação em Plenário pelos Conselheiros Municipais de Saúde.

RESOLVE:

- ART. 1.º – Aprovar por unanimidade a reformulação da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais);
- ART. 2.º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONI TEREZINHA WELICZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 21, de 11 de outubro de 2017.

Rua Pinheiro Machado, s/n – Vila Paraíso – CEP: 89503-079– Caçador – SC.
E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Caçador
Secretaria Municipal da Saúde
Programa de Assistência Farmacêutica

RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS – REMUME

Lista de Medicamentos Básicos da Secretaria
Municipal da Saúde de Caçador

MEDICAMENTOS DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA:
Componente destinado a atender os agravos e programas específicos da
atenção básica à saúde

Analgésicos e Antipiréticos:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
1	Dipirona Sódica	500mg comprimido	
2	Dipirona Sódica	500mg/mL gotas	
3	Dipirona Sódica	500mg/mL injetável	Disponível no PA e UBS
4	Paracetamol	500mg comprimido	
5	Paracetamol	200mg/mL solução oral	

Analgésicos Opióides e Antagonistas:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
6	Morfina, Sulfato	10mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
7	Morfina, Sulfato	10mg/ml solução oral	
8	Morfina, Sulfato	30mg comprimido	
9	Petidina, Cloridrato	50mg/ml solução injetável	Disponível no PA
10	Tramadol	50mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
11	Tramadol	50mg	

Antibacterianos:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
12	Amoxicilina	50mg/mL suspensão oral	
13	Amoxicilina	500mg cápsula	
14	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio	50mg + 12,5mg/mL suspensão oral	
15	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio	500mg + 125mg comprimido	
16	Ampicilina	500mg cápsula	
17	Azitromicina	500mg comprimido revestido	
18	Azitromicina	40mg/mL suspensão oral	
19	Benzilpenicilina Benzatina	1.200.000 UI suspensão injetável IM	
20	Benzilpenicilina Benzatina	600.000 UI suspensão injetável IM	
21	Benzilpenicilina Potássica + Benzilpenicilina Procaína	100.000 UI + 300.000 UI suspensão injetável IM	
22	Cefalexina	50mg/mL suspensão oral	
23	Cefalexina	500mg comprimido	
24	Ceftriaxona	1G suspensão injetável IM	
25	Ceftriaxona	500mg suspensão injetável IM	
26	Ciprofloxacino	500mg comprimido	
27	Claritromicina	500mg comprimido	
28	Claritromicina	250mg/5ml suspensão oral	
29	Doxiciclina, Cloridrato	100mg comprimido	
30	Eritromicina, Estolato	500mg comprimido	
31	Espiramicina	500mg (1,5M.U.I) comprimido	Dispensado somente para gestantes
32	Gentamicina	0,5% Solução Oftálmica	
33	Levofloxacino	500mg comprimido	
34	Metronidazol	250mg comprimido	
35	Metronidazol	100mg/g gel vaginal	
36	Metronidazol (Benzoil)	40mg/mL suspensão oral	
37	Metronidazol	400mg comprimido	
38	Neomicina+Bacitracina	5mg/g + 250UI/grama pomada	
39	Nitrofurantoína	100mg cápsula	
40	Pirimetamina	25mg comprimido	Apesar de não ser considerado um antibiótico foi colocado nesta categoria por ser dispensado somente em associação com a Sulfadiazina 500mg para tratamento de toxoplasmose
41	Sulfadiazina de Prata	10mg/g creme	
42	Sulfadiazina	500mg comprimido	Associado com a Pirimetamina no tratamento de toxoplasmose
43	Sulfametoxazol + Trimetoprima	400mg + 80mg comprimido	
44	Sulfametoxazol + Trimetoprima	40mg + 8mg/mL suspensão oral	

Anticoagulantes:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
45	Heparina Sódica	5.000UI/0,25mL solução injetável SC	
46	Varfarina Sódica	5mg comprimido	

Antiespasmódico:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
47	Butilscopolamina, Brometo + Dipirona sódica	4+500mg/ml solução injetável IV e IM	Disponível no PA e UBS
48	Butilscopolamina, Brometo	20mg/mL solução injetável IM, IV, SC	Disponível no PA e UBS

Antifúngicos:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
49	Itraconazol	100mg cápsula	
50	Fluconazol	150mg cápsula	
51	Miconazol, Nitrato	20mg/g creme vaginal bisnaga	
52	Miconazol, Nitrato	20mg/g creme dermatológico	
53	Nistatina	100.000UI/mL suspensão oral	

Antiglaucomatosos:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
54	Timolol	0,5% solução oftálmica	

Anti-histamínicos:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
55	Dexclorfeniramina, Maleato	0,4mg/mL solução oral	
56	Dexclorfeniramina, Maleato	2mg comprimido	
57	Loratadina	10mg comprimido	
58	Loratadina	1mg/mL xarope	
59	Prometazina, Cloridrato	25mg/mL solução injetável IM	Disponível no PA e UBS
60	Prometazina, Cloridrato	25mg comprimido	

Anti-inflamatórios Não Hormonais:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
61	Acido Acetilsalicílico	500mg comprimido	
62	Cetoprofeno	50mg/ml injetável IM	Disponível no PA e UBS
63	Cetoprofeno	100mg injetável IV	Disponível no PA e UBS
64	Diclofenaco Sódico	25mg/mL solução injetável IM	Disponível no PA e UBS
65	Ibuprofeno	300mg comprimido	
66	Ibuprofeno	200mg comprimido	
67	Ibuprofeno	600mg comprimido	
68	Ibuprofeno	50mg/mL gotas	
69	Nimesulida	100mg comprimido	
70	Nimesulida	50mg/ml gotas	

Antiparasitários:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
71	Albendazol	400mg comprimido	
72	Albendazol	40mg/mL suspensão oral	
73	Ivermectina	6mg comprimido	
74	Mebendazol	20mg/ml suspensão oral	
75	Permetrina	50mg/mL (5%) loção	
76	Permetrina	10mg/ml (1%) loção	

Antisséptico:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
77	Permanganato de Potássio	100mg comprimido	

Antivirais:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
78	Aciclovir	200mg comprimido	
79	Aciclovir	50mg/g creme	
80	Oseltamivir	30mg cápsula	
81	Oseltamivir	45mg cápsula	
82	Oseltamivir	75mg cápsula	

Antivertiginosos:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
83	Cinarizina	75mg comprimido	

Anti-inflamatórios Esteróides:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
84	Betametasona Acetato+ Betametsona, Fosfato Dissodico	3+3mg/ml injetável	Dispensado somente para gestantes

85	Beclometasona, Dipropionato	50mcg/dose spray oral	
86	Beclometasona, Dipropionato	250mcg/dose spray oral	
87	Budesonida	32mcg/dose spray nasal	
88	Dexametasona	4mg comprimido	
89	Dexametasona	4mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
90	Dexametasona	0,1mg/mL solução oftálmica	
91	Dexametasona, Acetato	1mg/g creme	
92	Hidrocortisona	1% creme	
93	Hidrocortisona, Succinato Sódico	100mg pó liofilizado injetável	
94	Hidrocortisona, Succinato Sódico	500mg pó liofilizado injetável	
95	Prednisolona, Fosfato Sódico	3mg/mL solução oral	
96	Prednisona	5mg comprimido	
97	Prednisona	20mg comprimido	

Hipolipemiantes:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
98	Sinvastatina	20mg comprimido	Através de processo seguindo os Protocolos do MS
99	Sinvastatina	40mg comprimido	Através de processo seguindo os Protocolos do MS

Medicamentos que atuam na Tireoide:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
100	Levotiroxina de Sódio	25mcg comprimido	
101	Levotiroxina de Sódio	50mcg comprimido	
102	Levotiroxina de Sódio	100mcg comprimido	
103	Propiltiouracil	100mg comprimido	

Insulinas e Antidiabéticos Oraais:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
104	Glibenclamida	5mg comprimido	
105	Gliclazida	30mg comprimido	
106	Glimepirida	2mg comprimido	
107	Insulina NPH	100UI/mL injetável	
108	Insulina Regular	100UI/mL injetável	
109	Metformina, Cloridrato	500mg comprimido	
110	Metformina, Cloridrato	850mg comprimido	

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Cardiovascular e Renal:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
111	Ácido Acetilsalicílico	100mg comprimido	
112	Amiodarona	50mg/ml sol. injetável	Disponível no PA
113	Amiodarona	200mg comprimido	
114	Anlodipino, Besilato	5mg comprimido	
115	Anlodipino, Besilato	10mg comprimido	
116	Atenolol	50mg comprimido	
117	Captopril	25mg comprimido	
118	Carvedilol	3,125mg comprimido	
119	Carvedilol	12,5mg comprimido	
120	Clopidogrel, Bissulfato	75mg comprimido	Através de processo seguindo os Protocolos do MS
121	Digoxina	0,25mg comprimido	
122	Diltiazem	60mg comprimido	
123	Enalapril, Maleato	5mg comprimido	
124	Enalapril, Maleato	10mg comprimido	
125	Enalapril, Maleato	20mg comprimido	
126	Espironolactona	25mg comprimido	
127	Espironolactona	100mg comprimido	
128	Furosemida	10mg/ml sol. injetável	Disponível no PA e UBS
129	Furosemida	40mg comprimido	
130	Hidroclorotiazida	25mg comprimido	
131	Hidralazina	20mg/ml sol. injetável	Disponível no PA

132	Isossorbida, Dinitrato	5mg comprimido sublingual	
133	Isossorbida, Mononitrato	20mg comprimido	
134	Isossorbida, Mononitrato	40mg comprimido	
135	Losartana Potássica	50mg comprimido	
136	Metildopa	250mg comprimido	
137	Metoprolol, succinato	25mg comprimido	
138	Metoprolol, succinato	50mg comprimido	
139	Nifedipino	10mg comprimido	
140	Propranolol, Cloridrato	10mg comprimido	
141	Propranolol, Cloridrato	40mg comprimido	
142	Verapamil, Cloridrato	80mg comprimido	

Medicamentos e Insumos que atuam sobre o Sistema Reprodutor:

Item	Medicamento/Insumo	Apresentação	Observação
143	Diafragma	Unidade	Disponível nas UBS
144	Dispositivo Intra-Uterino (DIU)	Unidade	Disponível nas UBS
145	Estrogênio Conjugado	0,625mg drágea	
146	Estriol Creme Vaginal	1mg/g creme vaginal	
147	Isoflavona	75mg comprimido	
148	Isoflavona	150mg comprimido	
149	Levonorgestrel + Etinilestradiol	0,15mg + 0,03mg comprimido	Disponível nas UBS
150	Levonorgestrel	0,75mg comprimido	Disponível nas UBS
151	Medroxiprogesterona, Acetato	150mg/mL injetável	Disponível nas UBS
152	Noretisterona	0,35mg comprimido	Disponível nas UBS
153	Noretisterona, Enantato + Estradiol, Valerato	50mg + 5mg/mL injetável	Disponível nas UBS

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Digestivo:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
154	Bromoprida	4mg/ml gotas	
155	Dimenidrinato+Piridox+Glicoc+Frutose	3mg+5mg+100mg+100mg/ml solução injetável IV	Disponível no PA e UBS
156	Dimenidrinato + Piridoxina	50mg+50mg/ml solução injetável IM	Disponível no PA e UBS
157	Fosfato de sódio Monobásico+Fosfato de Sódio Dibásico	160mg+60mg/ml enema	Disponível no PA, CAIC, Martello e Santa Catarina
158	Hidróxido de Alumínio	61,5mg/mL suspensão oral	
159	Lactulose	667mg/ml xarope	
160	Loperamida	2mg comprimido	
161	Metoclopramida, Cloridrato	4mg/mL gotas	
162	Metoclopramida, Cloridrato	10mg comprimido	
163	Metoclopramida, Cloridrato	5mg/mL solução injetável	
164	Óleo Mineral	100% frasco 100mL	
165	Omeprazol	10mg cápsula	
166	Omeprazol	20mg cápsula	
167	Omeprazol	40mg/ml injetável	Disponível no PA
168	Ondansetrona	4mg comprimido	
169	Ondansetrona	2mg/ml sol. injetável	Disponível no PA e UBS
170	Ranitidina	150mg comprimido	
171	Ranitidina	15mg/ml xarope	
172	Ranitidina	25mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
173	Simeticona	40mg comprimido	
174	Supositório de Glicerina infantil	Supositório	

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Nervoso Central:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
175	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	250mg comprimido	
176	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	500mg comprimido	
177	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	250mg/5mL xarope	
178	Amitriptilina, Cloridrato	25mg comprimido	
179	Biperideno, Cloridrato	2mg comprimido	
180	Carbamazepina	20mg/mL suspensão oral	
181	Carbamazepina	200mg comprimido	

182	Carbonato de Lítio	300mg comprimido	
183	Clomipramina	25mg comprimido	
184	Clonazepam	2,5mg/ml gotas	
185	Clorpromazina	25mg comprimido	
186	Clorpromazina	100mg comprimido	
187	Clorpromazina	40mg/mL solução oral	
188	Clorpromazina	5mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
189	Diazepam	5mg comprimido	
190	Diazepam	10mg comprimido	
191	Diazepam	5mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
192	Fenitoína	100mg comprimido	
193	Fenitoína	50mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
194	Fenobarbital	40mg/mL gotas	
195	Fenobarbital	100mg comprimido	
196	Fenobarbital	100mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
197	Fentanila	50mcg solução injetável	Disponível no PA e UBS
198	Fluoxetina	20mg cápsula	
199	Haloperidol	5mg comprimido	
200	Haloperidol	2mg/mL gotas	
201	Haloperidol, Decanoato	70,52mg/ml (equivalente a 50mg de Haloperidol) solução injetável	
202	Haloperidol	5mg/ml solução injetável IM	Disponível no PA e UBS
203	Imipramina	25mg comprimido	Somente para crianças e adolescentes menores de 18 anos
204	Levodopa + Benserazida	100/25mg cápsula de liberação prolongada	Através de processo seguindo os Protocolos do MS
205	Levodopa + Benserazida	100/25mg comprimido dispersível	Através de processo seguindo os Protocolos do MS
206	Levodopa + Benserazida	200/50mg comprimido	Através de processo seguindo os Protocolos do MS
207	Levodopa+Carbidopa	200/25mg comprimido	
208	Metilfenidato	10mg comprimido	Somente para crianças e adolescentes menores de 18 anos
209	Midazolam	5mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
210	Nortriptilina	25mg cápsula	
211	Nortriptilina	50mg cápsula	

Medicamentos Broncodilatadores:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
212	Aminofilina	24mg/ml solução injetável	Disponível no PA
213	Fenoterol, Bromidrato	5mg/mL solução inalante	Disponível no PA e UBS
214	Ipratrópio, Brometo	0,25mg/mL solução inalante	Disponível no PA e UBS
215	Ipratrópio, Brometo	0,02mg/dose aerossol	
216	Salbutamol	100mcg aerossol	
217	Salbutamol	2mg/ml xarope	
218	Salbutamol	5mg/ml solução inalante	Disponível no PA e UBS
219	Teofilina	100mg cápsula	

Medicamentos utilizados no Tratamento/Prevenção da Osteoporose:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
220	Alendronato de Sódio	70mg comprimido	Através de processo seguindo os Protocolos do MS
221	Carbonato de Cálcio	500mg comprimido	
222	Cálcio, Carbonato + Colecalciferol	500mg + 200UI comprimido	
223	Cálcio, Carbonato + Colecalciferol	500mg + 400UI comprimido	

Medicamentos inibidores da síntese do Ácido Úrico:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
224	Alopurinol	100mg comprimido	
225	Alopurinol	300mg comprimido	

Vitaminas e Sais Minerais:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
226	Ácido Fólico	5mg comprimido revestido	
227	Ácido Fólico	0,2mg/ml gotas	
228	Ácido Fólico	15mg comprimido	
229	Fitomenadiona (Vitamina K)	10mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
230	Retinol+ Colecalciferol+ Riboflavina+ Ácido Ascórbico+ Nicotinamida+ Piridoxina+ Dexpantenol+ Tocoferol	Solução injetável IV	Disponível no PA e UBS
231	Sais para Reidratação Oral	Pó para solução oral	
232	Sulfato Ferroso	25mg/mL gotas	
233	Sulfato Ferroso	40mg comprimido	
234	Vitamina A+D	50.000UI+10.000UI/ml gotas	
235	Vitaminas do Complexo B	Solução injetável	Disponível no PA e UBS
236	Vitamina B1 (Tiamina)	300mg comprimido	

Medicamentos utilizados no tratamento da Hiperplasia Prostática Benigna:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
237	Doxazosina	2mg comprimido	
238	Finasterida	5mg comprimido	

Medicamentos utilizados no controle do Tabagismo:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
239	Bupropiona	150mg comprimido	Somente para participantes do grupo de Tabagismo da SMS-Caçador
240	Nicotina	07mg Adesivo transdérmico	Somente para participantes do grupo de Tabagismo da SMS-Caçador
241	Nicotina	14 mg Adesivo transdérmico	Somente para participantes do grupo de Tabagismo da SMS-Caçador
242	Nicotina	21 mg Adesivo transdérmico	Somente para participantes do grupo de Tabagismo da SMS-Caçador
243	Nicotina	2mg goma de mascar	Somente para participantes do grupo de Tabagismo da SMS-Caçador
244	Nicotina	2mg pastilha	Somente para participantes do grupo de Tabagismo da SMS-Caçador

Outros:

Item	Medicamento	Apresentação	Observação
245	Água para Injeção	Ampola 10mL	
246	Água para Injeção	Ampola 5mL	
247	Aminoácidos+Retinol+ Metionina+Cloranfenicol	Pomada oftálmica	Disponível no PA
248	Atropina	0,25mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
249	Atropina	0,5mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
250	Bicarbonato de Sódio	84mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
251	Cloreto de Potássio	19,1% solução injetável	Disponível no PA e UBS
252	Cloreto de Sódio	20% solução injetável	Disponível no PA e UBS
253	Cloreto de Sódio	0,9% solução nasal	
254	Dopamina	5mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
255	Epinefrina	1mg/ml solução injetável	Disponível no PA e UBS
256	Flumazenil	0,1mg/ml solução injetável	Disponível no PA
257	Glicose	25% solução injetável	Disponível no PA e UBS
258	Glicose	50% solução injetável	Disponível no PA e UBS
259	Guaco	Xarope	
260	Hipromelose	0,5% solução oftálmica	
261	Lidocaína	20mg/g (2%) geleia	
262	Lidocaína	2% injetável, sem vasoconstritor	Disponível no PA e UBS
263	Lidocaína	100mg/ml aerossol	Disponível no PA e UBS
264	Norepinefrina	2mg/ml solução injetável	Disponível no PA
265	Óxido de Zinco (Pasta d'água)	25% pasta	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 074 - 2017 - EXONERA ANALISTA TEMPORÁRIO THIAGO BORSATTI**

Publicação Nº 1412100

PORTARIA nº 074 de 25 de outubro de 2017.

Exonera Analista de RH, Licitações e Compras da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento no art. 39 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de novembro de 2017, o servidor temporário THIAGO BIESUS BORSATTI do cargo de Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1040, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 25 de outubro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

Caibi**PREFEITURA****DECRETO 183/2017**

Publicação Nº 1411902

DECRETO Nº. 183/2017 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal nº. 2475/2016, de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****UNIDADE 01 – SETOR DE EDUCAÇÃO****123650011.2.026 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL****3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas****(307) Fonte: 0119 FUNDEB - Outras Despesas da Educação Básica R\$ 25.000,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2017 da fonte de recursos 0100 Recursos Ordinários no valor de R\$ 25.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 24 de outubro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMAS

Publicação Nº 1412656

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2017 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2017 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PARA ATENDER VULNERABILIDADE RELATIVA AO NASCIMENTO DE MEMBROS DA FAMÍLIA NA FORMA DE AUXÍLIO NATALIDADE CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2621/2013, ATENDENDO DEMANDA IDENTIFICADA E ATENDIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 26/10/2017
1ª Publicação.

DL 090/17 - FMS

Publicação Nº 1412015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 090/2017 - FMS
Data: 26/10/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DE RAIOS-X DO PRONTO ATENDIMENTO, TENDO EM VISTA QUE É O ÚNICO EQUIPAMENTO DISPONÍVEL PARA USO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 2.040,00 (Dois Mil e Quarenta Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ELETRO BLUMED COMERCIO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR EIRELE EPP Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 26 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

DL 091/2017 - FMS

Publicação Nº 1412066

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 091/2017 - FMS
Data: 26/10/2017

Objeto: CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL PARA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA DO MENOR G.C.C., CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0001701-12.2017.8.24.0113
Valor total: R\$ 12.600,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: CLINICA MÉDICA HJ LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 26 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

DL 92/17 - FMS

Publicação Nº 1412059

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 092/2017 - FMS

Data: 26/10/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS DESTINADAS A REVITALIZAÇÃO DAS SALAS DO CENTRO CIRURGICO DO HOSPITAL MUNICIPAL EDWIGES BERNARDES, CONFORME DECRETO MUNICIPAL 3.236/2017.

Valor total: R\$ 1.139,50 (Um Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ROCHA & ROCHA COMERCIO DE TINTAS LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 26 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 3.013/2017

Publicação Nº 1412696

LEI N.º 3.013/2017

Reconhece de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Lucinira Melo Rebelo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.453/2001, fica declarado de Utilidade Pública Municipal, a Associação de pais e professores da Escola Básica Municipal Lucinira Melo Rebelo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.199.890/0001-63, com sede na Rua Rio Amazonas, n.º 674, esquina com a Rua Rio Jaguariba, Bairro Rio Pequeno, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob

Secretário M. de Administração

PR 111/17 - PMC

Publicação Nº 1412323

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/2017-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA O NÚMERO ESTIMADO DE 2.712 (DOIS MIL SETECENTOS E DOZE) SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, CONFORME QUADRO POR IDADE DOS SEGURADOS, COM A PROBALIDADE DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA, SENDO QUE A INDENIZAÇÃO DESTINA-SE AOS SEGURADOS OU A SEUS BENEFICIÁRIOS , CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:15 horas do dia 14 (Catorze) de Novembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 26 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2017 FMS

Publicação Nº 1411767

1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017 FMS - Modalidade Pregão Eletrônico

CONSIDERANDO o aumento de preço do item 108, conforme documentação comprobatória encaminhada pela empresa contratada KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME;
CONSIDERANDO pesquisa atual realizada no mercado e a autorização da Gestora do Fundo Municipal de Saúde;
ALTERA-SE o valor unitário do item, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO REVISADO (R\$)
108	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10ML	0,6139

Campo Alegre, 23 de outubro de 2017.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME
Karina Bizotto
CPF: 013.027.200-07
Representante legal

DECRETO Nº 10.842 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412064

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.842 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), nos seguintes Elementos de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0119 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00	
339039.00.0119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
91.02 -	Manutenção das Atividades da Saúde		
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde		
300000.00.0119 -	Despesas Correntes		
330000.00.0119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0119 -	Aplicações Diretas		
339032.00.0119 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 8.000,00	
	Total	R\$ 28.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2017.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.843 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412065

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.843 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON			
400000.00.0896 -	Despesas de Capital			
440000.00.0896 -	Investimentos			
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 420,00		

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 420,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2017.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.844 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412562

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.844 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente..

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.		
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer		
400000.00.0896 -	Despesas de Capital		
440000.00.0896 -	Investimentos		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 7.500,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

WYLLYAN FAGUNDES
Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.845 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412565

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 10.845 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social		
300000.00.0955 -	Despesas Correntes		
330000.00.0955 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0955 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0955 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social		
300000.00.0955 -	Despesas Correntes		
330000.00.0955 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0955 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0955 -	Material de Consumo	R\$ 100,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

WYLLYAN FAGUNDES

Secretário Municipal de Administração Interino

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2017 FMS

Publicação Nº 1412543

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2017 FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada fornecimento de peças e mão de obra para recondicionamento do motor do veículo Renault Master MJR 5236, ano de fabricação 2012, ano modelo 2013, do Fundo Municipal de Saúde.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.01	Manutenção das Atividades da Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	52	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Saúde
Projeto	2.114	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Outros Materiais de Consumo
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de pessoa Jurídica

Valor: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Vigência: 26/10/2017 a 31/12/2017.

Contratada: JM MACHADO RETIFICA EIRELLE - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1824/2017

Publicação Nº 1412076

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1824/2017, na modalidade Concorrência de nº 3/2017 tendo como objeto a escolha de pessoa jurídica de direito privado para a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, À TÍTULO GRATUITO, de parte de bens imóveis pertencentes ao município Campo Erê – SC, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
GELADINHOS MAX	1	1	1,00	1,00	1,00
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente	Total				
GELADINHOS MAX	1,00				

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 25 de outubro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 1874/2017

Publicação Nº 1412077

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 1874/2017, na modalidade Pregão FMS de nº 74/2017 tendo como objeto a Contratação de empresa para aquisição de mobília e equipamentos de odontologia e ambulatorial, para uso na Secretaria Municipal de Saúde - Equipes de ESF/SB, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
DENTAL OESTE EPP	1	2	5,00	585,00	2.925,00
DENTAL OESTE EPP	1	4	1,00	3.300,00	3.300,00
DENTAL OESTE EPP	1	5	1,00	4.180,00	4.180,00
DENTAL OESTE EPP	1	6	1,00	3.350,00	3.350,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	1	1,00	14.130,00	14.130,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	3	1,00	3.700,00	3.700,00
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente	Total				
DENTAL OESTE EPP	13.755,00				
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	17.830,00				

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 26 de outubro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

GELSO PALOSCHI

Gestor do FMS

HOMOLOGAÇÃO PL 1906/2017

Publicação Nº 1412078

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1906/2017, na modalidade Pregão de nº 75/2017 tendo como objeto a Contratação de empresa para adquirir peças e realizar reparos no veículo FORD/FIESTA, placas MIY-0763 pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ALBERTO SCHLEICHER	1	1	1,00	146,00	146,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	2	1,00	368,90	368,90
ALBERTO SCHLEICHER	1	3	2,00	75,50	151,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	4	1,00	222,00	222,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	5	2,00	247,70	495,40
ALBERTO SCHLEICHER	1	6	4,00	5,00	20,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	7	2,00	6,00	12,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	8	2,00	92,50	185,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	9	1,00	147,50	147,50
ALBERTO SCHLEICHER	1	10	2,00	2,00	4,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	11	1,00	450,00	450,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	12	1,00	80,00	80,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	13	4,00	10,00	40,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	14	2,00	10,00	20,00
ALBERTO SCHLEICHER	1	15	1,00	100,00	100,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
ALBERTO SCHLEICHER	2.441,80

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 26 de outubro de 2017.
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 2017/2017

Publicação Nº 1412079

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 2017/2017, na modalidade Pregão de nº 78/2017 tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviço de seguro destinado aos veículos da frota do município de Campo Erê – Fundo Municipal de Saúde (FMS), pelo período de 12 (doze) meses ou 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme especificações deste edital e seus anexos, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
GENTE SEGURADORA SA	1	1	1,00	6.072,00	6.072,00
GENTE SEGURADORA SA	1	2	1,00	3.563,00	3.563,00
GENTE SEGURADORA SA	1	3	1,00	4.094,00	4.094,00
GENTE SEGURADORA SA	1	4	1,00	1.995,00	1.995,00
GENTE SEGURADORA SA	1	5	1,00	2.502,00	2.502,00
GENTE SEGURADORA SA	1	6	1,00	4.094,00	4.094,00
GENTE SEGURADORA SA	1	7	1,00	1.740,00	1.740,00
GENTE SEGURADORA SA	1	8	1,00	2.462,00	2.462,00
GENTE SEGURADORA SA	1	9	1,00	1.740,00	1.740,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
GENTE SEGURADORA AS	28.262,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 26 de outubro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

GELSO PALOSCHI

Prefeito Municipal

Gestor do FMS

Campos Novos

PREFEITURA

EDITAL 09/2017

Publicação Nº 1412563

EDITAL Nº 09/2017– SMEC

ABRE PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA PROFESSORES EM ATENDIMENTO AO PROJETO "CRECHE 12 MESES" NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Art. 100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC, e considerando o disposto na Seção II, Art. 23 da Lei Complementar nº 07/11 de 23/09/11.

RESOLVE:

Abrir inscrições e baixar normas para o preenchimento de vagas para professores em atendimento ao Projeto "Creche 12 meses" na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Campos Novos.

Tornar público a quem interessar a inscrição para o preenchimento de vagas de Professores para atuar na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, no Projeto "Creche 12 Meses", que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estará recebendo no período de 06 a 07 de novembro de 2017, a documentação necessária para requerer às vagas do Projeto "Creche 12 Meses" e normas deste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 – Período e Horário:

As inscrições estarão abertas aos Professores para concorrerem às vagas do Projeto "Creche 12 Meses" da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos – SC, nos dias 06 a 07 de outubro, no horário das 8 h e 30 min. às 11 h e das 13 h e 30 min. às 16 h e 30 min.

1.2 – Local de Inscrição:

Os interessados deverão se inscrever na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada a Rua Assis Camargo Costa, nº 1.100, Bairro Boa Vista - Antigo Seminário, Campos Novos/SC.

1.3 – Local de Funcionamento, Horário, Vagas e Carga Horária

O Programa será implantado no CEIM Padre Armando de Costa, no horário das 07 h e 30 min. às 18 h, de segunda a sexta-feira e de acordo com as vagas especificadas no quadro abaixo:

Centro de Educação Infantil Municipal	VAGAS	CARGA HORÁRIA
CEIM Padre Armando de Costa	23	40 HORAS

Parágrafo único – O Projeto "Creche 12 Meses" funcionará somente em um Centro de Educação Infantil por comportar o número de crianças inscritas, assim como a proporcionalidade de professores

para atendimento ao Projeto.

2. DOS REQUISITOS DOS PROFESSORES

2.1 Não ser membro do quadro efetivo dos Profissionais da Educação do Município.

2.2 Possuir Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado) na Área da Educação Infantil.

2.3 Graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação Educação Infantil.

2.4 Possuir no mínimo 01 (um) ano de experiência na Educação Infantil.

Parágrafo Único – O Diretor do Centro de Educação Infantil onde funcionará o Projeto "Creche 12 Meses" será o mesmo que já atua como Gestor na mesma Unidade Escolar citada no item 1.3 deste Edital.

3. DO REQUERIMENTO E DOCUMENTOS

No ato de realização da inscrição, o interessado deverá entregar os seguintes documentos autenticados:

2.1 Requerimento (Anexo I) devidamente preenchido e assinado pelo requerente;

2.2 O requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos autenticados:

I – Xerox do Diploma de Graduação e Habilitação na Educação Infantil.

II – Xerox do Curso de Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado) na Área da Educação Infantil.

III - Certidão comprobatória de tempo de serviço Público Municipal (RH Prefeitura) e tempo de serviço na Rede Privada (na escola já trabalhada) devendo ser considerado a data de 05 de novembro de 2017.

IV- Xerox da Carteira de identidade do requerente.

4. CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO:

4.1 Serão adotados pela ordem os seguintes critérios, para efeito de classificação:

I – Profissional com maior habilitação na área de Educação Infantil – Pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado).

II – Profissional com Diploma de Graduação Licenciatura em Pedagogia Plena e Habilitação na área de Educação Infantil.

III – Profissional com maior tempo de serviço na Educação Infantil nas Redes Pública Municipal e Privada.

IV – Profissional com maior idade.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 O contrato dos Professores será de 02/01/2017 a 31/01/2017, numa carga horária de 40 horas/semanal, com remuneração de R\$ 2.335,36 (PROF II M 03) sem gratificações e/ou vantagens.

5.2 Os professores não terão hora/atividade, nem professor específico para Recreação e Cobre folga.

5.3 Havendo Atestado Médico neste período, o contrato será encerrado, abrindo vaga para o próximo professor da ordem de

classificação.

5.4 Até 24/11/17 a Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará Edital de homologação ou indeferimento do requerimento das inscrições apresentadas na forma prevista no item 2.

5.5 A contar da data prevista no item 5.4, os professores inscritos terão 03 (três) dias úteis para encaminhar eventual pedido de reconsideração.

5.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

5.7 Maiores informações pelo telefone 3541 – 2737 ou 3541 – 2738 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5.8 O Edital encontra-se no site: www.camposnovos.sc.gov.br.

Campos Novos, 26 de outubro de 2017.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Ilma. Sra.

Juvilde Gonçalves Padilha

DD. Secretária Municipal de Educação e Cultura.

REQUERIMENTO

Eu _____

vêm através deste requerer junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a inscrição para o preenchimento de vaga para Professor em atendimento ao Projeto "Creche 12 meses" na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino com vistas a obter, prestando as seguintes informações:

1 - Data de Nascimento: ____/____/____

2 - Idade: ____ Anos ____ Meses e ____ Dias

3 - Habilitação:

Pós - graduação _____

Graduação: _____

4 - Tempo de Serviço – Educação Infantil:

Rede Municipal: ____ Anos ____ Meses ____ Dias

Rede Privada: ____ Anos ____ Meses ____ Dias

Declaro conhecer as disposições contidas no Edital- ____ 2017 – SMEC.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Campos Novos, _____, novembro de 2017.

Requerente

RG 11_17 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1411861

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8
Processo Nº.: 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2017

No dia 25 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2017, Processo Licitatório nº. 26/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, PARA SEREM USADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SETORES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6525	L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP	1, 2, 4, 9, 10
6779	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	
6032	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	3, 5, 8, 11
6197	SCOLARO INFORMÁTICA	6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP	11.924.851/0001-47	DOUGLAS SCAINI	100.423.119-93
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	23.518.341/0001-59	LUCIANO RODRIGUES PAZ	075.938.469-03
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	85.248.680/0001-10	FABIO LORASCHI	749.263.819-15
SCOLARO INFORMÁTICA	07.553.160/0001-07	ZILDA GUIZONI SCOLARO	052.568.159-03

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, PARA SEREM USADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SETORES.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6032 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CABO DE REDE LAN 305M	M	MYATECH	40,000	1,9000	76,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8

Processo Nº.: 26/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

Fornecedor: 6032 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	PROJETOR, HDMI, USB, BIVOLT. ESPECIFICAÇÕES: TELA: - TAMANHO: 0,55" COM D7 - TECNOLOGIA: 3LCD ENERGIA: - VOLTAGEM: 100 ~ 240V - FREQUÊNCIA: 50~60HZ CONEXÃO: - USB 2.0 TIPO A - USB 2.0 TIPO B - ENTRADA VGA - ENTRADA HDMI - ENTRADA COMPOSTA - ENTRADA S-VIDEO - ENTRADA DE ÁUDIO RECURSOS: - FUNÇÃO DE SILENCIO AV - COMPATÍVEL COM CÂMERA DE DOCUMENTOS - CORREÇÃO KEYSTONE HORIZONTAL E VERTICAL - ÂMPADA DE LONGA DURAÇÃO - PROJEÇÃO EM REDE - FUNÇÃO DE CÓPIA OSD, SEM PC - FUNÇÃO DE SPLITSCREEN - CONFIGURAÇÃO DO PROJETOR POR CÓDIGO QR - SUPORTE PARA ADAPTADOR WI FI ZOOM: - DIGITAL - FACTOR: 1.35 IMAGEM: - EMISSÃO DE LUZ COLORIDA: 3.200 LUMENS E 2.240 LUMENS (EM MODO DE ECONOMIA) - EMISSÃO DE LUZ BRANCA: 3.200 LUMENS E 2.240 LUMENS (EM MODO DE ECONOMIA) - RELAÇÃO DE CONTRASTE 15.000 :1- RESOLUÇÃO: SVGA, 800 X 600, 4:4 - MODOS DE IMAGENS: QUADRO, CINEMA, DINÂMICO, APRESENTAÇÃO, SRGB PROTEÇÃO: - PROTEÇÃO KENSINGTON - CADEADO - ORIFÍCIO DO CABO DE SEGURANÇA - BLOQUEIO DE UNIDADE LAN SEM FIOS - PROTEÇÃO POR SENHA RUÍDO: - NÍVEL DE RUÍDO NORMAL: 37 DB (A) - ECONOMIA: 28 DB (A) ALTO FALANTES: - INCLUIDO DE 2 WATTS LENTE: - LENTES DE PROJEÇÃO NUMERO F1,44 - DISTÂNCIA FOCAL 16,7 MM - FOCO DE AJUSTE MANUAL - OFFSET 8:1 PROJEÇÃO: - TAMANHO: 30 ~ 350 POLEGADAS - DISTÂNCIA: 1,77 M - 2,4 M (60 POLEGADA ECRÃ) TEMPO DE ESPERA: - TEMPO DE INÍCIO: CERCA DE 6 SEGUNDOS - PERÍODO DE AQUECIMENTO: 30 SEGUNDOS CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - PROJETOR - CONTROLE REMOTO E PILHAS (DUAS PILHAS ALCALINAS AA) - CABO DE ALIMENTAÇÃO - CABO VGA - CABO USB - DOCUMENTAÇÃO EM CD - CD DE SOFTWARE - CASE DE TRANSPORTE	UN	EPSON	1,000	1.870,0000	1.870,00
8	Cartucho de tinta preto original para HP 662.	UN	ORIGINAL HP	20,000	53,0000	1.060,00
11	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP 22	UN	ORIGINAL HP	15,000	112,4000	1.686,00

Fornecedor: 6197 - SCOLARO INFORMÁTICA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	SCANNER DE MESA DUPLEX, BIVOLT. TIPO DE SCANNER MESA RESOLUÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO 1200DPI VELOCIDADE DA DIGITALIZAÇÃO 35PPM ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 21,5 X 609,6CM PROFUNDIDADE DE CORESCOLOR BIT DE PROFUNDIDADE: 30-BIT INPUT/24-BIT OUTPUT GRAYSCALE BIT DE PROFUNDIDADE: 16-BIT INPUT/8-BIT OUTPUT FORMATOS DE DOCUMENTOS "BMP" "JPEG" "TIFF" "MULTI-TIFF" "PDF" "PDF/BATCH" "SEARCHABLE PDF" "SECURE PDF" "PDF/A REQUISITOS DO SISTEMA WINDOWS® 7, 8/8.1, 10 MAC OS® X 10.6.8 - 10.11.X VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO 35PPM ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 21,5 X 609,6CM CORESCOLOR BIT DE PROFUNDIDADE: 30-BIT INPUT/24-BIT OUTPUT GRAYSCALE BIT DE PROFUNDIDADE: 16-BIT INPUT/8-BIT OUTPUT FORMATOS DE ARQUIVO "BMP" "JPEG" "TIFF" "MULTI-TIFF" "PDF" "PDF/BATCH" "SEARCHABLE PDF" "SECURE PDF" "PDF/A CONECTIVIDADE USB 3.0 VOLTAGEM BIVOLT	UN	EPSON	1,000	2.480,0000	2.480,00
7	EXTENSÃO 10 M COM 03 TOMADAS	UN	JETCON	3,000	33,0000	99,00

Fornecedor: 6525 - L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	COMPUTADOR INTEL CORE i3, MEMÓRIA RAM 4 GB, DISCO RÍGIDO 500 GB, REDE 10/100/1000 MBPS (MEGABIT POR SEGUNDO), DRIVE ÓPTICO: DVD+RW/TECLADO USB-ABNT2+TECLADO NUMÉRICO/MONITOR 21,5 POLEGADAS FULL HD DVI/VGA/MOUSE USB-ÓPTICO-3 BOTÕES, SISTEMA OPERACIONAL WINDOS 10.	UN	PAUTA	2,000	2.800,0000	5.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
 Processo Nº.: 26/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

Fornecedor: 6525 - L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CONJUNTO DE CAIXA DE SOM MULTIMÍDIA 20W PORTÁTIL PRETO, PARA COMPUTADOR.	UN	MULTILASER	6,000	250,0000	1.500,00
4	ADAPTADOR TOMADA PINO PADRÃO NOVO ANTIGO T-BRANCO	UN	HARDLINE	10,000	4,5000	45,00
9	CARTUCHO DE TINTA COLORIDO ORIGINAL HP662.	UN	HP	20,000	44,9000	898,00
10	CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORAS HP 21.	UN	HP	15,000	79,9000	1.198,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/8

Processo Nº.: 26/2017**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 26/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo Nº.: 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 25 de Outubro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP

CNPJ: 11.924.851/0001-47

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

CNPJ: 23.518.341/0001-59

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 85.248.680/0001-10

SCOLARO INFORMÁTICA

CNPJ: 07.553.160/0001-07

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº110/PMC/17

Publicação Nº 1412004

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 110/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa para lavagem e lubrificação de veículos da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 09 de novembro de 2017, às 07h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 26 de outubro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI – EPP são as únicas habilitadas para a Abertura dos Envelopes de Propostas. Observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o resultado do Julgamento dos Documentos de Habilitação das empresas participantes, será publicado no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site www.canelinha.sc.gov.br e no Mural Público do Município, no dia 26 de outubro de 2017. A ATA será encaminhada via e-mail para as empresas participantes no dia 26 de outubro de 2017 e seu inteiro teor estará ainda disponível no site do Município de Canelinha (www.canelinha.sc.gov.br) e pode ser solicitada no email licitacoes@canelinha.sc.gov.br. Fica aberto o prazo de recurso, conforme art. 109, I a, da lei 8.666/93, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta Publicação. Caso não haja interposição de recurso, fica marcada para o dia 08 de novembro de 2017, às 11:00 horas a abertura da proposta da empresa habilitada. Nada mais havendo a declarar, o Presidente encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Canelinha, 25 de outubro de 2017.

RESULTADO JULGAMENTO TP 100/PMC/2017

Publicação Nº 1412033

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 100/PMC/2017

Aos 25 dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 10:00 horas, na sala de Licitações da Prefeitura do Município de Canelinha - SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 0131/2017, para examinar a Documentação da Tomada de Preços nº 100/PMC/2017. A CPL solicitou Parecer Técnico ao Setor de Planejamento Urbano, afim de que o mesmo verificasse a documentação técnica da empresa e do profissional. Analisando o Parecer emitido pela Sra Daiana Luiza Nicolau e os demais itens referentes a documentação das empresas, segue abaixo a decisão da Comissão: Referente a Documentação da empresa BELCERCAS IND. E COM. DE ARAMES E TELAS LTDA – EPP, a empresa não atende ao item 5.3.4.1 do edital, pois a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CAU, não habilita a empresa a executar estruturas de concreto, bem como o Cartão CNPJ e o Contrato Social da empresa, que apresentam o mesmo problema. Referente a Documentação da empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, a mesma não apresentou o Balanço Patrimonial do exercício anterior (item 5.3.3.2) e também deixou de apresentar o cálculo dos índices exigidos no item 5.3.3.3 do edital. Referente a Documentação da empresa VJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI – EPP, quanto a documentação técnica, o Parecer Técnico informa sobre o preenchimento incorreto do número da ART no Atestado de Capacidade Técnica (item 5.3.4.2). Ao compararmos o Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Santa Catarina, com a ART 6302501-4, verifica-se que os dados são os mesmos do Atestado apresentado pela empresa, sendo assim aceito pela CPL. Quanto aos demais itens exigidos, a empresa atende a todos. Referente a Documentação da empresa CONSTRUTORA WDD LTDA, a mesma apresentou todas as documentações exigidas em edital. Por deixarem de cumprir itens do Edital de Licitação, as empresas BELCERCAS IND. E COM. DE ARAMES E TELAS LTDA – EPP e DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, estão Inabilitadas. As Empresas CONSTRUTORA WDD LTDA e VJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 257/2017

Publicação Nº 1411781

DECRETO Nº. 257/2017

"REVOGAR"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor do Decreto Nº 202/2017 que declarou imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação, com ônus financeiro para o município, o imóvel pertencente ao Sr. Marcos Bail e deu outras providências, em virtude do Laudo de Avaliação, realizada pela Comissão de Avaliação e Vistoria, nomeada através do Decreto Municipal nº 105/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 03 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 259/2017

Publicação Nº 1411785

DECRETO Nº. 259/2017

"DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS PARA CONCEDER DESCONTO A TÍTULO DE INCENTIVO FISCAL"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o artigo 3º da Lei Municipal nº 5.986, de 07/03/2017, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder desconto a título de incentivo fiscal;

CONSIDERANDO, a recomendação do Conselho Gestor do Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB, do município durante reunião realizada no dia 03 de outubro de 2017, resolve:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam prorrogados por mais 240 dias os benefícios contidos na Lei Municipal nº 5.986 de 07 de março de 2017.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 265/2017

Publicação Nº 1411786

DECRETO Nº. 265/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.02: FUNPOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj/Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 48.000,00

Recursos 10040 – Rec. Ord. – Txs – FUNREBOM CB

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.02: FUNPOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj/Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 48.000,00

Recursos 10040 – Rec. Ord. – Txs – FUNREBOM CB

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 09 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 266/2017

Publicação Nº 1411787

DECRETO Nº. 266/2017

“REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal nº 6.099 de 02/10/2017, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - O Programa Bolsa Atleta, criado pela Lei nº 6.099 de 02 de outubro de 2017, passa a ser regulamentado pelo presente decreto.

Art. 2º - Para pleitear a concessão da Bolsa Atleta Municipal, o interessado deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva e/ou paradesportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;

II - ter participado de competições esportivas e/ou paradesportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no exercício corrente ou imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa Atleta Municipal;

III - apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional;

IV - apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 3º - A Bolsa Atleta Municipal será concedida para atletas, paratletas, guias, técnicos e auxiliares técnicos, que venham a participar dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC ou PARAJASC:

- a) Atletas, paratletas e guias, valor correspondente a até 750 (setecentos e cinquenta) UFM – Unidade Fiscal do Município;
- b) Técnicos, valor correspondente a até 1.000 (um mil) UFM;
- c) Auxiliar Técnico, valor correspondente a até 750 (setecentos e cinquenta) UFM.

Parágrafo Único - Os valores individuais a serem repassados aos

atletas, paratletas, guias, técnicos e auxiliares técnicos serão definidos pela Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal, nos limites supra estabelecidos, considerando o histórico do atleta, modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Fundação Municipal de Esportes - FME.

Art. 4º - O beneficiado pela Bolsa Atleta deverá representar com exclusividade o Município de Canoinhas em todas as competições oficiais.

Art. 5º - A avaliação curricular de cada interessado, a disponibilidade financeira e a conveniência da concessão da Bolsa Atleta caberá a Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal, esta presidida pelo Gestor da Fundação Municipal de Esportes e formada por 02 (dois) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Através de Edital, publicado no Diário Oficial do Município, serão divulgados a data e as demais condições de inscrição para a Bolsa Atleta.

Art. 7º - Os atletas, paratletas, guias, técnicos e auxiliares técnicos beneficiados prestarão contas relativas ao plano de trabalho no período máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, apresentando os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades, em modelo padrão;

II - declaração própria, ou do responsável se menor de dezoito anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Atleta foram utilizados para custear as despesas do beneficiado com a sua manutenção pessoal e esportiva; e

III - comprovante da efetiva participação do atleta nos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC ou PARAJASC.

Art. 8º - O não cumprimento das disposições previstas no artigo acima mencionado relativo à prestação de contas da Bolsa Atleta implicará na não concessão do benefício do Programa Bolsa Atleta, até que seja regularizada a pendência.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 09 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 267/2017

Publicação Nº 1411789

DECRETO Nº. 267/2017

“RETIFICA DECRETO Nº. 053/2017”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o preâmbulo do Decreto nº. 053/2017, que passa a ter a seguinte redação:

“GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Municipal nº 022 de 16/01/2008, Lei Complementar Municipal nº 4.305 de 12/03/2008 e Lei Complementar nº 059 de 05/10/2017, resolve:”

Art. 2º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 053/2017, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 720,00 m² (setecentos e vinte metros quadrados), procedido por ILÁRIO BATISTA DA CRUZ, situado na Rua 12 de Setembro, Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 36.427, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 21, com área de 299 m², lote nº 22, com área de 421,00 m², todos pertencentes à quadra nº 073, conforme requerimento protocolado sob nº. 894/2017.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 135/2017.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES
Secretária Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 268/2017

Publicação Nº 1411793

DECRETO Nº. 268/2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 500,00 m² (Quinhentos metros quadrados), procedido por MAX CLAUDE FERREIRA ALVES, situado na Rua Saulo de Carvalho, esquina com a Rua Marcilio Muller, Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 35.856, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 28, com área de 235,00 m², lote nº 29, com área de 265,00 m², todos pertencente à quadra nº 231, conforme requerimento protocolado sob nº. 5940/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da

Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES
Secretária Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 269/2017

Publicação Nº 1411797

DECRETO Nº. 269/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Proj/Ativ. 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 5.000,00
Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Proj/Ativ. 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 5.000,00
Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 271/2017

Publicação Nº 1411803

DECRETO Nº. 271/2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), procedido por URSULA RAMTHUM, situado na Rua Pastor George Weger, Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 40.412, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 10, com área de 400,00 m², lote nº 11, com área de 400,00 m², todos pertencente à quadra nº 097, conforme requerimento protocolado sob nº. 5264/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES
Secretária Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 272/2017

Publicação Nº 1411805

DECRETO Nº. 272/2017

“RETIFICA DECRETO Nº. 052/2017 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS DE TERRAS”.

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008, Lei Municipal nº 4.305 de 12/03/2008, e Lei complementar nº 059 de 05/10/2017, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º, do Decreto nº. 052/2017, que passa a vigor conforme seguinte redação:

“Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 682 m² (seiscentos e oitenta e dois metros quadrados), procedido por MIGUEL PINTO, situado na Rua Willibaldo Arnoldo Hoffmann, Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 16.348, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 13, com área de 294,00 m², lote nº 14, com área de 388,00 m², todos pertencentes à quadra nº 240, conforme requerimento protocolado sob nº. 5640/2016.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 19 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES
Secretária Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 273/2017

Publicação Nº 1411807

DECRETO Nº. 273/2017

“REVOGAR”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Municipal nº 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal nº 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor do Decreto Nº 167/2016, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de

4.800,00 m² (Quatro mil e oitocentos metros quadrados), procedido por FRANCIELE REGINA LUDKA E OUTROS, situado na Rodovia BR 280, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.518 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 18 com área de 1.600,00 m² e lote nº 19 com área de 3.200,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1367, conforme requerimento protocolado sob nº. 6131/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 19 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

DECRETO Nº 274/2017

Publicação Nº 1411808

DECRETO Nº. 274/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 33.132,81 (trinta e três mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para Todos

Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas33.132,81

Recursos 10020 – Recursos FROHAB

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 33.132,81 (trinta e três mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos), observando a previsão e a arrecadação do exercício de 2017, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2017 (A) + Excessos abertos em 2017	Arrecadação realizada em 2017 (B)	Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10020	55.550,00	88.682,81	33.132,81
TOTAL			33.132,81

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

EDITAL Nº. 16/2017

Publicação Nº 1412098

EDITAL Nº. 16/2017

CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2013/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidata aprovada para preencher o cargo de ENFERMEIRO;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de ENFERMEIRO, a candidata ALINE APARECIDA ZACALU-ZNE, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br).
 - d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
 - e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
 - f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
 - i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
 - j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
 - m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
 - n) 1 Fotografia 3X4 recente;
 - o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
 - p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
 - q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local, indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias

autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o(a) candidato(a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato(a) concursado(a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 17/2017

Publicação Nº 1412097

EDITAL Nº. 17/2017

CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2013/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidata aprovada para preencher o cargo de ENFERMEIRO;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de ENFERMEIRO, a candidata NAIARA MACHADO, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir

(cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br).
 - d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
 - e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
 - f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
 - i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
 - j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
 - m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
 - n) 1 Fotografia 3X4 recente;
 - o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
 - p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
 - q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local, indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o(a) candidato(a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato(a) concursado(a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao

Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 18/2017

Publicação Nº 1412099

EDITAL Nº. 18/2017

CONVOCA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2013/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidata aprovada para preencher o cargo de ENFERMEIRO;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de ENFERMEIRO, a candidata JAQUELINE APARECIDA DA SILVEIRA KUCARZ, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2013/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br).
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função

pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local, indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o(a) candidato(a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato(a) concursado(a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 060/2017

Publicação Nº 1411720

LEI COMPLEMENTAR Nº. 060/2017

“ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 0008 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas,

Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, aprovou e ele promulgou e sancionou a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - Os itens 15.10 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 248 da Lei Complementar nº 0008 de 26 de dezembro de 2005, passa a ter a seguinte redação:

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

Art. 2º - Acrescenta-se o §3º ao artigo 251, da Lei Complementar nº 0008 de 26 de dezembro de 2005, o qual terá a seguinte redação:

§3º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador de serviço.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.105/2017

Publicação Nº 1411718

LEI Nº. 6.105/2017

INSTITUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS O MÊS “OUTUBRO ROSA”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Artigo 1º - Fica instituída no Município de Canoinhas a campanha de prevenção do câncer de mama denominada mundialmente de “Outubro Rosa” a ser comemorada anualmente durante o mês de outubro, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção primária e secundária do câncer de mama. Parágrafo único: O símbolo da campanha aludida no caput deste artigo será “um laço” na cor rosa.

Artigo. 2º - Durante o mês de campanha o objetivo será divulgar os direitos assegurados pela Lei Federal nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama.

Artigo 3º - O mês a ser comemorado anualmente passa a integrar o calendário oficial de Datas e Eventos do Município de Canoinhas.

Artigo 4º - Poderá o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas, Instituições e Associações da Sociedade Civil, realizarem Campanhas através de Palestras com o

tema Outubro Rosa, com o intuito de abranger as mulheres para a realização do exame de mamografia.

Parágrafo Único: As palestras poderão ser realizadas em escolas e associações com o objetivo de atingir maior número de mulheres.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.106/2017

Publicação Nº 1411719

LEI Nº. 6.106/2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar concessão de uso de espaço público de uma área de terra de 20.600,00 (vinte mil e seiscentos metros quadrado), sendo área de 16.542,45m² (dezesesseis mil, quinhentos e quarenta dois metros quadrados e quarenta cinco decímetros), parte de uma área maior com 239.797,00m², no Bairro Campo da Água Verde, conforme demonstrado em mapa, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.449 e área de 4.057,55m² (quatro mil e cinquenta e sete metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.450, destinada à instalação e/ou ampliação de indústria ou empresa prestadora de serviço.

I – a concessão de uso de que trata o caput do presente artigo, deverá ser formalizado mediante prévio procedimento licitatório, observado o disposto nas Leis nº 8.666/93 e 8.987/95 e suas alterações.

II – a concessão de uso será por tempo indeterminado, enquanto o objeto da concessão estiver em funcionamento e atendendo aos requisitos a que se destina.

Art.2º - Os requisitos para a construção do imóvel e exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art.3º - A construção do imóvel e exploração dos serviços a serem prestados ficará sujeito à legislação e fiscalização do Poder concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art.4º - O edital de licitação, observadas as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e 8.987/95, e da Lei Orgânica do Município, conterá exigências relativas:

I – à observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos, obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;

II – ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de outorga;

III – a não utilização do espaço cedido para finalidade diversa da aprovada, assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de exploração a terceiros, ainda que parcialmente;

IV – à autorização e aprovação prévia e expressa da concedente nas hipóteses da realização de eventuais benfeitorias na área cedida, observadas as disposições contidas no § 2º do art. 2º desta lei;

V – ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao pagamento dos tributos incidentes e todas as despesas decorrentes da concessão;

VI – à responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e obras que executar.

Art. 4º - No termo de concessão constará obrigatoriamente cláusula de reversão e suas condições, bem como que fica obrigada a empresa vencedora do certame, a apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento – CAGED, o número de empregados a seu serviço.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1000/2017

Publicação Nº 1411931

PORTARIA Nº. 1000/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à SIMONE MERY ADUR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 06/10/2017 a 22/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 439/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1001/2017

Publicação Nº 1411935

PORTARIA Nº. 1001/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017

Art. 1º - Fica contratada KARIME MICHELY BASTOS, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais de Matemática, MAG I, 20 horas semanais, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 06/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora Carla Gan Stafin, a qual está em Licença Tratamento de Saúde e após Licença Maternidade, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento com o retorno do titular, anteriormente estava na referida vaga Silviane Kaschuk, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 270/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais de Arte, MAG II, 10 horas semanais, 02 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na GEM Frei Fabiano Gadzinski, no período de 09/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Professora Camila Pazda Dambroski, a qual está em Licença Tratamento de Saúde, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento com o retorno do titular, conforme comunicação interna nº 270/SME/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1002/2017

Publicação Nº 1411936

PORTARIA Nº. 1002/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora PÂMELA KEROLINE MATHIAS, para atuar como Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, 40 horas semanais, junto à EBM José Grosskopf e GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 06/10/2017 a 21/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 272/SME - RH/2017.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora PRISCILA LACOWICTZ VEIGA, para atuar como Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, junto à EBM Presidente Castelo Branco, no período de 06/10/2017 a 21/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 271/SME - RH/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1003/2017

Publicação Nº 1411937

PORTARIA Nº. 1003/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, ANDRIELE BAIL, efetiva da no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas, no CEI Emilia Ferreiro, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 440/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1004/2017

Publicação Nº 1411938

PORTARIA Nº. 1004/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora GREICE DAMANN DE SOUZA, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 04/10/2017 a 31/01/2018, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1005/2017

Publicação Nº 1411940

PORTARIA Nº 1005/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora JANIRA ADRIANA PRUST, efetiva no cargo de Professor, no período de 06/10/2017 a 04/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 440/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1006/2017

Publicação Nº 1411943

PORTARIA Nº. 1006/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017

Art. 1º - Fica contratada MARIA ANGÉLICA KNETSIKI WRUBLEVSKI, para exercer o cargo de Professor de Jovens e Adultos - EJA, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na GEM Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 09/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora de educação de jovens e adultos – EJA Fabiana Dias da Silva, a qual está em Licença Tratamento de Saúde, contrato que poderá ser encerrado com o retorno do titular, conforme comunicação interna nº 273/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada EDINARA SOARES DE SOUZA, para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 09/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Servente Feminino Eliziana Suchecke, a qual está em Licença Maternidade, conforme comunicação interna nº 273/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada MARIA CLAUDETE ZALEWSKI DE PAULA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no CEI Emília Ferreiro, no período de 09/10/2017 a 21/12/2017, anteriormente estava na referida vaga a Monitora de Educação Especial Andrieli Bail, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 273/SME/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1007/2017

Publicação Nº 1411946

PORTARIA Nº. 1007/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, o art. 67 da Lei nº8. 666/1993 e suas alterações resolve:

NOMEAR

Art. 1º. Ficam nomeados como responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos, os seguintes servidores de cada Secretaria, em cumprimento ao artigo 67 da Lei nº 8.666/1993:

I – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:

a) Diogo Carlos Seidel /José Carlos Herbst.

II – Secretaria Municipal de Educação:

a) Luís Fernando da Cruz Vieira Magalhães.

III – Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Caroline Regina Tremel.

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

a) Roberto Aparecido das Neves.

V – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:

a) Itamar Zakaluzne.

VI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

a) Ildemar José Weirnet.

VII – Secretaria Municipal de Saúde:

a) Janice de Fátima Stempinhak.

VIII – Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

a) Felipe Pflanze.

IX – Fundação Cultural de Canoinhas:

a) Silvana Ressel / Kelly Cristina Massaneiro.

X – Setor de Supervisão e Controle de Frota:

a) Sérgio Murilo Miguel.

XI – Secretaria Municipal de Habitação:

a) Danielle Ludka.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1008/2017

Publicação Nº 1411947

PORTARIA Nº. 1008/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à ANA MARIA ROHRBACHER SAKR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 25/09/2017 a 24/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 441/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1009/2017

Publicação Nº 1411950

PORTARIA Nº. 1009/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017

Art. 1º - Fica contratada RENATA CRISTIANE HATSCHBACH, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 10/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora Janira Adriana Prust, a qual de Licença para Tratamento de Saúde, contrato que poderá ser encerrado com o retorno do titular, conforme comunicação interna nº 274/SME/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1010/2017

Publicação Nº 1411951

PORTARIA Nº. 1010/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor ANDERSON CELSO LOPES FRANCO, efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2017, a desfrutar no período de 11/10/2017 a 30/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 442/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR, efetivo no cargo de Contador, que exerce o cargo comissionado de Coordenador do Controle Interno, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 23/10/2017 a 01/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 442/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora

VACILA ANA ZUCCO STANISZEWSKI, efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 16/10/2017 a 14/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 442/DP/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1012/2017

Publicação Nº 1411954

PORTARIA Nº. 1012/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de JOCIANE MARIA GONÇALVES DE LIMA, que exerce o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais e 25% de regência, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 13/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora Karin Santos Stange, a qual permanece em Licença para Tratamento de Saúde, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento com o retorno da titular, conforme comunicação interna nº 275/SME/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1014/2017

Publicação Nº 1411956

PORTARIA Nº. 1014/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 2º da Portaria nº. 744/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ZENILDA LEMOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Assistente Social, a qual passará a atuar junto ao CRAS I, a partir de 25/07/2017, conforme Comunicação Interna nº 381/SEMAS/2017."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1015/2017

Publicação Nº 1411962

PORTARIA Nº. 1015/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017

Art. 1º - Fica contratada SOLANGE APARECIDA ZIEMANN, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na Centro de Educação Infantil Fernando Pessoa, no período de 16/10/2017 a 21/12/2017, anteriormente estava na referida vaga Andrieli Bail, a qual pediu exoneração, conforme comunicação interna nº 276/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada MARIA GORETI BRITTO, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, sem regência, para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski, no período de 16/10/2017 a 21/12/2017, anteriormente estava na referida vaga Juciléia Patrícia de Matos, a qual reduziu o contrato de trabalho para 20 horas semanais, conforme comunicação interna nº 276/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada ANA PAULA DAGA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 16/10/2017 a 21/12/2017, anteriormente estava na referida vaga Beatriz de Fátima Correa, a qual está em licença maternidade, conforme comunicação interna nº 276/SME/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1016/2017

Publicação Nº 1411964

PORTARIA Nº. 1016/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora CAMILA PUTTKAMER CARVALHO, efetiva no cargo de Agente Comunitário/EACS, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 16/10/2017 a 14/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 444/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, e 15 (quinze) dias de Férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, à servidora CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a desfrutar no período de 17/10/2017 a 15/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 444/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora MARIA CLAUDETE CORREIA LEITE, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 16/10/2017 a 04/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 444/DP/2017.

Art. 4º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora NOELI TEREZINHA OLESCOVICZ, efetiva no cargo de Técnico Terapêutico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 17/10/2017 a 15/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 444/DP/2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1017/2017

Publicação Nº 1411967

PORTARIA Nº. 1017/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado MAURÍCIO JURASZEK, que exerce o cargo de provimento em comissão de Supervisor I, a partir de 11/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 311/SMAFO/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1020/2017

Publicação Nº 1411972

PORTARIA Nº. 1020/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora GISELLE DE ARAÚJO, efetiva no cargo de Pedagogo Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 23/10/2017 a 01/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 446/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor SILVONEI REGINALDO ROMANOVSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 17/10/2017 a 26/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 446/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1021/2017

Publicação Nº 1411974

PORTARIA Nº 1021/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora DANIELE SORAIA LUCAS ANDREJEWSKI, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, no período de 16/10/2017 a 14/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 446/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1022/2017

Publicação Nº 1411977

PORTARIA Nº. 1022/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, ANA PAULA RODRIGUES, que exerce o cargo provimento em comissão de Coordenador Casa Lar do Idoso, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 16/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 447/SMAFO/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1023/2017

Publicação Nº 1411980

PORTARIA Nº. 1023/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor ANTONIO CARLOS BANHARA DE SOUZA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 23/10/2017 a 21/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 447/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1027/2017

Publicação Nº 1411981

PORTARIA Nº. 1027/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 6º da Portaria nº. 1044/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 6º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional CINTIA SKACHESKI DREHER, na função de Professor ACT – Ensino Religioso, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Severo de Andrade, no período de 23/12/2016 a 20/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 448/DP/2017.”

Art. 2º - Fica retificado o artigo 7º da Portaria nº. 1044/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 7º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional CINTIA SKACHESKI DREHER, na função de Professor ACT – Ensino Religioso, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Aroldo Carneiro de Carvalho e E.B.M Presidente Castelo Branco, no período de 23/12/2016 a 20/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 448/DP/2017.”

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1028/2017

Publicação Nº 1411986

PORTARIA Nº. 1028/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à HELIO ZAVASKI, efetivo no cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/10/2017, sendo que a partir do 16º do afastamento de suas contribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Comunicação Interna nº 449/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1029/2017

Publicação Nº 1411990

PORTARIA Nº. 1029/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada NILZA DE ALEXANDRINA KRAUSS, que exerce o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor Esportes, a partir de 09/10/2017, por motivo de falecimento, conforme Comunicação Interna nº 450/SMAFO/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1030/2017

Publicação Nº 1411992

PORTARIA Nº. 1030/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à CINTIA SOKACHESKI DREHER (13933), contratada no cargo de Professor ACT – Ensino Religioso, 20 horas semanais, na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença

será gozada no período de 31/10/2017 a 20/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 450/DP/2017.

Art. 2º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à CINTIA SOKACHESKI DREHER (14019), contratada no cargo de Professor ACT – Ensino Religioso, 20 horas semanais, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 31/10/2017 a 20/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 450/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1031/2017

Publicação Nº 1411994

PORTARIA Nº. 1031/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 44, § 1º, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 038 de 24/10/2011, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida à servidora GISELE APARECIDA BORNATTE PRUST, efetiva no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, em razão da conclusão da "Pós Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 35% (trinta e cinco), conforme sentença nos autos de nº 0303190-48.2016.8.24.0015, no Juizado Especial Cível, Comarca de Canoinhas/SC e Comunicação Interna nº 450/DJ/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1033/2017

Publicação Nº 1411995

PORTARIA Nº. 1033/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e

Lei Municipal nº 5.627 de 15/07/2015, resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais, à MARA RÚBIA PEREIRA DO VALE SELENKO, que exerce o cargo de Professor de anos iniciais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 451/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1034/2017

Publicação Nº 1411999

PORTARIA Nº. 1034/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 44 (quarenta e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora SONIA DIRLENE TELEGINSKI DA CRUZ, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período aquisitivo de 2005/2010, a desfrutar no período de 18/10/2017 a 30/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 452/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1036/2017

Publicação Nº 1412000

PORTARIA Nº. 1036/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 995/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, SILVIANE KASCHUK MARCHI-NHAKI, contratada no cargo de Professora, 20 horas, na EBM Severo de Andrade e na EBM José Grosskopf, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 438/DP/2017."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1039/2017

Publicação Nº 1412002

PORTARIA Nº. 1039/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ELIANE GOMES HATSCHBACH, efetiva no cargo de Cuidador, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 16/10/2017 a 16/04/2018, conforme Comunicação Interna nº 455/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 950/2017

Publicação Nº 1411878

PORTARIA Nº. 950/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor DENILSON CRESTANI, efetivo no cargo de Auxiliar Geral de Manutenção, o qual passará a atuar junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 01/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 138/SMODU/2017.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 983/2017

Publicação Nº 1411887

PORTARIA Nº. 983/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à CAMILA PAZDA DAMBROSKI, efetiva no cargo de Professor - 2, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/09/2017 a 19/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 431/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 984/2017

Publicação Nº 1411892

PORTARIA Nº. 984/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ARIANE DA SILVA, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 02/10/2017 a 31/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 432/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora IZETE APARECIDA WZOREK VIEIRA, efetiva no cargo de Técnico Educacional - CAPS, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, a desfrutar no período de 02/10/2017 a 16/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 432/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SANDRA MATHIAS, efetiva no cargo de Cuidador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 01/10/2017 a 30/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 432/DP/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 985/2017

Publicação Nº 1411894

PORTARIA Nº. 985/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora BEATRIZ DE FATIMA CORREA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 02/10/2017 a 30/03/2018, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 986/2017

Publicação Nº 1411908

PORTARIA Nº. 986/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 81 (oitenta e um) dias de Licença Prêmio, sendo 60 (sessenta) dias do exercício de 2007/2012, e 21 (vinte e um) dias do exercício 2012/2017, à servidora MARIA DAS GRAÇAS MIGUEL DAMASO DA SILVEIRA, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a desfrutar no período de 02/10/2017 a 21/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 432/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 987/2017

Publicação Nº 1411909

PORTARIA Nº. 987/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à servidora FABIOLA MARCIANE MARCHINHAKI, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 03/10/2017 a 09/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 432/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 988/2017

Publicação Nº 1411911

PORTARIA Nº. 988/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à SIDMEIA DIAS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor - 3, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/09/2017, por tempo indeterminado, conforme Comunicação Interna nº 433/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 989/2017

Publicação Nº 1411922

PORTARIA Nº. 989/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º - Fica autorizada SANDRA RODRIGUES DA SILVA HAAG, que exerce o cargo de Diretor de Séries Iniciais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 287/2017 do Setor de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 2º - Fica autorizada TAYNE BADAZ, que exerce o cargo de Encarregada da Merenda, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 283/2017 do Setor de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 990/2017

Publicação Nº 1411924

PORTARIA Nº. 990/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, à servidora MARA RÚBIA PEREIRA DO VALE SELENKO, efetiva no cargo de Professor, 40 horas, lotada junto a EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período aquisitivo de 2005/2010, a desfrutar no período de 02/10/2017 a 31/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 434/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 991/2017

Publicação Nº 1411925

PORTARIA Nº. 991/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017

Art. 1º - Fica contratada GRASIELLY MACHADO, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais de Língua Portuguesa, MAG II, 30 horas semanais, 26 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 02/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora de anos finais disciplina de Língua Portuguesa Ronise Cristina Simões Wisniewski, a qual está em Licença Prêmio, conforme comunicação interna nº 265/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada IONE THEREZA VICENTE DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor de Ciências, MAG I, 20 horas semanais, e 15% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de

Carvalho e EBM Maria Lovatel Pires, no período de 02/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Professora Daiane Pape, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Severo de Andrade, conforme comunicação interna nº 265/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada VIVIANE ORTIZ RAMÃO, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais, Disciplina de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 02/10/2017 a 28/11/2017, na vaga vinculada da Professora de de anos finais, de Língua Portuguesa, Ana Maria Kaschuk, a qual está em Licença Tratamento de Saúde, conforme comunicação interna nº 265/SME/2017.

Art. 4º - Fica contratada DÉBORA RODRIGUES DE MORAES, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais e 25% de regência, para atuar no CEI Machado de Assis, no período de 02/10/2017 a 21/12/2017, anteriormente estava na vaga referida a professora de educação infantil Silmara Sabatke Karvat, a qual está em Licença Prêmio, conforme comunicação interna nº 265/SME/2017.

Art. 5º - Fica contratada KARLA HAUERBACH, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais e 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferreiro, no período de 02/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora de educação infantil Maria das Graças Miguel Damaso da Silveira, a qual está em Licença Prêmio, conforme comunicação interna nº 265/SME/2017.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 992/2017

Publicação Nº 1411927

PORTARIA Nº. 992/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais, à TAÍS CRISTINA RAMTHUM, que exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, e 30% de regência, na EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/10/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora de anos iniciais Mara Rubia Pereira do Vale Selenko, a qual está em Licença Prêmio, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento pelo retorno da titular, conforme Comunicação Interna nº 267/SME/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 993/2017

Publicação Nº 1411928

PORTARIA Nº. 993/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais, à JUCILÉIA PATRÍCIA DE MATOS, que exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 03/10/2017 a 21/12/2017, conforme Comunicação Interna nº 268/SME/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 994/2017

Publicação Nº 1411930

PORTARIA Nº. 994/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor ANTONIO IRINEU CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 09/10/2017 a 07/11/2017, conforme Comunicação Interna nº 437/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora TAYNA MACHADO, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 16/10/2017 a 30/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 437/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 20/2017

Publicação Nº 1412340

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 160/2017

TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 20/2017

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2017, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Anulação do processo para troca de modalidade de licitação. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 117/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1412351

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 176/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 117/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/11/2017, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) REFRIGERADORES, DESTINADOS AOS GRUPOS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 14/11/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº FMC 01/2017

Publicação Nº 1412411

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 06/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. FMC 01/2017

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, fará realizar no dia 13/11/2017, às 09h15min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM)

IMÓVEL COMERCIAL OU RESIDENCIAL COM NO MÍNIMO 400 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CASA DA CULTURA DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 13/11/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

José Alfredo da Fonseca
Presidente

410,00 (quatrocentos e dez reais). No caso em que o traslado para os funerais acima, ultrapassar a distância de 10 km, será pago a complementação de valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) por quilômetro rodado, se em estrada não pavimentada. Cláusula Quinta: A vigência do presente contrato que era até 25/09/2017, passará a ser até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-01/2017

Publicação Nº 1412450

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º FMAS 1-01/2017
TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo n.º PMC 72/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 49/2016

O Prefeito de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público termo aditivo nº FMAS 1-01/2017. Data do termo: 25/09/2017. Contratada: FUNERÁRIA HUMENHUK LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.192.344/0001-77. Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ nº 11.455.005/0001-25. I – Das alterações: Cláusula Terceira (do preço e condições de pagamento. A contratante pagará à contratada o valor unitário do funeral adulto de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e no valor unitário do funeral infantil de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais). No caso em que o traslado para os funerais acima, ultrapassar a distância de 10 km, será pago a complementação de valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) por quilômetro rodado, se em estrada não pavimentada. Cláusula Quinta: A vigência do presente contrato que era até 25/09/2017, passará a ser até 31/12/2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-02/2017

Publicação Nº 1412452

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º FMAS 1-02/2017

TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo n.º PMC 72/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 49/2016

O Prefeito de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público termo aditivo nº FMAS 1-02/2017. Data do termo: 25/09/2017. Contratada: FUNERÁRIA ORGANIZAÇÕES ALFA CAMPOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.683.634/0001-84. Objeto: OBJETO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ nº 11.455.005/0001-25. I – Das alterações: Cláusula Terceira (do preço e condições de pagamento. A contratante pagará à contratada o valor unitário do funeral adulto de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e no valor unitário do funeral infantil de R\$

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 2-06/2016

Publicação Nº 1412445

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º FMAS 2-06/2016

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo n.º PMC 72/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 49/2016

O Prefeito de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público termo aditivo nº FMAS 2-06/2016. Data do termo: 03/10/2017. Contratada: ANINSETO DEDETIZADORA LTDA – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 07961465/0001-58. Objeto: OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO EM PRÉDIO PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA, O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. I – Das alterações: Cláusula Terceira (do preço e condições de pagamento): Fica através do presente termo, acrescido, o valor de R\$ 316,45 (trezentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), para manutenção mensal na cozinha comunitária. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 9.492,40 (nove mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta centavos), passará a ser de R\$ 9.808,85 (nove mil oitocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FME 1-05/2016

Publicação Nº 1412456

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FME 1-05/2016
ACRÉSCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 87/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 61/2016

O Prefeito do município de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o termo aditivo n.º FME 1-01/2016 referente ao contrato n.º FME 01/2016. Data do Aditivo: 31/05/2017. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02 sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 1.461,08 (mil quatrocentos e sessenta e um reais e oito centavos), em VIRTUDE DA PRORROGAÇÃO do contrato. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 1.461,08 (mil quatrocentos e sessenta e um reais e oito centavos), passará a ser de R\$ 2.922,16 (dois mil novecentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos). CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS: Parágrafo Primeiro - As apólices de seguro referente aos veículos citados acima,

terão vigência das 00h00min do dia 02/06/2017 às 00h00min do dia 02/06/2018. Parágrafo Segundo - O Contrato com a empresa vencedora terá vigência até 02/06/2018.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-16/2017

Publicação Nº 1412467

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-16/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, torna público o termo aditivo de contrato n.º FMS 1-16/2017

. Data do termo aditivo: 28/07/2017. Contratada: ELEJECEL ELE-
VADORES LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita
no CNPJ sob n.º 16695283000173. Objeto Contratado: CONTRATA-
ÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO DO ELEVADOR
DA POLICLINICA MUNICIPAL DR. MÁRIO MUSSI. Contratante:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de
Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10. I –
DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO):
Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 349,00 (tre-
zentos e quarenta e nove reais), referente a prorrogação do prazo
e do serviço do contrato, até abertura do Processo Licitatório e
declaração do vencedor do certame. Portanto, o valor do presente
contrato que era R\$ 1.047,00 (mil e quarenta e sete reais) passará
a ser R\$ 1.396,00 (mil trezentos e noventa e seis reais). CLÁUSULA
SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL): O prazo de vigência que
era até 30/07/2017 passará a ser 31/08/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-19/2017

Publicação Nº 1412471

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-19/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo n.º FMS 24/2017

Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, torna público o ter-
mo aditivo de contrato n.º FMS 1-19/2017. Data do termo adi-
tivo: 29/08/2017. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CA-
NOINHAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob
n.º 83.192.096/0001-64. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO DO ELEVADOR DA PO-
LICLINICA MUNICIPAL DR. MÁRIO MUSSI. Contratante: FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito
Público, inscrita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10. I – DAS AL-
TERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: Fica acrescido ao
presente contrato o valor de R\$ 642.083,40 (seiscentos e quarenta
e dois mil oitenta e três reais e quarenta centavos), para o perí-
odo mencionado na cláusula quarta(30/08/2017 à 27/11/2017).
Conforme autoriza a Lei Municipal nº 5.983/2017, os valores dia
de sobreaviso será de R\$ 1.019,18 (mil e dezenove reais e de-
zoito centavos). Desta forma, os valores por especialidades ficam
conforme demonstrado na tabela abaixo, pelo período de 90 (no-
venta) dias. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$
642.083,40 (seiscentos e quarenta e dois mil oitenta e três reais e
quarenta centavos), passará a ser de R\$ 1.284.166.80 (um milhão
duzentos e oitenta e quatro mil cento e sessenta e seis reais e

oitenta centavos). CLÁUSULA QUARTA (DO PRAZO) – A vigência
deste contrato que era até 29/08/2017, passará a ser 27/11/2017,
conforme autoriza a Lei Municipal nº 5.983/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-21/2017

Publicação Nº 1412462

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-21/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de licitação FMS 29/2017

Dispensa de Licitação n.º FMS 03/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, torna público o termo
aditivo de contrato n.º FMS 1-21/2017. Data do termo aditivo:
07/07/2017. Contratada: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, Pessoa Jurídica
de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 76.839.588/0001-33.
Objeto Contratado: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:
CONTRATO EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 1 -
ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO COM INTERNAMENTO E
TRATAMENTO DE PACIENTES MAIORES DE 18 ANOS (AMBOS OS
SEXOS) PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS DECORREN-
TES DE ALCOOL E DROGAS. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, ins-
crita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10. I – DAS ALTERAÇÕES
CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMEN-
TO). Fica através do presente termo aditivo, PRORROGADO o pra-
zo de vigência deste, e em virtude da prorrogação citada acima,
fica ACRESCIDO o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para a
prestação dos seguintes serviços: Item 01 – Atendimento médico-
-psiquiátrico com internamento e tratamento de pacientes maiores
de 18 anos (ambos os sexos) portadores de transtornos mentais
decorrentes de álcool e drogas, sendo o valor diário para locação
de 01 (um) leito extra R\$ 100,00 (cem reais). Valor Total para o
período de 08/07/2017 à 06/08/2017 (30 dias): R\$ 3.000,00 (três
mil reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$
3.000,00 (três mil reais), passará a ser de R\$ 6.000,00 (seis mil
reais).

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-24/2017

Publicação Nº 1412474

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-24/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo de licitação FMS 22/2017

Pregão Presencial n.º FMS 12/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC torna público o termo
//aditivo de contrato n.º FMS 1-24/2017. Data do termo aditivo:
19/09/2017. Contratada: VOLKSWAGEM DO BRASIL INDU. DE VE-
ÍCULOS AUT. LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no
CNPJ sob n.º 59.104.422/0024-46. Objeto Contratado: CONTRATA-
ÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚ-
DE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no
CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSU-
LA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO,
DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS): O prazo

do presente contrato que era até 30/09/2017, passará a ser até 30/10/2017.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-26/2017

Publicação Nº 1412466

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-26/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo de Licitação n.º FMS 33/2017
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 12/2017
Chamada Pública n.º FMS 06/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, torna público o termo aditivo de contrato n.º FMS 1-26/2017. Data do termo aditivo: 15/08/2017. Contratada: KARIN JAQUELINE WAGNER ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 10.174.036/0001-45. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, (RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DO SUS - UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE), EM RESINA E METÁLICA. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR - O valor total do presente contrato que era de R\$ 48.120,00 (quarenta e oito mil cento e vinte reais) passará a ser R\$ 28.070,00 (vinte e oito mil e setenta reais), em virtude de credenciamento de nova empresa, a partir do mês de agosto de 2017. Assim, ficam alterados os valores mensais contratados, conforme segue abaixo: Mês de Julho permaneceu: a) 22 próteses em resina, ao preço de R\$ 160,00 cada, totalizando R\$ 3.520,00 mensais; b) 18 próteses em estrutura metálica, ao preço de R\$ 250,00 cada, totalizando R\$ 4500,00 mensais. Meses de agosto à dezembro, ficam distribuídos conforme abaixo para cada

mês: a) 11 próteses em resina, ao preço de R\$ 160,00 cada, totalizando R\$ 1.760,00 mensais; b) 9 próteses em estrutura metálica, ao preço de R\$ 250,00 cada, totalizando R\$ 2.250,00 mensais.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-27/2017

Publicação Nº 1412473

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-27/2017
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ADITIVO ACRÉSCIMO DE VALOR
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo de licitação FMS 25/2017
Pregão Presencial n.º FMS 14/2017

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, torna público o termo aditivo de contrato n.º FMS 1-27/2017. Data do termo aditivo: 19/09/2017. Contratada: CONTINENTE RENT A CAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 25357895000147. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO): Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 5.393,28 (cinco mil trezentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos), referente a locação de 01 veículo tipo Hatch, conforme C.I. nº 657/2017, enviada pela Secretaria Municipal de Saúde. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 36.808,95 (trinta e seis mil oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos), passará a ser de R\$ 42.202,23 (quarenta e dois mil duzentos e dois reais e vinte e três centavos). O acréscimo está dentro dos limites legais, conforme prevê o art. 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o §1º do inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93. Gilberto dos Passos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

LEI N.º 6107 DE 25/10/2017

Publicação Nº 1412112

LEI N.º 6.107, de 25/10/2017

DISPÕE SOBRE A TRANSMISSÃO AO VIVO, VIA INTERNET, DE TODAS AS LICITAÇÕES REALIZADAS NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. O poder Executivo do Município de Canoinhas, promoverá a transmissão ao vivo via internet, de todas as licitações realizadas no âmbito do Poder Executivo.

Art. 2º. Para fins no disposto no artigo 1º, o Poder Executivo deverá adquirir os equipamentos e os softwares que se fizerem necessário à implantação da transmissão, bem como contratar a prestação de serviços técnicos especializados.

Art. 3º. O Poder Executivo disporá do prazo de 120 (cento e vinte)

dias, contados a partir da publicação desta Lei, para adequação das providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º. A qualidade do áudio e vídeo deverá ser em alta definição e o conteúdo disponibilizado com acesso livre, não podendo haver exigência de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para o acesso da comunidade.

Parágrafo único. Manterá o município um link para acesso em seu Portal, para transmissões ao vivo, bem como, informações sobre horários, datas e conteúdo do processo licitatório.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas ou suplementares se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de Outubro de 2017.

Vereador Wilmar Sudoski
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 25/10/2017.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

LEI N.º 6108 DE 25/10/2017

Publicação Nº 1412113

LEI n.º 6.108 de 25/10/2017

INSTITUI O PROGRAMA "JOVEM APRENDIZ" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizada a implantação, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional de Canoinhas, do Programa "Jovem Aprendiz", executado diretamente pelo município em parceria com entidades sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos desta Lei.

Art. 2º - Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo Único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que permitam a frequência à escola.

Art. 3º- Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Art. 4º - Entende-se por formação técnico profissional metódica, para efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo Único. A formação de que trata o caput deste artigo realizar-se-á por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º - O Programa Jovem Aprendiz de Canoinhas tem por objetivos:

- I – Proporcionar aos aprendizes inscritos formação técnico profissional, que possibilite oportunidade de ingresso no mundo do trabalho;
- II – Ofertar aos aprendizes condições favoráveis para exercer a aprendizagem profissional e formação pessoal;
- III – Estimular a inserção, reinserção e manutenção dos aprendizes no sistema educacional, a fim de garantir seu processo de escolarização;

IV – Oportunizar ao aprendiz a contribuição no orçamento familiar;

V – Garantir meios que possibilitem ao aprendiz a efetivação do exercício da cidadania.

Art. 6º - Para a consecução dos objetivos de que trata a presente lei fica, portanto, o Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento semelhante com entidades sociais sediadas neste município que assistam tais jovens, respeitadas as disposições das legislações existentes.

Parágrafo único. Deverá ser firmado um Termo específico para cada entidade.

Art. 7º - Fica sob a responsabilidade do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Assistência Social, em convênio com entidades sem fins lucrativos ou entidades autorizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para formação profissional, a execução do "Programa Jovem Aprendiz", com a finalidade de preparar, encaminhar e acompanhar estes jovens para a inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes.

Parágrafo único. As entidades sem fins lucrativos de que trata o caput deste artigo contratarão os adolescentes e jovens inscritos no programa sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições da CLT.

Art. 8º – O Programa de que trata esta lei será direcionado a adolescentes e jovens com idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, oriundos de famílias de baixa renda, que estejam cursando a educação básica e atendam as seguintes condições:

- I –ter concluído ou estar cursando a educação básica na rede pública municipal ou estadual (regular e supletivo ou especial);
- II –não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;
- III – comprovar ser residente no Município.

Parágrafo 1º. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes com deficiência.

Parágrafo 2º. Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 9º – Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo anterior, terão prioridade aqueles que se encontrem em uma das seguintes condições:

- I – sejam provenientes de famílias abaixo do nível de pobreza ou sem renda;
- II – que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou exploração de trabalho proibido por lei;
- III – tenha(m) filho(s);
- IV – pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem;
- V – tenham ou estejam cumprindo Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, ou outras medidas sócio educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação vigente.

Art. 10º – São atribuições gerais do Município de Canoinhas:

- I – Estabelecer carga horária compatível com a atividade escolar do adolescente, ressaltando que a carga horária deverá ser de, no máximo, 6 (seis) horas diárias, não excedendo 6 (seis) dias na semana;
- II –Disponibilizar profissionais habilitados para apoiar as ações:

professores, assistente social, orientador educacional, pedagogo e psicólogo, e outros;

III – Remunerar outros profissionais necessários ao desenvolvimento do programa;

IV – Fornecer alimentação e transporte para os aprendizes, quando necessário;

V – Proporcionar a segurança, proteção e higiene do trabalho aos adolescentes;

VI – Orientar e acompanhar as atividades dos adolescentes;

Art. 11º – Compete às entidades sem fins lucrativos:

I – Acompanhar o desenvolvimento e comportamento dos adolescentes em suas atividades laborais;

II – Repassar aos adolescentes sua remuneração;

III – Proceder anotações na carteira profissional do adolescente e anotar a sua inserção no programa de trabalho educativo “Jovem Aprendiz”;

IV – Acompanhar a vida escolar do adolescente através de declaração de frequência e aproveitamento emitida pela Escola;

V – Substituir o adolescente quando solicitado pelo município.

Art. 12º – A duração do trabalho do jovem aprendiz não excederá 6 (seis) horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 13º – O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ou ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II – falta disciplinar grave;

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

IV – a pedido do menor aprendiz.

Art. 14º – As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Art. 15º – O Conselho Tutelar do município é o órgão responsável por fiscalizar o Programa Jovem Aprendiz no que se refere ao trabalho dos aprendizes adolescentes.

Art. 16º – Para o cumprimento do disposto nesta Lei, a fim de garantir a implementação do Programa “Jovem Aprendiz”, as despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária municipal, suplementada oportunamente, se necessário, utilizando-se de crédito especial, adicional ou suplementar, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.

Art. 17º – O Poder Executivo emitirá se necessário, os atos administrativos complementares e/ou suplementares à plena regulamentação desta Lei.

Art. 18º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de Outubro de 2017.

Vereador Wilmar Sudoski

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 25/10/2017.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 138/2017

Publicação Nº 1412468

DECRETO No 138, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

Estabelece os Feriados Municipais para o ano de 2018.

O Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os Feriados Municipais para o ano 2018 nas seguintes datas:

I - 25 de janeiro – São Paulo Apóstolo, Padroeiro do Município a ser comemorado antecipadamente no dia 22 de janeiro de 2018;

II - 17 de fevereiro – Emancipação Político-Administrativa do Município;

III - 30 de março – Feriado Religioso de Sexta-Feira da Paixão;

IV - 31 de maio – Feriado Religioso de Corpus Christi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de outubro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 142/2017

Publicação Nº 1412690

DECRETO No 142, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.845.972,67 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.270, de 26 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.845.972,67 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	166.000,00
0401.20.601.0045.1006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-039	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0501.04.122.0065.2031	MANUTENÇÃO SECRET. DA EDUCAÇÃO, CULT E ESP	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-049	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	5.000,00
33900000-050	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	180.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-056	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	1.138.292,67
0601.04.122.0120.2061	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-112	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	22.000,00
0601.15.452.0120.2062	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000.133	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	620.000,00
33900000-134	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	240.000,00

0601.15.453.0135.2069	MANUT. SISTEMA TRANSP COLET. DE PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-148	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
33900000-149	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	70.000,00
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-157	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	300.000,00
0302.28.122.0000.2168	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-034	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	32.100,00
0302.06.181.0190.2118	MANUTENÇÃO CONVÊNIO DE TRANSITO COM A SESP	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-022	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0701.17.512.0165.1022	IMPLANTAÇÃO SISTEMA TRATAMENTO ESGOTO SAN	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-165	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	12.580,00
	Total				2.845.972,67

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.845.972,67 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0201.04.122.0005.2005	MANUT DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-001	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	200.000,00
0301.04.122.0020.2007	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-013	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	13.382,49
33900000-014	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	2.000,00
0301.04.122.0035.2009	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-017	Transferências A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000	00	R\$	20.000,00
0301.24.722.0040.2010	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TV	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-018	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	13.000,00
0302.06.181.0190.2175	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-025	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
33900000-026	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-027	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0302.28.122.0000.2166	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	FTE	DR	R\$	0,00
32900000-032	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	387.000,00
46900000-033	Aplicações diretas	1000	00	R\$	254.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-041	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-060	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	20.000,00
0501.12.361.0065.2036	CONST. MANUT. CONS. AMPL. INST. FISICAS ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-065	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2160	REFORMA, MANUT.GINÁSIOS ESPORT JUNTO ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-071	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
44900000-072	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRE ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-080	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	300.000,00
0501.12.365.0060.2132	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-086	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	5.000,00
0502.13.391.0095.2048	MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-092	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0502.13.392.0095.1033	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-094	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0503.27.812.0100.1036	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-106	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23.000,00
0503.27.812.0100.1037	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-108	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0601.15.451.0115.1042	CONST. AMPL. RESTRUTURAÇÃO ÁREAS DE LAZER	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-117	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	29.540,18

44900000-118	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0601.15.451.0115.2059	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS URBANAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-121	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0601.15.451.0120.1044	APOIO À MELHORIA DAS COND DE HAB ASSENT PREC	FTE	DR	R\$	0,00
33700000-124	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	1000	00	R\$	500.000,00
0601.15.452.0120.2063	INDENIZAÇÃO TERRENO PARA ABERTURA DE VIAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-136	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0601.15.452.0125.1051	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-137	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	3.750,00
44900000-138	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0601.15.453.0135.1053	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-147	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	375.000,00
0601.26.782.0145.1057	CONSTRUÇÃO DE PONTES	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-154	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
0601.26.782.0145.1059	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTR	DR	R\$	0,00
44900000-155	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	300,00
0601.15.452.0120.1047	CONSTRUÇÃO, REVIT PASSEIOS PÚBL PADRONIZADOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-131	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	100.000,00
0601.15.452.0120.1050	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS COM CORRIMÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-192	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-132	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-129	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	200.000,00
1601.04.122.0010.2011	MANTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
319000000-168	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	40.000,00
1701.23.691.0055.2026	APOIO A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-178	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
1701.23.695.0055.1023	CONSTRUÇÃO PORTAL TURIST. COM GUIAS INF.EV.M	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-180	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	80.000,00
					2.845.972,67

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 143/2017

Publicação Nº 1412692

DECRETO Nº 143, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 915.000,00 (novecentos e quinze mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.271, de 26 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 915.000,00 (novecentos e quinze mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-005	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	890.000,00
0801.10.301.0150.2086	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES C SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-022	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	25.000,00
	Total			R\$	915.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto

no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 915.000,00 (novecentos e quinze mil reais), na forma do quadro a seguir:

0101.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-002	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	130.000,00
0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE V.	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-004	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	330.000,00
33900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	250.000,00
0101.01.031.0001.2004	MANUTENÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-009	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	155.000,00
0101.01.031.0001.2174	APOIO AO PROGRAMA VEREADOR MIRIM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-010	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	915.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 144/2017

Publicação Nº 1412694

DECRETO No 144, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 410.860,11 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.271, de 26 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 410.860,11 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-005	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	410.860,11
	Total			R\$	410.860,11

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1o do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 410.860,11 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), na forma do quadro a seguir:

0801.10.301.0150.2076	ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-011	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	6.960,00
0801.10.301.0150.2078	PREVENÇÃO AS DSTS E COMBATE A AIDS	FTE	DR	R\$	0,00
30900000-014	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	21.760,00
0801.10.301.0150.2079	APIO AO GRUPO DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-015	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	8.000,00
0801.10.301.0150.2080	MANUT DO CONV COM A REDE FEMINININA COMB C	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-016	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1002	00	R\$	45.000,00
33900000-017	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.500,00
44900000-018	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.500,00
0801.10.301.0155.2085	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-019	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	321.611,51
31900000-020	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	2.528,60
	Total	00	00	R\$	410.860,11

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2017
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar nº 206/2017

Publicação Nº 1412436

LEI COMPLEMENTAR Nº 206, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o Anexo VI da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, institui novos padrões de vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescida ao cargo de Fiscal Tributário no Anexo VI da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, a seguinte atribuição conforme especificada:

(...)

Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, procedendo à revisão de ofício, homologando, aplicando as penalidades previstas na legislação, entre outros.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Capinzal, em 26 de outubro de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

LEI Nº 3.270/2017

Publicação Nº 1412695

LEI Nº 3.270, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.855.972,67 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.855.972,67 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	176.000,00
0401.20.601.0045.1006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-039	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0501.04.122.0065.2031	MANUTENÇÃO SECRET. DA EDUCAÇÃO, CULT E ESP	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-049	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	5.000,00
33900000-050	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	180.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-056	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	1.138.292,67
0601.04.122.0120.2061	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-112	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	22.000,00
0601.15.452.0120.2062	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000.133	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	620.000,00

33900000-134	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	240.000,00
0601.15.453.0135.2069	MANUT. SISTEMA TRANSP COLET. DE PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-148	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
33900000-149	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	70.000,00
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-157	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	300.000,00
0302.28.122.0000.2168	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-034	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	32.100,00
0302.06.181.0190.2118	MANUTENÇÃO CONVÊNIO DE TRANSITO COM A SESP	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-022	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0701.17.512.0165.1022	IMPLANTAÇÃO SISTEMA TRATAMENTO ESGOTO SAN	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-165	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	12.580,00
	Total				2.855.972,67

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1o da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.855.972,67 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0201.04.122.0005.2005	MANUT DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-001	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	200.000,00
0301.04.122.0020.2007	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-013	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23.382,49
33900000-014	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	2.000,00
0301.04.122.0035.2009	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-017	Transferências A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000	00	R\$	20.000,00
0301.24.722.0040.2010	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TV	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-018	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	13.000,00
0302.06.181.0190.2175	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-025	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
33900000-026	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-027	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0302.28.122.0000.2166	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	FTE	DR	R\$	0,00
32900000-032	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	387.000,00
46900000-033	Aplicações diretas	1000	00	R\$	254.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-041	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-060	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	20.000,00
0501.12.361.0065.2036	CONST. MANUT. CONS. AMPL. INST. FISICAS ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-065	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2160	REFORMA, MANUT.GINÁSIOS ESPORT JUNTO ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-071	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
44900000-072	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRE ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-080	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	300.000,00
0501.12.365.0060.2132	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-086	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	5.000,00
0502.13.391.0095.2048	MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-092	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0502.13.392.0095.1033	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-094	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0503.27.812.0100.1036	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-106	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23.000,00
0503.27.812.0100.1037	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-108	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0601.15.451.0115.1042	CONST. AMPL. RESTRUTURAÇÃO ÁREAS DE LAZER	FTE	DR	R\$	0,00

33900000-117	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	29.540,18
44900000-118	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0601.15.451.0115.2059	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS URBANAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-121	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0601.15.451.0120.1044	APOIO À MELHORIA DAS COND DE HAB ASSENT PREC	FTE	DR	R\$	0,00
33700000-124	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	1000	00	R\$	500.000,00
0601.15.452.0120.2063	INDENIZAÇÃO TERRENO PARA ABERTURA DE VIAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-136	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0601.15.452.0125.1051	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-137	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	3.750,00
44900000-138	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0601.15.453.0135.1053	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-147	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	375.000,00
0601.26.782.0145.1057	CONSTRUÇÃO DE PONTES	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-154	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
0601.26.782.0145.1059	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTR	DR	R\$	0,00
44900000-155	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	300,00
0601.15.452.0120.1047	CONSTRUÇÃO, REVIT PASSEIOS PÚBL PADRONIZADOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-131	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	100.000,00
0601.15.452.0120.1050	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS COM CORRIMÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-192	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-132	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-129	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	200.000,00
1601.04.122.0010.2011	MANTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-168	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	40.000,00
1701.23.691.0055.2026	APOIO A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-178	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
1701.23.695.0055.1023	CONSTRUÇÃO PORTAL TURIST. COM GUIAS INF.EV.M	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-180	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	80.000,00
					2.855.972,67

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei em data supra

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

LEI Nº 3.271/2017

Publicação Nº 1412697

LEI Nº 3.271, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.325.860,11 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.325.860,11 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-005	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	1.300.860,11
0801.10.301.0150.2086	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES C SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-022	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	25.000,00

	Total			R\$	1.325.860,11
--	-------	--	--	-----	--------------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 410.860,11 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos) e da anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 915.000,00 (novecentos e quinze mil reais), totalizando o valor de R\$ 1.325.860,11 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), na forma dos quadros a seguir:

I - Demonstrativo das Anulações no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2076	ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-011	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	6.960,00
0801.10.301.0150.2078	PREVENÇÃO AS DSTS E COMBATE A AIDS	FTE	DR	R\$	0,00
30900000-014	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	21.760,00
0801.10.301.0150.2079	APIO AO GRUPO DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-015	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	8.000,00
0801.10.301.0150.2080	MANUT DO CONV COM A REDE FEMINININA COMB C	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-016	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1002	00	R\$	45.000,00
33900000-017	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.500,00
44900000-018	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.500,00
0801.10.301.0155.2085	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-019	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	321.611,51
31900000-020	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	2.528,60
	Subtotal – I	00	00	R\$	410.860,11

II - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Câmara de Vereadores

0101.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-002	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	130.000,00
0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE V.	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-004	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	330.000,00
33900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	250.000,00
0101.01.031.0001.2004	MANUTENÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-009	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	155.000,00
0101.01.031.0001.2174	APOIO AO PROGRAMA VEREADOR MIRIM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-010	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
	Subtotal – II			R\$	915.000,00
	Total Geral (I + II)			R\$	1.325.860,11

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2017
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

NOTA EXPLICATIVA CONCURSO PUBLICO EDITAL 057/2017

Publicação Nº 1412537

MUNICÍPIO DE CAPINZAL – ESTADO DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO N. 057/2017
Rua Carmelo Zocolli, nº. 155, Centro, 89.665-000, Capinzal/SC
Fone: (49) 3555-8700 – www.capinzal.sc.gov.br

1
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 057/2017
NOTA EXPLICATIVA Nº 01/2017

O Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, Excelentíssimo Senhor Nilvo Dorini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei municipal nº 3.227, de 10 de novembro de 2016, Lei Complementar nº 146/2012, e demais legislação municipal aplicável à matéria, autorizando por meio do Processo Licitatório nº 0144/2017, Dispensa nº 0028/2017, Contrato nº 0272/2017, reportando-se ao Edital nº 057/2017, RESOLVE divulgar, sem prejuízo dos candidatos inscritos:

O pedido de isenção da taxa de inscrição de que trata o item "3.3.11" e seguintes do Edital, deverá se dar da seguinte forma:

1. O candidato deve se inscrever regularmente por meio do link <https://educare.unoesc.edu.br/inscricao/831>, optar pelo cargo para o qual pretende concorrer à vaga, e gerar o boleto de inscrição, o qual será cancelado pela Funoesc em caso de deferimento do pedido de isenção;
 2. Entregar, compreendida aqui a entrega pessoal, por meio de terceira pessoa, ou por intermédio dos Correios (com AR), no Centro Administrativo da Universidade do Oeste de Santa Catarina, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, setor de Protocolo, térreo, endereçada aos cuidados de "Concursos Públicos", os documentos de que trata o item "3.3.11.1", conforme o caso (doador de sangue ou renda familiar até dois salários mínimos), até a data limite estabelecida no Cronograma do Anexo IV, do Edital, qual seja, 01/11/2017;
 3. Se o candidato optar pela entrega via correio, deverá observar que a entrega pelos Correios à Funoesc deverá ocorrer até 01/11/2017 – considera-se aqui a data de recebimento pela Funoesc e não a data de envio/postagem;
 4. A análise preliminar dos pedidos de isenção será divulgada na data de 03/11/2017, havendo a possibilidade de interposição de recurso no período de 06/11/2017 a 10/11/2017, nos termos do item "3.3.11.5", do Edital;
 5. A divulgação definitiva dos pedidos de isenção se dará na data de 13/11/2017. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido poderá participar do concurso público efetuando o pagamento do boleto gerado quando da realização da inscrição.
- Eventuais dúvidas poderão ainda ser esclarecidas por meio do e-mail concursopublico.jba@unoesc.edu.br e telefones (49) 3551-2173 – Lucimara ou 3551-2265 – Juliane, no horário das 08h às 11h30min.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Capinzal/SC, 25 de outubro de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito

PMC CONTRATO 0289/2017

Publicação Nº 1411841

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0289/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ADRIANA FALAVIGNA - ME		
Valor : 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)		
Vigência : Início: 26/10/2017 Término: 26/10/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0111/2017		
Processo Licitatório Nº.....:0160/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de madeiras para utilização em diversos serviços realizados pelas Secretarias do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 26 de Outubro de 2017		

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9

Publicação Nº 1411921

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2017, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, institui novos padrões de vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2017.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o Anexo VI da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, institui novos padrões de vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências.

Art. 1º Fica acrescida ao cargo de Fiscal Tributário no Anexo VI da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, a seguinte atribuição conforme especificada:

(...)

Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, procedendo à revisão de ofício, homologando, aplicando as penalidades previstas na legislação, entre outros.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 24 de outubro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR

Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB

Membro Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 27

Publicação Nº 1411916

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 27, de 2017, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.855.972,67 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 27, de 2017.

PROJETO DE LEI No 27, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.855.972,67.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.855.972,67 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2006	MANUTENÇÃO SEVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	176.000,00
0401.20.601.0045.1006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-039	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0501.04.122.0065.2031	MANUTENÇÃO SECRET. DA EDUCAÇÃO, CULT E ESP	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-049	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	5.000,00
33900000-050	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	180.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-056	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	1.138.292,67
0601.04.122.0120.2061	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-112	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	22.000,00
0601.15.452.0120.2062	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000.133	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	620.000,00
33900000-134	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	240.000,00
0601.15.453.0135.2069	MANUT. SISTEMA TRANSP COLET. DE PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-148	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
33900000-149	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	70.000,00
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-157	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	300.000,00
0302.28.122.0000.2168	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-034	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	32.100,00
0302.06.181.0190.2118	MANUTENÇÃO CONVÊNIO DE TRANSITO COM A SESP	FTE	DR	R\$	0,00

33900000-022	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0701.17.512.0165.1022	IMPLANTAÇÃO SISTEMA TRATAMENTO ESGOTO SAN	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-165	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	12.580,00
	Total				2.855.972,67

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.855.972,67 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir:

0201.04.122.0005.2005	MANUT DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-001	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	200.000,00
0301.04.122.0020.2007	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-013	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23.382,49
33900000-014	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	2.000,00
0301.04.122.0035.2009	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-017	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000	00	R\$	20.000,00
0301.24.722.0040.2010	MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TV	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-018	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	13.000,00
0302.06.181.0190.2175	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-025	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
33900000-026	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-027	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0302.28.122.0000.2166	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	FTE	DR	R\$	0,00
32900000-032	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	387.000,00
46900000-033	Aplicações diretas	1000	00	R\$	254.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-041	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-060	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	20.000,00
0501.12.361.0065.2036	CONST. MANUT. CONS. AMPL. INST. FISICAS ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-065	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2160	REFORMA, MANUT.GINÁSIOS ESPORT JUNTO ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-071	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
44900000-072	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	10.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-080	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	300.000,00
0501.12.365.0060.2132	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-086	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	5.000,00
0502.13.391.0095.2048	MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-092	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0502.13.392.0095.1033	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-094	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0503.27.812.0100.1036	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-106	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23.000,00
0503.27.812.0100.1037	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-108	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0601.15.451.0115.1042	CONST. AMPL. REESTRUTURAÇÃO ÁREAS DE LAZER	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-117	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	29.540,18
44900000-118	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0601.15.451.0115.2059	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS URBANAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-121	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0601.15.451.0120.1044	APOIO À MELHORIA DAS COND DE HAB ASSENT PREC	FTE	DR	R\$	0,00
33700000-124	Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais	1000	00	R\$	500.000,00
0601.15.452.0120.2063	INDENIZAÇÃO TERRENO PARA ABERTURA DE VIAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-136	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
0601.15.452.0125.1051	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-137	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	3.750,00

44900000-138	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
0601.15.453.0135.1053	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-147	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	375.000,00
0601.26.782.0145.1057	CONSTRUÇÃO DE PONTES	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-154	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
0601.26.782.0145.1059	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTR	DR	R\$	0,00
44900000-155	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	300,00
0601.15.452.0120.1047	CONSTRUÇÃO, REVIT PASSEIOS PÚBL PADRONIZADOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-131	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	100.000,00
0601.15.452.0120.1050	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS COM CORRIMÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-192	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	10.000,00
44900000-132	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-129	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	200.000,00
1601.04.122.0010.2011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-168	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	40.000,00
1701.23.691.0055.2026	APOIO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-178	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
1701.23.695.0055.1023	CONSTRUÇÃO PORTAL TURIST. COM GUIAS INF.EV.M	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-180	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	80.000,00
					2.855.972,67

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 24 de outubro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB
Membro Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 32

Publicação Nº 1411919

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 32, de 2017, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.325.860,11 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos).

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 32, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.325.860,11.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.325.860,11 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-005	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	1.300.860,11
0801.10.301.0150.2086	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES C SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-022	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	25.000,00

	Total			R\$	1.325.860,11
--	-------	--	--	-----	--------------

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 410.860,11 (quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos) e a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 915.000,00 (novecentos e quinze mil reais), totalizando o valor de R\$ 1.325.860,11 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), na forma dos quadros a seguir:

I - Demonstrativo das Anulações no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2076	ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-011	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	6.960,00
0801.10.301.0150.2078	PREVENÇÃO ÀS DSTS E COMBATE À AIDS	FTE	DR	R\$	0,00
30900000-014	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	21.760,00
0801.10.301.0150.2079	APOIO AO GRUPO DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-015	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	8.000,00
0801.10.301.0150.2080	MANUT DO CONV COM A REDE FEMININA COMB C	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-016	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1002	00	R\$	45.000,00
33900000-017	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.500,00
44900000-018	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	2.500,00
0801.10.301.0155.2085	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-019	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	321.611,51
31900000-020	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	2.528,60
	Subtotal – I	00	00	R\$	410.860,11

II - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Câmara de Vereadores

0101.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-002	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	130.000,00
0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE V.	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-004	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	330.000,00
33900000-006	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	250.000,00
0101.01.031.0001.2004	MANUTENÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-009	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	155.000,00
0101.01.031.0001.2174	APOIO AO PROGRAMA VEREADOR MIRIM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-010	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	50.000,00
	Subtotal – II			R\$	915.000,00
	Total Geral (I + II)			R\$	1.325.860,11

Art. 3o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 24 de outubro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB
Membro Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0093/2017 - PREGÃO Nº 0074/2017

Publicação Nº 1412699

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0093/2017
PREGÃO Nº 0074/2017

Objeto: Aquisição de materiais que serão utilizados na decoração natalina da cidade.

Dotação Orçamentária:
2.030.3390.00 - 300 - 139/2017 - MANUT.ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 09 de novembro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 26 de outubro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 26 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 014/2017 FMS

Publicação Nº 1411971

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: GISELI RODRIGUES NUNES.

Contrato nº: 014/2017 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE POSICIONAL PARA REALIZAR SERVIÇOS DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 26/10/2017.

Vigência: 31/03/2018.

Valor do Contrato: R\$ 6.462,45 (seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Celso Ramos

PREFEITURA

01/2017

Publicação Nº 1412374

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS – ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DECONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGA DO CARGO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CELSO RAMOS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. Dom Daniel Hostin, 930, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve abrir inscrições e estabelecer normas para a realização de Concurso Público para a contratação de servidor para o quadro de pessoal no âmbito da Administração Municipal.

O Concurso Público será regido por este Edital e executado pela Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC, localizada na Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, Fone/Fax: (49) 3541-0855 site www.amplasc.org.br e e-mail amplasc@amplasc.org.br, entidade associativa sem fins lucrativos da qual o Município de Celso Ramos - SC é membro integrante, conforme Contrato Administrativo nº 120/2017, Processo Licitatório – Dispensa de Licitação 07/2017.

1. DO CARGO, DA VAGA, DA CARGA HORÁRIA DOS VENCIMENTOS E DO REGIME JURÍDICO.

1.1. O Concurso Público destina-se ao provimento da vaga descrita na forma deste Edital, e dentro do prazo de validade.

1.2. O cargo objeto deste Concurso Público é descrito na tabela do Anexo I:

1.3. A escolaridade exigida deverá ser comprovada no ato da posse no cargo.

1.4. O Concurso Público objeto deste Edital será constituído de prova teórica de caráter eliminatório e classificatório.

1.5. A escolaridade, vagas e condições de habilitação exigidas são as constantes na tabela do ANEXO I:

1.6. O cargo a ser contratado se submeterá ao regime Estatutário e adotará o sistema do regime geral da previdência social.

2. DAS INSCRIÇÕES.

2.1. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1.1. A participação do candidato no Concurso Público iniciar-se-á pela sua inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

2.1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação de todas as condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, eventuais alterações e demais instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento. É dever do candidato manter-se informado e atualizado de todas as comunicações e publicações inerentes ao certame.

2.2. CONDIÇÕES PARA POSSE:

2.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de ter nacionalidade Portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 13 do Decreto 70.436 de 18/04/1972;

2.2.2. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

2.2.3. Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino) e eleitorais;

2.2.4. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse.

2.2.5. Ter conhecimento e aceitação das exigências e regras contidas neste Edital, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Concurso Público que venham a ser divulgados;

2.2.6. Ter a escolaridade exigida para o cargo público até o ato da posse, conforme dispõe o presente Edital.

2.2.7. No caso de o candidato já ser aposentado, será observado as disposições do § 10 do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 em que é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

2.3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas exclusivamente através da rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.amplasc.org.br, clicando no banner "PROCESSOS SELETIVOS/CONCURSOS – Para realizar sua inscrição clique aqui", que redireciona o candidato para o site <http://amplasc.listaeditais.com.br>. Preencher o formulário de cadastro solicitado, efetuar a inscrição para o cargo que desejar e imprimir o boleto para pagamento, até o prazo de vencimento.

2.3.2. A Prefeitura Municipal de Celso Ramos designará um agente, na sede da prefeitura, para orientação dos candidatos sob eventuais dúvidas ou dificuldades quanto às inscrições, ou caso necessite auxílio para realizar sua inscrição.

2.3.3. As taxas de inscrição para o Concurso Público serão de R\$ 100,00 (cem reais);

2.3.4. A inscrição somente será efetivada após o pagamento da respectiva taxa que deverá ser efetuado única e exclusivamente através do pagamento do boleto bancário gerado no ato da inscrição, até o vencimento do mesmo.

2.3.5. Será cancelada a inscrição e eliminado o candidato, a qualquer tempo, por declaração inverídica ou incompleta nos dados da inscrição; por falta de pagamento da taxa de inscrição; por pagamento da taxa após o vencimento; por realizar segunda inscrição, o que cancelará a primeira inscrição; por não comprovação de condições para isenção da taxa de inscrição ou não comprovação de possuir necessidades especiais, ou cuja documentação apresente qualquer irregularidade.

2.3.6. Não será aceita inscrição condicional ou por correspondência, ou por qualquer outro meio, senão o estipulado no item 2.3.1.

2.3.7. O candidato é inteiramente responsável pela fidedignidade e correção das informações prestadas por qualquer meio e por elas responderá administrativa, civil e penalmente, responsabilizando-se ainda pelas informações prestadas por procurador por ele constituído.

2.3.8. Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, permitido, entretanto, realizar

nova inscrição, ato que cancela automaticamente a primeira inscrição. O candidato deverá comunicar o Município de Celso Ramos a mudança de endereço ou de contatos realizada após a inscrição, que poderá ser feito por correspondência registrada ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.

2.3.9. A taxa de inscrição gerada por boleto vinculado e paga pelo candidato não será restituída, compensada, transferida ou aproveitada para nova inscrição, mesmo que o candidato desista expressamente ou realize nova inscrição, exceto em caso de cancelamento do Concurso Público por conveniência da Prefeitura Municipal de Celso Ramos ou por decisão judicial transitada em julgado.

2.3.10. Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente, e não será, sob qualquer hipótese, restituída, compensada, transferida ou aproveitada a taxa de inscrição anteriormente paga.

2.3.11. O candidato é única e inteiramente responsável pelos dados cadastrais informados no ato da inscrição, mesmo que realizada por procurador. Cabe ao candidato ou procurador conferir seus dados antes de concluir a inscrição, momento em que aceita expressamente as condições do edital.

2.3.12. A inveridicidade de declaração apresentada na inscrição ou em qualquer documento apresentado ao Município de Celso Ramos, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Certame, mesmo que após a homologação do respectivo Concurso Público.

2.4 DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

2.4.1. A inscrição para o candidato amparado pela Lei Estadual n. 10.567/1997 (doador de sangue), interessado na isenção de pagamento da inscrição, deverá digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação, ou seja, declaração que comprove 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição.

2.4.2. Os Doadores de medula óssea interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento como doador de Medula Óssea.

2.4.3. Os candidatos que forem membros da família de baixa renda, cuja renda per capita seja inferior a meio salário mínimo, nos termos do Decreto n. 6.135 de 2007, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007), aqueles que recebam o Bolsa Família, ou pessoas hipossuficientes, interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação.

2.4.4. Os candidatos que desejam ser beneficiados com isenção da taxa de inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico exclusivamente pelo sistema de inscrição, as devidas comprovações documentais, para fins de homologação da inscrição, sem a qual, a inscrição será indeferida.

2.4.5. A não comprovação das condições de isenção no prazo e forma estipulados tornará a inscrição do candidato inapta, exceto se este opte pelo pagamento da referida taxa de inscrição, desde que dentro do prazo e nas condições gerais do edital.

3. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e na Legislação Local, é assegurado às pessoas portadores de necessidades especiais, consideradas aquelas constantes no Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto 5.296/04, o direito de inscrição no presente Concurso Público, na proporção mínima de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.2. Somente serão consideradas como pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

3.3. O candidato que no ato de inscrição declarar-se portador de necessidade especial, em sendo aprovado no Concurso Público, além de constar da lista de classificação, terá seu nome publicado em outra relação, também observado a ordem de classificação.

3.4. O candidato portador de necessidade especial, que no ato da inscrição não declarar ou não comprovar ser portador de necessidades especiais, perderá o direito de concorrer nesta condição, e também das condições especiais para realização das provas.

3.5. Os portadores de necessidades especiais, quando da escolha da vaga, poderão, a critério da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, ser submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de necessidade especial ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.6. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados no Concurso Público deverão comparecer à perícia médica marcada pela Prefeitura Municipal de Celso Ramos, a qual emitirá laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da doença.

3.7. Caso o resultado da perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo ou que a deficiência apresentada não se enquadre nos casos dispostos nos decretos 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o candidato não será admitido, acarretando a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições, passando a concorrer em iguais condições aos demais candidatos.

3.8. Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições necessárias a participação deste Concurso Público, participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

3.9. Os candidatos que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo por meio de requerimento escrito dirigido ao Município de Celso Ramos, acompanhado de atestado médico específico com indicação da CID, sob pena de perda do direito, impreterivelmente até o término do prazo da inscrição, indicando claramente os recursos especiais necessários para a realização das provas. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade, após análise da comissão de acompanhamento do Concurso Público. O pedido será avaliado e julgado, deferindo ou indeferindo o pleito.

3.10. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de necessidade especial na realização das provas, ou na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público, não sendo, sob qualquer hipótese admitida.

3.11. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo ou função.

3.12. No ato da inscrição ou até a data do encerramento desta, o candidato que alegar ser portador de necessidades especiais deverá

comprovar tal condição mediante atestado médico com indicação da CID, devendo o profissional que o emitir anotar todas as determinações decorrentes de lei.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela Administração Municipal de Celso Ramos. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos portais eletrônicos da AMPLASC, www.amplasc.org.br e da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, www.celsoramos.sc.gov.br, ou pelo link <http://amplasc.listaeditais.com.br>.

4.2. O candidato cujo nome não constar na relação preliminar de inscritos poderá interpor recurso online, conforme prazos constantes do cronograma, por meio do sistema de inscrição.

5. DAS PROVAS

5.1. DA PROVA ESCRITA

5.1.1. A prova escrita será composta de 40 (quarenta) questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas 1 (uma) estará correta, versando sobre os conteúdos minimamente constantes no conteúdo programático orientador anexo do presente edital.

5.1.2. A prova escrita constituirá de:

- a) Questões de Conhecimentos Específicos: 25 (vinte e cinco) questões, valendo 0,25 cada.
- b) Questões de Língua Portuguesa: 05 (cinco) questões valendo 0,25 cada;
- c) Questões de Matemática: 05 (cinco) questões valendo 0,25 cada;
- d) Questões de Conhecimentos Gerais: 05 (cinco) questões valendo 0,25 cada;

5.2. DATA E LOCAL DAS PROVAS

5.2.1. A prova será realizada na Escola de Educação Básica José Cesário Brasil, sita à Rua Professor Aurélio Spagnoli, nº 83, Centro, Celso Ramos – SC.

5.2.2. A prova escrita será realizada no dia 02 de dezembro de 2017, e terá duração total de 3 (três) horas, com início às 09:00 horas e término às 12:00 horas.

5.3. O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova até 30 minutos antes do início das provas portando documento oficial de identificação com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Caso descumpra o estipulado, será o candidato sumariamente eliminado do Concurso Público. Caso no dia de realização das provas o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento original de identificação com foto, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.3.1. A não apresentação de documento original de identificação com foto impedirá o acesso do candidato ao local de prova e implicará a sua eliminação automática do Concurso Público. Não será aceito cópia de documento de identificação com foto, ainda que autenticada.

5.3.2. Ao inscrever-se, o candidato declara expressamente que concorda em ser submetido à inspeção física ou através de equipamentos eletrônicos, a qualquer momento e em qualquer local onde se realizar a prova, com a finalidade de se evitar fraude e manter a lisura do certame.

5.4. No dia de realização da prova não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação da prova informações referentes ao conteúdo da prova.

5.5. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o porte e uso de relógios analógicos ou digitais, aparelhos celular, pagers, palms e qualquer outro equipamento mecânico, elétrico ou eletrônico. Não será permitido no local de prova alimentos, bebidas (sendo permitido apenas água envasada em recipiente transparente), bem como o uso de chapéus, bonés ou qualquer outra cobertura e o uso de óculos escuros ou espelhados (salvo por indicação médica que deverá ser apresentada pelo candidato).

5.6. Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados antes do candidato acessar a prova e guardados, conforme orientação dos fiscais.

5.7. Caso algum candidato se negue a desligar o aparelho celular, será eliminado da prova e do processo, lavrando-se em ata de sala a ocorrência do fato.

5.8. A recusa do candidato em atender o disposto nos itens 5.5., 5.6. e 5.7. do presente edital, bem como o uso de qualquer dos equipamentos descritos naqueles itens em qualquer lugar do estabelecimento em que se realizar a prova, até o momento em que o candidato entregar a sua prova escrita, implicará na atribuição de nota 0 (zero) e na eliminação automática do Concurso Público, mesmo que a prova seja entregue/realizada.

5.9. Não haverá, em qualquer hipótese segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.10. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) da prova escrita que contenha(m):

- a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada, mesmo que parcialmente;
- c) Espaço(s) não assinalado(s) no gabarito de respostas;
- d) O gabarito de respostas preenchido fora das especificações contidas no mesmo.
- e) No gabarito será permitida somente e exclusivamente a identificação do candidato pelo número fornecido pelos fiscais da prova no cartão de identificação. Não poderá haver nenhuma outra forma de identificação do candidato, como por exemplo, nome, apelido, símbolo, sinal, marca, dobradura, etc. Caso se identifique, será eliminado o candidato.

5.11. As letras correspondentes às respostas assinaladas nas questões da prova escrita objetiva, deverão ser transcritas (marcadas) no cartão respostas com o tipo de marcação determinados no caderno de provas, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

5.12. A prova escrita objetiva será corrigida exclusivamente com base na marcação feita pelo candidato no cartão de respostas, independente do assinalado no caderno de provas.

5.13. O candidato, ao concluir a sua prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala o caderno de prova e o cartão de respostas totalmente preenchido, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.14. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala no período de realização da prova, se autorizado e acompanhado por pelo menos um fiscal, e somente depois de transcorrido uma hora do seu início.

- 5.15.1. Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e retirar-se do local simultaneamente.
- 5.16. A Prova Escrita - PE será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo as notas expressas com 2 (duas) decimais, sem arredondamento.
- 5.17. Para os candidatos que prestarão prova, a Nota Final –NF será a Nota da Prova Escrita-NPE, representada pela equação abaixo:
 $NF=NPE$
- 5.18. O candidato poderá obter cópia do caderno de provas a partir do primeiro dia útil após a realização das provas escritas, bastando solicitá-lo à AMPLASC.
- 5.19. O caderno de provas original permanecerá arquivado para futuras consultas ou requisições de quem de direito, e não será entregue ao candidato.
- 5.20. O gabarito provisório das provas será divulgado na Internet no endereço eletrônico <https://amplasc.listaeditais.com.br/>.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

- 6.1. Os candidatos serão classificados por cargo, em ordem decrescente da nota final obtida.
- 6.2. Ocorrendo empate na classificação final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único, do art. 27, da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), considerados os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso (possuir idade igual ou superior a 60 anos completos), nos termos do art. 1º, da mencionada Lei.
- a) candidato mais velho, considerado ano, mês e dia de nascimento, para candidatos com mais de 60 anos de idade;
- b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;
- c) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;
- d) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Matemática
- e) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimentos Gerais.
- f) tiver idade mais elevada.
- g) Sorteio público.
- 6.3. Para o desempate dos candidatos não amparados pelo Estatuto do Idoso (candidatos com menos de 60 anos de idade), será considerado, sucessivamente, o seguinte critério:
- a) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;
- b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;
- c) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Matemática
- d) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimentos Gerais.
- e) tiver idade mais elevada.
- f) Sorteio público.
- 6.4. O candidato que obtiver nota final inferior a 5 (cinco) será considerado desclassificado.
- 6.5. Ao Prefeito Municipal de Celso Ramos compete a homologação do resultado final do Concurso Público com a publicação da listagem dos candidatos aprovados e respectivas classificações.

7. DO RESULTADO

- 7.1. O Resultado do Concurso Público e todas as suas etapas serão divulgados por meio dos endereços eletrônicos www.amplasc.org.br no portal dos concursos e processos seletivos e www.celsoramos.sc.gov.br e/ou no Mural da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, e, ainda, se for o caso, em outros meios de publicação.

8. DA NOMEAÇÃO

- 8.1. As vagas serão preenchidas observando-se a ordem de classificação.
- 8.2. O candidato aprovado e classificado será convocado através de correspondência, pessoalmente ou por meio de edital de chamada pública.
- 8.3. O candidato que não se apresentar até a data, local e horário estabelecido conforme convocação será reclassificado para o último lugar da lista, com exceção dos casos de ausência justificada para tratamento de saúde, mediante comprovação através de perícia médica, situação em que o candidato será alocado à vaga imediatamente subsequente à sua classificação. No caso de impossibilidade de assumir a vaga, o candidato ou seu representante legal deverá protocolar em no máximo 5 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento ou publicação da convocação, requerimento junto ao departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.
- 8.4. O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto de 05 (cinco) dias será reclassificado para o último lugar da lista de classificação sendo convocado o candidato subsequente.
- 8.5. Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pela Administração Municipal de Celso Ramos observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido na legislação vigente.
- 8.6. O laudo médico quando solicitado para a posse no cargo público deverá ser expedido por médico indicado pela Administração Municipal de Celso Ramos.
- 8.7. O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.
- 8.8. O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para nomeação.
- 8.9. O resultado do exame médico será expresso com indicação de "apto ou inapto", para o exercício da atribuição do cargo.
- 8.10. A indicação de condição "inapto" será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no Concurso Público.
- 8.11. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático e imediato no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Celso Ramos. A admissão é de competência da Administração Municipal, dentro das necessidades e conveniência administrativas e se dará dentro do período de validade do Concurso Público, que será de 2 (dois) anos, observada a ordem de classificação dos candidatos e o número de vagas ofertadas.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Caberá recurso:
- a) quanto às inscrições indeferidas;

- b) quanto ao gabarito/questões da prova;
- c) quanto a soma da pontuação.

9.1.1. O prazo decadencial para se impetrar os recursos são os constantes no cronograma do Concurso Público.

9.2. Os candidatos que desejarem interpor recurso, nos prazos estabelecidos neste edital, deverão fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://amplasc.listaeditais.com.br>, acessando a "ÁREA DO CANDIDATO" mesmo local onde o candidato realizou a inscrição on-line. O candidato será direcionado para o endereço <http://amplasc.areadocandidato.com.br/login>, informará seu CPF e sua Senha, redigirá seu recurso e enviará pelo próprio aplicativo.

9.2.1. A decisão exarada poderá ser consultada no mesmo local do protocolo dos recursos, na "ÁREA DO CANDIDATO".

9.2.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser enviado eletronicamente conforme estabelecido no item 9.2;
- b) ser preenchido e enviado conforme orientação do sistema;
- c) possuir obrigatoriamente os itens abaixo:

I- Descrição dos fatos, descrevendo o fato ocorrido que levou o candidato à interpor recurso.

II- Fundamentação, apontando claramente, com argumentação lógica e consistente no corpo da descrição (não descrever em arquivo como anexo) o motivo pelo qual pretende: deferimento da inscrição; anulação/correção do gabarito; ou, recontagem da pontuação.

III- Pedido, descrevendo clara e objetivamente o pedido (deferimento da inscrição; anulação de questão; correção do gabarito; recontagem de pontos; etc.)

d) ser tempestivo, ou seja, protocolado/enviado nos prazos do edital.

9.3. ATENÇÃO: Os recursos que não possuírem claramente a I- Descrição dos fatos; II- Fundamentação; e, III- Pedido, de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.4. A banca examinadora e a comissão do Concurso Público, conforme for o caso, deferirão ou indeferirão o recurso.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telefone, e-mail, fac-símile, por meio postal, ou outros meios, que não o especificado acima, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

9.6. No caso de erro de publicação na indicação da resposta de uma questão no gabarito, ou erro na formulação da questão, o gabarito poderá ser corrigido e republicado, bem como poderá ser anulada a questão, de ofício.

9.7. Em caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos que tiverem se submetido à prova cuja questão for anulada.

10. DA COMPETÊNCIA.

10.1. Delega-se competência à AMPLASC para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir a prova escrita;
- b) apreciar os recursos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios;
- d) prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;
- e) atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- f) definir regras e procedimentos gerais para aplicação das provas.

10.2. Compete à Administração Municipal de Celso Ramos:

- a) Ceder o local de realização das provas.
 - b) Efetuar a Publicação na Imprensa Oficial de todos os atos e editais necessários.
 - c) Manter serviço de apoio aos candidatos para realização de inscrições, com local e funcionário, auxiliando os que enfrentem dificuldades de realizar a inscrição on-line.
 - d) Receber os pedidos de isenção, protocolando os documentos comprobatórios.
- 10.3. Compete à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, nomeada pelo decreto 2.412/2017:
- a) Fiscalizar a execução de todas as etapas do Concurso Público;
 - b) Prestar informações, dentro de sua competência;
 - c) Prestar auxílio à executora, naquilo que for solicitado.
 - d) Receber e julgar requerimentos de isenção de taxa de inscrição.
 - e) Avaliar e julgar o pedido de condições especiais para realização da prova, deferindo ou indeferindo.

11. DO FORO JUDICIAL

11.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este edital, é o da Comarca de Anita Garibaldi - Estado de Santa Catarina.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Concurso Público será válido por 2 (dois) anos, a contar da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal de Celso Ramos.

12.2. Será aceito pedido de reclassificação para o último lugar entre os aprovados, na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na posse quando convocado.

12.3. A classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de contratação imediata e automática no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Celso Ramos. A nomeação e a posse serão realizadas dentro do prazo de validade do Concurso Público, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Municipal de Celso Ramos.

12.4. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) negar-se a cumprir determinações dos fiscais do Concurso Público ou descumprir as regras contidas neste Edital.
- f) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

12.5. A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. O Edital na sua íntegra será publicado nos endereços eletrônicos www.amplasc.org.br e www.celsoramos.sc.gov.br.

12.7. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

12.7.1. Não é permitida a permanência nos locais de prova de acompanhantes dos candidatos, mesmo que filhos menores e/ou seus cuidadores, a não ser lactantes.

12.8. Os casos não previstos serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão de acompanhamento do Concurso Público e pela AMPLASC.

Celso Ramos – SC, 27 de outubro de 2017.

Ondino Ribeiro de Medeiros

Prefeito Municipal

CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Período de Recebimento das Inscrições	27/10/2017 a 24/11/2017
Divulgação Preliminar das Inscrições	27/11/2017
Recurso quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	27/11/2017 a 28/11/2017
Resposta aos Recursos quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	29/11/2017
Homologação das Inscrições	29/11/2017
Prova Escrita	02/12/2017
Divulgação do Gabarito Provisório	02/12/2017
Recursos quanto ao gabarito/questões	04/12/2017
Resposta aos recursos quanto ao gabarito/questões	12/12/2017
Divulgação do Resultado Provisório (por nº identificação)	12/12/2017
Identificação Pública – Abertura cartões de identificação na Câmara de Vereadores	13/12/2017
Divulgação do Resultado Provisório (por nomes)	13/12/2017
Recurso quanto contagem da pontuação	13/12/2017 a 14/12/2017
Resposta aos recursos quanto contagem da pontuação	15/12/2017
Resultado Final	15/12/2017

ANEXO I

CARGOS, CARGA HORÁRIA SEMANAL

Cód.	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Inscrição	Vencimento	Condições de Habilitação
6	Farmacêutico/Bioquímico	01	40h	R\$ 100,00	R\$ 3.522,66	Curso Superior em Bioquímica ou Farmácia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ORIENTADOR MÍNIMO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO
Farmácia ambulatorial e hospitalar: seleção de medicamentos, aquisição, produção, padronização, controle de estoque e conservação de medicamentos. Armazenamento: boas práticas de armazenamento de medicamentos, distribuição de medicamentos e controle de consumo. Logística de abastecimento da farmácia: ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, informação sobre medicamentos, comissões hospitalares, informática aplicada à farmácia. Controle de infecção hospitalar e farmacovigilância. Fiscalização sanitária, na área de medicamentos e estabelecimentos. Farmacotécnica: definição e objetivos da farmacotécnica, conceitos básicos em farmacotécnica, classificação dos medicamentos, vias de administração, conservação, dispensação e acondicionamento de medicamentos. Pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Fórmulas farmacêuticas. Farmacologia geral: princípios gerais de farmacocinética. Princípios gerais de farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Efeitos adversos. Controle de qualidade de medicamentos e insumos farmacêuticos. Análises clínicas: Análise bromatológica, fabricação e manipulação de alimentos para resguardo da saúde pública. Análise clínica de exsudatos e transudatos humanos como urina, sangue, saliva e demais secreções para fins de diagnóstico. Conceitos: atenção farmacêutica, assistência farmacêutica, medicamentos genéricos, medicamentos similares, medicamentos análogos, medicamentos essenciais. Comissão de farmácia e terapêutica. Comissão de controle de infecção hospitalar. Farmacoeconomia e Farmacovigilância.

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; tipologia textual; ortografia oficial; acentuação gráfica; classes de palavras; sinal indicativo de crase; sintaxe da oração e do período; pontuação; fonemas e grafia; significação e formação de palavras; adequação semântica; apostrofe e vocativo; regência nominal e verbal: estudo de preposições, pronomes: relativos, interrogativos, oblíquos, demonstrativos, possessivos preposições, conjunções, interjeições, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, pronomes e determinadas flexões; concordância nominal: substantivos, numeral, artigos, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios; concordância verbal: sujeito, flexão e articulação de modos e tempos verbais; figuras de linguagem; orações coordenadas e subordinadas; objeto direto e indireto; fonologia, divisão silábica; orações coordenadas; apêndice; apostrofe e vocativo; termos essenciais e integrantes da oração. Todo Conteúdo Curricular do MEC relativo à disciplina e grau de ensino (Currículo Básico). MATEMÁTICA

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 2º grau; cálculo de juros simples e compostos; resolução de

problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória. Conjuntos numéricos, racionais, reais e complexos: operações e propriedades. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções, divisão proporcional, regra de três simples e composta, sistemas de medidas. Noções e cálculo de áreas e volumes. Juros simples e composto, equações, raciocínio lógico; Geometria analítica: Coordenadas cartesianas no plano; Distância entre dois pontos; Ponto médio de um segmento; Equação da reta; Paralelismo; Perpendicularismo; Coordenadas cartesianas no espaço; Determinação de um ponto no R^3 ; Figura no espaço; Ângulo entre duas retas; Circunferência; Cônicas; Geometria plana; Área de figuras planas; Volume; Circunferência e círculos; Triângulos; Razões e proporções; Números proporcionais; Divisão proporcional; Grandezas proporcionais; Estatística; Porcentagem; Regras de sociedade; Medidas de tendência central; Medidas de dispersão; Notação científica; Funções; Função linear; Função quadrática; Função exponencial e logarítmica; Funções periódicas; Relações trigonométricas; Números Reais; Valor médio; Medidas de comprimento, superfície e volume; Potências; Cálculos com números aproximados; Leis algébricas; Cálculo diferencial e integral; Limite; Derivada; Integral; Álgebra vetorial; Vetores; Operações com vetores; Espaço vetorial; Grandezas escalares e vetoriais; Vetores no R^2 e R^3 ; Espaço vetorial; Matemática financeira; Juro simples; Juro composto; Desconto simples; Desconto composto; Amortização; Anuidades antecipadas; Operações de compra e venda; Números complexos; Conceito; Operações com números complexos; Multiplicação de números complexos; Complexos conjugados; Forma trigonométrica de um número complexo; Potência de um número complexo; Todo Conteúdo Curricular do MEC relativo à disciplina e grau de ensino (Currículo Básico).

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Política, Justiça, Segurança Pública, Educação, Cultura, Cinema, Artes, Saúde, Direitos Humanos, Tecnologia, Economia, Energia, Ciência, meio ambiente, organização política, Mundo, Brasil, Santa Catarina e Município. ANEXO III ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Farmacêutico/Bioquímico:

Promoção da vigilância farmacológica, realização de exames e cuidados multidisciplinares de saúde.

Fazer exames químicos e microbiológicos para analisar aspectos nutricionais;

Realizar análise laboratoriais para diagnóstico de doenças;

Efetuar análise toxicológicas em animais, vegetais, alimentos ou em ambientes;

Sintetizar, analisar e conhecer as propriedades das drogas medicamentosas, constituídas por químicas definidas;

Produzir e realizar o controle de qualidade de cosméticos, produtos de higiene pessoal, inclusive de fermentação;

Realizar perícias relativas ao doping;

Executar análise de alimentos e controle de qualidade dos mesmos;

Controlar o uso indiscriminado de psicotrópicos;

Realizar controle da poluição atmosférica e da água de piscinas;

Atuação junto à comunidade na dispensação farmacêutica, na farmácia comunitária;

Responsabilizar-se tecnicamente pelo funcionamento da Farmácia na Unidade de Saúde;

Responsabilizar-se tecnicamente pelo funcionamento do Laboratório de Análises Clínicas da Unidade de Saúde.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

424.2017

Publicação Nº 1411759

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 424/2017

- Considerando, o indeferimento do Pedido de Auxílio Doença do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a partir de 24/10/2017, da Servidora Titular da vaga; Eva A. K. Abreu, e tendo a Servidora voltado a suas atividades normalmente;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos das Portarias nº 238/2017 e 239/2017 de 04.05.2017, que admiti em caráter temporário à servidora, NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 25.10.17

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 088, DE 26.10.2017

Publicação Nº 1412116

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 088, DE 26.10.2017

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0670, de 15.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 78.850,00 (setenta e oito mil oitocentos e cinquenta reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
4.4.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 500,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 850,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 50.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
103 – Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família
..... R\$ 25.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família
..... R\$ 2.500,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 78.850,00 (setenta e oito mil oitocentos e cinquenta reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.1.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 1.350,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 25.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde ..R\$ 25.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
103 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família
..... R\$ 25.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família
..... R\$ 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de outubro de 2017.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 089, DE 26.10.2017

Publicação Nº 1412123

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 089, DE 26.10.2017

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0670, de 15.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 60.000,00, (sessenta mil reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05- Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.1.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 1.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05- Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 3.980,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05- Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.30.00.00.00.00.00 – Transferência a Estados e ao Distrito Federal
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 250,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05- Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 1.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05- Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.1.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 20,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05- Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 3.750,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 - Ensino Fundamental
06 – Educação para Todos
114 – Transferência do Fundeb – 40%
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 25.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
02 – Divisão de Cultura
13 – Cultura
392 – Difusão Cultural

07 – Resgate da Cultura
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.011 - Manutenção Pessoal Cultura e Esporte R\$ 1.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 02 – Divisão de Cultura
 13 – Cultura
 392 – Difusão Cultural
 07 – Resgate da Cultura
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.011 - Manutenção Pessoal Cultura e Esporte R\$ 1.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 03 – Divisão de Esportes
 27 – Desporto e Laser
 812 – Desporto Comunitário
 08 – Esporte é Vida
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 03 – Divisão de Esportes
 27 – Desporto e Laser
 812 – Desporto Comunitário
 08 – Esporte é Vida
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.019 - Manutenção / Pessoal R\$ 1.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
 01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 – Assistência Social
 244 – Assistência Comunitária
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social R\$ 10.000,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice
 02 – Gabinete do Prefeito e Vice
 04 – Administração
 122 – Administração Geral
 03 – Gestão Administrativa Superior
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 7.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
 03 – Secretaria de Administração e Planejamento
 04 – Administração
 122 – Administração Geral
 05- Administração Geral
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 10.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 – Divisão de Ensino
 12 – Educação
 361 – Ensino Fundamental
 06 – Educação para Todos
 113 – Transferência do Fundeb – 60%
 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 25.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 02 – Divisão de Cultura
 13 – Cultura
 392 – Difusão Cultural
 07 – Resgate da Cultura
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.011 - Manutenção Pessoal Cultura e Esporte R\$ 2.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 03 – Divisão de Esportes
 27 – Desporto e Laser
 812 – Desporto Comunitário
 08 – Esporte é Vida
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 1.022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 5.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 03 – Divisão de Esportes
 27 – Desporto e Laser
 812 – Desporto Comunitário
 08 – Esporte é Vida
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.019 - Manutenção / Pessoal R\$ 1.000,00

09 – Fundo de Assistência Social
 01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 – Assistência Social
 244 – Assistência Comunitária
 10 – Desenvolvimento Social
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social R\$ 10.000,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice
 02 – Gabinete do Prefeito e Vice
 04 – Administração
 122 – Administração Geral
 03 – Gestão Administrativa Superior
 90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de outubro de 2017.

Marli Goretti Kammers
 Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA 2017-2018

Publicação Nº 1412504

EDITAL SEDUC Nº 026/2017

Dispõe sobre normas e critérios para realização da matrícula 2017/2018 na Rede Municipal de Ensino de Chapecó.

A Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto N.º 28.525, de 10 de janeiro de 2014, e de acordo com a Lei Complementar n.º 48/97 e Regimento Unificado da Rede Municipal de Ensino, torna público, pelo presente Edital, as normas e critérios correlatos à realização de matrículas da Rede Municipal de Ensino de Chapecó para o ano letivo de 2018.

CAPÍTULO I DA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 1º As matrículas na Rede Municipal de Ensino de Chapecó serão realizadas:

- I - Dias 08, 09 e 10 de novembro de 2017 - renovação de matrículas;
- II - Dia 13 de novembro de 2017 (até as 17:30h) - transferências internas ;
- III - Dias 14, 16 e 17 de novembro de 2017 (a partir das 07:00h) - matrículas para alunos novos (1º período),;
- IV - Dias 11 a 15 de dezembro de 2017 - matrículas para alunos novos EJA;
- V - Dias 05 e 06 de fevereiro de 2018 - matrículas para alunos novos (2º período).

CAPÍTULO II DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 2º Para efetuar a matrícula na Rede Municipal de Ensino deverão ser entregues, para fins de arquivo na Instituição de Ensino, os seguintes documentos:

- I - Fotocópia da Certidão de Nascimento;
- II - Fotocópia do CPF da criança ou adolescente;
- III - Fotocópia do documento escolar que comprove a escolaridade anterior, exceto para a 1ª série do Ensino Fundamental, ou seja, Atestado de Frequência e Histórico Escolar;
- IV - Fotocópia do comprovante de residência atualizado dos pais e/ou responsáveis;
- V - Fotocópia da carteira de vacinação do aluno, com esquema completo de vacinas;
- VI - Fotocópia do Cartão Nacional de Saúde;
- VII - Fotocópia do resultado do exame preventivo do câncer de colo de útero da mãe do aluno;
- VIII - Para matrículas novas na Educação Infantil para vagas de atendimento integral, observar e apresentar os documentos dispostos no Art. 4º do presente Edital;

§ 1º Quando a documentação exigida não for apresentada no ato, será efetuada a matrícula, concedendo-se prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos referidos documentos, excetuando-se o inciso VIII do caput deste artigo.

§ 2º Para os alunos que já frequentam a Instituição de Ensino será dispensada a apresentação dos documentos previstos no inciso III.

§ 3º A matrícula somente será efetuada com a presença dos pais, responsáveis ou do próprio aluno maior de 18 anos.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 3º O Município oferecerá vagas em Educação Infantil nas seguintes condições:

- I - Em Pré-Escola para crianças de 04 a 05 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2018, com atendimento de 04 horas diárias, excetuando-se a Escola Parque Cidadã Leonel de Moura Brizola com atendimento em período integral;
- II - Em Maternal para crianças de 02 a 03 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2018, com atendimento em meio período ou período integral, conforme disponibilidade de vagas em cada local, observado, no que couber, o disposto no artigo 4º;
- III - Em Berçário para crianças de 04 meses completos a 1 ano e 11 meses a completar até 31 de março de 2018, com atendimento em meio período ou período integral, conforme disponibilidade de vagas em cada local, observado, no que couber, o disposto em artigo 4º.

§ 1º As turmas de Educação Infantil serão organizadas conforme os seguintes parâmetros:

- I - Pré-Escola: 25 crianças por turma;
- II - Maternal: 20 crianças por turma;
- III - Berçário: 15 crianças por turma, podendo chegar até 21 crianças, conforme art. 38, § 3º do Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º Somente serão aceitas matrículas até a capacidade de atendimento de cada Instituição de Ensino.

Art. 4º Para o atendimento em vagas integrais adotar-se-ão os seguintes critérios:

- I. Crianças em situação de risco (entende-se a condição de crianças que por suas circunstâncias de vida estão expostas a violências, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem sócio econômica – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990);
- II. Famílias que recebem o benefício Bolsa Família, cuja comprovação dar-se-á pela apresentação de Declaração fornecida pela Secretaria de Assistência Social (SEASC) – Setor de Cadastro Único;

- III. Crianças em situação de tutela, guarda ou abrigo, mediante comprovação dos órgãos responsáveis;
- IV. Pais ou responsáveis menores de 18 anos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, cuja comprovação dar-se-á pela apresentação de atestado de frequência atualizado;
- V. Crianças cujos pais e/ou responsáveis legais possuem vínculo empregatício com menor renda per capita, cuja comprovação dar-se-á através de comprovante de trabalho e rendimento.
- VI. Crianças da comunidade em geral.

Art. 5º A análise das inscrições para o atendimento em vagas integrais será realizada pela Comissão de Matrícula, que se reunirá com a presença de pelo menos um membro de cada segmento, para fazer cumprir o disposto neste Edital, zelando pela transparência do processo e garantindo o sigilo das informações, respeitando a seguinte formação:

I – Gestor (a) da Instituição de Ensino;

II – Presidente do Conselho Escolar;

III – 01 (um) representante do segmento dos pais e/ou responsáveis do respectivo Conselho Escolar;

IV – 01 (um) representante do segmento dos professores do respectivo Conselho Escolar.

Art. 6º Caberá a Comissão de Matrícula analisar, emitir pareceres e definir as crianças que atendem os critérios para efetivação da matrícula para o ano letivo de 2018.

CAPÍTULO IV

DO ENSINO FUNDAMENTAL INCLUINDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 7º A matrícula no Ensino Fundamental é obrigatória a partir dos 06 anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2018. Parágrafo Único. Para os alunos do Ensino Fundamental que já frequentam a Instituição de Ensino, a renovação da matrícula será garantida mediante a presença dos pais ou responsáveis no respectivo período das rematrículas.

Art. 8º Para matricular-se na Educação de Jovens e Adultos o aluno deverá possuir a idade mínima de 15 (quinze) anos completos no ato de efetivação da matrícula.

Parágrafo Único. Na Educação de Jovens e Adultos a matrícula somente será efetuada com a presença do aluno maior de idade e, quando menor, acompanhado dos pais ou responsáveis.

Art. 9º Conforme previsto no Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino, a organização das turmas terá como parâmetro o número de alunos a seguir:

a) 1ª e 2ª Série: 27 alunos por turma;

b) 3ª a 5ª Série: 30 alunos por turma;

c) 6ª a 9ª Série: 35 alunos por turma;

d) EJA - Fases I, II, III, IV, V e VI: 15 a 25 alunos por turma;

e) Educação a Distância Semipresencial: 08 a 15 alunos por turma.

CAPÍTULO V

DAS TRANSFERÊNCIAS INTERNAS

Art. 10 As transferências internas destinam-se especificamente aos alunos devidamente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Chapecó.

I – Para sua realização os pais ou responsáveis deverão dirigir-se à Instituição de Ensino de seu interesse e solicitar o ATESTADO DE VAGA (observado a disponibilidade de vaga);

II – De posse do Atestado de Vaga, deverá apresentá-lo à Instituição de Ensino de origem e solicitar o ATESTADO DE FREQUÊNCIA, retornando com este até a instituição pleiteada.

III – O horário para pleitear a transferência interna será até as 17:30h no dia 13 de novembro de 2017.

CAPÍTULO VI

DO RELATÓRIO

Art. 11 A Instituição de Ensino deverá encaminhar à Secretaria de Educação Relatório de Matrícula Total no dia 20 de novembro de 2017, utilizando os formulários Anexo I, II e III.

CAPÍTULO VII

DO ZONEAMENTO

Art. 12 Para a matrícula será observado o zoneamento da área territorial das Instituições de Ensino.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13 A Instituição de Ensino deverá informar, através dos formulários Anexo IV, Anexo V e Anexo VI, a existência de aluno com deficiência, quando for o caso, para as devidas providências por parte da Secretaria de Educação.

Art. 14 A Instituição de Ensino deverá dar ampla divulgação a este Edital, bem como publicá-lo nas dependências, o qual deverá respeitar integralmente as disposições do presente documento.

Art. 15 A Secretaria de Educação poderá solicitar às Instituições de Ensino da Rede Municipal informações e documentos afins no decorrer da Campanha da Matrícula 2017/2018.

Art. 16 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, observando a legislação vigente, em conjunto com as Instituições envolvidas.

Art. 17 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária de Educação de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 27 de outubro de 2017.

Sandra Maria Galera
Secretária de Educação

ANEXO I – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

RELATÓRIO DE MATRÍCULA PRÉVIA – PLANO DE MATRÍCULA 2018

EDUCAÇÃO INFANTIL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

	INTEGRAL		MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL	
ETAPA	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas
Berçário								
Maternal								
Pré-Escolar								
TOTAL GERAL								

Chapecó, (SC), em ____/____/2017.

Secretário (a)	Gestor(a)
----------------	-----------

ANEXO II – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

RELATÓRIO DE MATRÍCULA PRÉVIA – PLANO DE MATRÍCULA 2018

ENSINO FUNDAMENTAL

INSITUIÇÃO DE ENSINO: _____

	MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO		TOTAL	
SÉRIE	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas
1ª Série								
2ª Série								
3ª Série								
4ª Série								
5ª Série								
6ª Série								
7ª Série								
8ª Série								
9ª Série								
TOTAL								

Chapecó, (SC), em ____/____/2017.

Secretário (a)	Gestor(a)
----------------	-----------

ANEXO III – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

RELATÓRIO DE MATRÍCULA PRÉVIA – PLANO DE MATRÍCULA 2018

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

	MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO		TOTAL	
EJA /SÉRIE	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas	Nº Alunos	Nº Turmas
Fase I (Alf. e Let.)								
Fase II (2ª a 4ª série)								
Fase III (5ª série)								
Fase IV (6ª série)								
Fase V (7ª série)								
Fase VI (8ª série)								
Ensino a Distância (5ª a 8ª Série)								
TOTAL								

Chapecó, (SC), em ____/____/2017.

Secretário (a)	Gestor(a)
----------------	-----------

ANEXO IV – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

Solicitamos que seja informado o número de educandos com deficiência por Etapa e também uma relação contendo o nome completo, Etapa e data de nascimento, espécie de deficiência, conforme Anexo VI.

EDUCAÇÃO INFANTIL

ETAPA	Nº EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA
Berçário	
Maternal	
Pré-Escolar	
TOTAL GERAL	

Chapecó, (SC) ____/____/2017.

Secretário (a)	Gestor(a)
----------------	-----------

ANEXO V – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

Solicitamos que seja informado o número de educandos com deficiência por Série e também uma relação contendo o nome completo, série e data de nascimento, espécie de deficiência, conforme anexo VI.

SÉRIE	NÚMERO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA
1ª Série	
2ª Série	
3ª Série	
4ª Série	
5ª Série	
6ª Série	
7ª Série	
8ª Série	
9ª Série	
TOTAL	
EJA	
Fase I (Alf. e Let.)	
Fase II (2ª a 4ª série)	
Fase III (5ª série)	
Fase IV (6ª série)	
Fase V (7ª série)	

Fase VI (8ª série)	
Ensino a Distância (5ª a 8ª Série)	
TOTAL	
TOTAL GERAL	

Chapecó, (SC) ____/____/2017.

Secretário (a)	Gestor(a)
----------------	-----------

ANEXO VI – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

[illegible]

Chapecó, (SC), ____/____/2017.

Secretário (a)	Gestor(a)
----------------	-----------

ANEXO VII – EDITAL SEDUC Nº 026/2017

FICHA CADASTRAL DA COMISSÃO DE MATRÍCULA

Preencher as informações e anexar cópia dos documentos comprobatórios.

1. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA:
Nome da criança: _____
Data de Nascimento: ____/ ____/ ____ Idade: ____ anos e ____ meses.
Local de Nascimento e Estado: _____
Mora com seus pais: () Sim () Não
Em caso negativo, reside com quem? _____
2. IDENTIFICAÇÃO DOS FAMILIARES E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

Nome da Mãe: _____
Idade: _____ Profissão: _____
Situação Ocupacional: ()Aposentado ()Pensionista ()Autônomo ()Carteira Assinada ()Trabalho Informal
Renda: _____ Local de Trabalho: _____
Estudante: ()Sim ()Não Apresentou de atestado de frequência ()Sim ()Não
Beneficiária Bolsa Família: ()Sim ()Não Apresentou Declaração da SEASC ()Sim ()Não

Nome do Pai: _____
Idade: _____ Profissão: _____
Situação Ocupacional: ()Aposentado ()Pensionista ()Autônomo ()Carteira Assinada ()Trabalho Informal
Renda: _____ Local de Trabalho: _____
Estudante: ()Sim ()Não Apresentou de atestado de frequência ()Sim ()Não
Beneficiária Bolsa Família: ()Sim ()Não Apresentou Declaração da SEASC ()Sim ()Não

Nome dos Responsáveis Legais: _____
Idade: _____ Profissão: _____
Situação Ocupacional: ()Aposentado ()Pensionista ()Autônomo ()Carteira Assinada ()Trabalho Informal
Renda: _____ Local de Trabalho: _____
Estudante: ()Sim ()Não Apresentou de atestado de frequência ()Sim ()Não
Beneficiária Bolsa Família: ()Sim ()Não Apresentou Declaração da SEASC ()Sim ()Não

TOTAL DA RENDA BRUTA FAMILIAR: _____ TOTAL DE DEPENDENTES DA RENDA FAMILIAR: _____

3. DESCREVER SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA A CRIANÇA (Descrever se a criança encontra-se em situação de risco, conforme preconiza Lei 8.069, de 13 de julho de 1990/em situação de tutela, guarda ou abrigo/ outras situações quando necessário).

Declaro ainda, que as informações acima são verdadeiras e estou ciente de que a omissão ou a apresentação de dados falsos e/ou divergentes implicam alteração no processo de solicitação e/ou ampliação de vaga para turno integral na Educação Infantil. As informações constadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade.

Assinatura legível do declarante: _____ Chapecó, ____ de _____ de 20 ____.

4. Considerando o Edital Seduc Nº 026/2017, em especial os critérios estabelecidos em seu Art. 4º, bem como a disponibilidade de vagas, a Comissão de Matrícula decidiu por:

- () Deferir o atendimento em período integral.
() Indeferir o atendimento em período integral.

5. PARECER DA COMISSÃO DE MATRÍCULA:

6. NOME E ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Gestor (a) da Instituição de Ensino:

Presidente do Conselho Escolar:

Representante do segmento dos pais ou responsáveis do Conselho Escolar:

Representante do segmento dos professores do Conselho Escolar:

RESOLUÇÃO 007-2017 APROVA DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FMAS 2016

Publicação Nº 1412479

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ/SC - CMAS

Resolução 007 de 18 de Outubro de 2017

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do SUAS no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Chapecó - CMAS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 8.742/93 e Lei Municipal nº. 6565 de 27 de Março de 2014,

Resolve:

Art. 1º Tornar público que em reunião Ordinária realizada em 18 de Outubro de 2017 deliberou por APROVAR o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do SUAS, com o co-financiamento Federal pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, exercício de 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 18 de Outubro de 2017.

Erli Terezinha Abreu

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 008-2017 APROVA INSCRIÇÃO SERVIÇO ADEVOSC

Publicação Nº 1412481

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ/SC - CMAS

Resolução 008 de 18 de Outubro de 2017.

Torna pública a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com deficiência visual, desenvolvido pela Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina - ADEVOSC, no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Chapecó - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93, Lei Municipal nº. 6.565/2014, assim como da Reunião ordinária realizada no dia 18 de outubro de 2017,

Resolve:

Art. 1º Tornar público que foi concedida inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com deficiência visual, desenvolvido pela Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, por prazo indeterminado, de acordo com a Resolução 005/2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Erli Terezinha Abreu

Presidente do CMAS

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 70/PMCS/2017

Publicação Nº 1411757

CONTRATO Nº: 70/2017 (TERMO DE FOMENTO 01/2017).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 70/PMCS/2017.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 08/PMCS/2017.

Objeto: Este termo de fomento decorre do Chamamento Público 01/2017, tem por objeto a celebração, em regime de mútua co-operação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto "Oportunidade e inclusão social por meio da prática do futebol de campo".

Assinatura: 11/10/2017.

Vigência: Início: 11/10/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão	07.00 Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	07.02 Departamento de Esportes e Lazer
Modalidade de Aplicação	3.3.50 – Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
Projeto/Atividade	2.018
Dotação	86
Recurso	00 - Ordinários

meio de resoluções aprovadas na Assembleia Geral do CISAM-Sul.
Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2017:

Órgão: 13 - SAMAE

Unidade: 01 - SAMAE

Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00 0698 – Transferências a Consórcios Públicos

Órgão: 13 - SAMAE

Unidade: 01 - SAMAE

Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00 0698 – Transferências a Consórcios Públicos

Órgão: 13 - SAMAE

Unidade: 01 - SAMAE

Projeto Atividade: 2.045 – Manutenção do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00 0698 – Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos Próprios.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI N. 1.375

Publicação Nº 1412347

LEI N. 1.375, de 18 de outubro de 2017.

ELEGE O ENTE REGULADOR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica eleito como ente regulador dos serviços de saneamento do Município de Cocal do Sul, em atendimento a Lei Federal nº 11.445/07, englobando água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-Sul), o qual exercerá a regulação por meio de seu Órgão Regulador, denominado CISAM-Sul-REG, o qual se constitui, nos termos da Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Consórcio Público (Protocolo de Intenções) e art. 33, do Estatuto do Consórcio, em órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM-Sul, destinado ao exercício da atividade regulatória dos serviços de saneamento em proveito dos municípios consorciados, conforme Contrato Administrativo CISAM-Sul, parte integrante desta lei.

Art. 2º O funcionamento, composição e procedimentos do CISAM-Sul-REG serão os estabelecidos em resoluções próprias do CISAM-Sul.

Art. 3º Diante da inserção do Contrato de Consórcio Público, do estatuto do consórcio e de todas as normas derivadas desses instrumentos no ordenamento jurídico do Município, fica criado o preço de regulação (PR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo CISAM-Sul-REG, cujos valores serão fixados por

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 3/2017 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1412346

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONCORRÊNCIA Nº 3/2017-PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para prestação de serviços especializados de manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, deste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: foram habilitadas no certame as empresas FABIANO FRANCHIN ME, LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME, OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP, QUARK ENGENHARIA LTDA e SERRANA ENGENHARIA LTDA. Assim procedeu-se a abertura dos envelopes, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e representantes legais presentes. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante FABIANO FRANCHIN ME sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 476.505,24 (quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e vinte e quatro centavos), a licitante QUARK ENGENHARIA LTDA ficou em segundo lugar com o preço global de R\$ 546.860,76 (quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e seis centavos), a licitante LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME ficou em terceiro lugar com o preço global de R\$ 562.672,08 (quinhentos e sessenta e dois reais, seiscentos e setenta e dois reais e oito centavos), a licitante NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME ficou em quarto lugar com o preço global de R\$ 592.800,24 (quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos reais e vinte e quatro centavos), a licitante MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA ficou em quinto lugar com o preço global de R\$ 736.115,52 (setecentos e trinta e seis mil, cento e quinze reais e cinquenta e dois centavos) a licitante OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP ficou em sexto lugar com o preço global de R\$ 828.627,00 (oitocentos e vinte e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais), a licitante SERRANA ENGENHARIA LTDA ficou em sétimo lugar com o preço global de R\$ 874.555,68 (oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a conformidade da Planilha Orçamentária apresentada pela licitante vencedora. Em razão da ausência das licitantes LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP, QUARK ENGENHARIA LTDA, a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase classificatória deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2017.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

LEI Nº 4.998

Publicação Nº 1412306

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.998, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2018.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/1988, c/c o disposto no art. 103, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município de Concórdia para o exercício de 2018, compreendendo:

- I – prioridades e metas da Administração Municipal;
- II – estrutura e organização dos orçamentos;
- III – diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- IV – disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – disposições sobre despesas com pessoal;
- VI – disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII – disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º Nos anexos que acompanham o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias constam os seguintes demonstrativos:

- I – Anexo I – Metas fiscais da receita;
- II – Anexo II – Prioridades e metas;
- III – Anexo III – Prioridades aprovadas em audiência pública para o PPA 2018/2021, LDO e LOA 2018 e votadas eletronicamente – sítio do Município;
- IV – Anexo IV – Demonstrativo de riscos e providências;
- V – Anexo V – Anexos de Metas Fiscais, com os seguintes demonstrativos:
 - a) Demonstrativo 1 – Metas anuais;
 - b) Demonstrativo 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais

do exercício anterior;

c) Demonstrativo 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

d) Demonstrativo 4 – Evolução do patrimônio líquido;

e) Demonstrativo 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

f) Demonstrativo 6 – Avaliação da situação financeira atuarial do RPPS;

g) Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) Demonstrativo 8 – Margem de expansão da despesa obrigatória de caráter continuado;

i) Parâmetros e projeções para os principais agregados e variáveis;

VI – Anexo VI – Demonstrativo das obras em andamento e custos com conservação do patrimônio.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2018 serão destinados com vistas a atender as prioridades estabelecidas nos Anexos II e III desta Lei, com atenção especial às prioridades aprovadas em audiência pública, no entanto, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante decreto, o Anexo II desta Lei, no que se refere à:

I – ampliação ou diminuição das metas propostas;

II – adequação da denominação dos programas, das ações, dos produtos e das unidades de medida;

III – transferência de ações entre programas.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4º O Anexo V – Metas Fiscais, contera no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

§ 5º Havendo variação da receita, positiva ou negativa, em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

§ 6º Em não se efetivando as operações de crédito definidas no Anexo V e o Resultado Nominal previsto o Anexo III, ambos da Lei nº 4.865, de 20 de maio de 2016 – LDO para 2017, poderá ser ajustado mediante decreto, as metas de resultado nominal e primário para 2018.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, Autarquia, Fundos e Fundações e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as normas e anexos definidos pela legislação vigente.

§ 1º O orçamento da Autarquia, que acompanha o orçamento geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Os Fundos e as Fundações Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e as despesas a eles vinculadas.

Art. 5º A mensagem que encaminhará o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para o exercício de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos nos Anexos de Metas Fiscais que integram esta Lei.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para o exercício de 2018 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o comportamento do cenário econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos 3 (três) exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, os demonstrativos de receitas e despesas constantes nos Anexos desta Lei poderão ser atualizados na elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", "investimentos financeiros" e "serviços de terceiros", de cada Poder.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LRF.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017 ou dos anos anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para

investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2018 conterá reserva de contingência, limitada a 3% (três por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, como: sentenças judiciais, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até 30 (trinta) dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2018 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos financeiros a organizações da sociedade civil, será realizada com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, suas alterações e demais legislações correlatas.

Parágrafo único. Poderão ser pagos com recursos de que trata o caput deste artigo, servidor ou empregado público, que possua outro vínculo empregatício com a organizações da sociedade civil, nas hipóteses de:

I – o servidor ou empregado público declarar expressamente a inexistência de incompatibilidade de horários;

II – que o vínculo empregatício com a Sociedade Civil, seja anterior a formalização da parceria.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. A LOA para o exercício de 2018 poderá conter autorização para:

I – abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite

de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro da mesma categoria econômica e do mesmo programa, por decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 21. Durante a execução orçamentária do exercício de 2018, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, “e” e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, até 30 de setembro de 2017, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício de 2018, conforme determina o art. 100, § 5º, da CF/1988, discriminada por entidade da Administração, especificando:

I – número da ação originária;

II – número do precatório;

III – tipo de causa julgada;

IV – data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V – nome do beneficiário;

VI – valor do precatório a ser pago.

§ 1º A inclusão de recursos na LOA para o exercício de 2018, para pagamento de precatórios que se enquadrem na situação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/1988 será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I – nos precatórios não alimentícios, os créditos individualizados, cujo valor for superior a 200 (duzentos) salários mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais e anuais sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 200 (duzentos) salários mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver;

II – os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores ultrapassem o limite disposto no inciso anterior, serão divididos em duas parcelas iguais e anuais sucessivas;

III – os juros legais, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios, será efetuada nos termos dos parágrafos 5º e 12 do art. 100 da CF/1988.

§ 3º No momento da expedição do precatório, dele deverá ser abastido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em

virtude de contestação administrativa ou judicial (§ 9º, do art. 100, da CF/1988), devendo para tanto, a Secretaria Municipal de Finanças, informar à Assessoria Jurídica o valor a ser compensado.

Art. 24. Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam ao menos uma das seguintes condições:

I – comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, as Unidades da Administração Pública Direta e a Secretaria Municipal de Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos aos limites da Resolução nº 43/2001 e alterações, do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito no exercício de 2018 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/1988 e os arts. 31 a 43 da LRF.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LRF.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/1988 fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, pelas Unidades e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive Autarquia e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo poder público, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LRF.

Parágrafo único. Fica autorizada, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 230, de 30 de abril de 2002 e alterações, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, da Autarquia e das Fundações Públicas Municipais, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30. Fica autorizada a cessão de servidores, com ônus para o Município, a órgãos da Administração Direta e Indireta dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 31. No exercício de 2018, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite

prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o Secretário Municipal de Administração.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/1988 e nos arts. 22 e 23 da LRF.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de mão de obra as atividades meio e as de substituição de servidores, prevista no art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra para execução de funções e atividades, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Executivo, Fundos, Autarquia e Fundações ou, ainda, atividades próprias da Administração Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado por lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LRF.

§ 1º O desconto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da Contribuição de Melhoria em cota única, observará a previsão do Código Tributário Municipal, art. 161.

§ 2º Em caso de recolhimento parcelado do IPTU, será dividido em 6 (seis) parcelas mensais, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

§ 3º Em caso de recolhimento parcelado da Contribuição de Melhoria, poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, conforme definido em ato do Poder Executivo Municipal, sem acréscimo de encargos, exceto, se houver, a variação da UFIR Municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LRF, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo

exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Demonstrativo Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LRF.

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2017.
MAYARA AMPESE
Diretora Administrativa

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 39. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 106, § 1º, II, da Lei Orgânica Municipal, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 40. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2017, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. Fica o Poder Executivo do Município autorizado a alienar equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo do Município estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais, objetos de alienação, bem como baixará os bens sucateados.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal está autorizado a firmar termos com entidades sem fins lucrativos, conforme o art. 15 desta Lei, e convênios com entes Federativos, por intermédio dos órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto no art. 10, III, da Lei Orgânica Municipal e no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2017

Publicação Nº 1412461

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº34/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 44/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) CDO PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº05.318.755/0001-52, com sede na SC 293, Linha Último dia, Chapecó - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Celia Peccini, inscrito(a) no CPF sob nº712.702.219-49, empresa(s) KEMHYDRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº19.437.776/0001-00, com sede na Localidade Cajuru, Sn, Km 21, Cajuru, Lages - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Cesar Augusto Arruda, inscrito(a) no CPF sob nº 084.471.959-53, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os materiais, objeto desta ata, serão solicitados conforme necessidade da Secretaria solicitante, e deverão ser entregues em até 05 dias após o recebimento da autorização de fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo "A" do edital e de acordo com as ordens de compra emitidas pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.032- Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 44/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

Detentores da Ata:

CDO PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP

KEMHYDRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS EIRELI - ME

Testemunhas:

Adriana de Cezaro Moresco

CPF 004.723.779-14

Patricia Strada Machado

CPF083.745.419-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2017

Publicação Nº 1412475

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº35/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 45/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) BRITAGEM BILHAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.942.350/0001-31, com sede na Rod. Sc 468, Sn – KM 1, Linha Trevo, Cordilheira Alta, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Aderbal Fernando Zanotto Bilhar, inscrito(a) no CPF sob nº 220.716.019-04, e a(s) empresa(s) BRITTER RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 95.849.279/0001-99, com sede na Rod. BR 282, Sn, KM539, Interior, Cordilheira Alta, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Evandro Baldissera, inscrito(a) no CPF sob nº 721.894.289-04, e a(s) empresa(s) PRE MOLDADOS OESTE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.445.385/0001-40, com sede na Rua Canela, 1644, paralela a BR 282, Barracão 2, Industrial, Faxinal dos Guedes, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Dulce Maria Wojeick, inscrito(a) no CPF sob nº 433.247.709-04, e a(s) empresa(s) DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 79.847.687/0001-55, com sede na Av. Tupi, 6300, São Roque, Pato Branco-PR, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Eloy Roberto Lattmann, inscrito(a) no CPF sob nº 371.565.439-20, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de

julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os materiais, objeto desta ata, serão solicitados conforme necessidade das Secretarias solicitantes, e deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após o recebimento da autorização de fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo "A" do edital e de acordo com as ordens de compra emitidas pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.011- Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no

mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais,

nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 45/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Setembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito

Detentores da Ata:

BRITAGEM BILHAR LTDA,

BRITTER RODOVIAS LTDA,

PRE MOLDADOS OESTE LTDA ME

DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA EPP

Testemunhas:

Adriana de Cezaro Moresco
CPF 004.723.779-14

Patricia Strada Machado
CPF083.745.419-03

ALMIR VALANDRO

Secretário de Infraestrutura
Fiscal de Contrato

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2017

Publicação Nº 1412477

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº36/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº46/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº109/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa representado por seu Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Alceu Mazzioni e a(s) empresa(s) PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº78.651.973/0001-88, com sede na Rua Colombia, 130D, bairro Lider, Chapecó-SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Altemir Antonio Smaniotto, inscrito(a) no CPF sob nº 503.245.279-34, empresa(s) FACCINA DALTORA- EQUIP. SEGURANÇA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº04.584.756/0001-86, com sede na Rua Humberto de Campos, 836, Sagrado Coração de Jesus, Lages, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Luciano Cruz Facina, inscrito(a) no CPF sob nº014.379.819-76, empresa(s) PROTEGE + CURSOS E MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº17.544.840/0001-18, com sede na José Bonifácio, 205- sala 02A, centro, Xanxere-SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Neide Terezinha Lemos, inscrito(a) no CPF sob nº 705.534.409-34, empresa(s) MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.274.923/0001-05, com sede na Av. Ângelo Caleffi, 210, Centro, Barrão do Cotegepe, RS, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Cleiton Cesar Longo, inscrito(a) no CPF sob nº 006.225.880-01, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível

aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os materiais, objeto desta ata, serão solicitados conforme necessidade das Secretarias solicitantes, e deverão ser entregues em até 10 dias após o recebimento da autorização de fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo "A" do edital e de acordo com as ordens de compra emitidas pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão às dotações: Projeto Atividade : 2.020, 2.013, 2.005, 2.009, 2.011, 2.019, 2.044, 2.024– Elemento 3.3.90, previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE

poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre

imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº46/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

ALCEU MAZZIONI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Detentores da Ata:

PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP;

FACCINA DALTORA- EQUIP. SEGURANÇA LTDA EPP;

PROTEGE + CURSOS E MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA ME;

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA;

Testemunhas:

Adriana de Cezaro Moresco

CPF 004.723.779-14

Patricia Strada Machado

CPF083.745.419-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017

Publicação Nº 1412480

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº37/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 47/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito em exercício, senhor Altemir Pederssetti e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Alceu Mazzioni, e a(s) empresa(s) SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.950.128/0001-56, com sede na Rua Getúlio Vargas, 359-sala 4, centro, Concórdia- SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Susana Martins Gasparini, inscrito(a) no CPF sob nº041.620.539-95 em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR PALESTRAS MOTIVACIONAIS, conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. A execução do objeto deverá estar de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Tratando-se de Pregão Presencial pelo sistema Registro de Preços, a execução do objeto ocorrerá da seguinte forma:

4.1.1 A empresa vencedora quando solicitada deverá encaminhar a Secretaria Solicitante o projeto da palestra a ser realizada, com as temáticas a serem desenvolvidas (incorporadas ao tema central informado no “Anexo A” deste edital) e a metodologia a ser executada, para que o mesmo seja aprovado pela Secretaria.

4.1.2 Posteriormente, a Secretaria Solicitante encaminhará ao setor competente um Ofício, com o projeto da palestra em anexo e o dia e horário exato da realização da palestra, para que seja emitida a Autorização de Fornecimento e posteriormente encaminhado para a empresa vendedora, a fim de que seja executado o objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.019, 2.020 e 2.006– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no

mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais,

nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 47/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó – SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Outubro de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito em Exercício

ALCEU MAZZIONI

Gestor do FMS e Ass. Social

Detentora da Ata:

SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA ME

Testemunhas:

Adriana de Cezaro Moresco

CPF 004.723.779-14

Patricia Strada Machado

CPF083.745.419-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2017

Publicação Nº 1412484

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº38/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 48/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Alceu Mazzioni, e a(s) empresa(s) REUNIDAS TURISMO S.A inscrita no CNPJ sob nº04.176.082/0001-80, com sede na Rua Herculano Coelho de Souza, nº555, Bairro Reunidas, Caçador – SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Vinícius Marins, inscrito(a) no CPF sob nº022.094.279-08, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS EM TRANSPORTE COLETIVO TERRESTRE, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMÍLIO (TFD), INCLUINDO SERVIÇOS DE TRANSLADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO ATÉ O ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PRESTADOR DE SERVIÇO (IDA E VOLTA), conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível contratação do objeto.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 A execução do objeto ocorrerá da seguinte forma:

4.1.1 A empresa contratada deverá emitir a passagem de ida e/ou

um bilhete de passagem de volta após a emissão da autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.1.2 A autorização será enviada por e-mail e será entregue no momento da retirada da passagem pelo paciente ou por servidor desta administração.

4.2. Em casos especiais, devidamente registrados junto à autorização de fornecimento, mediante expresso encaminhamento do médico que requisitou o tratamento fora domicílio, o paciente deverá ser acompanhado de outra pessoa, sendo necessária, nesses casos, a emissão de passagem para o acompanhante.

4.3 A empresa contratada se obriga a fornecer os bilhetes de passagem aos pacientes/servidor desta administração, no ato da apresentação da autorização de fornecimento, para o dia e horário solicitado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.049 e 2.019– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1 Transportar os passageiros de acordo com a legislação vigente;

9.1.2. Efetuar o traslado do paciente do terminal rodoviário até o ponto de atendimento médico e o retorno até o terminal, sem custo adicional.

9.1.3 Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.4 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.5 Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.6 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.7 Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.8 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.9 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.10 Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.11 Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 48/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

ALCEU MAZZIONI

Gestor do FMS e Ass. Social

Detentores da Ata:

REUNIDAS TURISMO S.A

Testemunhas:

Adriana de Cezaro Moresco

CPF 004.723.779-14

Patricia Strada Machado

CPF 083.745.419-03

FISCAL DE CONTRATO

Rafaela Regina P. Dezen

Diretora de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017

Publicação Nº 1412497

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 50/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Alceu Mazzioni, e a(s) empresa(s) POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.292.313/0001-75, com sede na Rua Atilio Pagnoncelli, 210, centro, Herval d'Oeste - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Josiane Peroza, inscrito(a) no CPF sob nº 068.337849-06, empresa(s) GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 78.218.187/0001-91, com sede na Rua Pedro Paulo Streit, s/n, Avai, Guaramirim - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) administrador, Senhor(a) Fabricio Hackbarth, inscrito(a) no CPF sob nº 045.602.469-71, empresa(s) GRAFICA BAROZZI EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 01.101.611/0001-99, com sede na Rua XV de Novembro nº 872, São Miguel do Oeste - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Ervino Barozzi, inscrito(a) no CPF sob nº 099.971.059-15, empresa(s) NOVARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME, inscrita

no CNPJ sob nº 09.330.210/0001-12, com sede na Rua Avelino Lunardi, 505, Dr. Ari Lunardi, Xaxim - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Juliano Anghinoni, inscrito(a) no CPF sob nº 039.150.499-13, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADOS, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos materiais.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os materiais, objeto desta ata, serão solicitados conforme necessidade das Secretarias solicitantes, e deverão ser entregues em até 10 dias após o recebimento da autorização de fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo "A" do edital e de acordo com as ordens de compra emitidas pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.013, 2.009, 2.011, 2.006, 2.019 e 2.024- Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária

Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 50/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 23 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

ALCEU MAZZIONI

Secretário de Saúde e Ass. Social

Detentores da Ata:

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME,

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP;

GRAFICA BAROZZI EIRELI EPP;

NOVARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME;

Testemunhas:

Adriana de Cezaro Moresco

CPF 004.723.779-14

Patricia Strada Machado

CPF083.745.419-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2017

Publicação Nº 1412509

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2017

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 51/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu Gestor do Fundo Municipal de Saúde Sr. Alceu Mazzioni, e a(s) empresa AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.524.592/0001-15, com sede na Rua John Kennedy, nº128D, Chapeco, representada neste ato, pelo seu(ua) administrador, Senhor(a) Nédio João Miechuanski, inscrito(a) no CPF sob nº 891.661.910-68, e a empresa AER TUR TRANSPORTES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.612.570/0001-20, com sede na Rua Celso Tozzo, 443, Cordilheira Alta, representada neste ato, pelo seu(ua) administrador, Senhor(a) Antonio da Rosa, inscrito(a) no CPF sob nº 492.136.109-63, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA REALIZAR O TRANSPORTE EVENTUAL DOS GRUPOS DE ATLETAS, DE IDOSOS, DE CORAL, DE ALUNOS, BEM COMO DOS PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, EM ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E VIAGENS DE ESTUDOS, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis,

exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1 A prestação do serviço deverá ser executada de acordo com os eventos, viagens, ou atividades a serem realizadas pelas Secretarias de Cultura e Esporte, de Educação e de Assistência Social. Nas viagens acima de 400km a empresa deverá fornecer dois motoristas.

3.2 Caso seja agendada alguma viagem para fora do Estado de Santa Catarina, a empresa vencedora deverá providenciar o Registro na ANTT, conforme Resolução nº 4.777/2015 da ANTT.

3.3 As Despesas referente com as viagens, com motorista, hospedagem, alimentação, taxas com seguro, Deter, ANTT, ou qualquer despesa com veículo, deverão ser por conta da empresa vencedora, independente da quantidade de dias necessários para a viagem.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.013, 2.005, 2.021 e 2.006– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser

aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os

seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 51/2017 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 25 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

ALCEU MAZZIONI

Secretario Municipal da Saúde e Assistência Social

Detentores da Ata:

AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MIECHUANSKI EIRELI EPP,

AER TUR TRANSPORTES LTDA – ME,

Testemunhas:

Nome: Adriana De Cezaro Moresco Nome: Patricia Strada Machado
CPF: 004.723.779-14 CPF: 083.745.419-03

DECRETO Nº 718/2017

Publicação Nº 1412733

DECRETO Nº 718, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.235/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2017 no valor de até R\$ 186.730,00 (cento e oitenta e seis mil e setecentos e trinta reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 13

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 29.000,00

Projeto/Atividade: 12.3612506.2.023 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 34

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 103

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 90.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.032 – Ampliação e Manutenção do Sistema Municipal de Água.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 110

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 127

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 13.730,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

Modalidade

de Aplicação: 339300 – 02

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.010 – Aquisição de Máquinas para Ampliação da Patrulha Mecanizada.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 73

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 118.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.031 – Manutenção da Coleta de Lixo, Limpeza Público e Esgoto.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 107

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.031 – Manutenção da Coleta de Lixo, Limpeza Público e Esgoto.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 108

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 15.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.009 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 01

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 8.730,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.028 – Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 04

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretária Municipal de Administração Fazenda e Planejamento

DECRETO N° 719/2017

Publicação N° 1412735

DECRETO N° 719/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde do Servidor Municipal, Sr. ERNA DOMBROVSKI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, Matrícula nº 1341003, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 25/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 26 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 263/2017

Publicação Nº 1412402

DECRETO N. 263, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

"DÁ DESTINAÇÃO FINAL DE CARÇAÇAS DE PNEUS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA".

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 94, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a administração atual ao assumir a gestão deparou-se com situação crítica nos pneus dos veículos e máquinas, onde proporcionou durante estes 10 (dez) meses passados, a necessidade de substituição de praticamente todos os pneus;

CONSIDERANDO que diante disso formou-se um quantitativo razoável de carcaças de pneus na garagem da Secretaria de Transportes e Obras, consideradas inservíveis para a administração;

CONSIDERANDO que as carcaças dos pneus não se enquadram nos bens passíveis de incorporação, nos termos do art. 116 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que nos termos da legislação vigente, há necessidade de dar destinação final adequada nas carcaças de pneus, visando assim evitar problemas indiretos com a saúde pública e com o meio ambiente; e

CONSIDERANDO por derradeiro, que a destinação abaixo proposta possui total interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam doadas todas as carcaças de pneus consideradas inservíveis para a administração municipal de Coronel Martins para a APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Coronel Martins.

Parágrafo único: As carcaças ora doadas totalizam 96 (noventa e seis) carcaças, conforme discriminado na tabela abaixo:

QUANTIDADE	ARO	MODELO	TOTAL
16 (dezesesseis) pneus	15	185/65	
13 (treze) pneus	14	175/70	
01 (um) pneus	14	185/65	
05 (cinco) pneus	13	175/70	
01 (um) pneus	21 -moto	80/90	
05 (cinco) pneus	15	195/60	
03 (três) pneus	16	205/55	
07 (sete) pneus	16	205/75	
02 (dois) pneus	16	205/65	
01 (um) pneus	16	700/16	
03 (três) pneus	17	205/75	
02 (dois) pneus	16	225/65	
06 (seis) pneus	17	215/75	
02 (dois) pneus	-	12/16	
09 (nove) pneus	-	1000/20	
10 (dez) pneus	-	14/24	
01 (um) pneus	-	09/17,5	
02 (dois) pneus	-	17,5/25	
04 (quatro) pneus	-	19,5/24	
03 (três) pneus	18	125/80	
TOTAL			96 (noventa e seis) carcaças

Art. 2º. Fica a APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Coronel Martins a partir desta data responsável pela destinação final das carcaças, seja através de comercialização ou outra conveniente, nos termos da legislação aplicável à matéria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins (SC) em 26 de outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 699/2017

Publicação Nº 1411752

LEI Nº 699, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS SC A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA/ FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina; Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina/Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros, para fins de repasse do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), provenientes de conta bancária denominada Prefeitura/Convênio Corpo de Bombeiros Militar, cujo valor será destinado para auxiliar na aquisição de carroceria, para o Ford Cargo 1729, chassi 9BFYEA8E1JBL66054, que será doado ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para uso operacional da unidade da Organização Bombeiro Militar - OBM de São Domingos e região, visando à realização das atividades de combate a incêndio e salvamento.

Parágrafo único. Caberá ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, complementar o valor e realizar o devido processo licitatório para a aquisição de carroceria, bem como proceder à aplicação dos recursos em conformidade com a presente Lei, demais dispositivos legais aplicáveis à espécie e a respectiva prestação de constas.

Art. 2º. Em contrapartida ao repasse e convênio de que trata a presente Lei, deverá o veículo de que trata o art. 1º desta Lei ser destinado e permanecer na realização das atividades combate a incêndio e salvamento.

Art. 3º - Para fins de repasse do recurso de que trata o art. 1º fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de crédito adicional especial na seguinte programação de despesa:

Órgão: 05.00 – Secret. Munic. De Transportes Obras e Serviço Público

Funcional 06.182.0063

Projeto/Atividade: 2.055 – Manutenção do Fundo Munic. Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 3330.00.00.00.00.00 – Transferência a Estados e ao Distrito Federal: R\$ 15.000,00.

Art. 4º - Para abertura do crédito especial de que trata o art. 3º fica anulada na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito

Funcional 04.122.0003

Projeto/Atividade: 2002 – Manut. Das Ativ. Do Gabinete do Prefeito e Vice

Modalidade de Aplicação: 3390.00.00.00.00.00 – 2 - Aplicações Diretas:
R\$ 15.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 24 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2017

Publicação Nº 1412270

Resolução CMAS Nº 08/2017.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira do Sistema Único de Assistência Social, exercício de 2016 do Município de Coronel Martins/SC.

Considerando a responsabilidade do CMAS no processo de fiscalização da aplicação dos recursos oriundos do Governo Federal no repasse fundo a fundo;

Considerando que o controle social é uma forma democrática de atuação na gestão da Política de Assistência Social;

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Coronel Martins – SC, em reunião realizada na data 25/10/2017, no uso de sua competência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira dos Serviços/Programas/Projetos, do IGD SUAS - Sistema Único de Assistência Social e do IGD Bolsa Família sendo: Serviços da Proteção Social Básica (CRAS e SCFV), Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, Programas/Projetos (Aprimora Rede e BPC na Escola), do IGD Bolsa Família e do IGD SUAS - Sistema Único de Assistência Social, referente o exercício de 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, 25 de Outubro de 2017.

Carmelinda Biazin Gaio

Presidente do CMAS

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017 – PROCESSO 15/2017 FMS**

Publicação Nº 1411998

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2017 – FMS

No dia 25 do mês de outubro do ano de 2017, compareceram de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr. CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2017 FMS, Processo Licitatório nº. 15/2017 FMS, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a): REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue o vencedor do certame:

Nome da Empresa CNPJ
RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME, 14.220.183/0001-65

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	PERSIANA VERTICAL EM PVC RIGIDO	174	M²	50,90	8.856,60

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro

menor preço por item e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2017, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuáries.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuáries:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Entrega, em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

Dotações: 12.02.2.077.3.3.90.00.00.00.00.1064 3.3.90.52.87.00.00.00 (37)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor.

Correia Pinto 25 de Outubro de 2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Celso Rogerio Alves Ribeiro
Prefeito

Empresa:

RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME
Detentora Da Ata

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 15/2017 FMS

Publicação Nº 1411983

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2017 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento do item nº 01 com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 15/2017 – FMS e seus anexos.

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	PERSIANA VERTICAL EM PVC RIGIDO	174	M²	50,90	8.856,60

Instrumento: Contrato nº 0843/2017 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME, CNPJ 14.220.183/0001-65
Item: 01
VALOR TOTAL: R\$ 8.856,60

Vigência: 25/10/2017 á 31/12/2017
CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 47/2017 PMCP

Publicação Nº 1411963

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 47/2017
TOMADA DE PREÇOS
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0844/2017

Objeto: Empreitada por preço global, no regime de execução indireta, com fornecimento de material e mão de obra, para: REFORMA DA COBERTURA DA CRECHE PINGO DE GENTE. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
ANGELO IRINEU DE BARROS LOURENÇO ME, CNPJ 27.074.994/0001-47.

Processo Licitatório nº 47/2017 – Tomada de Preços

Valor total: R\$ 8.647,68 (Oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: 60 dias a contar da assinatura.

Correia Pinto/SC 26 de agosto de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 48/2017 PMCP

Publicação Nº 1411948

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 48/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 833594/2016, PROCESSO 1033709-99/2016 PRODESA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
AGROPRACTA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP, CNPJ 20.963.380/0001-77
Instrumento: Contrato nº 0838/2017 PMCP
Valor total fornecedor: R\$ 28.260,00

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP, CNPJ 06.161.649/0001-70
Instrumento: Contrato nº 0839/2017 PMCP
Valor total fornecedor: R\$ 26.780,00

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
MÁRCIO MARCELO ZIMMERMANN E CIA LTDA, CNPJ 10.839.707/0001-40
Instrumento: Contrato nº 0840/2017 FMEC
Valor total fornecedor: R\$ 24.880,00

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
METALÚRGICA FREITAS LTDA EPP, CNPJ 05.852.250/0001-03
Instrumento: Contrato nº 0841/2017 PMCP
Valor total fornecedor: R\$ 15.390,00

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
NILO MEURER EPP, CNPJ 24.735.598/0001-25
Instrumento: Contrato nº 0842/2017 PMCP
Valor total fornecedor: R\$ 22.445,00

TOTAL GERAL PROCESSO: R\$ 117.755,00

Vigência: 25/10/2017 à 31/12/2017

Correia Pinto/SC 25 de outubro de 2017.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4384/17

Publicação Nº 1411823

PORTARIA Nº 4384/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 048/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 048/17, o senhor EVERALDO MOKWA, matrícula funcional nº 1547101, ocupante do cargo de Secretário de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA KOMATSU, PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS KOMATSU 160 E 130 DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4385/17

Publicação Nº 1411824

PORTARIA Nº 4385/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 049/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 049/17, o senhor EVERALDO MOKWA, matrícula funcional nº 1547101, ocupante do cargo de Secretário de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA CAT, PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO OBRA PARA MANUTENÇÃO DA TRANSMISSÃO DA PATROLA 120K, QUE COMPÕE A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4387/17

Publicação Nº 1411825

PORTARIA Nº 4387/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 051/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 051/17, o senhor JULIANO MILLNITZ, matrícula funcional nº

1547001, ocupante do cargo de Secretário de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, Lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFLETORES DE LED 240W PARA INSTALAÇÃO NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES WILLY GERMANO GESSNER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4388/17

Publicação Nº 1411826

PORTARIA Nº 4388/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 052/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 052/17, o senhor EVERALDO MOKWA, matrícula funcional nº 1547101, ocupante do cargo de Secretário de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA DA MARCA IVECO, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA O VEÍCULO MODELO 7700-DAILY 70C17 CD AR 4350 DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a

competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4389/17

Publicação Nº 1411827

PORTARIA Nº 4389/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 053/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 053/17, a senhora WALDILEIA LIGIA SCHULTZ KLITZKE, matrícula funcional nº 623101, ocupante do cargo de Farmacêutica, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 19 de maio de 2017, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4390/17

Publicação Nº 1411829

PORTARIA Nº 4390/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 054/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 054/17, o senhor CLAUDIO SIDNEI DE SIQUEIRA, matrícula funcional nº 1546801, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEFESA CIVIL, Lotado no GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CORTE TÁBUA COM REGUÁ DE 6 METROS, MOTOPODA E MOTOSERRA, PARA USO DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4392/17

Publicação Nº 1411830

PORTARIA Nº 4392/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 056/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 056/17, a senhora ROSELI SIEWERT, matrícula funcional nº 960003, ocupante do cargo de ASSESSOR DE CULTURA, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo objeto do contrato visa a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de atualização cadastral e mapeamento de dano, bem como adequações na proposta de intervenções e da planilha de quantitativos e custos das obras de recuperação das antigas edificações de interesse do Município de Corupá, visando encaminhamentos para captação de recursos para restauração dos seguintes imóveis, Complexo Bauemle, composto por 04 edificações antigas e a antiga Escola do Rio Novo.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4393/17

Publicação Nº 1411832

PORTARIA Nº 4393/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 057/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei

Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 057/17, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de ÓLEO DIESEL PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4394/17

Publicação Nº 1411833

PORTARIA Nº 4394/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 058/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 058/17, o senhor PAULO CESAR RUTHES, matrícula funcional nº 871901, ocupante do cargo de TECNICO AGRICOLA, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato visa o Locação de espaço para a realização da 5ª FECAPLANT – FEIRA CATARINENSE DE PLANTAS ORNAMENTAIS E XVII FORUM CATARINENSES DE FLORICULTURA, sendo os espaços locados o teatro Anchieta, a quadra coberta e banheiros e o pavilhão com as mesas e bancos.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4395/17

Publicação Nº 1411834

PORTARIA Nº 4395/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 059/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 059/17, o senhor PAULO CESAR RUTHES, matrícula funcional nº 871901, ocupante do cargo de TECNICO AGRICOLA, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato visa o Contratação de empresa especializada para a divulgação da 5ª FECAPLANT – FEIRA CATARINENSE DE PLANTAS ORNAMENTAIS E XVII FÓRUM CATARINENSE DE FLORICULTURA, em meio televisivo, com no mínimo 15 inserções de 30 segundos em horário das 07h30min às 19h00min.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 07 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4396/17

Publicação Nº 1411835

PORTARIA Nº 4396/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 060/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 060/17, o senhor EVERALDO MOKWA, matrícula funcional nº 1547101, ocupante do cargo de Secretário de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica nos veículos leves e pesados e máquinas da frota Municipal, com fornecimento não exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro (guincho), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4397/17

Publicação Nº 1411836

PORTARIA Nº 4397/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 061/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 061/17, a senhora ANDREIA MIOTTO, matrícula funcional nº 1547501, ocupante do cargo de GERENTE DIVISAO DE FROTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica nos veículos e máquinas da Frota Municipal, compreendendo: elétrica e lanternagem em geral, com fornecimento não exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro (guincho), conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I.

Art. 2º - Atribui a servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4398/17

Publicação Nº 1411837

PORTARIA Nº 4398/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 062/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei

Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 062/17, a senhora GIOVANA PORNER ODVAZNY, matrícula funcional nº 15321-02, ocupante do cargo de Coordenadora Equipe Saúde da Família, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, PARA UTILIZAÇÃO MOBILIÁRIA EM MORADIA DE PROFISSIONAL DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4399/17

Publicação Nº 1411838

PORTARIA Nº 4399/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 063/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 063/17, a senhora JUSSARA DE CARVALHO, matrícula funcional nº 1553001, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Assistência Social, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a contratação de profissional especializada para a realização de palestra sobre as relações humanas, relacionamento conjugal e fortalecimento de vínculos em evento para as famílias referenciadas pelo CRAS do município.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4400/17

Publicação Nº 1411840

PORTARIA Nº 4400/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 064, 067, 069, 070 E 071/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 064, 067, 069, 070 e 071/17, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE REMANUFATURAS DE TONER E CARTUCHOS DE TINTA PARA USO NOS PERIFÉRICOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de junho de 2017, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4401/17

Publicação Nº 1411842

PORTARIA Nº 4401/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 065/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 065/17, a senhora ROSELI SIEWERT, matrícula funcional nº 960003, ocupante do cargo de ASSESSOR DE CULTURA, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo objeto do contrato visa a contratação de Banda com montagem de equipamentos e de som e iluminação para a realização de baile no dia 24 de junho de 2017 no Salão da Paroquia São José em comemoração as festividades dos 120 anos de fundação do Município de Corupá.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4402/17

Publicação Nº 1411843

PORTARIA Nº 4402/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 066/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 066/17, a senhora ROSELI SIEWERT, matrícula funcional nº 960003, ocupante do cargo de ASSESSOR DE CULTURA, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo objeto do contrato visa a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança para trabalhar no evento realizado no dia 24 de junho de 2017 no Salão da Paroquia São José em comemoração as festividades dos 120 anos do Município de Corupá.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4403/17

Publicação Nº 1411844

PORTARIA Nº 4403/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 068/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº

068/17, a senhora ÁUREA JOELMA ARENDARTCHUK, matrícula funcional nº 1547402, ocupante do cargo de DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, Lotada no GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, cujo objeto do contrato visa a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de divulgação de revista especial em comemoração aos 120 anos de fundação do Município de Corupá com capa e matéria especial de 20 páginas sobre o município, com circulação em Corupá e região.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4404/17

Publicação Nº 1411845

PORTARIA Nº 4404/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 073/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 073/17, a senhora JUSSARA DE CARVALHO, matrícula funcional nº 1553001, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Assistência Social, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a Contratação de profissional, para ministração de palestra a ser realizada na Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Corupá.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores

em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4405/17

Publicação Nº 1411846

PORTARIA Nº 4405/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 074/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 074/17, o senhor DORILDO LEITHOLDT, matrícula funcional nº 1552201, ocupante do cargo de CHEFE DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MADEIRAS PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES LOCALIZADAS NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE CORUPÁ, conforme especificações do Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4406/17

Publicação Nº 1411847

PORTARIA Nº 4406/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 075 E 076/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 075 e 076/17, o senhor DORILDO LEITHOLDT, matrícula funcional nº 1552201, ocupante do cargo de CHEFE DIVISÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de TINTAS E ACESSÓRIOS DE PINTURA, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência do Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4407/17

Publicação Nº 1411848

PORTARIA Nº 4407/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 077/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 077/17, o senhor EVERALDO MOKWA, matrícula funcional nº 1547101, ocupante do cargo de Secretario de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hora de torno, fresa e reparo hidráulico para os veículos leves e pesados e máquinas da Frota Municipal, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4408/17

Publicação Nº 1411850

PORTARIA Nº 4408/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 078/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 078/17, a senhora ANDREIA MIOTTO, matrícula funcional nº 1547501, ocupante do cargo de GERENTE DIVISAO DE FROTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica de ar condicionado nos veículos leves e pesados e máquinas da frota Municipal, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui a servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 29 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4409/17

Publicação Nº 1411851

PORTARIA Nº 4409/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 079/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 079/17, o senhor EVERALDO MOKWA, matrícula funcional nº 1547101, ocupante do cargo de Secretário de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS COM CAUQ E LOMBADAS TIPO II COM FORNECIMENTO DE PINTURA DE FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E PLACA REFLETIVA DE SINALIZAÇÃO PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender

necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 30 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4410/17

Publicação Nº 1411853

PORTARIA Nº 4410/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 080, 081, e 082/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 080, 081 e 082/17, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL e DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 29 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março

de 2009.

PORTARIA Nº 4411/17

Publicação Nº 1411856

PORTARIA Nº 4411/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 083/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 083/17, a senhora GIOVANA PORNER ODVAZNY, matrícula funcional nº 15321-02, ocupante do cargo de Coordenadora Equipe Saúde da Família, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a Locação de (01) um apartamento localizado na Av. Getúlio Vargas nº 548, apartamento nº 10, Edifício Bella Flor, com 125 m², destinado para acomodação da médica a Sra. Maryany Durand Cobas participante do Programa "Mais Médicos Para o Brasil" instituído pela Medida Provisória nº 621 de 08 de julho de 2013, e conforme a Lei Municipal nº 2135/13 de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4412/17

Publicação Nº 1411858

PORTARIA Nº 4412/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 084/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de

conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 084/17, a senhora ROSELI SIEWERT, matrícula funcional nº 960003, ocupante do cargo de ASSESSOR DE CULTURA, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo objeto do contrato visa a contratação de empresa especializada para confecção de 100 formas de cuca de banana, para montagem da cuca de 120 metros que será servida aos munícipes no dia 02 de julho de 2017 após o desfile de comemoração as festividades dos 120 anos de fundação do Município de Corupá.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 29 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de julho de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4413/17

Publicação Nº 1411859

PORTARIA Nº 4413/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 090/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 090/17, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (café, açúcar, filtro, adoçante, chá e água mineral), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência do Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
07 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
12 de julho de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 4414/17

Publicação Nº 1411862

PORTARIA Nº 4414/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 091/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 091/17, o senhor LEONARDO FELIPE AGUIAR POERNER, matrícula funcional nº 1545801, ocupante do cargo de Técnico processamento de dados, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de Computadores e Notebooks para atender as necessidades do Município de Corupá-SC contemplado no projeto do PNAFM, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2017.

Publicação Nº 1411192

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 057/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa CP IMPORTAÇÃO LTDA – EPP.

Processo Licitatório 01745/2017, Pregão Presencial 90/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ENFEITES DESTINADOS A DECORAÇÃO NATALINA.

Empresa Proponente Vencedora:	Valor Total R\$
CP IMPORTAÇÃO LTDA – EPP-	43.248,88

Vigência: 27/10/2017 a 27/10/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 135/2017.

Publicação Nº 1410903

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0135/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO.

Processo Licitatório nº 1732/2017, Pregão n.º 89/2017.

Valor total: R\$ 31.832,00

Vigência: 27/10/2017 até 27/10/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 21-2017

Publicação Nº 1412152

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2017.

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 45/2017.

O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº01.612.116/0001-44, situado na Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí-SC, por seu Prefeito, senhor Luciano Franz e a(s) empresa(s) Faccina Dalton Equipamentos Segurança Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.584.756/0001-86, com sede na Rua Humberto de Campos, nº 836, Bairro Sagrado C. Jesus, Lages-SC, representada neste ato, por Norberto Ristow, e a empresa Pinhal Brindes e Uniformes Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 09.645.449/0001-81, com sede na Avenida Brasília, nº 2030, sala 101, Centro, Pinhalzinho-SC, representada neste ato por Gilnei Pedro Wagner, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVEM Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, conforme especificações constantes no anexo "I" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata e da fiscalização do objeto A Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da homologação do processo.

Sub cláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Fica como responsável pela fiscalização do objeto deste processo: pelos Secretários Municipais.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelas Secretarias Municipais, e seus departamentos, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ.

Sub cláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Sub cláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Sub cláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega

A Contratada obriga-se a entregar os produtos solicitados pelo Departamento de Compras do Município em até 05 (cinco) dias após

o recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento.

Os itens, objeto desta licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula Sexta - DaS condições de fornecimento

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Município de CUNHATAÍ.

Sub cláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas condições expressas no Edital de Pregão presencial Nº 45/2017.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Sub cláusula única. O Município procederá ao reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno

direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Sub cláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo responsável.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 45/2017 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de SÃO CARLOS-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CUNHATAÍ-SC, em 26 outubro de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí.

PINHAL BRINDES E UNIFORMES LTDA -ME

CNPJ Nº 09.645.449/0001-81

FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA-EPP

CNPJ Nº 04.584.756/0001-86

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 01/2017

Publicação Nº 1412090

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Edital de Notificação de Auto de Infração nº 01/2017

Fica o sujeito passivo abaixo qualificado notificado da existência de auto de infração lavrado, haja vista estar em local incerto e não sabido a promover o pagamento do crédito tributário ou apresentar defesa no prazo de 30(trinta) dias a partir da publicação do edital, de acordo com o Art. 190 da Lei Complementar 028/2002^a qual refere o Código Tributário deste Município.

O pagamento deverá ser efetuado na rede bancária autorizada, através de documento de arrecadação. O valor da penalidade aplicada será reduzido em 50% (cinquenta por cento), se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da autuação. Findo o prazo sem que o presente seja atendido, o débito será inscrito em Dívida Ativa e emitida a Certidão para Cobrança Judicial.

Nº Auto	Identificação do Contribuinte	CPF/CNPJ	Fundamento Legal Infringido	Valor
16/2017	Gilza Noronha de Gois ME	14.579.268/0001-34	Art. 130, III, alinea "b" da LC 028/2002	R\$ 730,95

Curitibanos, 26 de outubro de 2017

Francisco B. Pereira Jr
Fiscal de Tributos
Mat. 235506

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 05/2017

Publicação Nº 1412263

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Edital de Notificação de Dívida Ativa nº 05/2017

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do § 1º do Artigo 114 da Lei Complementar 028/2012 com alteração na redação conforme Lei Complementar 030/2003.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitibanos não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Número	Nome	CPF/CNPJ	Receita	Valor
875/2017	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS PRODUTORES DE ALHO - ACAPA	15.143.012/0001-42	300	R\$ 876,10
904/2017	PAULO SEGIO DE JESUS	17.899.944/0001-45	3800	R\$ 65,50
877/2017	AZELIR VICCARI - ME	17.121.753/0001-58	300	R\$ 381,30
877/2017	AZELIR VICCARI - ME	17.121.753/0001-58	400	R\$ 28,88
876/2017	SIGA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME	09.221.775/0001-61	300	R\$ 1.885,80
910/2017	TRANSPORTES CML LTDA ME	73.591.828/0001-35	300	R\$ 1.305,56
884/2017	CONSELHO COMUNITARIO CRUZEIRO DO SUL	83.678.854/0001-59	300	R\$ 1.305,56
912/2017	MV COBRANCA LTDA - ME	10.777.168/0001-61	300	R\$ 496,51
912/2017	MV COBRANCA LTDA - ME	10.777.168/0001-61	1000	R\$ 28,63
873/2017	ADENIR PEREIRA DOS SANTOS ME	85.245.678/0001-97	300	R\$ 1.305,56
914/2017	ANA CLAUDIA SANTOS DE SOUZA	16.679.160/0001-49	300	R\$ 265,61

914/2017	ANA CLAUDIA SANTOS DE SOUZA	16.679.160/0001-49	1000	R\$ 29,17
914/2017	ANA CLAUDIA SANTOS DE SOUZA	16.679.160/0001-49	3800	R\$ 41,48
903/2017	EDUARDO LEMOS SCANAGATA - ME	17.129.274/0001-88	300	R\$ 1.105,27
882/2017	CONFEC SUL LTDA	03.377.980/0001-34	300	R\$ 1.305,56
886/2017	FLAVIO FERNANDES ME	00.316.913/0001-11	300	R\$ 1.885,80
879/2017	C & V COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS E VESTUARIOS LTDA ME	14.374.392/0001-63	300	R\$ 381,30
883/2017	CREDIDEAL CORRESPONDENTE FINANCEIRO LTDA	07.546.813/0005-54	300	R\$ 1.885,80
982/2017	ADRIANA CRISTINA MACHADO	14.871.060/0001-94	300	R\$ 1.885,80
979/2017	MAJEAN INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME	04.865.536/0001-20	300	R\$ 1.305,56
981/2017	NATALINO F. DA CRUZ & CIA LTDA ME	01.904.563/0001-77	300	R\$ 1.305,56
922/2017	MARAMAD - INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA	10.437.845/0001-00	300	R\$ 4.351,89
958/2017	SIDNEI RODRIGUES DE SOUZA ME	05.333.386/0001-77	300	R\$ 262,86
958/2017	SIDNEI RODRIGUES DE SOUZA ME	05.333.386/0001-77	3800	R\$ 34,94
983/2017	KLEYTON ANTONIO FRANÇA	048.614.049-08	300	R\$ 1.055,04
983/2017	KLEYTON ANTONIO FRANÇA	048.614.049-08	400	R\$ 1.204,06
984/2017	MACHADO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMOVEIS EIRELI	10.954.745/0001-43	300	R\$ 496,51
985/2017	IVO STEDILE	105.842.509-91	100	R\$ 636,13
985/2017	IVO STEDILE	105.842.509-91	3800	R\$ 304,25
986/2017	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA	493.811.480-15	300	R\$ 525,45
986/2017	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA	493.811.480-15	400	R\$ 1.139,12
987/2017	MAURICIO FRANCISCO KUHN	044.352.189-17	300	R\$ 1.055,04
987/2017	MAURICIO FRANCISCO KUHN	044.352.189-17	400	R\$ 2.300,24
988/2017	CELIO ANGELO BAGGIO	457.007.370-00	300	R\$ 262,86
988/2017	CELIO ANGELO BAGGIO	457.007.370-00	400	R\$ 568,30
989/2017	JVS DESIGN AUTOMOTIVO LTDA - ME	18.531.043/0001-69	300	R\$ 683,43
989/2017	JVS DESIGN AUTOMOTIVO LTDA - ME	18.531.043/0001-69	3800	R\$ 175,70
990/2017	RODRIGO GUIMARAES PORATH	054.906.379-00	100	R\$ 1.148,75
991/2017	JESSICA ORTIZ DE OLIVEIRA	089.752.089-07	1000	R\$ 1.147,46
992/2017	HF INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	13.282.312/0001-87	300	R\$ 917,75
992/2017	HF INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	13.282.312/0001-87	3800	R\$ 468,00
993/2017	ROBERTA WESTPHAL ME	12.689.365/0001-54	300	R\$ 379,68
994/2017	DILSON FERNANDO A LIMA	444.850.009-82	300	R\$ 525,45
994/2017	DILSON FERNANDO A LIMA	444.850.009-82	400	R\$ 1.139,12
996/2017	MARIA DE LOURDES MARQUES DOS SANTOS	020.874.159-35	1000	R\$ 949,49
997/2017	SEBASTIÃO DA SILVA MACHADO - MADEIRAS	10.867.172/0001-10	300	R\$ 496,51
998/2017	ROBERT WILLIAN SILOCCHI ME	22.961.050/0001-78	300	R\$ 513,38
998/2017	ROBERT WILLIAN SILOCCHI ME	22.961.050/0001-78	5000	R\$ 27,84
1001/2017	LUCIANA DE FREITAS	11.520.284/0001-63	300	R\$ 379,68
1002/2017	JULIANO SERGIO LOPES ME	08.685.538/0001-99	300	R\$ 4.037,19
1003/2017	GIOVANA SANTANA DIAS - ME	17.318.226/0001-38	300	R\$ 1.496,32
1003/2017	GIOVANA SANTANA DIAS - ME	17.318.226/0001-38	1000	R\$ 28,55
1003/2017	GIOVANA SANTANA DIAS - ME	17.318.226/0001-38	3600	R\$ 584,53
1004/2017	KELLEN ALMEIDA CHIOMENTO K DA COSTA	026.688.549-70	300	R\$ 1.055,04
1004/2017	KELLEN ALMEIDA CHIOMENTO K DA COSTA	026.688.549-70	400	R\$ 2.300,24
1005/2017	C & S FLORES E DECORAÇÕES LTDA	10.762.632/0001-46	300	R\$ 1.494,21
919/2017	JOAO CARLOS LAMPERT DE MEDEIROS	489.498.179-34	300	R\$ 1.055,04
919/2017	JOAO CARLOS LAMPERT DE MEDEIROS	489.498.179-34	400	R\$ 2.300,24

825/2017	ARNO KLEINSCHMIDT	não cadastrado	100	R\$ 691,80
768/2017	CLAUDENIR PEREIRA DOS SANTOS	864.609.949-00	100	R\$ 883,35
862/2017	VITALINO CAVALHEIRO	não cadastrado	100	R\$ 632,67
633/2017	PEDRO JORGE DUFLOTH ME	09.062.767/0001-10	300	R\$ 1.043,88
633/2017	PEDRO JORGE DUFLOTH ME	09.062.767/0001-10	3600	R\$ 588,19
633/2017	PEDRO JORGE DUFLOTH ME	09.062.767/0001-10	3800	R\$ 20,60
661/2017	COR E FORMA	06.859.879/0001-08	300	R\$ 1.507,84
844/2017	CLAUDIR MOTOS LTDA	08.627.706/0001-90	300	R\$ 381,94
835/2017	VALDOVINO GONCALVES DOS SANTOS	678.385.299-72	300	R\$ 583,35
835/2017	VALDOVINO GONCALVES DOS SANTOS	678.385.299-72	400	R\$ 228,89
845/2017	FRIZZONI COMERCIO E INST ELETRICAS LTDA	04.286.861/0001-39	300	R\$ 761,61
855/2017	VERONICA NUNES	528.394.949-49	300	R\$ 146,02
855/2017	VERONICA NUNES	528.394.949-49	400	R\$ 57,84
820/2017	CELDO DUARTE SILVEIRA	288.402.409-34	100	R\$ 995,03
828/2017	AUGUSTO RAMOS FONTES	657.541.909-72	100	R\$ 699,13
851/2017	JOSE DOS SANTOS	425.620.239-00	300	R\$ 145,25
851/2017	JOSE DOS SANTOS	425.620.239-00	400	R\$ 56,51

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial: 100

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço 400

Receitas Diversas: 1000

Taxas Corpo de Bombeiros Militar 3800

Taxas Vigilância Sanitária 3600

Taxa Protocolo 5000

Curitibanos (SC), 26 de outubro de 2017

Francisco B. Pereira Jr

Fiscal de Tributos

DECRETO Nº 4.824/2016

Publicação Nº 1412118

DECRETO Nº 4.824/2016

ATUALIZA VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO – UFM.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 da Lei Complementar nº 028/2002 - Código Tributário Municipal

DECRETA

Art. 1º - Fica fixada em R\$ 48,73 (quarenta e oito reais, setenta e três centavos) o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, para o exercício de 2017, conforme índice de reajuste do IPCA no percentual de 6.9875 %, na forma determinada pelo § 1º do artigo 396 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 84/2017

Publicação Nº 1412701

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 84/2017**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.754.044/0001-34, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde, Altamir Carvalho Goetten, doravante denominado simplesmente de Fundo:

- Considerando, a necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde (artigo 24, da Lei nº 8.080/90), no município de Curitiba;
- Considerando, o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;
- Considerando, a Lei nº 8.666, de 21/06/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Considerando a Portaria MS/GM nº. 3.277, de 22 de dezembro de 2006 que prevê a complementaridade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus Art. 3º e 6º;

Promove Edital de Chamada Pública para a possível contratação de entidades Privadas, Filantrópicas com ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, sediadas no município de Curitiba, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, sob a regulamentação que segue:

1 – DO OBJETO**1.1 - O objeto deste Edital é:**

A realização de procedimentos de exames clínicos com finalidade diagnóstica e consultas de especialidades médicas a fim de atender as necessidades da população de Curitiba durante o ano de 2017 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Serão admitidas a participar deste procedimento, as empresas de comprovada capacidade técnica e estabelecidas conforme as normas legais aplicadas à espécie para os fins do objeto referido no presente Edital.

2.2 – Será vedada a participação de empresas quando:

- a) Constituídas na forma de consórcio;
- b) Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública federal, estadual, municipal ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração pública acima referida;
- c) Detenha objeto social diverso do deste Edital.
- d) Estabelecida no município de Curitiba – SC;

3 – CONDIÇÕES PARA ADESAO E CREDENCIAMENTO

3.1 – Para o Credenciamento dos interessados, instalados dentro da área de abrangência do município, deverão apresentar a seguinte documentação:

3.2 - Quanto à qualificação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- e) Certificado de Registro Cadastral fornecido pelo Município;
- f) Ficha CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – da Empresa.

3.3 - Quanto à regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através de Certidão (CND) expedida pela Fazenda do município.
- e) Certidão Negativa de Débitos (CND) Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho..

3.4 - Quando a qualificação técnica:

- a) carta de apresentação onde conste a razão social da empresa, o local, o horário e os dias da semana que será oferecido o atendimento, bem como o telefone, fac-símile e e-mail para contato, devendo conter, nesta carta, o nome e a assinatura do responsável pelo Contrato;
- b) relação dos serviços que se propõe a realizar, de acordo com os itens constantes do Objeto, Cláusula Primeira deste Edital, contendo a descrição e o valor do procedimento;
- c) relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, anexando cópia dos diplomas e títulos de especialidade e cópia dos registros profissionais nos respectivos Conselhos Estaduais, quando houver;
- d) Cópia da Licença Sanitária, em vigência;

3.5 - Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

4 – DOS VALORES E CRITÉRIO DE REAJUSTE

4.1 - O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela de Referência apresentada no Anexo II deste Edital, e poderão sofrer reajustes anuais, contudo sempre que houver reajuste de valores os novos valores deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

5 – VIGÊNCIA E PRAZO PARA CREDENCIAMENTO

5.1 – Os interessados terão todo o prazo de vigência do Edital, que é de cinco anos, para credenciarem-se objetivando contratar com o Fundo Municipal de Saúde, e o prazo inicia-se a partir da data de publicação do resumo deste edital em Diário Oficial Eletrônico dos Municípios.

5.2 – Estarão credenciados a realizar os serviços objetos deste Edital as empresas ou profissionais que apresentarem corretamente a documentação exigida.

6 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES

6.1 – Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais do estabelecimento credenciado apresentados na documentação para credenciamento, devidamente qualificados tecnicamente;

6.2 – Os profissionais credenciados deverão utilizar com os pacientes encaminhados por esta Secretaria os documentos do SUS como receituário médico e demais formulários que serão disponibilizados pela mesma.

6.3 – A documentação inerente aos atendimentos deverá ser entregue no Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, devendo conter anexas as Autorizações emitidas pelo Fundo para a realização do respectivo atendimento, comprovantes de atendimento carimbados e assinados pelo profissional, bem como, relatório conforme modelo apresentado no anexo IV deste edital.

6.4 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do credenciamento;

6.5 – O pagamento será efetuado até o final do mês subsequente ao da realização dos serviços, sem que haja incidência de juros ou correção monetária, mediante apresentação tempestiva da documentação exigida.

6.6 – O contratado não poderá cobrar do paciente ou de seu responsável, qualquer complementação de valores dos serviços prestados;

6.7 – É de responsabilidade exclusiva e integral do Contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Fundo;

6.8 – Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos de contrato de prestação de serviços na forma da minuta de Contrato que faz parte deste Edital. (ANEXO I).

7 – DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

7.1 – São motivos para descredenciamento da empresa credenciada:

- a) falta de manutenção dos documentos habilitação, quando exigido, nos termos deste instrumento;
- b) a prática de ato irregular ou a omissão na prestação do serviço conforme o estabelecido neste Edital;
- c) cobrança extra do serviço (item 6.5 do Edital);
- d) avaliação insuficiente dos usuários do serviço.
- e) avaliação insuficiente da Equipe de Controle e Avaliação – ECA do município.

8 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 – Os Contratos decorrentes do presente Edital poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2017 e seguintes e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	06 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	06.01 – Fundo Municipal de Saúde
Elemento	3.3.90.39.50 – Serviços Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratorial
Elemento	3.3.90.36.30 – Serviços Médicos e Odontológicos

11 – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar do Contrato decorrente deste Edital de Chamada Pública, fica eleito o foro de Curitiba, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12 – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

12.1 – Aplicam-se a execução deste instrumento e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

12.2 – Outras informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, sito à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Setor de Licitações. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de Outubro de 2017.

Diego Sebem Wordell

Presidente da CPL

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Municipal de Saúde

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.
Curitiba, 26 de Outubro de 2017.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2017 – FMS**

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/201X

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.754.044/0001-34, representado neste ato pela Secretário de Saúde, Altamir carvalho Goetten, doravante denominado FUNDO e, de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica/física de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ/CPF sob o nº [...], doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 3277, de 22/12/2006, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública nº 84/2017; RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O objeto deste Contrato é:

A realização de procedimentos de exames clínicos com finalidade diagnóstica e consultas de especialidades médicas a fim de atender as necessidades da população de Curitiba durante o ano de 2017 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços objeto do presente contrato serão prestados no [...local e horário indicado na carta de apresentação....], para atendimento dos pacientes encaminhados pelo FUNDO devidamente autorizados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado até o final do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante a apresentação de toda a documentação exigida.

§ 1º - A documentação inerente aos serviços objeto deste contrato deverá ser entregue no FUNDO, devendo conter anexas as Autorizações do FUNDO para a realização do respectivo serviço, comprovantes de atendimento carimbados e assinados pelo profissional, bem como, relatório de acordo com o padrão estabelecido pelo FUNDO.

§ 2º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do credenciamento.

§ 3º - A contratada não poderá cobrar do paciente ou seu responsável, qualquer complementação de valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.

§ 4º - O pagamento será efetuado diretamente na conta corrente informada pela credenciada, após conferência da Equipe de Controle e Avaliação – ECA do município, considerando as retenções legais.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 201X.

Órgão	06 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	06.01 – Fundo Municipal de Saúde
Elemento	3.3.90.39.50 – Serviços Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratorial
Elemento	3.3.90.36.30 – Serviços Médicos e Odontológicos

CLÁUSULA QUINTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela de Referência apresentada no Anexo II deste Edital, e poderão sofrer reajustes anuais, contudo sempre que houver reajuste de valores os novos valores deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DAS HIPÓTESES DE DESCREDECIMENTO DA CONTRATADA

6.1 – São motivos para descredenciamento da CONTRATADA:

- a) a falta de manutenção dos documentos de habilitação nos termos do Edital;
- b) a prática de ato irregular ou omissão na prestação do serviço especificados neste Edital;
- c) cobrança extra do serviço (item 6.5 do Edital);
- d) avaliação insuficiente dos usuários do serviço;
- e) avaliação insuficiente da Equipe de Controle e Avaliação – ECA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o FUNDO pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.

8.2 - Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1 – O presente Contrato terá vigência no exercício de 201X. O início da sua execução dar-se-á a partir da assinatura do contrato, com duração até 31 de dezembro de 201X, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos conforme autoriza o Artigo 57 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 – A fiscalização deste contrato fica atribuída à Equipe de Controle e Avaliação – ECA do município, devendo a contratada disponibilizar a documentação solicitada e executar as demais instruções da ECA inerentes a este contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 – Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

11.2 – Conceder 01 (um) retorno para cada consulta realizada;

11.3 – Manter sempre atualizado o cadastro do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), informando sempre que houver alterações de ordem estrutura e/ou do quadro funcional;

11.4 – Atender aos pacientes com dignidade e respeito, do modo universal e igualitário, mantendo-o sempre a qualidade da prestação dos serviços;

11.5 – Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do inc. XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

11.6 – Cumprir as instruções estabelecidas pela ECA – Equipe de Controle e Avaliação do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 – É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal capacitado para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o FUNDO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 84/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Curitiba, SC, que é comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias.

Curitiba, de de 201X.

Fundo Municipal de Saúde – FMS Altamir Carvalho Goetten Contratante	Representante Legal Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nºs. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 2017,
Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 84/2017 – FMS

ANEXO II – Tabela de Procedimentos e Consultas

Item	Descrição do Procedimento	R\$
1	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta pré-cirúrgica; - Consulta pré-anestésica; - Tonometrias; - Mapeamento de retinas monocular; - Biometrias ultrassônicas monocular; - Ultrassom globo ocular monocular; - Ceratometria monocular; - Consulta pós cirúrgica; 	600,00

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 84/2017 – FMS

ANEXO III – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Nome da Empresa Credenciada
CNPJ -
Endereço:
Curitiba – SC 89.520-000

Para realizar os serviços relacionados abaixo e de acordo com o Edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 84/2017.
(Relação dos procedimentos que o credenciando se propõe a realizar conforme Tabela de Procedimentos e Consultas (anexo II), contendo a numeração e a descrição do procedimento.

Para a realização dos serviços identificados segue a relação membros que compõem a equipe Técnica:

Nº CRM	Nome do Profissional

A(contratada)... se disponibiliza a atender aos pacientes devidamente encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde de Curitiba mediante agendamento prévio, na sua clínica médica, sito a ...(endereço completo), durante o horário(horário de atendimento)....

Curitiba, 2017, data.

_____ (Assin. Do Resp. pelo Contrato) _____

Nome da Empresa Credenciada
CNPJ -
Endereço:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 84/2017 – FMS

ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO DA PRODUÇÃO A SER ANEXADO À NOTA FISCAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO PERÍODO

Relatório das Consultas na Área de _____ - DR(a) _____/Exames Clínica/Laboratório _____
Mês de _____/201X

Data	Paciente	Exame/Consulta	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

[illegible]

Assinatura do Médico - CRM/Responsável
Nome Empresa Credenciada
CNPJ Empresa Credenciada

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 229/2017

Publicação Nº 1412191

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 229/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 20/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 21/11/2017, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.gov.br.

Curitiba, 25 de Outubro de 2017.

Carilabários, 25 de
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 230/2017

Publicação Nº 1412092

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 230/2017

REFERENTE: Contratos de compra e venda firmados entre o Município de Curitiba e a empresa PARMATEL INDUSTRIA DE TELAS LTDA, com o valor de R\$ 7.556,85.

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇO PARA COLOCAÇÃO NO MURO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO Nº 192/2017 NAS ABERTURAS, DIAS 09/10/2017 E 24/10/2017, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO, MANTENDO TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL, CONFORME ARTIGO 24 INCISO V DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

“V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 25 de outubro de 2017.

Diego Seber Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva Paula Juliana Lima Martins

Membro Membro

Roberto Carlos da Silva

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitiba, 25 de outubro de 2017

Herlon Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 25 de outubro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017

Publicação Nº 1412673

REPUBLICAÇÃO**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017**

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PERSIANAS INSTALADAS PARA USO NA SECRETARIA DA HABITAÇÃO.

CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL E DOCUMENTAÇÃO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 09/11/2017. A partir das 09:00 horas do dia 10/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br. Curitiba, 26 de Outubro de 2017.

Marcio Damiani Poletto

Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2017

Publicação Nº 1412122

REPUBLICAÇÃO**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2017**

O Fundo Municipal de Saúde, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DO TFD DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 14:00 horas do dia 13/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 13/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br. Curitiba, 26 de Outubro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten

Presidente do Fundo

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR 19/2017

Publicação Nº 1412671

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2017 - PR
	Processo Administrativo: 34/2017 Processo de Licitação: 34/2017 Data do Processo: 03/10/2017

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 19/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 26 de Outubro de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 267/2017, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 34/2017, Licitação nº. 34/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- CONFORME PARECER TÉCNICO EMITIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, TODAS AS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME APRESENTARAM AMOSTRAS NO APRAZADO, E DENTRO DAS CONFORMIDADES DO EDITAL, SENDO ASSIM TODAS CONSIDERADAS APTAS. SUGIRO A HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 26 de Outubro de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5748/2017

Publicação Nº 1411839

DECRETO Nº 5748/2017

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 266 DA GLEBA Nº 05, COM ÁREA DE 1.047,00 M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 266 da Gleba nº. 05, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 13.517, de propriedade de JOSE MARIA ANTUNES DE LIMA E ROSA GODIVA DE LIMA.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 266 da Gleba nº. 05, nesta cidade, com área de 1.047,00m² (um mil e quarenta e sete metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 266 (duzentos e sessenta e seis) da Gleba nº. 05, com área de 697,00m² (seiscentos e noventa e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 266-A medindo 19,13 metros;

SUL: Com Estrada Estadual, medindo 16,74 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal, medindo 40,77 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 267, medindo 37,51 metros.

b) Lote Urbano nº. 266-A (duzentos e sessenta e seis - A) da Gleba nº. 05, com área de 350,00m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 199, medindo 20,06 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 266, medindo 19,13 metros;

LESTE: Com o a Estrada Municipal, medindo 17,83 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 267, medindo 18,28 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto nº 5740/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE OUTUBRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

NORMÉLIO PERCIO
Secretário Municipal

EXTRATO PREGÃO 05/2017 - FIA

Publicação Nº 1412009

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 05/2017, Edital de Pregão Nº 05/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, PARA AS CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DA ESCOLINHA DE FUTSAL DO PROGRAMA 'RESGATANDO VIDAS' JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 10:00 horas do dia 10/11/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 68/2017 - PMDC

Publicação Nº 1412081

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 68/2017, Edital de Pregão Nº 68/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS REFERENTE AO PROERD (PROGRAMA DE RESISTENCIA AS DROGAS), PARA AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 13/11/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56-2017 - CONTRATOS 52 A 54 - PMDC

Publicação Nº 1412060

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 052-2017 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: LUCIMAR T. B. DICKEL

Valor : 12.800,00 (doze mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 56/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE nº 025/2012, Resolução/CD/FNDE nº 26/2013
Dionísio Cerqueira, 26 de Outubro de 2017

Contrato Nº.: 053-2017 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: ALCIRIO KOLLENBERGER
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 56/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE nº 025/2012, Resolução/CD/FNDE nº 26/2013
Dionísio Cerqueira, 26 de Outubro de 2017

Contrato Nº.: 054-2017 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: MARCELO ADELICIO ROOS
Valor : 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 56/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, CONFORME LEI FEDERAL 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE nº 025/2012, Resolução/CD/FNDE nº 26/2013
Dionísio Cerqueira, 26 de Outubro de 2017

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2017

Publicação Nº 1412022

EMENDA MODIFICATIVA nº 01/2017

O Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 163, Parágrafo Único, V, do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 07/2017 – que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências”.

EMENDA MODIFICATIVA:

☐ O Inciso III do Artigo 8º do Projeto de Lei nº 07/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;”.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda pretende restabelecer o limite de 10% da despesa fixada, adotado por esta Casa Legislativa para abertura de crédito adicional suplementar nas Leis de Diretrizes Orçamentárias desde 2015, conforme constam das Leis nº 860/2015 e 869/2016.

Com efeito, na tramitação dos processos legislativos das Diretrizes Orçamentária e do próprio Orçamento-Programa anual, esta Casa Legislativa tem asseverado a necessidade de considerar que 10% (dez por cento) da despesa fixada (atualmente em torno de R\$ 1.810.640,00) compreende um valor razoável para mudança orçamentária sem a necessidade de controle prévio desta Câmara.

Por outro lado, a Exposição de Motivos da proposição para LDO 2018 não traz nenhum elemento informativo quanto ao percentual final efetivamente utilizado neste e noutros exercícios e nem qualquer justificativa para necessidade de majoração do limite para 50% no próximo exercício financeiro.

Além disso, a retomada do limite de 10% da despesa fixada para abertura de crédito especial suplementar em nada prejudica a Administração Municipal, pois não está comprovado a necessidade de um limite maior, sem considerar os riscos para melhoria do planejamento orçamentário e a responsabilidade na gestão fiscal.

Por fim, de se considerar também que esta Casa Legislativa tem dado especial atenção ao trâmite dos projetos de anulação e suplementação, razão pela qual não se justifica a previsão de um limite superior a 10% da despesa fixada para abertura de crédito adicional suplementar.

Doutor Pedrinho – SC, 16 de outubro de 2017.

Luiz Henrique Stollmeier
Vereador

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Publicação Nº 1412028

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 08/2017

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

A proposição veio sob nº 006/2017 sem atentar pela tramitação de duas proposições de iniciativa parlamentar, de forma que deve ser renumerada para Projeto de Lei nº 008/2017.

Assim, recebida e distribuída a proposição, cabe manifestação desta Comissão Permanente quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

Neste sentido, registra-se que o artigo 241 da Constituição Federal já estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”.

Em complemento, temos a Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005, que “Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, e que foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.017, de 17/01/2017 (Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos).

Por seu turno, nossa Lei Orgânica Municipal trata em seu artigo 16, XVI, como atribuição da Câmara Municipal autorizar consórcio com outros Municípios.

Com efeito, referidos Diplomas Legais fundamentam a possibilidade jurídica da proposição em análise.

Ademais, a Exposição de Motivo informa que o Projeto de Lei busca ratificar as alterações promovidas no Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado “CIGA”, e em especial no seu Contrato de Consórcio Público (consolidado no Anexo I da proposição), considerando-se que o Município aderiu ao mesmo através da Lei nº 784, de 2011.

Logo, trata-se de questão necessária para validar as alterações promovidas pelas assembleias de Prefeitos dos Municípios consorciados ao longo destes anos de existência do Consórcio Público, possibilitando-se a regularidade de sua atuação e a continuidade de seus serviços.

Assim sendo, em que pese a possibilidade de discussão a respeito da hierarquia de lei necessária para esta providência, não existe óbice para análise do mérito da proposição.

Pelo exposto, recomendamos que o presente Projeto de Lei seja submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição,

Justiça e Redação.

Submete-se ao Plenário.

Doutor Pedrinho - SC, 17 de outubro de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho
Presidente

Américo Nones
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

**PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Publicação Nº 1412020

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 07/2017

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências.

A proposição veio sob nº 005/2017, sem atentar pela tramitação de duas proposições de iniciativa parlamentar, de forma que deve ser renumerada para Projeto de Lei nº 007/2017.

Ademais, recebida a proposição nesta Comissão Permanente cabe manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

Neste contexto, a matéria é tratada nos artigos 165 e seguintes da Constituição Federal, bem como na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Deste modo, atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade, passamos a análise de mérito, tanto da proposição quanto de sua Emenda Modificativa nº 01/2017 apresentada por alguns parlamentares.

Com efeito, a matéria traz as metas e prioridades do Plano Pluri Anual que a Administração Municipal pretende considerar no próximo orçamento-programa, em consonância com a Lei, e tramita com a Emenda Modificativa nº 01/2017 que pretende alterar a redação do Inciso III do art. 8º para limitar a abertura de crédito adicional suplementar ao percentual de 10% do total da despesa fixada, em substituição ao percentual de 50% previsto originalmente na proposição.

Registra-se que o percentual proposto na Emenda de iniciativa parlamentar é o mesmo que consta das LDOs de 2016 e 2017 (Leis nº 860/2015 e 869/2016), e se originou em emenda desta Casa Legislativa reiterada anualmente desde a legislatura passada.

Note-se que a redução do limite para abertura de crédito especial suplementar em nada prejudica a Administração Municipal, sendo que a Exposição de Motivos da proposição não traz nenhum elemento informativo quanto ao percentual final efetivamente utilizado noutros exercícios e nem justifica a necessidade de mudança para o próximo exercício financeiro.

Deste modo, diante da situação exposta, entendemos que a Emenda Modificativa nº 01/2017, bem como o Projeto de Lei nº 07/2017 alterado, tem parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, estando aptos a deliberação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 17 de outubro de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho
Presidente

Américo Nones
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

**PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Publicação Nº 1412026

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 09/2017

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2017 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

A proposição veio protocolada sob nº 007/2017, sem atentar houve a tramitação de duas proposições de iniciativa parlamentar (PL nº 02/2017 e PL nº 03/2017), de forma que restou renumerado para Projeto de Lei nº 009/2017.

Assim, recebida e distribuída a proposição, cabe manifestação desta Comissão Permanente quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

Neste contexto, a matéria é tratada nos artigos 165 e seguintes da Constituição Federal, bem como na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

No mérito, vê-se que se trata de autorização legislativa para transposição de dotações de um Projeto/Atividade para outro, nas Unidades Orçamentárias das Secretarias Municipais de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, de Educação e Promoção Social e de Saúde e Assistência Social (Orçamento- Programa 2017 – Lei nº 875, de 2016), mediante anulação parcial ou total de outras dotações orçamentárias, notadamente para reforço de dotações para folha de pagamento (despesas de pessoal).

O Título V da Lei nº 4.320/64, em seus artigos 40 e seguintes, trata a matéria no contexto dos créditos adicionais, dando-se a competente fundamentação para o procedimento personificado nesta proposição.

Deste modo, estão atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, e, diante da situação exposta, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 17 de outubro de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho
Presidente

Américo Nones
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Publicação Nº 1412027

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2017 Altera a Lei Complementar nº 27, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e alterou a Lei Complementar nº 17, de 20 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

Trata-se de Mensagem do Poder Executivo encaminhando as razões de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2017, que atinge o Parágrafo Único do Artigo 1º da proposição, agora convertida na Lei Complementar nº 137, de 03/10/2017.

O texto do Parágrafo Único do Artigo 1º alcançado pelo veto tem a seguinte redação: "Parágrafo único – Enquadram-se no ISSQN os serviços de que trata o subitem 14.05 da Lista de Serviços, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização".

De acordo com o Processo Legislativo, tal disposição foi trazida pela Emenda Aditiva nº 01/2017 apresentada por parlamentar, visto a retomada do debate sobre o enquadramento no ISSQN para todas as atividades de que trata o item 14.05 da Lista de Serviços (Restauração, condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer) e as orientações emanadas das Fazendas Estadual e Federal sobre a tributação pelo ICMS/IPI quando as atividades correspondem a terceirização de etapas do processo produtivo (destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização).

Pretendia, a emenda, restringir, reduzir ou eliminar o conflito federativo sobre a incidência tributária e a insegurança jurídica causada aos contribuintes, em especial aos que se dedicam a facções de costura, onde a Fazenda Estadual e a própria Fazenda Nacional têm orientação pelo enquadramento destas atividades como tributadas pelo ICMS e IPI quando destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização (com enquadramento no Anexo II da LC nº 123/06).

Ressalte-se o conteúdo da solução dada a Consulta nº 33/2014 pela Comissão Permanente de Assuntos Tributários – COPAT da Fazenda Estadual de Santa Catarina, que explicita a controvérsia existente, bem como que orienta pelo afastamento da incidência do ISS nas atividades de facção.

Logo, como a proposição não dispunha originalmente de nenhum instrumento para regular este conflito, dando norte ao enquadramento tributário, foi aprovada a Emenda, sem prejuízo ao Município, pois, caso afastada a incidência do ISSQN, estaria beneficiado pelo incremento de seu movimento econômico, essencial para a definição dos índices de retorno do ICMS, ou no IPI incluído no FPM.

Ademais, sabe-se que o assunto é controvertido também nos demais municípios brasileiros, mas traz especial preocupação aqui

no médio vale do Itajaí em face de sua vocação têxtil, donde, na eminência de vigência da alteração na Lei local sem qualquer disposição que regule a incidência tributária, está se condenando os empreendedores ao aumento de custos, quer seja para fazer frente a tributação do fisco municipal ou mesmo para litigar em busca de provimento que estabeleça uma única tributação para seus serviços.

Além disso, aqui mesmo no médio vale já temos o exemplo do Município de Apiuna que aprovou a Lei Complementar nº 171/2017 com parágrafo contendo o mesmo conteúdo da matéria vetada, mas que lá foi sugerido e incluído na proposição por iniciativa do Prefeito Municipal.

No caso, a manutenção do veto obrigará o Fisco Municipal a exigir o recolhimento do ISSQN a partir de 01/01/2018 dos estabelecimentos cadastrados para as atividades de facção.

Inegável, portanto, que a manutenção do veto vai prejudicar inúmeros empregadores locais, com potencial de prejudicar o número de empregos, causar prejuízo social e acarretar a perda de competitividade na economia regional.

Entretanto, as razões de veto expressam, tão somente, que a disposição vetada estaria em confronto com o art. 146, III, "a", da Constituição Federal que assim estabelece:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

.....

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

De acordo com as razões do veto, a matéria vetada criou uma ressalva que não existe na legislação nacional, violando, assim, a competência da União para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

Note-se, contudo, que as razões de veto não incluem a análise de outras disposições de igual relevância na Carta Magna, bem como não considera o fato que a Emenda Aditiva nº 01 não trata de norma geral, mas sim de objeto muito específico.

Com efeito, a norma geral está compreendida pela Lei Complementar Federal nº 116, de 2003, e alterações, sem tratar do assunto abrangido pela proposição vetada.

Por outro lado, segundo a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

.....

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

.....

Neste sentido, entendemos que a Emenda aprovada por unanimidade pelo Poder Legislativo, que incluiu a matéria tratada nesta análise de veto, não contraria nenhuma norma geral da legislação federal, além de estar tratando especificamente de assunto de

interesse local, suplementando a legislação federal.

Desta forma, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação é de parecer favorável à rejeição do veto ao Parágrafo Único do Artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 03/2017, convertido na Lei Complementar nº 137, de 03/10/2017, mediante apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Submete-se ao Plenário.

Doutor Pedrinho - SC, 24 de outubro de 2017.
Jackson Rodrigo de Castilho Américo Nones
Presidente Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS

Publicação Nº 1412024

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 09/2017

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2017 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

A proposição pretende estabelecer autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar em dotações do Orçamento-Programa 2017 das Secretarias Municipais de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, de Educação e Promoção Social e de Saúde e Assistência Social, mediante a anulação parcial ou total de outras dotações consignadas nas mesmas Unidades Orçamentárias.

Da mesma forma, considerando-se que a proposição autoriza abertura de crédito, alterando a Lei Orçamentária, atrai a incidência do art. 48, III, do Regimento Interno do Poder Legislativo, necessitando da manifestação desta Comissão Permanente para sua tramitação regular.

Contudo, trata-se de procedimento muito comum na Administração Pública, sem apresentar novidade em relação a reordenação de dotações entre Unidades Orçamentárias distintas, ou seja, pretende unicamente readequar a distribuição de dotações entre Projetos/Atividade do Poder Executivo (Secretarias Municipais de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, de Educação e Promoção Social e de Saúde e Assistência Social), notadamente para reforço de dotações destinadas ao empenho de despesas de pessoal (folha de pagamento).

Assim sendo, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 17 de outubro de 2017.
Luiz Henrique Stollmeier
Presidente

Valmir Farias
Vice-Presidente

Jackson Rodrigo de Castilho
Membro

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS

Publicação Nº 1412021

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 07/2017

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências.

A proposição trata das diretrizes orçamentárias para o próximo exercício financeiro e vem a esta Comissão Permanente para os fins do artigo 48, III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Registre-se, por necessário, que embora a Exposição de Motivos não informe, está comprovado nos autos que, na origem, o Projeto foi precedido de debates, audiências e consultas públicas, evidenciando-se o atendimento ao art. 44 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10/07/2001) e ao art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

Assim sendo, a matéria está apta a integrar a pauta de deliberação, como item adicional da ordem do dia, para única discussão e processo simbólico de votação, nos termos do art. 169, III, e 184 do Regimento Interno.

Por outro lado, a proposição retrata as metas e prioridades do Plano Pluri Anual que a Administração Municipal pretende considerar no próximo orçamento-programa, em consonância com a Lei da Contabilidade Pública (Lei nº 4.320/64) e demais instrumentos legais pertinentes, sem qualquer vício aparente.

Diante disso, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 17 de outubro de 2017.
Luiz Henrique Stollmeier
Presidente

Valmir Farias
Vice-Presidente

Jackson Rodrigo de Castilho
Membro

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 055, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1411709

DECRETO N.º 055, de 23 de Outubro de 2017.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 412/16, de 07/12/2016 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.0080 (2) - Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de Outubro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2017 - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2014

Publicação Nº 1411710

EXTRATO DO CONTRATO nº 60/2017

7º Termo Aditivo ao Contrato nº 43/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: CAMILO E GHISI LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para a construção de um espaço educacional com 06 salas de aulas, com área de 851,63 m², composto de bloco pedagógico, bloco administrativo, bloco de serviço, pátio central, conforme modelo padrão FNDE (Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação), com capacidade para 216 alunos, situado na BR 285, km 07, s/n, no município de Ermo/SC.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 3 (três) meses para a execução da obra.

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2017.

LEI Nº 432, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412363

LEI Nº 432, de 26 de outubro de 2017.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Ermo, para o exercício financeiro de 2018, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do PPA 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), são as identificadas no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas no anexo II-A desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2018 definidos no anexo III-A serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II-A desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. Quando da elaboração do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, serão destinados pelo Município, recursos no montante de 7% (sete por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 6º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita (anexo III-B) dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, previsão para, 2017 e 2018 e projeção para 2019 e 2020, com justificativa da estimativa para 2018, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos.

Art. 9º Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11 O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,1% (um milésimo) e 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, mediante autorização do Legislativo, conforme Anexo VII (LRF).

§ 1º Constitui outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados até a elaboração da lei orçamentária, aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público, aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública, e aqueles oriundos de despesas não orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais – art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001).

§ 2º O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro, não ocorrer passivos contingentes, poderá ser remanejado por ato do Poder Executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso, exceto os valores destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, que poderão ser remanejados a qualquer momento, nos termos deste parágrafo.

Art. 12 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no PPA.

Art. 13 Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14 As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2018 (anexo VII-A) serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18 O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 20 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21 Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24 O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28 O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei

Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33 A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35 O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, 26 de outubro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Publicação Nº 1412377

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 18/09/2017 (C)

[illegible]

Página: 2/5
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor : Alteração em 18/09/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências Correntes	13.922.000,00	13.922.000,00	13.922.000,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	8.217.000,00	8.217.000,00	8.217.000,00
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M	8.217.000,00	8.217.000,00	8.217.000,00
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00	Participação na Receita da União	7.367.000,00	7.367.000,00	7.367.000,00
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.801.000,00	6.801.000,00	6.801.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	6.801.000,00	6.801.000,00	6.801.000,00
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	229.000,00	229.000,00	229.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	229.000,00	229.000,00	229.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.1.8.01.7.0.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	32.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.7.1.8.01.7.1.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	32.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	190.000,00	190.000,00	190.000,00
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	105.000,00	105.000,00	105.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	105.000,00	105.000,00	105.000,00
4.1.7.1.8.02.9.0.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.1.8.02.9.1.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	230.000,00	230.000,00	230.000,00
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	247.000,00	247.000,00	247.000,00
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	247.000,00	247.000,00	247.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	247.000,00	247.000,00	247.000,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.000,00	133.000,00	133.000,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00	Transferências do Salário-Educação	32.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	32.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	80.000,00	80.000,00	80.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	80.000,00	80.000,00	80.000,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	50.000,00

Página: 3/5
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor : Alteração em 18/09/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	50.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.705.000,00	4.705.000,00	4.705.000,00
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	4.705.000,00	4.705.000,00	4.705.000,00
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.600.000,00	4.600.000,00	4.600.000,00
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00	85.000,00	85.000,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	85.000,00	85.000,00	85.000,00
4.1.7.5.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.5.8.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Bás	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Bá	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação B	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	73.000,00	73.000,00	73.000,00
4.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Restituições	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições Correntes	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas	48.000,00	48.000,00	48.000,00
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	48.000,00	48.000,00	48.000,00
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	38.000,00	38.000,00	38.000,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	1.790.000,00	1.790.000,00	1.790.000,00
4.2.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

[illegible]

Página: 5/5
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 18/09/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Dedução Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	-10.000,00	-10.000,00	-10.000,00
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-920.000,00	-920.000,00	-920.000,00
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Dedução Transferências dos Estados - Especifica E/M	-920.000,00	-920.000,00	-920.000,00
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Dedução Participação na Receita dos Estados	-920.000,00	-920.000,00	-920.000,00
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Dedução Cota-Parte do ICMS	-800.000,00	-800.000,00	-800.000,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-800.000,00	-800.000,00	-800.000,00
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Dedução Cota-Parte do IPVA	-100.000,00	-100.000,00	-100.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-100.000,00	-100.000,00	-100.000,00
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios	-20.000,00	-20.000,00	-20.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-20.000,00	-20.000,00	-20.000,00
Total geral:		14.139.000,00	14.139.000,00	14.139.000,00

LDO 2018 - ANEXO 1

Publicação Nº 1412392

Página: 1/1
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Receitas		Valor	Despesas	Valor		
Receitas Correntes		14.640.200,00	DESPESAS CORRENTES	10.486.000,00		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		460.200,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.399.250,00		
Contribuições		25.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	22.000,00		
Receita Patrimonial		60.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.064.750,00		
Receita de Serviços		100.000,00				
Transferências Correntes		13.922.000,00				
Outras Receitas Correntes		73.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.291.200,00				
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE		-2.291.200,00				
Total		12.349.000,00	Superavit	1.863.000,00		
Superavit do orçamento corrente		1.863.000,00	Total	12.349.000,00		
Receitas de Capital		1.790.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	3.643.000,00		
Operações de Crédito		1.000.000,00	INVESTIMENTOS	3.533.000,00		
Alienação de Bens		100.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	110.000,00		
Transferências de Capital		690.000,00				
Deficit		1.853.000,00				
Total		3.643.000,00	Total	3.643.000,00		
Resumo						
Receitas Correntes		14.640.200,00	103,54 %	DESPESAS CORRENTES	10.486.000,00	74,16 %
Receitas de Capital		1.790.000,00	12,66 %	DESPESAS DE CAPITAL	3.643.000,00	25,77 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.291.200,00	-16,20 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,07 %
Total		14.139.000,00	100,00 %	Total	14.139.000,00	100,00 %

LDO 2018 - ANEXO 2 DESPESAS

Publicação Nº 1412396

Estado de Santa Catarina

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Data: 21/09/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.316.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.699.250,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		28.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.671.250,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		22.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		22.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.594.750,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		190.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		17.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.387.750,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.493.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.383.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.378.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		110.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		110.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	
Total das despesas:				10.819.000,00
Total da entidade:				10.819.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.270.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.100.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		30.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.070.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.170.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		400.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		770.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		70.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		70.000,00	
Total das despesas:				2.340.000,00
Total da entidade:				2.340.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		200.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		200.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.000,00	
Total das despesas:				210.000,00
Total da entidade:				210.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			700.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		600.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000,00	

Página: 2/2
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
Total das despesas:				750.000,00
Total da entidade:				750.000,00
<hr/>				
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				14.119.000,00
Total geral:				14.119.000,00

Publicação Nº 1412401

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018**

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Página: 2/3

Data: 18/09/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	105.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principa	105.000,00		
4.1.7.1.8.02.9.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financ	70.000,00		
4.1.7.1.8.02.9.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Finan	70.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	230.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	230.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	230.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênc	247.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistêr	247.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolv	133.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	32.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	32.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dir	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa D	6.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	15.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	80.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	80.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 8	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº	50.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. N	50.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Enti		4.705.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	4.705.000,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.600.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	500.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	500.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	100.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	100.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Sai	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de S	20.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de S	20.000,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	85.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.000.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifica E/N	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Dese	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Dese	1.000.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Dese	1.000.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		73.000,00	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		20.000,00	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	20.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	20.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	20.000,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		48.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	48.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	48.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	38.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	10.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			1.790.000,00

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Data: 18/09/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

[illegible]

LDO 2018 - ANEXO 5

Publicação Nº 1412404

Página: 1/1
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Funções		Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa	
4 Administração	122 Administração Geral	
6 Segurança Pública	181 Policiamento	
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente	
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária	
10 Saúde	301 Atenção Básica	
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição	
12 Educação	361 Ensino Fundamental	
12 Educação	365 Educação Infantil	
12 Educação	366 Educação de Jovens e Adultos	
12 Educação	367 Educação Especial	
13 Cultura	392 Difusão Cultural	
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana	
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos	
20 Agricultura	605 Abastecimento	
22 Indústria	661 Promoção Industrial	
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário	
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário	
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais	
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência	

LDO 2018 - ANEXO 6

Publicação Nº 1412407

Página: 1/4
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					10.819.000,00
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		800.000,00	9.777.000,00	242.000,00	10.819.000,00
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	347.000,00	0,00	347.000,00
04	Administração				
04.122	Administração Geral		347.000,00		347.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		347.000,00		347.000,00
04.122.0019.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		347.000,00		347.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	709.000,00	242.000,00	951.000,00
Unidade: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	709.000,00	242.000,00	951.000,00
04	Administração				
04.122	Administração Geral		677.000,00		677.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		677.000,00		677.000,00
04.122.0020.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		677.000,00		677.000,00
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento		32.000,00		32.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		32.000,00		32.000,00
06.181.0021.2.004	Manutenção do Convênio Policia Militar		12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		20.000,00		20.000,00
06.181.0042.2.023	Manutenção do Convênio SSP - Transito		20.000,00		20.000,00
28	Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			242.000,00	242.000,00
28.846.0000.0.001	Pasep			242.000,00	242.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.790.000,00	0,00	1.790.000,00
Unidade: 04.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.790.000,00	0,00	1.790.000,00
20	Agricultura				
20.605	Abastecimento		790.000,00		790.000,00
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		790.000,00		790.000,00
20.605.0022.2.005	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		790.000,00		790.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661.0043.2.024	Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial		1.000.000,00		1.000.000,00

Página: 2/4
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		800.000,00	9.777.000,00	242.000,00	10.819.000,00
Unidade: 05.01 SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		200.000,00	4.422.750,00	0,00	4.622.750,00
		200.000,00	4.422.750,00	0,00	4.622.750,00
12	Educação	200.000,00	4.211.750,00		4.411.750,00
12.306	Alimentação e Nutrição		125.000,00		125.000,00
12.306.0030	AQUISICÃO DE MERENDA ESCOLAR		125.000,00		125.000,00
12.306.0030.2.012	Aquisição de Merenda Escolar		125.000,00		125.000,00
12.361	Ensino Fundamental	200.000,00	125.000,00		3.436.750,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	200.000,00	3.236.750,00		200.000,00
12.361.0001.1.010	Construção de Núcleo Escolar	200.000,00			200.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	200.000,00			200.000,00
12.361.0026.2.009	Manutenção do Transporte Escolar		345.000,00		345.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		345.000,00		345.000,00
12.361.0035.2.008	Manutenção do Ensino Fundamental		2.891.750,00		2.891.750,00
12.365	Educação Infantil		2.891.750,00		2.891.750,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		700.000,00		700.000,00
12.365.0025.2.007	Manutenção do Ensino Infantil		700.000,00		700.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		700.000,00		700.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		85.000,00		85.000,00
12.366.0027.2.010	Manutenção do Ensino Supletivo		85.000,00		85.000,00
12.367	Educação Especial		65.000,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		65.000,00		65.000,00
12.367.0031.2.014	Manutenção do Ensino Especial		65.000,00		65.000,00
13	Cultura		56.000,00		56.000,00
13.392	Difusão Cultural		56.000,00		56.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		56.000,00		56.000,00
13.392.0029.2.013	Manutenção e divulgação da Cultura		56.000,00		56.000,00
27	Desporto e Lazer		56.000,00		56.000,00
27.812	Desporto Comunitário		155.000,00		155.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		155.000,00		155.000,00
27.812.0028.2.011	Manutenção do Desporto Amador		155.000,00		155.000,00

Página: 3/4
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS					
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS					
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	600.000,00	9.777.000,00	242.000,00	10.819.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	600.000,00	1.818.250,00	0,00	2.418.250,00
15.451.0005.1.001	Construção de Pontes e similares	240.000,00			
15.451.0005.1.003	Construção de Abrigos de Passageiros	200.000,00			
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	40.000,00			
15.451.0012.1.002	Pavimentação de vias públicas e passeios públicos	360.000,00			
15.452	Serviços Urbanos	360.000,00			
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		225.000,00		225.000,00
15.452.0032.2.016	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública		225.000,00		225.000,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		1.593.250,00		1.593.250,00
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERVIÇOS URBANOS		1.593.250,00		1.593.250,00
26.782.0033.2.021	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos		1.593.250,00		1.593.250,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
Unidade: 07.01 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	680.000,00	0,00	680.000,00
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		680.000,00		680.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		20.000,00		20.000,00
08.243.0041.2.022	Manutenção do FIA e Conselho Tutelar		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		660.000,00		660.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		60.000,00		60.000,00
08.244.0002.2.053	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias		60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		600.000,00		600.000,00
08.244.0039.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		600.000,00		600.000,00

Página: 4/4
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA		800.000,00	9.777.000,00	242.000,00	10.819.000,00
Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
99	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00		10.000,00
99.999.0999.2.019	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO					
Órgão: 09.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
Unidade: 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
		0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
10	Saúde		2.340.000,00		2.340.000,00
10.301	Atenção Básica		2.340.000,00		2.340.000,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.340.000,00		2.340.000,00
10.301.0037.2.051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF		2.340.000,00		2.340.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO					
Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
		0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
10	Saúde		210.000,00		210.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		210.000,00		210.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		210.000,00		210.000,00
10.302.0040.2.052	Manutenção do Fundo de Assistência		210.000,00		210.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
01	Legislativa		750.000,00		750.000,00
01.031	Ação Legislativa		750.000,00		750.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		750.000,00		750.000,00
01.031.0018.2.001	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores		750.000,00		750.000,00
Total geral:					14.119.000,00

LDO 2018 - ANEXO 7

Publicação Nº 1412409

Página: 1/3
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		750.000,00		750.000,00
01.031	Ação Legislativa		750.000,00		750.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		750.000,00		750.000,00
04	Administração		1.024.000,00		1.024.000,00
04.122	Administração Geral		1.024.000,00		1.024.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		347.000,00		347.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		677.000,00		677.000,00
06	Segurança Pública		32.000,00		32.000,00
06.181	Policimento		32.000,00		32.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		20.000,00		20.000,00
08	Assistência Social		680.000,00		680.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		20.000,00		20.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária		660.000,00		660.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		600.000,00		600.000,00
10	Saúde		2.550.000,00		2.550.000,00
10.301	Atenção Básica		2.340.000,00		2.340.000,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.340.000,00		2.340.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		210.000,00		210.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		210.000,00		210.000,00
12	Educação	200.000,00	4.211.750,00		4.411.750,00
12.306	Alimentação e Nutrição		125.000,00		125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		125.000,00		125.000,00
12.361	Ensino Fundamental	200.000,00	3.236.750,00		3.436.750,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	200.000,00			200.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		345.000,00		345.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.891.750,00		2.891.750,00
12.365	Educação Infantil		700.000,00		700.000,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		700.000,00		700.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		85.000,00		85.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		85.000,00		85.000,00

Página: 2/3
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação		4.211.750,00		4.411.750,00
12.367	Educação Especial		65.000,00		65.000,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	200.000,00	65.000,00		65.000,00
13	Cultura		56.000,00		56.000,00
13.392	Difusão Cultural		56.000,00		56.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		56.000,00		56.000,00
15	Urbanismo		225.000,00		825.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	600.000,00			600.000,00
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	600.000,00			360.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	360.000,00			240.000,00
15.452	Serviços Urbanos	240.000,00			225.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA		225.000,00		225.000,00
20	Agricultura		790.000,00		790.000,00
20.605	Abastecimento		790.000,00		790.000,00
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		790.000,00		790.000,00
22	Indústria		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661	Promoção Industrial		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000.000,00		1.000.000,00
26	Transporte		1.593.250,00		1.593.250,00
26.782	Transporte Rodoviário		1.593.250,00		1.593.250,00
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP E SERVICOS URBANOS		1.593.250,00		1.593.250,00
27	Desporto e Lazer		155.000,00		155.000,00
27.812	Desporto Comunitário		155.000,00		155.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		155.000,00		155.000,00
28	Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			242.000,00	242.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			242.000,00	242.000,00

Página: 3/3
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999	Reserva de Contingência		10.000,00		10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00		10.000,00
	Total:	800.000,00	13.077.000,00	242.000,00	14.119.000,00
	Total geral:	800.000,00	13.077.000,00	242.000,00	14.119.000,00

LDO 2018 - ANEXO 8

Publicação Nº 1412410

Página: 1/3
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	750.000,00		750.000,00
01.031	Ação Legislativa	750.000,00		750.000,00
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	750.000,00		750.000,00
04	Administração	1.024.000,00		1.024.000,00
04.122	Administração Geral	1.024.000,00		1.024.000,00
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	347.000,00		347.000,00
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	677.000,00		677.000,00
06	Segurança Pública	20.000,00	12.000,00	32.000,00
06.181	Policimento	20.000,00	12.000,00	32.000,00
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	12.000,00		12.000,00
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	8.000,00	12.000,00	20.000,00
08	Assistência Social	433.000,00	247.000,00	680.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00		20.000,00
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	20.000,00		20.000,00
08.244	Assistência Comunitária	413.000,00	247.000,00	660.000,00
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA	60.000,00		60.000,00
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	353.000,00	247.000,00	600.000,00
10	Saúde	2.200.000,00	350.000,00	2.550.000,00
10.301	Atenção Básica	1.990.000,00	350.000,00	2.340.000,00
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	1.990.000,00	350.000,00	2.340.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	210.000,00		210.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	210.000,00		210.000,00
12	Educação	3.093.750,00	1.318.000,00	4.411.750,00
12.306	Alimentação e Nutrição	110.000,00	15.000,00	125.000,00
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	110.000,00	15.000,00	125.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.293.750,00	1.143.000,00	3.436.750,00
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	100.000,00	100.000,00	200.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	180.000,00	165.000,00	345.000,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.013.750,00	878.000,00	2.891.750,00
12.365	Educação Infantil	560.000,00	140.000,00	700.000,00
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	560.000,00	140.000,00	700.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	65.000,00	20.000,00	85.000,00
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	65.000,00	20.000,00	85.000,00

Página: 2/3
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação			
12.367	Educação Especial	3.093.750,00	1.318.000,00	4.411.750,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	65.000,00		65.000,00
		65.000,00		65.000,00
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	56.000,00		56.000,00
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	56.000,00		56.000,00
		56.000,00		56.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	500.000,00	325.000,00	825.000,00
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	300.000,00	300.000,00	600.000,00
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	180.000,00	180.000,00	360.000,00
15.452	Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	240.000,00
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	200.000,00	25.000,00	225.000,00
		200.000,00	25.000,00	225.000,00
20	Agricultura			
20.605	Abastecimento	700.000,00	90.000,00	790.000,00
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	700.000,00	90.000,00	790.000,00
		700.000,00	90.000,00	790.000,00
22	Indústria			
22.661	Promoção Industrial		1.000.000,00	1.000.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000.000,00	1.000.000,00
			1.000.000,00	1.000.000,00
26	Transporte			
26.782	Transporte Rodoviário	1.341.250,00	252.000,00	1.593.250,00
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	1.341.250,00	252.000,00	1.593.250,00
		1.341.250,00	252.000,00	1.593.250,00
27	Desporto e Lazer			
27.812	Desporto Comunitário	155.000,00		155.000,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	155.000,00		155.000,00
		155.000,00		155.000,00
28	Encargos Especiais			
28.846	Outros Encargos Especiais	242.000,00		242.000,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS	242.000,00		242.000,00
		242.000,00		242.000,00

Página: 3/3
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999	Reserva de Contingência			10.000,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			10.000,00
Total:		10.525.000,00	3.594.000,00	14.119.000,00
Total geral:		10.525.000,00	3.594.000,00	14.119.000,00

LDO 2018 - ANEXO 9

Publicação Nº 1412413

Página: 1/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	347.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	677.000,00	0,00	32.000,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	1.024.000,00	0,00	32.000,00

Página: 2/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.411.750,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	4.411.750,00

Página: 3/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		56.000,00	0,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	790.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	790.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00

Página: 5/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347.000,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	242.000,00	0,00	951.000,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.790.000,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00	4.622.750,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS		0,00	1.593.250,00	0,00	0,00	0,00	2.418.250,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:		0,00	1.593.250,00	155.000,00	242.000,00	10.000,00	10.819.000,00

Página: 6/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO		Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão								
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	2.340.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.340.000,00	0,00	0,00

Página: 8/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340.000,00

Página: 11/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00

Página: 13/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00

Página: 16/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 17/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 18/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 19/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 20/20
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
	Total geral:						14.119.000,00

LDO 2018 - ANEXO I METAS FISCAIS

Publicação Nº 1412371

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ERMO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo I - Metas Anuais
 Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Página: 1/1
 Data: 18/09/2017

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	14.139.000,00	13.338.679,25	---	115,761	14.139.000,00	12.583.659,67	---	115,761	14.139.000,00	11.871.337,17	---	115,761
Receitas Primárias (I)	12.979.000,00	12.244.339,62	---	106,263	12.979.000,00	11.551.263,79	0,000	94,574	12.979.000,00	10.897.382,08	---	89,220
Despesa Total	14.139.000,00	13.338.679,25	---	115,761	14.139.000,00	12.583.659,67	---	115,761	14.139.000,00	11.871.337,17	---	115,761
Despesas Primárias (II)	14.007.000,00	13.214.150,94	---	114,680	14.007.000,00	12.466.180,14	---	114,680	14.007.000,00	11.760.507,80	---	114,680
Resultado Primário III = (I-II)	(1.028.000,00)	(969.811,32)	---	(8,417)	(1.028.000,00)	(914.916,34)	0,000	0,000	(1.028.000,00)	(863.125,72)	---	---
Resultado Nominal	0,00	0,00	---	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	---	---
Dívida Pública Consolidada	100.000,00	94.339,62	---	0,819	80.000,00	71.199,72	0,000	0,000	60.000,00	50.376,99	---	---
Dívida Consolidada Líquida	(20.000,00)	(18.867,92)	---	(0,164)	(20.000,00)	(17.799,93)	0,000	0,000	(20.000,00)	(16.792,33)	---	---

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018		2019		2020	
Inflação média (% anual)	6,000		6,000		6,000	
Receita Corrente Líquida	12.214.000,00		12.214.000,00		12.214.000,00	

LDO 2018 - ANEXO II-A PRIORIDADES

Publicação Nº 1412375

Página: 1/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE ERMO	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0018

Objetivo do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	A	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESSOES LEGISLATIVAS (UND)	45,000	750.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			750.000,00	0,00	750.000,00

Página: 2/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0019

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4	A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (UND)	2000,000	347.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	65.000,00	0,00	65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	110.000,00	0,00	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	12.000,00	0,00	12.000,00
Total:			347.000,00	0,00	347.000,00

Página: 3/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0020

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	5	A	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (UND)	25,000	677.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	3.000,00	0,00	3.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	340.000,00	0,00	340.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	310.000,00	0,00	310.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			677.000,00	0,00	677.000,00

Página: 4/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	0021

Objetivo do programa:
Manutenção do Convênio Policia Militar

Justificativa do programa:
Manutenção do Convênio Policia Militar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5	A	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (DIA)	365,000	12.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convênio Policia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	12.000,00	0,00	12.000,00
Total:			12.000,00	0,00	12.000,00

Página: 5/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	0042

Objetivo do programa:
CONVENIO SSP- TRANSITO

Justificativa do programa:
Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	5	A	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (MUL)	40,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0054 - Convenio SSP Transito Militar	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0055 - Convenio SSP Transito Civil	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056 - Convenio SSP Transito Prefeitura	8.000,00	0,00	8.000,00
Total:			8.000,00	12.000,00	20.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Página: 6/28

Data: 21/09/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:
Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	5	O	Pasep	PARCELAS MENSAIS (MES)	12,000	242.000,00

II - Descrição das Ações

Pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	22.000,00	0,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	110.000,00	0,00	110.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			242.000,00	0,00	242.000,00

Página: 7/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0022

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6	A	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (UND)	600,000	790.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	340.000,00	0,00	340.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	240.000,00	0,00	240.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	90.000,00	90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	120.000,00	0,00	120.000,00
Total:			700.000,00	90.000,00	790.000,00

Página: 8/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	0043

Objetivo do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Justificativa do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	6 A		Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1.000	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0027 - Operação de Credito	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:			0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Página: 9/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	0030

Objetivo do programa:
Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:
Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	7	A	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (ALLU)	250,000	125.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			110.000,00	15.000,00	125.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Página: 10/28

Data: 21/09/2017

I - Classificação						
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO					05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO					05.01
Função:	Educação					12
Subfunção:	Ensino Fundamental					361
Programa:	ENSINO DE QUALIDADE					0001
Objetivo do programa: Construção e ampliação de Núcleo Escolar						
Justificativa do programa: Construção e ampliação de Núcleo Escolar						
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	7	P	Construção de Núcleo Escolar	OBRAS (UND)	1,000	200.000,00
II - Descrição das Ações Construção de Núcleo Escolar						
III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso		Ordinários	Vinculados
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr		100.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		0.1.0022 - Transferências de Convênios Desi		0,00	100.000,00
Total:					100.000,00	100.000,00
						200.000,00

Página: 11/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0026

Objetivo do programa:
Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:
Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	7	A	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (ALU)	400,000	345.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	180.000,00	0,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010 - RECURSOS DO TESOIRO - TR	0,00	85.000,00	85.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Programa Nac de Apoio Transp E	0,00	80.000,00	80.000,00
Total:			180.000,00	165.000,00	345.000,00

Página: 12/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0035

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	7	A	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (ALU)	200,000	2.891.750,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	100.000,00	0,00	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	440.000,00	440.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Fundef 40%	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	1.148.750,00	0,00	1.148.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salario Educação	0,00	32.000,00	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059 - Programa Dinheiro Direto Escola I	0,00	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	765.000,00	0,00	765.000,00
Total:			2.013.750,00	878.000,00	2.891.750,00

Página: 13/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	7	A	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (ALLU)	100,000	700.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	140.000,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	260.000,00	0,00	260.000,00
Total:			560.000,00	140.000,00	700.000,00

Página: 14/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	0027

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7	A	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (ALLU)	50,000	85.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	55.000,00	0,00	55.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			65.000,00	20.000,00	85.000,00

Página: 15/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	0031

Objetivo do programa:
Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:
Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	7	A	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (ALU)	10,000	65.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Irr	65.000,00	0,00	65.000,00
Total:			65.000,00	0,00	65.000,00

Página: 16/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	0029

Objetivo do programa:
Manutenção e divulgação da Cultura

Justificativa do programa:
Manutenção e divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	7	A	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (UND)	150,000	56.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	6.000,00	0,00	6.000,00
Total:			56.000,00	0,00	56.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Página: 17/28

Data: 21/09/2017

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0028

Objetivo do programa:
Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:
Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	7	A	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (UND)	7,000	155.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			155.000,00	0,00	155.000,00

Página: 18/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	8	P	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (UND)	5,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	20.000,00	40.000,00

Página: 19/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	8	P	Construção de Pontes e similares	OBRAS (M2)	60,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Pontes e similares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	100.000,00	200.000,00

Página: 20/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS			06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS			06.01
Função:	Urbanismo			15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana			451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE			0012

Objetivo do programa:
Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Justificativa do programa:
Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	8	P	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (M2)	5000,000	360.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	180.000,00	180.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	180.000,00	0,00	180.000,00
Total:			180.000,00	180.000,00	360.000,00

Página: 21/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0032

Objetivo do programa:
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8	A	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (UND)	800,000	225.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017 - Contrib p/ Custeio do Serviço de Il	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	25.000,00	225.000,00

Página: 22/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	0033

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	8 A	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos	ESTRADAS MUNICIPAIS (KM)	80,000	1.593.250,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	526.250,00	0,00	526.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016 - Contribuicao de Intervencao do Dc	0,00	32.000,00	32.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044 - Fundo Especial do Petroleo	0,00	105.000,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045 - Outras Trans pela exploracao de r	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	725.000,00	0,00	725.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ou	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	90.000,00	0,00	90.000,00
Total:			1.341.250,00	252.000,00	1.593.250,00

Página: 23/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0041

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	9	A	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar	ALUNOS (ALLU)	20,000	20.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do FIA e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	0,00	20.000,00

Página: 24/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	0002

Objetivo do programa:
Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:
Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	9	A	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (COM)	10,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			60.000,00	0,00	60.000,00

Página: 25/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0039

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	9	A	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (UND)	500,000	600.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048 - Programa de Atencao a Crianca P	0,00	22.000,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050 - Progr de Erradicação do Trabalho	0,00	90.000,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052 - Outras Trans de Rec do Fundo Na	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063 - Bolsa Familia	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	110.000,00	0,00	110.000,00
Total:			353.000,00	247.000,00	600.000,00

Página: 26/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0037

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	11	A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (UND)	2058,000	2.340.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	900.000,00	0,00	900.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Basica	0,00	170.000,00	170.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferencias de Convenios Desi	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0043 - Transf de Rec do Estado em Sauc	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Basica	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de I	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Basica	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			1.990.000,00	350.000,00	2.340.000,00

Página: 27/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0040

Objetivo do programa:
Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:
Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	12	A	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VICULADOS AO SIMAS (UND)	100,000	210.000,00

II - Descrição das Ações
Manutenção do Fundo de Assistência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			210.000,00	0,00	210.000,00

Página: 28/28
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0999

Objetivo do programa:

Reserva de Contingência

Justificativa do programa:

Reserva de Contingência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	10	A	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (UND)	1,000	10.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	10.000,00		10.000,00
Total:			10.000,00		10.000,00

Publicação Nº 1412382

Página: 2/4
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	Projeção		
		2014	2015	2016		2018	2019	2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
4.1.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
4.1.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	4.101,86	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	4.101,86	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	6.762,59	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	106.762,59	0,00	0,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.786,52	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	1.786,52	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	100.000,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	0,00	0,00	0,00	0,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	100.000,00	60.200,00	60.200,00	60.200,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	60.198,31	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	60.198,31	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI	0,00	0,00	0,00	21.602,65	0,00	0,00	0,00
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	18.768,03	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	18.768,03	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.3.2.5.00.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	18.768,03	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	40.370,68	85.000,00	85.000,00	85.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.1.3.2.5.00.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	22.069,53	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	22.069,53	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.3.2.6.00.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.1.3.2.6.00.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	102.088,79	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	5.941.564,40	8.217.000,00	8.217.000,00	8.217.000,00
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	8.217.000,00	8.217.000,00	8.217.000,00
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Especifica E/M	0,00	0,00	0,00	0,00	8.217.000,00	8.217.000,00	8.217.000,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entida	0,00	0,00	0,00	5.941.564,40	0,00	0,00	0,00

Página: 3/4
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado		Estimado	LDO	Projeção	
		2014	2015			2019	2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	5.941.564,40	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	6.043.653,19	8.317.000,00	8.317.000,00	8.317.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	85.701,90	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	85.701,90	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	108.786,19	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	108.786,19	0,00	0,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	117.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	117.000,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	71.518,72	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	71.518,72	0,00	0,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	1.825.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	1.825.000,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
4.1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.7.2.2.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	4.408.695,40	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	4.408.695,40	0,00	0,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
4.1.7.2.2.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	17.865,24	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	17.865,24	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.7.2.4.00.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	516.856,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	0,00	0,00	0,00	4.705.000,00	4.705.000,00	4.705.000,00
4.1.7.5.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifica E/M	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	516.856,00	5.705.000,00	5.705.000,00	5.705.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
4.1.7.6.2.00.0.0.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	24.715,89	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	18.744,14	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.9.1.4.00.0.0.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	1.890,14	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.00.0.0.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	16.854,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	5.971,75	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	0,00	0,00	5.971,75	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	24.715,89	25.000,00	25.000,00	25.000,00

LDO 2018 - ANEXO III-C EVOLUÇÃO DA DESPESAS

Publicação Nº 1412385

Página: 1/2
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
 Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
 Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2014	2015	2016		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	7.137.009,58	7.316.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	2.819.500,25	2.699.250,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	2.650,00	28.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	2.816.850,25	2.671.250,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	21.200,00	22.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	21.200,00	22.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	4.296.309,33	4.594.750,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	186.750,80	190.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	1.590,00	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	4.107.968,53	4.387.750,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	2.039.641,14	3.493.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	1.933.641,14	3.383.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	1.590,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.932.051,14	3.378.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	106.000,00	110.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	106.000,00	110.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	10.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	7.420,00	10.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	9.184.070,72	10.819.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	2.015.785,28	2.270.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	1.075.100,00	1.100.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	26.500,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.048.600,00	1.070.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	940.685,28	1.170.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	318.000,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	622.685,28	770.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	93.362,39	70.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	93.362,39	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	93.362,39	70.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	2.109.147,67	2.340.000,00
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	100.700,00	200.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	100.700,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	100.700,00	200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	5.300,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	5.300,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	5.300,00	10.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	106.000,00	210.000,00

Página: 2/2
Data: 21/09/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2014	2015	2016		
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	578.800,00	700.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	504.055,73	600.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	504.055,73	600.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	74.744,27	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	74.744,27	100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	21.200,00	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	21.200,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	21.200,00	50.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	600.000,00	750.000,00
Total geral:		0,00	0,00	0,00	11.999.218,39	14.119.000,00

LDO 2018 - ANEXO VI RCL

Publicação Nº 1412390

Página: 1/1
Data: 18/09/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
ANEXO DE METAS FISCAIS
Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Seleção: Alteração em 18/09/2017 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	14.615.200,00	14.615.200,00	14.615.200,00
Receita Tributária	460.200,00	460.200,00	460.200,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Transferências Correntes	13.922.000,00	13.922.000,00	13.922.000,00
Outras Receitas Correntes	73.000,00	73.000,00	73.000,00
DEDUÇÕES (II)	(2.401.200,00)	(2.401.200,00)	(2.401.200,00)
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	(2.291.200,00)	(2.291.200,00)	(2.291.200,00)
Alienação de Bens Imóveis - Principal	(50.000,00)	(50.000,00)	(50.000,00)
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	(60.000,00)	(60.000,00)	(60.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	12.214.000,00	12.214.000,00	12.214.000,00

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01

Publicação Nº 1412530

Processo ADMINISTRATIVO nº 0071/2017
Edital de Pregão Presencial nº 0057/2017

Aos dezesete dias do mês de outubro de 2017, O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.009.910/0001-62 situado na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, centro, cidade que lhe empresta o nome, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0057/2017, RESOLVE registrar os preços para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CAÇAMBAS NOVAS, conforme consta abaixo, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame acima numerado. Empresa: Indumar Indústria e Comércio de Equipamentos Industriais e Agrícolas Ltda ME, com sede jurídica na Rod. BR 282 KM 606, s/n, Bairro Industrial, município de Maravilha/SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 13.109.982/0001-04, representada por seu procurador Senhor Paulo Cesar Machado, inscrito no CPF/MF sob n. 928.748.609/30.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 0057/2017, cujos objetos estão descritos no Anexo I – Termo de Referência do presente edital.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada conforme autorização do Prefeito Municipal.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em sua proposta de preços e na ata nº 85/2017 de julgamento dos preços e da habilitação, após as ofertas de lance.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta, após as ofertas de lances apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega

A Contratada obriga-se a entregar o objeto solicitado pela Secretaria requisitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, em estrita observância ao Termo de Referência Anexo I do presente edital.

Os locais para entrega serão pré definidos pelo solicitante.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado até o décimo quinto (15) dias após o recebimento e inspeção dos equipamentos pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, contendo todos os dados conforme constante no Anexo I – Termo de Referência desse edital e com todos os itens com fabricação de série de cada equipamento, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, correspondendo ao importe de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) para cada unidade constante do termo de referência.

Cláusula Sexta - DaS condições de fornecimento

Os equipamentos só estarão caracterizados, mediante o recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão presencial n 0057/2017.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Faxinal dos Guedes, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar a Ata de Registro de Preços.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução da respectiva Ata de Registro de Preços.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, além das demais multas previstas no edital, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b - a detentora não assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c - a detentora der causa a rescisão administrativa da respectiva ata de registro de preços;

d - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

e - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

h - no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a - à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua

retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados junto a Relação dos Participantes, parte integrante do presente certame.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de XANXERÊ-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Faxinal dos Guedes/SC, em 17 de outubro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Indumar Indústria e Comércio de Equip. Ind e Agric. LTDA ME
Paulo Cesar Machado

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Gloraci José Bassani João Carlos Zanetti
CPF/MF sob n. 490.569.800-68 CPF/MF sob n. 605.707.419-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02

Publicação Nº 1412533

Processo ADMINISTRATIVO nº 0078/2017

Edital de Pregão Presencial nº 0062/2017

Aos dezessete dias do mês de outubro de 2017, O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.009.910/0001-62 situado na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, centro, cidade que lhe empresta o nome, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0062/2017, RESOLVE registrar os preços para a AQUISIÇÃO DE TRÊS CAMINHÕES, conforme consta abaixo, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame acima numerado. Empresa: Sperandio S/A Comércio de Veículos, com sede jurídica na Rua São Pedro, n. 2281-E, Bairro Jardim América, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 83.296.970/0001-03, representado neste ato por Lorian Mores, inscrito no CPF/MF sob n. 942.196.309-10.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 0062/2017, cujos objetos estão descritos no Anexo I – Termo de Referência do presente edital.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada conforme autorização do Prefeito Municipal.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em sua proposta de preços e na ata nº 91/2017 de julgamento dos preços e da habilitação, após as ofertas de lance.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta, após as ofertas de lances apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega

A Contratada obriga-se a entregar o objeto solicitado pela Secretaria requisitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, junto a Secretaria Municipal de Fazenda e Administração da municipalidade, em estrita observância ao Termo de Referência Anexo I do presente edital.

Os locais para entrega serão pré definidos pelo solicitante.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado conforme Decreto Nº 44/2017, datado de 08/02/2017, após o recebimento e inspeção dos equipamentos pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, contendo todos os dados conforme constante no Anexo I – Termo de Referência desse edital e com todos os itens com fabricação de série de cada equipamento, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, correspondendo ao importe de R\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais) para cada unidade constante do termo de referência.

Cláusula Sexta - DaS condições de fornecimento

Os equipamentos só estarão caracterizados, mediante o recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão presencial n. 0062/2017.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Faxinal dos Guedes, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que,

convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar a Ata de Registro de Preços.
- b) Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução da respectiva Ata de Registro de Preços.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, além das demais multas previstas no edital, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - a detentora não assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - a detentora der causa a rescisão administrativa da respectiva ata de registro de preços;
- d - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;
- e - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos

previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

h - no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a - à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados junto a Relação dos Participantes, parte integrante do presente certame.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de XANXERÊ-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Faxinal dos Guedes/SC, em 17 de Outubro de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

SPERANDIO S/A COMÉRCIO DE VEÍCULOS
Lorian Mores

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Gloraci José Bassani João Carlos Zanetti
CPF/MF sob n. 490.569.800-68 CPF/MF sob n. 605.707.419-04

PREGÃO PRESENCIAL 0064/2017

Publicação Nº 1412520

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0064/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas

disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0064/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 10 de Novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 26 de Outubro de 2017.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 0065/2017

Publicação Nº 1412523

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0065/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0065/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA SERVIÇOS DE INTERNET E TELEFONIA RURAL NA ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 10 de Novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 26 de Outubro de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 253/2017

Publicação Nº 1412107

	PORTARIA Nº 253/2017
	EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADO o Servidor Municipal RENATO REINALDO SPADA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - A exoneração de que trata esta portaria dar-se-á em razão do servidor ter se aposentado por Tempo de Contribuição junto a Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 27 dias do mês de Outubro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4313/2017

Publicação Nº 1412606

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4313, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais)para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.02 -DEPARTAMENTO DE CULTURA	
PROJ./ATIV. 2.010 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS	
(168) 4.4.90.00.00.00.00.0300 - Aplicações Diretas	R\$ 900,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.02 -DEPARTAMENTO DE CULTURA	
PROJ./ATIV. 2.010 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS	
(142) 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 0300 – Recursos Ordinários	R\$ 900,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de outubro de 2017.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

EXTRATO CONTRATUAL N.º 121/2017

Publicação Nº 1412361

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 121/2017 – ADITIVO N.º 01/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: ADAGIL HIDRÁULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo ao quantitativo do item 1 constante do objeto licitado e Contrato Administrativo em referência, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei de Licitação.
VALOR: R\$ 1.650,00
FORMOSA DO SUL, 26 DE OUTUBRO DE 2017.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2017

Publicação Nº 1412106

EXTRATO CONTRATUAL Nº 118/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR
CONTRATADO: ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZACAO LTDA - EPP
VALOR: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 16/11/2017
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 62/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2017

Formosa Do Sul, 26 de Outubro de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2017

Publicação Nº 1412172

EXTRATO CONTRATUAL Nº 119/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA
CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME
VALOR: R\$ 3.056,00 (três mil e cinquenta e seis reais)
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 16/11/2017
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 63/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2017

Formosa Do Sul, 26 de Outubro de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2017

Publicação Nº 1412179

EXTRATO CONTRATUAL Nº 120/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA
CONTRATADO: PC INFO TELECOM EIRELI - ME
VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 16/11/2017
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 63/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2017

Formosa Do Sul, 26 de Outubro de 2017
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PMF/2017

Publicação Nº 1411876

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 50/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 32/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes esportivos e camisetas, através de empresas do ramo pertinente, para uso da secretaria de Esporte da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/04/2018
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 55/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/PMF/2017

Publicação Nº 1411880

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 96/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 55/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de utensílios domésticos diversos e produtos de enxoval para uso das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/07/2018
2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/PMF/2017;

Publicação Nº 1411903

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 158/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de câmeras de monitoramento, a fim de atender ao sistema de videomonitoramento conforme convênio firmado entre a Secretaria de Segurança Pública – SSPSC e o Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de novembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal “26 de Abril” Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 26 de outubro de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 181 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412731

DECRETO Nº. 181 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016; DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 605.957,58 (seiscentos e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais, cinquenta e oito centavos) distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 03 – Secretaria de Planejamento	
2.006–Manutenção da Secretaria de Planejamento	
259 – 3190.00.03.00 – Aplicações Diretas	
.....R\$ 60.026,66	
Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças	
2.010 –Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
236 – 3190.00.03.00 – Aplicações Diretas	
.....R\$ 122.411,40	
Órgão 05 – Secretaria de Educação	
2.015 –Manutenção do Ensino Fundamental	
091 – 4490.00.01.01 – Aplicações Diretas	
.....R\$ 168.704,00	
Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura	
2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
257 – 3190.00.03.00 – Aplicações Diretas	
.....R\$ 193.587,20	
Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.020 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social e habitação	
258 – 3190.00.03.00 – Aplicações Diretas	
.....R\$ 61.228,32	
TOTAL	
.....R\$ 605.957,58	

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro, parcial, apurado no exercício de 2016, conforme saldo da conta nº 1-2, da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 437.253,58 (quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais, cinquenta e oito

centavos) e na dotação 091 será anulado a dotação abaixo:

Órgão 05 – Secretaria de Educação
2.015 –Manutenção do Ensino Fundamental
085 – 3390.00.01.01 – Aplicações Diretas
.....R\$ 168.704,00
TOTAL
.....R\$ 605.957,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de outubro de 2017.
DIMAS KAMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de outubro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE ANULAÇÃO 17/2017

Publicação Nº 1411713

NOTA DE ANULAÇÃO 17/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 148/PMF/2017

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de câmeras de monitoramento, a fim de atender ao sistema de videomonitoramento conforme convênio firmado entre a Secretaria de Segurança Pública - SSPSC e o Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

MOTIVO: No dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, reuniram-se a Pregoeira, sua equipe correspondente para abertura da sessão do Pregão Presencial nº. 148/2017. Abertos e iniciados os trabalhos, a Pregoeira Sra. Erika De Luca Tiscoski Back verificou a ausência de publicação do referido edital. Desta forma, foi necessária a anulação do processo por descumprimento as exigências legais.

Forquilha/SC, 26 de outubro de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO 16/2017

Publicação Nº 1411715

NOTA DE REVOGAÇÃO 16/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/PMF/2017

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para execução da pavimentação e drenagem da Rodovia Municipal Vicente Langer com extensão de 418,51 metros, localizada no Bairro Santa Rosa, Município de Forquilha/SC, por meio do Contrato de Repasse nº. 847268/2017/MAPA/CAIXA e Processo nº 2624.1042648-05/2017 firma junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, objetivando as ações relativas ao PRODESA.

MOTIVO: No dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, reuniram-se o presidente Sr. Valdecir Tiscoski, comissão de licitação e o requerente do pedido de suspensão Sr. Marcelo de

Moraes Scoss, os quais decidiram conforme pedido encaminhado pelo requerente por revogar o devido processo licitatório, tendo em vista que conforme recomendação da Caixa Econômica Federal o mesmo necessita de adequações em elementos do projeto de engenharia. Assim, decide-se por revogar o processo licitatório para adequações e posterior lançamento.

Forquilha/SC, 26 de outubro de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 346, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412014

PORTARIA Nº. 346, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

CONTRATA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, MARIA LUCIANA LIMA DA SILVA, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE TEMPORÁRIO, NÍVEL OAG-06.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2001, Lei Municipal nº 2.227 de 09 de março de 2017 e Lei nº 2.209, de 17 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para exercer a função de Agente Temporário, conforme a Lei Nº 2.063, de 04 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que a contratada em questão foi aprovada no Processo Seletivo – Edital 001/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, MARIA LUCIANA LIMA DA SILVA, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo – Edital 001/2017, para exercer a função de Agente Temporário, Nível OAG-06.

Art. 2º - A contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para início das atividades;

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para início das atividades no respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para início das atividades não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de contratação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, contratado imediatamente o próximo classificado no Processo Seletivo.

Art. 3º - A agente temporária, supra contratada, terá o vínculo empregatício pelo Regime Jurídico Administrativo Especial estabelecido pela Lei nº 2.209/16, e será filiada ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme disposto no art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de outubro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de outubro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto nº 256-2017

Publicação Nº 1412206

DECRETO Nº 256, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0200 (31)	R\$	10.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0407 (66)	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	70.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	10.000,00
41721330500 – Transferência De Recursos do SUS – Vigilância Epidemiológica	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 26 DE OUTUBRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PP0078-2017 IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME

Publicação Nº 1412209

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0169/2017 – PMF
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0078A/2017 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0055/2017 - PMF

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

NOTIFICADA: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 396, Sala 04, Bairro Centro, em Mafra/SC, CEP 89.300-00, inscrita no CNPJ sob o nº 20.525.422/0001-98, neste ato representada pelo procurador, Sr. Sérgio Correia de Siqueira, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação da defesa prévia e comprovação formal das razões que motivaram é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 26 de outubro de 2017.

Roalves Jorge Polese
Pregoeiro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - TP0004A-2016 - SF LOGPRO

Publicação Nº 1412303

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0039/2016 – SF
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS Nº 0004A/2016 – SF
OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO MENSAL COM SUPORTE TÉCNICO PARA O SOFTWARE LIVRE “SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO – GSAN”
CONTRATO – CT16SF25
NOTIFICADA: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA ME

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Felipe Schmidt nº 2244, Edifício Milena, 1º andar, Salas 11 e 12, centro, na cidade de Braço do Norte/SC (88.750-000), inscrita no CNPJ sob o nº 17.211.866/0001-44, representada neste ato pelo

procurador, Sr. Saulo José Possamai, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para que a Notificada responda de forma técnica fundamentada o quesito formulado na notificação, é de 10 (dez) dias a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro,

Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 26 de outubro de 2017.

Junior Henrique Decui dos Santos
Fiscal de Contrato (Portaria nº 2706/2017)

EXTRATO DA AT17PMF153

Publicação Nº 1412211

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF153 MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: F.VACHILESKI & CIA LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus.

Data da Ata: 26.10.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 26.10.2017 a 30.09.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0210/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0102/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0075/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca da Borracha	Valor Unitário-R\$
1	10	Und.	Recapagem de pneu 750-16 borrachudo 12 lonas	Vipal	270,72
3	12	Und.	Recapagem de pneu 1000-20 borrachudo 16 lonas a frio	Vipal	469,77
13	32	Und.	Recapagem de pneu 295/80 R22.5 borrach. G677 16 lonas a frio	Vipal	477,74
16	4	Und.	Vulcanização de pneu 750-16 liso 08 lonas	Vipal	79,62
17	8	Und.	Vulcanização de pneu 750-16 borrachudo 12 lonas	Vipal	79,62
26	12	Und.	Vulcanização de pneu 295/80 R22.5 16 lonas	Vipal	79,62
27	4	Und.	Vulcanização de pneu 175/70 R14 radial	Vipal	19,91
28	40	Und.	Recapagem de pneu 1000R20 borrachudo 16 lonas	Vipal	469,77
29	24	Und.	Recapagem de pneu 275/80 R22.5 16 lonas	Vipal	477,74
30	40	Und.	Recapagem de pneu 215/75 R17.5 12 lonas	Vipal	278,68
31	12	Und.	Vulcanização de pneu 1000R20 borrachudo 16 lonas	Vipal	119,44
32	8	Und.	Vulcanização de pneu 275/80 R22.5 16 lonas borrachudo	Vipal	119,44
33	8	Und.	Vulcanização de pneu 215/75 R17.5 12 lonas borrachudo	Vipal	79,62
34	8	Und.	Vulcanização de pneu 1000 - 20 borrachudo 16 lonas	Vipal	119,44
35	6	Und.	Vulcanização de pneu 175/70 R13 radial	Vipal	19,91
37	4	Und.	Vulcanização de pneu 1000- 20 liso 16 lonas	Vipal	119,44
39	4	Und.	Vulcanização de pneu 185/70 R14 radial	Vipal	19,91
40	4	Und.	Vulcanização de pneu 195/80 R14 radial	Vipal	19,92
2	8	Und.	Recapagem de pneu 900-16 agrícola 08 lonas	Vipal	237,98
4	32	Und.	Recapagem de pneu 1400-24/16-24-28 e 32 lonas desenho V ou lagarto	Vipal	951,94
5	8	Und.	Recapagem de pneu 18.4-30 agrícola – 10 e 12 lonas	Vipal	1.348,53
6	12	Und.	Recapagem de pneu 17.5-25 – 12 e 16 lonas	Vipal	1.348,53

7	8	Und.	Recapagem de pneu 12.4-24 agrícola – 06 lonas	Vipal	634,62
8	6	Und.	Recapagem de pneu 14.9 - 28 agrícola – 06 e 08 lonas	Vipal	793,28
9	4	Und.	Recapagem de pneu 18.4-34 agrícola 10 e 12 lonas	Vipal	1.348,53
10	4	Und.	Recapagem de pneu 14.9-24 agrícola – 06 e 08 lonas	Vipal	674,29
11	10	Und.	Recapagem de pneu 12.5/80 -18 –12 lonas	Vipal	634,62
12	6	Und.	Recapagem de pneu 19.5L 24 Desenho V Retroescavadeira	Vipal	1.348,55
14	4	Und.	Vulcanização de pneu 19.5 L – 24	Vipal	118,99
15	8	Und.	Vulcanização de pneu 12.5/ 80-18 – 12 lonas	Vipal	79,33
18	6	Und.	Vulcanização de pneu 900 -16 agrícola 08 lonas	Vipal	39,66
19	10	Und.	Vulcanização de pneu 1400 - 24 – (16, 24,28, e 32 lonas)	Vipal	118,99
20	6	Und.	Vulcanização de pneu 750-16 agrícola 16 lonas	Vipal	39,66
21	4	Und.	Vulcanização de pneu 18.4 - 30 agrícola – 10 e 12 lonas	Vipal	118,99
22	6	Und.	Vulcanização de pneu 17.5 - 25 – 16 lonas	Vipal	118,99
23	6	Und.	Vulcanização de pneu 14.9 - 28 agrícola – 06 e 08 lonas	Vipal	79,33
24	4	Und.	Vulcanização de pneu 14.9 - 24 agrícola – 12 lonas	Vipal	118,99
25	4	Und.	Vulcanização de pneu 18.4-34 agrícola – 08 lonas	Vipal	118,99
36	8	Und.	Recapagem de pneu 750-16 agrícola 08 lonas a frio	Vipal	198,32
38	8	Und.	Vulcanização de pneu 12.4 - 24 – 06 lonas	Vipal	39,66

Fraiburgo (SC), 26 de outubro de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

EXTRATO DA AT17PSF64

Publicação Nº 1412212

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF64
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: F.VACHILESKI & CIA LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus.

Data da Ata: 26.10.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 26.10.2017 a 30.09.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0210/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0102/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0075/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca da Borracha	Valor Unitário-R\$
28	2	Und.	Recapagem de pneu 1000R20 borrachudo 16 lonas	Vipal	469,77
30	2	Und.	Recapagem de pneu 215/75 R17.5 12 lonas	Vipal	278,68
41	1	Unid	Recapagem de Pneu 225/75 R15 Liso 12 Lonas	Vipal	169,34
42	2	Unid	Recapagem de Pneu 12 X 16,5 – 12 Lonas - Dianteiro	Vipal	615,33

Fraiburgo (SC), 26 de outubro de 2017.
Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

LISTA DE INSCRIÇÕES CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO 2017

Publicação Nº 1412213

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

EDITAL N. 001/2017

LISTA DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO.

A PREFEITA MUNICIPAL no uso das atribuições legais e de acordo com o EDITAL N. 001/2017 - PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO torna público a lista de inscrições aprovadas para o edital de escolha dos 5 (cinco) Conselheiros:

Nome	Empresa	Segmento
Vânia Maria Francescki Vieira	Centro Cultural Egon Frey	Organizações Culturais
Natália Mendes Latrechia	Hotel Renar	Meios de Hospedagem
Cleison Camargo	Hotel Renar	Meios de Hospedagem
Ademar de Lara	Restaurante Fraiburguense	Bares, restaurantes e similares
Jancarlos Marcon	Restaurante Zenere	Bares, restaurantes e similares
Joseli da Silva	Zezitos e Cia	Bares, restaurantes e similares
Ana Paula Knabben de Carvalho	Goldentur Brasil Viagens e Turismo	Agências de turismo, operadoras, guias turísticos e transportes
Gilmar Silva	Goldentur Brasil Viagens e Turismo	Agências de turismo, operadoras, guias turísticos e transportes
Rafael Bairros Porto	Parque Ecológico René Frey	Atrativos e estabelecimentos com viés turístico
Simone Aparecida Araldi	Portal Turístico	Atrativos e estabelecimentos com viés turístico

Fraiburgo, 25 de outubro de 2017.
Claudete Gheller Mathias
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 28552017

Publicação Nº 1412568

PORTARIA Nº 2855, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna 595/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.250.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no

período de 01 de novembro de 2017 até 17 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 28562017

Publicação Nº 1412579

PORTARIA Nº 2856, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 595/2017 da Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAQUELINE APARECIDA ALIONÇO DOS ANJOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 057.909.079-54, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2017 até de 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 28572017

Publicação Nº 1412592

PORTARIA Nº 2857, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 2840/2017

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 2840 de 23 de outubro de 2017, que concedeu licença sem remuneração para o servidor RODRIGO DE LARA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 825.066.639-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, alterando a data inicial da licença é 21 de novembro de 2017.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 2840 de 23 de outubro de 2017.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2017.
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS
 Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 28582017

Publicação Nº 1412594

PORTARIA Nº 2858, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de CLAUDETE RODRIGUES DE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 048.759.259-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2017.
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS
 Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 28592017

Publicação Nº 1412596

PORTARIA Nº 2859, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 2055/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora Marcella Maria Diska, a qual foi transferida para outro setor;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Ana Lucia de Souza Varela, que teve seu contrato rescindido;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 703.069.409-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de novembro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2017.
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS
 Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDSON WALDER 2017

Publicação Nº 1412384

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) EDSON WALDER

Cargo: Guarda do Patrimônio Público
 Classificação: 36º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Guarda do Patrimônio Público na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Guarda do Patrimônio Público ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 26/10/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

EDSON WALDER

TERMO DE CONVOCAÇÃO SIBELE DA SILVA SILVANO 2017

Publicação Nº 1412386

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017 - PMF)

Senhor(a): SIBELE DA SILVA SILVANO

Endereço: Rua 3000 376, apto 34

Centro – Balneário Camboriú/SC - CEP: 88330-334

(47) 99673-3280 (47) 3264-1301

CARGO: MONITOR SOCIAL

Classificação: 3º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;

- III – Creatinina,
- IV – Parcial de Urina;
- V – TGO e TGP;
- VI – Triglicerídio;
- VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
- VIII – TSH (acima de 45 anos);
- IX – PSA (homens acima de 45 anos);
- X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
- XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
- XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
- XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
- XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
- XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
- XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
- XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 26 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

SIBELE DA SILVA SILVANO

TERMO DE CONVOCAÇÃO TATIANE PEREIRA DOTTI 2017

Publicação Nº 1412388

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) TATIANE PEREIRA DOTTI

Cargo: Farmacêutico Bioquímico

Classificação: 2º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE

MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Farmacêutico Bioquímico na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Farmacêutico Bioquímico ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.
Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 26/10/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

TATIANE PEREIRA DOTTI

TERMO DE CONVOCAÇÃO VALDIR MARTINS VARELA 2017

Publicação Nº 1412389

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) VALDIR MARTINS VARELA

Cargo: Monitor Social
Classificação: 18º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 26/10/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

VALDIR MARTINS VARELA

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 201/2017

Publicação Nº 1412685

DECRETO N.º 201, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	80.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	80.000,00
12.365.00282.024 - Manutenção da Educação Infantil	80.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 202/2017

Publicação Nº 1412688

DECRETO N.º 202, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 43, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 43, de 24 de outubro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, do repasse de subvenção no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ 03733676/0001-82", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 43, de 24 de outubro de 2017.
Dispõe sobre a aprovação "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, do repasse de subvenção no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ 03733676/0001-82.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Conselho,

Resolve aprovar "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba o repasse de subvenção no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ 03733676/0001-82.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 24 de outubro de 2017.
ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 197, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412684

ERRATA N.º 1: Decreto nº 197, de 23 de outubro de 2017

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 197/2017, publicado no DOM/SC, Edição 2369, página 240, em 24/10/2017.

Onde se Lê:

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Leiam – se:

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 74.092,00 (setenta e quatro mil e noventa e dois reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 26 de outubro de 2017.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 27/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 43/2017 CMS

Publicação Nº 1412686

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 43, de 24 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a aprovação "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, do repasse de subvenção no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ 03733676/0001-82.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Conselho,
Resolve aprovar "ad referendum" do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba o repasse de subvenção no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ 03733676/0001-82.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 24 de outubro de 2017.
ELSITA THORSTENBERG ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 27/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMA - 002/2017

Publicação Nº 1411863

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMA nº002/2017– Credenciamento

Objeto: Contratação de Clínicas Veterinárias para prestação de serviços, para atender as necessidades do programa permanente de controle reprodutivo de cães e gatos, conforme Lei 1774/14 de 25 de fevereiro de 2014, conforme tabela e memorial descritivo em anexo.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 13/11/2017.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 25 de outubro de 2017.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

Publicação Nº 1412153

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 223/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de vale refeição/alimentação. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 09/11/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 26/10/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.721, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412164

DECRETO Nº 7.721, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensados do exercício de função gratificada, a partir de 01º de outubro de 2017, os servidores efetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social abaixo indicados:

a) EDUARDO MARCHI, inscrito no CPF sob o nº 003.438.679-31, da função gratificada de Coordenador de CCFV Maria Hendricks, nível II;

b) LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI, inscrito no CPF sob o nº 068.162.569-48, da função gratificada de Coordenador - SINASE, nível II;

c) SANDRA GERUSA DOS SANTOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 936.323.639-00, da função gratificada de Coordenadora de CRAS, nível II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de outubro de 2017.

Gaspar, 17 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.722, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412166

DECRETO Nº 7.722, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para exercício de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, a partir de 01º de outubro de 2017, os servidores efetivos abaixo indicados:

a) ANA FLAVIA WESSLING, inscrita no CPF sob o nº 895.328.809-68, para o exercício de função gratificada de Coordenadora - SINASE, nível II;

b) EDUARDO MARCHI, inscrito no CPF sob o nº 003.438.679-31, para o exercício da função gratificada de Coordenador de CRAS, nível II;

c) LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI, inscrito no CPF sob o nº 068.162.569-48, para o exercício de função gratificada de Coordenador de CRAS, nível II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de outubro de 2017.

Gaspar, 17 de outubro 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.733, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412167

DECRETO Nº 7.733, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEIS LOCALIZADOS NO BAIRRO LAGOA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 11.275, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Bernardino da Silva, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Francisco João Nagel, inscrito no CPF sob o nº 350.844.489-91, e Claudia Maria Nagel, inscrita no CPF sob o nº 920.110.639-49, contendo as seguintes características:

I. área de 1.217,20 m² (um mil duzentos e dezessete metros e vinte decímetros quadrados) - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M13, de coordenadas N 7.023.032,67 m e E 710.155,45 m, situado no limite com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, deste, segue com azimute de 161°01'59" e distância de 16,49 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M12, de coordenadas N 7.023.017,08 m e E 710.160,81 m; deste, segue com azimute de 152°17'36" e distância de 58,04 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M11, de coordenadas N 7.022.965,69 m e E 710.187,80 m; deste, segue com Raio de 9,00m e distância de 13,02m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M10, de coordenadas N 7.022.961,45m e E 710.198,93 m; deste, segue com azimute de 249°24'41" e distância de 29,28 m, confrontando neste trecho com o lado ímpar da Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice P8, de coordenadas N 7.022.951,16 m e E 710.171,52 m; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 15,25m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P7, de coordenadas N 7.022.963,76 m e E 710.176,33 m; deste, segue com azimute de 332°20'49" e distância de 55,28 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M15, de coordenadas N 7.023.012,72 m e E 710.150,68 m; deste, segue com azimute de 341°01'59" e distância de 17,32 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M14, de coordenadas N 7.023.029,10m e E 710.145,05m; deste, segue com raio de 9,5m e distância de arco de 47,96m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M13, de coordenadas N 7.023.032,67 m e E 710.155,45 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de ..ARAQUARI, de coordenadas UTM (E): 725.707,184m e UTM (N): 7.078.727,144m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Referenciadas ao Meridiano Central -51..WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. O imóvel descrito com a área 1.217,20 m² (um mil duzentos e dezessete metros e vinte decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura Rua Bernardino de Souza, nominada pela Lei Municipal nº 1.923, de 27 de setembro de 1999.

Art. 2º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 11.275, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Alfredo Nicolao da Silva, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Francisco João Nagel, inscrito no CPF sob o nº 350.844.489-91, e Claudia Maria Nagel, inscrita no CPF sob o nº 920.110.639-49, contendo as seguintes características:

I. área de 3.105,29 m² (três mil cento e cinco metros e vinte e nove decímetros quadrados) - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M2, de coordenadas N 7.023.080,29 m e E 710.279,58 m, situado no limite com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção a Rua Geral Poço Grande, deste, segue com azimute de 95°21'52" e distância de

15,50 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção ao final dela própria, até o vértice B2, de coordenadas N 7.023.078,85 m e E 710.295,01 m; deste, segue com azimute de 184°56'08" e distância de 4,75 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção ao final dela própria, até o vértice V1, de coordenadas N 7.023.074,11 m e E 710.294,60 m; deste, segue com azimute de 252°43'25" e distância de 6,39 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V14, de coordenadas N 7.023.072,21 m e E 710.288,49 m; deste, segue com azimute de 226°21'01" e distância de 9,38 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V13, de coordenadas N 7.023.065,74 m e E 710.281,71 m; deste, segue com azimute de 210°14'24" e distância de 25,66 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V12, de coordenadas N 7.023.043,57 m e E 710.268,78 m; deste, segue com azimute de 204°26'53" e distância de 17,02 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V11, de coordenadas N 7.023.028,08 m e E 710.261,74 m; deste, segue com azimute de 202°10'40" e distância de 37,83 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V10, de coordenadas N 7.022.993,05 m e E 710.247,46 m; deste, segue com azimute de 209°44'52" e distância de 16,56 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V9, de coordenadas N 7.022.978,68 m e E 710.239,25 m; deste, segue com azimute de 223°17'28" e distância de 25,60 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V8, de coordenadas N 7.022.960,04 m e E 710.221,69 m; deste, segue com azimute de 241°00'09" e distância de 18,31 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V7, de coordenadas N 7.022.951,17 m e E 710.205,68 m; deste, segue com azimute de 249°24'41" e distância de 66,49 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V6, de coordenadas N 7.022.927,79 m e E 710.143,44 m; deste, segue com azimute de 234°36'17" e distância de 10,54 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V5, de coordenadas N 7.022.921,68 m e E 710.134,85 m; deste, segue com azimute de 218°16'39" e distância de 10,19 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V4, de coordenadas N 7.022.913,68 m e E 710.128,54 m; deste, segue com azimute de 200°34'19" e distância de 11,45 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V3, de coordenadas N 7.022.902,96 m e E 710.124,51 m; deste, segue com azimute de 274°58'49" e distância de 12,02 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção a Rua Geral Poço Grande, até o vértice P12, de coordenadas N 7.022.905,54 m e E 710.112,67 m; deste, segue com azimute de 20°34'19" e distância de 15,07 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P11, de coordenadas N 7.022.919,65 m e E 710.117,96 m; deste, segue com azimute de 38°16'40" e distância de 13,78 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P10, de coordenadas N 7.022.930,47 m e E 710.126,50 m; deste, segue com azimute de 54°36'17" e distância

de 13,82 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P9, de coordenadas N 7.022.938,47 m e E 710.137,76 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 36,07 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P8, de coordenadas N 7.022.951,16 m e E 710.171,52 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 29,28 m, confrontando neste trecho com a frente da Rua Bernardino de Souza (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice M10, de coordenadas N 7.022.961,45 m e E 710.198,93 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 1,82 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M9, de coordenadas N 7.022.962,09 m e E 710.200,63 m; deste, segue com azimute de 61°00'09" e distância de 15,56 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M8, de coordenadas N 7.022.969,63 m e E 710.214,24 m; deste, segue com azimute de 43°17'28" e distância de 22,31 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M7, de coordenadas N 7.022.985,87 m e E 710.229,53 m; deste, segue com azimute de 29°44'51" e distância de 14,34m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M6, de coordenadas N 7.022.998,32 m e E 710.236,65 m; deste, segue com azimute de 22°10'40" e distância de 37,27 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M5, de coordenadas N 7.023.032,83 m e E 710.250,72 m; deste, segue com azimute de 24°26'53" e distância de 17,86 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M4, de coordenadas N 7.023.049,09 m e E 710.258,11 m; deste, segue com azimute de 30°14'24" e distância de 27,96m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M3, de coordenadas N 7.023.073,25 m e E 710.272,19 m; deste, segue com azimute de 46°21'01" e distância de 10,20 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M2, de coordenadas N 7.023.080,29 m e E 710.279,58m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de ARAQUARI, de coordenadas UTM (E): 725.707,184 m e UTM (N): 7.078.727,144m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Referenciadas ao Meridiano Central -51..WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. Distando 590,00 aprox. da Rua Geral Poço Grande. O imóvel descrito com a área 3.105,29 m² (três mil cento e cinco metros e vinte e nove decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura Rua Alfredo Nicolao da Silva, nominada pela Lei Municipal nº 1.923, de 27 de setembro de 1999.

Art. 3º As despesas decorrentes da aquisição dos imóveis descritos nos artigos 1º e 2º correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Francisco João Nagel, inscrito no CPF nº 350.844.489-91

Rua: Rua Bernardino de Souza.

Bairro: Lagoa.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica – Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um área situada no perímetro urbano do município de Gaspar, ocupada pela Rua Alfredo Nicolao da Silva, Bairro Lagoa, contendo área de 1.217,20 m² (um mil duzentos e dezessete metros e vinte decímetros quadrados), inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M13, de coordenadas N 7.023.032,67 m e E 710.155,45 m, situado no limite com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, deste, segue com azimute de 161°01'59" e distância de 16,49 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M12, de coordenadas N 7.023.017,08 m e E 710.160,81 m; deste, segue com azimute de 152°17'36" e distância de 58,04 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M11, de coordenadas N 7.022.965,69m e E 710.187,80 m; deste, segue com Raio de 9,00m e distância de 13,02m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M10, de coordenadas N 7.022.961,45m e E 710.198,93 m; deste, segue com azimute de 249°24'41" e distância de 29,28 m, confrontando neste trecho com o lado impar da Rua Alfredo Nicolao da Silva(Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice P8, de coordenadas N 7.022.951,16 m e E 710.171,52 m; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 15,25m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P7, de coordenadas N 7.022.963,76 m e E 710.176,33 m; deste, segue com azimute de 332°20'49" e distância de 55,28 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M15, de coordenadas N 7.023.012,72 m e E 710.150,68 m; deste, segue com azimute de 341°01'59" e distância de 17,32 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M14, de coordenadas N 7.023.029,10m e E 710.145,05m; deste, segue com raio de 9,5m e distância de arco de 47,96m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M13, de coordenadas N 7.023.032,67 m e E 710.155,45 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de ..ARAQUARI, de coordenadas UTM (E): 725.707,184m e UTM (N): 7.078.727,144m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Referenciadas ao Meridiano Central -51..WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. 11.275.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 1.217,20 m² (um mil duzentos e dezessete metros e vinte decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Ata:

Em vinte e cinco (25) de maio de 2017, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11 e

6.872/16, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (2) duas lauda que vai devidamente rubricada e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Fabio Cardoso
Matricula 6918

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Francisco João Nagel, inscrito no CPF nº 350.844.489-91

Rua: Rua Alfredo Nicolao da Silva.

Bairro: Lagoa.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica – Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um área situada no perímetro urbano do município de Gaspar, ocupada pela Rua Alfredo Nicolao da Silva, Bairro Lagoa, contendo área de 3.105,29 m² (três mil cento e cinco metros e vinte e nove decímetros quadrados), inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M2, de coordenadas N 7.023.080,29 m e E 710.279,58 m, situado no limite com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção a Rua Geral Poço Grande, deste, segue com azimute de 95°21'52" e distância de 15,50 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção ao final dela própria, até o vértice B2, de coordenadas N 7.023.078,85 m e E 710.295,01 m; deste, segue com azimute de 184°56'08" e distância de 4,75 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção ao final dela própria, até o vértice V1, de coordenadas N 7.023.074,11 m e E 710.294,60 m; deste, segue com azimute de 252°43'25" e distância de 6,39 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V14, de coordenadas N 7.023.072,21 m e E 710.288,49 m; deste, segue com azimute de 226°21'01" e distância de 9,38 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V13, de coordenadas N 7.023.065,74 m e E 710.281,71 m; deste, segue com azimute de 210°14'24" e distância de 25,66 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V12, de coordenadas N 7.023.043,57 m e E 710.268,78 m; deste, segue com azimute de 204°26'53" e distância de 17,02 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V11, de coordenadas N 7.023.028,08 m e E 710.261,74 m; deste, segue com azimute de 202°10'40" e distância de 37,83 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V10, de coordenadas N 7.022.993,05 m e E 710.247,46 m; deste, segue com azimute de 209°44'52" e distância de 16,56 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V9, de coordenadas

N 7.022.978,68 m e E 710.239,25 m; deste, segue com azimute de 223°17'28" e distância de 25,60 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V8, de coordenadas N 7.022.960,04 m e E 710.221,69 m; deste, segue com azimute de 241°00'09" e distância de 18,31 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V7, de coordenadas N 7.022.951,17 m e E 710.205,68 m; deste, segue com azimute de 249°24'41" e distância de 66,49 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V6, de coordenadas N 7.022.927,79 m e E 710.143,44 m; deste, segue com azimute de 234°36'17" e distância de 10,54 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V5, de coordenadas N 7.022.921,68 m e E 710.134,85 m; deste, segue com azimute de 218°16'39" e distância de 10,19 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V4, de coordenadas N 7.022.913,68 m e E 710.128,54 m; deste, segue com azimute de 200°34'19" e distância de 11,45 m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V3, de coordenadas N 7.022.902,96 m e E 710.124,51 m; deste, segue com azimute de 274°58'49" e distância de 12,02 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção a Rua Geral Poço Grande, até o vértice B1, de coordenadas N 7.022.904,01 m e E 710.112,54 m; deste, segue com azimute de 4°35'05" e distância de 1,54 m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção a Rua Geral Poço Grande, até o vértice P12, de coordenadas N 7.022.905,54 m e E 710.112,67 m; deste, segue com azimute de 20°34'19" e distância de 15,07 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P11, de coordenadas N 7.022.919,65 m e E 710.117,96 m; deste, segue com azimute de 38°16'40" e distância de 13,78 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P10, de coordenadas N 7.022.930,47 m e E 710.126,50 m; deste, segue com azimute de 54°36'17" e distância de 13,82 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P9, de coordenadas N 7.022.938,47 m e E 710.137,76 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 36,07 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P8, de coordenadas N 7.022.951,16 m e E 710.171,52 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 29,28 m, confrontando neste trecho com a frente da Rua Bernardino de Souza (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice M10, de coordenadas N 7.022.961,45 m e E 710.198,93 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 1,82 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M9, de coordenadas N 7.022.962,09 m e E 710.200,63 m; deste, segue com azimute de 61°00'09" e distância de 15,56 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M8, de coordenadas N 7.022.969,63 m e E 710.214,24 m; deste, segue com azimute de 43°17'28" e distância de 22,31 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M7, de coordenadas N 7.022.985,87 m e E 710.229,53 m; deste, segue com azimute de 29°44'51" e distância de 14,34m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M6, de coordenadas N 7.022.998,32 m e E 710.236,65 m; deste, segue com azimute de 22°10'40" e distância de 37,27 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M5, de coordenadas N 7.023.032,83 m e E 710.250,72 m; deste, segue com azimute de 24°26'53" e distância

de 17,86 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M4, de coordenadas N 7.023.049,09 m e E 710.258,11 m; deste, segue com azimute de 30°14'24" e distância de 27,96m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M3, de coordenadas N 7.023.073,25 m e E 710.272,19 m; deste, segue com azimute de 46°21'01" e distância de 10,20 m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M2, de coordenadas N 7.023.080,29 m e E 710.279,58m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de ARAQUARI, de coordenadas UTM (E): 725.707,184 m e UTM (N): 7.078.727,144m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Referenciadas ao Meridiano Central -51..WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, distando 590,00 aprox. da Rua Geral Poço Grande, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. 11.275.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 3.105,29 m² (três mil cento e cinco metros e vinte e nove décimos quadrados), tendo seu valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco

mil reais).

Ata:

Em vinte e cinco (25) de maio de 2017, às 8h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11 e 6.872/16, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 9h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (2) duas laudas que vai devidamente rubricada e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Fabio Cardoso
Matricula 6918

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2017

Publicação Nº 1412110

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2017 — CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LIMPEZA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GASPAR.

AUTOS: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara de Vereadores de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546./0001-16.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza de aparelhos de ar condicionado, sendo 01 de janela de 7.500 Btus, 01 split de 7.000 Btus, 16 split de 9.000 Btus, 07 split de 12.000 Btus e 02 split de 60.000 Btus. Esta manutenção destina-se a suprir a necessidade atual da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, que preza pelo bem estar de seus servidores, vereadores e o público em geral.

Gabinete da Presidência, 25 de outubro de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 103/2017

Publicação Nº 1412679

ERRATA DO NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 103/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM NO FORNECIMENTO DE CADEIÃO PARA O SERVIÇO DE GUARDA VIDAS DESTINADOS AO 2º PELOÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ONDE SE LÊ:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/11/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 09/11/2017 às 14h30min.

LEIA-SE:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/11/2017 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 10/11/2017 às 14h30min.

As demais informações permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 24 de Outubro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

ERRATA NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 107/2017

Publicação Nº 1412680

ERRATA NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 107/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CERCAS COM COLUNAS METÁLICAS, PINTURA ELETROSTÁTICA COM PREENCHIMENTO DE TELA SOLDADA COM REVESTIMENTO DE PVC, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO CONFORME ANEXO I, PARA ATENDER AS EVENTUAIS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

ONDE SE LÊ:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/11/2017 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 09/11/2017 às 17h30min.

LEIA-SE:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/11/2017 até às 17h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 10/11/2017 às 17h30min.

As demais informações permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 24 de Outubro de 2017.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 151/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412508

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte

Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) ADL COMERCIAL EIRELI, estabelecida à Rua FLORANIA, Nº 467, FUNDOS, BAIRRO, VELHA CENTRAL, BLUMENAU/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.267.298/0001-78, neste ato representado pelo(a) ADEMIR LAURINDO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 624.465.259-20, portador(a) do RG nº 1723455-7, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ADL COMERCIAL EIRELI				
20	Frigobar com capacidade mínima de 120 litros. Cor branco. Voltagem: 220V ou bivolt; Garantia 12 meses;	UND	3,00	900,00	2.700,00

Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

ADL COMERCIAL EIRELI
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 152/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412527

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) EKOMOB COMERCIO LTDA- EPP, estabelecida à Rua FRANCISCO JOAO TOBIAS, Nº 30, ESCALVADOS, NAVEGANTES/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.825.521/0001-55, neste ato representado pelo(a) EDNELSON BOOZ brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 006.825.418-90, portador(a) do RG nº 3234822 – SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	EKOMOB COMERCIO LTDA - EPP				
4	Mesa Reta Pé Tubular 15mm com aproximadamente - 900mm X 600mm: Dimensão: 900mm Comprimento, 600mm Profundidade, 740mm Altura, Tampo: MDP 15mm, Paineis Frontal: MDP 15mm Tipo de Acabamento Borda: Perfil de PVC; Pés em aço tipo H. Sapatas niveladoras. Garantia de 1 ano na cor bege ou cinza a critério do solicitante.	UND	10,00	100,00	1.000,00

5	Mesa Reta Pé Tubular 15mm - 1200mm X 600mm: Dimensão: 1200mm Comprimento, 600mm Profundidade, 750mm Altura, Tampo: MDP 15mm, Painel Frontal: MDP 15mm Tipo de Acabamento Borda: Perfil de PVC; Pé da Mesa: Metálico Tubo (30x20mm e 30x50mm). Acabamento de madeira na parte central do pé. Garantia de 1 ano na cor bege ou cinza a critério do solicitante.	UND	10,00	127,00	1.270,00
6	Mesa Reta para impressoras. Tampo 15mm - 500mm X 400mm: Dimensão aproximada: 500mm Comprimento, 400mm Profundidade, 740mm Altura, Tampo: MDP 15mm, Painel Frontal: MDP 15mm Tipo de Acabamento Borda: Perfil de PVC; Acabamento de madeira na parte central do pé. Garantia de 1 ano na cor bege ou cinza a critério do solicitante.	UND	5,00	85,00	425,00
13	Ilha de trabalho com 02 lugares, composta de 02 mesas 120cm x 60cm x 73cm altura tampo em MDP de 15mm de espessura, com acabamento em bordas PVC semi-rígido, com pés metálicos pintados, com 02 gavetas com chave do lado direito, com 01 painel divisor de 120x45cm, em MDP de 15mm de espessura, na cor cinza.	UND	2,00	385,00	770,00
14	Ilha de trabalho com 02 lugares, composta de 02 mesas 120cm x 60cm x 73cm altura tampo em MDP de 15mm de espessura, com acabamento em bordas PVC semi-rígido, com pés metálicos pintados, com 02 gavetas com chave do lado esquerdo, com 01 painel divisor de 120x45cm, em MDP de 15mm de espessura, na cor cinza.	UND	2,00	385,00	770,00
15	Mesa de trabalho 120x60cmx-73cm altura, em MDP de 15mm de espessura, com acabamento em bordas PVC semi-rígido, com pés metálicos pintados, com 02 gavetas com chave, na cor cinza.	UND	10,00	149,00	1.490,00
16	Mesa dupla 136x136cm, em MDP de 25mm de espessura.	UND	5,00	200,00	1.000,00
17	Suporte para CPU e estabilizador/nobreak, em MDP de 15mm de espessura, com acabamento em bordas PVC semi-rígido, com rodanas giratórias, na cor cinza.	UND	20,00	34,90	698,00

Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

EKOMOB COMERCIO LTDA - EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 153/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412531

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s)) FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP, estabelecida à Rua, 600, Nº 500, BALNEARIO CAMBORIU/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 11.943.540/0001-25, neste ato representado pelo(a) JOSNEI RODRIGUES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 870.612.799-15, portador(a) do RG n.º 25927969, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP				
02	Cadeira executiva para escritório fixa. Tipo de Encosto e Assento: espuma expandida com 60mm de espessura. Tipo de Base: estrutura de sustentação em forma de palito em tubo de aço industrial redondo SAE 1020 com 25,40 mm de diâmetro, parede 1,20mm. Travessa de apoio em tudo de aço industrial redondo SAE 1020 com 25,40 mm de diâmetro, parede 2,25mm. Capacidade de Carga: 140 KG. Revestida em courvim preto. Sem braço.	UND	20,00	74,90	1.498,00

Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 154/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412535

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 18 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) GILMAR SANI ME, estabelecida à Rua, ANITAPOLIS, Nº 135, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 14.588.459/0001-62, neste ato representado pelo(a) LOURIVAL FERREIRA JUNIOR, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 084.739.809-99, portador(a) do RG n.º 5827969, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA GILMAR SANI ME	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	Banqueta dobrável: A banqueta dobrável deverá ter as seguintes especificações mínimas: Banqueta dobrável com estofado em couro sintético e enchimento interno em espuma, Estrutura em aço, assento, ponteiros em polipropileno e assento em couro sintético preto. Capacidade para até 90kg.	UND	5,00	28,00	140,00
11	Gaveteiro com 03 gavetas, em MDP de 25mm de espessura, com puxadores, rodízios, fechadura e chave, na cor cinza ou bege a critério do solicitante. Medidas aproximadas: 400 x 525 x 640mm.	UND	5,00	168,00	840,00
18	Calculadora Eletrônica de Mesa, 12 dígitos com Bobina. Possuir visor para 12 dígitos. Com adaptador de voltagem incluso. - Impressão bicolor para diferenciar resultados positivos e negativos Visor: Cristal Líquido • Funções: Cálculo de Taxas; Constante; Porcentagem; Contador de Itens; Inversão de Sinais; Seletor de decimais e arredondamento; Deve acompanhar adaptador de Voltagem;	UND	2,00	242,00	484,00

Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

GILMAR SANI ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 155/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412538

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA - ME, estabelecida à Av, BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 620, CENTRO, PALHOÇA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 09.025.311/0001-80, neste ato representado pelo(a) GERSON DA SILVEIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 471.604.979-53,

portador(a) do RG n.º 1255.066 SESP/SC, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA - ME				
01	Arquivo em aço, com 04 gavetas para pasta suspensa, com chave, medindo aproximadamente 133 cm altura x 46x60cm, com pintura eletroestática, na cor cinza.	UND	4,00	300,00	1.200,00
19	Cafeteira Industrial com capacidade para 06 litros. Corpo e depósito em aço inoxidável. Pés com sapatas antiderrapantes. Com visor de nível de água e café. Com torneira(s). Voltagem: 220V ou bivolt.	UND	3,00	604,00	1.812,00
20	Aparelho micro-ondas Voltagem: 220V ou bivolt; Potência mínima:900W; Capacidade mínima: 30 litros; Cor: branca; Trava de Segurança; Garantia 12 meses;	UND	5,00	463,90	2.319,50

Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA - ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 156/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412542

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME, estabelecida à Rua GUILHERME LUDWIG, Nº 242. AREA INDUSTRIAL, SÃO JOSÉ DO INHACORA/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.936.352/0001-07, neste ato representado pelo(a) LEANDRO ALBERTO KERBER, brasileiro(a), SOLTEIRO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 770.863.410-53, portador(a) do RG n.º 3039655141 SJS/DI-RS, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME				
07	Cadeira giratória, estofado presidente, com costura gomada, com espuma injetada, revestida em courvim preto, com braços corsa.	UND	10,00	286,00	2.860,00
08	Cadeira giratória, estofado diretor, com costura gomada, com espuma injetada, revestida em courvim preto, com braços corsa.	UND	15,00	245,00	3.675,00
09	Cadeira giratória, estofado executiva, com espuma injetada, revestida em courvim preto, com braços.	UND	15,00	146,00	2.190,00
10	Cadeira longarina, 4 lugares, assento e encosto em polipropileno azul, com acabamento em preto.	UND	8,00	224,00	1.792,00
12	Gaveteiro com 04 gavetas (04 gavetas médias), em MDP de 25mm de espessura, com puxadores, rodízios, fechadura e chave, na cor cinza ou bege a critério do solicitante. Medidas aproximadas: 400 x 600 x 740mm.	UND	5,00	183,00	915,00

Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 157/2017 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Publicação Nº 1412544

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2017

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA - EPP, estabelecida à Rua JOÃO TEOFILO DEUCHER, Nº 29 – SALA II, CENTRO, BOM RETIRO/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 21.972.444/0001-69, neste ato representado pelo(a) SANDRO VILMAR PIRES, brasileiro(a), SOLTEIRO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 584.080.379-00, portador(a) do RG n.º 1.961.326, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETROS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 94/2017, objeto do Processo 94/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA - EPP				
22	Televisão de LED de 40", Smart, full HD, com entrada HDMI e USB. Garantia 12 meses; Voltagem: 220V ou bivolt;	UND	5,00	2.000,00	10.000,00



Governador Celso Ramos/SC, 22 de setembro de 2017.

NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA - EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 158/2017 - AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1412547

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2017

AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) ABC & MÃO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E ACESSORIOS PARA VIDROS TEMPERADOS E COMERCIO DE AR CONDICIONADO EIRELLI - ME, estabelecida à Rua TAPAJOS, Nº 112, SALA 02 FUNDOS, SALTO DO NORTE, BLUMENAU, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.180466/0001-96, neste ato representado pelo(a) PEDRO ABILIO DE SOUZA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 546.760.459-72, portador(a) do RG n.º 1484418 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 95/2017, objeto do Processo 95/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ABC & MÃO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E ACESSORIOS PARA VIDROS TEMPERADOS E COMERCIO DE AR CONDICIONADO EIRELLI - ME				
01	Confecção e instalação de grades para portas ou janelas, modelo tijolinhona vertical de ferroredondo3/8", espaçamento de 10cm, com quadro de barra chata em ferro 7/8" x 3/16". Quando para portas deve possuir moldura em cantoneira de ferro 1.1/4" x 3/16". Devem vir galvanizadas e pintadas na cor branca. Devem incluir toda a estrutura para a perfeita funcionalidade, ou seja, os perfis de ferros, trilhos, molduras, tudo galvanizado e pintado na cor branca. Deve incluir todos os componentes para instalação, como parafusos de aço inox; Para portas devem conter, no mínimo, dois portas cadeados.	UND	195	314,00	61.230,00

Governador Celso Ramos/SC, 02 de Outubro de 2017.

ABC & MÃO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E ACESSORIOS PARA VIDROS TEMPERADOS E COMERCIO DE AR CONDICIONADO EIRELLI - ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 159/2017 - AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1412554

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2017**AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE**

Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) NATAN LUIZ CERATTI - ME, estabelecida à Rua, MONTE JULIANA, Nº 135, MONTE ALEGRE, CAMBÓRIU/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 18.669.478/0001-74, neste ato representado pelo(a) NATAN LUIZ CERATTI, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 080.041.189-76, portador(a) do RG n.º 4330050 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 95/2017, objeto do Processo 95/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA NATAN LUIZ CERATTI - ME	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	Confecção e instalação de pantográficas em formato xadrez para portas ou janelas galvanizadas e pintadas na cor branca. Devem incluir toda a estrutura para a perfeita funcionalidade, ou seja, os perfis de ferros, trilhos, molduras, tudo galvanizado e pintado na cor branca. Deve incluir todos os componentes para instalação, como parafusos de aço inox e as fechaduras.	UND	155	379,00	58.745,00

Governador Celso Ramos/SC, 02 de Outubro de 2017.

NATAN LUIZ CERATTI - ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 160/2017 - AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE**

Publicação Nº 1412558

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2017**AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE**

Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME, estabelecida à Rua GOÍAS, Nº 29, AREIAS, CAMBÓRIU/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 17.180.519/0001-00, neste ato representado pelo(a) MARCIO CERATTI, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 787.781.589-15, portador(a) do RG n.º 4/R2.556.916 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 95/2017, objeto do Processo 95/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e

seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME				
02	Confecção e instalação de pantográficas em formato xadrez para portas ou janelas galvanizadas e pintadas na cor branca.Devem incluir toda a estrutura para a perfeita funcionalidade, ou seja, os perfis de ferros, trilhos, molduras,tudo galvanizado e pintado na cor branca. Deve incluir todos os componentes para instalação, como parafusos de aço inox e as fechaduras.	UND	155	380,50	58.977,50

Governador Celso Ramos/SC, 02 de Outubro de 2017.

MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 161/2017 - AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1412559

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2017

AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) METALURGICA GR EIRELLI - EPP, estabelecida à Rua HERIBERTO HULSE, Nº 198, BARREIROS, SÃO JOSE/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 00.200.500/0001-77, neste ato representado pelo(a) GILBERTO JOÃO RECH, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 501.073.809-00, portador(a) do RG n.º 1.165.025, para AQUISIÇÃO DE GRADES E PANTOGRÁFICAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 95/2017, objeto do Processo 95/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME				
02	Confecção e instalação de grades para portas ou janelas, modelo tijolinho na vertical de ferro redondo 3/8", espaçamento de 10cm, com quadro de barra chata em ferro 7/8" x 3/16". Quando para portas deve possuir moldura em cantoneira de ferro 1.1/4" x 3/16". Devem vir galvanizadas e pintadas na cor branca. Devem incluir toda a estrutura para a perfeita funcionalidade, ou seja, os perfis de ferros, trilhos, molduras, tudo galvanizado e pintado na cor branca. Deve incluir todos os componentes para instalação, como parafusos de aço inox; Para portas devem conter, no mínimo, dois portas cadeados.	UND	195	313,50	61.132,50

Governador Celso Ramos/SC, 02 de Outubro de 2017.

MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 162/2017 - AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1412561

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2017

AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) COMP 1 INFORMATICA LTDA, estabelecida à Rua FELIPE SCHMIDT, Nº 649 – SALA 1006, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.299.299/0001-20, neste ato representado pelo(a) LEANDRO MARCONI HOLTZ brasileiro(a), CASADO, EMPRESARIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 050.367.749-30, portador(a) do RG n.º 43760831-1 – SSP/SP, para AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 96/2017, objeto do Processo 96/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	COMP 1 INFORMATICA LTDA				

01	<p>TABLET.</p> <p>Especificações Mínimas:</p> <p>-TELA: Tecnologia: TFT Tamanho: 7,0" a 8,3 Resolução: 1024 x 600 pixel (WSVGA) Profundidade da cor: 16M</p> <p>-PROCESSADOR: Processador: Quad Core 1.3 Ghz</p> <p>-CÂMERA: Recurso de Câmera: Principal CMOS 2.0 MP, Secundária/Frontal: CMOS 2.0Mp e gravação de vídeo: VGA (640X4800).</p> <p>-MEMÓRIA: Memória RAM: 1.0 GB Memória Interna: 8 GB Memória de Expansão: Suporte a MicroSD até 32 GB</p> <p>-REDES: Conexões: Wi-Fi Conectividade: ANT+Não Wi-Fi 802.11 /b/g/n 2.4GHz Wi-Fi Direct: Sim Suporte á DLNA: Não Versão de USB: USB 2.0 Conector de Fone de Ouvido: Conexão 3.5mm (Padrão P2). Versão de Bluetooth: Bluetooth v4.0 Perfis de Bluetooth: A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP PC Sync Possuir GPS, Glonass</p> <p>-SISTEMA OPERACIONAL: Android 5.0</p> <p>-INFORMAÇÕES GERAIS: Cor: Preto</p> <p>-SENSORES: Acelerômetro</p> <p>-ESPECIFICAÇÕES FÍSICAS: Dimensões (mm) até: 193.4 x 116.4 x 9.7 Peso(g) até: 310</p> <p>-BATERIA: Bateria: Capacidade 3600mAh Removível: Não Uso da Internet WI-Fi: até 9 horas Reprodução de vídeos: até 8 horas Tempo de Reprodução de áudio: até 71 horas</p> <p>-ÁUDIO E VIDEO: Formato de Reprodução de Vídeo: MP4, M4V, 3GP, 3G2, MKV, WEBM Resolução de Reprodução de Vídeo: FHD(1920 X 1080) Formato de Reprodução de áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA.</p>	UND	50,00	749,00	37.450,00
----	--	-----	-------	--------	-----------

Governador Celso Ramos/SC, 09 de outubro de 2017.

COMP 1 INFORMATICA LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 163/2017 - AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1412564

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2017

AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados

os preços da (s) empresa (s) COMP 1 INFORMATICA LTDA, estabelecida à Rua FELIPE SCHMIDT, Nº 649 – SALA 1006, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.299.299/0001-20, neste ato representado pelo(a) LEANDRO MARCONI HOLTZ brasileiro(a), CASADO, EMPRESARIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 050.367.749-30, portador(a) do RG nº 43760831-1 – SSP/SP, para AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 96/2017, objeto do Processo 96/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	COMP 1 INFORMATICA LTDA				
01	<p>TABLET.</p> <p>Especificações Mínimas:</p> <p>-TELA: Tecnologia: TFT Tamanho: 7,0" a 8,3 Resolução: 1024 x 600 pixel (WSVGA) Profundidade da cor: 16M</p> <p>-PROCESSADOR: Processador: Quad Core 1.3 Ghz</p> <p>-CÂMERA: Recurso de Câmera: Principal CMOS 2.0 MP, Secundária/Frontal: CMOS 2.0Mp e gravação de vídeo: VGA (640X4800).</p> <p>-MEMÓRIA: Memória RAM: 1.0 GB Memória Interna: 8 GB Memória de Expansão: Suporte a MicroSD até 32 GB</p> <p>-REDES: Conexões: Wi-Fi Conectividade: ANT+Não Wi-Fi 802.11 /b/g/n 2.4GHz Wi-Fi Direct: Sim Suporte à DLNA: Não Versão de USB: USB 2.0 Conector de Fone de Ouvido: Conexão 3.5mm (Padrão P2). Versão de Bluetooth: Bluetooth v4.0 Perfis de Bluetooth: A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP PC Sync Possuir GPS, Glonass</p> <p>-SISTEMA OPERACIONAL: Android 5.0</p> <p>-INFORMAÇÕES GERAIS: Cor: Preto</p> <p>-SENSORES: Acelerômetro</p> <p>-ESPECIFICAÇÕES FÍSICAS: Dimensões (mm) até: 193.4 x 116.4 x 9.7 Peso(g) até: 310</p> <p>-BATERIA: Bateria: Capacidade 3600mAh Removível: Não Uso da Internet WI-Fi: até 9 horas Reprodução de vídeos: até 8 horas Tempo de Reprodução de áudio: até 71 horas</p> <p>-ÁUDIO E VIDEO: Formato de Reprodução de Vídeo: MP4, M4V, 3GP, 3G2, MKV, WEBM Resolução de Reprodução de Vídeo: FHD(1920 X 1080) Formaro de Reprodução de áudio: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA</p>	UND	50,00	749,00	37.450,00

Governador Celso Ramos/SC, 09 de outubro de 2017.

COMP 1 INFORMATICA LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 164/2017 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1412566

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2017

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP, estabelecida à Rua BENJAMIN CONSTANT, Nº 167, BAIRRO, AMERICA, JOENVILLE/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.931.088/0001-19, neste ato representado pelo(a) THIAGO SANTIN LIMA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 007.993.859-05, portador(a) do RG n.º 5350129 SSP/PR, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 100/2017, objeto do Processo100/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
03	Sapato fechado, na cor branca, sem fivela e sem salto.	UND	100,00	47,90	4.790,00
07	Botina em couro com solado de borracha na cor a ser definida posteriormente pela Secretaria de Educação.	UND	30,00	69,00	2.070,00

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Outubro de 2017.

BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 165/2017 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1412575

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2017

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME, estabelecida à Rua DARCY LONGHI, Nº 385, DISTRITO INDUSTRIAL, BENTO GONÇALVES/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 94.987.930/0001-24, neste ato representado pelo(a), brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 891.819.729-20, portador(a) do RG n.º 3214567, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 100/2017, objeto do Processo100/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e

seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
04	Avental de napa, na cor branca, curto.	UND	100,00	6,90	690,00

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Outubro de 2017.

CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 166/2017 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1412583

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2017

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) CONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA, estabelecida à Rua ARMINIO TAVARES, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 28.072.275/0001-50, neste ato representado pelo(a) RENATO RIBEIRO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 555.003.741-68, portador(a) do RG n.º 4976663 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 100/2017, objeto do Processo 100/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Jaleco de microfibra na cor branca, sem manga, gola V com logo em serigrafia a ser posteriormente fornecida pela Secretaria da Educação para a licitante vencedora.	UND	100,00	29,90	2.990,00
02	Calça feminina em brim, na cor branca, com elástico e cadarço na cintura, com bolso na frente e nas costas.	UND	200,00	29,90	5.980,00
05	Camiseta, na cor amarela, manga curta, de malha com logo em serigrafia a ser posteriormente fornecida pela Secretaria da Educação para a licitante vencedora.	UND	50,00	14,68	734,00
06	Calça masculina em brim, na azul marinho, com elástico e cadarço na cintura, com bolso na frente e nas costas.	UND	50,00	30,07	1.503,50
08	Camiseta, na cor branca, manga curta, de malha com logo em serigrafia a ser posteriormente fornecida pela Secretaria da Educação para a licitante vencedora.	UND	200,00	13,13	2.626,00

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Outubro de 2017.

CONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 167/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DA ÁREA DA SAÚDE, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1412587

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DA ÁREA DA SAÚDE, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 16 dias do mês de Outubro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60,, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) SC HOSPITALAR LTDA - ME, estabelecida à Rua SÃO BENEDITO, Nº 747, SERRARIA, SÃO JOSÉ inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.881.838/0001-34, neste ato representado pelo RODOLFO ANTÔNIO BURIGO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 912.413.329-91, portador do RG n.º 2.837.353 SSP/SC, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DA ÁREA DA SAÚDE, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 102/2017, objeto do Processo 102/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	EMPRESA HOSPITALAR LTDA - ME	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	MÃO DE OBRA – EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, tais como: - Carinho de Emergência; - Carrinho de Limpeza; - Biombo; - Leito (cama) hospitalar; - Macas (Ginecológica/ficha e reciclável); - Suporte de Soro; Entre outros.	1	R\$ 35.499,00
02	MÃO DE OBRA – EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR tais como: - Aspirador; - Autoclave; - Balanças pediátrica e adultos; - Bisturi transistorizado (sala de pequena cirurgia); - Cabos para realização ECG/monitor para ECG; - Desfibrilador; - Esfigmomanômetroesfeto; - Estufa; - Foco preventivo; - Glicozímetro (aparelho HGT); - Hamper; - Laringoscópio; - Monitor de sinais vitais; - Nebulizador (mascara/intermediário) - Otoscópio; - Oxímetro; - Termômetro; - Sonar; Entre outros.	1	R\$ 35.499,00

03	MÃO DE OBRA – EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA tais como: - Cadeira Odontológica; -Caneta de Alta Rotação; -Contra ângulo; -Compressor; -Fotopolimerizadormojo; -Micromotor; -Entre outros.	1	R\$ 35.499,00
04	MÃO DE OBRA – EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA tais como: - Aparelho de parafina; -Kinesis corrente russa; -Neurodyn tens/fesibramed; -Ondas curtas termowavebioset; -Tens/ Fes HTM 2 canais; -Tens/ Fes HTM 4 canais; -Turbilhão; -Ultrassom Sonopulseibramed 1 mhz; -Ultrassom sonomedcarci 1 mhz; -Entre outros.	1	R\$ 35.499,00

Governador Celso Ramos/SC, 16 de Outubro de 2017.

HOSPITALAR LTDA - ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N 78-2017 CLARO

Publicação Nº 1412350

CONTRATO Nº 78/2017
(24 de outubro de 2017)

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL (SMP), NO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO COM COBERTURA 3G

Contrato que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, com endereço na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, GRÃO-PARÁ/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.558.149/0001-55, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. MARCIO BORBA BLASIUS, doravante denominado CONTRATANTE ou simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa CLARO S.A, com sede na capital São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Henri Dunant, n. 780, Torres A e B, cidade de Monções, sob o CNPJ.:40.432.544/0001-47, neste ato representada por Suas Procuradoras Senhoras, CRISTIANE LIRA DA SILVA, Brasileira, Solteira, Gerente executiva de contas, portadora do RG n. 6.887.920 e CPF n. 055.964.454-01 e AMANDA SA BARRETOS DE SOUZA, brasileira, casada, gerente executiva de contas, portadora do RG n. 3.623.250, CPF n. 869.929-294-53 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666 de 21/06/1993, no Edital de Pregão Presencial nº 26/2017 e nas condições expressas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de telefonia móvel celular (SMP), no sistema digital pós-pago com cobertura 3G e homologado pela ANATEL, com fornecimento de aparelhos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1. O Município pagará o valor máximo mensal de R\$ 1.915,24 (um mil, novecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos), Conforme tabela a baixo:

LOTE	ITEM	SERVIÇO	MEDIDA	ESTIMATIVA MENSAL	VALOR UNITÁRIO
01	1	Assinatura Mensal	QTIDADE	25	R\$ 1,00
	2	Módulo Gestor Online	QTIDADE	25	R\$ 4,90
	3	Tarifa Zero Intra-Grupo	QTIDADE	24	R\$ 1,00
	4	Tarifa Zero Nacional	QTIDADE	1	R\$ 14,90
	5	Pacote de Internet 3 G	QTIDADE	4	R\$ 35,96
	6	Caixa Postal	QTIDADE	100	R\$ 0,25
	7	SMS	QTIDADE	100	R\$ 0,16
	8	VC1 Intra-Rede	MIN.	2000	R\$ 0,10
	9	VC1 para outras	MIN.	5000	R\$ 0,10
	10	VC1 para fixo	MIN.	2000	R\$ 0,10
	11	VC2 Intra-Rede	MIN.	200	R\$ 0,19
	12	VC2 para outras	MIN.	200	R\$ 0,91
	13	VC2 para fixo	MIN.	200	R\$ 0,51
	14	VC3 Intra-Rede	MIN.	200	R\$ 0,19
	15	VC3 para outras	MIN.	200	R\$ 0,91
	16	VC3 para fixo	MIN.	200	R\$ 0,51
VALOR MÁXIMO MENSAL					R\$ 1.915,24

Parágrafo Único – O Município, pagará a contratada apenas os Minutos que forem utilizados.

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal de serviços/fatura, discriminando os serviços efetivamente executados, contendo a discriminação de valores de cada linha telefônica móvel, emitida pela prestadora no mês subsequente em que foram prestados os serviços, a qual deverá ser atestada pelo usuário, dando conta do recebimento e do cumprimento das condições estipuladas no Edital e Proposta Financeira apresentada pela empresa vencedora.

2.3. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.4. Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta da CONTRATADA;

2.5. A fatura que contiver erro será devolvida à empresa adjudicatária para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do

prazo fixado de 05 (cinco) dias para o pagamento, que recomeçará a ser contado integralmente a partir dessa data;

2.6. Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, medido pelo IBGE, calculadas sobre o total do débito em atraso, desde o vencimento até a data do efetivo pagamento.

2.7. Caso haja prorrogação da vigência contratual, os valores poderão ser reajustados, caso haja concordância entre as partes, de acordo com o IGPM/FGV do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO

3.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, ficando, automaticamente, prorrogada para os exercícios financeiros subsequentes, no silêncio das partes e existência de dotações orçamentárias suficientes, limitando-se o termo de vigência contratual à máxima estabelecida na Lei 8.666/93, no que tange aos contratos de prestação de serviço de natureza continuas.

3.2. A habilitação das linhas e entrega dos aparelhos deverá acontecer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da autorização do MUNICÍPIO.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar cobertura de sinal 3G na área urbana do MUNICÍPIO, sendo que todas as linhas indicadas deverão ser homologadas em aparelhos com as seguintes características mínimas:

3.3.1 Os modelos dos aparelhos indicados pela empresa deverão ser apresentados ao MUNICÍPIO;

3.3.2 A empresa vencedora deverá entregar ao MUNICÍPIO, juntamente com os aparelhos celulares, um kit básico composto de: uma bateria; um cartão chip SIM; uma fonte de alimentação; manuais de operação; cabos e fones de ouvido (apenas para os aparelhos celulares);

3.3.3 A empresa entregará ao MUNICÍPIO os aparelhos, bem como homologará as linhas telefônicas, sem nenhum custo a título de aquisição, habilitação ou taxa de serviço para ativação dos mesmos, efetuando o serviço de portabilidade numérica, referente aos números das linhas já existentes.

3.4. A CONTRATADA deverá possibilitar aos usuários de telefone celulares, na condição de assinante – viajante, receber a prestação do serviço móvel em redes de outras prestadoras de serviço, sujeitando-se, nesta hipótese, às condições de tarifas e preços, bem como às condições técnicas e operacionais por elas estabelecidas, de acordo com a regulamentação vigente, responsabilizando-se por todas as despesas pelo uso do sistema móvel celular em “roaming”, que serão incluídas na conta de serviços que emitir:

a) o roaming a que refere o item anterior deverá ocorrer de forma automática, sem interveniência do usuário, em todo território nacional;

b) caso tenha roaming internacional a empresa deverá apresentar relação dos países amigos ligados à referida empresa contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1 Os recursos necessários para cobertura das despesas deste edital serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto	2003- Execução do Programa Administração Geral
Despesa	3.3.90.39.64.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (código reduzido: 6)

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A empresa deverá repassar ao MUNICÍPIO, durante a vigência do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, inclusive os de horários reduzidos, sempre que esses forem mais vantajosos do que os contratados;

5.2. A CONTRATADA deverá proceder a troca dos aparelhos, objeto deste Projeto Básico a cada 24 meses, se assim houver prorrogação de vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: O especificado nesta cláusula não se aplica aos danos causados por mau uso do aparelho, ficando a cargo do CONTRANTE o ônus do conserto, conforme termo de responsabilidade quanto aos aparelhos sob sua guarda.

Parágrafo Segundo: Os equipamentos devem vir com manual e garantia fornecida pelo fabricante pelo período de 12 meses da emissão da Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 Se, a empresa fornecedora, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciada do sistema de cadastramento a que estiver inscrita, pelo prazo de até 02(dois) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto sobre o valor da parcela, por ocorrência;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

Parágrafo Primeiro: O valor das multas aplicadas após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso;

Parágrafo Segundo: As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a

ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral da Administração nos casos enumerados nos incisos I e XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93 e, no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.1.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE. CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

8.1. O presente contrato acha-se estritamente vinculado ao Edital de Licitação constante do preâmbulo deste e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer o controle e fiscalização da prestação dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da cidade de BRAÇO DO NORTE/SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza os jurídicos e desejados efeitos.

GRÃO-PARÁ/SC, 24 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

CRISTIANE LIRA DA SILVA
Procuradora da Contratada
CPF n. 055.964.454-01

AMANDA SA BARRETOS DE SOUZA
Procuradora da Contratada
CPF n. 869.929-294-53

DECRETO Nº 46/2017

Publicação Nº 1412305

DECRETO N. 46, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

“DESIGNA SECRETÁRIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Designar, MERI TEREZINHA KUELKAMP SCHLICKMANN, Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, como Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Grão-Pará/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará, 25 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 352, 353, 356 A 378-2017

Publicação Nº 1412121

PORTARIA Nº. 0352 / 2017 DE 30 de AGOSTO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal nº

991/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a pedido, ODINEIA GALVANI PICKLER DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo ACT de Vigilante Epidemiológico, com carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, respondendo cumulativamente, sem

ônus aos cofres públicos, pelo cargo, temporário, de Vigilante Sanitário, a partir de 01/09/2017, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0353 / 2017 DE 31 de AGOSTO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a pedido, ESMAEL MICHELETO NANDI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Administração,

do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, a partir de 01/09/2017,

conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0356 / 2017 DE 11 de SETEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigos 11, 12, 13 e 14 da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Nomear por concurso PATRICIA CEOLIN SEBOLD, para, a partir da apresentação dos documentos previstos no Edital de Concurso nº 001/2016,

e assinatura do Termo de Posse, exercer o cargo de Vigilante Epidemiológica, código 3.09, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

para ter exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, por ter sido classificada em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público nº

001/2016, conforme Termo de Convocação.

PORTARIA Nº. 0357 / 2017 DE 14 de SETEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigos 11, 12, 13 e 14 da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Nomear SILVANA ANTONELLO FOLCHINI, para a partir da apresentação dos documentos previstos no Edital de Concurso Público nº 003/2016,

e, assinatura do Termo de Posse, exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ACS, carga horária de 40(quarenta) horas semanais, para ter

exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por ter sido classificado em 4º (quarto) lugar no Concurso Público nº 003/2016.

PORTARIA Nº. 0358 / 2017 DE 18 de SETEMBRO de 2017

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei

Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a pedido, BERTO DA SILVA, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com 40 horas semanais, com exercício na

Secretaria Municipal da Transportes e Obras, desde 18/09/2000, conforme portaria de nomeação por concurso 440/2000, de 18/09/2000,

declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, não concedendo a

despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº

13/2015, de 12/08/2015, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0359 / 2017 DE 18 de SETEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de

20/09/2011

RESOLVE Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade a DAIANE BECKER ALEXANDRE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais,

Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento, no período

compreendido entre 21/09/2017 a 18/01/2018, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias o período, de acordo com a Lei Municipal

1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0360 / 2017 DE 19 de SETEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de

20/09/2011

RESOLVE Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade a EDINARA HERECK BUSSOLO, ocupante do cargo de Professor, Nível III, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ocupando a Função Gratificada de Chefe de Divisão de Cultura, no período compreendido entre

19/09/2017 a 16/01/2018, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011,

conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0361 / 2017 DE 26 de SETEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias regulamentares a JOSIANE HERECK MARCOS, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, com carga horária de 30 (trinta)

horas semanais, na Função Gratificada de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural, no período compreendido entre 01/10/2017 a 30/10/2017,

referente ao período aquisitivo de 13/01/2013 a 12/01/2014

PORTARIA Nº. 0362 / 2017 DE 28 de SETEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso

de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias regulamentares a FABIO SCHMITZ BLASIUS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código

4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras, no período compreendido entre 01/10/2017 a

30/10/2017, referente ao período aquisitivo de 15/08/2016 a 14/08/2017

PORTARIA Nº. 0363 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para

tratamento de saúde, no período compreendido da licença, para, juntamente com o Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS, atuar junto

a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o

crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de

cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrordenar cheques, cancelar

cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e

desbloquear senhas, efetuar saques - conta correntes, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências

por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos

federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade - meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/

financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às

contas mantidas pelo Prefeitura Municipal de Grão-Pará, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55

PORTARIA Nº. 0364 /2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para

tratamento de saúde, para, juntamente com o Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, RICARDO SCHLICKMANN ASCARI, atuar junto a

Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o

crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de

cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrordenar cheques, cancelar

cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar,

alterar e

desbloquear senhas, efetuar saques - conta correntes, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências

por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos

federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade -

meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/

financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às

contas mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde , inscrito CNPJ sob o nº 02.073.207/0001-11

PORTARIA Nº. 0365 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para

tratamento de saúde, para, juntamente com o Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo

responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e

condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito

em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques,

efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar

saques - conta correntes, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar

arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de

pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para

mesma titularidade - meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura

de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pelo Fundo Municipal de

Assistência Social, inscrito CNPJ sob o nº 01.458.972/0001-97

PORTARIA Nº. 0366 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para

tratamento de saúde, para, juntamente com o Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará, ALEXANDRE BONIN BAGGIO, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de

depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação,

requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo

a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques - conta correntes, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade - meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pela Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita CNPJ sob o nº 23.311.650/0001-53

PORTARIA Nº. 0367 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE LIANDRA HILLMANN PAZETO ocupante do cargo ACT de Auxiliar Administrativo, para, a partir desta data, exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

PORTARIA Nº. 0368 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar DANIELA DELLA GIUSTINA MICHELS BELTRAME, ocupante do cargo de Professor, Nível III, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício designado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

PORTARIA Nº. 0369 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Cessar, a partir de 05/10/2017, os efeitos da portaria 174/2017, de 20/03/2017, que contratar ALEX SANDER PEDROSO para ocupar, em caráter temporário, o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0370 / 2017 DE 04 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar a funcionária ROSINETE DACOREGIO, ocupante do cargo de Recepcionista, código 3.01, 30 horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Saúde e Saneamento, a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0371 / 2017 DE 09 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal nº 1235/2003 de 15/06/2003

RESOLVE Exonerar a partir de 31/10/2017, a pedido, SEOLI TERESINHA BELTRAME BLASIUS ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos, nomeada conforme portaria 077/2017, de 01/02/2017.

PORTARIA Nº. 0372 / 2017 DE 09 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal

nº 991/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar a partir desta data, a pedido, SOELI DE OLIVEIRA LEMES, ocupante do cargo de Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

PORTARIA Nº. 0373 / 2017 DE 09 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 321/2017, de 03/07/2017, que readapta ANA LUCIA KALFELS SCHEIBR, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, para as funções do cargo de Telefonista, retornando ao cargo efetivo.

PORTARIA Nº. 0374 / 2017 DE 09 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 069/2017, de 01/02/2017, que designa RENATA PINTO COSTA, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Educação no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, retornando ao cargo efetivo, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0375 / 2017 DE 09 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias regulamentares a MOACIR BORGHEZAN BAGIO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras, no período compreendido entre 01/11/2017 a 30/11/2017, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2017, bem como a conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0376 / 2017 DE 13 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Designar GUILHERME NUNES BRESSAM, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, código 1.05, 30 horas semanais, para ocupar o Cargo comissionado de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens inerentes ao cargo, a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0377 / 2017 DE 13 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 0200/2015, de 01/07/2015, que contrata ALEXANDRE BONIN BAGGIO, para ocupar o cargo comissionado de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

PORTARIA Nº. 0378 / 2017 DE 16 de OUTUBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 18, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000
RESOLVE Exonerar, a partir desta data, MARIZA PENDEK DE MACEDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais (ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2017 - FMS

Publicação Nº 1412117

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Eletrônico 62/2017 – FMS

Processo Licitatório: 62/2017 - FMS

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 13/11/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 13/11/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de outubro de 2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 838/2017

Publicação Nº 1412345

DECRETO Nº. 838/2017

Reajusta tarifa do serviço de Transporte Coletivo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a atual conjuntura da economia, que tem elevado com frequência os preços, já superando os índices de inflação previstos pelos órgãos oficiais;

Considerando que a frequente elevação dos preços promove o desequilíbrio econômico financeiro;

Considerando o reajuste tarifário decretado pelo DETER/SC mediante a Resolução nº. 01/2017, de 20 de julho de 2017, com índice de 7,22%;

Considerando a solicitação da Viação Canarinho Ltda., conforme protocolo nº. 5386/2017;

Considerando o parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

Considerando a iminência de interrupção do serviço de transporte face ao desequilíbrio econômico

DECRETA:

Art. 1º. Aprova nova tabela de tarifas para ônibus circulares, que é parte integrante do presente decreto, a ser cobrada pela Empresa Viação Canarinho Ltda.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de novembro de 2017.

Guaramirim/SC, 26 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 836/2017

Publicação Nº 1412161

DECRETO Nº. 836/2017

Estabelece férias coletivas nas repartições públicas municipais.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Estabelece as férias coletivas nas repartições públicas municipais, no período de 21 de dezembro de 2017 até 19 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Ficam ressalvadas as necessidades urgentes e inadiáveis de cada Secretaria Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Valores das Tarifas

Setor	Linha	Local saída	Local chegada	Valor
	20401	Pirai	Poço Grande	4,40
	20402	Pirai	Klein	4,25
60 – Pirai	20403	Pirai	Guaramirim	8,80
	20404	Poço Grande	Klein	4,40
	20405	Poço Grande	Guaramirim	6,00
	20406	Klein	Guaramirim	4,25
	20501	Serenata	Caixa D'Água	5,50
61 - Serenata	20502	Serenata	Guaramirim	5,50
	20503	Caixa D'Água	Guaramirim	4,40
	20601	Rio Branco	Guaramirim	4,40
62 – Rio Branco	20602	Putanga	Guaramirim	4,40
	20603	Jacu-açú	Guaramirim	4,40
	20604	Juriti	Guaramirim	4,40
	20701	Itaum	São Miguel	5,70
	20702	Itaum	Klein	6,50
63 - Itaum	20703	Itaum	Guaramirim	10,75
	20704	São Miguel	Klein	5,70
	20705	São Miguel	Guaramirim	8,75
	20706	Klein	Guaramirim	4,25
	21001	Corticeira	Guaramirim/Via BR-280	4,40
	21002	Corticeira	Guaramirim/Via Caixa D'Água	4,40
66 - Corticeira	21003	Dila	Guaramirim	4,40
	21004	Olaria	Guaramirim	4,40
	21005	Tibagi	Klein	4,40
	21101	Santa Luzia	Guamiranga	4,25
	21102	Santa Luzia	Tibagi	7,75
67 – Santa Luzia	21103	Santa Luzia	Guaramirim	13,15
	21104	Guamiranga	Tibagi	4,25
	21105	Guamiranga	Guaramirim	8,75
	21106	Tibagi	Guaramirim	5,70
68 – Vila Amizade	21201	Vila Amizade	Guaramirim	4,40
69 - Klein	21301	Klein	Corticeira	4,40

RESOLUÇÃO Nº 13/2017 DISPÕE DA APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – QUADRIÊNIO 2018-2021.

Publicação Nº 1411865

RESOLUÇÃO Nº 13/2017

Dispõe da aprovação do Plano Municipal de Assistência Social – Quadriênio 2018-2021.

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº 3.848/2011, e,

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, realizada no dia 25 de outubro de 2017, às 08h30min. na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Sob ata nº 10/2017;

Considerando o Parecer da Comissão de Política de Assistência Social nº 22/2017, da reunião realizada no dia 24 de outubro de 2017, às 08h30 min. na sala do Centro de Apoio aos Conselhos Municipais, sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – Quadriênio 2018-2021.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 25 de outubro de 2017.

JULIO CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES
Vice - Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social- CMAS

RESOLUÇÃO Nº 14/2017 DISPÕE DA APROVAÇÃO DO REGISTRO DE ENTIDADE PERANTE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

Publicação Nº 1411867

RESOLUÇÃO Nº 14/2017

Dispõe da aprovação do registro de entidade perante o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº 3.848/2011, e,

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, realizada no dia 25 de outubro de 2017, às 08h30min. na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Sob ata nº 10/2017;

Considerando o Parecer da Comissão de Normas e Regulamentação Assistência Social nº 21/2017, da reunião realizada no dia 24 de outubro de 2017, às 08h30 min. na sala do Centro de Apoio aos Conselhos Municipais, sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o registro do SENAI/SC Guaramirim no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º. O registro da entidade será pelo prazo indeterminado e será emitido o Certificado de Registro no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 3º. A entidade ficará registrada sob o número de inscrição 07.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 25 de outubro de 2017.

JULIO CÉSAR DE OLIVEIRA GOMES

Vice - Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social- CMAS

Guarujá do Sul

PREFEITURA

169/2017

Publicação Nº 1412442

DECRETO Nº 169/2017
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

02- Gabinete do Prefeito:

01- Gabinete do prefeito:

Atividade: 0201.04.122.0002.2.002

3.1.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Soma R\$ 3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

02- Gabinete do Prefeito:

01- Gabinete do prefeito:

Atividade: 0201.04.122.0002.2.002

3.1.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Soma R\$ 3.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 24 DE OUTUBRO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

170/2017

Publicação Nº 1412451

DECRETO Nº 170/2017
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.559/17 de 25 de outubro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um

Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

Órgão 11 – FUNDO MUNICIPALMDE SAÚDE:

Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:

Função 10 – Saúde

Subfunção 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa 10 – Saúde Básica

Atividade:2.048 – Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica

3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017, referente aos recursos da Vigilância Epidemiológica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 25 DE OUTUBRO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

171/2017

Publicação Nº 1412459

DECRETO Nº 171/2017
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.561/17 de 25 de outubro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Função 12 – Educação

Subfunção 361 – Ensino Fundamental

Programa 14 – Ensino Fundamental e Infantil

Projeto: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Soma R\$ 85.000,00

 Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:
 Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:
 Função 12 – Educação
 Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição
 Programa 17 – Merenda Escolar
 Atividade: 2.008 – Merenda Escolar/Fundamental
 3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:
 Função 12 – Educação
 Subfunção 361 – Ensino Fundamental
 Programa 14 – Ensino Fundamental e Infantil
 Atividade: 2.011 – Manutenção do Transportes Escolar
 3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 3.3.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

 Soma R\$ 85.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 25 DE OUTUBRO DE 2017.
 CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal
 Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora
 Secretário Administração e Fazenda

2559/2017

Publicação Nº 1412447

LEI Nº 2.559/2017
 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
 Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:
 Função 10 – Saúde
 Subfunção 305 – Vigilância Epidemiológica
 Programa 10 – Saúde Básica
 Atividade: 2.048 – Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica
 3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de

2017, referente aos recursos da Vigilância Epidemiológica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 25 DE OUTUBRO DE 2017.
 CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora
 Secretário Administração e Fazenda

2561/2017

Publicação Nº 1412449

LEI Nº 2.561/2017
 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que encaminho a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:
 Função 12 – Educação
 Subfunção 361 – Ensino Fundamental
 Programa 14 – Ensino Fundamental e Infantil
 Projeto: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Soma R\$ 85.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:
 Função 12 – Educação
 Subfunção 306 – Alimentação e Nutrição
 Programa 17 – Merenda Escolar
 Atividade: 2.008 – Merenda Escolar/Fundamental
 3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:
 Função 12 – Educação
 Subfunção 361 – Ensino Fundamental
 Programa 14 – Ensino Fundamental e Infantil
 Atividade: 2.011 – Manutenção do Transportes Escolar
 3.1.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 3.3.90.00-00.00.142- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Soma R\$ 85.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 25 DE
OUTUBRO DE 2017.
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal
Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta
Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.745/2017.

Publicação Nº 1411817

DECRETO Nº 3.745/2017.

□ NOMEIA MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL □ COMDEC DE HERVAL D'OESTE (SC).

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste(SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.458/1993, e os Decretos Municipais nºs 913/1994 e nº 1.635/2003,

DECRETA:

Art. 1º. A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL □ COMDEC, do Município de Herval d'Oeste (SC), referente ao período de 2017/2020, passará a ser composta pelos seguintes membros:

1. PRESIDENTE - AMÉRICO LORINI
2. COORDENADOR MUNICIPAL – LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA
3. SECRETÁRIO(a) EXECUTIVO(a) – MARGIANE APARECIDA MARTINS
4. GRUPO DE PLANEJAMENTO E APOIO – ODAIR TREVISOL E MELISSA DEMO
5. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES □ MAURO MARTINI
6. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IVONE ESQUINA E ROSELI ROLIN DA SILVA
7. SECRETARIA DE SAÚDE □ MARISA LANGE
8. PRESIDENTE DO CONSELHO DE SAÚDE □ CLARINDA DURIGON
9. CIDASC/ICASA – IGOR AUGUSTO REYNAUD RODRIGUES
10. PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE H.O. □ VILMAR DEMÉTRIO RIBEIRO
11. REPRESENTANTE DO ROTARY CLUBE DE H.O. – RONALDO GOUDY
12. EPAGRI – ITAMAR TERCENIO DA SILVA
13. CONAB – EDELSON DE AZEVEDO LUCENA
14. GRUPO DE AÇÕES EMERGENCIAIS:
 - a) Ten. Cel. PM □ Cmt do 26º BPM - LUCIMAR SAVARIS
 - b) Corpo de Bombeiros- Sub Tenente ADÍRCIO ANTONIO DAROLD
 - c) Tiro de Guerra 05 -008 – Sub-Tenente MARIO LUIZ CASSOL
 - d) Delegacia de Polícia Civil □ 11ª DEL. Regional de Polícia □ HARMIN HUF
 - e) SIMAE □ ANDRÉ LUIZ SAUER
 - f) CELESC – PEDRO ANTONIO MILANI
 - g) COMPANHIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL □ 3º Sgtº. PM □ SÉRGIO RAFAEL COSTENARO
15. NÚCLEOS DE DEFESA CIVIL □ NUDEC
 - a) Centro – Dirlei Luiz Fiorentin, Altamir Gugel, Cleudes Santana e Orlando Bucco;
 - b) Nossa Senhora de Fátima □ Antério Luiz da Silva, Edson Polo, Ari da Silva e Osvaldo Fracaró;
 - c) Estação Luzerna □ Valdesir Spier, Ricardo Facin, Edison L. Junges e Aluir Antonio Fachin;
 - d) São Jorge □ José Luiz Campanhali de Campos, Lindamira Zarpelon, Carlos Ricardo Neres e Júnior Radavelli;
 - e) Jardim José Rupp □ Pedro da Silva, Claudiomar Luiz Machado, João Marquize, Patrícia Piovesan;
 - f) Rudão □ Adão Cesar de Oliveira, Edson Lhevicheski, João Milton de Souza e João Pedro de Borba;
 - g) Vila Rica □ Amauri José Dutra, Ana Aurora Kunze, Gerson Garcia e Marines Aparecida Gonçalves;
 - h) Santo Antônio □ Jair Piazzentini, Zaira P. Camargo Pereira, Leonir Moreira e Valério Mascarello;
 - i) Nossa Senhora Aparecida □ Valmor Ribeiro de Campos, Valdevino Ribeiro dos Santos, José da Silva;

j) São Vicente □ Dirceu Lamperti, Denir Zulian, Almir Felipeto, Alceu D'Agostini e Rosângela Aparecida Goulart Ribeiro.

Art. 2º. Os serviços prestados pela Comissão caracterizarão □ Múnus Público□, não incidindo qualquer espécie de remuneração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 3.037/2012.

Herval d'Oeste, em 26 de outubro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1333/2017

Publicação Nº 1412444

PORTARIA Nº 1333/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 25 de outubro de 2017, da servidora ROSELI ROLIM DA SILVA (Matr. 404), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "K", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1334/2017

Publicação Nº 1412454

PORTARIA Nº 1334/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de outubro de 2017, da servidora MARILENA APARECIDA DE MATOS (Matr. 3992), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Pedagogo, Nível – 2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1335/2017

Publicação Nº 1412455

PORTARIA Nº 1335/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de outubro de 2017, da servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1336/2017

Publicação Nº 1412458

PORTARIA Nº 1336/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de outubro de 2017, da servidora MICHELE ALINE DENBINSKI (Matr. 4043), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1337/2017

Publicação Nº 1412460

PORTARIA Nº 1337/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de outubro de 2017, da servidora LEONI ROSEMERI MICHAUT (Matr. 4132), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1338/2017

Publicação Nº 1412463

PORTARIA Nº 1338/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de outubro de 2017, da servidora VERONILDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA (Matr. 4120), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1339/2017

Publicação Nº 1412465

PORTARIA Nº 1339/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor DENIS HENRIQUE BARROS DOS SANTOS (Matr. 4663), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Ambulatoriais, Nível – DAS-2, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 26 de outubro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibicaré**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 070-2017**

Publicação Nº 1412604

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 070/2017

OBJETO: O contratado compromete-se a prestar seus serviços profissionais no tocante a realização de perícia contábil para liquidação de sentença, impugnação do cálculo apresentado e com intuito de embasar embargos ou qualquer outro recurso, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0002068-67.2016.5.12.0012, proposta por Guilherme Bunn em desfavor do contratante, a qual tramita na Justiça do Trabalho de Joaçaba-SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: EMERSON RICARDO CESA – MEI

VALOR FIXO: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Ibicaré, SC, aos 24 de outubro de 2017.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.141, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1411969

DECRETO nº 4.141, de 20 de outubro de 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.263, de 20 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Por conta do Superávit Financeiro do exercício de 2016 na fonte de recursos 03320000 – Transferências de Convênios – União/Educação, fica suplementado o elemento de despesa a seguir especificado.

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
001 – Departamento de Supervisão Pedagógica
0012.0365.0050.2058 – Manutenção do Ensino Pré-Escolar
03320000 – Transferências de Convênios – União/Educação
333900 – Aplicações Diretas
.. R\$ 15.792,84
TOTAL
.... R\$ 15.792,84

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 20 de outubro de 2017.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.144, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1411966

DECRETO nº 4.144, de 25 de outubro de 2017.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros governamentais e indicados para representarem pelas entidades não governamentais,

respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 2.162, de 11 de dezembro de 2001, com alterações pela Lei Municipal nº 3.139, de 03 de março de 2015, para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, a saber:

I – 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo:

a) 01 (um) da SEDEMA:
Titular: Matheos Abner Silva
Suplente: Jeizer André Poffo

01 (um) da Defesa Civil:
Titular: Fernando Jost
Suplente: Ana Carolina Porto Pereira

b) 01 (um) da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Carmelina Idineia Theodoro Da Silva
Suplente: Suelly Sandra Silva

c) 01 (um) da Secretaria de Saúde:
Titular: Adolfo Guenther Fiedler
Suplente: Morgana Gnich

II – 03 (três) representantes do Poder Executivo Federal/Estadual atuantes no Município de Ibirama, sendo:

a) 01 (um) do ICMBio:
Titular: Flávio Zanchetti
Suplente: Homero Salazar Filho

b) 01 (um) da EPAGRI:
Titular: Marcelo Steiner
Suplente: Juliane G. Knapik Justen

c) 01 (um) da UDESC – Engenharia Sanitária e Ambiental:
Titular: Maria Pilar Serbent
Suplente: Gabriele Vanessa Tschöke

III – 06 (seis) representantes de usuários, sendo:

a) 03 (três) de associações comunitárias e/ou de moradores:
Titular: Augusto Eduardo Schlegel
Suplente: Wilfried Schlegel

Titular: Miriam Teresa Fiedler
Suplente: Altair Quisinski

Titular: Jean Carlos Ewald
Suplente: Carla Cristine Cardoso

b) 03 (três) dos pequenos produtores rurais ou de suas entidades:
Titular: João Ricardo Moretti
Suplente: Viviane Regina Caliskevstz

Titular: Antonio De Águida
Suplente: Pedro Cordeiro

Titular: Ricardo Zils
Suplente: Marcondes Uhlmann

IV – 01 (um) representante de organização não governamental,

sendo:

a) 01 (um) de ONGs com atividade fim:
Titular: Vitor de Souza Fernandes
Suplente: Deyvid Limas

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA será de 02 (dois) anos.

§ 2º O exercício do mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA serão gratuitos e constituirão serviços públicos relevantes.

§ 3º Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 03 (três) reuniões consecutivas, ou a 05 (cinco) alternadas.

§ 4º Declarado extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

§ 5º O Presidente e o Secretário do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA serão escolhidos por seus pares para o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, uma única vez.

§ 6º As decisões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto desempate.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de outubro de 2017.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 89/2017

Publicação Nº 1411970

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 89/2017

Objeto: Registro de Preços para eventuais compras parceladas de gêneros alimentícios destinados para o programa de merenda escolar deste município, na forma da Lei 10.520/2002. Abertura: 10 de novembro de 2017, as 09:15 h – Sala de Licitações – Rua Dr. Getúlio Vargas, 70 – centro - Prefeitura Municipal de Ibirama. Recebimento envelopes: Até 09:00 h do mesmo dia 10/11/17. Informações: (47) 3357 8523 - www.ibirama.sc.gov.br, compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 25 de outubro de 2017. Adriano Poffo – Prefeito.

EXTRATO CONTRATO Nº 31/2017 - CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1412031

Contrato Nº : 31/2017

Contratante : Fundo Municipal de Saúde

Contratada : MADMAIS COMERCIO DE MADEIRAS LTDA

Licitação : Convite para Aquisição de Bens 22/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR, MATERIAL ELÉTRICO, FERRAGENS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Vigência : Início: 04/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 04/10/2017

Valor R\$: 19.484,00 (Dezenove Mil e Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais)

Dotação : 212 - 09.001.1039.344905224000000.01380200

Dotação : 227 - 09.001.2057.333903028000000.01380200

Dotação : 227 - 09.001.2057.333903916000000.01380200

EXTRATO CONTRATO Nº 10/2017 ADITIVO Nº 1/2017

Publicação Nº 1412030

Contrato Nº : 10/2017

Aditivo Nº : 1/2017

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : Fundo Municipal de Saúde

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2017

Objeto : CONSTRUCAO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE EM ALVENARIA: A = 445,85 m2, LOCALIZADA: RUA ALVIN DUWE ESQUINA COM A RUA MAGDALENA AICHINGER, S/Nº, CENTRO, MUNICIPIO DE IBIRAMA - SC.

Vigência : Início: 17/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 17/10/2017

Valor R\$: 31.813,34 (Trinta e Um Mil, Oitocentos e Treze Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Dotação : 204 - 09.001.1038.344905191000000.01020000

Dotação : 205 - 09.001.1038.344905191000000.01330000

Dotação : 207 - 09.001.1038.344905191000000.01380200

Dotação : 313 - 09.001.1038.344905191000000.03020000

EXTRATO CONTRATO Nº 84/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412034

Contrato Nº : 84/2017

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : IPM Sistemas Ltda

Licitação : Pregão Presencial 69/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO, EM AMBIENTE WEB, PROVIMENTO DE DATA-CENTER, COM MANUTENÇÃO DE CÓPIA DO BANCO DE DADOS EM AMBIENTE DE INFORMÁTICA DO CONTRATANTE, POR MEIO DE REDUNDÂNCIA OU DOWNLOAD, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO RELACIONADOS A CADA MÓDULO DE PROGRAMAS.

Vigência : Início: 02/10/2017 Término: 02/10/2018

Assinatura : 02/10/2017

Valor R\$: 214.016,20 (Duzentos e Quatorze Mil, Dezesseis Reais

e Vinte Centavos)

Dotação : 22 - 04.001.2004.333903911000000.01000000

Dotação : 225 - 09.001.2057.333903911000000.01020000

EXTRATO CONTRATO Nº 85/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412036

Contrato Nº : 85/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : Rejane Comercio de Produtos Pedagógicos Ltda ME

Licitação : Pregão Presencial 62/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTE MUNICÍPIO.

Vigência : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 02/10/2017

Valor R\$: 17.202,85 (Dezesseis Mil, Duzentos e Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos)

Dotação : 177 - 07.001.2072.333903014000000.01360000

EXTRATO CONTRATO Nº 86/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412040

Contrato Nº : 86/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE EPP

Licitação : Pregão Presencial 62/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTE MUNICÍPIO.

Vigência : Início: 02/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 02/10/2017

Valor R\$: 10.112,00 (Dez Mil e Cento e Doze Reais)

Dotação : 177 - 07.001.2072.333903014000000.01360000

EXTRATO CONTRATO Nº 87/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412041

Contrato Nº : 87/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA

Licitação : Convite para Obras e Serviços de Engenharia 79/2017

Objeto : EXECUCAO DA OBRA DE EXTENSAO E INSTALACAO DA REDE DE IP COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, LOCAL: RIO RAFAEL - CONTENDO 02 POSTES DT 10X300; 01 POSTE DT 11X300; 01 POSTE DT 12X300, E SUBSTITUICAO DE IP COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, LOCAL: PRAÇA OLAVO BILAC, NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 06/10/2017

Valor R\$: 51.535,81 (Cinquenta e Um Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos)

Dotação : 65 - 05.001.1019.344905198000000.01080000

Dotação : 85 - 05.001.2020.333903051000000.01080000

Dotação : 85 - 05.001.2020.333903999000000.01080000

EXTRATO CONTRATO Nº 88/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412043

Contrato Nº : 88/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : Editora Eletronica Solve - Eireli - ME

Licitação : Pregão Presencial 76/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA MULTIFUNCIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO, GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE APLICATIVO DOTADO DE MÓDULO DE OUVIDORA COM BASE INTEGRADA PARA ESTE MUNICÍPIO.

Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 06/10/2017

Valor R\$: 35.650,00 (Trinta e Cinco Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 22 - 04.001.2004.333903957000000.01000000

EXTRATO CONTRATO Nº 89/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412046

Contrato Nº : 89/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : Construtora e Transportes MV Ltda ME

Licitação : Tomada de Preços para Aquisição de Bens 67/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO CLASSE 35 FCK E MEIO FIO DE CONCRETO, PARA PAVIMENTAÇÃO RUA SANTANA, SERRA SÃO MIGUEL, CONFORME ITENS ESPECIFICADOS NO EDITAL.

Vigência : Início: 09/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 09/10/2017

Valor R\$: 101.469,30 (Cento e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 49 - 05.001.1012.344903051000000.01000000

Dotação : 319 - 05.001.1012.344903051000000.03000000

EXTRATO CONTRATO Nº 90/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 1412047

Contrato Nº : 90/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA.

Licitação : Convite para Contratação de Serviços 83/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO, E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DA PRAÇA OLAVO BILAC A=361,15 M2, LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXAS DESTE EDITAL.

Vigência : Início: 18/10/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 18/10/2017

Valor R\$: 27.393,19 (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Noventa e Três Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 193 - 07.003.1028.344903999000000.01000000

**EXTRATO CONTRATO Nº 93/2017 - CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1412049

Contrato Nº : 93/2017
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA
Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Licitação : Convite para Contratação de Serviços 85/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO COM PEDRAS TIPO MATAÇO NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA STETTIN, NESTE MUNICÍPIO
Vigência : Início: 20/10/2017 Término: 31/12/2017
Assinatura : 20/10/2017
Valor R\$: 19.276,87 (Dezenove Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais e Oitenta e Oito Centavos)
Dotação : 164 - 07.001.2063.344903999000000.01360000

**EXTRATO CONTRATO Nº 94/2017 - CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1412050

Contrato Nº : 94/2017
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA
Contratada : LIA MARA NIGGEMANN
Licitação : Concorrência para Concessões 71/2017
Objeto : CONCESSÃO / PERMISSÃO DE USO DAS INSTALAÇÕES DO GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO MORETTI (BAR E LANCHONETE) DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA
Vigência : Início: 23/10/2017 Término: 31/12/2017
Assinatura : 23/10/2017
Valor R\$: 1.850,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais)

**EXTRATO CONTRATO Nº 95/2017 - CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1412051

Contrato Nº : 95/2017
Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA
Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 80/2017
Objeto : EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SUPERFICIAL E PROFUNDA, DRENAGEM, PASSEIOS, E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE PARTE DA RUA 15 DE NOVEMBRO, EXTENSÃO 138,12 m, NESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA
Vigência : Início: 24/10/2017 Término: 24/10/2018
Assinatura : 24/10/2017
Valor R\$: 278.834,14 (Duzentos e Setenta e Oito Mil, Oitocentos e Trinta e Quatro Reais e Quatorze Centavos)
Dotação : 52 - 05.001.1012.344905198000000.01830000

PREGAO PRESENCIAL Nº 90/2017

Publicação Nº 1412151

MUNICÍPIO DE IBIRAMA
PREGAO PRESENCIAL Nº 90/2017.
Objeto: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventuais aquisições parceladas de luzes destinadas para decoração publica natalina. Entrega dos envelopes até o dia 13 de novembro de 2017 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 26 de outubro de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 065 - 2017 PMI - MACADAME

Publicação Nº 1412091

PROCESSO Nº. 519/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2017 – PMI Secretaria de Obras e Transporte	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJE-TO	REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MACADAME E SERVIÇOS HORA DE CAMINHÃO CAÇAMBA PARA MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICINAIS NOS TERMOS DO PLANO DE TRABALHO APRESENTADO E CONVÊNIO 2017TR0833 - PRO-CESSO Nº SDR 3858/2016 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 14/11/2017 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/11/2017 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 26 de Outubro de 2017.

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 066 - 2017 PMI - DECORAÇÃO NATALINA

Publicação Nº 1412214

PROCESSO Nº. 520/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017 – PMI Secretaria de Indústria Comércio e Turismo	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJE-TO	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO NATALINA
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 16/11/2017 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/11/2017 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 26 de Outubro de 2017.

PORTARIA 232/2017

Publicação Nº 1411801

PORTARIA Nº 232/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público da funcionária sra. Milena Proença, no cargo de Enfermeiro, a partir do dia 23 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 26 de outubro de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 233/2017

Publicação Nº 1411806

PORTARIA Nº 233/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público da funcionária sra. Priscila Chitz Chaves, no cargo de Atendente de Ceis, a partir do dia 23 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 26 de outubro de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 234/2017

Publicação Nº 1411809

PORTARIA Nº 234/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público da funcionária sra. Fabiana Kozowski, no cargo de Atendente de Ceis, a partir do dia 23 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 26 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 235/2017

Publicação Nº 1411813

PORTARIA Nº 235/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público da funcionária sra. Jheniffer Carolina dos Santos, no cargo de Atendente de Ceis, a partir do dia 23 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 26 de outubro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 08/20217**

Publicação Nº 1411932

RESOLUÇÃO Nº 08/2017

DISCIPLINA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA PARA O PERÍODO LEGISLATIVO DE 1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

FRANCISCO DOMINGOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 173 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte resolução:

CONSIDERANDO, que o mandato da Mesa é de 1 (um) ano, conforme dispõe o art. 26 do Regimento Interno desta Casa;

CONSIDERANDO, que a eleição para a renovação da mesa para o ano seguinte deve ser realizada dentro do período de 30 (trinta) dias do término da presente sessão legislativa, em sessão plenária devidamente convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias para este fim, conforme dispõe o art. 25 e §§ do Regimento Interno desta Casa;

CONSIDERANDO, que o § 1º do art. 28 do Regimento Interno desta Casa assegura tanto quanto possível à representação proporcional dos partidos com assento na Casa na Composição da Mesa diretora;

RESOLVE:

Art. 1º. A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de

Vereadores de Ilhota, para o período legislativo de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, obedecerá ao seguinte:

I – A eleição será realizada por votação secreta, conforme dispõe o inc. II, do § 6º do artigo 132 do Regimento Interno, no dia 14 de dezembro de 2017, as 18h00min, franqueado o acesso da comunidade as galerias circundantes ao plenário;

II – Os pretendentes aos diversos cargos eletivos deverão requerer à Mesa, por escrito, o registro de suas candidaturas, até as 17h00min do dia 29 de novembro de 2017;

III – Os requerimentos de registros de candidaturas, confeccionados conforme modelo anexo, deverão ser entregues mediante protocolo na Secretaria da Câmara;

IV – A Presidência deverá homologar, em despacho sucinto, as candidaturas aos diversos cargos que compõem a Mesa Diretora, até as 17h00min do dia 01 de dezembro de 2017;

V – Em caso de não homologação de candidatura, o qual deverá ser realizado em despacho fundamentado, o requerente deverá ser notificado imediatamente, cabendo recurso à Mesa Diretora, até o prazo das 17h00min do dia 06 de dezembro de 2017;

VI – Em caso de impugnação a qualquer candidatura, a mesma deverá ser apresentada perante a Mesa até as 17h00min do dia 05 de dezembro de 2017, abrindo-se prazo de 48 (quarenta e oito) horas da intimação, a parte contrária, para apresentar defesa.

VII – Nos casos dos incisos V e VI, recursos da não homologação e

pedido de impugnações, a Mesa terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antecedentes a eleição, para apreciar os pedidos.

Artigo 2º - A posse dos membros eleitos para a nova Mesa Diretora, ocorrerá em 01 de janeiro de 2018, conforme dispõe o § 2º do art. 25 do Regimento Interno.

Artigo 3º - As notificações serão realizadas através do envio de e-mail à parte interessada, devendo o referido endereço eletrônico ser fornecido ou atualizado quando da inscrição do candidato.

Artigo 4º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota, 25 de outubro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO SEASTH 07/2017 - A/00 PROC 18/2017

Publicação Nº 1412585

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEASTH 2017/07 – A/00
Contratada: IMOBILIARIA LEANDRO & CAROL IMÓVEIS LTDA
CNPJ: 11.264.946/0001-81
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER ÀS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS.
Prazo: 12 meses Valor Total R\$ 24.000,00
Fundamento: Processo nº 18/2017 Dispensa nº 03/2017
Imbituba, 29 de setembro de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

IMOBILIARIA LEANDRO & CAROL IMÓVEIS LTDA
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEDUCE 2017/40 - A/00 PROC 84/2017

Publicação Nº 1412727

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2017/40 – A/00
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA - EPP
CNPJ: 10.981.399/0001-92
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA BÁSICA JOSÉ VANDERLEI MAYER (DUAS EDIFICAÇÕES "PROJETO PIA" E "PROJETO PETI").
Prazo: 28/02/2018 Valor Total: R\$ 302.000,00
Fundamento: Processo nº 84/2017 Tomada de Preço nº 01/2017
Imbituba, 24 de outubro de 2017.

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Contratante

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA - EPP
Representante legal
Contratada

DECRETO PMI Nº 154, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412422

DECRETO PMI Nº 154, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.855, de 25 de Outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), para reforço da dotação orçamentária como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA – FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	42.800,00
Total		42.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA – FUNREBOM		
Construção de Postos Guarda Vidas		
06.182.0012-1.035		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas	42.800,00
Total		42.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 17/2017
DISPENSA Nº 02/2017 (SEASTH)**

Publicação Nº 1412601

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASTH

PROCESSO Nº 17/2017

DISPENSA Nº 02/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE 800 (OITOCENTOS) CONJUNTOS DE FOTOS 3X4 COM 08 FOTOS E 100 FOTOS 20X25 PARA OS USUÁRIOS DO ACOLHIMENTO SOCIAL E CASOS ESPECIAIS DA SECRETARIA DA SEASTH.

Contratada: LUIS JOSE ESPEZIM PEREIRA 78147166915

Valor Total: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, V da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 27 de outubro de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretária Municipal da SEASTH

Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial**EXTRATO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO SEASH
2014/05 - A/04 PROC 01/2014**

Publicação Nº 1412366

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEASH 2014/05 – A/04

Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA

CPF: 416.446.469-00

Objeto: É objeto deste Termo de Retificação a cláusula quarta - dotação orçamentária, referentes ao CONTRATO SEASH 2014/05 – A/04.

Fundamento: Processo nº 01/2014 Dispensa nº 01/2014 DL

Imbituba, 22 de setembro de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

CARLOS ALBERTO DA SILVA

Representante legal

Contratado

**EXTRATO DE REABERTURA PROCESSO 98.2017
PREGÃO 64.2017**

Publicação Nº 1412426

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 98/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 98/2017, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE TENDAS SANFONADAS PARA ATENDER O PROJETO FEIRA NA PRAÇA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA CONFORME PROPOSTA Nº 19256 DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO CULTURA E ESPORTE".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 09 de novembro de 2017, às 17:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de outubro de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

LEI Nº 4.854, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412387

LEI Nº 4.854, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o atendimento preferencial do idoso nos diferentes níveis de atenção à saúde nos hospitais, postos de saúde ou similares, de responsabilidade estadual, bem como nos ambulatórios de urgências, públicos ou particulares, credenciados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Imbituba.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado aos pacientes idosos o atendimento preferencial nos diferentes níveis de atenção à saúde ou similares, bem como nos ambulatórios, públicos ou particulares, credenciados pelos Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Imbituba.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica às situações de maior urgência dos demais usuários.

§ 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa com 60 (sessenta) anos de idade, ou mais.

Art. 2º Caberá ao órgão gestor do SUS no município a possibilidade de normatizar, supervisionar, avaliar e controlar a assistência à saúde do idoso, mediante programas específicos e capacitação de recursos humanos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

**EXTRATO DE REABERTURA PROCESSO Nº 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017 (PMI-SEAD)**

Publicação Nº 1412653

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 95/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2017

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 95/2017, que tem como objeto a "AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS E THIN CLIENTS COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 10/11/2017 de novembro de 2017, às 16:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de outubro de 2017.

LEI Nº 4.855, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412417

LEI Nº 4.855, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), para reforço da dotação orçamentária como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA – FUNREBOM			
Manutenção das atividades do FUNREBOM			
06.182.0012-2.086			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas		42.800,00
Total			42.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA – FUNREBOM			
Construção de Postos Guarda Vidas			
06.182.0012-1.035			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas		42.800,00
Total			42.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.856, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412418

LEI Nº 4.856, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba – RFCC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba – RFCC, inscrita no CNPJ sob nº 82.909.227.0001/19, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com base no art. 31, inciso II da Lei Federal Nº 13.019/2014 e do art. 10, inciso II do Decreto PMI Nº 013/2017, de 16 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a disponibilidade financeira do Município e a Entidade deverá atender as exigências estabelecidas no Decreto PMI Nº 013/2017 para o recebimento do recurso.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se a execução de exames preventivos e periódicos de combate ao câncer de colo de útero e de mama para as mulheres de Imbituba, no ano de 2017.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de até 60 (dias) após o recebimento.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 15.01 10.302.0014 2.061.3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/SEAD Nº 732/2017

Publicação Nº 1412578

PORTARIA PMI/SEAD Nº 732, de 26 de outubro de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 033.841.259-08, admitido em 16 de julho de 2002, contrato nº 1726, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	01.11.2017 a 29.01.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 895/17

Publicação Nº 1412131

. DECRETO Nº 895/17

. De 18 de outubro de 2017

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE CIDADE DE INDAIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRE LUIZ MOSER, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Lei Estadual nº 13.517 de 04 de junho de 2007 e na Lei Municipal 4054, de 21 de dezembro de 2009, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica convocada a Audiência Pública, sob a coordenação da COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE INDAIAL, com a finalidade de apresentação e deliberação acerca do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE INDAIAL, como instrumento base para implementação de políticas públicas visando a universalização do atendimento e a eficácia das metas e ações na área de saneamento, com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Parágrafo único - A audiência ocorrerá no dia 21 de novembro de 2017, a partir das 18h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Indaial, sito a Rua Prefeito Frederico Hardt Nº 148, Centro, em Indaial.

Art. 2º - A Audiência Pública desenvolverá seus trabalhos a partir dos eixos:

I - Abastecimento de água potável;

II - Esgotamento sanitário;

III - Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;

IV - Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Art. 3º - Fica aprovado o Regimento Interno da Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento de Indaial, na forma do texto anexo.

Parágrafo único. O regimento dispõe sobre a organização e funcionamento da Audiência Pública.

Art. 4º - As despesas com a organização, promoção e realização da Audiência Pública, correrão à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JONAS LUIZ DE LIMA MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Secretário de Urb. e Meio Ambiente Chefe de Gabinete

REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
Edital de Convocação Nº 01/2017/PMSI

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de apresentação e deliberação acerca do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE INDAIAL, instrumento base para implementação de políticas públicas visando à universalização do atendimento e a eficácia das metas e ações na área de saneamento, com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 2º - A Audiência Pública terá o objetivo específico de obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas sobre o objeto do Edital de Convocação, que faz parte integrante deste Regimento, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do Plano.

Parágrafo único. A sessão é aberta ao público, bem como, aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

Art. 3º - O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - nome legível, profissão e endereço;

II - se pertence a alguma entidade pública ou privada;

III - assinatura.

Parágrafo único. A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

CAPÍTULO II DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 4º - A Audiência será conduzida pelo Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, Jonas Luiz de Lima, nos termos definidos neste Regimento, com o apoio de Equipe Técnica do Município.

Art. 5º - São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I – designar um ou mais secretários para assisti-lo;

II – realizar ou delegar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III – decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV – decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V – dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - Alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário e útil;

Art. 6º - São atribuições do Secretário:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da Sessão;

VI – a guarda da documentação produzida na audiência.

CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Art. 7º - Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão residente na cidade de Indaial, sem distinção de

qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão mencionado no Edital de Convocação.

Art. 8º - São direitos dos participantes:

- I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da audiência pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública;
- III - apresentar propostas e sugestões sobre o teor do Plano Municipal de Saneamento.

Art. 9º - São deveres dos participantes:

- I - respeitar o Regimento Interno da audiência pública;
- II - respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- III - tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

Art. 10 - É condição para a participação nos debates a prévia inscrição.

Parágrafo único - Para cada eixo serão permitidas, até 5 (cinco) perguntas.

Art. 11 - A inscrição das perguntas deverá ser realizada por escrito, durante a exposição de cada eixo (tema), através de ficha de inscrição. As fichas serão disponibilizadas pelos secretários responsáveis, devendo estas ser entregues aos mesmos, num prazo de até 5 (cinco) minutos após o término de cada exposição. As perguntas somente serão respondidas se o participante estiver presente.

CAPÍTULO IV DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 12 - A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

- I – apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;
- II – exposição, por parte dos técnicos de cada eixo, do relatório e suas conclusões;
- III – respostas aos questionamentos;
- IV – encerramento com a leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Parágrafo Único - O tempo máximo de exposição de cada eixo, por parte dos técnicos será de 30 (trinta) minutos.

Art. 13 - Ao final das apresentações dos quatro temas, os técnicos terão 30 (trinta) minutos para responder às perguntas dos participantes.

Art. 14 - Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por concluída a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Art. 15 - Ao final da audiência será lavrada ata subscrita pelo Presidente da Sessão, pela Comissão de Revisão e Acompanhamento do PMSB, e pelos secretários, devendo ser anexada a esta a lista de presença e, posteriormente, publicada na página eletrônica do Município.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a motivação do Executivo Municipal

quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

DECRETO Nº 902/17

Publicação Nº 1412174

. DECRETO Nº 902/17

. De 23 de outubro de 2017

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO AOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI e demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de atender as determinações advindas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LFR (LC 101/00) para encerramento do exercício financeiro;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular a forma administrativa para a manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro, e dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, consoante preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa decorrente da redução temporária da jornada de trabalho de determinados setores públicos municipais, visando a economicidade;

CONSIDERANDO ser imprescindível assegurar a continuidade dos atendimentos à comunidade, aos munícipes e contribuintes Indaialenses, em suas necessidades essenciais, observadas a manutenção da qualidade, eficiência e efetividade dos serviços;

CONSIDERANDO que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em lei e mediante a necessidade e interesse da Administração, conforme competência estabelecida no inciso I do artigo 30 da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspensa a realização de serviço extraordinário (hora extraordinária) no serviço público municipal, exceto, para os servidores que exerçam funções de motorista da área da saúde, motorista de ônibus da área de educação, motorista à disposição do Conselho Tutelar, Agentes de Trânsito, motorista de caminhão pipa, vigias e porteiros, podendo permanecer ainda, os regimes de sobre aviso e plantão regulamentados, porém toda concessão de serviço extraordinário (hora extraordinária), deverá passar por autorização prévia do Gabinete do Prefeito.

§1º - Em havendo caso de extrema necessidade da realização de hora extraordinária para pessoal não especificado no caput, as horas extraordinárias somente poderão ser realizadas pelo servidor mediante prévia e expressa autorização do Secretário da pasta e do Gabinete do Prefeito, sendo consideradas como extraordinárias e Banco de Horas, somente as horas que excederem a jornada semanal de trabalho estabelecida para o cargo/servidor no respectivo Plano de Carreira.

§2º - As horas extraordinárias realizadas, observado o disposto acima, serão computadas em preferencialmente em banco de horas e compensadas com folgas nos termos do Decreto nº 1.342/2015.

§ 3º - Todas as Diárias e cursos com pagamento de inscrição, serão

concedidas mediante autorização PRÉVIA do Gabinete do Prefeito.

§ 4º - Aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, poderá ser computada como ☐ Hora-Plantão ☐, os atendimentos excepcionais que forem realizados das 13h00min às 17h00min, considerando a jornada diária/semanal de trabalho estabelecida para o cargo no respectivo Plano de Carreira.

Art. 2º - Fica vedado à Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações e autarquias, a realização de novas despesas com manutenção e investimento, exceto quando prévia e expressamente autorizadas pela Secretaria de Administração e Finanças, estando vedado ainda qualquer ato que importe em:

I - Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

I - Alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

Parágrafo Único – Nos casos de exoneração/demissão ou aposentadoria, serão devidas as verbas rescisórias e indenizatórias, sendo que as licenças prêmio acumuladas do servidor poderão ser pagas em pecúnia, em até 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º - Fica estabelecida em 06 (seis) horas diárias a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais das estruturas administrativas da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo Municipal, servidores que trabalham externamente junto as Secretarias Municipais de Obras, Urbanização e Meio Ambiente e Agricultura, a partir de 1º de novembro de 2017, cujo horário será cumprido das 07h00min às 13h00min, ininterruptamente, com direito a 15 minutos de intervalo dentro da jornada que deverá ser usufruído entre as 9h e 10h.

§1º - Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que trabalham na área administrativa da SED, cumprirão a carga horária de 6 horas diárias, podendo organizar-se em escalas para manter pessoal junto ao local das 7h às 17h.

§2º - Os servidores lotados na Fundação Municipal de Esportes, que atuam na área administrativa junto a Fundação, cumprirão o horário das 13h00min às 19h00min.

§3º - Os servidores que atuam junto ao Parque Público Municipal Jorge Hardt, cumprirão a carga horária de 6 horas diárias, podendo organizar-se em escalas para manter pessoal junto ao local das 6h às 18h.

§4º - Os servidores lotados na Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, cumprirão o horário das 07h00min às 13h00min

§5º - Os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social, logo todos os equipamentos, cumprirão o horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta e no CREAS terá atendimento nas terças até as 17:00hrs, podendo organizar-se em escalas para manter pessoal junto ao local.

Art. 4º - Ficam excepcionados do cumprimento da jornada de trabalho fixada no art. 3º deste Decreto os servidores que atuam em áreas que realizam serviços considerados de natureza essencial, e aqueles que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho, como as atividades finalísticas e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo as Unidades de Saúde, Vigilância Sanitária, Epidemiológica e o SAIS; o Abrigo Municipal; a Piscina Municipal; o Terminal Rodoviário; as Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação; os servidores lotados na

Secretaria Municipal de Saúde; os Conselheiros Tutelares; e os servidores em função de vigias e porteiros.

Parágrafo Único - Cada Secretaria deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos, a listagem dos servidores com os horários de trabalho estabelecidos, nos moldes deste Decreto.

Art. 5º - A redução temporária de carga horária prevista neste Decreto dar-se-á sem prejuízo a remuneração, devendo-se aplicar a proporcionalidade ao pagamento do Auxílio Alimentação, nos termos do artigo 6º da Lei nº 3891/09.

Art. 6º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará de 1º de novembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 23 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 907/17

Publicação Nº 1412187

. DECRETO Nº 907/17

. De 25 de outubro de 2017

ALTERA DECRETO Nº 610/17 - DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –CIMVI, NO PROCESSO DE COLABORAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAIS NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado o designado para atuar com os profissionais do CIMVI no processo de colaboração, fiscalização e licenciamento ambientais o(a) Sr(a). PAULO ROBERTO LEDRA, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade nº 577907, expedida pela SSP/SC, inscrito (a) no CPF sob nº 311.080.089-68, investido no cargo de Coordenador de Meio Ambiente, para o qual foi nomeado(a) através do Decreto nº 801/2017, de 10 de Outubro de 2017, conforme LC 199/2017.

Art.2º - A atuação do(a) servidor(a) designado(a) é supletiva e não vincula as etapas de processo de licenciamento que couber ao Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí – CIMVI.

Parágrafo primeiro - O exercício supletivo das funções pelo (a) servidor(a) designado(a) por este ato em colaboração, fiscalização e licenciamentos ambientais com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Itajaí – CIMVI não gera vínculo trabalhista nem outorga àquele (a) o direito de recebimento verba de qualquer espécie em face deste.

Art. 3º - O exercício das atribuições de que trata o presente Decreto se dará no âmbito das funções do respectivo cargo, sem qualquer indenização ou outro benefício de qualquer espécie, comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos para que adote as medidas de praxe bem como ao servidor designado .

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2017.

Município de Indaial, em 25 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 913/17

Publicação Nº 1412150

. DECRETO Nº 913/17

. De 25 de outubro de 2017

ALTERA DECRETO Nº 716 DE 2017 / NOMEIA COMITÊ GESTOR PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS / REDESIM

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 674/17 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 716 que nomeia o Comitê Gestor REDESIM, para acompanhamento das disposições do Decreto nº 674/17, sendo assim composta:

- I. Representante da Assessoria de Desenvolvimento Econômico – Matusalém Barcelos Machado;
- II. Representante da Secretaria de Planejamento – Márcio Bogo
- III. Representante do Sebrae/SC – Sueli Lira;
- IV. Representante da Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente – Karine Krueger
- V. Representante da Secretaria de Administração e Finanças – Alexandre Kroeger Reguse;
- VI. Representante da Secretaria de Saúde – Luci Marques / Luciana Brassiani;
- VII. Representante da Secretaria de Agricultura – Walfredo Haag;
- VIII. Agente de Desenvolvimento – Altair Simão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 716/17.

Município de Indaial, em 25 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 914/17

Publicação Nº 1412188

. DECRETO Nº 914/17

. De 25 de outubro de 2017

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR / DENIS FRANCIONEI ZUNINO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seu artigo 109 e demais dispositivos legais em vigor, e conforme C.I nº 118/2017 recebido em 08 de agosto de 2017 da Secretaria de Saúde,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III, da Lei Complementar 105/10, para apuração a suposta transgressão ao Artigo 95, Inciso XV e Inciso VI, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, do servidor Denis Francionei Zunino, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Alexandre Tamanini – Presidente
- Márcio Bogo - Membro
- Alexandre Dalabrida - Membro

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea “d” e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2017/PMSI

Publicação Nº 1412129

. OF. GP. 0196/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017/PMSI

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Indaial convida a população Indaialense em geral para Audiência Pública, com o objetivo de apresentar e deliberar o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE INDÁIAL, como instrumento base para implementação de políticas públicas visando a universalização do atendimento e a eficácia das metas e ações na área de saneamento, com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental, que acontecerá no dia 21 de novembro de 2017, com início às 18:30 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores de Indaial

Rua Pref. Frederico Hardt, 148 – Centro – Indaial – Santa Catarina. Todos os documentos que embasam a Audiência Pública, bem como as informações necessárias à participação da comunidade estão disponíveis na página eletrônica do Município, no endereço eletrônico: www.indaial.sc.gov.br

Município de Indaial, em 24 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

PORTARIA Nº 1540/17

Publicação Nº 1412244

PORTARIA Nº 1540/17

De 03 de outubro de 2017

Declara vacância do cargo de Operador de Pá Carregadeira

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de outubro de 2017, o cargo de Operador de Pá Carregadeira, em virtude da aposentadoria voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição, do servidor José Lino Rodrigues, conforme portaria INDAPREV nº 46/17 de 28 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 03 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

LINDOMAR LINDNER
Secretário de Obras

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1554/17

Publicação Nº 1412244

PORTARIA Nº 1554/17

De 05 de outubro de 2017

Exonera /

Katia Rutter Jensen

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 04 de outubro de 2017, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Katia Rutter Jensen, ocupante do cargo de Médica Pneumologista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 08 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 05 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI
Secretária de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1555/17

Publicação Nº 1412231

PORTARIA Nº 1555/17

De 05 de outubro de 2017

Declara vacância do cargo de Médico Pneumologista

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 08 de outubro de 2017, o cargo de Médico Pneumologista, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Katia Rutter Jensen, conforme portaria nº 1554/17 de 05 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 05 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI
Secretária de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1575/17

Publicação Nº 1412248

PORTARIA Nº 1575/17

De 09 de outubro de 2017

Reconhece Estabilidade

Mizael Bernardo de Assis

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo também com o Parecer Conclusivo de 30 de junho de 2017, confeccionado pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 269 de 07 de março de 2017, que considerou o servidor como APTO, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade ao servidor Mizael Bernardo de Assis, ocupante do cargo de Professor D 20 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 03 de junho de 2017.

Prefeitura de Indaial, em 09 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1576/17

Publicação Nº 1412252

PORTARIA Nº 1576/17

De 09 de outubro de 2017

Reconhece Estabilidade

Simone Belino

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo também com o Parecer Conclusivo de 10 de agosto de 2017, confeccionado pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 269 de 07 de março de 2017, que considerou a servidora como APTA, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade a servidora Simone Belino, ocupante do cargo de Professora C 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 13 de julho de 2017.

Prefeitura de Indaial, em 09 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 1577/17**

Publicação Nº 1412255

PORTARIA Nº 1577/17

De 09 de outubro de 2017

Reconhece Estabilidade

Solange Kurth

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo também com o Parecer Conclusivo de 02 de agosto de 2017, confeccionado pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 269 de 07 de março de 2017, que considerou a servidora como APTA, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade a servidora Solange Kurth, ocupante do cargo de Professora C 20 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 02 de agosto de 2017.

Prefeitura de Indaial, em 09 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 1578/17**

Publicação Nº 1412257

PORTARIA Nº 1578/17

De 09 de outubro de 2017

Reconhece Estabilidade

Marina Kreutzfeld Pavanello

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº105/10, artigo 41, e demais dispositivos legais em vigor, e de acordo também com o Parecer Conclusivo de 01 de agosto de 2017, confeccionado pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pelo Decreto 269 de 07 de março de 2017, que considerou a servidora como APTA, RESOLVE:

Reconhecer, depois de cumprido o período de estágio probatório, estabilidade a servidora Marina Kreutzfeld Pavanello, ocupante do cargo de Professora C 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de agosto de 2017.

Prefeitura de Indaial, em 09 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 1586/17**

Publicação Nº 1412260

PORTARIA Nº 1586/17

De 10 de outubro de 2017

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Adelir Aparecida Quintino Zimmermann

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e de mais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 10 de outubro de 2017, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo ISS-BLU, emitida em 29/08/2017, nº 905/2017 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 5.080 dias, ou 13 (treze) anos, 11 (onze) meses e 05 (cinco) dias a servidora Adelir Aparecida Quintino Zimmermann, ocupante do cargo de Professora.

Prefeitura de Indaial, 10 de outubro de 2017.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e FinançasALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1598/17

Publicação Nº 1412239

PORTARIA Nº 1598/17

De 16 de outubro de 2017

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Sueli Thurow

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 11 de outubro de 2017, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 06/10/2017, nº 20021040.1.00043/17-0 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 9.213 dias, ou 25 (vinte e cinco) anos, 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias a servidora Sueli Thurow, ocupante do cargo de Professora.

Prefeitura de Indaial, 16 de outubro de 2017.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1614/17

Publicação Nº 1412216

PORTARIA Nº 1614/17

De 19 de outubro de 2017

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Jussara Marli Thurow Conti

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e de mais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 13/10/2017, nº 20021040.1.00047/17-5 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 2.971 dias, ou 08 (oito) anos, 01 (um) mês e 21 (vinte e um) dias a servidora Jussara Marli Thurow Conti, ocupante do cargo de Caixa.

Prefeitura de Indaial, 19 de outubro de 2017.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 96/17

Publicação Nº 1412157

. PORTARIA Nº 96/17
. De 25 de outubro de 2017

INSTAURA SINDICÂNCIA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 107 e 108, Inciso II da Lei Complementar 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial e considerando a C.I. nº200/2017 da Secretaria de Administração e Finanças – Departamento de Segurança do trabalho e C.I – Secretaria de Obras, RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar os fatos relatados pelo Chefe da Oficina.

Art. 2º - Designar para a condução da Sindicância a comissão permanente nomeada pelo Decreto nº 270/17.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da Sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e justificativa da Comissão.

Gabinete do Prefeito, em 25 de outubro de 2017.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Cumpra-se.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO ACT17/32

Publicação Nº 1411910

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT17/32

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal em LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, CAMILA ZANOTTI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 073.758.099-25 e RG 5.467.463-8, residente a Linha Zanotti, Interior, Videira, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Farmaceutica -ACT, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, para substituir a servidora Suelen Zamboni que encontra-se em auxílio doença.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 43/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a R\$1.607,13

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 23 de outubro de 2017 e tendo seu término previsto, na aprovação e classificação de candidato em processo seletivo ou, com o retorno da Servidora Suelen Zamboni.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 23 de outubro de 2017

LUCIANO PAGANINI CAMILA ZANOTTI
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

DECRETO 1753/2017

Publicação Nº 1411913

DECRETO Nº. 1753 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 838/2016 de 17 de novembro de 2016, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 838/2016 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 6.392,98 (seis mil trezentos e noventa e dois reais noventa e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 Encargos Gerais do Município

08.01 Encargos Gerais do Município

0000 Encargos Gerais do Município

33900000 Aplicações Diretas

1107 Contrib. de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE

R\$ 20,08

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2035 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas

1107 Contrib. de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE

R\$ 6.372,90

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 25 de outubro de 2017.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipuacú

PREFEITURA

ARP FMS 10.2017

Publicação Nº 1411961

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 14/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 11/2017

VALIDADE: de 10 de outubro de 2017 à 09 de outubro de 2018

OBJETO: Aquisição de fraldas diversos tipos e tamanhos para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde. Conforme descrito no Anexo I- termo de referência, deste edital.

EMPRESAS:

- JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME, CNPJ n.º 23.720.752/0001-22. A soma dos valores de todos os itens vencidos pela empresa perfaz o montante de até R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil com quinhentos reais).
- LA DALLA PORTA JUNIOR CNPJ n.11.145.401/0001-56. A soma dos valores de todos os itens vencidos pela empresa perfaz o montante de até R\$ 8.916,00 (oito mil novecentos e dezesseis reais)

ARP FMS 11.2017

Publicação Nº 1412007

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS n. 11/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS n. 13/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS n. 10/2017

VALIDADE: 10/10/2017 à 09/10/2018

OBJETO: aquisição de medicamentos para suprimento da farmácia básica para serem distribuídos a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde. Conforme descrito no Anexo I deste edital e na solicitação de compras anexa emitida pelas. Sr.^a Farmacêutica Municipal e pelo Servidor designado pelo FMS, anexa este Processo de Licitação, na qual se retratam também os valores unitários e máximos para este processo licitatório.

EMPRESAS:

- A.G. KIENEN & CIA LTDA CNPJ n. 82.225.947/0001-65. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 80.120,30 (oitenta mil cento e vinte reais com trinta centavos).
- ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ sob n.º 20.590.555/0001-48. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 74.848,50 (setenta e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais com cinquenta centavos)
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ n. 00.802.002/0001-02. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 97.281,00 (noventa e sete mil duzentos e oitenta e um reais).
- AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 10.869.890/0001-26. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 79.330,50 (setenta e nove mil trezentos e trinta reais com cinquenta centavos).
- CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ n. 03.652.030/0001-70. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 15.639,50 (quinze mil seiscentos e trinta e nove reais com cinquenta centavos).
- DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 95.368.320/0001-05. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 19.757,20 (dezenove mil setecentos e cinquenta e sete reais com vinte centavos).
- DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ n. 02.520.829/0001-40. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 22.905,00 (vinte e dois mil

novecentos e cinco reais).

- MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ n. 94.894.169/0001-86. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 88.971,50 (oitenta e oito mil novecentos e setenta e um reais com cinquenta centavos).
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP CNPJ n. 76.386.283/0001-13. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 65.650,00 (sessenta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais).
- ILG COMERCIAL LTDA ME, CNPJ sob o nº 20.657.155/0001-02. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 96.731,00 (noventa e seis mil setecentos e trinta e um reais).
- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 54.829,50 (cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e nove reais com cinquenta centavos).
- PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, CNPJ sob o nº 02.816.696/0001-54. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 30.142,25 (trinta mil centos e quarenta e dois reais com vinte e cinco centavos).
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ sob Nº 04.889.315/0001-92. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 93.021,50 (noventa e três mil vintes e um reais com cinquenta centavos).
- LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, CNPJ sob Nº 21.227.039/0001-16. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 5.062,50 (cinco mil sessenta e dois reais com cinquenta centavos).
- VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CNPJ sob Nº 27.860.256/0001-25. A soma do valor vencido pela empresa licitante perfaz o montante de até R\$ 123.143,00 (cento e vinte e três mil cento e quarenta e três reais).

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 66, PP Nº 39-2017-PM

Publicação Nº 1411855

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2017 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 66/2017 Data do Processo: 04/10/2017
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de serviços para transporte de alunos Universitários e alunos de Cursos Técnicos em nível médio, conforme itinerário identificado no anexo III do edital, para o ano letivo de 2018.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 370/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 24 de Outubro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 66/2017, Licitação nº 39/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2017, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Judilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: VIAGENS ZONTA LTDA ME e TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.2 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Sr. DANIEL ZONTA sócio proprietário da empresa VIAGENS ZONTA LTDA ME e o Sr. VILMAR LORASCHI sócio proprietário da empresa TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA ME. Credenciaram-se como Micro Empresa todas as empresas acima citadas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presente. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que as licitantes presentes não manifestaram interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, porém cada um com seus itens, em relação ao itinerário de cada um e por estar dentro dos limites fixados no Edital, foram classificadas. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais da licitante presente. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 7352 - VIAGENS ZONTA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	TRANSPORTES UNIVERSITÁRIOS, saindo às 17hs40min da divisa de Lindóia do Sul, com parada na Praça Professor José Bogoni, Fórum, Auto Posto Portal, Fabet, centro de Condição até a UNC, retornando ao final do turno letivo da UNC pelo mesmo trajeto perfazendo uma extensão de 85,2 km.	DIA	1,00		0,0000	362,10	362,10
3	Saindo às 17hs50min da Praça Prof. José Bogoni, com parada em frente ao Fórum, Auto Posto Portal, FABET, centro de Condição, SENAI até a UNC, retornando ao final do turno letivo da UNC pelo mesmo trajeto com parada nos pontos retro citados, perfazendo uma extensão de 81,km (ida e retorno).	DIA	1,00		0,0000	344,25	344,25
Total do Participante —>							706,35

Participante: 8711 - TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	transportes universitário, saindo às 17hs50min da Praça Prof. José Bogoni, com parada em frente ao Fórum, Auto Posto Portal, Fabet, Cemap, até a FACC, retornando ao final do turno letivo da FACC, pelo mesmo trajeto com parada nos pontos retro citados, perfazendo uma extensão de 76,6km (ida e retorno).	DIA	1,00		0,0000	325,55	325,55
Total do Participante —>							325,55
Total Geral —>							1.031,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 39/2017 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 66/2017
Data do Processo: 04/10/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 24 de Outubro de 2017

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCO	- - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 14, PP Nº 7-2017-FMS

Publicação Nº 1411854

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2017 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2017 Data do Processo: 19/10/2017
--	---

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do Fundo M.de Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2017
b) Licitação Nr.: 7/2017-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 19/10/2017
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa para elaboração de projeto executivo relativo ao sistema preventivo contra incêndio e pânico do Hospital São Camilo de Ipumirim.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

ELETROTECNICA FERRELLME (7489)

1 Elaboração de projeto executivo relativo ao sistema preventivo contra incêndio e pânico do Hospital São Camilo de Ipumirim. SIE- sistema de iluminação de emergência SAL- sistema de sinalização para abandono de local SADI- sistema de alarme e detecção de incêndios SPCDA- sistema de proteção contra descarga atmosférica.	UN	1,00	0,0000	6.000,00	6.000,00
---	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 6.000,00

Total Geral: 6.000,00

Ipumirim, 19 de Outubro de 2017.

VALDIR ZANELLA
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE SA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 66, PP Nº 39-2017-PM

Publicação Nº 1411857

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2017 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 66/2017 Data do Processo: 04/10/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 66/2017
b) Licitação Nr.: 39/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/10/2017
e) Objeto da Licitação: Contratação de serviços para transporte de alunos Universitários e alunos de Cursos Técnicos em nível médio, conforme itinerário identificado no anexo III do edital, para o ano letivo de 2018.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME (8711)

1 transportes universitário, Saindo às 17hs50min da Praça Prof. José Bogoni, com parada em frente ao Fórum, Auto Posto Portal, Fabet, Cemap, até a FACC, retomado ao final do turno letivo da FACC, pelo mesmo trajeto com parada nos pontos retro citados, perfazendo uma extensão de 76,6km (ida e retorno).	DIA	1,00	0,0000	325,55	325,55
Total do Fornecedor:					325,55

VIAGENS ZONTA LTDA - ME (7352)

2 TRANSPORTES UNIVERSITÁRIOS, saindo às 17hs40min da divisa de Lindóia do Sul, com parada na Praça Professor José Bogoni, Fórum, Auto Posto Portal, Fabet, centro de Condição até a UNC, retomando ao final do turno letivo da UNC pelo mesmo trajeto perfazendo uma extensão de 85,2 km.	DIA	1,00	0,0000	362,10	362,10
3 Saindo às 17hs50min da Praça Prof. José Bogoni, com parada em frente ao Fórum, Auto Posto Portal, FABET, ,centro de Condição, SENAI até a UNC, retomado ao final do turno letivo da UNC pelo mesmo trajeto com parada nos pontos retro citados, perfazendo uma extensão de 81,km (ida e retorno).	DIA	1,00	0,0000	344,25	344,25
Total do Fornecedor:					706,35
Total Geral:					1.031,90

Ipumirim, 25 de Outubro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 044/2017

Publicação Nº 1412757

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
PROCESSO LICITATÓRIO 72/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017

O Município de Iraceminha (SC) comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, para a Contratação de estrutura de som com caixas de som e microfones e banda artística para realização da 4ª Festa do Frango na Linha Nova Ibarama no município de Iraceminha/SC no dia 12 de novembro de 2017, conforme Convênio com o Estado de Santa Catarina através do Programa de Transferência nº 2017006967 e Proposta de Transferência nº 0000019766. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente ou através do site www.iraceminha.sc.gov.br. Fone para contato (0xx49)3665 3200. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 09 de novembro de 2017.

Iraceminha (SC), 27 de Outubro de 2017. Jean Carlos Nyland – Prefeito Municipal.

Irani

PREFEITURA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N. 003/2017

Publicação Nº 1411882

O Prefeito Municipal de Irani, do Estado de Santa Catarina, Sívio Antonio Lemos das Neves no uso de suas atribuições, na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e no Art. 2º, inciso IV da Lei Complementar Municipal nº 029/07, RETIFICA O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 para acrescentar item 2.9 e alterar redação do item 5.1.

1.1.1 O Processo Seletivo será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições legais vigentes e será executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia – SC. Telefone (49) 3482-3505. Endereço eletrônico: concursos@amauc.org.br.

1.1.2 As provas serão aplicadas na E.B.M. Sebastião Rodrigues de Souza, localizada na Rua Izabete Grisa, 66 - Bairro Nossa Senhora Aparecida – Irani – SC.

1.1.3 Vencimentos conforme carga Horária:

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO INICIAL
Professor habilitado	10 horas	R\$ 691,02
Professor habilitado	20 horas	R\$ 1.382,04
Professor habilitado	30 horas	R\$ 2,073,06
Professor habilitado	40 horas	R\$ 2.764,09
Professor não habilitado	10 horas	R\$ 545,85
Professor não habilitado	20 horas	R\$ 1.151,70
Professor não habilitado	30 horas	R\$ 1.727,55
Professor não habilitado	40 horas	R\$ 2.303,40
Auxiliar de creche	40 horas	R\$ 1.249,96

1.2 Os candidatos estudantes que se inscreverem para as funções descritas no item 2.8 do presente Edital, aprovados neste Processo Seletivo formarão cadastro reserva e somente serão convocados se esgotadas as listas dos profissionais habilitados e aprovados no presente Processo Seletivo.

1.2.1 Os candidatos serão contratados de acordo com a necessidade transitória da Administração Pública, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal (a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público).

1.2.2 A atribuição da carga horária será feita conforme as necessidades da administração, respeitando-se, contudo, a ordem de classificação.

2.1 O presente Processo Seletivo se dará através de PROVAS E TÍTULOS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia - SC. Telefone (49)3482-3505. Endereço eletrônico: concursos@amauc.org.br.

2.2 As inscrições serão realizadas no período de 25 de outubro a 08

de novembro de 2017, via internet, mediante formulário específico, disponibilizado nos sites www.amauc.org.br e www.irani.sc.gov.br.

2.2.1 Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

2.2.2 Acessar o site www.amauc.org.br ou www.irani.sc.gov.br e localizar o "banner" Processo Seletivo.

2.2.3 Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, optando por no máximo dois cargos, exceto para o cargo de auxiliar de creche, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital.

2.2.4 Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar por duas áreas de ensino, exceto para o candidato que optar por auxiliar de creche que deverá optar somente por essa área.

2.2.5 Preencher Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções contidas no site.

2.2.6 Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do BOLETO e efetuar o pagamento até às 23h59min do dia 09 de novembro de 2017.

2.3 A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do depósito bancário.

2.4 O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.

2.5 A partir de 16 de novembro, o candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.irani.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada falta de informação, o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para interpor recurso, não contando a data da publicação, acessando a área do candidato com seu CPF e senha.

2.6 Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer.

2.7 O Município de IRANI e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.

2.8 Os candidatos ao cargo de professor poderão inscrever-se para até duas funções, conforme dispõe o presente Edital, devendo, para tanto proceder duas inscrições nas funções abaixo:

- a) Arte e áreas afins (Artesanato, teatro);
- b) Ciências;
- c) Geografia;
- d) Matemática;
- e) Inglês (Ed.Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais);
- f) Educação Física e áreas afins (Xadrez, Dança,) (Ed.Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais);
- g) Língua Portuguesa;
- h) História;
- i) Ensino Fundamental I – 1º ao 5º Ano – Anos Iniciais e Áreas Afins (Laboratório Pedagógico);
- j) Leitura;
- k) Educação Infantil- Pré-Escolar e Creches;
- l) Educação Especial (Segundo Professor - AEE);

OFICINAS TEMPO INTEGRAL

- m) Judô;
- n) Capoeira;
- o) Música;

2.9 Para a disciplina do projeto de leitura será considerado habilitado o candidato com formação em pedagogia em educação infantil e series iniciais. O candidato com formação na área de português (letras) será também considerado habilitado ficando classificado.

2.10 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para a alteração de funções, seja qual for o motivo alegado.

2.11 São condições para a inscrição:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.
- b) Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.
- c) Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.
- d) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado mediante processo administrativo disciplinar;
- e) Comprovação de inexistência de condenação criminal.

2.12 Se aprovado e convocado, o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar original dos seguintes documentos:

a) Declaração afirmando não cumular cargos públicos de forma indevida;

b) Atestado médico comprovando aptidão física e mental para assumir a vaga;

2.12.1 Cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Título de eleitor;
- d) Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- e) Diploma do curso superior de licenciatura plena ou licenciatura curta com os respectivos históricos escolares;
- f) Diploma de Magistério – ensino médio;
- g) Diploma de curso superior e respectivo histórico escolar, com no mínimo 180 horas na disciplina que pretende atuar.

2.13 O candidato classificado chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação prevista no item 2.12 deste Edital, no prazo de 7 dias úteis da sua chamada, sob pena de perda da classificação, passando automaticamente para o final da listagem classificatória.

3.1 A taxa para inscrição no presente Processo Seletivo é de R\$ 60,00 (sessenta reais). Caso o candidato opte por inscrever-se em duas funções (áreas) deverá efetuar 2 (duas) inscrições, uma para cada área que optar, sendo assim pagará 2 (duas) taxas de inscrição.

3.2 O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado.

3.3 Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue;

3.3.1 Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo;

3.3.2 Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser digitalizados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 31 de outubro de 2017 sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

4.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89.

4.2 Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo.

4.2.1 Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

4.3 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.4 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.5 Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá entregar na sede da Prefeitura Municipal de Irani, na Secretaria de Educação até o dia 01 de novembro de 2017 (no mínimo sete dias antes do encerramento das inscrições), sob pena de indeferimento do pedido:

4.5.1 Requerimento solicitando vaga especial (ANEXO II), contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

4.5.2 Laudo Médico atualizado (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

4.5.3 Solicitação de prova especial (ANEXO III), se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

4.6 Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.7 A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

4.8 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.9 Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

4.10 Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter

4.11 a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de

classificação geral.

4.12 Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

5.1 Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes aos cargos elencados no item 2.8 deste Edital:

5.2 Para os professores Habilitados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
Mestrado (Educação) ou (Área Específica)	1,0 (um) ponto - máximo um Título;
Pós-Graduação lato sensu (Educação) ou (Área Específica) Especialização	1,0 (um) ponto;
Graduação em Área Específica	0,5 (zero vírgula cinco);
Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino, DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30/09/2017, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) por mês efetivo no exercício, sendo que será considerado a fração de 16 dias ou mais, como um mês— máximo 1,0 (um) ponto;
Cópia dos diplomas ou certificados de cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de educação frequentado nos anos de 2015, 2016 e 2017. Tendo início e término no mês de setembro.	0,05 (zero vírgula zero zero cinco) para cada 40 horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização na área de educação e/ou específica limitando-se a 1,0 (um) ponto;

5.3 Para os Auxiliares de creche:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
Mestrado (Educação) ou (Área Específica)	1,0 (um) ponto - máximo um Título;
Pós-Graduação lato sensu (Educação) ou (Área Específica) Especialização	1,0 (um) ponto;
Graduação em Área Específica	0,5 (zero vírgula cinco);
Ensino Médio – Magistério	0,5 (zero vírgula cinco)

Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino, DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30/09/2017, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) por mês efetivo no exercício, sendo que será considerado a fração de 16 dias ou mais, como um mês— máximo 1,0 (um) ponto;
Cópia dos diplomas ou certificados de cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de educação frequentado nos anos de 2015, 2016 e 2017. Tendo início e término o mês de setembro.	0,05 (zero vírgula zero cinco) para cada 40 horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização na área de educação e/ou específica limitando-se a 1,0 (um) ponto;

5.4 Para professores não habilitados:

5.4.1 Para os professores não habilitados poderão se inscrever os que estejam concluído a 6ª fase em licenciatura plena:

5.4.2 Para prova de títulos são considerados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
A partir da 6ª fase concluída do curso superior (Licenciatura Plena)	01 ponto
Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino, DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30/09/2017, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) por mês efetivo no exercício, sendo que será considerado a fração de 16 dias ou mais, como um mês— máximo 1,0 (um) ponto;
Cópia dos diplomas ou certificados de cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de educação frequentado nos anos de 2015, 2016 e 2017. Tendo início e término o mês de setembro.	0,05 (zero vírgula zero cinco) para cada 40 horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização na área de educação e/ou específica limitando-se a 1,0 (um) ponto;

5.6 Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por mestrado, pós e graduação NÃO serão cumulativos. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado.

5.6.1 O candidato que se inscrever para mais de uma função deverá entregar os títulos em 2 (dois) envelopes, (1) um para cada inscrição.

5.6.2 Para os não habilitados, na contagem dos títulos só serão considerados o de maior pontuação.

5.6.3 O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado.

5.7 Serão pontuados como títulos, Certificado/Declaração em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária.

5.8 A classificação final obedecerá a ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

5.9 Os candidatos deverão entregar na Secretaria Municipal de Educação de Irani, Rua Eilírio De Gregori, 207- Centro – Irani – SC,

a partir do dia 25 de outubro de 2017 até a data final das inscrições, em envelope lacrado, identificado, conforme modelo abaixo, os documentos descritos no item 5.1:

MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO SELETIVO Nº001/2017
CARGO:
NOME DO CANDIDATO:
INSCRIÇÃO Nº:
RG:

5.10 Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.

5.11 Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar no dia e horário determinado.

5.12 Ao entregar o envelope, o candidato assinará um protocolo de responsabilidade dos documentos apresentados.

5.13 O candidato ao entregar o envelope lacrado e identificado na Secretaria de Educação, receberá um protocolo de entrega.

6.1 O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

6.2 DIA - HORÁRIO - LOCAL - As provas serão realizadas no dia 26 de novembro de 2017, com início às 08h30min e término às 11h30min tendo como local E.B.M SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA, localizada na Rua Izabete Grisa, 97 - Bairro Nossa Senhora Aparecida – Irani SC. Os portões serão fechados às 08h20min.

6.2.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio do site.

6.3 A duração da prova escrita será de até 3h (três horas), para ambos os candidatos inscritos para 01 (uma) ou 02 (duas) áreas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

6.4 O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), antes do fechamento dos portões, munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

6.4.1 Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 6.4.

6.4.2 Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6.5 As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

6.5.1 Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta

assinalada.

6.5.2 As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

6.6 Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

6.6.1 Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.6.2 O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

6.7 Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

6.8 Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

6.9 Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

6.10 O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

6.11 O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

6.12 O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

6.13 Após terminar a prova o candidato deverá entregar ao fiscal o caderno com as questões e o cartão de resposta preenchido e ausentar-se do local da prova.

6.14 Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último conclua.

6.15 Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuam a conferência dos cartões respostas, assinam a ata descrevendo o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricam os envelopes fechados.

7.1 A prova terá peso 7 (sete) com 20 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

7.1.2 O candidato ao cargo de professor que não obter no mínimo a nota 3 (três) na prova escrita será desclassificado do presente.

7.1.3 Para cargos:

7.1.4 Professor de Educação Infantil e Professor Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

7.1.5 Professor Ensino Fundamental II – Áreas: Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Geografia, História, Ciências, Educação Física e Artes.

7.1.6 Leitura.

7.1.7 Professor de AEE – Atendimento Educacional Especializado, 2º Professor.

7.1.8 Judô.

7.1.9 Capoeira.

7.1.10 Música.

7.2 Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II – AEE - Professores habilitados e não habilitados

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	04 (quatro)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	03 (três)
Conhecimentos na Área de Educação	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

8. Para cargos:

8.1 Auxiliar de creche:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	04 (quatro)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	03 (três)
Conhecimentos na Área de Educação	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

8.2 Para cargos:

8.2.1 Oficinas do tempo integral:

8.2.2 Leitura:

CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	04 (quatro)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	03 (três)
Conhecimentos na Área de Educação	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

8.3 Fica vedado duas inscrições, sendo uma o cargo de Professor e outra para o cargo de Auxiliar de Creche.

8.3.1 O candidato que se inscrever para 02 (duas) áreas, responderá a 02 (dois) cadernos de prova e 02 (dois) cartões resposta.

8.3.2 A classificação final obedecerá à ordem decrescente de notas ou média.

9.1 As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos são as constantes no ANEXO I do presente Edital.

10.1 As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

10.2 Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

10.3 Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário de fechamento dos portões. Os portões serão fechados às 13h50min, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

10.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no item 2.1, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

11.1 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com peso 70% (setenta por cento) e terá caráter eliminatório para os cargos de Professores e caráter classificatório para o cargo do Auxiliar de Creche.

11.2 Fica desclassificado o candidato, para os cargos de PROFESSOR que não tirar nota mínima de 03(três) pontos na prova escrita.

11.3 A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo: ONDE:

NPE =	10	X NAP X 0,70
	TQP	

Onde:

10 = Total de Pontos (subitens 7.2, 8.1 e 8.2)

NPE = Nota da prova escrita

TQP = Total de questões da prova

NAP = Número de acertos na prova

0,70 = Peso 70 % (subitens 11.1 deste Edital)

12 13

12.1 Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão critérios de desempate:

12.1.1 Melhor nota da prova escrita.

12.1.2 Melhor nota em conhecimento específico.

12.1.3 Idade mais elevada.

12.2 Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

13.1 O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita, e acrescido da soma dos títulos.

14.1 A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, protocolando o mesmo junto à Prefeitura Municipal, Rua Eilírio De Gregori, 207- Centro – Irani – SC, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br ou www.irani.sc.gov.br.

14.2 Os demais recursos deverão ser interpostos de forma online, acessando a área do candidato com o número do CPF e senha, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

- a) da homologação das inscrições (divulgação no site);
- b) dos gabaritos; (divulgação no site);
- c) do resultado do processo seletivo em todas as suas fases (divulgação no site).

14.2.1 Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos.

14.2.2 Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

14.2.3 Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de questões da prova,

o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

14.3 Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal ou via fax.

14.4 Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, sendo caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

14.5 Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

14.6 Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

14.7 Recursos NÃO FUNDAMENTADOS ou INTERPOSTOS FORA DO PRAZO serão INDEFERIDOS SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

14.8 A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

15 16

15.1 A divulgação da lista classificatória dos candidatos será feita no site do Município de IRANI –

www.irani.sc.gov.br, no dia 05 de dezembro de 2017 sendo que a classificação se dará separadamente por área de atuação.

15.2 O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá os dias 06 e 07 de dezembro de 2017 para solicitar recurso na forma online, acessando a área do candidato com o número do CPF e senha.

16 17

16.1 A escolha de vagas ocorrerá no dia 02 de fevereiro de 2018, na EMB Sebastião Rodrigues de Souza, na forma abaixo:

Período Matutino:

8h: Ensino Fundamental I- 1º ao 5º ano.

8h30min Educação Infantil – Pré-escola, Creches e Auxiliares de Creches.

9h: Projeto de Leitura- 1º ao 5º ano – Educação Infantil (Pré-escolar e creches). 9h30min- Oficina Tempo Integral.

10h: Ciências e Matemática 10h20min: História e Geografia 10h40min: Arte e Inglês.

11h:Ed. Física e Língua Portuguesa.

16.2 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre a primeira escolha, passando assim para o final da lista a qual pertence, devendo aguardar uma nova chamada, sendo que será respeitada a ordem de chamada do cadastro reserva.

16.3 A escolha de vagas deverá efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

16.4 Após a escolha das vagas de ano todo, surgindo novas vagas no decorrer do ano letivo, a escolha se dará pela ordem de classificação dos candidatos, à partir do primeiro da lista do cadastro reserva.

16.5 Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais professor habilitado a ser chamado.

16.6 O levantamento de vagas a serem oferecidas aos classificados será efetuado pela secretaria Municipal de Educação, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas e/ou turmas, disponíveis aos professores efetivos do quadro do magistério mediante a necessidade no decorrer do ano de 2018.

16.7 É de inteira responsabilidade de o candidato observar a compatibilidade de horário, turnos, distância e transporte entre os locais de trabalho.

16.8 O candidato que escolher vaga e completar carga horária de 40 horas, não será Chamado para outra área em que estiver inscrito;

16.9 O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga em qualquer área, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não poderá optar pela segunda.

16.10 Aos candidatos de 6º a 9º ano as vagas serão oferecidas novamente desde que não tenham completado a carga horária estabelecida conforme disposto no art. 34 da Lei Complementar 001/98, com a alteração da Lei Complementar nº 048 de 25 de novembro de 2009.

16.11 O candidato que não aceitar a vaga assinará termo de desistência.

Parágrafo Único. Os candidatos serão convocados para assumir a vaga, observando-se a ordem de classificação e o que segue:

a) Não será voltado à lista, exceto ao candidato que estiver assumido vaga de atestado ou licença e que tenha seu contrato encerrado, voltando assim para a lista na mesma ordem de classificação, sem prejuízos para próximas chamadas;

b) O candidato habilitado que ao ser chamado não aceitar a vaga, irá para o final da lista de classificação (habilitados) para fins de esgotar a lista dos profissionais;

16.12 A convocação dos candidatos para as vagas que surgirem no decorrer do ano letivo de 2018 será feita pelos telefones e e-mail informados na Ficha de Inscrição ou posteriormente atualizados junto a Secretaria de Educação, sendo responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

16.13 Para substituições por períodos inferiores a 30 dias, poderá haver alteração na ordem de convocação por parte da Secretaria de Educação, sempre visando não prejudicar os alunos com a constante alteração de profissionais na mesma turma.

16.14 Depois de esgotadas as tentativas especificadas no item 16.12 e o candidato não comparecer no prazo de 24 horas (um dia útil), este terá o seu nome vinculado para o final listagem classificatória.

16.15 As turmas e horário em que o candidato atuará serão definidos pela escola. O candidato que escolher vaga deverá seguir normas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e da Escola em que atuará;

16.16 O candidato que escolher vaga deverá cumprir os dias letivos estabelecidos no Calendário escolar, inclusive períodos reservados para reuniões, conselhos de classe, formação e outras atividades pedagógicas, bem como todas as atribuições e responsabilidades dos cargos conforme ANEXO IV.

17 18

17.1 A inscrição implica a aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

17.2 A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

17.3 O Município de IRANI e a Amauc não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

17.4 O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município de Irani a partir das 10h:00min da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

17.5 As provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na Prefeitura Municipal de IRANI.

17.6 Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do

resultado final do Processo Seletivo, o caderno de provas e os cartões respostas serão incineradas.

17.7 A convocação para a contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, com exceção do disposto no item 16.13, não gerando o fato de aprovação, direito à contratação.

17.8 Em caso de necessidade de contratação para substituição inferior ao prazo estabelecido no item 16.13, esta contratação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

17.9 Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Administração Municipal e AMAUC.

17.10 A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

17.11 A inexatidão das informações ou a constatação, mesmo posterior, de irregularidade em documentos ou nas provas, eliminarão o candidato do Processo Seletivo.

17.12 Este edital entra em vigor na data de sua publicação com prazo para 1 (um) ano podendo ser prorrogável para mais 1 (um) ano. O candidato que expirou o prazo de sua contratação retornará pela ordem de chamada observando a sequência da lista.

Demais informações poderão ser obtidas junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes na Prefeitura de IRANI SC, pelo site www.amauc.org.br. Ou pelo telefone (49) 3482.3505 (Amauc).

SIVIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

ANEXO I CONTEÚDO PRAGMÁTICO CONTEÚDOS COMUNS PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA - Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros textuais.

RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA) - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.

ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem. Gestão democrática e Participação da Comunidade.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Cultura Geral. Fatos

políticos, econômicos e sociais ocorridos nos últimos anos e divulgados na mídia local e nacional. Meio ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E ÁREAS AFINS (LEITURA E LABORATÓRIO PEDAGÓGICO) - Fases do desenvolvimento e da aprendizagem; Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Legislação Educacional nas esferas Municipal, Estadual e Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Educação inclusiva.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEGUNDO PROFESSOR E AEE)
- Políticas Públicas de

Educação Especial e o atendimento educacional especializado para os alunos público-alvo do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e alunos de inclusão nas séries regulares; Estratégias de ensino aprendizagem para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais; Plano de Atendimento Educacional Especializado; Atendimento e recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular e de sala de recursos multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva; Atribuições do Professor de AEE; Atribuições do Professor para alunos de turmas com Inclusão, Atendimento Educacional Especializado e parcerias com as áreas intersetoriais.

PROFESSOR DE ARTES E ÁREAS AFINS (ARTESANATO) - Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - Características dos seres vivos: cinco reinos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução, AIDS e DSTs; Ecossistemas brasileiros; Vírus: características e viroses; Ar: poluição, contaminação, os diferentes gases e suas funções no ambiente; Solo: poluição, contaminação, características, o solo nos processos de produção; Água: poluição, contaminação, conservação, interação da água com os demais elementos do ambiente: Meio ambiente: preservação, degradação e recuperação ambiental; Massa: força e aceleração; Substâncias químicas e suas propriedades.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ÁREAS AFINS (XADREZ, DANÇA) - Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contes-tes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brincue-dos cantados e cantigas de roda.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Santa Catarina e Ipumirim como lugar

no/do mundo.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - Conhecimentos e conceitos produzidos historicamente pela humanidade, presentes nos vários temas/conteúdos que compõem a História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS - Língua estrangeira: relação com outras culturas; palavras com sons semelhantes nas várias situações de uso; contextualização das palavras com vários significados; produção textual a partir de situações do cotidiano.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - Texto e discurso: Conteúdo temático, configuração estrutural e estilo; Intertextualidade/interdiscursividade: Eu e o outro; Intertextualidade – Textos recorrentes. Interdiscursividade – Outros dizeres, outros discursos, outras vozes que constituem o texto; A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual; Coesão/coerência: Emprego de diferentes procedimentos linguísticos na superfície textual, lexicais (repetição, substituição, associação), e/ou gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), para garantir a compreensão do que se lê e/ou diz, ou seja, o sentido global do texto (coerência); Polissemia/polifonia: Os diferentes sentidos da palavra e as diferentes vozes que constituem o texto/discurso; Dialogismo, polissemia, polifonia e heterogeneidade discursiva; As marcas da polissemia e polifonia na produção escrita de alunos e professores; Nova ortografia da Língua Portuguesa.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade.

PROFESSOR CORAL – Armadura de Clave, Armadura de Clave Sol, Armadura de Clave Fá, Notação e Partitura, Cifras, Intervalos Musicais, Leitura Rítmica, Escalas maiores e menores, Escalas Relativas

PROFESSOR DE JUDÔ E CAPOEIRA- História e filosofia do Judô e da Capoeira, Fundamentos técnicos do Judô e da capoeira: fundamentos técnicos e princípios que regem o Judô e a capoeira, Principais grupos de projeções e de técnicas de luta de solo, bem como suas variantes, combinações de golpes e contra-ataques, Histórico do Judô catarinense, Técnicas de performance para competição: técnicas de luta de solo para competição de Judô, Conhecimentos básicos sobre arbitragem de Judô, Didática aplicada ao treinamento de Judô Infantil: estilos de ensino, fases de desenvolvimento motor, ludicidade, criatividade no dojô.

AUXILIAR DE CRECHE

Língua Portuguesa: Interpretação de textos: Língua escrita objetiva e suas formas; fonética e fonologia, morfologia; Ortografia, classe, estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica. Gêneros literários e discursivos.

Conhecimentos Gerais/Atualidades: Atualidades; Generalidades e

conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais e Mundiais; História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Irani; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; Ecologia e meio ambiente.

Raciocínio Lógico (Matemática): Operações Fundamentais; Números fracionários e operações; Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento; Medidas de área; Medidas de volume; Regra de três: simples; Juros: simples; Porcentagem; Equações de 1º e 2º graus; Raciocínio Lógico.

Conhecimento na Área de Educação: Constituição Federação/88 – artigos 205 a 214 e artigos 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II- arts. 7º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título II. Plano Municipal de Educação.

Conhecimentos Específicos: A legislação brasileira atual para a educação infantil; O papel das brincadeiras e do jogo na aprendizagem e desenvolvimento infantil; Arte, imaginação e criatividade na infância: as linguagens infantis; A relação entre a família e a instituição de educação infantil; O processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Higienização pessoal, de utensílios e equipamentos e de área física; Noções básicas sobre cuidado infantil (importância do aleitamento materno, importância do crescimento infantil e imunização); Noções básicas sobre a introdução de alimentos a partir dos 6 (seis) meses de idade. Referencial Curricular para a Educação infantil.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome:

Nº de Inscrição: RG: ,

CPF: ,Inscrito (a) para o Cargo de: ,Código ,Residente: , nº ,Bairro:

, Fone: () ,Portador da Necessidade Especial , requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Irani/SC, conforme Edital nº 002/2015, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos Pede Deferimento.
/SC, de de 2017.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ANEXO III

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Eu, , portador do documento de identidade nº , inscrito (a) no cargo de do Edital nº 002/2015 do Município de Irani/SC, residente e domiciliado a Rua , nº , Bairro , Cidade , Estado , CEP: , requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Edital e conforme assinalado abaixo:

1) () Prova com ampliação do tamanho da fonte Fonte nº / Letra
2) () Sala Especial

Especificar:

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade

Especificar:

Nestes Termos Pede Deferimento
, de de 2017. (local e data)

Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência.

ANEXO IV ATRIBUIÇÕES/RESPONSABILIDADES DOS CARGOS

Responsabilidades:

- Definir um projeto aplicável a unidade de ensino com relação à proposta pedagógica, sugerindo objetivos gerais e específicos, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente.
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino.
- Planejar atividades sistematizadas, desafiadoras e condizentes aos conteúdos e habilidades propostas, estimulando os alunos e contribuindo com o seu desenvolvimento.
- Preocupar-se com a formação do aluno para o exercício da plena cidadania.
- Criar situações que elevam a auto-estima do educando, tratando-o com afetividade, melhorando o vínculo com o mesmo e consequentemente, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.
- Realizar encaminhamentos para profissionais especializados, preenchendo documentação exigida.
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de aceleração no desenvolvimento para os alunos de maior rendimento e de recuperação para os alunos de menor rendimento, utilizando as técnicas e recursos disponíveis.
- Utilizar materiais adequados à faixa etária dos educandos, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo.
- Utilizar diferentes estratégias durante a realização das aulas, atendendo as dificuldades dos alunos com atividades diversificadas, buscando recursos práticos na realidade vivida pelos alunos.
- Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos.
- Orientar os alunos na realização de pesquisas e trabalhos curriculares. Desenvolver hábitos e atitudes de conservação ambiental.
- Incentivar a prática desportiva, cultural e recreativa, promovendo eventos internos e externos.
- Avaliar o aluno de forma contínua e sistemática dentro do processo de ensino e aprendizagem, conforme legislação nacional e do órgão normatizador.
- Corrigir atividades desenvolvidas, esclarecendo dúvidas quanto às necessidades e carências apresentadas pelos alunos.
- Cooperar com os serviços de orientação e gestão escolar.
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, participando de reuniões com pais, recebendo-os pessoalmente, individualmente ou em grupo.
- Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, conselhos de classe, reuniões de planejamento, supervisão, campanhas educativas junto à comunidade, entre outras atividades extraclasse promovidas pela direção do estabelecimento de ensino.
- Controlar e registrar a frequência dos alunos.
- Executar o fechamento e registro de médias parciais e finais dos alunos.

· Respeitar e cumprir prazos estabelecidos pela coordenação para a entrega de documentos, projetos relatórios, planejamentos, avaliações e outros.

· Avisar, com antecedência, a direção da escola, quando não puder cumprir seu horário de trabalho, organizando-se para que os alunos não tenham prejuízo no conteúdo.

· Atualizar-se continuamente na área de atuação, mediante pesquisas, cursos de extensão, seminários, congressos, leitura de livros especializados, entre outros, para a permanente melhoria da formação acadêmica e da qualidade do ensino. Participar das formações continuadas, buscando o auto-aperfeiçoamento.

· Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Quando atuando na Educação Infantil:

· Atuar como mediador entre a criança e o meio, estimulando a desenvolver-se integralmente, aprendendo gradativamente a linguagem e conceitos.

· Produzir com crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito.

· Realizar atividades pedagógicas recreativas, colocando-as para praticar intuito de desenvolver integralmente as crianças (coordenação motora, percepção visual, auditiva, sensorial, atenção entre outras), respeitando as faixas etárias.

· Avaliar o desenvolvimento da criança por meio de registros sistemáticos e descritivos.

· Dialogar com as famílias das crianças de modo a contribuir, por meio do trabalho decente, para o desenvolvimento da criança, firmando assim, uma educação compartilhada entre instituição de ensino e família.

· Desenvolver o currículo, priorizando a linguagem e o movimento por meio de brincar.

· Planejar e executar atividades que promovam o infantil nos aspectos social, afetivo, estético e cognitivo.

· Responsabilizar-se para desenvolver a rotina pedagógica da Instituição, por meio de atividades com os alunos (recepção, alimentação, repouso e atividades dirigidas).

· Quando atuando na Educação Especial (Segundo Professor):

· Contribuir para a obtenção de uma educação inclusiva de qualidade, atuando em centros educacionais e núcleos de educação infantil, visando garantir a participação dos alunos com deficiência nas classes comuns, buscando novos mecanismos para favorecer a prática pedagógica e a inclusão escolar.

· Suprir as dificuldades encontradas pelo educando, auxiliando-o na realização das suas atividades, acompanhando individualmente o processo de realização da mesma.

· Realizar atendimentos extraclasse, a fim de melhorar a memória, percepção, criatividade, coordenação motora, organização espacial e temporal, esquema e imagem corporal, coordenação viso-motora, análise e síntese, figura e fundo, memória lógico matemática, entre outros.

· Contribuir para que haja um trabalho conjunto entre família e escola, para um melhor desenvolvimento do educando, prestando orientações aos pais dos alunos. Definir, juntamente com a equipe técnico-administrativa e professores regentes do estabelecimento de ensino, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados.

· Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o boletim de notas de alunos com necessidades educativas especiais.

· Realizar a troca de experiências com outros profissionais da Unidade Escolar ou do Núcleo de Educação no qual participa inclusive de reuniões mensais com a equipe multiprofissional.

· Atuar nas salas de recursos multifuncionais, desenvolvendo o plano de trabalho específico ao trabalho específico ao trabalho nesse espaço educacional.

Atribuições Gerais:

- Agir com ética, respeito e solidariedade perante colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.
- Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático, dos equipamentos e do imóvel junto à comunidade escolar.
- Cumprir suas funções com assiduidade pontualidade, zelando pela postura profissional, em conformidade com as normas da instituição. Seguir as normas e determinações da unidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do Município.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

ANEXO V

CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIAS DO PROCESSO SELETIVO

FASE OU OCORRÊNCIA QUE MEREÇA DESTAQUE	DATA
Publicação da íntegra do Edital	20/10/2017
Prazo para impugnação das disposições editalícias	23 e 24/10/2017
Período de inscrições e entrega de documentação	25/10 à 08/11/2017
Encerramento das Inscrições com isenção de taxa	31/10/2017
Publicação inscritos com solicitação de isenção	01/11/2017
Recurso inscrições solicitação de isenção	03 e 06/11/2017
Último prazo pagamento boleto	09/11/2017
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	10/11/2017
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	13 e 14/11/2017
Publicação do edital de homologação definitiva das Inscrições	16/11/2017
Aplicação da prova escrita objetiva escrita	26/11/2017
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva Escrita	27/11/2017
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	28 e 29/11/2017
Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva Escrita	01/12/2017
Divulgação da classificação preliminar da prova objetiva escrita e pontos referentes aos títulos.	05/12/2017

Prazo de recurso contra divulgação da classificação preliminar da prova objetiva escrita e pontos referentes aos títulos.

06 e 07/12/2017

Divulgação e Homologação da classificação final da prova escrita e títulos

08/12/2017

Primeira chamada dos candidatos classificados

01/02/2017

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº04/2017 FMAS

Publicação Nº 1412149

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de novembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, AVIAMENTOS E TECIDOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NAS OFICINAS E GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 26 de outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 26 de Outubro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 383/2017

Publicação Nº 1412368

PORTARIA Nº 383/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR E MEMBRO DO PROCON MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela

Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.937/2017, de 04/07/2017, que organiza o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC;

Considerando a necessidade administrativa de promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor no Município de Irineópolis (SC),

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, como membros para comporem a Estrutura Administrativa da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, conforme artigo 4º e 6º da Lei Municipal nº 1.937/2017, as seguintes servidoras municipais:

I. Coordenadora Executiva, Serviços de Atendimento e Educação ao Consumidor e Serviço de Fiscalização: CASSIANA LAIS BRAND;

II. Serviço de Assessora Jurídica: ANA MARIA ONEVETCH.

Itá

PREFEITURA

EXTRATOS DE ATAS 68 A 81

Publicação Nº 1411985

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 068/2017, PL 057/2017

PARTES: Município de Itá e A L Bar e Serviços LTDA ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 035/2017

OBJETO: aquisição de materiais e serviços de mão de obra, para recuperação das estruturas natalinas existentes, montagem, manutenção, apresentação das luzes dançantes e desmontagem de toda estrutura de iluminação de natal do município, durante o "Bri-lha Itá 2017".

LOTE: 01

VALOR ESTIMADO: R\$ 58.690,00 (cinquenta e oito mil seiscentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: Início: 04/10/2017 Término: 03/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 069/2017, PL 058/2017

PARTES: Município de Itá e Auto Mecânica Itaense Ltda EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2017

OBJETO: prestação de serviço (hora/homem) de mecânica para tratores, conserto e regulagem de bomba e bico injetor, conserto de caixa e diferencial, retifica de motores e conserto da parte elétrica, para manutenção das máquinas e veículos da frota do Município de Itá – SC

LOTE: 01 e 02

VALOR ESTIMADO: R\$ 58.680,00 (cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 13/10/2017 Término: 12/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 070/2017, PL 058/2017

PARTES: Município de Itá e Euro Truck Injeção Eletrônica Diesel LTDA ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2017

OBJETO: prestação de serviço (hora/homem) de mecânica para tratores, conserto e regulagem de bomba e bico injetor, conserto de caixa e diferencial, retifica de motores e conserto da parte elétrica, para manutenção das máquinas e veículos da frota do Município de Itá – SC

LOTE: 03 e 04

VALOR ESTIMADO: R\$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais)

VIGÊNCIA: Início: 13/10/2017 Término: 12/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 071/2017, PL 058/2017

PARTES: Município de Itá e Gerri Adriano Gusatto ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2017

OBJETO: prestação de serviço (hora/homem) de mecânica para tratores, conserto e regulagem de bomba e bico injetor, conserto de caixa e diferencial, retifica de motores e conserto da parte elétrica, para manutenção das máquinas e veículos da frota do Município de Itá – SC

LOTE: 05

VALOR ESTIMADO: R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 13/10/2017 Término: 12/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 072/2017, PL

059/2017

PARTES: Município de Itá e Comercial Cerâmica Seara Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 11, 14, 19, 20, 31, 33, 34, 35, 36, 41, 42 e 45

VALOR ESTIMADO: R\$ 97.894,00 (noventa e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 073/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Artefatos de Cimento Rossi Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 23, 24, 48 e 50

VALOR ESTIMADO: R\$ 28.805,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 074/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Mudar Tintas e Materiais de Construção Ltda EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 02, 03, 07, 12, 13, 15, 18, 30 e 43

VALOR ESTIMADO: R\$ 97.156,00 (noventa e sete mil cento e cinquenta e seis reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 075/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Contato Soluções Elétricas e Hidráulicas Ltda EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 22 e 25

VALOR ESTIMADO: R\$ 29.750,00 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 076/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Centro Oeste Com. e Instalação de Materiais Elétricos Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 16, 17, 21 e 37

VALOR ESTIMADO: R\$ 33.435,00 (vinte e nove mil setecentos e

cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 077/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Caneppele Artefatos de Cimento Eireli ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 10, 49, 51, 52 e 56

VALOR ESTIMADO: R\$ 76.710,00 (setenta e seis mil setecentos e dez reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 078/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Elétrica Luz Comercial de Materiais Elétricos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 26, 27, 28, 29, 38, 39 e 40

VALOR ESTIMADO: R\$ 42.292,40 (quarenta e dois mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 079/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e B R Comércio de Materiais de Construção

Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 01, 04, 06, 32, 53 e 55

VALOR ESTIMADO: R\$ 79.925,00 (setenta e nove mil novecentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 080/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Jardel Jacobs Pereira da Silva ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 44, 46 e 47

VALOR ESTIMADO: R\$ 40.810,00 (quarenta mil oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 081/2017, PL 059/2017

PARTES: Município de Itá e Britagem KPB Ltda EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 037/2017

OBJETO: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico entre outros para manutenção das atividades das secretarias municipais.

ITENS: 05 e 09

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 20/10/2017 Término: 19/10/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

LEI 2517

Publicação Nº 1411760

Lei nº 2517, de 26 de outubro de 2017

“Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Crédito Adicional Especial e Suplementar e dá outras providências”.

Jairo Luiz Sartoretto, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento do Poder Legislativo do Município de Itá, no exercício de 2017, no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

2.001- Manutenção Atividades Poder Legislativo

3.3.93.00.00.00.00.1000 – Transferência a Consórcios	2.240,00
--	----------

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Poder Legislativo do Município de Itá,, conforme a seguir descrito:

01.00 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Camara Municipal de Vereadores de Itá

2.001- Manutenção Atividades Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	2.240,00
--	----------

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2017, no valor de R\$ 1.310.000,00 (um milhão trezentos e vinte mil reais), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
 2.003- Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes
 04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem
 2.007- Manutenção das Atividades do DMER

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	45.000,00

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
 05.01 – Departamento Municipal de Agricultura
 1.005- Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

2.010- Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
 06.01 – Departamento de Educação

2.012- Manutenção Secretaria de Educação	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	200.000,00
2.013- Coordenação e Distribuição Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
2.016- Aplicação Recursos Salário Educação	
3.3.90.00.00.00.00.1058 – Aplicações Diretas	80.000,00

2.018- Apoio ao ensino Superior e Especialização	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	75.000,00

2.020- Manutenção Creche Municipal	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	90.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

2.021- Manutenção Ativ. Dpto de Esportes	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social
 07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051- Manutenção Fundo Mun. De Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	125.000,00
2.052- Proteção Social Básica	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

2.056- Proteção Social Especial de Média e Alta Complex.	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
 08.01 – Departamento de Turismo

2.025- Manutenção Atividades Departamento de Turismo	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	120.000,00
2.044- Brilha Itá	
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos**

2.008 - Manutenção Atividades Dpto Urbanismo	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	120.000,00

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2017, no valor de R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde**11.01 – Fundo Municipal de Saúde**

2.031- Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	240.000,00
2.032- Manter Programa Saúde da Família	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	150.000,00

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º e 4º no valor de R\$ 1.535.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

02.00 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal**02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal**

2.002- Manutenção Atividades Gabinete Prefeito e Vice	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	37.200,00

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda**03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda****0.001- Encargos Gerais do Município**

4.6.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	240.000,00
--	------------

1.033- Adequação do Centro Administrativo Municipal

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	28.000,00
--	-----------

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes**04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem****1.028- Construção de Pontes e Pontilhões**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
--	----------

1.045- Pavimentação Asfáltica Rodovia Itá-Substação Linha Alegre

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**05.01 – Departamento Municipal de Agricultura****1.004- Aquisição de Equipamentos Rodoviários e Agrícolas**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	49.000,00
--	-----------

1.036- Embelezamento da Propriedade

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

2.010- Manutenção Departamento de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

05.02 – Departamento de Meio Ambiente**1.002- Sistema de Captação e Distribuição de Água Potável**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

05.03 – Fundo Municipal de Meio Ambiente**2.059- Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA**

3.1.71.00.00.00.00.1000 – Transf. A consórcios Públicos	9.000,00
---	----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**06.01 – Departamento de Educação**

1.010- Aquisição de Veículo Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.015- Transporte Escolar Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.1058 – Aplicações Diretas	80.000,00
2.017- Manutenção a apoio Frequência Ensino Médio e Pro	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

1.012- Construção de Espaços Esportivos e Recreativos	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	15.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.01 – Departamento de Assistência Social

1.013- Subvenções a entidades sem Fins Lucrativos	
4.4.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

07.04 – Fundo Mun de Habitação Interesse Social - FMHIS

1.014- Melhoria Habitacional	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

1.041- Construção de unidades Habitacionais	
4.5.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.047- Manut. Ativ Fundo Mun habitação Interesse Social	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

07.05 – Fundo Municipal de Direito do Idoso

1.040- Adequação Espaços de convivência, Rec. e Lazer	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.800,00
2.057- Manutenção Fundo Mun Direito do Idoso	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	17.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.018- Infra estrutura Turística	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
1.030- Construção Portal Turístico	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
1.042- Projeto Mirante Caracol	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
1.048- Construção Ciclovia	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.024- Admin. e Manuten.Complexo Turístico Thermas itá	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
2.054- Apoio ao turismo Rural	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
2.055- Festival de Inverno de Itá	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
2.058- Parque das Torres	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.5.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

1.017- Estimulo Instalação e Desenv. Unidades Produtivas	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
4.4.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
4.5.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.028- Manutenção Dpto de Industria, Comércio e Serviços	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

08.03 – Departamento de Cultura

1.022- Construção do Centro de Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
1.027- Replica em Miniatura Antiga Cidade de Itá	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.029- Manutenção Departamento de Cultura	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	15.000,00

08.04 – Fundo Municipal de Turismo

2.030- Manut. Atividades Fundo Mun. Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

08.05 – Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá

2.060- Manutenção Fundo Mun. De Desenvolvimento Ita	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.035- Saneamento Básico Municipal	
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
2.046- Manutenção Fdo Municipal de Saneamento Básico	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 6º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º e 4º no valor de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Fundação Cultural de Itá do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

2.048- Manut. Atividades Fundação Cultural de Itá	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. A instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 7º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 4º no valor de R\$ 605.000,00 (seiscientos e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.019- Aquisição de Veículo	
4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	20.000,00
1.052- Construção Unidade Básica Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	20.000,00
2.036- Manutenção sobre Aviso Médico	

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	155.000,00
2.037- Manutenção Convênio com Hospitais	
3.3.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instituições privadas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	290.000,00

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2017, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício de 2016 da respectiva destinação de recursos, conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.038- Manter Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.3066 – Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC,

26 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2518

Publicação Nº 1411761

LEI Nº 2518 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

“RECONHECE DE PROPRIEDADE PARTICULAR OS LOTES URBANOS QUE ESPECÍFICA, REGISTRADOS EM NOME DO MUNICÍPIO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reconhecidos de propriedade particular os lotes urbanos abaixo relacionados, situados nos bairros São João e Floresta que se encontram registrados em nome do Município de Itá, identificados no Anexo I que integra e acompanha a presente Lei, cujos ocupantes ainda não exerceram o direito de transferência conferido pela Lei Municipal nº 1.947, de 30 de maio de 2008.

Art. 2º. Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a promover a transferência dos imóveis de que trata a presente Lei, por meio de Escritura Pública de Doação, em favor dos ocupantes originários ou de seus sucessores devidamente identificados em processo administrativo interno realizado pelo município .

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições e contrário.

Itá/SC, 26 de Outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2519

Publicação Nº 1411762

LEI Nº 2519 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

“AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE – ITÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar o importe de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE – ITÁ/SC, entidade declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1287, de 25 de fevereiro de 1998, inscrita no CNPJ sob nº 02.103.354/0001-97, a título de auxílio financeiro, a ser aplicado no pagamento de mão de obra da segunda etapa da construção de sua sede própria, sito na Rua 21, nº 138, Bairro Natureza, nesta cidade de Itá/SC, em 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) cada uma, no período de outubro de 2017 a julho de 2018.

Parágrafo único. A prestação de contas deverá ser feita perante a Secretaria Municipal da Fazenda a cada duas parcelas liberadas, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação da segunda.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itá/SC, 26 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PRIMEIRO ADENDO - PROCESSO SELETIVO 003/2017

Publicação Nº 1411746

1º ADENDO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003/2017

1. O PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto nos incisos I e VI do artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2015, e as Leis Complementares n. 034/2006, 067/2011, 084/2011 e 122/2015, divulga por meio deste adendo a retificação da data limite do tempo de serviço no magistério a ser apresentado, conforme itens abaixo que passam ter a seguinte leitura:

1. "7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

Especificação do Título Pontuação

Mestrado na área da Educação	1,5 (um vírgula cinco) pontos – máximo um título.
Especialização e/ou pós graduação latu sensu, na área específica ou da Educação.	1(um) ponto – máximo um título.

Graduação na área específica. 0,5 (zero vírgula cinco) pontos

Tempo de Serviço no magistério até 30/ 08/2017 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante).	0, 005 (zero vírgula zero zero cinco) pontos por mês trabalhado, sendo que será considerado de 16 dias ou mais como um mês completo.
--	--

Cursos de Formação Continuada na área da Educação, limitando-se a 400h.	0,10 (zero vírgula dez) pontos para cada 40h
---	--

A somatória total de títulos não será computada quando ultrapassar os 03(três) pontos em quaisquer dos itens da especificação de títulos acima.

7.3 Para professores não habilitados:

Especificação do Título Pontuação

Para cada fase concluída do curso superior (em Licenciatura Plena)	0,05 (zero vírgula dez) pontos
Tempo de Serviço no magistério até 30/08/2017 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante)	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) ponto por mês trabalhado, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais como um mês completo.
Cursos de Formação Continuada na área da Educação limitando-se a 400h	0,10 (zero vírgula dez) ponto para cada 40h

A somatória total de títulos não será computada quando ultrapassar os 03 (três) pontos em quaisquer dos itens da especificação de títulos acima.

"(...)

2. Permanecem inalterados os demais itens do Edital do Processo Seletivo 002/2017.

Itá/SC, 19 de Outubro de 2017

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 002/ 2017 AO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

Publicação Nº 1412261

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 002/2017

ALCIR JOSÉ HALL, Presidente da Câmara Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, resolve CONVOCAR a candidata relacionada, aprovada em primeira colocação no Concurso Público n. 001/2017, para que assuma o cargo público, na data de 09/11/2017, junto à Câmara Municipal de Vereadores de Itá-SC.

CARGO: Controlador Interno	
CONVOCADO	N.º DE INSCRIÇÃO
Ediane Serraglio	0000044

Itá, SC, 26 de Outubro de 2017.

ALCIR JOSÉ HALL

Presidente da Câmara Municipal de Itá

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2014

Publicação Nº 1411766

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2014

A CAMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação: Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Recursos Humanos com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- Configuração e parametrização conforme procedimentos da entidade.
- Treinamento de implantação para os servidores responsáveis pela utilização do aplicativo contratado.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).

e) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.

f) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19.

Forma de Pagamento: Mensal (06 meses), TED (Transferência Eletrônica Disponível) com Nota Fiscal.

Período: 23.10.2017 a 30.04.2018

Valor Unitário: R\$ 230,00 (Duzentos e trinta reais) mensal (06 meses)

R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) parcela única

Valor Global: R\$ 2.380,00 (Dois mil trezentos e oitenta reais)

Data Assinatura: 23.10.2017.

Itá, SC, 23 de Outubro de 2017.

ALCIR JOSÉ HALL

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Itapema

PREFEITURA

CONTRATO 054/2017 - OBJETO: GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, COM A PACTUAÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE E RESULTADO, EM REGIME DE 24 HORAS/DIA, ASSEGURANDO ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -

Publicação Nº 1412725

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 054/2017

OBJETO: Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no Hospital Santo Antônio, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultado, em regime de 24 horas/dia, assegurando assistência universal e gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itapema/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: Instituto de Desenvolvimento de Ensino e Assistência à Saúde – IDEAS.

VALOR: 1.244.133,62 (um milhão duzentos e quarenta e quatro mil cento e trinta e três reais e sessenta e dois centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/10/2017 à 31/12/2017

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2017

Itapema, 06 de outubro de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 164, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412773

DECRETO Nº 164, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

03.01 – Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007 – Convenio de Transito

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor com efeitos a partir do dia 25 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC., 25 de outubro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor com efeitos a partir do dia 25 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC., 25 de outubro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Lauro Schlickmann
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 165, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412776

DECRETO Nº 165, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais):

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.2013 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 90.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 002/2017-CMDCA.

Publicação Nº 1412288

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 002/2017.
De: 24 de outubro de 2017.

Altera a portaria 001.2017 de 28/03/2017 a qual instituiu e nomeou Comissão de Legislação e Políticas Públicas do CMDCA de Itapoá SC conforme estabelecido na Ata 015.2017 – Extraordinária de 11.10.2017.

Célia Maria Konell, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso de suas atribuições legais:

DEFINE:

Art. 1º. Fica alterada a Portaria de Nº 001.2017 emitida e publicada em 28 de março de 2017, alterando os membros da comissão de Legislação e Políticas Públicas conforme abaixo relacionados:

1. Elaine Cristina Alves Presidente
2. Elisa Gonzalez Corso Membro
3. Mauricio Deunio Olkoski Membro

Art. 2º. Demais artigos permanecem inalterados.

Itapoá, 24 de outubro de 2017.
Célia Maria Konell
Presidente CMDCA

ATA CONCORRÊNCIA Nº 03/2017 - SESSÃO I

Publicação Nº 1412353

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	26/10/2017	Horário início: 14h30min
Licitação /Modalidade	CONCORRÊNCIA PROCESSO	Nº 03/2017 Nº 83/2017

OBJETO:
Contratação de agências para a prestação de serviços de propaganda e publicidade, compreendendo o estudo, o planejamento, a conceitualização, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, e demais serviços inerentes à atividade publicitária, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3306/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal Diário de Circulação no Estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 06/09/2017 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 14h30min iniciou a primeira sessão pública da Concorrência nº 03/2017 para identificação dos proponentes, recebimento dos Envelopes nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 e abertura dos envelopes nº 1 e nº 3. Apresentaram envelopes as seguintes empresas:

Empresa	CNPJ/MF	REPRESENTANTE
SKOPOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	03.647.829/0001-79	KLEBER ROGEIRO OBLADEN FOGGIATTO
ESTRATEGIA CONSULTORIA E MARKETING LTDA	03.476.828/0001-09	NILO RENATO BRAGA

Iniciada a sessão os membros da CPL conferiram o sigilo do envelope nº 1, os quais foram encontrados em conformidade com as exigências do edital. Na sequência, os demais envelopes foram rubricados e aberto o envelope nº 3. Todos os documentos foram achados conforme e as empresas CLASSIFICADAS para a próxima fase do certame. Ao serem consultados, os representantes presentes manifestaram a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICK DUTRA POHL RISSI
PRESIDENTE

SUZANA BESEN MARTINS
MEMBRO

MARIZA APARECIDA FILA
MEMBRO

Licitantes presentes:

SKOPOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
KLEBER ROGEIRO OBLADEN FOGGIATTO
CPF: 003.932.719-19

ESTRATEGIA CONSULTORIA E MARKETING LTDA
NILO RENATO BRAGA
CPF:327.592.400-10

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2017

Publicação Nº 1412330

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CIRUPAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP, com sede á Av. Maringá, nº 1228, Emiliano Perнета, Pinhais/PR, CEP: 83.324-442, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.733.572/0001-30, Inscrição Estadual: 10.164.441-34, representada neste ato por sócio, o Sr. HÉLIO CELSO STOKLOSKI, portador do CNPF/MF nº 084.999.939-15 e do CI.RG nº 737.082 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 85/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 - PROCESSO Nº 114/2017.

Objeto: Aquisição de Material para Raio X, visando atender o Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e Ministério da Saúde – proposta de aquisição de medicamento nº11485.4100000/1160-03.

VALOR R\$: 17.610,00

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 25 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2017

Publicação Nº 1412332

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA EPP, com sede á Ru São José, nº 3.815, São Cristóvão, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.040-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.081.446/0001-40, Inscrição Estadual: 10189501-77, representada neste ato por representante legal, o Sr. JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA, portador do CNPF/MF nº 042.398.139-05 e do CI.RG nº 6.067.330-6 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 85/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 - PROCESSO Nº 114/2017.

Objeto: Aquisição de Material para Raio X, visando atender o Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e Ministério da Saúde – proposta de aquisição de medicamento nº11485.4100000/1160-03.

VALOR R\$: 18.884,00

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 25 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2017

Publicação Nº 1412334

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, com sede á Rodovia dos Minérios, nº 403, Sala 02ª/02B, Jardim Monterrey, Almirante Tamandaré/PR, CEP: 85.507-00, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.262.327/0001-01, Inscrição Estadual: 90711402-34, representada neste ato por sócio, o Sr. ALAIRTO JOSÉ PELOZZO, portador do CNPF/MF nº 747.575.399-91 e do CI.RG nº 5.011.809-6 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 85/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 - PROCESSO Nº 114/2017.

Objeto: Aquisição de Material para Raio X, visando atender o Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e Ministério da Saúde – proposta de aquisição de medicamento nº11485.4100000/1160-03.

VALOR R\$: 19.722,00

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 25 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 09/2017 - PAVIMENTAÇÃO MARIANA - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Publicação Nº 1412663

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC**
Comissão Permanente de Licitação**ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA**

Data	26/10/2017	Horário início: 16h00min
Licitação / Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 09/2017 Nº 103/2017

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA RUA MARIANA MICHELS BORGES – TRECHO I E II, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme **Decreto Municipal nº 3306/2017**. A fim de análise e julgamento das propostas de preços das empresas habilitadas ao certame licitatório. Exatamente às 16h00min iniciou-se o julgamento das propostas das empresas:

Empresa	CNPJ/MF
TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	07.888.742/0001-44
BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP	76.470.384/0001-78
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA	03.574.370/0001-20
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	26.786.919/0001-46
MEGAPAV – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	02.152.117/0002-05
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	82.607.623/0001-91

Iniciada a sessão, os membros da CPL e demais presentes constataram que os envelopes de propostas encontravam-se devidamente lacrados e rubricados conforme sessão pública da data de 29/09/2017, nessa fase analisou-se as propostas de preços chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	CNPJ/MF	Classificação das Propostas
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	82.607.623/0001-91	R\$ 879.708,67
KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	26.786.919/0001-46	R\$ 978.275,19
TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	07.888.742/0001-44	R\$ 978.773,52
MEGAPAV – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	02.152.117/0002-05	R\$ 999.179,73
BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP	76.470.384/0001-78	R\$ 1.059.185,61
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA	03.574.370/0001-20	R\$ 1.082.858,04

Portanto logrando-se vencedora a empresa CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA com o valor para o objeto de R\$ 879.708,97 (oitocentos e setenta e nove mil e setecentos e oito reais e noventa e sete centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ **1.141.974,32 (um milhão cento e quarenta e um mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**. O representante da empresa BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP, o Sr. Anderson de Abreu e da empresa TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA EPP, a Sra. Liziane Cabrera,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC
Comissão Permanente de Licitação

não apresentaram interesse para o direito de recurso. O representante da empresa MEGAPAV – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, declarou que não havia nada a opor com relação a abertura de preços da licitação Tomada de Preços nº 09/2017, podendo o Município dar prosseguimento ao mesmo. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, indo esta assinada por todos os presentes, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes às 17h:22min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDO VITOR PERES
MEMBRO

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA
MEMBRO

Presentes na Sessão:

Licitantes presentes:

TEC TUBO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
LIZIANE CABRERA
CPF: 095.728.929-40

BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA – EPP
ANDERSON DE ABREU
CPF: 017.963.299-08

MEGAPAV – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
JOÃO DE CASTRO JUNIOR
CPF: 088.749.729-20

CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA
ADRAIANA LORENZI CAMACHO
CPF: 769.462.239-34

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR
GIOVANI BENVENUTTI
CPF: 613.375.449-49

KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP
RODRIGO DONDA
CPF: 044.613.339.65

ATA SESSÃO PÚBLICA INEX.04-17- CREDENCIAMENTO DE PÁTIO VEÍCULOS

Publicação Nº 1412160

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	26/10/2017	Horário início: 13h00min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE PROCESSO	Nº 05/2017 Nº 04/2017 Nº 123/2017

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para o exercício dos serviços de reboque, remoção, depósito e guarda de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração às normas de trânsito ou envolvidos em ilícitos penais no município de Itapoá/SC, segundo o disposto no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2017 - Processo nº 123/2017, e disposições da Lei Municipal nº 714/2017. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3108/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal em 17/10/2017 e em jornal diário de grande circulação no estado a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF
25/10/2017	1656	Auto Socorro Martins Ltda-ME	09.263.926/0001-44

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação do credenciante acima relacionado, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a Empresa: Auto Socorro Martins Ltda-ME, inscrito no CNPJ/MF: 09.263.926/0001-44 cumpriu com todas as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público nº05/2017 e, portanto foi considerado HABILITADO. No entanto ficando a pré – qualificada ao objeto do credenciamento a

Comissão Permanente de Licitação – CPL, salienta a necessidade do cumprimento da cláusula 4. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, alínea “d” DA ANÁLISE E VISTORIA DO LOCAL apresentado pela empresa: Auto Socorro Martins Ltda-ME, o qual seguirá as seguintes cláusulas do edital: “21. DA VISITA DE VISTORIA: 21.1. A visita de vistoria será realizada nas sedes das credenciadas, por comissão, nomeada pelo Prefeito Municipal através de Decreto publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC e tem por objetivo dar à Prefeitura Municipal de Itapoá a certeza e a comprovação de que todos os ofertantes conhecem integralmente o objeto deste Credenciamento Público, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos serviços licitados, resguardando a Prefeitura Municipal de possíveis inexecuções contratuais. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação e execução do objeto. 21.2. A comissão após vistoria emitirá parecer sobre as condições da área física e demais equipamentos envolvidos na prestação dos serviços, observando a legislação vigente e demais especificações descritas neste edital. 21.3. A vistoria técnica de que trata o item anterior será realizada após a conclusão da análise da documentação e declarado apto o credenciado.”

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA
MEMBRO

ATA: FÓRUM DE ELEIÇÃO CMAS GESTÃO 2017-2019

Publicação Nº 1412111

Ata: FÓRUM DE ELEIÇÃO CMAS GESTÃO 2017-2019,
Data: 26/10/2017
Horário: 09h00,
Local: Conselho Municipal da Assistência Social

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2017, as 11h05, na sede do Conselho Municipal da Assistência Social, situado na Rua do Príncipe, número 2169, Itapema do Norte, Itapoá, seguindo as diretrizes contidas no EDITAL CMAS 02/2017, para eleição de representantes da sociedade civil para compor o colegiado do conselho municipal de assistência social para o biênio 2017/2019. Foram realizadas as inscrições de várias entidades religiosas, porém, retiradas em vista de não apresentarem os documentos exigidos no edital. As entidades inscritas que apresentaram todos os documentos foram: 1. ROSAMAR. 2. APAE. 3. USUARIOS. 4. TRABALHADORES. Para compor a mesa e dirigir os trabalhos foram convidados os conselheiros Alexandre Ribeiro e Elaine Cristina Alves. Aberto os trabalhos foram lidos e conferidos os documentos de inscrição e separação dos segmentos participantes e concorrentes as vagas. Após análise dos documentos, encontram-se aptas a concorrer as seguintes entidades: 1. Representante dos USUARIOS: Irene Demarchi (titular) e Francisco de Assis Silva (suplente). 2.

Representante dos Trabalhadores: Ana Luiza Valente de Oliveira (titular) e Caroline Michely da Silva (suplente). 3. Entidades e organizações sociedade civil: ROSAMAR – Maria Bernadete Pinto Rodrigo (titular) e James Adriano M. Schmitz (suplente) – APAE - Lana Roselia Quadros Bevilaqua (titular) e Edgar Urata Doria (suplente). Pela tipificação exigida e respeitando os termos do edital CMAS 02/2017 encontram-se eleitos para o segmento TRABALHADORES SUAS: Ana Luiza Valente de Oliveira (titular) e Caroline Michely da Silva (suplente). Para o segmento USUARIOS: Irene Demarchi (titular) e Francisco de Assis Silva (suplente). Para segmento ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES: ROSAMAR – Maria Bernadete Pinto Rodrigo (titular) e James Adriano M. Schmitz (suplente) – APAE - Lana Roselia Quadros Bevilaqua (titular) e Edgar Urata Doria (suplente). Foi dado a palavra aos presentes que nada disseram e nenhuma impugnação foi apresentada. O representante da OAB/SC Subseção Joinville nos termos da Lei Municipal 500/2013 será indicado pela instituição até a data da posse dos novos membros. A posse dos novos membros se dará no dia 31/10/2017 as 9H00 na sede do Conselho de Assistência Social, no qual saem todos desde já notificados do comparecimento. Não havendo nada mais a tratar declara encerrado o presente fórum de eleições de entidades. Assinam esta ata os presentes:

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2017

Publicação Nº 1412341

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME, com sede á Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 1950, Galpão 01, Centro, na cidade de Penha/SC, CEP: 88.350-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.417.394/00001-10 e Inscrição Estadual nº 257642625, representada neste ato pelo sócio Sr. OSMAR ORLANDI JUNIOR, portador do CNPF/MF nº 630.057.351-68 e do CI. RG nº 5068010/SSP SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2017 – PROCESSO Nº 115/2017

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de móveis para equipar a unidade básica de saúde do paese, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR R\$: 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 25 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 040/2017.

Publicação Nº 1412706

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº. 040/2017
VAGA EXCEDENTE NO CONTROLE INTERNO
Local de Trabalho: Controle Interno

A Comissão permanente de processo de Transferência, nomeados através da portaria nº. 1.801/2017, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para transferência deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, do dia 27 de outubro ao dia 06 de novembro de 2017, no horário das 13horas às 19horas, conforme quadro de vagas no anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. (Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato).

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor;
- Cópia dos Certificados de habilitação (graduação, pós graduação, mestrado e doutorado).
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações dos órgãos públicos.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de transferência perderá o direito sobre a escolha.

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos interessados na transferência serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, art. 26 parágrafo segundo, como segue abaixo:

I – maior habilitação na área de atuação;

II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;

III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na(s) vaga(s).

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 08 de novembro de 2017.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 09 de novembro de 2017, das 13 horas às 19:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 13 de novembro de 2017, o servidor será lotado (a) Unidade Administrativa requerida, através do ato correspondente, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao servidor uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor deverá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de transferência e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 26 de outubro de 2017
Vandressa Aparecida Chervinski
Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa
Secretária

Sulmária Maria da Silva
Membro

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA TRANSFERENCIA E LOTAÇÃO

Cargo	Vaga	C.H	Unidade Administrativa
Administrador	01	40 horas	CONTROLE INTERNO

ANEXO II

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº. 040/2017

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de: _____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) Secretaria de Administração, conforme Edital de Processo de transferência de Servidor Público Municipal nº 040/2017 de 26 de outubro de 2017.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2017

RESOLUÇÃO Nº 11/2017-CMAS.

Publicação Nº 1412302

RESOLUÇÃO nº 11/2017

Dispõe sobre a participação dos técnicos da Secretaria de Assistência Social nos editais de seleção para vagas de creches e auxílio transporte universitário no Município de Itapoá SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Itapoá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 30/2001 e suas alterações e:

CONSIDERANDO a compreensão das mudanças ocorridas no atendimento social e educacional, em instituições prestadoras de serviço a crianças de zero a seis anos de idade, é tema atual e desafiador para a instauração de um trabalho de qualidade social junto às crianças e famílias usuárias de creches e pré-escolas.

CONSIDERANDO as significativas transformações, do ponto de vista legal, social e educacional, determinando novas diretrizes e parâmetros de atuação, suscitaram a necessidade de um reordenamento na estrutura funcional e organizacional dessas instituições, mas, principalmente naquelas voltadas para o atendimento de crianças vulnerabilizadas pela situação de pobreza, pois a sua abrangência, além da esfera da Assistência Social, alcançou a da Educação, tendo esta um papel primordial.

CONSIDERANDO as creches e pré-escolas que sempre atuaram no âmbito da Assistência Social, ao assumirem prioritariamente o caráter educativo, continuam mantendo suas especificidades, mediante as características sociais e econômicas da população por elas atendidas e aos bairros onde estão localizadas, tendo em vista uma política de Educação Infantil que abrange a todas as crianças, independentemente de classe social.

CONSIDERANDO que a vinculação das creches e pré-escolas ao sistema educacional significou uma conquista sem precedentes no sentido da superação de uma situação administrativa que mantinha um segmento de instituições educacionais para a infância específico para os pobres, fora do ensino regular.

CONSIDERANDO o ordenamento legal da Educação Infantil explicita a idéia de derrubar o caráter assistencialista de atendimento à faixa etária de zero a seis anos, notadamente aquele voltado para crianças oriundas de famílias de baixa renda. No entanto, se faz necessário entender que há uma diferença substancial entre atuação "assistencialista" e de Assistência Social, pois esta também adquiriu caráter de política pública a partir da CF/88, concretizando-se como direito de cidadania e dever do Estado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – n.º.742 de 07/12/93).

CONSIDERANDO que se tratam de políticas públicas setoriais não dicotômicas entre si e que, bem articuladas, desenvolvem suas atribuições no sentido de garantir qualidade no atendimento integral. Nesse sentido, o trabalho técnico e profissional do assistente social, no interior das creches e pré-escolas que atuam com crianças vulnerabilizadas pela pobreza, está pautado em diretrizes de fundamental importância para a garantia de um trabalho de caráter não exclusivamente educativo e nem prioritariamente assistencial, mas socioeducativo.

CONSIDERANDO que as atribuições do profissional da assistência social podem contribuir no âmbito educacional, principalmente:

1. Implementar e implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social referente à Educação Infantil, de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93) e Sistema Único da Assistência Social (SUAS/04), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e Política Nacional da Educação/2000;

- Subsidiar e auxiliar a administração dos Centros de Educação Infantil na formulação, implementação, implantação, execução e avaliação do Plano Gestor Institucional;
- Desenvolver pesquisas junto à população que integra o Centro de Educação Infantil (crianças, famílias e recursos humanos), definindo o perfil social de cada um desses segmentos, com dados subsidiadores para a implantação de projetos socioeducativos, interdisciplinares;
- Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram o Centro de Educação Infantil, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais;
- Realizar seleção socioeconômica de crianças para as vagas disponíveis do Centro de Educação Infantil, a partir de critérios preestabelecidos;
- Conhecer, no contexto do município, a demanda reprimida de atendimento nos Centros de Educação Infantil, propondo diretrizes e ações diminuidoras dos números apresentados, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social;
- Intensificar a relação Centro de Educação Infantil/família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem;
- Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária do Centro de Educação Infantil aos recursos da comunidade;
- Prestar atendimento individual, orientação social e encaminhamento às famílias cujas crianças necessitem de atendimento especializado, dando suporte aos professores;
- Participar, coordenar e assessorar grupos de estudos e discussões de casos com equipes multi e interdisciplinares, associações de pais e conselhos, relacionados à política de atendimento na Educação Infantil e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social, nesse âmbito de ação;
- Organizar, coordenar e ministrar palestras educativas com temas relacionados ao atendimento infantil, de acordo com a realidade apresentada pelas famílias usuárias, e a proposta pedagógica para a Educação Infantil;
- Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados à matéria específica da Assistência Social, no âmbito da Educação Infantil, quando solicitado;
- Colaborar e buscar junto com a equipe de trabalho e os usuários, a manutenção e melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Centro de Educação Infantil.

CONSIDERANDO que as equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de

serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários da assistência social.

CONSIDERANDO que a equipe de referência da assistência social encontra-se com demanda reprimida para atendimento e além da deficiência de infraestrutura para atendimento de 2500 famílias referenciadas.

CONSIDERANDO que a solicitação oriunda da secretaria de educação para atendimento da demanda de seleção para vagas de creches e auxílio transporte universitário, vem causando transtornos no fluxo de trabalho da equipe de referência.

CONSIDERANDO que a política de educação deve proporcionar profissionais adequados para atendimento da demanda de sua política de educação, que vem crescendo anualmente.

RESOLVE, por deliberação unânime em reunião extraordinária realizada em 27/09/2017 que:

a) VEDAR a continuidade de atendimento por parte da equipe técnica da Secretaria de Assistência Social na seleção para vagas de creches e auxílio transporte universitário, por não fazerem parte da política da assistência social, por prejudicar o andamento da política da assistência social no município.

b) DETERMINAR que a gestão da assistência social não permita que demandas da educação, comprometam o atendimento aos usuários do SUAS, restringindo o trabalho da equipe ao atendimento específico da política de assistência social no município de Itapoá.

c) RECOMENDAR a Secretaria de Educação que contrate assistente social, profissional habilitado para atendimento a execução da política da educação no que tange a vagas de creches e auxílio transporte universitário, como em outras necessidades para cumprimento efetivo da sua

Oficie-se o gestor da Secretaria Municipal de Educação, o Presidente do Conselho Municipal de Educação para tomem as medidas necessárias a contratação imediata de profissional habilitado para continuidade de atendimento as políticas da educação, nos termos desta resolução.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de outubro de 2017

Elaine Cristina Alves

Presidente do CMAS

TERMO ADITIVO N.º 34/2017 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 59/2017. (1º ADITIVO).

Publicação Nº 1412336

TERMO ADITIVO N.º34/2017 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2017. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado através da Secretária de Educação, Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPF/MF 794.072.939-04, e do CI.RG nº 5.227.976-3 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e a empresa AIRTON SÉRGIO PAIVA LTDA ME, com sede à Rua nº 370, nº 1.337 – sala nº 02, Bairro: Saí Mirim, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.590.630/0001-14 e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato pelo sócio Sr. AIRTON SÉRGIO PAIVA, portador do CNPF/MF nº 050.665.348-06 e do CI.RG nº 19.785.629 SESP/SP, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Contratação de empresa para prestação de serviços de sucção de dejetos das fossas sépticas de diversos edifícios utilizados pela Secretaria de Educação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e em conformidade com o processo de licitação tipo PREGÃO Nº 76/2017 – PROCESSO Nº 104/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo visa retificar itens da planilha do Contrato Administrativo nº 59/2017 e dos termos de homologação e adjudicação, alterando os valores do objeto, por tratar-se de erro de digitação, que passa a vigorar da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Carga de caminhão de auto fossa com capacidade mínima de 10.000 litros	Carga	10	R\$ 940,80	R\$ 9.408,00
2	Carga de caminhão de auto fossa com capacidade mínima de 15.000 litros	Carga	11	R\$ 1.241,00	R\$ 13.651,00
3	Carga de caminhão de auto fossa com capacidade mínima de 15.000 litros área rural	Carga	2	R\$ 1.274,00	R\$ 2.548,00
VALOR TOTAL					R\$ 25.607,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 59/2017, e seus aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Contrato Administrativo nº 59/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 24 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	AIRTON SÉRGIO PAIVA LTDA ME AIRTON SÉRGIO PAIVA
LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO PARA NOVA DATA DE ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017 PROCESSO Nº 73/2017 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CAMINHÕES BASCULANTE E DE 3 CAÇAMBAS BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Publicação Nº 1412067

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO PARA NOVA DATA DE ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017 PROCESSO Nº 73/2017 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CAMINHÕES BASCULANTE E DE 3 CAÇAMBAS BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, por meio de financiamento com a Agência de Desenvolvimento de Santa Catarina ☐ Badesc.

Tendo em vista questionamentos apontados quanto ao descritivo do item nº 2, verificou-se a necessidade de alteração do descritivo do presente termo de referência:

ONDE LÊ-SE:

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CAMINHÕES BASCULANTE E DE 3 CAÇAMBAS BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, por meio de financiamento com a Agência de Desenvolvimento de Santa Catarina ☐ Badesc, segue abaixo:

1.1 – Itens com valores máximos previstos:

Item	Qtd	Unid	Produto	Vlr ref unit. em R\$	Vlr Total
1	3,	UNIDADE	CAMINHÃO NOVO 0KM, ANO/MODELO 2017/2018, MOTOR DIESEL, 6 CILINDROS, TRAÇÃO 6X4, POTÊNCIA MÍNIMA 275CV, PNEUS DIANTEIROS E TRASEIROS 1000X20 RODA COM ANEL DE CAMBIO, NO MINIMO 9 MARCHAS A FRENTE (SINCRONIZADAS) E 1 A RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, FREIO DE MOTOR, FREIO ABS, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA. PBT MÍNIMO DE 23.000 KG, CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 275 LITROS, TACOGRAFO, ENTRE EIXO APROPRIADO PARA COLOCAÇÃO DE BASCULANTE. COM TOMADA DE FORÇA PARA O HIDRÁULICO DO BASCULANTE	R\$ 254.900,00	R\$ 764.700,00
2	3,	UNIDADE	CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, CAPACIDADE MÍNIMA DE CAIXA DE CARGA DE 10 M³, COM PREPARAÇÃO PARA FORMINHA, SISTEMA MÍNIMO DE BASCULAMENTO COM 2 PISTÕES CENTRAIS, PROTETOR DE CABINE, TAMPA TRASEIRA BASCULAMENTO PADRÃO PARA-CHOQUE, INSTALAÇÃO ELÉTRICA, FAIXAS REFLETIVAS DE ACORDO COM AS NORMAS DO DENTRAN/ CONTRAM	R\$ 31.933,33	R\$ 95.799,99
				TOTAL	R\$ 860.499,99
				TOTAL GERAL	R\$860.499,99

LEIA-SE
ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CAMINHÕES BASCULANTE E DE 3 CAÇAMBAS BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, por meio de financiamento com a Agência de Desenvolvimento de Santa Catarina ☐ Badesc, segue abaixo:

1.1 – Itens com valores máximos previstos:

Item	Qtd	Unid	Produto	Vir ref unit. em R\$	Vir Total
1	3,	UNIDADE	CAMINHÃO NOVO 0KM, ANO/MODELO 2017/2018, MOTOR DIESEL, 6 CILINDROS, TRAÇÃO 6X4, POTÊNCIA MÍNIMA 275CV, PNEUS DIANTEIROS E TRASEIROS 1000X20 RODA COM ANEL DE CAMBIO, NO MINIMO 9 MARCHAS A FRENTE (SINCRONIZADAS) E 1 A RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, FREIO DE MOTOR, FREIO ABS, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA. PBT MÍNIMO DE 23.000 KG, CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 275 LITROS, TACOGRAFO, ENTRE EIXO APROPRIADO PARA COLOCAÇÃO DE BASCULANTE. COM TOMADA DE FORÇA PARA O HIDRÁULICO DO BASCULANTE	R\$ 254.900,00	R\$ 764.700,00
2	3,	UNIDADE	CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, CAPACIDADE MÍNIMA DE CAIXA DE CARGA DE 10 M³, COM PREPARAÇÃO PARA FOMINHA, SISTEMA MÍNIMO DE BASCULAMENTO COM 2 PISTÕES CENTRAIS COM SISTEMA HIDRÁULICO COMPLETO, PROTETOR DE CABINE, TAMPA TRASEIRA BASCULAMENTO PADRÃO PARA-CHOQUE, INSTALAÇÃO ELÉTRICA COMPLETA, FAIXAS REFLETIVAS DE ACORDO COM AS NORMAS DO DENTRAN/CONTRAM, CHASSI DA CAIXA DE CARGA CONSTRUÍDO EM "U" COM CHAPA DE NO MÍNIMO 4,76 MM, FUNDO DE CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 6,35 MM.	R\$ 31.933,33	R\$ 95.799,99
				TOTAL	R\$ 860.499,99
				TOTAL GERAL	R\$860.499,99

Com estas alterações, mantidas as demais disposições editalícias, nos termos do §4º do Art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica alterada a data da abertura do certame para o dia 10/11/2017 no mesmo horário e local, para recebimento dos envelopes de "Proposta" e "Documentação" conforme Edital de Pregão Presencial 55/2017. Para mais informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, poderão ser obtidas no setor de Licitações da Prefeitura do município de Ituporanga sito a Rua Vereador Joaquim Boeing, nº 40 – Centro, ou pelo telefone 47 3433 1211 – Ramal 233 de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Ituporanga, 26 de outubro de 2017.
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito do Município

DECRETO Nº 128, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412029

DECRETO Nº 128, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 65 da lei Orgânica do Município de Ituporanga, Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis que serão leiloados, a qual será composta pelos seguintes membros: Bruna Rudolfo, Eloisa de Souza, Célio Luciano Erhardt e Celso Daniel Boaventura, sob a presidência da Senhora Bruna Rudolfo.

Art. 2º O relatório da Comissão será anexado no Projeto de Lei a ser enviado ao Poder Legislativo e ao Processo Licitatório.

Art 3º Os membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Ituporanga, SC, 26 de outubro de 2017.
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito do Município

Jaborá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0100/2017

Publicação Nº 1412557

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE
"MARLI CHAVES GOMES"

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito do Município de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma do caput artigo 95, da Lei Complementar Municipal nº 058/01 de 13 de dezembro de 2001, alterado pela Lei Complementar 116/2012, de 26 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Maternidade a servidora MARLI CHAVES GOMES, pelo período de 01/11/2017 à 29/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26/outubro/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 27/outubro/2017.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 099/2017

Publicação Nº 1412553

Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA Nº. 099, de 26 de outubro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Terezinha Melânia Souza da Luz Santin
- José de Oliveira Prestes
- Genésio Maule

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26/10/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 27/outubro/2017.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 33/2017_FMS PP

Publicação Nº 1412114

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 33/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 09/11/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h do dia 09/11/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133. Francisco de Assis Cardoso Aguiar

Gestor do Fundo

AVISO DA LICITAÇÃO 34/2017_FMS PP

Publicação Nº 1412115

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 34/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 10h15min do dia 09/11/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 10h30min do dia 09/11/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133. Francisco de Assis Cardoso Aguiar

Gestor do Fundo

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.615/2017

Publicação Nº 1412779

D E C R E T O Nº 11.615/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.776,56 (Hum mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.122.03002.300 - Manutenção das atividades administrativas da infraestrutura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.547 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.776,56

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Convênio Ministério do Turismo - Pavimentação Acesso Chiesetta - Boa Vista, no valor de R\$ 1.776,56 (Hum mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.616/2017

Publicação Nº 1412780

D E C R E T O Nº 11.616/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.407/2017, de 21/06/2017, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.130 - Pagamento de despesas fixas - Educação Infantil (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.506 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 30.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03512.130 - Pagamento de despesas fixas - Educação Infantil (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.505 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.617/2017

Publicação Nº 1412781

D E C R E T O Nº 11.617/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 269.345,39 (Duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.06.183.04240.251 - Transferência de Recursos Financeiros à Polícia

Militar de Santa Catarina

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.315 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 269.345,39

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados SSP Multas de Trânsito, no valor de R\$ 269.345,39 (Duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.618/2017

Publicação Nº 1412782

D E C R E T O Nº 11.618/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 658/2017/Semed, de 18/10/2017, da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ANDREIA MATIAS DA ROSA SILVEIRA, matrícula 8199, para compor a COMISSÃO ESPECIAL que procederá o Processo Seletivo Público Simplificado para a admissão de servidores em caráter temporário, para atender necessidades essenciais da Secretaria Municipal de Educação, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.342/2017, de 11/05/2017, em substituição a Cristiane Gregolewitsch.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.619/2017

Publicação Nº 1412783

D E C R E T O Nº 11.619/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.485/2017, de 24 de

outubro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 555.000,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03500.100 - Transferência de Recursos para as APPs de Escolas de Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.108 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 350.000,00

08.02.12.361.03502.110 - Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.115 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08.02.12.361.03502.114 - Realização e ou Participação de Cursos, Palestras, Seminários, etc.

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.121 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03510.101 - Transferência de Recursos para as APPs dos Centros de Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.140 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 555.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03502.116 - Pagamento de Despesas Fixas-Educação (Água, Energia Elétrica, Telefone, Aluguel, Seguro)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.123 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

08.02.12.361.03502.125 - Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.02.129 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03511.105 - Ampliação dos Centros de Educação Infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.147 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

08.03.12.365.03512.118 - Manutenção das Atividades e Serviços da Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.149 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 555.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.620/2017

Publicação Nº 1412784

D E C R E T O Nº 11.620/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.486/2017, de 24 de outubro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E

AGRICULTURA

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E

AGRICULTURA

12.01.20.511.05022.402 - Aquisição de Macadame, Pedras e Artefatos de Cimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.224 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E

AGRICULTURA

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E

AGRICULTURA

12.01.20.511.05022.407 - Contratação de Serviços de Horas Máquina, Caminhões e Equipamentos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.226 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.621/2017

Publicação Nº 1412785

D E C R E T O Nº 11.621/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 813.197,62 (Oitocentos e treze mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed); da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); e da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03511.103 - Construção de Centros de Educação Infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.548 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 281.364,97

08.03.12.365.03511.105 - Ampliação dos Centros de Educação Infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.434 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 157.170,97

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04522.309 - Manutenção de Áreas Ajardinadas

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.197 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 124.695,01

09.01.198 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 181.231,86

34 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

34.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

34.01.10.301.07511.650 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

34.01.312 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 37.025,81

34.01.311 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 31.709,00

TOTAL R\$ 813.197,62

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados Convênio PAC2 - Condomínio, no valor de R\$ 124.695,01 (Cento e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais e um centavo); Convênio PAC2 - Saúde - Condomínio, no valor de R\$ 31.709,00 (Trinta e um mil, setecentos e nove reais); Convênio PAC2 - Educação - Condomínio, no valor de R\$ 157.170,97 (Cento e cinquenta e sete mil, cento e setenta reais e noventa e sete centavos); Salário Educação, destinado à Contrapartida do Convênio PAC2 - Educação - Condomínio, no valor de R\$ 281.364,97 (Duzentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos); Impostos e Transferências de Impostos - Saúde, destinados à Contrapartida do Convênio PAC2 - Saúde - Condomínio, no valor de R\$ 37.025,81 (Trinta e sete mil, vinte e cinco reais e oitenta e um centavos); e proveniente de recursos ordinários destinados à Contrapartida do Convênio PAC2 - Condomínio, no valor de R\$ 181.231,86 (Cento e oitenta e um mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO N° 11.622/2017

Publicação N° 1412786

D E C R E T O N° 11.622/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal N° 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal N° 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal N° 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 93.598,76 (Noventa e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos), para reforço de crédito especial do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash), a saber:

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
37.01.08.122.08501.800 - Investimentos em infraestrutura
4.4.00 - INVESTIMENTOS
37.01.431 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 31.877,23
37.01.317 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 61.721,53
TOTAL R\$ 93.598,76

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados Convênio PAC2 - Social - Condomínio, no valor de R\$ 31.877,23 (Trinta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos); e proveniente de recursos ordinários destinados à Contrapartida do Convênio PAC2 - Social - Condomínio, no valor de R\$ 61.721,53 (Sessenta e um mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO N° 11.623/2017

Publicação N° 1412787

D E C R E T O N° 11.623/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 376/2017/Semash, de 16/10/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 1º/11/2017, a servidora pública municipal MARIA LUIZA CABRAL BREDAS, matrícula 10437, para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), constituída pelo Decreto Municipal N° 11.187/2017, de 13/01/2017, em substituição a Paulo Temótio da Silva.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 11.624/2017

Publicação Nº 1412788

D E C R E T O Nº 11.624/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e nos termos do inciso I, do artigo 50, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06 de outubro de 2010, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016; e

CONSIDERANDO o interesse público na gestão de programas sociais;
CONSIDERANDO a necessidade de implementação de uma gestão de resultados mediante a designação de gestores com a atribuição de implementar, acompanhar, monitorar e avaliar os programas sociais do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1011/2017/Semsa, de 16/10/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 02/11/2017, a servidora pública municipal RAQUEL MARIANO DA SILVA BELTRAME, matrícula 8006, para exercer a função gratificada de gestão de programas sociais da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2017.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017

Publicação Nº 1412093

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2017
Processo Administrativo: 009/2017
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: O presente Edital consiste na Aquisição de veículo de passeio, destinados aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e ao CadÚnico, para deslocamento dos técnicos e visitas técnicas domiciliares. em conformidade com as especificações descritas no anexo I e Termo de Referência dos serviços Anexo II, do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016, Decreto Municipal nº 4.818/2003 e Lei Complementar 123/2006.

VALOR MÁXIMO DA AQUISIÇÃO: R\$ 119.522,50 (Cento e dezenove mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 10/11/2017, às 08:55 hs.
- ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/11/2017, às 09:00 hs.
- REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:
- E-mail: id9677@jaraguadosul.sc.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, estando disponível também no site da Prefeitura Municipal no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br .

Jaraguá do Sul, SC, 18 de setembro de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

MARIA SANTIN CAMELLO
Ordenadora do Fundo Municipal
de Assistência Social

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017

Publicação Nº 1412752

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017
Processos: 007/2017-FMAS, 11/2017-FMS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/ ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/EDUCAÇÃO/CULTURA,ESPORTE E LAZER
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: menor preço GLOBAL

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e equipe de Apoio comunica aos participantes do Pregão Presencial 30/2017 que tendo decorrido o prazo SEM apresentação de Recurso Administrativo pela empresa VELTI TECNOLOGIA, SISTEMAS E ENGENHARIA LTDA ME, conforme manifestado em Ata no dia 20/10/2017, será procedida anulação das Autorizações de Fornecimentos nº 423, 1106 à 1113 e 2056 à 2065 e seu respectivos empenhos, originados do processo licitatório em favor da empresa Velti Tecnologia, Sistemas e Engenharia Ltda Me, passando a ser autorizado e empenhado a segunda colocada do certame, a empresa AHGORA SISTEMAS S/A que terá o prazo para entrega dos equipamentos conforme previsto no item 11.1 do Edital.

Jaraguá do Sul (SC), 26 de outubro de 2017.

Rosinei Aparecida Gretter Dias

Elian Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Correa de Almeida

Pregoeira e Equipe de Apoio
Decreto nº 11.334/2017

De acordo:

Samarone de Mira Zimmermann
Diretor de T.I.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 360/2017

Publicação Nº 1412750

EXTRATO DO CONTRATO Nº 360/2017

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 162/2017
DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
DA CONTRATADA: GRUPO MUSICAL BRILHA LTDA -ME
OBJETO: Contratação da Banda Brilha Som, cuja denominação social é Grupo Musical Brilha Ltda-ME, a ser realizada na 29ª Schützenfest, edição 2017, no dia 14 de novembro de 2017, com início previsto para as 23h59, com duração de 04h no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão A, localizado na rua Walter Marquardt, 910- Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. OBS: A banda se apresentará com equipamentos e instrumentos próprios.
PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 14 de novembro de 2017. O prazo de vigência será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	365	80
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	536	1427
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	537	0257

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro de 2017.
Antônio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

LEI Nº 7.485/2017

Publicação Nº 1412775

LEI Nº 7.485/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 555.000,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03500.100 - Transferência de Recursos para as APPs de Escolas de Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.108 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 350.000,00

08.02.12.361.03502.110 - Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.115 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08.02.12.361.03502.114 - Realização e ou Participação de Cursos, Palestras, Seminários, etc.

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.121 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03510.101 - Transferência de Recursos para as APPs dos Centros de Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.140 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 555.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03502.116 - Pagamento de Despesas Fixas-Educação (Água, Energia Elétrica, Telefone, Aluguel, Seguro)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.123 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

08.02.12.361.03502.125 - Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.02.129 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03511.105 - Ampliação dos Centros de Educação Infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.147 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

08.03.12.365.03512.118 - Manutenção das Atividades e Serviços da Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.149 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 555.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.486/2017

Publicação Nº 1412777

LEI Nº 7.486/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01.20.511.05022.402 - Aquisição de Macadame, Pedras e Artefatos de Cimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.224 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação total da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01.20.511.05022.407 - Contratação de Serviços de Horas Máquina, Caminhões e Equipamentos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.226 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA N.º 005/2017/SEMOP

Publicação Nº 1412324

PORTARIAN.º 005/2017/Semop

Instaura Sindicância Administrativa em
face de ADEMAR REISS

ONÉSIMO JOSÉ SELL, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Semop, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 310/2017/Semop, de 26/09/2017, firmado pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no qual solicita a instauração de Procedimento Administrativo para apurar indícios de imprudência e imperícia na execução de descarregamento de caminhão caçamba;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento CHECK LIST_INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, subscrito pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, datado de 25 de setembro de 2017, onde relata os indícios de imprudência e imperícia na execução de operação de descarregamento de caminhão caçamba, mencionando relatório elaborado pelo Chefe de Oficina e juntando cópia de rastreamento veicular;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento encaminhado ao Sr. Onésimo José Sell, subscrito pelo Sr. Alcides Negherbon, onde relata o ocorrido com o veículo de frota nº 453;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento de rastreamento de veículo emitido pela Visioncar;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências administrativas, para a devida apuração dos fatos, em face dos indícios presentes na situação relatada;

CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido

processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatado, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o nº 012/2017, em face do servidor ADEMAR REISS, matrícula 8109-4, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, devendo a Comissão apurar se existem indícios de imprudência e imperícia na execução de operação de descarregamento de caminhão caçamba, e caso comprovados, configura em tese, infração a Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e suas alterações, especialmente aos incisos I e IX, do artigo 173.

Art. 2º Fica designada a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelas servidoras VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde; ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e CRISTIANE SALES BIAVATH, matrícula 9430-7, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para, sob a presidência da primeira, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(eis) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

Art. 3º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação a Controladoria-Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art. 5º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o seguinte rito:

I – lavratura do Termo de Abertura da Sindicância Administrativa;

II – indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

III – juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV – notificação do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, para conhecimento do fato que lhe é imputado, ciência da data e horário da sua inquirição e acompanhamento do feito;

V – instrução do feito;

VI – apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguida da sua data de publicação; indicação do número sequencial da Sindicância Administrativa; dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, e resumo do objeto do processo;

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, no canto superior direito, a partir da capa do processo;

§3º A juntada de qualquer documento ao processo deverá ser antecedida da indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere;

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§5º Na fase instrutória, a qual se refere o inciso V do presente artigo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverão ser registradas em ata;

Art. 7º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art. 8º O Relatório Final Conclusivo deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I – da instauração do Processo de Sindicância Administrativa,

II – da instalação dos Trabalhos;

III – do conteúdo constante da instrução processual;

IV – da conclusão;

V – das recomendações, se for o caso; e

VI – do encaminhamento à Controladoria-Geral do Município para a formalização do envio à autoridade instauradora.

§1º No condizente à instauração do Processo de Sindicância Administrativa, referido no inciso I do presente artigo, deverá constar referência à Portaria de Instauração, sua respectiva data de publicação, número sequencial da Sindicância Administrativa, descrição sucinta do fato apurado e os dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver.

§2º No condizente à instrução processual, constante do inciso III do presente artigo, deverá de forma concisa, constar referência às diligências promovidas, inclusive à oitiva de testemunhas e depoimento do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, bem como referência à análise comparativa e valorativa promovida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, destacando-se aquelas em que a Comissão formou sua convicção.

§3º A Conclusão deverá conter, expressamente, quando for o caso, o nome do(a) servidor(a) em face do(a) qual foi instaurado o Processo de Sindicância Administrativa, sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, bem como a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s) ou menção à ausência de indícios de fatos tipificados na Lei Complementar nº 154/2014.

§4º Verificada a inobservância de procedimentos por quaisquer das unidades da Administração Pública, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá consignar expressamente a recomendação necessária para a correção, adequação ou melhoria da atividade em razão das particularidades identificadas.

§5º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá encaminhar todo o conteúdo diretamente a Controladoria-Geral do Município para a efetivação das providências necessárias.

Art. 9º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

I – arquivamento do processo ou

II – abertura de processo disciplinar.

Art. 10. A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 11. A Comissão de que trata o artigo 2º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Parágrafo único. A gratificação de função será devida nos termos da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 13. Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSO À DECISÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Requerente (Servidor): _____

I – Exposição do(s) fator(es) que o Servidor discorda:

II – Razões do pedido de reforma:

_____ (continuar no verso se necessário)

III – Rol de testemunhas (deve conter: nome completo, cargo, local de trabalho; se não for servidor deve conter endereço completo):

IV – Outros meios de provas (perícia, depoimento pessoal...)

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura do Sindicato

Nome:

CPF:

PORTARIA N.º 006/2017/SEMOP

Publicação Nº 1412325

PORTARIAN.º 006/2017/Semop

Instaura Sindicância Administrativa em face de INGOMAR FUDTCLER

ONÉSIMO JOSÉ SELL, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Semop, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 316/2017/Semop, de 27/09/2017, firmado pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no qual solicita a instauração de Procedimento Administrativo para apurar indícios de imprudência e imperícia na execução de manobra para descarregamento de caminhão;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento CHECK LIST_INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, subscrito pelo Sr. Onésimo José Sell, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, datado de 27 de setembro de 2017, onde relata os indícios de imprudência e imperícia na execução de manobra para descarregamento do caminhão, mencionando relatório elaborado pelo Chefe de Oficina;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento encaminhado ao Sr. Onésimo José Sell, subscrito pelo Sr. Alcides Negherbon, onde relata o ocorrido com o veículo de frota nº 277;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências administrativas, para a devida apuração dos fatos, em face dos indícios presentes na situação relatada;

CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatado, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o nº 013/2017, em face do servidor INGOMAR FUDTCLER, matrícula 9631-8, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulâncias, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, devendo a Comissão apurar se existem indícios de imprudência e imperícia na execução de manobra para descarregamento de caminhão, e caso comprovados, configura em tese, infração a Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e suas alterações, especialmente aos incisos I e IX, do artigo 173.

Art. 2º Fica designada a PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelos servidores SÉRGIO ANTONIO DE TOFEL, matrícula 8448-4, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; SÔNIA MARIA ROWEDER, matrícula 9057, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI, matrícula 80161-5, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para, sob a presidência do primeiro, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(eis) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

Art. 3º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação a Controladoria-Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art. 5º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o seguinte rito:

I – lavratura do Termo de Abertura da Sindicância Administrativa;

II – indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

III – juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV – notificação do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, para conhecimento do fato que lhe é imputado, ciência da data e horário da

sua inquirição e acompanhamento do feito;
V – instrução do feito;
VI – apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguida da sua data de publicação; indicação do número sequencial da Sindicância Administrativa; dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, e resumo do objeto do processo;

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, no canto superior direito, a partir da capa do processo;

§3º A juntada de qualquer documento ao processo deverá ser antecedida da indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere;

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§5º Na fase instrutória, a qual se refere o inciso V do presente artigo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverão ser registradas em ata;

Art. 7º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art. 8º O Relatório Final Conclusivo deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

- I – da instauração do Processo de Sindicância Administrativa,
- II – da instalação dos Trabalhos;
- III – do conteúdo constante da instrução processual;
- IV – da conclusão;
- V – das recomendações, se for o caso; e
- VI – do encaminhamento à Controladoria-Geral do Município para a formalização do envio à autoridade instauradora.

§1º No condizente à instauração do Processo de Sindicância Administrativa, referido no inciso I do presente artigo, deverá constar referência à Portaria de Instauração, sua respectiva data de publicação, número sequencial da Sindicância Administrativa, descrição sucinta do fato apurado e os dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver.

§2º No condizente à instrução processual, constante do inciso III do presente artigo, deverá de forma concisa, constar referência às diligências promovidas, inclusive à oitiva de testemunhas e depoimento do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, bem como referência à análise comparativa e valorativa promovida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, destacando-se aquelas em que a Comissão formou sua convicção.

§3º A Conclusão deverá conter, expressamente, quando for o caso, o nome do(a) servidor(a) em face do(a) qual foi instaurado o Processo de Sindicância Administrativa, sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, bem como a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s) ou menção à ausência de indícios de fatos tipificados na Lei Complementar nº 154/2014.

§4º Verificada a inobservância de procedimentos por quaisquer das unidades da Administração Pública, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá consignar expressamente a recomendação necessária para a correção, adequação ou melhoria da atividade em razão das particularidades identificadas.

§5º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá encaminhar todo o conteúdo diretamente a Controladoria-Geral do Município para a efetivação das providências necessárias.

Art. 9º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

- I – arquivamento do processo ou
- II – abertura de processo disciplinar.

Art. 10. A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 11. A Comissão de que trata o artigo 2º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Parágrafo único. A gratificação de função será devida nos termos da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 13. Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSO À DECISÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Requerente (Servidor): _____

I – Exposição do(s) fator(es) que o Servidor discorda:

II – Razões do pedido de reforma:

(continuar no verso se necessário)

III – Rol de testemunhas (deve conter: nome completo, cargo, local de trabalho; se não for servidor deve conter endereço completo):

IV – Outros meios de provas (perícia, depoimento pessoal...)

Jaraguá do Sul, ____/____/____

Assinatura do Sindicato

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 007/2017/SEMOP

Publicação Nº 1412327

PORTARIANº 007/2017/Semop

ONÉSIMO JOSÉ SELL, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Semop, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermond Baratto, matrícula 9108-1; e Cristiane Sales Biavath, matrícula 9430-7; Sindicância Administrativa Nº 010/2017, Portaria inicial Nº 004/2017/Semop, datada de 15 de setembro de 2017, para apurar a retirada de documentos de propriedade da Secretaria de Obras e Serviços Públicos supostamente sem autorização, considerando-se ainda que a servidora encontrava-se afastada na data de protocolo de tais documentos na ação judicial;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 061/2017, datado de 19 de outubro de 2017, e subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância, por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 02/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 004/2017/Semop, de 15 de setembro de 2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2017.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2017.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público

PORTARIA Nº 1041/2017

Publicação Nº 1412759

PORTARIANº 1041/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base nas razões que constam no Processo Administrativo Disciplinar Nº 006/2016, instaurado pela Portaria Nº 523/2016, de 22/06/2016; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 181/2017/1ªCPAD, de 20/10/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º DEDITIR, a partir de 1º/11/2017, VERA MARIA LEITIS, matrícula 3974-8, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, lotada na Secretaria Municipal da Administração, em decorrência do cometimento das infrações previstas nos artigos 150, 173, 198 c/c 186, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1042/2017

Publicação Nº 1412762

PORTARIANº 1042/2017

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 017/2017/CAEDEP, de 20/10/2017, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Ana Carolina Gorges Porath	10578	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	21/10/13	21/10/16
Bernardete Girardi	10555	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal de Educação	02/09/13	02/09/16
Cacilda Costa Depin	10597	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	14/01/14	14/01/17
Carlos Vicente Dellagnolo	10584	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	01/11/13	01/11/16
Caroline Maira Bardin Marchezzi	10614	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	27/01/14	27/01/17
Claudio Bloch	10504	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	11/07/13	29/01/17
Cleide Zoletti da Silva	10595	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	06/01/14	06/01/17

Edna Aparecida Fontana F. Pommering	10546	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	02/09/13	02/09/16
Fernanda Souto Padron F. Vieira da Cunha	10229	Médica Especialista	Secretaria Municipal de Saúde	14/05/12	24/07/16
Gislaine Oliveira de Souza	10604	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	20/01/14	20/01/17
Iria Maria Webers Gomes	10600	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	15/01/14	15/01/17
Janaina Antunes Garcia	10579	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	01/11/13	01/11/16
Jaqueline Amaral Bogo	10613	Agente de Endemias	Secretaria Municipal de Saúde	27/01/14	27/01/17
Jeanine Catlelin Felipi Ohf	10590	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	04/12/13	04/12/16
Jessica Prando Avila	10612	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	27/01/14	27/01/17
Joana Lenzi	10692	Psicóloga	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	18/02/14	18/02/17
Lodemar Jose Hafemann	10592	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Educação	05/12/13	05/12/16
Luciane Aparecida Onegreiros Dutra	10438	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	13/05/13	13/11/16
Luciane Baltazar da Luz Furtado	10599	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	15/01/14	15/01/17
Luiza Aparecida Fagundes	10607	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	27/01/14	27/01/17
Maicon Soethe Vaccarin	10601	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal de Educação	27/01/14	27/01/17
Maria de Lourdes Rodrigues Muniz	10477	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	24/06/13	24/12/16
Marina Klemtz Genovese	10608	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	27/01/14	27/01/17
Michele Dias Velasquez Fontana	10493	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	03/07/13	03/01/17
Rosangela Poteriko de Lima	10466	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	11/06/13	19/10/16
Roseli Lurdes do Nascimento	10585	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	14/11/13	14/11/16
Salete Clair Petry	7939	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	16/09/13	01/11/16
Sinaidi Pudell da Silva	10609	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	22/01/14	22/01/17
Taline Pereira Probst	10374	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal de Educação	01/04/13	01/10/16
Talita Andressa Martins	10490	Técnica de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	01/07/13	28/12/16
Thaise Cristina Laffin	10611	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal de Educação	22/01/14	22/01/17
Vera Lucia de Jesus	10435	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal de Educação	06/05/13	02/10/16

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
 Prefeito

PORTARIA Nº 1043/2017

Publicação Nº 1412763

PORTARIANº 1043/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 459/2017/DGP, de 18/10/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 18/10/2017, a Portaria N° 288/2016, de 25/04/2016, que concedeu LICENÇA, sem remuneração, à servidora pública municipal JOCIANE MARTINS DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Em consequência, fica referida servidora reconduzida às suas funções.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 1044/2017

Publicação N° 1412764

PORTARIAN° 1044/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, com fundamento no §4º, do artigo 16, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal N° 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO que o candidato aprovado por Concurso Público, nomeado através da Portaria N° 1020/2017, de 10/10/2017, e regularmente convocado, desistiu do cargo e não tomou posse sem o que não há provimento para o cargo;

CONSIDERANDO o teor do Memorando N° 465/2017/DGP, de 23/10/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria N° 1020/2017, de 10/10/2017, que dispõe sobre a nomeação de EFRAIM TINO PEREIRA para o cargo público de Fiscal de Posturas, declarando a vacância do mesmo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 1045/2017

Publicação N° 1412765

PORTARIAN° 1045/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal N° 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria N° 266/2016, de 19/04/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 187/2017/Semad/GAS, de 18/10/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 31/10/2017 a 30/10/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal IRENE HECK, matrícula 7987, ocupante do cargo efetivo de RECREADORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1046/2017

Publicação Nº 1412766

PORTARIANº 1046/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1010/2017/Semsa, de 16/10/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2017, RAQUEL MARIANO DA SILVA BELTRAME do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ATENÇÃO BÁSICA, da Diretoria de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 517/2017, de 15/05/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1047/2017

Publicação Nº 1412767

PORTARIANº 1047/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1010/2017/Semsa, de 16/10/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/11/2017, SILVIA REGINA BONATTO CURTY, matrícula 10237, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ATENÇÃO BÁSICA, da Diretoria de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 1048/2017

Publicação Nº 1412768

PORTARIANº 1048/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1009/2017/Semsa, de 16/10/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2017, ANDREA MARIA DE ALBUQUERQUE BUCHMANN da função gratificada de SUPERVISORA DAS EQUIPES TÉCNICAS DOS POSTOS DE SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 721/2017, de 13/07/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1049/2017

Publicação Nº 1412769

PORTARIANº 1049/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012; 121/2012, de 23/03/2012; 127/2012, de 25/06/2012; 164/2015, de 20/08/2015; 167/2015, de 15/10/2015; 172/2016, de 28/03/2016; e 194/2017, de 26/05/2017; c/c a Lei Complementar Municipal Nº 199/2017, de 26/07/2017; e a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1541/2017/Cogem, de 19/10/2017, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2017, INÊS MARLENE KASMIRSKI, matrícula 8167, ocupante do cargo efetivo de Auditora SR, lotada na Controladoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS JUNTO À CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 1050/2017

Publicação Nº 1412770

PORTARIANº 1050/2017

Suspende o Servidor JOSIMAR PEDROTTI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM, combinado com o disposto no artigo 181, II, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2017, instaurado pela Portaria Nº 558/2017, de 30/05/2017;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 012/2017/CEPAD, de 24/10/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º SUSPENDER, a partir de 06/11/2017, o servidor público municipal JOSIMAR PEDROTTI, matrícula 9400-5, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 05 (cinco) dias, decorrente do cometimento das infrações previstas nos artigos 181, 173, 174 c/c 183 e 184, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 152/2017/COGEM

Publicação Nº 1412311

PORTARIANº 152/2017/Cogem

A CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 132/2017/CEPAD, de 23/10/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/10/2017, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2017, instaurado pela Portaria nº 393/2017, de 17/04/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora-Geral do Município

PORTARIA Nº 153/2017/COGEM

Publicação Nº 1412314

PORTARIANº 153/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 177/2017/1ªCPAD, de 19/10/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2017, instaurado pela Portaria nº 392/2017, de 13/04/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 154/2017/COGEM

Publicação Nº 1412315

PORTARIANº 154/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 176/2017/1ªCPAD, de 20/09/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, instaurado pela Portaria nº 347/2017, de 31/03/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 155/2017/COGEM

Publicação Nº 1412316

PORTARIANº 155/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 183/2017/1ªCPAD, de 24/10/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2017, instaurado pela Portaria nº 533/2017, de 18/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 156/2017/COGEM

Publicação Nº 1412317

PORTARIANº 156/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 173/2017/1ªCPAD, de 19/10/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 013/2017, instaurado pela Portaria nº 699/2017, de 12/07/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 157/2017/COGEM

Publicação Nº 1412319

PORTARIANº 157/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 073/2017/2ªCPAD, de 24/10/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 31/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 017/2017, instaurado pela Portaria nº 775/2017, de 31/07/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 158/2017/COGEM

Publicação Nº 1412320

PORTARIANº 158/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 074/2017/2ªCPAD, de 26/10/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2017, instaurado pela Portaria nº 559/2017, de 30/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 159/2017/COGEM

Publicação Nº 1412321

PORTARIANº 159/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 075/2017/2ªCPAD, de 26/10/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 04/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 015/2017, instaurado pela Portaria nº 676/2017, de 03/07/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA SAMAESJU Nº 487/2017

Publicação Nº 1411888

PORTARIA SAMAESJU Nº 487/2017
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 879/2017 de 19 de outubro de 2017 da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 030/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 412/2017 de 22 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 23 de outubro de 2017 os trabalhos da Portaria 412/2017 de 22 de setembro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 23 de outubro de 2017.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 488/2017

Publicação Nº 1411889

PORTARIA SAMAESJU Nº 488/2017
Homologa Avaliação de Desempenho
no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor "APTO" – confirmada a estabilidade no cargo público de Agente Administrativo.

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor "APTO" para o exercício do cargo público de Agente Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 01/10/2014 a 30/09/2017, do servidor público JEFERSON DE GASPER, matrícula nº 615, considerando o mesmo APTO para o exercício do cargo público de Agente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 489/2017

Publicação Nº 1411891

PORTARIA SAMAEJSU Nº 489/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 898/2017 de 24 de outubro de 2017 da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 031/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 431/2017 de 27 de setembro de 2017, retificada pela Portaria 438/2017 de 29 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 28 de outubro de 2017 os trabalhos da Portaria 431/2017 de 27 de setembro de 2017, retificada pela Portaria 438/2017 de 29 de setembro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 28 de outubro de 2017.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 – FMS

Publicação Nº 1412751

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 52/2017 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ABBVIE FARMACEUTICA LTDA.

Endereço: Rod. BR, 153, KM 42, Parte B. Subparte B1, Parque Calixtopolis, Anápolis - GO

CNPJ: 15.800.545/003-11

OBJETO: Aquisição do medicamento Adalimumabe (Humira) 40mg, solução injetável, num total de 02 (duas) caixas (caixa com duas seringas), destinado aos pacientes Sr. Igor Soares da Silva, nos autos nº 0311943-28.2016.8.24.0036, Sr. Jeferson Bredun, nos autos nº 0304169-78.2015.8.24.0036, decorrentes do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedida pelos Exmos. Senhores Juízes de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude e da Vara da Fazenda da Comarca de Jaraguá do Sul.

PRAZO DE ENTREGA: Até 05(cinco) dias corridos após recebimento da Autorização de Fornecimento.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em única parcela, considerando o valor total de R\$ 9.963,76 (nove mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos), sendo o valor unitário de R\$ 4.981,88 (quatro mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos) por caixa do medicamento Adalimumabe (Humira) 40mg, solução injetável. O CONTRATANTE se compromete pagar em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do medicamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional programática	Projeto/ Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais - Assfar Basica	3.3.90 – aplicações diretas	46	Receitas Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Douglas Antonio Conceição
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 162/2017

Publicação Nº 1412749

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 162/2017
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 inciso III da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

CONTRATADO: GRUPO MUSICAL BRILHA LTDA-ME – CNPJ 08.658.124/0001-70

OBJETO: Contratação da Banda Brilha Som, cuja denominação social é Grupo Musical Brilha Ltda-ME, a ser realizada na 29ª Schützenfest, edição 2017, no dia 14 de novembro de 2017, com início previsto para as 23h59, com duração de 04h no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão A, localizado na rua Walter Marquardt, 910- Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. OBS: A banda se apresentará com equipamentos e instrumentos próprios.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 14 de novembro de 2017. O prazo de vigência será igual ao de execução, acrescido de 60 dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	365	80
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	536	1427
39.01.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 – Aplicações diretas	537	0257

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro de 2017.
Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 163/2017

Publicação Nº 1412730

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 163/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLÍMERO CATIÓNICO E CARVÃO ATIVADO GRANULADO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 27/10/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 10/11/2017 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMAD - PORTARIA Nº 278/2017

Publicação Nº 1412101

PORTARIANº 278/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 23/10/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ALICE KUHNEN, matrícula nº 8249, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 279/2017

Publicação Nº 1412102

PORTARIANº 279/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 24/10/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ESTEFÂNIA MULLER TERRAZAS OLMOS RAMLOW, matrícula nº 8493 referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 280/2017

Publicação Nº 1412103

PORTARIANº 280/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 24/10/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº38589/2015;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal DALILA APOLÔNIA SCHMITZ, matrícula

nº 8088 referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 281/2017

Publicação Nº 1412104

PORTARIANº 281/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 24/10/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº1201/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MÁRCIO BYLAARDT, matrícula nº 1972 referente ao 5º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMED - PORTARIA Nº 1109/2017

Publicação Nº 1411722

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1109/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ELIANE MARIA DA SILVA RODRIGUES, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 19/10/2017 até 20/12/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI MÁRCIO MAURO MARCATTO	40

Jaraguá do Sul, 23 de outubro de 2017

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 385/2017

Publicação Nº 1411724

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 385/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 985/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MARIA ROSELENE BITENCOURT MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 386/2017

Publicação Nº 1411725

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº386/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 986/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de CLAUDIOACIR GUERBER, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de HISTÓRIA , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 387/2017

Publicação Nº 1411727

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 387/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 987/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de REJANE REFATTI KERSTING, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, ANOS INICIAIS , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 388/2017

Publicação Nº 1411728

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº388/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 988/2016, de 16.06.2016, que prorrogou a portaria de MARCIA ERMINIA FUCHS VOOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 389/2017

Publicação Nº 1411729

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº389/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 989/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de LAIZ ANDERLE, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 390/2017

Publicação Nº 1411731

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº390/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 990/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ELUIZA FRANCIELI BALTAZAR FERREIRA , para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 391/2017

Publicação Nº 1411732

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº391/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 991/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ANGELA RAQUEL DA SILVA NUNES , para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 392/2017

Publicação Nº 1411733

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº392/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 992/2016, de 16.06.2016, que prorrogou a portaria de FERNANDA KEISER VIEIRA , para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 394/2017

Publicação Nº 1411734

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº394 /2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 996/2016, de 16.06.2017, que prorrogou a portaria de SAIONARA CRISTINE DE MIRA ZIMMERMANN, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 395/2017

Publicação Nº 1411735

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 395/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 997/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ASTA SCHROEDER KRETZER, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 396/2017

Publicação Nº 1411736

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 396/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 998/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de RAFAELA DA SILVA RECH, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 397/2017

Publicação Nº 1411737

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 397/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1002/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de VALQUIRIA FURL MARIANO, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil , no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 398/2017

Publicação Nº 1411738

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 398/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1005/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de JULIANA WINTRICH, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 399/2017

Publicação Nº 1411739

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 399/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1008/2016, de 16.06.2016, que prorrogou a portaria de ROSANGELA DE MIRANDA DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor da Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 01.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 400/2017

Publicação Nº 1411740

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 400/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1010/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de ROSILENE LITZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 17.06.2017 a 15.08.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - 2017

Publicação Nº 1412190

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3127/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 74/2016 Data do Processo: 15/07/2016 Data da Homologação: 26/09/2016 Sequência da Adjudicação: 32 Data da Adjudicação: 18/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 74/2016 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 11991 Dcto Fiscal nr.: 007.331)

Folha: 1/1

Fornecedor: JVO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP Código: 34358 Endereço: Rua Gercy R. Alves, 16 Telefone: 473425-6265 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-400 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 CNPJ: 80.701.766/0001-32 Inscrição Estadual: 251.733.394 Agência: 1637-3 - CIDADE DAS ORQ Conta Corrente: 227-6
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Centro de Custo: Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos Local de Entrega: Conforme edital - - Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores. Caneta para retroprojeto: 12 na cor vermelha / 12 na cor azul
--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	24,000	UN	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL COM PROTETOR PLÁSTICO Nº 12 (12446)	MERCUR	1,40	33,60
18	24,000	UN	CANETA P/ RETROPROJETOR (13142)	PILOT	3,10	74,40
27	48,000	UN	COLA BASTÃO (8558)	MAPED	3,30	158,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	266,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	266,40

Jaraguá do Sul, 18 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3191/2017 Processo Nr.: 106/2016 Data do Processo: 27/10/2016 Data da Homologação: 13/12/2016 Sequência da Adjudicação: 14 Data da Adjudicação: 21/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 106/2016 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12103 Dcto Fiscal nr.: 317)

Folha: 1/1

Fornecedor: E.L.WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIÁRIAS ME Endereço: Rua Frieda Kruger, 338 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89065-250 CNPJ: 23.604.388/0001-35 Inscrição Estadual:	Código: 45696 Telefone: 479172-2774 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 993-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: Convênio SSP PMJS 12640 Dotações Utilizadas: 293 - Manutenção da sinalização viária - (33.02.2.261.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins Condições de Pagto: Na segunda 4ª feira após a solicitação de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: A cada pedido entrega no max de 10 dias após 1º dia útil AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas, logradouro) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. Especificações técnicas no PARÂMETRO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA Observações: ** ATENTAR PARA QUE AS CHAPAS SEJAM ENTREGUES COM FURAÇÃO OBLONGO CONFORME CROQUI ANEXO AO EDITAL **	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	8,00	UN	CHAPA GALVANIZADA 80X100CM (8644)	SINALMASTER	78,00	624,00
25	50,00	UN	CHAPA GALVANIZADA 60X80CM (17819)	SINALMASTER	48,90	2.445,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.069,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.069,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3192/2017
	Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 21/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12104 Dcto Fiscal nr.: 164766, 165337)

Folha: 1/1

Fornecedor: AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL Código: 37343 Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 CNPJ: 81.632.093/0004-11 Inscrição Estadual:	Telefone: 3372-8900 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville Conta Corrente: 52.922-2
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Multas por Danos Ambientais Dotações Utilizadas: 535 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de óleo diesel S10 p/abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	15.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,63	39.450,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	39.450,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	39.450,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3193/2017 Processo Nr.: 67/2017 Data do Processo: 05/07/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 21/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 67/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12105 Dcto Fiscal nr.: 10796, 10797)

Folha: 1/1

Fornecedor: TURISMO RODOCIDE LTDA Endereço: RUA LUIZ ABRY, 1400 CENTRO Cidade: Pomerode - SC - CEP: 89107-000 CNPJ: 00.201.479/0001-24 Inscrição Estadual:	Código: 3162 Telefone: 33870411 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 1854-6 - Pomerode Conta Corrente: 5300-7
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 413 - Suporte as modalidades de rendimento - (39.04.4.006.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.27.00.00.00 - Locação de Veículos Para Locomoção Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, mediante AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para transporte especial de atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, destinado a viagens rodoviárias intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	5.000,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS C/ CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 LUGARES (19894)		4,50	22.500,00

				Total Geral:	22.500,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	22.500,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3194/2017 Processo Nr.: 67/2017 Data do Processo: 05/07/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 21/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 67/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12106)

Folha: 1/1

Fornecedor: TURISMO RODOCIDE LTDA Endereço: RUA LUIZ ABRY, 1400 CENTRO Cidade: Pomerode - SC - CEP: 89107-000 CNPJ: 00.201.479/0001-24 Inscrição Estadual:	Código: 3162 Telefone: 33870411 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 1854-6 - Pomerode Conta Corrente: 5300-7
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 413 - Suporte as modalidades de rendimento - (39.04.4.006.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.27.00.00.00 - Locação de Veículos Para Locomoção Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, mediante AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para transporte especial de atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, destinado a viagens rodoviárias intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	6.000,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS C/ CAPACIDADE 43 PASSAGEIROS (19896)		5,88	35.280,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	35.280,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	35.280,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3253/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 25/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12490 Dcto Fiscal nr.: 27)

Folha: 1/1

Fornecedor: NACIONAL PNEUS EIRELI EPP Endereço: Av. 7 de Setembro, 238 Cidade: Tapejara - RS - CEP: 99950-000 CNPJ: 27.879.590/0001-20 Inscrição Estadual:	Código: 47077 Telefone: 543344-1562 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F Agência: 2093 - CEF Conta Corrente: 2081-5
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 172 - Manutenção patrimonial - Infraestrutura - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de pneus,câmaras de ar e protetores novos p/manutenção da frota de caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
59	10,00	UN	CÂMARA DE AR P/ PNEU 12-16,5, COM SELO DO INMETRO (35288)	Flexem/Tr15	94,00	940,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	940,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	940,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3254/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 25/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12493 Dcto Fiscal nr.: 000.824)

Folha: 1/1

Fornecedor: PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME Endereço: Av. Marginal Paraguai, 469 Cidade: Colombo - PR - CEP: 83045-280 CNPJ: 06.880.642/0001-09 Inscrição Estadual:	Código: 47078 Telefone: 413333-4322 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1622-5 - CURITIBA (PR) Conta Corrente: 19757-2
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 172 - Manutenção patrimonial - Infraestrutura - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de pneus,câmaras de ar e protetores novos p/manutenção da frota de caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
71	10,00	UN	CÂMARA DE AR P/PNEU 7.50-16 (28045)	Dobermann-tr75	55,00	550,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	550,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	550,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3255/2017 Processo Nr.: 45/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 09/08/2017 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 25/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12491 Dcto Fiscal nr.: 10)

Folha: 1/1

Fornecedor: LV SERVIÇOS GERAIS LTDA ME Endereço: Rua 1231, nº 80 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-645 CNPJ: 09.568.556/0001-53 Inscrição Estadual:	Código: 42029 Telefone: 473372-2285 Banco: 756 - BANCO COOPERATIV Agência: 3249-6 - Sicoob Multicredi Conta Corrente: 8648-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER Fonte de Recurso: Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM Dotações Utilizadas: 463 - Gestão dos Complexos Esportivos - (39.04.4.009.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.79.00.00.00 - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços Prazo Entrega/Exec.: Parcelado, ao longo de 12 (doze) meses, mediante AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de montagem, desmontagem e armazenagem nos caminhos de transporte, de Piso Esportivo Modular em Polipropileno – Peças individuais no Formato 304,8mm x 304,8 mm x 15,9 mm, no total de 1.196 m², na Arena Multiuso Jaraguá, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no ANEXO I, ANEXO III e ANEXO Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de 02 montagens, desmontagens e armazenagem nos caminhos de transporte, de Piso Esportivo Modular em Polipropileno nos dias 26/09 e 03/10/2017.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	2,00	SV	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PISO ESPORTIVO (34039)		1.180,00	2.360,00
					Total Geral:	2.360,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.360,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3256/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 106 Data da Adjudicação: 25/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12492 Dcto Fiscal nr.: 012.798)

Folha: 1/1

Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME Endereço: RUA FELICIANO BORTOLINI, 1004, SALA 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-180 CNPJ: 14.722.310/0001-24 Inscrição Estadual:	Código: 44419 Telefone: 4733717563 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3012-0 - BARRA DO RIO CE Conta Corrente: 27739-8
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest.almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
49	150,000	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	SIRIUS	2,57	385,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	385,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	385,50

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3262/2017</p> <p>Processo Nr.: 82/2017 Data do Processo: 21/07/2017 Data da Homologação: 11/09/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 11/09/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 82/2017 - PR</p>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 12496)

Folha: 1/1

Fornecedor: **WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LT** Código: 42841 Telefone: 473371.0196
Endereço: Rua Vergílio Pedro Rubini, 1700 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-190 Agência: 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
CNPJ: 17.875.364/0001-18 Inscrição Estadual: 256.995.834 Conta Corrente: 217-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 12 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Unidade: 01 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Centro de Custo: 40 - AGRICULTURA Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 224 - Aquisição de macadame, pedras e artefatos de cimen - (12.01.2.402.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO (macadame) e PEDRA MARROADA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações:</p>	<p>Solicitações:</p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	620,00	M3	SAIBRO (8615)		23,97	14.861,40
					Total Geral:	14.861,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	14.861,40

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3277/2017 Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 29 Data da Adjudicação: 26/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12647 Dcto Fiscal nr.: 4.189)

Folha: 1/1

Fornecedor: **KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME** Código: 42248 Telefone: 473372-3457
Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Banco: 033 - Santander
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 Agência: 1539 - Santander
CNPJ: 15.843.503/0001-04 Inscrição Estadual: 256.765.723 Conta Corrente: 13000.235-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: Convênio SSP PMJS 12640 Dotações Utilizadas: 293 - Manutenção da sinalização viária - (33.02.2.261.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços desta edital Observações: PARA CONFECÇÃO DE CLAVICULÁRIO PARA O PÁTIO DE VEÍCULOS APREENDIDOS DE NEREU RAMOS.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
92	2,00	UN	CHAPA DE COMPENSADO RESINADO COLA FENÓLICA VIROLA - TAM.2,20MX1,10MX17MM (28682)	NN	48,60	97,20
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	97,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	97,20

Jaraguá do Sul, 26 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3303/2017
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 76/2017 Data do Processo: 17/07/2017 Data da Homologação: 15/09/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 15/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 76/2017 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 12685 Dcto Fiscal nr.: 009.655)

Folha: 1/1

Fornecedor: TRATOR PECAS COM DE PECAS PARA TRATOR Endereço: RUA NOSSA SRA DO GUADALUPE,122 BR-101 KM Cidade: São José - SC - CEP: 88113-130 CNPJ: 79.905.071/0001-93 Inscrição Estadual:	Código: 284 Telefone: 0432582024 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 2638-7 - SAO JOSE (SC) Conta Corrente: 400090-0
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.302.3.3.90.00.00.00.00.00 (172) - Manutenção patrimonial - Infraestrutura
Compl. Elemento:	3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
Condições de Pagto:	em até 30 dias, após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.:	máximo de 10(dez) dias, após recebimento da AF
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observações:	Aquisição de materiais cortantes (dente 21-2303 furo 5/8) p/uso em carregadeiras da frota desta secretaria.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	16,000	UN	DENTE 21 2303 FURO 5/8 P/CARREGADEIRA MICHIGAN 55C - DUREZA MINIMA 400 HB (13690)	ECOPLAN	160,00	2.560,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.560,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.560,00

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3304/2017 Processo Nr.: 76/2017 Data do Processo: 17/07/2017 Data da Homologação: 15/09/2017 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 28/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 76/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12686 Dcto Fiscal nr.: 3171)

Folha: 1/1

Fornecedor: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME Endereço: Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 - s Cidade: Tubarão - SC - CEP: CNPJ: 15.608.150/0001-50 Inscrição Estadual: 256.731.080	Código: 41446 Telefone: 4836323506 Banco: 001 - BANCO DO BRASIL S Agência: 5229-9 - Banco do Brasil S./ Conta Corrente: 27307-4
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 172 - Manutenção patrimonial - Infraestrutura - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: em até 30 dias, após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de materiais cortantes (dente fundido E157559 e dente 21-1200) p/uso em retroscavadeiras e carregadeira da frota desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	9,00	UN	DENTE FUNDIDO E157559 (25714)	METISA	139,00	1.251,00
13	40,00	UN	DENTE 21-1200 PARA CONCHA TRASEIRA DE RETROSCAVADEIRA CASE 580 SUPER H - DUREZA MÍNIMA 400HB COM TRATAMENTO TÉRMICO. (35415)	METISA	49,00	1.960,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.211,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.211,00

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3306/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 28/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12687 Dcto Fiscal nr.: 000.867)

Folha: 1/1

Fornecedor: PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME Endereço: Av. Marginal Paraguai, 469 Cidade: Colombo - PR - CEP: 83045-280 CNPJ: 06.880.642/0001-09 Inscrição Estadual:	Código: 47078 Telefone: 413333-4322 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1622-5 - CURITIBA (PR) Conta Corrente: 19757-2
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade: 01 - GABINETE DO PREFEITO Centro de Custo: 1 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 1 - Manutenção das atividades administrativas do Gabin - (02.01.2.020.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
71	4,00	UN	CÂMARA DE AR P/PNEU 7.50-16 (28045)	Dobermann-tr75	55,00	220,00
(Valores expressos em Reais R\$)						Total Geral:
						Desconto:
						Total Líquido:
						220,00
						0,00
						220,00

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3307/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 10 Data da Adjudicação: 28/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 12688)

Folha: 1/1

Fornecedor: GL COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, 5025 Cidade: Concoórdia - SC - CEP: 89711-690 CNPJ: 23.921.664/0001-99 Inscrição Estadual:	Código: 46633 Telefone: 493442-6478 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 410-3 - CONCORDIA (SC) Conta Corrente: 62068-8
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade: 01 - GABINETE DO PREFEITO Centro de Custo: 1 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 1 - Manutenção das atividades administrativas do Gabin - (02.01.2.020.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
34	2,00	UN	PNEU 7.50-16 - 12 LONAS BORRACHUDO, COM SELO DO INMETRO (7089)	LINGLONG LL5	470,00	940,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	940,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	940,00

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3308/2017 Processo Nr.: 106/2016 Data do Processo: 27/10/2016 Data da Homologação: 13/12/2016 Sequência da Adjudicação: 15 Data da Adjudicação: 28/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 106/2016 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12689 Dcto Fiscal nr.: 1286)

Folha: 1/1

Fornecedor: TINPAVI COMÉRCIO DE TINTAS LTDA EPP Endereço: Rua Cecília de Alvarenga Freire Pimentel Cidade: Tupã - SP - CEP: 17607-150 CNPJ: 17.592.525/0001-66 Inscrição Estadual:	Código: 45700 Telefone: 143491-2400 Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A Agência: 6693-1 - NDIA VANUIRE - T Conta Corrente: 1251-3
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: Convênio SSP PMJS 12640 Dotações Utilizadas: 293 - Manutenção da sinalização viária - (33.02.2.261.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins Condições de Pagto: Na segunda 4ª feira após a solicitação de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: A cada pedido entrega no max de 10 dias após 1º dia útil AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas, logradouro) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. Especificações técnicas no	
Observações: PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	50,00	M	PELÍCULA REFLETIVA BRANCA C/ 0,61m LARGURA (22636)	CLC	38,00	1.900,00
8	50,00	M	PELÍCULA OPACA PRETA (22637)	CLC	34,00	1.700,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.600,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.600,00

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3309/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 11 Data da Adjudicação: 28/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12690)

Folha: 1/1

Fornecedor: GL COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, 5025 Cidade: Concórdia - SC - CEP: 89711-690 CNPJ: 23.921.664/0001-99 Inscrição Estadual:	Código: 46633 Telefone: 493442-6478 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 410-3 - CONCORDIA (SC) Conta Corrente: 62068-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Centro de Custo: 41 - SECRET. MUNIC DO PLANEJAMENTO URBANO Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 261 - Manutenção das atividades administrativas da Secre - (33.01.2.201.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações: 02 Pneus Frota 443 (175/70 R14 88T) 02 Pneus Frota 442 (175/70 R14 88T) 04 Pneus Frota 289 (175/70 R13 82T) 02 Pneus Frota 291 (175/70 R13 82T)	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	6,00	UN	PNEU 175/70 R-13 82T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27700)	FORCEUM EXF	161,00	966,00
9	4,00	UN	PNEU 175/70 R-14 88T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27396)	APOLLO AMAZI	184,00	736,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.702,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.702,00

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3324/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 30 Data da Adjudicação: 29/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12837 Dcto Fiscal nr.: 004.204)

Folha: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04 Inscrição Estadual: 256.765.723	Código: 42248 Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de ferro CA 50 - 5/16" p/reforma e manutenção de pontes e portilhões.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
74	30,00	UN	FERRO CA 50 - 5/16" - BARRA 12 M (7953)	SIMEC	15,85	475,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	475,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	475,50

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3325/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 107 Data da Adjudicação: 29/09/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12838 Dcto Fiscal nr.: 014.516) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903</p>	<p>Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest.almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
44	10,000	FR	ÓLEO DE PERÓBA 100ML (8325)	WORQUER	3,50	35,00
74	10,000	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM (8409)	COLONIAL	10,80	108,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	143,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	143,00

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3327/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 108 Data da Adjudicação: 29/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12839 Dcto Fiscal nr.: 15289)

Folha: 1/1

Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 2410-SALA 01 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89259-700 CNPJ: 07.483.630/0001-03 Inscrição Estadual:	Código: 38008 Telefone: 3370-7271 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 00000213-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest.almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
21	30,000	UN	DESODORANTE SANITÁRIO (19587)	COALA	2,15	64,50
43	2,000	GL	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L (16309)	BELLADONA	9,70	19,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	83,90
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	83,90

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3328/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 109 Data da Adjudicação: 29/09/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12840 Dcto Fiscal nr.: 6292) Folha: 1/1

Fornecedor: VILLA PAPÉIS LTDA EPP Endereço: Rua Francisco Hruschka, 525, sala 01 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89253-600 CNPJ: 11.346.166/0001-80 Inscrição Estadual:	Código: 45927 Telefone: 473370-2982 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 850241-2
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de papel toalha dest. almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
51	50,000	UN	PAPEL TOALHA (20809)	SOL	8,20	410,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	410,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	410,00

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3329/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 110 Data da Adjudicação: 29/09/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12841 Dcto Fiscal nr.: 012.883) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME Código: 44419 Telefone: 4733717563 Endereço: RUA FELICIANO BORTOLINI, 1004, SALA 03 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-180 Agência: 3012-0 - BARRA DO RIO C CNPJ: 14.722.310/0001-24 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 27739-8</p>
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest. almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	10,000	FR	ÁGUA SANITÁRIA - FRASCO COM 2000ML (32208)	SANOL	3,34	33,40
23	50,000	FR	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML (8322)	GIRANDO SOL	1,20	60,00
24	1,000	GL	DETERGENTE PARA LIMPEZA DE PISO (29000)	POLWAX	33,80	33,80
64	2,000	GL	SABONETE LÍQUIDO - GL 5 L (12536)	PREMISSE	10,88	21,76
71	10,000	UN	TELA SANITÁRIA BRANCA P/ MICTÓRIO (16315)	PREMISSE	1,90	19,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	167,96
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	167,96

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3330/2017
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 111 Data da Adjudicação: 29/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 12843 Dcto Fiscal nr.: 012.884)

Folha: 1/1

Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME Endereço: RUA FELICIANO BORTOLINI, 1004, SALA 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-180 CNPJ: 14.722.310/0001-24 Inscrição Estadual:	Código: 44419 Telefone: 4733717563 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3012-0 - BARRA DO RIO C Conta Corrente: 27739-8
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de copos descartáveis 180ml dest. almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	150,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	COPOSUL	2,00	300,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	300,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	300,00

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3331/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 112 Data da Adjudicação: 29/09/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12842 Dcto Fiscal nr.: 15262) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Código: 37767 Telefone: 4733738040</p> <p>Endereço: RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001</p> <p>Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL</p> <p>CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 10440-X</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest. almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
65	10,000	PCT	SACO P/LIXO 20 L - PCT C/100 UN (33587)	NAVEPLAST	5,35	53,50
67	10,000	PCT	SACO P/ LIXO 60L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX.60X70X0,07 (20251)	NAVEPLAST	16,20	162,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	215,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	215,50

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3333/2017
	Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 113 Data da Adjudicação: 29/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 12844 Dcto Fiscal nr.: 033.492)

Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA Endereço: Rua Deputado Lauro Carneiro de Loyola, 1 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89227-250 CNPJ: 10.712.308/0001-13 Inscrição Estadual:	Código: 43117 Telefone: 473427-0974 Banco: 748 - BANCO COOPERATIV Agência: 2602-0 - Sicredi S.A. Conta Corrente: 166073
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest.almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
41	10,000	FR	LUSTRA MÓVEIS 200ML (8323)	WORKER	1,58	15,80
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	15,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	15,80

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3334/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 31 Data da Adjudicação: 29/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12845 Dcto Fiscal nr.: 004201,202 E 203)

Folha: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04 Inscrição Estadual: 256.765.723	Código: 42248 Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de cimento CP II - Z p/ confecção de tubos de concreto p/manutenção da rede de drenagem pluvial do município.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
101	15.000,00	KG	CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACAS DE 40 E/OU 50 KG (30621)	NACIONAL	0,44	6.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	6.600,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	6.600,00

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3335/2017 Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 32 Data da Adjudicação: 29/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12846 Dcto Fiscal nr.: 347)

Folha: 1/1

Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME Endereço: Estrada Pirai, sn, km 3 - sala D Cidade: Joinville - SC - CEP: 89237-600 CNPJ: 06.032.884/0001-42 Inscrição Estadual:	Código: 42843 Telefone: 473439-5019 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5443-7 - Joinville-Vila Nova Conta Corrente: 59953-0
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de pó de brita p/ confecção de tubos de concreto p/ manutenção da rede de drenagem pluvial do município.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	50,00	M3	PÓ DE BRITA (8094)	VOGELSANGEI	48,70	2.435,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.435,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.435,00

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3336/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 33 Data da Adjudicação: 29/09/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12847 Dcto Fiscal nr.: 001.652)

Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME Endereço: Rua Wally Emília Mohr, 60, sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-525 CNPJ: 18.138.763/0001-69 Inscrição Estadual:	Código: 42917 Telefone: 473372-2740 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 7029-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de 430 m2 de manta geotextil de poliester não tecida G130 p/ manutenção da rede de drenagem pluvial.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
105	430,00	M2	MANTA GEOTEXTIL DE POLIESTER NÃO TECIDA G130 (29542)	BIDIN	2,30	989,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	989,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	989,00

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3337/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 114 Data da Adjudicação: 29/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12848 Dcto Fiscal nr.: 4090) Folha: 1/1

Fornecedor: KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME Código: 44967 Endereço: Rua Guglielmo Marconi, 120 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-250 CNPJ: 21.782.356/0001-02 Inscrição Estadual:	Telefone: 4133676135 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3007-4 - ROCKEFELLER - (C Conta Corrente: 123749-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.300.3.3.90.00.00.00.00 (168) - Manutenção das atividades administrativas da infra
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização dest. almoxarifado de obras.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	20,000	FR	ÁLCOOL ETILICO FR C/ 1000ML - 92,6 A 93,8 INPM (8281)	ARAUCARIA	3,99	79,80
11	10,000	UN	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 70% (14141)	GERMIDERME	4,95	49,50
30	30,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BETTANIN	0,52	15,60
68	10,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN (20048)	LICITATUDO	37,45	374,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	519,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	519,40

Jaraguá do Sul, 29 de Setembro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3348/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 02/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 12850 Dcto Fiscal nr.: 97346)

Folha: 1/1

Fornecedor: CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA Endereço: Rodovia Antônio Heil, 800, km 01 - sala Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88316-001 CNPJ: 08.888.040/0009-80 Inscrição Estadual:	Código: 44390 Telefone: 473046-2550 Banco: 341 - Itaú Agência: 0292 - Itaú Conta Corrente: 10901-4
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 12 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Unidade: 01 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Centro de Custo: 40 - AGRICULTURA Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 220 - Manutenção patrimonial (Bens móveis) - Agricultura - (12.01.2.414.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
48	2,00	UN	PNEU 14.9-24 R2 - 6 LONAS - PROFUNDIDADE MINIMA DA BANDA DE RODAGEM 73MM (9850)	QH651 R-2 125	1.570,00	3.140,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	3.140,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	3.140,00

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3349/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 13 Data da Adjudicação: 02/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12851 Dcto Fiscal nr.: 3494)

Folha: 1/1

Fornecedor: GL COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, 5025 Cidade: Concórdia - SC - CEP: 89711-690 CNPJ: 23.921.664/0001-99 Inscrição Estadual:	Código: 46633 Telefone: 493442-6478 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 410-3 - CONCORDIA (SC) Conta Corrente: 62068-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 12 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Unidade: 01 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Centro de Custo: 40 - AGRICULTURA Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 220 - Manutenção patrimonial (Bens móveis) - Agricultura - (12.01.2.414.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	8,00	UN	PNEU 175/70 R-13 82T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27700)	FORCEUM EXF	161,00	1.288,00
9	10,00	UN	PNEU 175/70 R-14 88T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27396)	APOLLO AMAZI	184,00	1.840,00
65	2,00	UN	CÂMARA DE AR P/PNEU 12.5/80X18 (18806)	BBW TR218	100,00	200,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.328,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.328,00

Jaraguá do Sul, 2 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3368/2017 Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 13 Data da Adjudicação: 03/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12868 Dcto Fiscal nr.: 059.240)

Folha: 1/1

Fornecedor: CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA Endereço: Rua Benjamim Dagnoni, 177, sala 04 Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88316-100 CNPJ: 01.466.091/0011-90 Inscrição Estadual:	Código: 42706 Telefone: 473349-0900 Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência: 3306-5 - Banco do Brasil S./ Conta Corrente: 31195-2
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 176 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de gasolina comum p/abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	10.000,00	L	GASOLINA COMUM (6293)	CIAPETRO/PET	3,30	33.000,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	33.000,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	33.000,00

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3369/2017 Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 14 Data da Adjudicação: 03/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 12869 Dcto Fiscal nr.: 166086)

Folha: 1/1

Fornecedor: **AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL** Código: 37343 Telefone: 3372-8900
 Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Banco: 237 - Bradesco - 237
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
 CNPJ: 81.632.093/0004-11 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 52.922-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 176 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de óleo diesel S10 p/ abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	10.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,63	26.300,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	26.300,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	26.300,00

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3408/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 14 Data da Adjudicação: 05/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12947 Dcto Fiscal nr.: 3566)

Folha: 1/1

Fornecedor: GL COMERCIAL EIRELI ME Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, 5025 Cidade: Concórdia - SC - CEP: 89711-690 CNPJ: 23.921.664/0001-99 Inscrição Estadual:	Código: 46633 Telefone: 493442-6478 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 410-3 - CONCORDIA (SC) Conta Corrente: 62068-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 172 - Manutenção patrimonial - Infraestrutura - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de pneus novos p/manutenção da frota de veículos leves de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	12,00	UN	PNEU 175/70 R-13 82T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27700)	FORCEUM EXF	161,00	1.932,00
9	8,00	UN	PNEU 175/70 R-14 88T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO (27396)	APOLLO AMAZI	184,00	1.472,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.404,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.404,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3409/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 34 Data da Adjudicação: 05/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12948 Dcto Fiscal nr.: 84102)

Folha: 1/1

Fornecedor: TELAS EGGERT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME Endereço: RODOVIA BR 280 KM 6 N. 98 Cidade: Guaramirim - SC - CEP: 89271-000 CNPJ: 75.308.163/0001-35 Inscrição Estadual:	Código: 389 Telefone: 4733730317 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 2095-8 - GUARAMIRIM (SC) Conta Corrente: 51500-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de prego ardox galvanizado 18x27 p/manutenção e reforma de pontes e pontilhões.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
70	12,00	KG	PREGO ARDOX GALVANIZADO 18X27 (22051)	GERDAU	13,20	158,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	158,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	158,40

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3410/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 35 Data da Adjudicação: 05/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12949)

Folha: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04 Inscrição Estadual: 256.765.723	Código: 42248 Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de ferro CA 50 1/4" e ferro CA 50 1/2" p/ manutenção e reforma de pontes e pontilhões.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
73	20,00	UN	FERRO CA 50 - 1/4" - BARRA 12 M (7952)	SIMEC	9,80	196,00
76	10,00	UN	FERRO CA 50 - 1/2" - BARRA 12 M (7955)	SIMEC	36,90	369,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	565,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	565,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3411/2017 Processo Nr.: 44/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 21/07/2017 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 05/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 44/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12950 Dcto Fiscal nr.: 1687, 1706)

Folha: 1/1

Fornecedor: PREMIX CONCRETO LTDA Endereço: Av. Prefeito Waldemar Grubba, 1425 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-900 CNPJ: 13.124.678/0001-28 Inscrição Estadual: 256.302.600	Código: 41009 Telefone: 473054-0200 Banco: 341 - Itaú- 341 Agência: 7206-6 - Jaraguá do Sul-Cer Conta Corrente: 10450-2
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (bombeado e convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, conforme especificações e quantidades estimadas no Aquisição de 25 m³ de concreto usinado fck 30 mpa com brita 0 e 1 (convencional) p/ obras de reforma nas cabeceiras de ponte no Ribeirão Manso.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	25,00	M3	CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL) (28522)		214,45	5.361,25

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	5.361,25
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	5.361,25

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3413/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 101/2016 Data do Processo: 24/10/2016 Data da Homologação: 21/11/2016 Sequência da Adjudicação: 6 Data da Adjudicação: 05/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2016 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12952) Folha: 1/1

Fornecedor: LUANA C. DE CAMPOS PAVIMENTAÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Marcelo Barbi, 628 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-550 CNPJ: 17.664.568/0001-00 Inscrição Estadual:	Código: 42919 Telefone: 473054-1835 Banco: 756 - BANCO COOPERATIV Agência: 3069-4 - Sicoob Maxicredito Conta Corrente: 203935-4
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 2.305.3.3.90.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens Compl. Elemento: 3.3.90.39.21.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Estradas e Vias Condições de Pagto: na segunda quarta feira após a solicitação e prestação Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas Local de Entrega: Conforme edital - - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de empresa jurídica para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de ruas pavimentadas com lajotas e/ou paralelepípedos, em diversas ruas deste Município, sem fornecimento de materiais, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Contratação dos serviços de mão de obra (calceteiros) para manutenção e conserto de ruas pavimentadas com lajotas e/ou paralelepípedos.	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	8.200,000	M2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONserto DE VIAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS DE CONCRETO,PARALELEPÍPEDOS E TIJOLINHOS DE CONCRETO,BEM COMO,CALÇADAS E PRAÇAS COM PAVIMENTO DE PAVER E PETIT-PAVÉ DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. (22021)		2,99	24.518,00
					Total Geral:	24.518,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	24.518,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3414/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 36 Data da Adjudicação: 05/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12953 Dcto Fiscal nr.: 2402)

Folha: 1/1

Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA Endereço: Rua Germano Wagner, 184 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 CNPJ: 80.443.427/0001-01	Código: 541 Inscrição Estadual: 251.609.049	Telefone: 473370-2641 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce Conta Corrente: 29548-5
--	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: AQUISIÇÃO DE 108 M³ DE BRITA GRADUADA P/MANUTENÇÃO DE VIAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E/OU ESTRUTURAÇÃO DA BASE DE VIAS A SEREM PAVIMENTADAS.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
45	108,00	M3	BRITA GRADUADA (BRITA CORRIDA) (8687)	MINÉRIO	54,49	5.884,92
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	5.884,92
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	5.884,92

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3415/2017 Processo Nr.: 43/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 09/08/2017 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 05/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12954 Dcto Fiscal nr.: 6731)

Folha: 1/1

Fornecedor: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA Endereço: AV. PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1016 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-500 CNPJ: 01.800.536/0001-54 Inscrição Estadual:	Código: 1718 Telefone: 4733711342 Banco: Agência: Conta Corrente:
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de 900 tijolinhos de concreto prensado tam.25x15x8cm p/manutenção de vias pavimentadas com I tijolinhos de concreto.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	900,00	UN	TIJOLINHO DE CONCRETO PRENSADO 25X15X8CM, COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 35 MPa ATENDENDO A NBR 9781. (8115)	TSH	1,25	1.125,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	1.125,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	1.125,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3416/2017 Processo Nr.: 43/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 09/08/2017 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 05/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 12955)

Folha: 1/1

Fornecedor: SOLIDOS IND. E COM. DE PRE FABR. EM CONCRETO LTDA Endereço: CARLOS OECHSLER SN Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-820 CNPJ: 06.957.836/0001-65 Inscrição Estadual:	Código: 37197 Telefone: 4732761381 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 2095-8 - GUARAMIRIM (SC) Conta Corrente: 10765-4
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de lajotas sextavada de concreto prensada tam.25x25x8cm p/manutenção de vias pavimentadas com lajotas de concreto.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	60,00	M2	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO PRENSADA TAM. 25X25X8CM, COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 35 MPa ATENDENDO A NBR 9781. (8089)	SÓLIDOS	29,60	1.776,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	1.776,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	1.776,00

Jaraguá do Sul, 5 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3480/2017 Processo Nr.: 50/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 04/08/2017 Sequência da Adjudicação: 15 Data da Adjudicação: 09/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13120)

Folha: 1/1

Fornecedor: NACIONAL PNEUS EIRELI EPP Endereço: Av. 7 de Setembro, 238 Cidade: Tapejara - RS - CEP: 99950-000 CNPJ: 27.879.590/0001-20 Inscrição Estadual:	Código: 47077 Telefone: 543344-1562 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F Agência: 2093 - CEF Conta Corrente: 2081-5
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 12 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Unidade: 01 - SECRET.MUN.DESENV.RURAL E AGRICULTURA Centro de Custo: 40 - AGRICULTURA Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 220 - Manutenção patrimonial (Bens móveis) - Agricultura - (12.01.2.414.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	2,00	UN	PNEU 12,5/80X18 10 LONAS (20159)	Forerunner/R4	950,00	1.900,00
62	2,00	UN	CÂMARA DE AR P/ PNEU 23.1-30, COM SELO DO INMETRO (35291)	Qbom/Tr218	290,00	580,00
64	2,00	UN	CÂMARA DE AR P/PNEU 17.5 x 25 - 16 lonas (31653)	Bastube/Tr218	200,00	400,00
70	2,00	UN	CÂMARA DE AR P/PNEU 23.1-26 R2 (31781)	Qbom/Tr218	278,00	556,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.436,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.436,00

Jaraguá do Sul, 9 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3500/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 115 Data da Adjudicação: 10/10/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13169 Dcto Fiscal nr.: 6324) Folha: 1/1

<p>Fornecedor: VILLA PAPÉIS LTDA EPP Endereço: Rua Francisco Hruschka, 525, sala 01 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89253-600 CNPJ: 11.346.166/0001-80 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 45927 Telefone: 473370-2982 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 850241-2</p>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
51	300,000	UN	PAPEL TOALHA (20809)	SOL	8,20	2.460,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.460,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.460,00

Jaraguá do Sul, 10 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3501/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 116 Data da Adjudicação: 10/10/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13170) Folha: 1/1

Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Endereço: RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 37767 Telefone: 4733738040 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGU Conta Corrente: 10440-X
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
52	40,000	UN	PORTA PAPEL HIGIÊNICO (28489)	AURIMAR	41,90	1.676,00
53	20,000	UN	PORTA PAPEL TOALHA (12527)	AURIMAR	28,10	562,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.238,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	2.238,00

Jaraguá do Sul, 10 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3502/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 117 Data da Adjudicação: 10/10/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13171 Dcto Fiscal nr.: 4102) Folha: 1/1

Fornecedor: KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME Código: 44967 Endereço: Rua Guglielmo Marconi, 120 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-250 CNPJ: 21.782.356/0001-02 Inscrição Estadual:	Telefone: 4133676135 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3007-4 - ROCKEFELLER - (C Conta Corrente: 123749-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Saco 100 litros 20 preto e 10 verde.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	120,000	FR	ÁLCOOL ETILICO FR C/ 1000ML - 92,6 A 93,8 INPM (8281)	ARAUCARIA	3,99	478,80
30	120,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BETTANIN	0,52	62,40
50	40,000	FDO	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO - C/ 8 X 300MX10CM (18288)	PARANÁ	32,20	1.288,00
62	36,000	KG	SABÃO EM PÓ 1KG (12533)	BLUE	3,40	122,40
63	20,000	UN	SABONETEIRA PLASTICA C/RESERVATORIO (28079)	BELLPLUS	15,10	302,00
68	30,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN (20048)	LICITATUDO	37,45	1.123,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.377,10
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.377,10

Jaraguá do Sul, 10 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3503/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 118 Data da Adjudicação: 10/10/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13172)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP Endereço: RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 CNPJ: 05.785.417/0001-20 Inscrição Estadual: 254.612.903</p>	<p>Código: 33886 Telefone: 4733706869 Banco: 033 - SANTANDER Agência: 3963-0 - Epitácio Pessoa - J Conta Corrente: 13000781-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	8,000	UN	CERA LÍQUIDA (13321)	G.SOL	18,50	148,00
27	24,000	UN	ESCOVA SANITÁRIA C/ SUPORTE (9829)	L.MANIA	3,65	87,60
44	6,000	FR	ÓLEO DE PERÓBA 100ML (8325)	WORQUER	3,50	21,00
73	36,000	PÇ	VASSOURA C/ CABO (10501)	Condor	8,00	288,00
74	36,000	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM (8409)	COLONIAL	10,80	388,80
					Total Geral:	933,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	933,40

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 10 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3504/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 119 Data da Adjudicação: 10/10/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 13173)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME</p> <p>Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 2410-SALA 01</p> <p>Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89259-700</p> <p>CNPJ: 07.483.630/0001-03 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 38008</p> <p>Telefone: 3370-7271</p> <p>Banco: 104 - Caixa Econ.Federal -</p> <p>Agência: 417-0 - Jaragua do Sul</p> <p>Conta Corrente: 00000213-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	60,000	GL	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L (16309)	BELLADONA	9,70	582,00
54	2,000	UN	REFIL P/ EMBALADOR DE GUARDA CHUVA (31570)	SEKURA	185,00	370,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	952,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	952,00

Jaraguá do Sul, 10 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3505/2017</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 120 Data da Adjudicação: 10/10/2017</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 13174 Dcto Fiscal nr.: 13.005)

Folha: 1/1

Fornecedor:	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME	Código: 44419	Telefone: 4733717563
Endereço:	RUA FELICIANO BORTOLINI, 1004, SALA 03		
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-180		
CNPJ:	14.722.310/0001-24	Inscrição Estadual:	
		Banco:	001 - Banco do Brasil - 001
		Agência:	3012-0 - BARRA DO RIO C
		Conta Corrente:	27739-8

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.21.00.00.00 - Material de Copa e Cozinha
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	500,000	PCT	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN (8452)	COPOSUL	2,00	1.000,00
6	5,000	UN	GARRAFA TÉRMICA DE 5 L (8256)	OBBA	24,00	120,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.120,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.120,00

Jaraguá do Sul, 10 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3532/2017</p> <hr/> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 121 Data da Adjudicação: 11/10/2017</p> <hr/> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13272)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Código: 37767 Telefone: 4733738040 Endereço: RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL CNPJ: 10.892.956/0001-07 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 10440-X</p>

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Centro de Custo: Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização Condições de Pagto: na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent Prazo Entrega/Exec.: prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.</p> <p>Observações: Saco 40 litros 10 preto e 10 verde Saco 60 litros 20 preto e 10 verde</p>

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
46	60,000	UN	PANO DE PRATO - ALVEJADO - MEDINDO APROX. (47X70)CM (8366)	AGP	1,75	105,00
66	20,000	PCT	SACO P/LIXO 40 L - PCT C/100 UN (33586)	NAVEPLAST	8,20	164,00
67	30,000	PCT	SACO P/ LIXO 60L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX.60X70X0,07 (20251)	NAVEPLAST	16,20	486,00
69	10,000	PCT	SACO P/ LIXO 200L - C/ 100 UN (10571)	NAVEPLAST	64,60	646,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.401,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.401,00

Jaraguá do Sul, 11 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL		AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3533/2017	
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC		Processo Administrativo: Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 122 Data da Adjudicação: 11/10/2017	
		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2016 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 13273)

Folha: 1/1

Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME Endereço: RUA FELICIANO BORTOLINI, 1004, SALA 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-180 CNPJ: 14.722.310/0001-24 Inscrição Estadual:	Código: 44419 Telefone: 4733717563 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3012-0 - BARRA DO RIO C Conta Corrente: 27739-8
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
Centro de Custo:	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas:	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
Compl. Elemento:	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
Condições de Pagto:	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
Prazo Entrega/Exec.:	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
Local de Entrega:	ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS - Rua Isidoro Pedri, 120 - Portaria 02 - em frente portaria do SENAI
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações:	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	150,000	FR	ÁGUA SANITÁRIA - FRASCO COM 2000ML (32208)	SANOL	3,34	501,00
32	60,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTIM PANO	0,80	48,00
45	96,000	UN	PANO DE CHÃO (32618)	MARTIM	2,25	216,00
48	20,000	UN	PÁ DE LIXO (12526)	CANADA	3,05	61,00
49	160,000	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	SIRIUS	2,57	411,20
64	20,000	GL	SABONETE LÍQUIDO - GL 5 L (12536)	PREMISSE	10,88	217,60
70	96,000	UN	SAPONÁCEO CREMOSO (12535)	PRATIK	1,75	168,00
					Total Geral:	1.622,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.622,80

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 11 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3592/2017 Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 15 Data da Adjudicação: 17/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 13410 Dcto Fiscal nr.: 167334)

Folha: 1/1

Fornecedor: **AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL** Código: 37343 Telefone: 3372-8900
Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Banco: 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
CNPJ: 81.632.093/0004-11 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 52.922-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 176 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de óleo diesel S10 p/abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	10.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,63	26.300,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	26.300,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	26.300,00

Jaraguá do Sul, 17 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3639/2017
	Processo Nr.: 45/2017 Data do Processo: 05/06/2017 Data da Homologação: 09/08/2017 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 20/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 45/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13554)

Folha: 1/1

Fornecedor: LV SERVIÇOS GERAIS LTDA ME Endereço: Rua 1231, nº 80 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-645 CNPJ: 09.568.556/0001-53 Inscrição Estadual:	Código: 42029 Telefone: 473372-2285 Banco: 756 - BANCO COOPERATIV Agência: 3249-6 - Sicoob Multicredi Conta Corrente: 8648-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER Fonte de Recurso: Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM Dotações Utilizadas: 463 - Gestão dos Complexos Esportivos - (39.04.4.009.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.79.00.00.00 - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços Prazo Entrega/Exec.: Parcelado, ao longo de 12 (doze) meses, mediante AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de montagem, desmontagem e armazenagem nos caminhos de transporte, de Piso Esportivo Modular em Polipropileno – Peças individuais no Formato 304,8mm x 304,8 mm x 15,9 mm, no total de 1.196 m², na Arena Multiuso Jaraguá, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no ANEXO I, ANEXO III e ANEXO Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de 03 montagens, desmontagens e armazenagem nos caminhos de transporte, de Piso Esportivo Modular em Polipropileno nos dias 18/10, 26/10 e 08/11/2017.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	3,00	SV	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PISO ESPORTIVO (34039)		1.180,00	3.540,00
					Total Geral:	3.540,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.540,00

Jaraguá do Sul, 20 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3640/2017 Processo Nr.: 120/2017 Data do Processo: 11/09/2017 Data da Homologação: 25/09/2017 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 25/09/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 120/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 13555)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ETIPLASTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PLÁSTICOS LTDA E** Código: 47206 Telefone: 473273-6060
 Endereço: Rua Pref. José Bauer, 1300 - galpão 1 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-100 Agência: 405-7 - Jaragua do Sul
 CNPJ: 13.220.783/0001-60 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 48678-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 01 - CULTURA Centro de Custo: 207 - CULTURA. Fonte de Recurso: Outros Recursos Arrecadados pela Fundação Cultural Dotações Utilizadas: 362 - Realização e apoio as iniciativas culturais, festi - (39.01.4.103.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.31.01.00.00.00 - Premiações Culturais Condições de Pagto: Em até 30(trinta) dias após a execução e apresentação da NFs Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, ao longo de 12 meses, conf. necess. do Município Local de Entrega: ARENA MULTIUSO JARAGUÁ Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX - Termo de Referência desta edital. Observações: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS PARA PREMIAÇÃO DO EVENTO JARAGUÁ EM DANÇA NO EXERCÍCIO DE 2017.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	80,00	UN	TROFÉU (13068)		42,30	3.384,00
4	24,00	UN	TROFÉU EM ACRÍLICO 17 CM ALTURA (35569)		42,30	1.015,20
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	4.399,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.399,20

Jaraguá do Sul, 20 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3643/2017 Processo Nr.: 120/2017 Data do Processo: 11/09/2017 Data da Homologação: 25/09/2017 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 20/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 120/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 13557)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ETIPLASTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PLÁSTICOS LTDA E** Código: 47206 Telefone: 473273-6060
 Endereço: Rua Pref. José Bauer, 1300 - galpão 1 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-100 Agência: 405-7 - Jaragua do Sul
 CNPJ: 13.220.783/0001-60 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 48678-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 01 - CULTURA Centro de Custo: 207 - CULTURA. Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 361 - Realização e apoio as iniciativas culturais, festi - (39.01.4.103.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.31.01.00.00.00 - Premiações Culturais Condições de Pagto: Em até 30(trinta) dias após a execução e apresentação da NFs Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, ao longo de 12 meses, conf. necess. do Município Local de Entrega: ARENA MULTIUSO JARAGUÁ Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX - Termo de Referência desta edital. Observações: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS PARA PREMIAÇÃO DO EVENTO JARAGUÁ EM DANÇA NO EXERCÍCIO DE 2017.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	14,00	UN	TROFÉU EM ACRÍLICO CRISTAL (35571)		46,73	654,22
6	14,00	UN	MEDALHA DE ORDEM HONORÍFICA EM ACRÍLICO (35570)		6,35	88,90
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	743,12
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	743,12

Jaraguá do Sul, 20 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3645/2017 Processo Nr.: 120/2017 Data do Processo: 11/09/2017 Data da Homologação: 25/09/2017 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 20/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 120/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 13558)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ETIPLASTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PLÁSTICOS LTDA E** Código: 47206 Telefone: 473273-6060
Endereço: Rua Pref. José Bauer, 1300 - galpão 1 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-100 Agência: 405-7 - Jaragua do Sul
CNPJ: 13.220.783/0001-60 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 48678-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 01 - CULTURA Centro de Custo: 207 - CULTURA. Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 342 - Manutenção das atividades da Fundação Cultural - (39.01.4.100.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.31.01.00.00.00 - Premiações Culturais Condições de Pagto: Em até 30(trinta) dias após a execução e apresentação da NFs Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, ao longo de 12 meses, conf. necess. do Município Local de Entrega: ARENA MULTIUSO JARAGUÁ Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência desta edital. Observações: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS PARA PREMIAÇÃO DO EVENTO JARAGUÁ EM DANÇA NO EXERCÍCIO DE 2017.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	40,00	UN	TROFÉU ACRILICO (20320)		48,40	1.936,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.936,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.936,00

Jaraguá do Sul, 20 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3655/2017 Processo Nr.: 106/2016 Data do Processo: 27/10/2016 Data da Homologação: 13/12/2016 Sequência da Adjudicação: 16 Data da Adjudicação: 23/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 106/2016 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 13841)

Folha: 1/1

Fornecedor: **VIA D'ÁGUA COM.PROD. MEDIÇÃO, HIDRÁULICA E SANEAME** Código: 43023 Telefone: 473804-4480
Endereço: Rua Marques de Olinda, 935-A Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-528 Agência: 828-1 - JOAO COLIN - JOIN
CNPJ: 16.637.264/0001-90 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 33630-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: Convênio SSP PMJS 12640 Dotações Utilizadas: 293 - Manutenção da sinalização viária - (33.02.2.261.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins Condições de Pagto: Na segunda 4ª feira após a solicitação de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: A cada pedido entrega no max de 10 dias após 1º dia útil AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas, logradouro) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. Especificações técnicas no	
Observações: PARA MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DAS VIAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	20,00	UN	ESPELHO DE SEGURANÇA CONVEXO C/ SUPORTE - DIÂMETRO DE 80CM (12670)	VISION	280,00	5.600,00
					Total Geral:	5.600,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	5.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 23 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3656/2017 Processo Administrativo: Processo Nr.: 20/2017 Data do Processo: 24/04/2017 Data da Homologação: 16/05/2017 Sequência da Adjudicação: 8 Data da Adjudicação: 23/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 13842 Dcto Fiscal nr.: 265)

Folha: 1/1

Fornecedor: CODEJAS CIA. DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL Código: 939 Endereço: RUA JOSE FACHINI, SN FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-720 CNPJ: 00.513.208/0001-04 Inscrição Estadual:	Telefone: 3370-7696 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - Agência: 2707-3 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 3000011-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 2.305.3.3.90.00.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: Parcelada, em 12 meses, conforme a necessidade do Município Prazo Entrega/Exec.: Em até 30 dias após a entrega ou retirada de cada pedido Local de Entrega: Conforme edital - Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de EMULSÃO ASFÁLTICA e SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de saibro (macadame) para revestimento primário de vias não pavimentadas do município.	Solicitações:
--	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	2.844,000	M3	SAIBRO (8615)		9,85	28.013,40
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	28.013,40
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	28.013,40

Jaraguá do Sul, 23 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3657/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 37 Data da Adjudicação: 23/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13843)

Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME Endereço: Rua Wally Emília Mohr, 60, sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-525 CNPJ: 18.138.763/0001-69 Inscrição Estadual:	Código: 42917 Telefone: 473372-2740 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 7029-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS Centro de Custo: 14 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 37 - Manutenção das atividades do Patrimônio - (05.04.2.057.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Material para manutenção da Capela Mortuária Municipal Victorio Iazzaris e adequações do Parque Municipal de Eventos.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
96	365,00	L	TINTA LÁTEX (31848)	RESICOLOR	16,90	6.168,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	6.168,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	6.168,50

Jaraguá do Sul, 23 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3658/2017
	Processo Nr.: 62/2017 Data do Processo: 29/06/2017 Data da Homologação: 01/08/2017 Sequência da Adjudicação: 17 Data da Adjudicação: 23/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13844)

Folha: 1/1

Fornecedor: **AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL** Código: 37343 Telefone: 3372-8900
Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Banco: 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
CNPJ: 81.632.093/0004-11 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 52.922-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 176 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: No prazo de 24 horas, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de óleo diesel S10 p/abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	10.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,63	26.300,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	26.300,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	26.300,00

Jaraguá do Sul, 23 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3733/2017 Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 38 Data da Adjudicação: 25/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 14101)

Folha: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04 Inscrição Estadual: 256.765.723	Código: 42248 Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 172 - Manutenção patrimonial - Infraestrutura - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
92	60,00	UN	CHAPA DE COMPENSADO RESINADO COLA FENÓLICA VIROLA - TAM.2,20MX1,10MX17MM (28682)	NN	48,60	2.916,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	2.916,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	2.916,00

Jaraguá do Sul, 25 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3734/2017 Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 39 Data da Adjudicação: 25/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 14102)

Folha: 1/1

Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA Endereço: Rua Germano Wagner, 184 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 CNPJ: 80.443.427/0001-01	Código: 541 Inscrição Estadual: 251.609.049	Telefone: 473370-2641 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce Conta Corrente: 29548-5
--	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 192 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de brita graduada p/ manutenção de vias com pavimentação asfáltica e/ou estruturação da base de vias a serem pavimentadas.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
45	24,00	M3	BRITA GRADUADA (BRITA CORRIDA) (8687)	MINÉRIO	54,49	1.307,76
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.307,76
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.307,76

Jaraguá do Sul, 25 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3735/2017 Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 40 Data da Adjudicação: 25/10/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR
Empenho Ordinário nr.: Subempenho nr.: Dcto Fiscal nr.:	Folha: 1/1

Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME Endereço: Estrada Pirai, sn, km 3 - sala D Cidade: Joinville - SC - CEP: 89237-600 CNPJ: 06.032.884/0001-42 Inscrição Estadual:	Código: 42843 Telefone: 473439-5019 Banco: 001 - Banco do Brasil/Besc Agência: 5443-7 - Joinville-Vila Nova Conta Corrente: 59953-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de pó de brita p/confeção de tubos de concreto p/ manutenção da rede de drenagem pluvial do município.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	24,00	M3	PÓ DE BRITA (8094)	VOGELSANGEI	48,70	1.168,80
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.168,80
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.168,80

Jaraguá do Sul, 25 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3736/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 41 Data da Adjudicação: 25/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 14104)

Folha: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04 Inscrição Estadual: 256.765.723	Código: 42248 Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de cimento CP II - Z p/ confecção de tubos de concreto p/ manutenção da rede de drenagem pluvial do município.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
100	15.000,00	KG	CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACAS DE 40 E/OU 50 KG (30621)	NACIONAL	0,44	6.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	6.600,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	6.600,00

Jaraguá do Sul, 25 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 3737/2017
	Processo Nr.: 48/2017 Data do Processo: 09/06/2017 Data da Homologação: 20/07/2017 Sequência da Adjudicação: 42 Data da Adjudicação: 25/10/2017
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 14105)

Folha: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04	Código: 42248 Inscrição Estadual: 256.765.723	Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 195 - Manutenção da rede de drenagem - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos, pintura, manta geotêxtil, tela soldável e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Observações: Aquisição de ferro CA 50 3/4" p/ confecção de grelhas de bocas de lobo p/ manutenção da rede de drenagem pluvial.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
78	20,00	UN	FERRO CA 50 - 3/4" - BARRA C/12M (7957)	SIMEC	96,60	1.932,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.932,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.932,00

Jaraguá do Sul, 25 de Outubro de 2017

Assinatura do Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 10/2017**

Publicação Nº 1412343

DECRETO Nº 10/2017

Dispõe sobre Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Jaraguá do Sul.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no artigo 29 da Lei nº 7.340/2017 de 31 de janeiro de 2017:

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal no dia 03 de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO N 5237

Publicação Nº 1412709

DECRETO Nº 5237 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 6.851,31(seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, dos recursos de Outras Transferências Compensação Financeira:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0039.000000-299	
---	--

Valor: R\$ 6.851,31

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 26 de outubro de 2017
Dioclésio Ragnini
Prefeito

DECRETO N 5238

Publicação Nº 1412710

DECRETO Nº 5.238 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 20 DA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 25.000,00 (sessenta mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Município:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Proj./Atividade: 2.118 Manutenção da Frota da Secretaria Municipal de Educação
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00001.000000-123
Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 4.077.211,01 (quatro milhões, setenta e sete mil, duzentos e onze reais e um centavo), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do provável excesso de arrecadação dos

recursos oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, destinados as obras de construção do Pólo de Inovação no município de Joaçaba- Processo DSUST nº1303/2016, autorizado pelo aditivo do convênio 2014TR000740:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal Desenv.Ind.Com. Turismo e Inovação

Proj./Atividade: 1.075 Construção do centro de Inovação

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-298	
---	--

Valor: R\$ 4.077.211,01

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 26 de outubro de 2017
Dioclésio Ragnini
Prefeito

DECRETO N 5239

Publicação Nº 1412708

DECRETO Nº 5.239 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 51.548,60 (cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE 02 Coordenadoria de Planejamento
Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-03
Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039.000000-300	
---	--

Valor: R\$ 21.548,60

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE 02 Coordenadoria de Planejamento
Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-

04
Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0039.000000-161	
---	--

Valor: R\$ 21.548,60

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 26 de outubro de 2017
Dioclésio Ragnini
Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2017 - FUNREBOM

Publicação Nº 1412308

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2017 - FUNREBOM

O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dioclésio Ragnini,

o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76,

OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(eis) adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

I - Marca Renault, modelo Logan Expression 1.6 16v, tipo Automóvel, combustível Gasolina/Alcool, ano de fabricação 2017 modelo 2018, cor vermelha, chassi nº 93Y4SRFH4JJ013465, Renavam 1131441840, placa QIJ-3728, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais).

DESTINAÇÃO

O(s) bem(ns) destina(am)-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Joaçaba, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº 5.126 de 20 de outubro de 2017.

PRAZO

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Joaçaba - SC, 26 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI Prefeito Municipal de Joaçaba/ Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
---	---

EXTRATO PP 16/2017/FMS

Publicação Nº 1412148

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017/FMS

Objeto: Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 24/11/2017, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14 horas do dia 24/11/2017, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 26 de outubro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 213 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 - MARIA OZORINA DE CAMARGO**

Publicação Nº 1412369

PORTARIA Nº 213 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 228, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º. Conceder pensão por morte, a MARIA OZORINA DE CAMARGO, inscrita no CPF sob o nº 385.862.409-82, portadora do RG nº 11/R 741.914, em virtude do falecimento do servidor JARDELINO ROGÉRIO DE CAMARGO, inscrito no CPF sob o nº 295.322.649-49, portador do RG nº 11/R – 938.526, ocupante do cargo de Servente, lotado na Prefeitura Municipal de Joaçaba, matrícula nº 2064, do quadro efetivo da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal com redação dada pela da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como dos arts. 25, II, e 27, I, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de pensão vitalícia, nos termos do art. 28, § 1º, da Lei Complementar nº 99/2005, calculados na forma do art. 27, I da Lei Complementar nº 099/2005 c/c art. 40, § 7º, I da Constituição Federal, que serão pagos pelo IMPRES.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005, para a manutenção de seu valor real.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2017.

Joaçaba(SC), 26 de outubro de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 003/2017 - COMISSÃO ELEITORAL

Publicação Nº 1412158

Resolução nº. 003/2017

VANIA BRANDALIZE, Presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º - Homologar o resultado da eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba(SC) - IMPRES, quadriênio 2017/2020, conforme nominata abaixo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Representantes dos servidores da Prefeitura de Joaçaba:

TITULARES

- 01. JANETE ZANATTA
- 02. JULIANA KUSNIER
- 03. NIVIA MOREIRA BARRETO

SUPLENTE

- 04. JESIEL DE OLIVEIRA

- 05. RUBIA KAREN PROVENSI
- 06. TIAGO DUPONT GIUMBELLI

Representantes dos Servidores do SIMAE:

TITULARES

- 01. MARCOS ANTONIO BORDIN DA ROSA
- 02. ANDRE LUIZ SAUER

SUPLENTE

- 03. GIANE MARIA MARQUEZZE LECHER
- 04. VALDIRENE APARECIDA DORINI

Representantes dos Servidores Inativos:

TITULAR

- 01. SULANY DE FATIMA BORTOLOZZO WELTER

SUPLENTE

- 02. SONIA MARIS SLOGO

CONSELHO FISCAL

Representantes dos Servidores Ativos:

TITULARES

- 01. ELIANE APARECIDA CERON VIER
- 02. ANDRE LUIZ DRI

SUPLENTE

- 03. DERLI FRANCISCO DA SILVA
- 04. ADRIANO FELTRIN

- 05. Representantes dos Servidores Inativos

TITULAR

- 01. LEDA SILVA KERBER

SUPLENTE

- 02. DIVANETE MARIA TREVISOL SANGUANINI

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC) em 26 de outubro de 2017

VANIA BRANDALIZE

Presidente Comissão Eleitoral

BALANCETE FINANCEIRO 09/2017

Publicação Nº 1411811

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página: 1

SANTA CATARINA
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.742.510,11	ORÇAMENTÁRIAS	765.080,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	272.833,90	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	765.080,99
RECEITA PATRIMONIAL	700.412,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	764.494,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.199,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	586,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	545.664,82		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.399,91		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.747.894,14	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.783.663,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	178.901,35	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	179.183,89
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	766.195,82	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	801.683,12
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	802.796,97	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	802.796,97
SALDOS ANTERIORES	74.432.092,58	SALDOS ATUAIS	75.373.751,86
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	74.417.436,98	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	75.342.183,88
BANCO C/ MOVIMENTO	14.655,60	BANCO C/ MOVIMENTO	31.567,98
TOTAL	77.922.496,83	TOTAL	77.922.496,83

JOACABA, 20/10/2017

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
CONTADOR CRCSC 039259/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

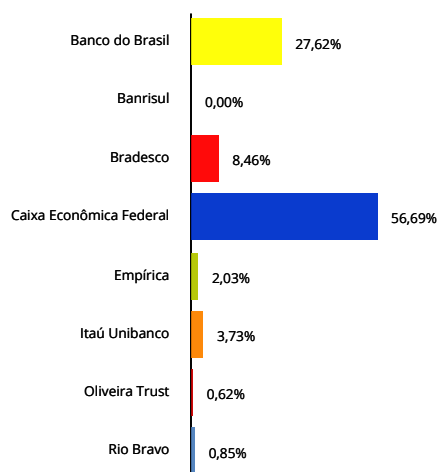
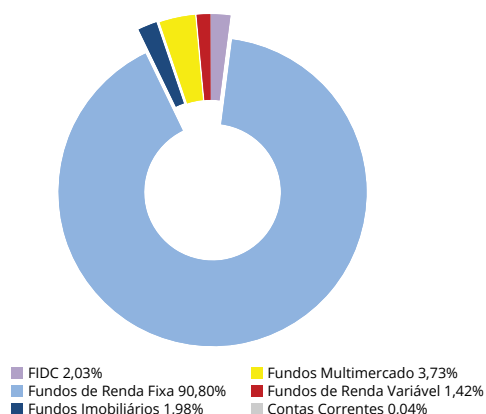
RENTABILIDADE DA CARTEIRA 09/2017

Publicação Nº 1411816

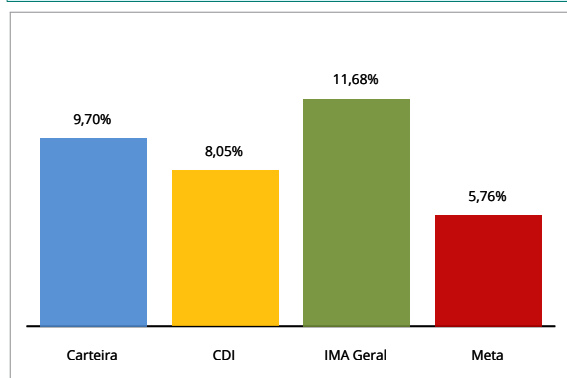
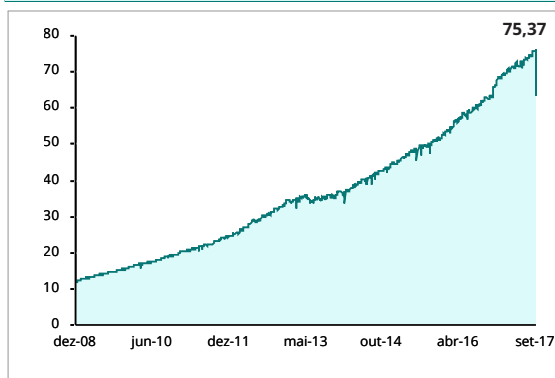

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC
Relatório da Carteira de Investimentos
SETEMBRO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira

Distribuição da Carteira por Segmento

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	0,94%	9,70%	12,70%
CDI	0,64%	8,05%	11,67%
IMA Geral	1,33%	11,68%	14,92%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,47%	5,76%	7,78%

Carteira x Indicadores em 2017

Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)


Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3027 5200
www.smiconsult.com.br



Análise Macroeconômica

Nos Estados Unidos, o destaque de setembro foi o anúncio por parte do Federal Reserve, Banco Central americano, de que reduzirá os reinvestimentos dos títulos que possui a partir de outubro. Inicialmente, a redução será da ordem de US\$ 10 bilhões por mês, que gradualmente será elevada até US\$ 50 bilhões por mês, até o último trimestre de 2018. A medida é extremamente cuidadosa, de maneira que não deve trazer choques aos mercados financeiros. Na reunião de setembro, o Fed manteve a taxa básica de juros no intervalo entre 1% e 1,25% e seus membros seguiram esperando que haveria, no total, 3 aumentos de 25 bps nos juros nos Estados Unidos neste ano – por enquanto, só houve dois. Assim, houve uma surpresa para nós e parte do mercado, uma vez que acreditávamos que não haveria um novo aumento de juro este ano, e agora essa elevação parece bastante provável. Ainda em setembro, Trump seguiu falando a respeito de seu programa de estímulo fiscal, mas ainda há algumas dúvidas no mercado a respeito de sua capacidade de aplicação deste programa.

Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu reduziu suas projeções de inflação para os próximos anos e elevou o crescimento em 2017 (de 1,9% para 2,2%). A grande expectativa do mercado é pelo anúncio do processo de redução de suas compras mensais de ativos – atualmente, as compras estão programadas para durar até dezembro deste ano, no montante de 60 bilhões de euros por mês. Assim, em outubro o mercado aguarda que o BCE sinalize como vai fazer esta redução de compras.

A China seguiu com bons resultados em setembro, ainda ajudando a tranquilizar o mercado. Para outubro, a expectativa é de que uma nova medida de aumento de liquidez seja colocada pelo país – provavelmente reduzindo os percentuais de depósito compulsório. Isso eleva a capacidade de financiamento pelos bancos e tende a melhorar o ritmo de crescimento do país.

No Brasil, setembro foi um mês em que o consenso sobre a recuperação da economia se consolidou! Uma série de dados positivos referentes ao segundo trimestre e ao mês de julho ajudaram a confirmar a percepção do mercado de que o país saiu da recessão, ainda que a melhora econômica ocorra de maneira lenta e gradual. O grande destaque foi o PIB do segundo trimestre, cujo crescimento foi de 0,2%, enquanto a expectativa era de 0,1%. Na abertura de dados, o consumo surpreendeu e registrou 1,4% de crescimento, primeira alta no trimestre desde o final de 2014. O indicador do desemprego também surpreendeu o mercado, com a taxa recuando de 12,8% para 12,6% em agosto.

O conjunto de dados positivos elevou as projeções de crescimento do produto por boa parte do mercado. No final de agosto, o PIB projetado para 2017 era de 0,39% e de 2018 era de 2%. As projeções cresceram para 0,70% e 2,38%, respectivamente, motivadas pelo resultado surpreendente do PIB. Assim, cada vez mais é claro que a retomada da economia tem como primeiro fator de sustentação o consumo e que em alguns trimestres os investimentos devem se retomar.

Também em setembro, o Banco Central divulgou o Relatório Trimestral de Inflação, que mostrou um cenário muito benigno para a inflação! Nas projeções que consideram os juros e câmbio projetados pelo mercado, a inflação esperada para o final de 2018 era de 4,1% e de 2019 de 3,9%. Este cenário imputa a Selic caindo a 7% e o dólar se apreciando até a taxa de R\$ 3,30. Já no cenário que considera o juro de mercado (Selic caindo a 7%) e o câmbio estável (dólar em R\$ 3,10), a inflação projetada para cada período fica em 4,3% e 4,2% respectivamente.

Como nossa projeção para o preço do dólar é bastante inferior à projeção de mercado, consideramos que a estimativa feita no Relatório Trimestral de Inflação utilizando o câmbio estável é a mais próxima da realidade. Além disso, os indicadores de inflação de setembro indicam claramente que a inflação no mês ficará abaixo de 0,1%. Desta maneira, acreditamos agora que há condições de a Selic cair abaixo de 7%. Assim, na reunião do Copom de outubro a Selic deve ser cortada de 8,25% para 7,5%, em dezembro de 7,5% para 7% e, por fim, em fevereiro de 2018 a Selic cairá para 6,5%, permanecendo neste nível até o final de 2018. No início de 2019 deve haver um novo ciclo de aumento de juros, que levará a Selic a até 9%.

Projeções 2017 | 2018
PIB (% de crescimento): 0,7 | 2,7
IPCA (%): 3,0 | 4,2
Meta Taxa Selic: 7,0 | 6,5



Renda Fixa

Continuamos acreditando em um cenário construtivo para o Brasil, vide a melhora dos indicadores da economia que vêm melhorando na margem. Apesar disso, devido às incertezas da agenda político-fiscal, algumas correções podem ocorrer no meio do caminho. A segunda denúncia contra o Presidente Temer trouxe alguma tensão aos mercados, junto com a decepção de que a Reforma da Previdência não deve ser votada em 2017. O cenário internacional ficou estremeado com as declarações do Presidente dos EUA, Trump, que foram encaradas pela Coreia do Norte como uma declaração de guerra. Mesmo com as tensões pontuais, o sentimento de otimismo predominou.

Apesar do cenário favorável, o real não se apreciou frente ao dólar. A moeda americana subiu 0,66% no mês, cotada a R\$ 3,168.

Ao longo do mês de setembro, a curva de juros continuou com a tendência de baixa, Jan21 caindo de 9,15% para 8,80% no período. Reforçada pelo discurso do Copom que indicou queda para as próximas reuniões apesar de sinalizar redução do ritmo. O mercado já passa a trabalhar com uma queda de 75 bps para a reunião de outubro e mais uma de 50 bps para o final do ano. Acreditamos que há grande possibilidade de haver mais uma queda de juros na primeira reunião de 2018 levando a Selic para baixo de 7%. Estamos aproveitando os movimentos de realização do mercado para voltar a aplicar nos vértices de 2019 até 2021, os mais líquidos da curva. A curva de juros reais continua com todos os vértices abaixo de 5%.

Renda Variável

Liquidez mundial amplia rally no Brasil.

Começando pelo cenário internacional, no mês de setembro, observamos a continuidade de um movimento pautado pela melhora econômica (PIB) e a baixa pressão inflacionária nos EUA e Europa. Consideramos esta situação temporária, mas também não podemos negar que ela está sendo benéfica para muitos mercados inclusive o brasileiro.

No Brasil a inflação surpreendendo para baixo contribui de maneira direta e indireta para a Bolsa; uma vez que tornam os investimentos atrelados ao CDI menos atrativos e também contribui para a diminuição da alavancagem das empresas, que tem nesse momento uma boa oportunidade para realinhar sob taxas menores, suas dívidas em CDI.

Desta forma o Ibovespa subiu no mês em torno de 5%, chegando na cotação máxima em 7%, renovando máxima histórica pela primeira vez após a máxima de abril de 2008 em 73516 pontos; porém perdeu força devido a transição de expectativa da situação política entre, a euforia dos investidores após a perda de força do PGR Rodrigo Janot com a controversa delação dos irmãos Batista, contra a volta para a realidade com o foco voltando para a continuidade das reformas fiscais do país.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0014/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1401414

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0014/2017
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0033/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2017
PROTOCOLO Nº 1473/2017

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de asfalto usinado a quente (CBUQ) para reposição de pavimentos asfálticos removidos em função de conserto de redes de água e esgoto do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Britagam Gaspar Ltda

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ) Concreto Betuminoso Usinado a Quente, composto por agregados graduados e material asfáltico. O CAP 50/70 a ser utilizado deverá atender a especificação técnica da Resolução nº 19/2005, da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis. A composição da mistura dos agregados (grãos, miúdos e filler) deverá se enquadrar na faixa "C", da especificação da NORMA DNIT 031/2006 – ES, conforme tabela abaixo:	TN	250	270,00
2	EMULSÃO ASFALTO RR - 1C Emulsão asfáltica RR-1C, utilizado para pintura de ligação na aplicação do novo revestimento betuminoso, que atenda aos requisitos da Norma DNER EM 369/97.	LT	800	3,50

VIGÊNCIA: 27/07/2017 a 26/07/2018.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 27 de outubro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO JHL0058/2017

Publicação Nº 1412612

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 58/2017 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 68/2017 Processo de Licitação: 68/2017 Data do Processo: 22/09/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 68/2017
b) Licitação Nr.: 58/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/10/2017
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES A SER INSTALADO NA ELEVATÓRIA DE ESGOTO SANITÁRIO DENOMINADA EEH001.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

1 QUADRO DE COMANDO DE MOTORES COM MEDIDAS APROXIMADAS 1900MMX1600MMX600MM. - Marca: AUTOMATIC	UN	1,00	0,0000	37.999,00	37.999,00
Total do Fornecedor:					37.999,00
Total Geral:					37.999,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 58/2017 - PR**Processo Administrativo: 68/2017
Processo de Licitação: 68/2017
Data do Processo: 22/09/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-----
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO TP 0005/2017

Publicação Nº 1412016

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2017 - TP
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 02/08/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 59/2017
b) Licitação Nr.: 5/2017-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 25/10/2017
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE VILA KENNEDY, MUNICÍPIO DE LUZERNA E SERRA ALTA, NO MUNICÍPIO DE HERVAL D OESTE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA (6727)**

1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ETAPA CONSTRUTIVA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, COM EXTENSÃO TOTAL DE 4.800,00 METROS, INCLUINDO EXECUÇÃO DE TRÊS VÁLVULAS REDUTORAS DE PRESSÃO, E REGULARIZAÇÃO DE ESTRADA DE TERRA. - Marca: ANDRADE	SV	1,00	0,0000	407.334,30	407.334,30
---	---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 407.334,30

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**TOMADA DE PREÇO**

Nr.: 5/2017 - TP

Processo Administrativo: 59/2017
Processo de Licitação: 59/2017
Data do Processo: 02/08/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 2****ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA (6727)**

2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ETAPA CONSTRUTIVA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE VILA KENNEDY, MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC, COM EXTENSÃO TOTAL DE 2.285 METROS, INCLUINDO EXECUÇÃO DE CINCO VÁLVULAS REDUTORAS DE PRESSÃO, E REGULARIZAÇÃO DE ESTRADA DE TERRA. - Marca: ANDRADE	SV	1,00	0,0000	149.417,00	149.417,00
---	---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 149.417,00**Total Geral: 556.751,30**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (32)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

Portaria 175/2017

Publicação Nº 1412215

PORTARIA Nº 275, de 13 de setembro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LUIS CESAR SCHMITZ, relativas aos períodos aquisitivos de 09/02/2015 a 08/02/2016 (10 dias) e 09/02/2016 a 08/02/2017 (20 dias), que serão usufruídas no período de 13/09/2017 a 12/10/2017 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de setembro de 2017.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 268/2017

Publicação Nº 1412155

PORTARIA Nº 268, de 28 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) DIEGO WES-TPHAL, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017, que serão usufruídas no período de 28/08/2017 a 06/09/2017 (10 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 28 de agosto de 2017.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 269/2017

Publicação Nº 1412159

PORTARIA Nº 269, de 28 de agosto de 2017.

“CONSIDERAR DIAS NÃO TRABALHADOS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

Considerando que:

a-) O Servidor em questão já havia sido afastado por licença para tratamento de saúde conforme portaria 235/2017 gozando o período de carência;

b-) O Servidor em questão apresentou atestado médico de afastamento por tempo indeterminado no dia 19/07/2017 com o mesmo CID em um período inferior a 60 dias;

c-) O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS indeferiu o benefício de auxílio-doença por não constatar incapacidade laborativa após realização de perícia;

RESOLVE,

Art. 1º Considerar como dias não trabalhados o período de 19/07/2017 a 30/08/2017, (43) dias, relativos ao período de afastamento do servidor GEISON DERINGER.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 28 de agosto de 2017.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 270/2017

Publicação Nº 1412162

PORTARIA Nº 270, de 28 de agosto de 2017.

“DESIGNAR FUNÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Fica designada a servidora GRAZIELLE GIRARDI, função psicóloga, lotada 40 (quarenta) horas, para exercer suas funções da seguinte forma:

I – 16 (dezesesseis) horas junto a Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – 24 (vinte e quatro) horas junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 155 de 10 de novembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 28 de agosto de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 271/2017

Publicação Nº 1412165

PORTARIA Nº 271, de 04 de setembro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) TIAGO GRI-BOSKI, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2015 a 31/08/2016, que serão usufruídas no período de 04/09/2017 a 23/09/2017 (20 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 272/2017

Publicação Nº 1412297

PORTARIA Nº 272, de 05 de setembro de 2017.

“EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I, § 1º, II da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder exoneração ao Servidor NADIR GONCALVES, admitido por meio da Portaria nº. 327/2013, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras – DAS-1, a partir de 05 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 05 de setembro de 2017.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 273/2017

Publicação Nº 1412169

PORTARIA Nº 273/2017, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013 no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 54/2017, expedido por esta municipalidade;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados como fiscais de contratos administrativos

I - Designar o Servidor DIEGO WESTPHAL, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, e-mail: engenharia@pmjb.sc.gov.br, fone: 47-3352-7111, para atuar como fiscal de contrato na área das contratações de Obras e Serviços de Engenharia e tendo como seu substituto o Servidor Otavio Georg Junior, ocupante do cargo de Engenheiro Florestal, e-mail: defesacivil@pmjb.sc.gov.br, fone: 47-3352-7181 ;

II - Designar a Servidora GRACIELE LANZMASTER, ocupante do cargo de Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47-3352-7166, para atuar como fiscal de contrato na área das contratações de fornecimento de materiais médico hospitalares e tendo como sua substituta a Servidora Cristiane Amarante ocupante do cargo de Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7166;

III - Designar o Servidor JEFFERSON KLEBER KLABUNDE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7166, para atuar como fiscal de contrato na área das contratações de fornecimento de medicamentos e tendo como sua substituta a Servidora Graciele Lanzmaster, ocupante do cargo de Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7166;

IV - Designar a Servidora MARILEIA FUSINATO, ocupante do cargo de Nutricionista, e-mail: nutricao@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7030, para atuar como fiscal de contrato na área de fornecimento de insumos para o preparo da merenda escolar e tendo como sua substituta a Servidora Anna Paula de Oliveira, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, email, educacao@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7030;

V - Designar o Servidor ADEMAR DA CUNHA, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, e-mail: obras@pmjb.sc.gov.br, fone 3352-7397 para atuar como fiscal de contrato na área das contratações dos serviços terceirizados de transporte escolar e de fornecimento de Peças e Mão de Obra Mecânica para manutenção da frota da Secretaria de Educação, Obras e Agricultura e tendo como seu substituto o Servidor Daniel Reinert, cargo de Agente Administrativo Operacional, email obras@pmjb.sc.gov.br, fone 3352-7397;

VI - Designar o Servidor JULIANO LEITE, ocupante do cargo de Administrador, e-mail: planejamento@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7111, para atuar como fiscal de contrato na área das demais contratações de fornecimento de bens e serviços não mencionadas anteriormente, e tendo como seu substituto a Servidora Morgana K. Rech, ocupante do cargo de Agente Administrativo operacional, e-mail: compras@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7111.

Art. 2º Para orientação, treinamento e adequação dos referidos fiscais, a presente Portaria entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 11 de Setembro de 2017
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Portaria 274/2017

Publicação Nº 1412175

PORTARIA Nº 274, de 11 de setembro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) GENESIO LUNELLI, relativas ao período aquisitivo de 17/02/2017 a 16/02/2018, que serão usufruídas no período de 11/09/2017 a 25/09/2017 (15 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 11 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 276/2017

Publicação Nº 1412296

PORTARIA Nº 276, de 13 de setembro de 2017.

“LICENÇA MATERNIDADE”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município e amparado no Art. 125 da Lei nº 170/1992, alterado pela Lei 961/2013.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta)

dias a servidora JUCELIA GISLON, no período de 13/09/2017 a 11/03/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 277/2017

Publicação Nº 1412274

PORTARIA Nº 277, de 18 de setembro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MATHEUS MARQUES BRAGA AMADO DE CERQUEIRA, relativas ao período aquisitivo de 05/03/2017 a 04/03/2018, que serão usufruídas no período de 18/09/2017 a 02/10/2017 (15 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 18 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 278/2017

Publicação Nº 1412283

PORTARIA Nº 278, de 21 de setembro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) VALDECI CIMARDI, relativas ao período aquisitivo de 24/01/2016 a 23/01/2017, que serão usufruídas no período de 21/09/2017 a 20/10/2017 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 21 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 279/2017

Publicação Nº 1412290

PORTARIA Nº 279, de 21 de setembro de 2017.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ADEMAR JAHRIG JUNIOR, relativas aos períodos aquisitivos de 01/07/2015 a 30/06/2016 (15 dias) e 01/07/2016 a 30/06/2017 (15 dias), que serão usufruídas no período de 21/09/2017 a 20/10/2017 (30 dias), de acordo com o que estabelece a seção I do capítulo II da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 21 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 280/2017

Publicação Nº 1412295

PORTARIA Nº 280, de 21 de setembro de 2017.

“NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c o artigo 11, II da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear ALCEBIADES VENDRAMI, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras – DAS-1, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de José Boiteux a partir de 06 de setembro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a partir de 06 de setembro de 2017, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 21 de setembro de 2017.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2017

Publicação Nº 1412723

DECRETO MUNICIPAL Nº 029 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

“Declara como sendo inservíveis os bens que especifica”

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito do Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados como inservíveis ao uso do município e determina a desafetação do patrimônio municipal, bem como sua alienação, por meio de Leilão Público, os seguintes bens:

I. Um veículo, marca Volkswagen, modelo Saveiro CL 1.6 mi, cor branca, ano fabricação 1999, ano modelo 1999, combustível gasolina, placa MAM-3893, chassi 9bwzzz376xp512821,renavam 718457439.

II. Uma carregadeira, modelo Michigan III, ano 1976, marca Clark.

III. Uma carreta agrícola basculante com carroceria de madeira na cor verde, modelo b-970, capacidade 04 toneladas, marca Vencedora, fabricante Maqtron importação e exportação Ltda.

IV. Uma colheitadeira, modelo 3640, ano 2000, marca Massey Ferguson, fabricante AGCO do Brasil, equipado com plataforma de corte 13 e plataforma para colheita de milho, modelo Brava, fabricante Stara Indústria de Implementos Agrícolas.

V. Uma Plataforma para colheita de milho, modelo Brava, fabricante Stara s.a ind. de implementos agrícolas.

VI. Um Trator agrícola de rodas, modelo 290, marca Massey Ferguson.

VII. Um distribuidor de adubo orgânico e calcário, modelo dse 4.0, número de série 000324337, fabricação 2000, fabricante Ipacol.

VIII. Um distribuidor de adubo orgânico líquido lobular, modelo dl 2.0, número de série 178020618, ano fabricação 2002, fabricante Ipacol.

IX. Um distribuidor de adubo líquido IAC 3000 litros.

X. Dois distribuidores de adubo líquido IAC 4000 litros.

XI. Um distribuidor de adubo seco Mepel.

XII. Um distribuidor de adubo líquido marca IAC 5000 litros.

XIII. Um Balcão em cerejeira com dez portas pequenas, sendo cinco em cada lado.

XIV. Um armário em cerejeira, com seis portas, com uma prateleira.

XV. Um balcão com 2 portas com pia pequena.

XVI. Uma estante de ferro pequena, cor branca.

XVII. Duas mesas para máquina de escrever, com suporte lateral e uma gaveta, com estrutura em ferro na cor preta e rodinhas.

XVIII. Uma mesa para impressora revestida em fórmica na cor bege.

XIX. Um armário em cerejeira, com duas portas de correr com vidro e duas prateleiras.

XX. Um balcão de cozinha em MDF, na cor branca, com quatro portas e quatro gavetas, com tampo de mármore com duas cubas.

XXI. Uma escrivaninha em cerejeira, com três gavetas e teclado retrátil.

XXII. Uma mesa para reuniões, formato oval, revestida em fórmica na cor bege, com estrutura em metal na cor bege.

XXIII. Um armário em cerejeira, com duas portas e vinte divisões.

XXIV. Um arquivo de aço com quatro gavetas deslizantes para pastas a-z, na cor verde, marca Isma.

XXV. Três estantes de aço, com cinco prateleiras, na cor cinza.

XXVI. Uma estante de aço, com uma prateleira, na cor branca

XXVII. Um armário em cerejeira, com duas portas e dezesseis divisões.

XXVIII. Um armário de cozinha revestido em fórmica na cor branca, com três portas revestidas em fórmica na cor amarela.

XXIX. Um balcão em cerejeira, com duas portas, com estrutura em madeira.

XXX. Uma estante em cerejeira, com três portas e três gavetas e duas prateleiras, fabricante Eloy Kern.

XXXI. Uma estante de aço, com quatro prateleiras, na cor cinza.

XXXII. Uma mesa para máquina de escrever em imbuia, com suporte lateral, com estrutura em madeira.

XXXIII. Uma mesa em imbuia, com três gavetas e um porta objetos retrátil, com estrutura em ferro na cor preta.

XXXIV. Uma cozinha completa cuba inox preta.

XXXV. Uma mesa para computador de cor bege.

XXXVI. Uma cadeira estofada, revestida em curvim com costura na cor preta, com estrutura em ferro na cor preta.

XXXVII. Um monitor 15", modelo StudioWorks 440, marca LG, na cor branca.

XXXVIII. Um relógio ponto, modelo cb 5, marca ponto system.

XXXIX. Um aparelho de fax, modelo personal fax275, marca Brother.

XL. Três estabilizadores eletrônicos, modelo Revolution III I, fabricante SMS tecnologia eletrônica Ltda.

XLI. Um nobreak, modelo mini, fabricante NHS sistemas eletrônicos Ltda.

XLII. Um Microcomputador intel pentium IV, 3.00ghz, 1,00GB de RAM, com sistema operacional Windows XP, com leitor e gravador de CD/DVD marca LG, com drive 1.44, com gabinete na cor preta com detalhes na cor cinza.

XLIII. Um Notebook, modelo Compaq nx9010, marca HP, com processador intel pentium 4, sistema operacional Windows XP.

XLIV. Um microcomputador Asus Fortrek.

XLV. Três Microcomputadores (CPU) da marca Positivo.

XLVI. Uma máquina de escrever, modelo Linea 98, marca Olivetti.

XLVII. Dois estabilizadores enermax.

XLVIII. Um microcomputador (CPU) modelo LG.

XLIX. Um nobreak marca SMS.

L. Uma impressora multifuncional, modelo Photosmart c4280 all-in-one, marca HP, na cor branca com detalhes cinza.

LI. Uma impressora Xerox multifuncional a laser 3550.

LII. Uma impressora HP c4480.

LIII. Uma impressora HP D1560.

LIV. Uma impressora Lexmark e323.

LV. Um monitor 17", marca Sansung.

LVI. Um monitor 15", marca LG.

LVII. Uma caixa de som multiuso amplificadora.

LVIII. Uma central telefônica Digistar.

LIX. Um microondas Panasonic.

LX. Um refrigerador, modelo 280, marca Consul, na cor bege.

LXI. Um fogão industrial a gás com seis bocas, com forno, marca Venax, na cor branca.

LXII. Dois ventiladores houston, com três pás cor cinza e base branca.

LXIII. Um aquecedor, modelo aqa, fabricante Arno.

LXIV. Um aquecedor, modelo 2000w, fabricante Nilko.

LXV. Uma lavadora de roupas, modelo plus, fabricante Mueller eletrodomésticos s.a., na cor branca.

LXVI. Um fogão a gás com quatro bocas, modelo Dona Benta, marca Brascar, na cor branca.

LXVII. Um Fogão a gás com seis bocas, modelo Supremo Royal Gold, marca Geral, na cor marrom

LXVIII. Um fogão a gás com quatro bocas, modelo Guarujá, marca Esmaltec, na cor marrom.

LXIX. Uma máquina de lavar roupa Electrolux.

LXX. Uma máquina de lavar roupa Esmaltec.

LXXI. Um lava jato Eletroplas.

LXXII. Uma cadeira escolar pequena revestida em fórmica, com estrutura em ferro na cor cinza.

LXXIII. Uma carteira escolar revestida em fórmica na cor verde, com estrutura em ferro na cor cinza.

LXXIV. Uma cadeira escolar pequena revestida em fórmica, com estrutura em ferro na cor preta

LXXV. Duas carteiras escolares pequenas revestidas em fórmica na cor bege, com estrutura em ferro na cor preta.

LXXVI. Três cadeiras escolares revestidas em fórmica cerejeira, com estrutura em ferro na cor cinza.

LXXVII. Três cadeiras escolares revestidas em fórmica, com estrutura em ferro na cor cinza.

LXXVIII. Um quadro escolar, na cor branca.

LXXIX. Uma carteira escolar em madeira, com estrutura em ferro na cor preta.

LXXX. Quinze cadeiras de plástico, na cor preta.

Art. 2º - Fica designado o Senhor JULIO RAMOS, Leiloeiro Oficial como Leiloeiro para o ato, o qual deverá vender os bens pelo melhor preço, observando como preço mínimo de venda aquele a ser indicado por avaliação, por comissão especialmente designada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lacerdópolis/SC, 26 de outubro de 2017.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

PP 107/2017 PML, PP 106/2017 PML

Publicação Nº 1412180

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 107/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto para Manutenção e Conservação de Vias não Pavimentadas nas Áreas do Interior do Município de Lages.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 13/11/2017 às 09h

Valor Estimado: R\$ 674.970,00 (seiscentos e setenta e quatro mil novecentos e setenta reais).

Modalidade: Pregão Presencial 106/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de Empresa, para Fornecimento de Mão de Obra, destinada à Manutenção e Conservação de Pontes em Madeira, nas Áreas do Interior do Município de Lages.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 13/11/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 213.536,00 (duzentos e treze mil quinhentos e trinta e seis reais).

Os Editais serão disponibilizado no site www.lages.sc.gov.br, sem ônus, ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 27 de outubro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.937/2017

Publicação Nº 1412737

DECRETO Nº 4.937/2017, de 23 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2017 do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão, oitocentos mil reais) no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes classificações:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.710 – Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar - FAEC

Elemento da Despesa: 85 3.3.90.39.00.00.00.00.01.01 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.800.000,00

Art. 2º Para atender a abertura de crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) oriundo do superávit financeiro da fonte de recurso 0101 – Fundo a Fundo Federal – MAC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.938/2017

Publicação Nº 1412738

DECRETO Nº 4.937/2017, de 23 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo de Emergência da Defesa Civil e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo de Emergência da Defesa Civil, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 24 – Fundo de Emergência da Defesa Civil

Unidade: 01 – Fundo de Emergência da Defesa Civil

Projeto/Atividade: 6.000 – Implementar e Manter um Sistema Permanente de Defesa Civil no Município

Elemento da Despesa: 261 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0034 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do excesso de arrecadação da Receita 4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 – Outras Transferências de Convênios da União - R\$ 25.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.939/2017

Publicação Nº 1412741

DECRETO Nº 4.939/2017, de 23 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, no Fundo Municipal de Assistência Social de R\$ 6.900,00 (Seis mil e novecentos reais), na seguinte dotações:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 26 – 3.3.90.30.00.00.00.00 00.01.0035 – Material de Consumo - R\$ 6.900,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 23 – 3.1.90.11.00.00.00.00 00.01.0035 – Vencimentos e Vantagens Fixas pessoal Civil - R\$ 6.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.940/2017

Publicação Nº 1412744

DECRETO Nº 4.940/2017, de 23 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e em conformidade com o artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil), na seguinte classificação:

Órgão: 9 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.039 – Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental – Salário Educação

Elemento da Despesa:

75 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0006.000000 – Outros serviços de terceiro – Pessoa jurídica – R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes da anulação, na seguinte classificação:

Órgão: 9 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.039 – Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental – Salário Educação

Elemento da Despesa:

77 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0006.000000 – Equipamentos e Material Permanente

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 974/2017

Publicação Nº 1412573

PORTARIA RH Nº 974/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, CLEBER GUEDES MATTOS Odontólogo, do dia 05.10.2017 a 03.11.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Outubro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 979/2017

Publicação Nº 1412582

PORTARIA RH Nº 979/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JUCEMAR MONTEIRO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 16.10.2017 a 15.11.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 985/2017

Publicação Nº 1412586

PORTARIA RH Nº 985/2017

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ALBERTO LUIZ ROSA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 10.10.2017 a 08.11.2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Outubro de 2017.

JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 986/2017

Publicação Nº 1412590

PORTARIA RH Nº 986/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, JURACI DE SOUZA MARTINS do cargo em comissão de Coordenador de Abrigos Sociais, DAF 4, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 987/2017

Publicação Nº 1412593

PORTARIA RH Nº 987/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora KAMILA ANTÔNIO DA SILVA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 25.09.2017 a 24.10.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 988/2017

Publicação Nº 1412595

PORTARIA RH Nº 988/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 02.01.17 a 31.01.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Conceição Aparecida Angelico	2016/2017
Jacqueline de Oliveira Silva	2013/2014
Juliana Leal de Freitas José	2016/2017
Maria Macarena Chavaria Rodrigues	2016/2017
Maria Ondina Vieira Farias	2016/2017
Megalvio Palma Fernandes	2016/2017
Rosângela Aparecida Nunes Machado	2016/2017
Vera Lúcia Gross de Jesus	2016/2017

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 989/2017

Publicação Nº 1412597

PORTARIA RH Nº 989/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 16.10.17 a 14.11.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Carlos Felipe Schmidt	2015/2016

José Mauricio Junior	2015/2016
Maria Aparecida Cardoso Francisoni	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 990/2017

Publicação Nº 1412599

PORTARIA RH Nº 990/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor SÉRGIO MATIAS PEREIRA, Assistente de Administração, do dia 09.10.2017 a 07.11.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 991/2017

Publicação Nº 1412603

PORTARIA RH Nº 991/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR VANESSA VIEIRA MARTINS do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 992/2017

Publicação Nº 1412607

PORTARIA RH Nº 992/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Outubro de 2017 a 14 de Janeiro de 2018, ao Servidor VOLNEI CARDOSO DA ROSA, Motorista, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 993/2017

Publicação Nº 1412611

PORTARIA RH Nº 993/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, RENATO AUGUSTO VIANNA Motorista, do dia 16.10.2017 a 15.11.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Outubro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 994/2017

Publicação Nº 1412617

PORTARIA RH Nº 994/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO GISLAINE DE SOUZA RIBEIRO do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família na localidade de Ribeirão Pequeno, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Outubro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 995/2017

Publicação Nº 1412619

PORTARIA RH Nº 995/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 0125.0005878/2016;

RESOLVE:

Alterar o exercício da servidora FERNANDA MARTINS MASIERO, Secretário de Escola, de provimento efetivo, 40 horas semanais da E.E.B. Nininha Guedes dos Reis, para o C.E.I. Bairro Progresso, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Outubro de 2017.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PREGAO_05_17_FMS

Publicação Nº 1412068

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 05/2017-FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério do menor preço por item,, para a aquisição de medicamentos advindos de demandas judiciais, no dia 09 de novembro de 2017 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 26 de outubro de 2017.

Samantha Claudino Sampaio/ Pregoeira

Lebon Regis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº TP08/2017**

Publicação Nº 1412472

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº TP08/2017

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº027/2017, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo "TÉCNICA E PREÇO", sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização e processamento de Processo Seletivo para a realização de seleção de candidatos para provimento de vagas temporárias de Nível Fundamental, Médio e Superior do Poder Executivo do Município de Lebon Régis, bem como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, conforme especificações contidas neste instrumento. O Edital na íntegra encontra-se

disponível no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes nº. 01, 02 e 03, respectivamente "HABILITAÇÃO", "PROPOSTA TÉCNICA" e "PROPOSTA FINANCEIRA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até às 09h00min do dia 27 de novembro de 2017. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 26 de outubro de 2017.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS - Presidente.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ATA DE RETOMADA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TP06/2017

Publicação Nº 1412362

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**ATA DE RETOMADA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

OBJETO RESUMIDO: Contratação de empresa especializada para execução de reparos da cobertura e do revestimento cerâmico da Unidade Básica de Saúde Central, bem como serviços de pintura interna e externa desta Unidade de Saúde e da situada no bairro Núcleo Rio Doce, incluindo o fornecimento de materiais, conforme Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Aos 25/10/2017, na cidade de Lebon Régis-SC, na sala de reuniões do Paço Municipal, sito na Rua Artur Barth, 300, Centro, às 09h00min, em sessão pública, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitações, nomeadas pelo Decreto n.º 027/2017, com a finalidade de julgar as Propostas do procedimento Licitatório Administrativo nº 52/2017- Tomada de Preços Nº TP06/2017, cujo objeto descrito acima e conforme especificações contidas no Edital o critério de julgamento é Global. Contudo os interessados serem avisados inclusive por telefone, nenhum dos licitantes se fizeram presentes.

Ficando habilitada a empresa: 1570 - FEMAKS CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA 81.301.350/0001-90, conforme decisão proferida pela Autoridade Competente no dia 19/10/2017 e Publicada em Diário Oficial dos Municípios em edição de Nº 2368, a Comissão Permanente de Licitações retoma a fase de julgamento das Propostas. Foi realizada a abertura do envelope que restava lacrado e a proposta foi colocada à disposição dos presentes para exame. Após conferência constatou-se que a empresa apresentou a proposta de acordo com o edital. As empresas foram assim classificadas:

Colocação	Credor/Fornecedor	Valor Total (R\$)
1	1570 - FEMAKS CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA	26.760,74
2	4966 - GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA- EPP	27.554,98
3	4959 - CONSTRUPEJC CONTRUCOES LTDA - ME	32.324,45
4	4965 - MITRA CONSTRUTORA LTDA-ME	33.500,00
5	4958 - J.O CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA-ME	35.293,76
6	4756 - LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	40.000,04

A empresa 1570 - FEMAKS CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA, foi declarada vencedora. Ficam as licitantes INTIMADAS a partir da publicação desta em Diário Oficial dos Municípios para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, as licitantes que julgarem necessário, apresentem recursos quanto a fase de julgamento das Propostas de Preços. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes na sessão. JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS-Presidente
VANIA REGINA MARAFFON-Membro
CRISTYAN ANDREY PIERDONÁ-Membro

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº TP09/2017

Publicação Nº 1412496

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº TP09/2017

O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº027/2017, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo "TÉCNICA E PREÇO", sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização e processamento de Processo Seletivo e de Concursos Públicos para a realização de seleção de candidatos para provimento de vagas temporárias de Nível Fundamental, Médio e Superior do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, bem como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços, conforme especificações contidas neste instrumento. O Edital na íntegra encontra-se disponível no site www.lebonregis.sc.gov.br.

Os envelopes nº. 01, 02 e 03, respectivamente "HABILITAÇÃO", "PROPOSTA TÉCNICA" e "PROPOSTA FINANCEIRA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até às 09h00min do dia 28 de novembro de 2017. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 26 de outubro de 2017.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS - Presidente.

LEI MUNICIPAL Nº 1.599, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412469

LEI MUNICIPAL Nº 1.599, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E O HOSPITAL E MATERNIDADE SANTO ANTÔNIO A FIRMAR PARCELAMENTO DE DÉBITOS JUNTO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.485/2017".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Lebon Régis e o Hospital e Maternidade Santo Antônio a firmar parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda nacional, com base na Lei Federal nº. 13.485, de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º O Parcelamento poderá ser realizado conforme disposto no artigo 2º da Lei Federal nº. 13.485/2017, em até duzentas parcelas.

Art. 3º O pedido de parcelamento deverá ser realizado até 31/10/2017, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº. 13.485/2017.

Art. 4º Fica autorizada a retenção no Fundo de Participação dos Municípios e o repasse a União do valor correspondente às obrigações correntes dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento.

Art. 5º O Poder Executivo durante o prazo do acordo do parcelamento consignará nos orçamentos anual e plurianual, dotações suficientes ao cumprimento da obrigação, se necessário for.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 25 de outubro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO.

Lebon Régis (SC), 26 de outubro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI Nº 1332/2017

Publicação Nº 1412687

LEI N.º 1.332, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

"RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO, OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o direito à indenização a ANTONIO OSNI SMANIOTO, CPF: 721.540.209-68, na forma do Protocolo/Interno 113/2017, anexo e inseparável da presente Lei, bem como autorizado o seu pagamento, através dos orçamentos apresentados e a ata de acordo realizado.

Art. 2º Fica autorizado o Município realizar o pagamento de indenização por acidente de trânsito ao proprietário do veículo ou seu procurador, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) referente aos danos materiais ocorridos no veículo Caminhão Mercedes Benz, cor amarela, placa MBZ 5589, ano 2000 conforme apresentado no mencionado Processo Administrativo.

Art. 3º A despesa desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1333/2017

Publicação Nº 1412689

LEI N.º 1.333 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO §13 DO ART. 13 DA LEI MUNICIPAL Nº 939 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Parágrafo §13, do Art. 13 da Lei Municipal nº 393 de 18 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

(..)

§ 13. O Prefeito Municipal será o ordenador das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, podendo delegar esta competência ao Secretário de Assistência ou ao Coordenador do CRAS ou ao Diretor de Assistência Social, desde que faça a designação de um deles, mediante Portaria ou Decreto, ficando responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros, inerentes ao cargo:"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1334/2017

Publicação Nº 1412693

LEI N.º 1.334 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional especial no Orçamento Fiscal Vigente no valor de até R\$ 7.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Função	26	Transporte	7.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	7.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	7.000,00
Atividade	1.049	Construção de Ponte de Concreto - Rib. dos Ovos	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	3.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Atividade	1.050	Construção de Ponte de Concreto - Alto Vargedo	4.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			7.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Função	12	Educação	7.000,00
Sub-função	306	Alimentação e Nutrição	7.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.000,00
Projeto/Atividade	2.011	Merenda Escolar - Ensino Fundamental	2.420,29
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.420,29
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.420,29
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.420,29
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.420,29
Projeto/Atividade	2.012	Merenda Escolar - Ensino Infantil	1.833,62
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.833,62
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.833,62
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.833,62
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.833,62
Projeto/Atividade	2.040	Merenda Escolar - Creche	2.746,09
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.746,09
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.746,09
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.746,09
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.746,09
TOTAL DA ANULAÇÃO			7.000,00

Art. 3º Fica Revogada a Lei n.º 1.329 de 17 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 57/2017

Publicação Nº 1412589

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para prestação de serviços de pintura de sinalização de trânsito, no dia 10 de novembro de 2017, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 166/2017

Publicação Nº 1411978

DECRETO Nº 166/2017
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 115/2017 em 16 de outubro de 2017, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 115/2017, na modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE, COMPOSTO POR MÓDULOS QUE PERMITEM O LANÇAMENTO DOS PROCEDIMENTOS E OUTROS PROCESSOS EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE E SEUS ESF'S.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 26 de outubro de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 165/2017

Publicação Nº 1412056

DECRETO Nº165/2017
HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2017

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 007/2017, para contratação de Estagiários.

Art. 2º -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 24 de outubro de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

EDITAL 125/2017

Publicação Nº 1412310

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 125/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 09/11/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 09/11/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 26 de Outubro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL 126/2017

Publicação Nº 1412446

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO N.º 126/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE PERMITIR A EXPLORAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO DE ESPAÇO PÚBLICO DE EVENTO DENOMINADO "NATAL NA PRAÇA". Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 27/11/2017; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 27/11/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 26 de outubro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2309/2017

Publicação Nº 1412042

LEI Nº 2309 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS do Município de Lontras e dá outras providências.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitada às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18 da Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18 da Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos àqueles que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18 da Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES****SEÇÃO I****DOS PRINCÍPIOS**

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS NO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA GESTÃO

Art. 6º A Gestão das ações na Área de Assistência Social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social, administrado pelo Gestor- Secretário Municipal de Assistência Social, apoiado por equipe técnica multidisciplinar do Órgão Gestor.

Art.7º Constituem serviços de natureza continuada dos profissionais técnicos do Órgão Gestor:

I - Gestão dos Benefícios socioassistenciais: responsável pela organização e concessão dos benefícios socioassistenciais de forma eventual após encaminhamento pelos serviços de Proteção Social básica, média e alta complexidade. Benefícios eventuais: é uma modalidade de provisão de Proteção Social Básica de caráter suplementar e temporária, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos. Entende-se por benefício eventual, o benefício que se destina aos cidadãos e familiares com impossibilidade de arcar por conta própria com enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

II - Apoio técnico aos Conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social: O apoio técnico aos Conselhos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social serão realizados tanto nos momentos das reuniões bem como na modalidade de assessoramento aos presidentes e conselheiros sobre assuntos e documentos relacionados aos Conselhos Municipais.

III- Vigilância Socioassistencial: exerce papel fundamental para o planejamento e execução da Política de Assistência Social nos municípios, visando à consolidação e qualificação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. De acordo com a LOAS, a Vigilância Socioassistencial é um dos objetivos da política da Assistência Social e é definida como um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território, através de mapeamento, diagnóstico, monitoramento e avaliação. Ainda, segundo a NOB/SUAS/2012, a Vigilância Socioassistencial é uma função da Política de Assistência Social, comprometida com a produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS. O principal foco é analisar informações de cada município sobre a situação de vulnerabilidade e risco social das famílias e indivíduos e também analisar sobre os padrões de qualidade e oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais.

IV- Serviço de Proteção em situações de calamidade pública e de emergências.

Parágrafo 1º O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Parágrafo 2º Entende-se como ações assistenciais em caráter emergência, aquelas provenientes de situações provocadas por eventos naturais ou não, advento de riscos e perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- a) Riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- b) Perdas: privação de bens e de segurança material;
- c) Danos: agravos sociais;
- d) Desastres: situações de emergência e de calamidade pública;
- e) De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Parágrafo 3º Para fins do serviço mencionado no inciso IV acima, entende-se por situação de emergência e calamidade pública aquela reconhecida pelo poder público de situação anormal, advindas de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, desabamentos, incêndios, epidemias, situações que causam danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou a vida de seus integrantes.

Art. 8º O serviço desenvolvido no Órgão Gestor instalado no Município deve funcionar com apoio da rede de Proteção Social básica, média e alta complexidade, com ações intersetoriais articuladas.

§ 1º O funcionamento do Órgão Gestor deverá ser no mínimo cinco dias na semana e oito horas diárias.

§ 2º A estrutura física do Órgão Gestor deve ser composta de no mínimo:

- I – Recepção;
- II – Gabinete do Gestor e/ou Secretário;
- III - Sala administrativa;
- IV – Sala para os técnicos psicólogo e Assistente Social;
- V – Banheiros;
- VI - Copa/Cozinha;
- VII - Sala de Reuniões;
- VIII – Almoxarifado;

§ 3º A equipe técnica do Órgão Gestor Municipal, além do Gestor/Secretário Municipal, terá obrigatoriamente a seguinte composição, ressaltada a necessidade de ampliação por ato do Poder Executivo Municipal:

- I – 01 (um) Assistente Social;
- II – 01 (um) Psicólogo;
- III – 01 (um) Gerência de apoio técnico administrativo;
- IV – 01 (um) auxiliar administrativo;

Parágrafo único. Visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei à composição descrita acima da equipe técnica que compõem o Órgão Gestor, está em consonância sobre a orientação da equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º O Sistema Único de Assistência Social do município de Lontras organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção em programas de transferência de renda;

II- Proteção Social Especial de média e alta complexidade: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos.

Art. 10 Os serviços de Proteção Social Básica, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), possuem os seguintes objetivos:

I – Defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária;

II – Promoção do acesso aos serviços Socioassistenciais;

III – Contribuição para o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando seu protagonismo;

IV – Desenvolvimento de programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da vulnerabilidade social entre gerações;

V – Atuação de forma preventiva, evitando que as famílias tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco;

VI - Ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Art. 11 Os Serviços de Proteção Social Básica, Programas de Transferência de renda do Governo Federal do Sistema único de Assistência Social serão ofertadas no CADÚNICO através do cadastramento e monitoramento.

Art. 12 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm:

I - Renda Mensal de até meio salário mínimo por pessoa;

II - Renda Mensal familiar total de até três salários mínimos.

Parágrafo único. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implantados pelo poder público nas três esferas do Governo.

Art.13 O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

Art. 14 O serviço desenvolvido no CADÚNICO instalado no Município deve funcionar por meio de uma rede de Proteção Social, com ações articuladas com saúde, educação e serviços socioassistenciais.

§ 1º O funcionamento do setor do CADÚNICO deverá ser no mínimo cinco dias na semana e oito horas diárias.

§ 2º A estrutura física do CADÚNICO deve ser composta de no mínimo:

I – recepção;

II – sala de atendimento.

§ 3º A Unidade do CADÚNICO poderá, preferencialmente, ser instalada juntamente com o setor administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 4º A equipe técnica do CADÚNICO terá a seguinte composição, ressalvada a necessidade de ampliação por ato do Poder Executivo Municipal;

I – 01 (um) Gestor e/ou coordenador

II – 01 (um) Assistente Social;

III – 01 (um) Entrevistador.

§ 5º Visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei à composição da equipe técnica, mencionada no parágrafo anterior, que compõem o CADÚNICO, está em consonância sobre a orientação da equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

Art. 15 Os serviços de proteção social básica de atendimento e acompanhamento multidisciplinar às famílias vulneráveis em função da pobreza e de outros fatores de risco serão desenvolvidas no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º As famílias cadastradas no CRAS são beneficiárias e sujeitas centrais das ações propostas, tanto do ponto de vista do acompanhamento direto, quanto das estratégias de emancipação familiar que serão viabilizadas por meio de programas, projetos e serviços desenvolvidos no âmbito do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família.

§ 3º Serão priorizadas as famílias cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, conforme normas do PAIF.

Art. 16 Os serviços desenvolvidos no CRAS, instalado no Município, devem funcionar por meio de uma rede de Proteção Social Básica, com ações articuladas aos serviços próximos à sua localização.

§ 1º O funcionamento do CRAS deverá ser de cinco dias na semana e oito horas diárias.

§ 2º A jornada de trabalho dos profissionais designados para atuar no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o profissional técnico do serviço social será de 30 (trinta) horas semanais conforme legislação nacional.

§ 3º A estrutura física do CRAS deve ser composta de no mínimo:

- I – recepção;
- II – sala de atendimento;
- III - sala de uso coletivo;
- IV – sala de coordenação;
- V - copa;
- VI - banheiros.

§ 4º A Unidade do CRAS contará com uma equipe técnica de referência responsável que desenvolverá seu trabalho de acordo com planejamento, visando promover a emancipação social das famílias e a cidadania para cada um de seus membros.

§ 5º - A equipe técnica do CRAS terá a seguinte composição, ressalva a necessidade de ampliação por ato do Poder Executivo Municipal;

- I – 01 (um) Assistente Social;
- II – 01 (um) Psicólogo (a);
- III – 01 (um) Técnico de nível médio;
- IV – 01 (um) Coordenador;

§ 6º Visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei a composição descrita no parágrafo anterior consistente da equipe técnica multidisciplinar e outros profissionais de nível superior que compõem o CRAS, está em consonância sobre a orientação da equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

§ 7º Para auxiliar as atividades da equipe técnica de referência do CRAS poderão ser contratados estagiários em número de 01 (uma) vaga, desde que, atendidas às disposições legais, além de que será disponibilizado servidor ocupante do cargo de motorista e auxiliar de serviços gerais, com vistas ao desenvolvimento de atividades burocráticas e operacionais.

§ 8º- Os profissionais atuantes no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, serão designados através de concurso público e regidos pelas normativas municipais vigentes, que estabelecem carga horária, vencimentos e atribuições dos cargos.

§ 9º Não havendo disponibilidade de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Município para as finalidades previstas na presente Lei, poderá, até a abertura de concurso público, contratar profissionais em caráter temporário mediante processo seletivo, na forma da Lei Municipal n.º 1.855, de 02 de dezembro de 2010 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal n.º 1.868, de 23 de dezembro de 2010.

§ 10 O CRAS e a rede de Serviços Socioassistenciais a eles articulados receberão apoio logístico e operacional do Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Art. 17 Os encaminhamentos a serem desenvolvidos e ou realizados pela equipe técnica de cada unidade do CRAS deverá compreender:

- I – recepção e cadastramento das famílias;
- II – levantamento e identificação das necessidades das famílias cadastradas no CRAS através de Plano de Atendimento Familiar, especialmente, os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família;
- III – O acompanhamento familiar, através de visitas domiciliares, grupos de convivência, reflexão e serviço socioeducativo para as famílias;
- IV– realização do atendimento psicossocial;
- V – O encaminhamento para acesso a bens, serviços e programas Socioassistenciais devem ser encaminhados após realização do cadastramento na Proteção Social básica com a descrição da demanda e todos os detalhes para melhoria do atendimento inicial da próxima equipe tanto de CADUNICO, como órgão gestor e de Proteção Social Especial, bem como encaminhamentos para outros serviços setoriais;
- VI – O encaminhamento da situação não extingue a necessidade da equipe CRAS acompanhar as necessidades de proteção social básica, como inclusão em grupos e acompanhamento para superação das outras fragilidades sociais e familiares;
- VII – mapeamento, articulação e conhecimento territorial da Rede de Serviços Locais;
- VIII – acompanhamento e avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos com as famílias;
- IX – registro através de prontuários familiares, bem como registro estatístico em planilha de todos os atendimentos/ ações realizados.
- X – Busca Ativa.

§ 1º Constituem serviços de Proteção Social Básica desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, o trabalho social, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço, devendo as ações do PAIF não possuir caráter terapêutico. É um serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas a primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento, e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e gratuidade no atendimento.

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolverem o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sócio familiar da política de assistência social.

III - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças até 6 anos: Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF. Desenvolvem atividades com

crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares, gestantes e nutrizes. Com as crianças, busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança pequena. Com famílias de crianças com deficiência incluem ações que envolvem grupos e organizações comunitárias para troca de informações acerca de direitos da pessoa com deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações inclusivas. Deve possibilitar meios para que as famílias expressem dificuldades, soluções encontradas e demandas, de modo a construir conjuntamente soluções e alternativas para as necessidades e os problemas enfrentados.

IV - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvendo o protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

V - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos: As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem, incluindo-se a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade, sensibilizando-os para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; bem como criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

VI - Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos: Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social devendo incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.

VII - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas: Tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. O trabalho realizado será sistematizado e planejado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU: instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas e visa:

- a) garantir direitos, e o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social;
- b) equiparar oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento;
- c) contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação;
- d) desenvolver ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.

Art. 18 Além da equipe multidisciplinar indicados na presente Lei fica o Município autorizado a contratar instrutores e auxiliares em caráter temporário mediante processo seletivo simplificado ou por meio de credenciamento, para realização de oficinas sociais comunitárias de acordo com a demanda na área dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Parágrafo único. Os instrutores contratados ou credenciados para a finalidade prevista na presente Lei serão remunerados por hora/aula, devendo ser observado na fixação do valor, o preço praticado pelo mercado, a formação do profissional e a habilitação.

Art. 19 A manutenção dos programas e projetos sociais desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS será por meio de recursos próprios do Município e repasses do Governo Federal e Estadual.

Art. 20 Outras regulamentações que se fizerem necessárias nesta lei, sejam referentes à competência da equipe técnica, serviços, procedimentos ou que de alguma forma digam respeito ao CRAS, serão efetuadas pelo Poder Executivo, por meio de Decreto.

Art. 21 Os serviços de Proteção Social Especial - Média Complexidade, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) possuem os seguintes objetivos:

- I - fortalecer as redes sociais de apoio das famílias;
- II - contribuir no combate a estigmas e preconceitos;
- III - assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
- IV - prevenir o abandono e a institucionalização;
- V - fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

Art. 22 Os serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade serão desenvolvidos no CREAS instalado no Município. Este deve funcionar por meio de uma equipe técnica de referência para a prestação de serviços e execução das ações do âmbito da proteção social especial de média e alta complexidade.

§ 1º O CREAS de Lontras é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 2º O funcionamento do CREAS deverá ser de cinco dias na semana e oito horas diárias.

§ 3º A jornada de trabalho dos profissionais designados para atuar no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS será

de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o profissional técnico do serviço social será de 30 (trinta) horas semanais conforme legislação nacional.

§ 4º - A estrutura física do CREAS deve ser composta de no mínimo:

- I – recepção;
- II – sala de atendimento;
- III - sala de uso coletivo;
- IV – sala de coordenação;
- V - copa;
- VI - banheiros.

§ 5º A Unidade do CREAS contará com uma equipe técnica de referência responsável que desenvolverá seu trabalho de acordo com planejamento, visando promover superação da situação de risco.

§ 6º A equipe técnica do CREAS terá a seguinte composição, ressalva a necessidade de ampliação por ato do Poder Executivo Municipal;

- I – 01 (um) Assistente Social;
- II – 01 (um) Psicólogo;
- III – 01 (um) técnico de nível médio ou superior (abordagem aos usuários);
- IV – 01 (um) Coordenador;
- V – 1 (um) auxiliar administrativo;
- VI – 1 (um) advogado.

§ 7º Visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei à composição da equipe técnica multidisciplinar e outros profissionais de nível superior que compõem o CREAS, descritos no parágrafo anterior, está em consonância sobre a orientação da equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

§ 8º Para auxiliar as atividades da equipe técnica de referência do CREAS poderão ser contratados estagiários em número de 01 (uma) vaga, desde que, atendidas às disposições legais, além de que será disponibilizado servidor ocupante do cargo de motorista e auxiliar de serviços gerais, com vistas ao desenvolvimento de atividades burocráticas e operacionais.

§ 9º Os profissionais atuantes no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS serão designados através de concurso público e regidos pelas normativas municipais vigentes, que estabelecem carga horária, vencimentos e atribuições dos cargos.

§ 10 Não havendo disponibilidade de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Município para as finalidades previstas na presente Lei, poderá, até a abertura de concurso público contratar profissionais em caráter temporário mediante processo seletivo, na forma da Lei Municipal n.º 1.855, de 02 de dezembro de 2010 e alteração introduzida pela Lei Municipal n.º 1.868, de 23 de dezembro de 2010.

§ 11 O CREAS e a rede de Serviços Socioassistenciais a eles articulados receberão apoio logístico e operacional do Ministério do Desenvolvimento Social.

Art.23 Constituem serviços de natureza continuada do CREAS de média complexidade:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): Consiste no Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

II- Serviço Especializado Em Abordagem Social: Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

III - Serviço De Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação De Serviços à Comunidade (PSC): Este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA. No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

IV - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias: Este serviço oferta o atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. O serviço tem a finalidade de promover a

autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados. As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla "cuidador e dependente". Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições. A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

§ 1º Em razão de que atualmente o município não necessitar de uma equipe exclusiva para o equipamento de Alta Complexidade, a equipe de média complexidade ficará também responsável pelo Serviço de acompanhamento de Famílias com membros em instituições de acolhimento.

§ 2º Nos casos de situações de violência a equipe técnica após criteriosa avaliação poderá fornecer auxílios que verificar necessário para efetivar a proteção integral bem como medidas extraordinárias protetiva necessárias dentre as quais:

- a) auxílio alimentação
- b) deslocamentos
- c) retirada de bens do imóvel
- d) hospedagem em local seguro

Art. 24 Constituem serviços de natureza continuada do CREAS de alta complexidade:

I - Serviço de Acompanhamento de Famílias com pessoas em acolhimento institucional: garantia de um atendimento de qualidade às crianças, adolescentes, idosos e deficientes acolhidos e às suas famílias, os serviços de acolhimento devem funcionar de forma articulada com os demais serviços da rede socioassistencial local. Tal articulação possibilitará a inserção dos usuários nos demais serviços, programas e ações que integram o SUAS, que se fizerem necessários ao atendimento às demandas específicas de cada caso, favorecendo a integração comunitária e social dos usuários. Destaca-se a seguir, alguns dos principais equipamentos de referência do Sistema Único de Assistência Social, bem como a equipe de supervisão e apoio aos serviços de acolhimento: Sempre que se identificar a necessidade de ações de proteção social básica para criança e adolescente atendido em serviços de acolhimento ou para suas famílias, deverá ser articulada sua inclusão em tais atividades por meio da equipe do CRAS do território de moradia da família. Para dar agilidade a tais procedimentos, recomenda-se que sejam definidos, de forma conjunta, fluxos de encaminhamento e canais de comunicação entre os serviços de acompanhamento e acolhimento e o CRAS, além de encontros periódicos, que possibilitem o acompanhamento das ações. No CREAS neste caso fará tanto o acompanhamento quanto os atendimentos em casos de o motivo do afastamento do convívio familiar envolver violência intra-familiar (física, psicológica, sexual, negligência grave), exploração sexual ou outras situações de violação de direitos.

Art. 25 As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§ 2º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 26 O antigo Programa Sentinela responsável pelos serviços de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência foi incorporada nacionalmente ao Sistema Único de Assistência Social conforme orientação e reconhecimento pela União, assim, com base na Lei Municipal 1696 de 18 de dezembro de 2007 os empregados públicos contratados com base na referida Lei e que prestaram processo seletivo ou concurso público fica assegurada a sua permanência e vinculação fazendo parte integrante do quadro de pessoal de provimento efetivo da Prefeitura Municipal, e por força da norma federal restam incorporados ao Sistema Único de Assistência Social do município.

Parágrafo único. Os empregados públicos mencionados no caput do presente artigo ficarão a disposição do Gestor Municipal da Assistência Social para eventuais remanejamentos dentro do Sistema Único de Assistência Social municipal com opções no Órgão Gestor, Centro de Referência Especializada de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social.

Art. 27 As proteções sociais, básicas e especiais, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, além do setor do CADÚNICO e pelas entidades de assistência social.

Art. 28 A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as seguintes diretrizes:

I – territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III - regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 29 As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nºs 269 de 13 de dezembro de 2006, 17 de 20 de junho de 2011 e 9 de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Art. 30 São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;

- d) referência;
 - e) concessão de benefícios;
 - f) aquisições materiais e sociais;
 - g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
 - h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.
- II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;
- III - convívio ou convivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:
- a) construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
 - b) exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.
- IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:
- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;
 - b) conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;
 - c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.
- V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES E REPRESENTAÇÕES

SEÇÃO I

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 31 Compete ao Município de Lontras, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o artigo 22 da Lei Federal nº 8742 de 7 de dezembro 1993, mediante critérios estabelecidos pelo conselho municipal de assistência Social;
- II - efetuar o pagamento do auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio moradia, auxílio documentação, auxílio viagem, auxílio alimentação, das situações de emergência e calamidade pública e de consumo energia elétrica, água e gás;
- III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
- V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o artigo 23 da Lei Federal nº 8742 de 7 de dezembro de 1993 e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- VI - implantar:
 - a) vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;
 - b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;
- VII - regulamentar:
 - a) coordenando a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;
 - b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.
- VIII – cofinanciar:
 - a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
 - b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.
- IX – realizar:
 - a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
 - b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
 - c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social.
- X – gerir:
 - a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
 - b) o Fundo Municipal de Assistência Social;
 - c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei Federal nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.
- XI – organizar:
 - a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
 - b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;
 - c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.
- XII – elaborar:
 - a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;
 - b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

- c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS implementado em âmbito municipal;
- e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;
- f) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
- g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;
- XIII- aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
- XIV – alimentar e manter atualizado:
- a) o Censo SUAS;
- b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993;
- c) conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS.
- XV – garantir:
- a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
- b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;
- e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS.
- XVI - definir:
- a) os fluxos de referência e contra referência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
- b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.
- XVII - implementar:
- a) os protocolos pactuados na CIT;
- b) a gestão do trabalho e a educação permanente.
- XVIII – promover:
- a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
- b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;
- c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social.
- XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;
- XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- XXI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
- XXII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;
- XXIII - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais.
- XXIV – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;
- XXV – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º-B da Lei Federal nº 8.742 de 7 de dezembro 1993 e sua regulamentação em âmbito federal.
- XXVI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;
- XXVII – encaminhar, para apreciação do conselho municipal de assistência social, os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;
- XXVIII – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
- XXIX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;
- XXX - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;
- XXXI - dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;
- XXXII - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

SEÇÃO II

DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS

Art. 32 O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de

Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V

DA INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL, ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NATUREZA E FINALIDADE

Art. 33 Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Lontas, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Lontas é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art. 34 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social pública e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 35 São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I – elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelos membros do Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III – convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas;

IV – encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV – encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei Federal 12.101 de 27 de novembro de 2009;

XV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório;

XVI - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVII - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVIII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993;

XIX – na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

Art. 36 Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) contará com os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) o plano municipal de assistência social;

b) o plano de ação;

c) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

e) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - Requisitar das entidades e organizações de assistência social, conforme a Resolução nº 16 de 5 de maio de 2010 do CNAS:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução;

d) os documentos contábeis.

III – Requisitar do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - Requisitar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - Requisitar da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 37 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 12 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - seis representantes governamentais do Município e, respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) um da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;

b) um da Secretaria Municipal de Saúde;

c) um da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Assistência Social;

d) um da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente;

e) um da Secretaria Municipal Administração;

f) um da Secretaria Municipal de Planejamento.

II - seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

a) um representantes de entidades prestadoras de serviços e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

b) dois representantes de usuários do SUAS;

c) três representante de entidades dos trabalhadores do setor.

Parágrafo Único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida pela representação dos usuários ou trabalhadores.

Art. 38 Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

II - movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social;

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência, de no mínimo, dois anos, por meio de:

a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;

b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento;

c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 39 Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 40 Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS;

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência sociais vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 41 Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 42 Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 37 devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 37 ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será afixado em edital próprio para esta finalidade.

Art. 44 A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou semelhantes.

Art. 45 Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução por através de processo eletivo.

Art. 46 A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 47 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano, observando-se a governamental e sociedade civil.

Art. 48 Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 49 Os membros referidos do art. 37, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 37, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 50 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução em processo eletivo, é composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil respeitada as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão constante no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância no cargo de um membro da Mesa Diretora, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- b) de Financiamento e Orçamento;
- c) de Políticas;
- d) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, além da equipe técnica (psicólogo e Assistente Social) do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsáveis pelo assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, sem direito a voto.

§ 9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10 Compete ao gestor/Secretário Municipal responsável pela execução da política municipal de assistência social organizar o quadro de pessoal do CMA, respeitando o disposto no §7º do presente artigo para compor a Secretaria Executiva, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

**SEÇÃO V
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 51 A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 52 O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 5 (cinco) dias.

Art. 53 A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

**SEÇÃO VI
PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS**

Art. 54 É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 55 O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

**CAPÍTULO VI
DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**

Art. 56 A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria Municipal responsável pela Assistência Social no Município, competindo-lhe:

- I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;
- II - elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do município;
- III - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

- IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;
- V - encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;
- VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;
- VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social, conforme NOB-RH;
- VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009;
- IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde, previdência social e demais áreas governamentais afins;
- X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- XI - elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- XII - enviar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- XIII - criar o Sistema de Informações Sociais;
- XIV - destinar recursos financeiros do município, a fim de atender os benefícios eventuais.

CAPÍTULO VII

DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 57 São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 58 As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 59 Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

- I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 60 As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
- II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III - elaborar plano de ação anual;
- IV - ter expresso em seu relatório de atividades:
 - a) finalidades estatutárias;
 - b) objetivos;
 - c) origem dos recursos;
 - d) infraestrutura;
 - e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

- I - análise documental;
- II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- III - elaboração do parecer da Comissão;
- IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- V - publicação da decisão plenária;
- VI - emissão do comprovante;
- VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VIII

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 61 As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 62 As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

- I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;
- II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;
- III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;
- IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;
VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 63 A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

CAPÍTULO VII

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 64 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Parágrafo único. O município destinará para o Fundo Municipal de Assistência Social 2,2% (dois vírgula dois por cento) do montante dos recursos ordinários decorrente da arrecadação das receitas a que se refere o artigo 156, 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 65 No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize 2,2 % (dois vírgula dois por cento) dos recursos próprios destinados à assistência social, alocado no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial de Média (CREAS) e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, tendo conhecimento do repasse dos recursos do FNAS, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo, a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão:

a) relação com o plano municipal de assistência social;

b) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

c) regularização no alcance da previsão de atendimento;

d) a qualidade dos serviços prestados;

e) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de Proteção Social Básica (CRAS) e de Proteção Social Especial (CREAS);

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, em Decreto de Regulamentação ou Resoluções;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema;

XII – Propor Decreto que Regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 66 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II – dotação de 2,2% (dois vírgula dois por cento) consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - recursos provenientes das receitas advindas dos estacionamento e banheiros públicos, cujo índice será definido pelo Chefe do Poder Executivo, não podendo ser inferior a vinte por cento da receita bruta, cuja destinação será deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de resolução;

VIII - percentual de cinco por cento da receita líquida advinda da exploração de jogos e loterias municipais e ingressos para espetáculos e eventos realizados em locais públicos;

IX - doações em espécies;

X - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação,

cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

XI - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

XII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a XII do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 67 O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 68 Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993, além daqueles dispostos da presente lei.

VIII - atendimento das ações socioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social;

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, em parcerias com secretarias afins, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

Art. 69 O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social através de Resoluções.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 70 As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), trimestral e anualmente, de forma analítica.

Art. 71 As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestral e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

CAPÍTULO X

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E CALAMIDADES PÚBLICAS

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 72 Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, situações de emergência, calamidade pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 73 Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social, devendo sua prestação observar:

I - não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III - garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI - integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art. 74 Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 75 O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado por técnico em serviço social com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

SEÇÃO II DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 76 Benefícios Eventuais é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo único. Na comprovação das necessidades para concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 77 O benefício eventual destina-se aos cidadãos e familiares com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

SEÇÃO III DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 78 A concessão do benefício eventual pode ser requerido por qualquer cidadão ou famílias junto ao equipamento de Proteção Social Básica que posteriormente irá encaminhar à Secretaria Municipal de Assistência Social, que é responsável pela gestão dos benefícios eventuais, mediante atendimento dos critérios abaixo:

I – estando de acordo com os artigos 2.º e 3.º desta lei;

II – Comprovar residência no município de no mínimo 30 dias;

III – Renda per capita de 1/2 salário mínimo federal ou em situações extremas por meio parecer social;

IV - após entrevista social e preenchimento do formulário elaborado pelo assistente social responsável dos serviços de proteção social básica, de média e ou alta complexidade, consequentemente encaminhado à gestão da secretaria de assistência social;

V – após o preenchimento do formulário elaborado pelo técnico Assistente Social responsável pelos benefícios socioassistenciais;

VI – após realização de visita domiciliar tanto pela equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos benefícios socioassistenciais no órgão gestor, bem como na Proteção Social Básica e/ou Proteção Social de Média Complexidade no qual verifique e caracterize situação de vulnerabilidade;

VII – após parecer das equipes técnicas, CRAS, CREAS, bem como secretarias diversas que contenham o profissional de serviço social em sua equipe, e da autorização do assistente social do órgão gestor que acompanha os benefícios socioassistenciais;

VIII – cadastro para estudo socioeconômico, contendo todas as informações do grupo familiar, bem como documentação pessoal RG, CPF, NIS (cadastro único), comprovante de residência e comprovante de renda.

SEÇÃO IV DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 79 Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742 de 7 de dezembro de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742 de 7 de dezembro de 1993.

SEÇÃO V PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 80 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

CAPÍTULO VI DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E CALAMIDADES PÚBLICAS

Art. 81 Entende-se como ações assistenciais em caráter de emergência e calamidades pública, aquelas decorrentes de eventos naturais e/ou epidemias.

Art. 82 Enquadram-se como medida emergencial a concessão dos seguintes benefícios eventuais:

I – abrigos adequados;

II – alimentos;

III – cobertores, colchões e vestuários;

IV – filtros de água;

V – material de limpeza.

VI – alimentação.

Art. 83 No caso de calamidades, situações de caráter emergencial, devem ser realizadas ações conjuntas das políticas setoriais municipais no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias.

CAPÍTULO XI DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESPECÍFICOS

SEÇÃO I DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 84 O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou em prestação de serviços, por uma única parcela, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família. Parágrafo único – Não será concedido o benefício de que trata essa seção quando a pessoa que veio a óbito possuir plano funeral.

Art. 85 O alcance do benefício funeral, será mediante as seguintes modalidades:

I - custeio das despesas de urna funerária, de velório e de sepultamento;

II - custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membro; e

III - ressarcimento no caso de perdas e danos causados pela ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Art. 86 O benefício funeral ocorrerá na forma de pecúnia até o limite de um salário mínimo nacional, ou na forma de prestação de serviços em atendimento ao usuário indigente.

Parágrafo único – O limite previsto no caput para o benefício na forma de pecúnia não se aplica ao benefício na forma de prestação de serviços estabelecidos no caput.

Art. 87 O benefício do Auxílio Funeral compreende o pagamento de despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Parágrafo único - Quando se tratar de benefício funeral em pecúnia, deve-se ter como referência o custo dos serviços previstos no caput deste artigo.

Art. 88 A concessão do benefício eventual na modalidade auxílio funeral na forma de pecúnia poderá ser requerida pelos familiares da pessoa falecida e/ou responsável mediante procuração juntamente ao Serviço de Proteção Social Básico, e pago imediatamente após o falecimento, desde que obedeça aos seguintes critérios:

I – Famílias residentes e domiciliadas no município de Lontres;

II - Sem renda ou com renda familiar per capita até o limite de 1/2 salário mínimo federal, comprovando assim a carência de recursos para o funeral;

III – Declaração de óbito emitida pelo Hospital ou Certidão de óbito;

IV - Parecer Social.

Art. 89 A concessão do benefício eventual na modalidade auxílio funeral na forma de ressarcimento de despesas, poderá ser requerido pelos familiares da pessoa falecida e/ou responsável mediante procuração juntamente ao Serviço de Proteção Social Básico, em até 30 (trinta) dias após o falecimento, obedecendo aos seguintes critérios:

I – Famílias residentes e domiciliadas no município de Lontres;

II - Sem renda ou com renda familiar per capita igual até o limite de ½ do salário mínimo federal, comprovando assim a carência de recursos para o funeral;

III – Por usuário carente, entende-se o familiar ou responsável pelo sepultamento que não disponha de mínimas condições econômicas para arcar com os custos do serviço, conforme legislação federal, mediante declaração fornecida pelo responsável na contratação dos serviços funerários, desde que o falecido não tenha deixado bens que possam fazer frente as despesas com o funeral;

IV – Apresentação da certidão de óbito em até 30 dias após o falecimento;

V – Apresentar declaração de bens, devidamente acompanhado da certidão emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca, a fim de comprovar a existência de apenas um bem imóvel destinado à moradia da família.

Art. 90 O padrão de atendimento ao usuário indigente, será simplificado, limitando-se a execução dos serviços estritamente indispensáveis, quais sejam:

I – Fornecimento de urna funerária básica com parâmetros;

II – O registro de óbito e expedição da guia de sepultamento, junto ao cartório específica, sem pagamento de quaisquer emolumentos;

III – Por ocasião do sepultamento, a empresa responsável pelo serviço deverá entregar a secretaria de assistência social, cópia da certidão de óbito, uma via da nota fiscal que deverá ter discriminado todos os serviços prestados, executados com seus respectivos códigos e valores, nome do sepultado e do responsável pelo sepultamento, com endereço.

§1º. O Poder Público municipal também arcará com serviços de tanatopraxia caso necessário.

§2º Como indigente será considerado o cadáver não reclamado por familiares, após o decurso de prazo legal, devendo ser inumado mediante solicitação do Instituto Médico Legal – IML, dirigida ao Poder Público Municipal.

Art. 91 O Município deve garantir a existência de unidade de atendimento junto a Secretaria de Assistência Social para o requerimento de concessão do benefício auxílio funeral, podendo este ser pago diretamente pelo município ou prestado indiretamente, em serviços e com fornecimento da urna.

§1º. Em sendo necessário o traslado do corpo, será pago também, sob as mesmas condições e para a mesma pessoa, o valor por quilômetro rodado quando em distância superior à 10 (dez) quilômetros do local do funeral. Em todos os casos o traslado do corpo para sepultamento de corpo em outro município só será permitida mediante a emissão de nota fiscal e autorização dos órgãos de fiscalização e arrecadação dos poderes públicos competentes.

§2º Quando se tratar apenas de pedido de ressarcimento dos valores estipulados no artigo 86, a família e/ou o representante do falecido deve requerer o benefício junto a Secretaria da Assistência Social em até 30 (trinta) dias após o funeral, sob pena do seu imediato indeferimento.

§3º Quando requerido dentro do prazo e atendidos os demais pressupostos de que trata a presente lei, o benefício Auxílio Funeral, em caso de ressarcimento, deve ser pago em até 30 (trinta) dias após o deferimento do requerimento.

SEÇÃO II DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 92 O auxílio natalidade se constitui em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, para atender preferencialmente:

I – atenções necessárias ao nascituro;

II – apoio a família no caso de morte da mãe;

Art. 93 O auxílio natalidade será concedido na forma de pecúnia e/ou em bens de consumo que consiste no enxoval do recém-nascido e da

mãe, além de serviços socioassistenciais para a mãe e para a família, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, quando o benefício natalidade e for assegurado em pecúnia deve ter como referência o salário mínimo federal vigente.

Parágrafo único. O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 60 (sessenta) dias após o nascimento.

Art. 94 A concessão do benefício eventual na modalidade auxílio natalidade poderá ser requerida por gestantes nas Unidades de Proteção Social Básica ou nas Unidades da Proteção Social Especial, localizada no território de abrangência da família, mediante atendimento dos critérios abaixo:

I – Gestantes residentes domiciliadas no município de Lontras;

II – Sem renda ou com renda familiar per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo federal.

III – Cadastradas no Cadastro Único para os programas do governo federal.

IV – Gestantes em situação de vulnerabilidade agravada por risco social com renda per capita entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ do salário mínimo federal, em casos excepcionais, mediante parecer técnico.

V – A gestante deve estar obrigatoriamente realizando o acompanhamento pré-natal na unidade básica de saúde.

Parágrafo único: Nos casos em que a família não tenha o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, poderá ser cadastrada no momento da concessão, na unidade responsável pelo cadastramento.

Art. 95 O auxílio natalidade poderá ser solicitado a partir do 7º (sétimo) mês de gestação e/ou até 60 (sessenta) dias após o nascimento, instruído com a respectiva certidão e comprovante de residência no município há pelo menos um ano.

Parágrafo único. Em casos de nascimentos prematuros serão observados condições especiais.

Art. 96 A gestante que recebe este benefício será inserida em serviços socioassistenciais de acordo com a necessidade apresentada.

Art. 97 O pagamento do benefício quando feito em forma de pecúnia, deverá ser feito em depósito em conta bancária do usuário beneficiado mediante parecer social, respeitando os critérios acima.

§1º Quando o benefício natalidade for assegurado em pecúnia deve ter como referência o valor das despesas previstas no art. 93, a qual não poderá exceder o valor do salário mínimo vigente.

§2º O benefício auxílio natalidade deve ser pago até 30 (trinta) dias após o deferimento do requerimento.

§3º A morte do nascituro inabilita a família a receber o benefício auxílio natalidade.

SEÇÃO III

DO AUXÍLIO VIAGEM

Art. 98 O benefício eventual, na forma de auxílio viagem, constitui em uma prestação temporária, contributiva da assistência social, em passagem ou eventualmente em espécie.

Art. 99 O alcance do benefício viagem é destinado ao cidadão e às famílias, e será concedido, mediante verificação e parecer técnico:

I – de doença, falecimento de parentes de 1.º grau (mãe, pai, filho), que residam em outras cidades, povoados ou estado e de situações que envolvam violência doméstica e/ou sexual;

II – quando se tratar de imigrante, acompanhado ou não de sua família.

§1º O requerimento do benefício auxílio viagem deverá ser dirigido a Secretaria de Assistência Social e será obrigatoriamente instruído com o comprovante da sua necessidade ou, dependendo da urgência e da peculiaridade do caso que inviabilize a sua imediata comprovação, poderá ser substituída por declaração firmada de próprio punho pelo beneficiário interessado, que sob as penas da lei se responsabilizará pela veracidade do seu conteúdo.

§2º Uma vez deferido o benefício, o município providenciará a aquisição da passagem ao destino e eventualmente também de retorno.

§3º Se por razões operacionais ou de outra natureza, desde que devidamente justificadas, não for possível a aquisição da passagem de que trata o §2º do presente artigo, o município, então, promoverá o pagamento em pecúnia, diretamente ao beneficiário interessado por meio de depósito em conta bancária no valor das despesas da viagem, levando em consideração o valor da passagem.

§4º Ficam excluídos de receberem o auxílio situações que envolvam tratamento de doenças.

SEÇÃO IV

DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Art. 100 O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em forma de cesta básica.

Art. 101 O alcance do benefício é o fornecimento de uma cesta básica, destinado à família, e será concedido, preferencialmente, nos seguintes critérios:

I – insegurança alimentar causada pela falta de serviços de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável, com qualidade e quantidade;

II – deficiência nutricional, causada pela falta de alimentação balanceada e nutritiva;

III – nos casos de emergência e calamidade pública;

IV – Sem renda ou com renda familiar per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo federal.

V – apresentar declaração de bens (móvel e imóvel)

VI – apresentar no ato do cadastramento documentação pessoal e do núcleo familiar sendo RG, CPF, comprovante de residência, carteira de trabalho, número do PIS, cadastro único, comprovante de renda.

§1º A cesta básica de que trata o presente artigo será composta por:

a) 5 kg de farinha de trigo;

b) 5 kg de arroz;

c) 5 kg de açúcar;

d) 1 latas de óleo de soja;

e) 2 kg de feijão;

f) 1kg de sal;

g) 1 kg de macarrão;

h) 1 kg de café em pó;

i) 1 kg de farinha da mandioca;

- j) 1 kg de fubá grosso;
- k) 1 pacote de leite em pó (1 Kg).

§2º O referido benefício poderá ser composto com material de higiene e limpeza de acordo com a necessidade que a família apresentar, após criteriosa avaliação do profissional responsável pela concessão do mesmo.

§3º O requerimento do benefício auxílio alimentação deverá ser dirigido a Secretaria de Assistência Social e será obrigatoriamente instruído com a prova da sua necessidade, ou também ser solicitado na Unidade de Proteção Social Básica, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Unidade de Proteção Social de Média Complexidade, CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e ou encaminhado por setores ou secretarias municipais obrigatoriamente feito por um assistente social.

§4º O fornecimento do benefício só poderá ser prorrogado mediante parecer favorável a ser emitido pelo assistente social responsável pela concessão, após acompanhamento da família, por meio de visita domiciliar, cadastramento, relatório e parecer, bem como, assim que a família for beneficiada deverá ser obrigatoriamente encaminhada aos serviços de proteção social básico de acordo com o protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do sistema único da assistência social – SUAS.

§5º Dependendo das condições da família beneficiada, bem como do número dos seus integrantes ser maior em quantidade de crianças, adolescentes e/ou idosos, os itens que compõem a cesta básica poderão ser substituídos uns pelos outros ou, ainda, ter alterados os seus quantitativos de forma proporcional, tudo com o objetivo de compatibilizar o benefício com as reais necessidades de quem os recebe, desde que, a somatória não ultrapasse o valor médio da cesta básica.

SEÇÃO V DO AUXÍLIO DOCUMENTAÇÃO

Art. 102 O benefício eventual, na forma de auxílio documentação constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, garantindo aos cidadãos e às famílias, a obtenção dos documentos que necessitem e que não disponha de condições para adquiri-los.

Art. 103 O alcance do benefício auxílio documentação é destinado aos cidadãos e às famílias, e será preferencialmente para adquirir os seguintes itens:

- I – segunda via de registro de nascimento de outros municípios;
- II – segunda via de carteira de identidade;
- III – cadastro de Pessoa Física;
- IV – foto com tamanho três por quatro;
- V – segunda via de atestado de óbito, inclusive de outros municípios.

Parágrafo único. O requerimento do benefício auxílio documentação deverá ser dirigido a Secretaria de Assistência Social e será obrigatoriamente instruído com a prova da sua necessidade, sendo que, se deferido, consistirá na cobertura do custo de sua obtenção.

SEÇÃO VI DO AUXÍLIO MORADIA

Art. 104 O benefício eventual, na forma de auxílio moradia, constitui-se uma ação temporária da Secretaria da Assistência Social, na concessão de pagamentos de aluguel às famílias ou indivíduos, que tenham sofrido perdas do imóvel devido à situações de emergência e calamidade pública e/ou se encontre em situação de extrema vulnerabilidade, comprovada através de parecer técnico, obedecendo aos seguintes critérios:

I – Sem renda ou com renda familiar per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo federal.

III – Cadastradas no Cadastro Único para os programas do governo federal.

III – Famílias em situação de despejo judicial e que se encontre em acompanhamento pelas equipes dos Serviços de Proteção Social Básico e Proteção Social de Média e Alta Complexidade

§1º O benefício previsto no caput desse artigo poderá ser concedido pelo prazo de até 12 (doze) meses e não excederá o valor de 01 (um) salário mínimo mensal.

§2º O requerimento do benefício auxílio moradia deverá ser instruído com cópia do contrato de locação e será dirigido à Secretaria de Assistência Social, quando, preenchidos os requisitos da presente lei, poderá ser concedido no prazo de 30 (trinta) dias após o deferimento do requerimento, o referido benefício deverá ser concedido por meio de parecer técnico pelo assistente social responsável, para pagamento do aluguel preferencialmente em conta bancária do proprietário do imóvel, assim garantindo o vínculo entre usuário e proprietário do imóvel, para fins de prestação de contas por parte do município.

SEÇÃO VII DO AUXÍLIO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E GÁS

Art. 105 O benefício eventual na forma de subsídio para o pagamento de consumo de energia elétrica, água ou do valor da recarga de um botijão de gás, de imóvel residencial, constitui em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social.

§1º Além do consumo referido no caput deste artigo, fica permitido o pagamento da Contribuição para custeio Iluminação Pública – COSIP, quando estiver embutido na fatura de energia elétrica apresentada pelo beneficiário.

§2º Fica permitido o pagamento da taxa de religação de água ou de energia elétrica quando comprovado que o próprio beneficiário deu causa ao desligamento do fornecimento, mediante justificativa constante em parecer social.

§3º O benefício eventual de recarga de um botijão de gás será efetuado através de autorização de retirada, emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, junto à empresa vencedora de licitação para este fim.

§4º Os benefícios previstos no caput deste artigo, serão concedidos à família que provar a insuficiência de recursos financeiros, nos termos do artigo 78 da presente lei.

§5º O benefício de que trata o caput deste artigo poderá ser concedido por 03 (três) oportunidades ao ano, e o valor total dos benefícios não poderão ultrapassar o valor total de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo nacional vigente durante o ano.

Art. 106 Ao se tratar de pagamento de faturas de energia elétrica e água, o usuário deverá fornecer os dados vinculados na fatura, caso a fatura não estiver em nome do solicitante, será exigida cópia de contrato de aluguel vinculando o usuário beneficiado as despesas e em hipótese alguma serão aceito faturas sem comprovação de vínculos com o imóvel onde o usuário mora.

§1º O pagamento do benefício de que trata essa seção deverá ser efetuado através de pecúnia e se dará mediante pagamento da fatura quando for possível. Havendo impedimentos devidamente justificados em parecer social emitido pelo assistente social responsável, o pagamento deverá ser feito mediante depósito em conta bancária do usuário/beneficiário,

§2º Se o pagamento do benefício de que trata essa seção for efetuado mediante depósito em conta bancária do beneficiário, esse deverá apresentar o comprovante de pagamento do consumo da energia elétrica, água e/ou gás em 05 (cinco) dias após o recebimento do auxílio.

§3º Não será concedido novamente o auxílio de consumo de energia elétrica, água e gás ao beneficiário que não tiver apresentado o comprovante de pagamento estabelecido no §2º deste artigo.

SEÇÃO VIII

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 107 As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual - LOA do Município.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 108 Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 109 Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 110 Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 111 O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros(as), principalmente daqueles(as) que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 112 As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 113 O Regimento Interno do CMAS complementarará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 114 A concessão de quaisquer dos benefícios eventuais de que trata a presente lei fica expressamente condicionada a existência de disponibilidade financeira por parte da administração pública e correrão nas rubricas próprias previstas nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitado os limites legais.

Art. 115 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 116 Revogam-se as disposições em contrário em especial as leis municipais nº 948 de 17/12/1995, nº 1320 de 29/11/2002, nº 1882 de 25/03/2011, nº 1904 de 01/06/2011, nº 1950 de 20/12/2011, nº 1967 de 04/05/2012, nº 2126 de 27/10/2014 e nº 2181 de 26/08/2015.

Art. 117 Em razão da revogação tácita da lei Municipal nº 2126 de 27/10/2014 fica repristinada a Lei Municipal nº 1696 de 18 de dezembro de 2007.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1412492

Estado de Santa Catarina Município de Luiz Alves Processo Seletivo n.º 01/2017

O Município de LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO N.º 01/2017, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário, conforme dispõe o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município e demais normas em vigor, todas considerando suas alterações posteriores, bem como de acordo com as instruções deste Edital. Dos Cargos: Cargos ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social: Instrutor de Artes; Auxiliar Administrativo; Zelador(a); Motorista. Cargos ligados à Secretaria Municipal de Obras: Operário Braçal; Mecânico; Motorista - Cat. D; Pedreiro; Eletricista; Vigia; Motorista - Cat. B; Agente de Defesa Civil. Cargos ligados à Secretaria Municipal de Saúde: Enfermeiro; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Enfermagem; Médico Ortopedista; Médico Pediatra; Médico Ginecologista Clínico; Médico Ginecologista Cirurgião; Médico Clínico Geral; Médico Cirurgião Geral; Psicólogo; Agente Comunitário de Saúde; Auxiliar de Consultório Dentário; Motorista; Médico - ESF. Cargos ligados à Secretaria Municipal de Administração: Auxiliar Administrativo. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 26 de outubro a 24 de novembro de 2017 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico www.nbsprovas.com.br. Das provas: As provas (escritas e práticas) serão aplicadas no dia 10 de dezembro de 2017. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Luiz Alves (SC), no site www.luizalves.sc.gov.br, bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Luiz Alves (SC), 26 de outubro de 2017. Sr. MARCOS PEDRO VEBER. Prefeito Municipal.

Município de Luiz Alves/SC: Processo Seletivo n.º 01/2017

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1411107

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVESPREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h45min horas do dia 13/11/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 13/11/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 27 de outubro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2458

Publicação Nº 1411743

DECRETO Nº 2458 de 24 de outubro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 5º da Lei nº 1.475 de 10/11/16,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e manutenção do sistema de água - Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-13

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.003 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-2

Valor: R\$ 28.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2459

Publicação Nº 1411744

DECRETO Nº 2459 de 25 de outubro de 2017.

“FIXA PONTOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são atribuídas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Ficam fixados os seguintes PONTOS DE TÁXI no MUNICÍPIO DE LUZERNA:

1. Ponto nº 01 - Rua Francisco Lindner, 20, em frente ao TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL - 01 (um) permissionário.

2. Ponto nº 02 - Rua Aloysio Rambo esquina com a Av. 16 de fevereiro - 01 (um) permissionário.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1426 de 16 de dezembro de 2011.

Luzerna(SC), 25 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 2460

Publicação Nº 1411745

DECRETO Nº 2460 de 25 de outubro de 2017.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe conferem os art. 4º e 5º , da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 19 - Transferências do FUNDEB 40%
Detalhamento: 019 - Transferências do Fundeb 40%
Valor: R\$ 70.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas
Fonte: 18 - Transferências do FUNDEB 60%
Detalhamento: 018 - Transferências do Fundeb 60%
Valor: R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de outubro de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 079/2017 - PP 057/2017 - EQUIPAMENTOS (MOTOSSERRA, ROÇADEIRA, SOPRADOR E MÁQUINA DE CORTAR GRAMA) - PML

Publicação Nº 1412609

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 079/2017 - PML
Pregão Presencial nº 057/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 079/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de equipamentos (Motosserra, Roçadeira, Soprador e Máquina de Cortar Grama) destinados à utilização pela Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária de Luzerna/SC, conforme especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

- Valor total: R\$14.580,00

Luzerna (SC), 26 de outubro de 2017.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2017

Publicação Nº 1412560

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada em serviços de iluminação com fornecimento de material e mão de obra, destinada a realizar a iluminação Natalina do Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 10/11/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 e 3642-4009.

Mafra (SC), 26 de outubro de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2017

Publicação Nº 1412420

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: V D HORNY JUNIOR ASSESSORIA TOPOGRÁFICA, FLORESTAL E AMBIENTAL EIRELI-EPP

CNPJ Nº: 15.545.656/0001-67

Valor Registrado: R\$ 198.500,00 (cento e noventa e oito mil e quinhentos reais).

Objeto: contratação de empresa especializada para realizar sondagem a trado e ensaios de solo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Origem: Processo nº 544/2017, Pregão Presencial - RP nº 131/2017.

Data de Assinatura: 26 de outubro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2017

Publicação Nº 1412276

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2017

Contrato de Credenciamento nº: 108/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: CRISTIANE BAUNGARTNER

CPF: 016.141.319-61

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ginecologia, Psicologia, Pediatria, Clínica Médica (Clínica Geral) Serviços especializados na área de saúde, destinados ao atendimento dos pacientes da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório nº 172/2017- Credenciamento nº 003/2017.

Valor: O valor previsto para atender as despesas referentes ao credenciamento é de R\$ 9.066,00 (nove mil, sessenta e seis reais) mensais, pelo período da vigência do Contrato;

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 26 de outubro de 2017.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até 26/10/2018, podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 103020016 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

103020016.2.089000 MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas.
Dotação: 260 - Fonte: 165 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb.
Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2017

Publicação Nº 1412278

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2017

Contrato de Credenciamento nº: 109/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: YASMIN MYKHAELE QUEGE AZEVEDO

CPF: 090.855.989-58

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ginecologia, Psicologia, Pediatria, Clínica Médica (Clínica Geral) Serviços especializados na área de saúde, destinados ao atendimento dos pacientes da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 172/2017- Credenciamento nº 003/2017.

Valor: O valor previsto para atender as despesas referentes ao credenciamento é de R\$ 1.813,20 (hum mil, oitocentos e treze reais e vinte centavos) mensais, pelo período da vigência do Contrato;

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 26 de outubro de 2017.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até 26/10/2018, podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 103020016 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

103020016.2.089000 MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas.

Dotação: 260 - Fonte: 165 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 110/2017

Publicação Nº 1412281

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 110/2017

Contrato de Credenciamento nº: 110/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: MARIA LIZIANE PICKSIUS PSCHISKI

CPF: 026.135.669-06

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ginecologia, Psicologia, Pediatria, Clínica Médica (Clínica Geral) Serviços especializados na área de saúde, destinados ao atendimento dos pacientes da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 172/2017- Credenciamento nº 003/2017.

Valor: O valor previsto para atender as despesas referentes ao credenciamento é de R\$ 1.813,20 (hum mil, oitocentos e treze reais e vinte centavos) mensais, pelo período da vigência do Contrato;

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 26 de outubro de 2017.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até 26/10/2018, podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 103020016 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

103020016.2.089000 MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas.

Dotação: 260 - Fonte: 165 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb.

Foro: Comarca de Mafra.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 049

Publicação Nº 1412001

LEI COMPLEMENTAR Nº. 049
DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 044, DE 03 DE MARÇO DE 2017 E ALTERA AS LEIS ORDINÁRIAS Nº 3.197/2007 E 3.469/2010 E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As alíneas "a" e "b", do inciso I, do §1º, do art. 6º, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.

[...]

I – [...]

a) Assessor(a) de Procuradoria, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e carga horária correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, ao qual compete:

- 1) Assessorar as atividades da Procuradoria Geral do Município e demais órgãos que a compõem;
- 2) Elaborar e controlar a agenda do Procurador Geral do Município junto aos órgãos internos do Município e demais atividades;
- 3) Minutar documentos, peças processuais e pareceres da Procuradoria Geral do Município;
- 4) Estabelecer a aproximação dos expedientes entre o Procurador Geral do Município e os demais órgãos jurídicos do Município.
- 5) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Procurador Geral do Município.

b) Subassessor(a) de Procuradoria, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e carga horária correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, ao qual compete:

- 1) Assessorar as atividades da Procuradoria Geral do Município e demais órgãos que a compõem.
- 2) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Procuradoria;
- 3) Controlar, em conjunto com os procuradores municipais, a pauta de audiências, prazos e demais expedientes processuais;
- 4) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Procuradoria Geral tenha participação.
- 5) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Procurador Geral do Município.

Art. 2º O inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 9º.

[...]

II – Divisão de Ouvidoria, subordinada a Diretoria de Ouvidoria e composta pelo(a) Chefe de Ouvidoria, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Prefeito, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e carga horária correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, ao qual compete:

- a) Assessorar o Diretor de Ouvidoria no desempenho de suas funções;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Diretoria de Ouvidoria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos em que a Diretoria de Ouvidoria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Diretor de Ouvidoria;

Art. 3º O inciso III, do art. 12, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 12.

[...]

III – Pelo(a) Assistente de Gabinete, subordinado ao Chefe de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e carga horária correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

Art. 4º Os incisos I, VIII, X e XII, do art. 14, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 14.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

[...]

VIII - Divisão de Defesa do Consumidor, subordinada a Diretoria de Defesa do Consumidor, composta pelo(a) Chefe de Divisão de Defesa do Consumidor, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com

vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades da Diretoria no desempenho de suas atribuições;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Diretoria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Diretoria tenha participação;
- d) Elaborar relatórios estatísticos contínuos de atendimentos realizados pela Diretoria, bem como do andamento destes;
- e) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Diretor.

[...]

X – Gerencia de Empreendedorismo e Inovação, subordinada a Diretoria de Desenvolvimento Econômico, composta do(a) Gerente de Empreendedorismo e Inovação, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades da Diretoria no desempenho de suas atribuições;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Diretoria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Diretoria tenha participação;
- d) Elaborar relatórios estatísticos contínuos de atendimentos realizados pela Diretoria, bem como do andamento destes;
- e) Elaborar relatórios estatísticos acerca do Desenvolvimento Econômico do Município, bem como do andamento destes;
- f) Promover estudos visando atrair novos investimentos ao Município;
- g) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Diretor.

[...]

XII - Divisão de Turismo, subordinada a Diretoria de Turismo, composta pelo(a) Chefe de Divisão de Turismo, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) auxiliar os trabalhos de planejamento e execução das atividades turísticas do Município.
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Diretoria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Diretoria tenha participação;
- d) Buscar o fomento das atividades turísticas junto as instituições, empresas e munícipes;
- e) Elaborar relatórios estatísticos acerca da atividade turística do Município;
- f) Promover estudos visando atrair novos investimentos turísticos ao Município;
- g) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Diretor.

Art. 5º. O inciso I, do art. 16, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 16.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

Art. 6º. Os incisos I, IV, VI, IX e XI, do art. 18, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 18.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

[...]

IV – Gerencia de Contabilidade e Administração Financeira, subordinada a Diretoria de Contabilidade e Administração Financeira e composta pelo(a) Gerente de Contabilidade e Administração Financeira, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria em todas as suas atividades e competências;
- b) Elaborar a proposta de programação orçamentária e financeira de desembolso dos órgãos e entidades integrantes do orçamento estadual;
- c) Planejar, organizar, coordenar e executar, em conjunto com a respectiva Diretoria, as atividades relacionadas com a programação orçamentária e financeira de desembolso no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- d) Elaborar informações gerenciais referentes às despesas de custeio e de investimento;
- e) Desenvolver outras atividades relacionadas com a programação financeira, de desembolso e o controle das despesas públicas estaduais, no âmbito de sua competência.

f) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Diretor.

[...]

VI – Gerencia de Controle Tributário, subordinada a Diretoria de Controle Tributário e composta pelo(a) Gerente de Controle Tributário, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria no desempenho de suas atividades e atribuições;
- b) Desenvolver mecanismos simplificados de informações, objetivando instruir e orientar os contribuintes;
- c) Controlar e fiscalizar a concessão de benefícios e isenções fiscais, estabelecendo sistema de acompanhamento;
- d) Promover reuniões e conferências com a finalidade de fortalecer as relações e possibilitar o conhecimento, o estudo e a divulgação de projetos e atividades de interesse comum do fisco e do contribuinte;
- e) Inventariar, atualizar e organizar o cadastro geral de contribuintes;
- f) Realizar estudos periódicos sobre os tributos em geral, bem como os casos de isenção, incentivos ou outros regimes especiais de tributação;
- g) Planejar e implantar ações visando ao incremento da arrecadação tributária;
- h) Analisar e emitir parecer em processo relacionado aos recursos administrativos tributários;
- i) Constituir grupos de especialistas setoriais, com base em estudos econômicos e fiscais, objetivando a eficácia dos serviços de fiscalização e arrecadação; e
- j) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Diretor.

[...]

IX – Gerencia de Estratégia e Orçamento, subordinada a Diretoria de Estratégia e Orçamento e composta pelo(a) Gerente de Estratégia e Orçamento, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria em todas as suas atividades e competências;
- b) Colaborar na elaboração da proposta de programação orçamentária e financeira de desembolso dos órgãos e entidades integrantes do orçamento;
- c) Elaborar informações gerenciais referentes às despesas de custeio e de investimento;
- d) Desenvolver outras atividades relacionadas com a programação financeira de desembolso e o controle das despesas públicas estaduais, no âmbito de sua competência.
- e) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Diretor.

[...]

XI – Gerencia de Cadastro, Dívida Ativa e Relacionamento, subordinada a Diretoria de Cadastro, Dívida Ativa e Relacionamento e composta pelo(a) Gerente de Cadastro, Dívida Ativa e Relacionamento, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria em todas as suas atividades e competências;
- b) Coordenar o recebimento dos créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa;
- c) Realizar, juntamente com a respectiva Diretoria, os trabalhos de recuperação de créditos realizados por grupo especialista de cobrança;
- d) Manter o controle sobre o sistema de arrecadação de tributos estaduais, a recuperação e cobrança dos créditos fiscais e demais receitas, em articulação com as Gerências Regionais da Fazenda Estadual, Diretorias da Secretaria e demais órgãos estaduais;
- e) Promover a inscrição em dívida ativa de créditos de natureza não tributária, de devedores inadimplentes e enviar à Procuradoria Geral do Município para cobrança judicial;
- f) Coordenar e controlar os registros dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, certidões negativas ou positivas de débitos com a Fazenda Estadual;
- g) Emitir pareceres em processos referentes à restituição de valores pagos indevidamente a título de tributo, inclusive acréscimos, cancelamento de certidão de dívida ativa ou notificação fiscal, parcelamentos e demais situações previstas na legislação ou em cumprimento a decisões judiciais;
- h) Prestar informações aos contribuintes, quando necessário, relativas a crédito tributário; e
- i) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Diretor.

Art. 7º. Os incisos I, IX e XI do art. 20, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 20.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

[...]

IX – Divisão de Cultura, subordinada a Diretoria de Cultura e composta pelo(a) Chefe de Divisão de Cultura, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria em todas as suas atividades e competências;
- b) Auxiliar os trabalhos de planejamento e execução das atividades culturais do Município;

- c) Administrar da Biblioteca, os Museus e Banda Municipal;
- d) Organizar e proteger o acervo de documentos, peças e artigos significativos de valor cultural, artístico e histórico;
- e) Participar ativamente na elaboração do calendário de eventos culturais do Município;
- f) Promover o resgate da história do Município e manter a Casa da Cultura;
- g) Elaborar sugestões, enviando a respectiva Diretoria, quanto a decretação de preservação pública permanente de áreas ou sítios especiais a cultura e história;
- h) Manter arquivo das atividades desenvolvidas pelo Departamento;
- i) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Diretor.

[...]

XI – Gerencia de Esportes, subordinada a Diretoria de Esportes e composta pelo(a) Gerente de Esportes, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-4 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria em todas as suas atividades e competências;
- b) Auxiliar os trabalhos de planejamento e execução das atividades desportivas do Município.
- c) Estimular e organizar o esporte amador do Município;
- d) Promover e estimular a organização comunitária, objetivando a instituição de associações com fins desportivos, recreativos e de lazer;
- e) Organizar e estimular as competições desportivas entre as entidades organizadas no Município;
- f) Articular-se com entidades públicas e privadas para a obtenção de recursos para subsidiar o desporto municipal;
- g) Participar ativamente na elaboração do calendário desportivo do Município;
- h) Estimular a prática de educação física formal e informal;
- i) Manter arquivo, controle e registro das atividades desenvolvidas pela respectiva Diretoria;
- j) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Diretor.

Art. 8º. O inciso I, do art. 22, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 22.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

Art. 9º. Os incisos I e III do art. 24, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 24.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

[...]

III - Subdiretoria de Obras e Serviços, subordinada a Diretoria de Obras e Serviços Públicos e composta pelo(a) Subdiretor(a) de Obras e Serviços Públicos, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-3 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar a Diretoria em todas as suas atividades e competências;
- b) Promover a execução das obras definidas nos projetos de edificação de prédios e praças públicas;
- c) Promover a execução das obras necessárias para recuperação e manutenção dos prédios e praças públicas;
- d) Manter controle de utilização de material na edificação, recuperação e manutenção de prédios e praças públicas, objetivando a racionalização de consumo;
- e) Administrar, zelar e controlar os veículos, equipamentos, e materiais utilizados nos serviços da respectiva Secretaria;
- f) Executar outras atribuições afins determinadas ou delegadas pelo Secretário.

Art. 10. O inciso I, do art. 26, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 26.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

Art. 11. O caput, incisos XVIII e XIX do art. 27 da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, órgão de atividade fim, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, ao qual, dentro de sua estrutura organizacional, compete executar a Política Municipal de Assistência Social e da Habitação, promovendo a sua integração ao mercado de trabalho, competindo-lhe especificamente:

[...]

XVIII – executar a Política Municipal da área em consonância com a legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº 4.091 de 03 de março de 2.015;

XIX - promover, em consonância com as políticas de Parcelamento do Solo e de Habitação Popular a melhoria das condições de Moradia da população em vulnerabilidade social do Município;

Art. 12. Os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 28, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) Assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) Realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

II – Diretoria de Assistência Social, composta pelo(a) Diretor(a) de Assistência Social, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-2 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) organizar, planejar e monitorar, na íntegra, a execução da política municipal de Assistência Social, incluindo a efetivação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios;
- b) monitorar a elaboração de instrumentos de planejamento e orçamento próprios da Política de Assistência Social;
- c) monitorar a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social e demais Fundos vinculados a Secretaria;
- d) coordenar a execução da vigilância sócio-assistencial, efetivada através da produção, sistematização e análise de informações da rede municipal de Assistência Social;
- e) gerenciar o Sistema de Informações do SUAS, sistematizando dados e a execução das ações que permitam o registro, a administração e a disseminação das informações acerca dos usuários;
- f) realizar a gestão laboral da Secretaria, efetivando o planejamento e a organização das ações reativas à valorização do trabalhador e à estruturação dos processos internos de trabalho;
- g) supervisionar os órgãos e serviços da Secretaria Municipal;
- h) exercer outras atividades relacionadas ao e que lhe forem atribuídas pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação.

III - Divisão de Gestão do Cadastro Único, subordinada a Diretoria de Assistência Social e composta pelo(a) Chefe de Divisão de Gestão do Cadastro Único, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) coordenar os programas, projetos, serviços e benefícios sociais relacionados ao Cadastro Único dos Programas Federais;
- b) zelar pela qualidade e eficiência dos serviços prestados no acolhimento dos cidadãos junto à inscrição do Cadastro Único;
- c) garantir condições para o adequado funcionamento do Cadastro Único;
- d) realizar monitoramentos da continuidade deste cadastro garantindo o recebimento dos recursos financeiros para apoio a gestão;
- e) acessar e explorar os sistemas utilizados na Gestão do Cadastro Único;
- f) efetivar a articulação entre as áreas da assistência social e outras com os usuários do Cadastro Único;
- g) coordenar e planejar as ações de fiscalização, revisão e averiguação cadastral;
- h) exercer outras atividades relacionadas ao e que lhe forem atribuídas pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação.

IV - Divisão de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, subordinada a Diretoria de Assistência Social e composta pelo(a) Chefe de Divisão de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) elaborar instrumentos de planejamento e orçamento próprios da Política Municipal de Assistência Social;
- b) operacionalizar a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social e outros Fundos vinculados a Secretaria Municipal;
- c) operacionalizar e alimentar o Sistema de Informações do SUAS;
- d) participar das atividades de apoio às instâncias de deliberação e controle social;
- e) desenvolver outras atividades relacionadas e de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que lhe sejam atribuídas pela autoridade competente.

V - Divisão de Proteção Social Básica, subordinada a Diretoria de Assistência Social e composta pelo(a) Chefe de Proteção Social Básica, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento

correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos do(s) CRAS e suas unidades referenciadas;
- b) articular, acompanhar e avaliar a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nas unidades municipais;
- c) coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- d) participar da elaboração, acompanhando e avaliando os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência;
- e) coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo(s) CRAS e pela rede prestadora de serviços;
- f) definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no(s) CRAS;
- g) coordenar a definição, junto da equipe de profissionais e representantes da rede sócio-assistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede;
- h) promover a articulação entre os serviços, a transferência de renda e os benefícios socioassistenciais na área da abrangência do(s) CRAS;
- i) contribuir para a avaliação da eficácia, eficiência e dos impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- j) mapear as ações de articulação da rede socioassistencial no território de abrangência do(s) CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- k) coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e o envio regular das informações da rede;
- l) participar dos processos de articulação intersocial no território do(s) CRAS;
- m) averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria Municipal;
- n) planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do(s) CRAS, em consonância com as diretrizes municipais;
- o) desenvolver outras atividades relacionadas e de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que lhe sejam atribuídas pela autoridade competente.

VI - Divisão de Proteção Social Especial de Média Complexidade, subordinada a Diretoria de Assistência Social e composta pelo(a) Chefe de Divisão de Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos do CREAS;
- b) participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;
- c) subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial da Secretaria Municipal;
- d) coordenar a relação cotidiana e o processo de articulação cotidiana do(s) CREAS com as demais unidades de serviços socioassistenciais;
- e) definir com a equipe de profissionais a dinâmica, os processos de trabalho, as estratégias, ferramentas metodológicas a serem desenvolvidos no CREAS, bem como os critérios de inclusão, acompanhamento, encaminhamento, e desligamento dos usuários e suas famílias;
- f) coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;
- g) coordenar a oferta e o acompanhamento dos serviços, incluindo o monitoramento dos registros e informações e da avaliação das ações desenvolvidas;
- h) coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento;
- i) desenvolver outras atividades relacionadas e de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que lhe sejam atribuídas pela autoridade competente.

VII - Divisão de Proteção Social Especial de Alta Complexidade,, subordinada a Diretoria de Assistência Social e composta pelo(a) Chefe de Divisão de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-5 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos do(s) Abrigo(s) Institucional(is) do Município e dos seus abrigados;
- b) garantir a execução, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do Projeto político pedagógico do(s) Abrigo(s) do Município;
- c) realizar a articulação da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos;
- d) participar de reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria Municipal e representá-la quando solicitado;
- e) identificar as necessidades de capacitação da equipe e informar a Secretaria Municipal;
- f) coordenar o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, quando necessária sua execução;
- g) desenvolver outras atividades relacionadas e de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que lhe sejam atribuídas pela autoridade competente.

[...]

Art. 13. O inciso I, do art. 30, da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidos das respectivas alíneas:

Art. 30.

[...]

I - Assessoria de Gabinete, composta pelo(a) Assistente de Gabinete, sendo este cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, com vencimento correspondente ao nível CC-6 e regime de trabalho de dedicação integral, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, sem direito a remuneração extra, ao qual compete:

- a) assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete da Secretaria;
- b) realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pela Secretaria;
- c) tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
- d) executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

Art. 14. Fica acrescido o inciso VII e suas respectivas alíneas ao art. 37 da Lei Complementar nº 044 de 03 de março de 2.017, o qual com a seguinte redação:

Art. 37

[...]

VII – Coordenadores dos Programas Federais implantados junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, sendo estas funções gratificadas que poderão ser exercidas por servidores municipais efetivos, os quais serão remunerados em valor correspondente ao nível FG-1, ficando a execução de tais atribuições vinculadas a responsabilidade técnica e exigências do respectivo conselho de classe, nos seguintes casos:

- a) 01 (uma) Coordenação do Censo Escolar – EDUCACENSO;
- b) 01 (uma) Coordenação do Bolsa Família/Frequência Escolar;
- c) 01 (uma) Coordenação do Sistema de Gestão de Prestação de Contas do Programa Dinheiro Direto a Escola – PDDE;
- d) 01 (uma) Coordenação do Programa Dinheiro Direto a Escola – PDDE Interativo;
- e) 01 (uma) Coordenação do Plano de Ações Articuladas – PAR;
- f) 01 (uma) Coordenação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO Integrado;
- g) 01 (uma) Coordenação do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC;
- h) 01 (uma) do Sistema de Gestão de Prestação de Contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- i) Coordenador do Sistema de Gestão de Prestação de Contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNATE;

Art. 15. O art. 9º da Lei Municipal nº. 3.469, de 02 de março de 2010, que 'Cria estrutura para Administração do Plano de Assistência à Saúde do Servidor e desvincula-o da Seguridade Social e dá outras providências', passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O Quadro de Servidores que constituirão a Diretoria Executiva do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra - PLASSMA será composto dos seguintes cargos:

I - 01 (um) Diretor Médico Auditor, ao qual compete:

- a) assistir/Auxiliar a Diretoria Executiva nas informações médicas ocasionalmente necessárias;
- b) disciplinar e fiscalizar os atos médicos solicitados e praticados pelos serviços/médicos contratados;
- c) controlar e avaliar os recursos e procedimentos adotados, usando resolubilidade e a melhor qualidade na prestação dos serviços médicos;
- d) buscar conhecimento técnico, pleno e integrado da área médica;
- e) solicitar por escrito, quando julgar necessário, ao médico assistente credenciado, os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades;
- f) analisar as contas- nota Fiscal- Faturas dos serviços médicos, quando da apresentação e cobrança;
- g) acompanhar procedimentos médicos, desde que autorizado pelo paciente e ou médico assistente;
- h) zelar pela conduta ética dos serviços e profissionais credenciados;

II - 01 (um) Diretor Financeiro, ao qual compete:

- a) administrar os recursos disponíveis, resultante das receitas que auferir;
- b) elaborar o orçamento e demais planos anuais e plurianuais e submeter à apreciação do Conselho Fiscal;
- c) autorizar os pagamentos em geral;
- d) prover os cargos e funções do PLASSMA, bem como praticar todos os atos relativos à vida funcional dos servidores, na forma legal;
- e) expedir as resoluções, portarias e ordens de serviço, necessárias ao cumprimento das finalidades do PLASSMA;
- f) movimentar contas bancárias, solicitar extratos, autorizar aplicações e transferências mediante débito em conta-corrente;
- g) atribuir gratificações, fixar diárias e arbitrar ajuda de custo juntamente com a diretoria executiva do PLASSMA;
- h) convocar e presidir reuniões da diretoria;
- i) elaborar e submeter à apreciação do Conselho Fiscal para análise balancetes mensais e balanço e relatórios anuais;
- j) recorrer das decisões do Conselho Fiscal;
- k) assinar cheques, bem como documentos e contratos referente ao PLASSMA;
- l) autorizar despesas do PLASSMA através de solicitação própria do interessado;
- m) apresentar anualmente relatório escrito aos segurados do PLASSMA, das atividades e atos realizados pela administração do exercício anterior;
- n) analisar os balancetes anuais e os balancetes mensais do PLASSMA;
- o) praticar os atos administrativos de gestão necessários para assegurar a consecução das atividades do PLASSMA;
- p) coordenar todos os registros e controle dos servidores do PLASSMA;
- q) coordenar o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem a transparência e a agilização de suas atribuições;
- r) coordenar o registro e atualização dos segurados do PLASSMA e a documentação e arquivos dos respectivos segurados;
- s) expedir declarações, ofícios, memorandos e outros documentos e expedientes;
- t) participar de reuniões com os segurados e com os membros do Conselho e da Diretoria do PLASSMA;
- u) apresentar propostas de alteração e adequação do PLASSMA às legislações existentes;

III - 01 (um) Assistente de Gabinete, ao qual compete:

- a) assessorar as atividades desempenhadas pelo Gabinete do PLASSMA;
- b) realizar o controle dos documentos recebidos e enviados pelo PLASSMA;
- c) tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos em que o PLASSMA tenha participação.
- d) executar outras atribuições afins determinadas pelo Gestor do PLASSMA;

IV - 01 (um) Diretor Técnico e Auditor Odontológico, ao qual compete:

- a) realizar Auditoria Prévia dos procedimentos odontológicos solicitados pelos profissionais credenciados, devendo autorizar ou negar tal procedimento antes de sua realização.
- b) realizar Auditoria Pós - Procedimento, quando julgar necessário, verificando a correta conclusão dos procedimentos.
- c) receber as Notas Fiscais de Serviço e encaminhá-las ao Setor Financeiro do PLASSMA, verificando as fichas de controle dos procedimentos que foram autorizados e concluídos, para fins de pagamento.

- d) glosar Total ou Parcial, os procedimentos não autorizados ou os que não cumpram com as normas e coberturas estabelecidas no Edital de Credenciamento.
- e) participar das Reuniões da Comissão de Credenciamento e quando convocado prestar esclarecimentos ao Conselho Fiscal.
- f) assistir/Auxiliar a Diretoria Executiva nas informações ocasionalmente necessárias;
- g) controlar e avaliar os recursos e procedimentos adotados, usando resolubilidade e a melhor qualidade na prestação dos serviços odontológicos;
- h) quando julgar necessário solicitar por escrito, ao profissional credenciado os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades;
- i) zelar pela conduta ética dos serviços e profissionais credenciados.

§ 1º Os cargos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo terão seu vencimento correspondente ao:

I - nível salarial CC-2, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais para os cargos dos incisos II e IV e 40 (quarenta) horas para o cargo previsto no inciso I;

II - nível salarial CC-6, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para o cargo do inciso III.”

§ 2º Outros cargos da Administração do PLASSMA, que deverão ser providos através de Concurso Público:

I - 01 (uma) vaga de Auxiliar de Serviços;

II - 02 (duas) vagas de Agente Administrativo.

Art. 16. Inclui-se o Anexo II-A - Quadro de Pessoal do Plano de Assistência à Saúde do Servidor de Mafra - PLASSMA à Lei Municipal nº. 3.197, de 19 de junho de 2007, que 'Institui o Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional do Município de Mafra e dá outras providências', que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II - A

Quadro de Pessoal do PLASSMA

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
Diretor Médico Auditor	CC - 3	01
Diretor Financeiro	CC - 3	01
Diretor Técnico e Auditor Odontológico	CC - 3	01
Assistente de Gabinete	CC - 5	01

CARGOS EFETIVOS

CARGO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
Auxiliar de Serviços	1-A (inicial)	01
Agente Administrativo	1-C (inicial)	02

Art. 17. O art. 55 da Lei Municipal nº. 2.571, de 22 de novembro de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mafra, e altera o IPMM - Instituto de Previdência do Município de Mafra', passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. O quadro de servidores que constituirão a diretoria executiva do Instituto será composto dos seguintes cargos:

I - 01 (um) Diretor Presidente;

II - 01 (um) Gerente Financeiro;

III - 01 (um) Gerente Administrativo;

IV - 01 (um) Assessor Jurídico, devendo o nomeado possuir, para o exercício deste cargo, habilitação profissional de bacharelado em direito e estar inscrito junto a Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Santa Catarina.

V - Chefe de Divisão Administrativa e Financeira do IPMM.

Parágrafo único. Os cargos previstos no caput deste artigo serão de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal e terão carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e sua remuneração conforme quadro constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 18. Inclui-se o art. 57-B à Lei Municipal nº. 2.571, de 22 de novembro de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mafra, e altera o IPMM - Instituto de Previdência do Município de Mafra', que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57-B. Compete ao Assessor Jurídico:

I - assessoria jurídica na área de previdência municipal, incluindo análise da legislação vigente do RPPS, visando adequação as normas estabelecidas pelo Governo Federal;

II - elaboração de pareceres nos processos de benefícios, solicitados pelos segurados do IPMM;

III - oferecer subsídios necessários para solucionar os recursos interpostos contra o RPPS/IPMM;

IV - elaboração de pareceres solicitados pela Diretoria Executiva da Autarquia e Conselhos Administrativo e Fiscal, referente aos assuntos relacionados ao RPPS;

V - elaboração e defesa, em juízo ou fora dela do RPPS/IPMM, bem como junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.”

Art. 19. Inclui-se o art. 57-C à Lei Municipal nº. 2.571, de 22 de novembro de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mafra, e altera o IPMM - Instituto de Previdência do Município de Mafra', que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57-C. Compete ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira do IPMM:

- I – Chefiar a área administrativa e financeira do IPMM, mantendo a documentação das duas esferas em ordem;
II – Auxiliar diretamente aos Gerentes Financeiro e Administrativo, oferecendo-lhes suporte necessário ao cumprimento das atividades das duas gerências;
III - Tramitar junto aos órgãos municipais os processos administrativos do Poder Executivo Municipal em que a Secretaria tenha participação.
IV – Manter em dia as correspondências enviadas e recebidas, em ordem cronológica e de forma a serem facilmente localizadas;
V – Por determinação do Diretor Presidente, manter informados os Conselhos Administrativo e Fiscal do andamento das atividades do Instituto de Previdência;
VI - Executar outras atribuições afins determinadas pelo Secretário Municipal.

Art. 20. Fica revogado o parágrafo único do art. 64 da Lei Municipal nº. 2.571, de 22 de novembro de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mafra, e altera o IPMM - Instituto de Previdência do Município de Mafra'.

Art. 21. O Quadro de Servidores do IPMM - Cargos Comissionados, constante do Anexo Único da Lei Municipal nº. 2.571, de 22 de novembro de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mafra, e altera o IPMM - Instituto de Previdência do Município de Mafra' passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	SIGLA
Diretor Presidente	CC-1
Assessor Jurídico	CC-2
Gerente Financeiro	CC-4
Gerente Administrativo	CC-4
Chefe de Divisão Administrativa e Financeira do IPMM	CC-5

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Mafra, 23 de outubro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4286

Publicação Nº 1411973

Lei nº. 4.286
DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

altera O QUADRO DE SERVIDORES DO IPMM DO ANEXO ÚNICO da LEI MUNICIPAL Nº. 2.571, DE 22 DE novembro DE 2001, QUE dispõe sobre o regime próprio de previdência social do município de mafra, e altera o ipmm – instituto de previdência do município de mafra.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O “Quadro de Servidores do IPMM” do anexo único da Lei Ordinária Municipal nº. 2.571, de 22 de novembro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Anexo Único
Quadro de Servidores do IPMM

CARGOS EFETIVOS	VAGA	VENCIMENTO
Auxiliar de Manutenção e Conservação	01	1 - A
Agente Administrativo	02	2 - C
Assistente Administrativo	02	4 - J

(...)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 20 de outubro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4287

Publicação Nº 1411979

Lei nº. 4.287
DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 4.161. DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O §1º do art. 1º, da Lei nº 4.161, de 10 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º. A cota facultativa instituída por esta lei será cobrada na forma de doação espontânea, na conta da energia elétrica, que deverá ser requerida pelo interessado, diretamente à Companhia de Energia Elétrica de Santa Catarina – CELESC S/A.

Art. 2º. O inciso III, do §5º, do art. 1º, da Lei nº 4.161, de 10 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação dos recursos do Convênio;

Art. 3º. Acresce a alínea “i” ao art. 2º, da Lei nº 4.161, de 10 de dezembro de 2015, com a seguinte redação:

i – Presidente do Conselho de Segurança do Município de Mafra, ou algum membro da Diretoria por ele designado, respeitado o período do mandato.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em particular os §§ 3º e 4º do art. 1º, da lei nº 4.161, de dezembro de 2015.

Mafra/SC, 20 de outubro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4288

Publicação Nº 1411988

Lei nº. 4.288
DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

REGULAMENTA O §2º, DO ART. 25 DA LEI Nº 4.091, DE 03 DE MARÇO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, NO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de julho de 2011.

Art. 2º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, de emergências e calamidade pública.

§ 1º. Os benefícios eventuais configuram-se como direitos sociais legalmente instituídos sendo, dessa forma, gratuitos, portanto não contributivos e não sujeitos a condicionalidades ou contrapartidas;

§ 2º. O benefício eventual deve integrar a rede de serviços sócioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade;

§ 3º. O município deve garantir igualdade de condições no acesso as informações e a fruição do benefício eventual;

§ 4º. É proibida a exigência de comprovação complexa e vexatória de pobreza;

§ 5º. Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais: a gestante, a nutriz, o idoso, a pessoa com deficiência e as famílias envolvidas em situações de vulnerabilidade temporária, emergência e calamidade pública;

§ 6º. Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social que compor as equipes de referência dos equipamentos sociais – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Parágrafo único - Quando os equipamentos sociais forem os locais de oferta de Benefícios Eventuais, deverá ser ampliado o número de profissionais que compõem obrigatoriamente a equipe de referência, estabelecida na NOB-RH/SUAS e na Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, e contar com espaço físico adequado para além daqueles necessários para a oferta dos serviços, visando não prejudicar a oferta dos principais serviços dos equipamentos, ou seja, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Proteção

e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI.

Art. 3º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º. São formas de benefícios eventuais:

I – auxílio natalidade;

II – auxílio funeral;

III – auxílio por vulnerabilidade temporária;

IV – auxílio por situação de emergência ou calamidade pública.

SEÇÃO I

DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 5º. O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma parcela única, não contributiva da Assistência Social para reduzir situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, provocados por nascimento de membro da família.

§1º. O auxílio natalidade consiste no valor de um salário mínimo nacional vigente, para cada nascituro, conforme Resolução nº 16, de 23/11/2016, do Conselho Estadual de Assistência Social, em pecúnia, pago em até trinta dias após o requerimento.

§2º. São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Comprovante de residência;

II – Comprovante de renda de todos os membros familiares;

III – Documentos pessoais, Cadastro de Pessoa Física – CPF e Registro Geral - RG ou certidão de nascimento ou casamento;

IV – Carteira do pré-natal.

§3º. O auxílio natalidade poderá ser solicitado a partir da comprovação de gestação, até o nonagésimo dia após o nascimento.

§4º. A morte da criança não inabilita a família a receber o benefício eventual em razão da natalidade, se requerido anteriormente ao seu óbito.

Art. 6º. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio natalidade será igual ou inferior a metade do salário mínimo nacional vigente.

Art. 7º. A família beneficiária do auxílio natalidade deverá ser acompanhada pela equipe técnica que avaliou a concessão do benefício eventual.

SEÇÃO II

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 8º. O benefício eventual concedido em razão de morte constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em pecúnia, bens materiais e ou serviços destinados a reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

§1º. O benefício eventual concedido em razão de morte atenderá:

I - o custeio das despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária;

II - o custeio das necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

III - o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§2º. São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – Atestado de óbito;

II – Comprovante de residência no nome do falecido ou de quem ele comprovadamente residia;

III – Comprovante de renda do falecido e de todos os seus membros familiares;

IV – CPF e RG do requerente e do falecido;

V – Orçamento da funerária que prestou o serviço.

§3º. O auxílio funeral poderá ser solicitado até trinta dias após o óbito.

§4º. Quando se trata de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inserido em serviços de proteção social especial de alta complexidade, em situação de abandono ou pessoa em situação de rua, a Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§5º. O valor conferido ao auxílio funeral será de um salário mínimo nacional vigente, em número igual à ocorrência desse evento, na forma de pagamento de serviços;

§6º. O valor do benefício poderá ser duplicado em caso de necessidade de traslado intermunicipal ou interestadual comprovado.

Art. 9º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio funeral será igual ou inferior a meio salário mínimo nacional vigente.

SEÇÃO III

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 10. Situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensas.

§1º. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I – da falta de:

- a) acesso a condições e meios para produzir a segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) documentação;
- c) domicílio no caso de perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica da família, de situações de ameaça à vida e a integridade física;

§2º. São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – Comprovante de residência;

II – Comprovante de renda de todos os membros familiares;

III – CPF e RG ou Boletim de Ocorrência em caso de perda dos documentos.

IV – Declaração assinada pelo usuário, afirmando que se encontra em situação de rua.

§3º. O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido a partir do estudo social ou parecer realizado por Assistente Social.

§4º. O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária poderá ser concedido na forma de:

I – suplementação alimentar e material de higiene pessoal e limpeza;

II – passagem intermunicipal para pessoa em situação de rua;

III – custeio de despesas para expedição de documentação pessoal, como fotografia e fotocópias;

IV – colchões e cobertores;

V – vestuário e agasalhos, oriundos de campanhas e/ou doações.

Art. 11. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso ao benefício de auxílio por vulnerabilidade temporária será igual ou inferior ao salário mínimo nacional vigente.

Parágrafo Único: Casos que não atendam aos critérios de concessão poderão ser atendidos mediante estudo ou parecer social do Assistente Social.

SEÇÃO IV

DO AUXÍLIO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA

Art.12. Entende-se por estado de emergência ou calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes, nos termos do §2º, do art. 22, da Lei 8.742/1993.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio em situações de emergência ou calamidade pública:

I – Comprovante de residência;

II – Comprovante de renda de todos os membros familiares;

III – Documentos pessoais (CPF e RG ou Boletim de Ocorrência em caso de perda de documentos).

IV – Laudo da Defesa Civil ou órgão responsável (Bombeiros, Polícia Civil ou Militar) atestando danos.

§2º. O auxílio em situação de emergência ou calamidade pública será concedido a partir do estudo social e/ou parecer realizado por Assistente Social.

§3º. O auxílio em situação de emergência ou calamidade pública será concedido na forma de:

I – gêneros alimentícios;

II – material de higiene pessoal e de limpeza

III – colchão, cobertor, travesseiro, roupas de cama e banho.

IV - vestuário e agasalhos, oriundos de campanhas ou doações.

V – aluguel social conforme Lei Municipal nº 4.029/2014.

Parágrafo único: Para o atendimento em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública, o benefício eventual deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Caberá ao órgão gestor da Política da Assistência Social do Município:

I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – a realização do diagnóstico e monitoramento de demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – expedir as instruções e instruir formulários e modelos de documentos necessários a operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 14. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização da aplicação desta lei.

Art.15. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelho ortopédicos, dentaduras, dentre outros, cadeiras de rodas, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro e transporte para tratamento de saúde, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 16. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 17. A concessão de uma modalidade de benefício eventual não impossibilita a concessão de outras, para o mesmo usuário, no mesmo período de concessão.

Art. 18. Será oferecida formação continuada e capacitação dos profissionais de Assistência Social, que compõem as equipes de referência dos serviços do SUAS, para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação e acompanhamento das situações de vulnerabilidade temporária e em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública;

Art. 19. O município providenciará, no âmbito municipal, reordenamento das provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da Saúde, Educação e das demais políticas setoriais como Segurança Alimentar, que não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social;

Art. 20. Será garantido apoio e incentivo às práticas interdisciplinares nas equipes de referência que compõem os serviços e programas do SUAS.

Art. 21. Promover-se-ão espaços intersetoriais municipais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nos territórios e nas famílias em situação de vulnerabilidade social, com participação de profissionais da saúde, de assistência social e da educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa de direitos.

Art.22 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Parágrafo único: em caso de situação de emergência ou calamidade pública, os recursos financeiros deverão ser complementados com recursos destinados à Defesa Civil.

Art. 23 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 20 de outubro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4289

Publicação Nº 1411991

LEI Nº. 4.289

DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2017 até o valor de R\$ 1.375.000,00 (Um milhão e trezentos e setenta e cinco mil reais), conforme descrição abaixo:

11 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
041220011.2.43000 Manutenção do Centro de Serviços
(60) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 50.000,00
Fonte: 100

041220011.2.44000 Construção e Manutenção de Pontes
(62) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 300.000,00
Fonte: 100

041220011.2.45000 Ampliação e Manutenção da Frota Mecanizada
(64) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 450.000,00
Fonte: 100

(65) 4.4.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 15.000,00
Fonte: 100

13 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
01 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
154520013.2.210000 Ampliação e Manutenção da Frota Mecanizada
(403) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte: 100

17 Fundo Municipal de Educação
01 Administração E Gerência de Apoio ao Ensino
123650017.2.103000 Apoio ao Ensino Através da Adequação da Rede Física e Equipamentos Infantil
(122) 4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte: 101

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

11 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
01 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
041220011.2.42000 Aquisição de Rochas, Manutenção e Limpeza de Pedreiras
(58) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 400.000,00
Fonte: 100

041220011.2.46000 Manutenção da Secretaria de Obras
(68) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 415.000,00
Fonte:100

21 Secretaria Municipal da Agricultura e Interior
01 Secretaria Municipal da Agricultura e Interior
201220021.2.133000 Manutenção das Atividades da Secretaria
(138) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte: 100

09 Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
01 Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
041220009.2.18 Administração Financeira e Contábil ☐ Contabilidade
(360) 3.3.91.00 ☐ Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 60.000,00
Fonte: 100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 20 de outubro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº 4290

Publicação Nº 1411993

LEI Nº. 4.290
DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2017.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2017 até o valor de R\$ 4.518.000,00 (Quatro milhões e quinhentos e dezoito mil reais), conforme descrição abaixo:

16 Fundo Municipal de Saúde
01 Programas e Atividades do Fundo Municipal de Saúde
101220016.2.84000 Manutenção da Secretaria de Saúde
(191) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 43.000,00
Fonte: 102

(192) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 40.000,00
Fonte: 100

(190) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
Fonte: 102

(193) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
Fonte: 102

101220016.2.92000 Estratégia da Saúde da Família
(207) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 750.000,00
Fonte: 164

101220016.2.192000 Piso Atenção Básica – PAB Fixo
(213) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 270.000,00
Fonte: 164

103010016.2.87000 Atenção Básica PAB Variável – Saúde Bucal
(237) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 240.000,00
Fonte: 164

103020016.2.89000 Mac Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
(242) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 620.000,00
Fonte: 102

(244) 3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.080.000,00
Fonte: 102

(247) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte: 102

103020016.2.95000 Mac Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – CAPS
(257) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
Fonte: 102

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 Fundo Municipal de Saúde
01 Programas e Atividades do Fundo Municipal de Saúde
101220016.2.84000 Manutenção da Secretaria de Saúde
(440) 3.3.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 110.000,00
Fonte: 102
101220016.2.192000 Piso Atenção Básica – PAB Fixo
(214) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas – R\$ 800.000,00
Fonte: 102

(215) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 50.000,00
Fonte: 102

(217) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte: 102

103050016.2.91000 Vigilância em Saúde – Vigilância Epidemiológica
(279) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 10.000,00
Fonte: 102

(278) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte: 102

103040016.2.93000 Vigilância Sanitária
(274) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Fonte: 102

(271) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 20.000,00
Fonte: 102

(270) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte: 102

103020016.2.9000 MAC – CEO
(251) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
Fonte: 102

(252) 3.1.91.00 – Aplicações Diretas – Operações Intra R\$ 27.000,00
Fonte: 102

103010016.2.87000 Atenção Básica PAB Variável – Saúde Bucal
(238) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 273.000,00
Fonte: 102

101220016.2194000 PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade

(224) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 790.000,00

Fonte: 164

101220016.2.86000 Agente Comunitário de Saúde – ACS

(204) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Fonte: 164

(205) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte: 102

(206) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte: 102

101220016.2.193000 Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF

(219) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte: 164

(220) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte: 102

(222) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte: 102

101220016.1.3000 Unidades de Saúde

(184) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

Fonte: 100

(186) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 430.000,00

Fonte: 100

101220016.2.92000 Estratégia da Saúde da Família

(208) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Fonte: 102

(209) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte: 102

101220016.2.196000 Academia de Saúde

(226) 3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte: 102

(230) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte: 102

101220016.2.205000 Combate a Endemias

(340) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte: 102

103010016.2.87000 Atenção Básica PAB Variável – Saúde Bucal

(240) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte: 102

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 20 de outubro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº 4291

Publicação Nº 1411997

LEI Nº. 4.291
DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI Nº 4.159, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei Municipal nº 4.159, de 04 de dezembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único - O evento esportivo mencionado no caput deste artigo será realizado anualmente, no primeiro sábado do mês de novembro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 23 de outubro de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

ATA Nº 02 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017

Publicação Nº 1412032

ATA Nº 02
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO

ATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017

ATA DA REUNIÃO RESERVADA DA PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA REGISTRO DO RECEBIMENTO DE PARECER JURIDICO REFERENTE AO OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE RESPONSABILIDADE RECEBIDO DA EMPRESA RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais de higienização e desinfecção para atendimento a Rede Municipal de Ensino (escolas e CEI), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, Centro de Triagem de Resíduos Sólidos, Parque Ecológico, Departamento de Saúde, Complexo Esportivo e Administração em Geral do Município de Maracajá/SC.

Às dezesseis horas, do dia vinte e quatro do mês de outubro, do ano de dois mil e dezessete, na Sala de Licitações, na sede administrativa do Município de Maracajá, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designada pelo Decreto nº 02/2017, alterado pelo Decreto nº 27/2017, para dar continuidade ao processo do edital supracitado. Abertos os trabalhos pela Pregoeira, Srª. Grasiela Becker, a mesma informou que recebeu da Procuradoria do Município o parecer jurídico, juntamente com o ofício de solicitação de dispensa de responsabilidade emitido pela empresa RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME, requerendo a sua desclassificação no processo licitatório acima citado, alegando impossibilidade de cumprimento das obrigações (ofício em anexo). Após a leitura verbal do parecer jurídico, exarado pela Procuradora do Município, Advogada GEZILANE DE SÁ – OAB/SC 15.354, com a seguinte conclusão: Ante o exposto, opina esta Procuradoria do Município pela PROCEDÊNCIA e DEFERIMENTO da solicitação, e ainda orienta que:

a) Convoque a colocada remanescente do certame licitatório;

b) Aplique a pena de Advertência a empresa RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME.

Desta forma e diante dos fatos arguidos no ofício emitido pela empresa e no parecer jurídico da Procuradoria do Município de Maracajá, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, por unanimidade, acataram os pareceres, uma vez que conforme relatado a mesma não possui condições de cumprir com as obrigações do referido processo, com isso determinaram a desclassificação da empresa RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME. Diante disso convoca a empresa SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL EIRELE EPP, segunda coloca na fase de lances conforme ata 01, para o dia 30/10/2017 (segunda-feira) às 09h30min – horário de Brasília - para reabertura dos lances, com ou sem a presença do representante legal da licitante, na sala de licitações do município de Maracajá. A empresa segunda colocada e demais interessados serão comunicados desta decisão, através do ato de publicação da presente ata no Diário Oficial do Município - DOM. A Pregoeira encaminha e submete a decisão, ao Senhor Arlindo Rocha - Prefeito Municipal. O parecer jurídico e ofício de solicitação de desclassificação da empresa ficam fazendo parte integrante e inseparável como se aqui estivessem transcritos. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 1630min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e sua da Equipe de Apoio. Maracajá, 24 de outubro de 2017.

ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Maracajá, mantém a decisão.

LEI 1102/2017

Publicação Nº 1411819

LEI Nº 1102 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE TAXAS E EMOLUMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o pagamento de taxas e emolumentos necessários à inserção de medidas perimetrais, implantação/inclusão das coordenadas geográficas e atualização das confrontações junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá, relativamente ao imóvel matriculado sob nº 38.400, declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Municipal nº 31, de 23 de maio de 2011, nos termos da Lei nº 864, de 24 de agosto de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Outubro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 26 de Outubro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

LEI 1103/2017

Publicação Nº 1411820

LEI Nº 1103 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 797.899,82 (setecentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais, oitenta e dois centavos), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (14) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0080 (15) - Aplicações Diretas - Oper. Intra OrçamentáriasR\$ 44.000,00

3.3.91.00.00.00.00.00.0080 (19) - Aplicação Direta de Op. entre ÓrgãoR\$ 123.889,82

2.047 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (23) - Aplicações DiretasR\$ 24.310,00

04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO

2.010 – ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (31) – Aplicações Diretas R\$ 47.580,00

2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 (50) - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.012 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (67) - Aplicações DiretasR\$ 28.120,00

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (10) - Aplicações DiretasR\$ 120.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0103 (18) - Aplicações DiretasR\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 797.899,82

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (2) - Aplicações DiretasR\$ 23.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (3) – Aplicações Direta R\$ 5.680,88

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (26) - Aplicações DiretasR\$ 65.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (28) - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

1.003 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (12) - Aplicações DiretasR\$ 35.712,06

2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.71.00.00.00.00.00.0080 (13) – Transf. a Consórcios PúblicosR\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0080 (16) - Transf. a Consórcios PúblicosR\$ 5.000,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0080 (21) - Transf. a Consórcios PúblicosR\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (22) - Aplicações DiretasR\$ 9.690,00

2.043 - CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (11) - Transf. a Instituições Privadas sem FinsR\$ 57.228,00

05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0.002 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 (36) - Aplicações DiretasR\$ 25.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 (37) - Aplicações Diretas	R\$ 110.000,00
1.007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (40) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
1.008 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (41) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (42) - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.010 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (111) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.025 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ENSINO INFANTIL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (64) - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.018 - MANUTENÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (76) - Aplicações Diretas	R\$ 6.797,05
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (77) - Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
2.022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (59) - Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (60) - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CULTURA	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE ESPORTES	
1.009 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (82) - Aplicações Diretas	R\$ 11.368,70
2.006 - MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (83) - Aplicações Diretas	R\$ 10.349,62
07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
1.016 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (97) - Aplicações Diretas	R\$ 19.640,00
1.018 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (109) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.021 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO PLUVIAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (96) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.026 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS, PASSEIOS PÚBLICOS E ACADEMIAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (87) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.027 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas	R\$ 9.200,00
2.030 - MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (89) - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
2.033 - MANUTENÇÃO, LIMPEZA E MELHORIAS DE PRAÇAS PÚBLICAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (92) - Aplicações Diretas	R\$ 9.250,00
2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (93) - Aplicações Diretas	R\$ 23.225,34
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (94) - Aplicações Diretas	R\$ 1.792,20
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.026 - ATENÇÃO AS FAMÍLIAS	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (117) - Transf. a Instituições Privadas sem Fins	R\$ 85.000,00
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	
2.025 - PROTEÇÃO AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (129) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
1.024 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (130) - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
2.024 - MELHORIAS DAS HABITAÇÕES POPULARES	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (133) - Aplicações Diretas	R\$ 19.918,47
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (134) - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
1.019 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (136) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
2.050 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (139) - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (140) - Aplicações Diretas	R\$ 15.047,50
TOTAL	R\$ 797.899,82

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Outubro de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 26 de Outubro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 630/2017

Publicação Nº 1411771

DECRETO Nº 630, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 231/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que está em elaboração Processo Seletivo para contratação de pessoal para o cargo de Motorista de Transporte Coletivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 26 de outubro a 22 de dezembro de 2017, do servidor MAICON JOSÉ GRUNUTZKY, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 049.569.439-89, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Coletivo, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 631/2017

Publicação Nº 1411774

DECRETO Nº 631, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 231/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Processo Seletivo Edital nº 004/2016,

Que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 26 de outubro a 22 de dezembro de 2017, da servidora ROSELI DE FATIMA TAVARES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 981.024.279-49, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 632/2017

Publicação Nº 1412789

DECRETO Nº 632, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 235/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

O afastamento pelo INSS da servidora Marisleide Werlang,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 23 de outubro a 20 de dezembro de 2017, da servidora TATIANE BORDIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 079.504.429-13, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2017.

Maravilha – SC, 26 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 75.2017 - AQUISIÇÃO DE CILINDRO E RECARGA DE GÁS PARA MÁQUINA DE SOLDA (PMM)

Publicação Nº 1412005

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

VALIDADE: 26/10/2017 a 26/10/2018

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes a AQUISIÇÃO DE CILINDRO E RECARGA DE GÁS PARA A MÁQUINA DE SOLDA MIG DE USO DA OFICINA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, neste ato representado por MASAO BUENO NISHIMATSU	00.331.788/0075-55

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CILINDRO E RECARGA DE GÁS PARA A MÁQUINA DE SOLDA MIG DE USO DA OFICINA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 271799 - AIR LIQUIDE BRASIL LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CILINDRO PARA MISTURA DE GÁS PARA SOLDA 7M ³	UNID	AIR LIQUIDE BRASIL	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
2	RECARGA DE MISTURA DE GÁS PARA SOLDA MIG 7M ³	UNID	AIR LIQUIDE BRASIL	10	R\$ 165,00	R\$ 1.650,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.050,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 3.050,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 3.050,00 (TRÊS MIL E CINQUENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e

também pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue na oficina da Prefeitura de Massaranduba (SC), situado à Rua 11 de Novembro, 2765, bairro Centro, Massaranduba/SC, em no MÁXIMO 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Entregar o objeto desta ata de registro de preços em no MÁXIMO 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes na ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na mesma será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. JOSÉ BEIRA MAGALHÃES, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	26	de	outubro	de	2017
--------------------	----	----	---------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

VALDIR ZAPPELLINI

CONTRATANTE

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
MASAO BUENO NISHIMATSU
CONTRATADA

DECRETO Nº. 3484 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1411923

DECRETO Nº. 3484 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1834 de 10 de Outubro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional Suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$ 115.103,69 (Cento e quinze mil cento e três reais e sessenta e nove centavos) no programa abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13601 –Transferência salário Educação R\$ 115.103,69

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ R\$ 115.103,69 (Cento e quinze mil cento e três reais e sessenta e nove centavos), do programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13601 –Transferência salário Educação R\$ 115.103,69

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR ZAPPELLINI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Matos Costa**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL 2.189/2017**

Publicação Nº 1412063

Lei Municipal Nº 2.189/2017 – de 26 de outubro de 2017.

Abre Crédito Adicional Especial.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 250.953,67 (duzentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETETARIA DO DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
UNIDADE	08.02	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO		
PROJETO	13.392.1301.2029	Manut.das Festiv. e Atividades Culturais e Artísticas		
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1134	Aplicações Diretas		243.750,00
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		7.203,67
		TOTAL DOS DÉBITOS		250.953,67

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 7.203,67 (sete mil, duzentos e três reais e sessenta e sete centavos), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETETARIA DO DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
UNIDADE	08.02	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO		
PROJETO	13.392.1301.2029	Manut.das Festiv. e Atividades Culturais e Artísticas		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		7.203,67
		TOTAL DOS DEBITOS		7.203,67

Art. 3º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo primeiro, fica autorizado utilizar o valor do Contrato de Repasse 826628/2016-Operação 1028535-36, assinado com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e cinquenta reais)

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço do Contestado, 26 de outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 536/2017

Publicação Nº 1411795

PORTARIA Nº 536/2017 – De 25 de Outubro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor DENILSON DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017, a serem gozados entre os dias 25.10.2017 á 23.12.2017, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 25 de Outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS

Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Mural Municipal, na data supra.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL

Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº088-2017

Publicação Nº 1412013

DECRETO nº 088/2017

TRATA DA REGULAMENTAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETA
DEC

Art. 1.º A Unidade Central de Saúde funcionará das 07h30min às 17h00min horas, sem fechar ao meio dia.

Art. 2.º O atendimento será revezado pelos servidores, respeitando às 8 horas por dia, com no mínimo, 1 hora de intervalo intrajornada.

Art. 3.º O horário dos servidores será determinado pela Secretária de Saúde.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/02/2017.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de outubro de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0148/2017

Publicação Nº 1412414

PORTARIA Nº 0148/2017 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDOLOSO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDOLOSO, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 021/2008 de 01.02.2008, com designação para Diretora Municipal, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 02/2008 a 02/2013, a ser usufruída no período de 01.11.2017 a 30.11.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 26 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2017 - PMM

Publicação Nº 1412352

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 118/2017

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação nº. 008/2017

Chamamento Público para Credenciamento

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação processo de CREDENCIAMENTO, fundado em inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores), conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 008/2017. OBJETO: Credenciamento de expositores para participarem da 1ª Feira do Livro de Mondaí, na utilização de box durante a feira do livro em espaço público, no período de 27 a 30 de novembro de 2017, os quais receberão o vale-livro instituído pela Lei Municipal nº 3.640, de 19 de setembro de 2017, com os valores constantes no (Anexo I). CREDENCIAMENTO: a partir de 30 de outubro até 22 de novembro de 2017, em horário comercial de segunda a sextas feiras. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 26 de outubro de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 009/2017 - FMS

Publicação Nº 1412648

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2017

TOMADA DE PREÇOS – TÉCNICA E PREÇO nº. 009/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, através do Fundo Municipal de Saúde, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preços nº 011/2017. TIPO: Melhor Técnica e Preço. OBJETO: Contratação de serviços técnicos profissionais de NUTRICIONISTA, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, sendo: 20 (vinte) horas semanais na execução de serviços de complexidade mais avançada, para atuar no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e 20 (vinte) horas semanais para atuar na orientação em saúde coletiva, executando atividades de alimentação e nutrição de acordo com as políticas e programas institucionais de atenção básica e de vigilância sanitária, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). Entrega dos envelopes de documentos e proposta até as 14h00min do dia 28/11/2017. Abertura da Sessão Pública às 14h15min do dia 28/11/2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 26 de outubro de 2017. VALDIR RUBERT – Prefeito Municipal.

EXTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 011/2017 - PMM

Publicação Nº 1412678

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 116/2017

TOMADA DE PREÇOS – TÉCNICA E PREÇO nº. 011/2017

“MULTIENTIDADES”

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preços nº 011/2017. TIPO: Melhor Técnica e Preço. OBJETO: Contratação de serviços técnicos profissionais de ASSISTÊNCIA SOCIAL, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, sendo: 20 (vinte) horas semanais na execução de serviços de complexidade mais avançada, para atuar no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e 20 (vinte) horas semanais para atuar na política municipal de Habitação, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). Entrega dos envelopes de documentos e proposta até as 08h30min do dia 28/11/2017. Abertura da Sessão Pública às 08h45min do dia 28/11/2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 26 de outubro de 2017. VALDIR RUBERT – Prefeito Municipal.

LEI 3.644 2017 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2018

Publicação Nº 1412393

LEI Nº. 3.644, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Estabelece as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei estabelece às diretrizes orçamentárias do Município de Mondaí, para o exercício de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, combinado, com o inciso VI do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, com o inciso parágrafo 2º do Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 28 de novembro de 2006, e, com a Lei Municipal nº. 3.643, de 22 de setembro de 2017 (Plano Plurianual), sendo elaboradas e executadas de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II – A estrutura e organização dos orçamentos;

III – As diretrizes gerais;

IV – As diretrizes específicas para o Poder Legislativo

V – As disposições sobre a receita;

VI – As disposições sobre a despesa;

VI – As disposições sobre os créditos adicionais;

VIII – Das despesas com educação e saúde;

IX – As disposições sobre despesas com pessoal;

X – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

XI – Das disposições gerais.

§ 1º – As diretrizes, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais abertos.

§ 2º – Esta Lei dispõe, dentre outras matérias, também sobre o equilíbrio das finanças públicas, critérios e formas de limitação de empenho, sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas, sobre condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas, sobre a despesa de pessoal para os fins do art. 169, § 1º da Constituição, e compreende os anexos de que trata os §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º – Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2018 a 2021, aprovado pela Lei Municipal nº. 3.643, de 22 de setembro de 2017, outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura, as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são os especificados no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º – O detalhamento das metas e prioridades consta no Anexo I a esta Lei, em conformidade com os objetivos estabelecidos nos programas temáticos constantes do Plano Plurianual 2018-2021

§ 2º – As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, atendidas as despesas que configurem obrigação constitucional, legal ou obrigatórias de caráter continuado do Município, as com funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e as de conservação do patrimônio público, têm precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2018 e na sua execução, não se configurando, todavia, em limite à programação da despesa

§ 3º – A Lei Orçamentária Anual de 2018 conterá dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de obras e demais contratos em andamento, em atendimento ao princípio da continuidade das ações públicas, observando e cumprindo o disposto no art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º – O anexo de metas e prioridades conterá no que couber, o disposto no § 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º – A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 6º – Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2018, o Poder Executivo Municipal, poderá, se verificado alterações da conjuntura nacional, estadual e municipal e dos parâmetros macroeconômicos utilizados, adequar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

II – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º – A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura e deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o da publicidade, igualdade, justiça social e o da transparência social:

I – O princípio da publicidade visa promover a transparência da gestão fiscal, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas ao ente público;

II – O princípio de justiça social implica em assegurar que os Programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados;

III – O princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas; e

IV – O princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 4º – As ações do Governo Municipal visando à viabilização financeira do município deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

I – busca da elevação imediata, substancial e permanente das receitas públicas, sobretudo das receitas próprias, bem como da ampliação e da diversificação das fontes alternativas de receita, sobretudo as de menor custo para a sociedade;

II – promoção de amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais;

III – aprimoramento da capacidade de gestão de despesas do setor público, bem como de gestão orçamentária, de administração financeira e de controle interno, por intermédio da modernização dos instrumentos e dos mecanismos de exercício de despesas e determinação de gastos, de controle de custos, de administração financeira e de controle interno.

IV – promover a melhoria permanente da administração pública municipal, por meio de um modelo de gestão por resultados e da capacitação e valorização dos servidores públicos do município;

V – manter o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais por meio de uma gestão moderna e eficiente para subsidiar a elevação da capacidade de investimentos. Aprimorar os mecanismos de cobrança e os instrumentos de arrecadação fiscal.

Art. 5º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: o menor nível da classificação institucional;

II – ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

III – FUNÇÃO: maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

IV – SUB-FUNÇÃO: uma partição da função, que visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

V – PROGRAMA: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado pelas metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual;

VI – ATIVIDADE: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, destinados para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal e os programas específicos de manutenção continuada, devendo as mesmas serem realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamental as quais foram extraídas do Plano Plurianual atualizado;

VII – PROJETO: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, previamente aprovados no Plano Plurianual em vigor e serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal;

VIII – OPERAÇÕES ESPECIAIS: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

IX – FONTE DE RECURSOS: vinculação de recursos públicos a uma despesa específica ou a qualquer que seja a aplicação, desde a previsão até o efetivo pagamento da despesa, constantes dos programas e ações governamentais, dividindo-se essa destinação em ordinária e vinculada.

§ 1º – Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como os órgãos orçamentários responsáveis pela realização da ação e em seus créditos adicionais.

§ 2º – Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e subfunção às quais se vincula.

§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, bem como nos créditos adicionais, por função, subfunção, programa, projeto/atividade, operação especial e categoria econômica.

Art. 6º – A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I – Categoria Econômica;

II – Origem;

III – Espécie;

IV – Rubrica;

V – Alínea; e

VI – Subalínea.

§ 1º – A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

I – Receitas Correntes - 1; e

II – Receitas de Capital - 2.

§ 2º – A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§ 3º – O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§ 4º – O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§ 5º – A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§ 6º – O sexto nível, a Subalínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 7º – A despesa orçamentária será discriminada por:

I – Órgão Orçamentário;

II – Unidade Orçamentária;

III – Função;

IV – Subfunção;

V – Programa;

VI – Projeto, Atividade ou Operação Especial;

VII – Categoria Econômica;

VIII – Grupo de Natureza da Despesa;

IX – Modalidade de Aplicação;

X – Elemento de Despesa; e

XI – Fonte de Recursos.

§ 1º – A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

I – Despesas Correntes - 3; e

II – Despesas de Capital - 4.

§ 2º – Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais - 1;

II – juros e encargos da dívida - 2;

III – outras despesas correntes - 3;

IV – investimentos - 4;

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e

VI – amortização da dívida - 6.

§ 3º – A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º – Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – transferências à União - 20;

II – transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III – transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31

IV – transferências a Municípios - 40

V – transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41

VI – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;

VII – transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;

VIII – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 71;

IX – execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos - 72;

X – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da lei complementar nº 141, de 2012 - 73;

XI – aplicações diretas - 90; e

XII – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2018 e em seus Créditos Adicionais.

§ 6º – A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de modalidade de aplicação.

§ 7º – A Lei Orçamentária Anual para 2018 conterá a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do

Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Santa Catarina – TCE / SC.

§ 8º – O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 7º deste artigo;

§ 9º – Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 10 – As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 11 – A Reserva de Contingência, prevista no inciso I, parágrafo único do artigo 46 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 12 – Não poderão ser fixadas no orçamento despesas sem que estejam definidas as correspondentes fontes de recursos.

§ 13 – Cada Projeto constará somente de uma esfera orçamentária e sob um único Programa.

Art. 8º – As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 9º – O projeto de Lei Orçamentária de 2018 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva Lei, além dos quadros exigidos, serão constituídas de:

I – Texto da Lei;

II – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964);

III – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964);

IV – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964);

V – Demonstrativo da aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº. 14, de 12 de setembro de 1996, pela Emenda nº. 53, aprovada em 19 de dezembro de 2.006;

VI – Demonstrativo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;

VII – Demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 198 da Constituição da República e no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº. 29 de 13 de setembro de 2000;

VIII – Demonstrativo da receita segundo as categorias econômicas;

IX – Detalhamento da despesa por unidade orçamentária;

X – Detalhamento da despesa por órgão;

XI – Detalhamento da despesa – consolidado;

XII – Demonstrativo de programa de trabalho;

XIII – Demonstrativo de programa de trabalho por órgão;

XIV – Demonstrativo de programa de trabalho – demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais; (Anexo 6, da Lei 4.320/1964);

XV – Demonstrativo de programa de trabalho – demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais; (Anexo 7, da Lei 4.320/1964);

XVI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964);

XVII – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, (Anexo 9, da Lei 4.320/1964);

XVIII – Demonstrativo da natureza de despesa segundo as categorias econômicas.

XIX – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XX – Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

XXI – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XXII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2016 com indicação das medidas de compensação;

XXIII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016;

XXIV – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XXV – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2018;

§ 1º – Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do Município ao fundo de forma financeira, ou seja, os registros contábeis da Prefeitura dar-se-ão somente nos sistemas financeiros e compensação, fechando os balanços em sua consolidação.

§ 2º – Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

Art. 10 – As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas se atendido o disposto no § 3º do art. 166 da Constituição da República e no art. 33 da Lei nº. 4.320/64, não podendo, ainda, incidirem sobre:

I – Dotações financiadas com recursos vinculados;

II – Dotações referentes à contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal sobre recursos transferidos ao Município;

III – Recursos destinados ao serviço e encargos da dívida, precatórios, despesas com pessoal e encargos sociais;

IV – Dotações referente a obras em execução.

Parágrafo único. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de etapas de obras ou cumprimento de parcela de contratos de entrega de bem ou serviço.

III - DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 11 – O orçamento para o exercício de 2018 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, e seus fundos.

Art. 12 – Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 13 – Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I – racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;

II – racionalização de despesas com horas extras;

III – redução de até 30% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – redução dos investimentos programados, desde que ainda não iniciados;

V – redução das despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

VI – Redução do número de funcionários admitidos em cargos comissionados;

VII – Redução do número de funcionários admitidos em caráter temporário.

§ 1º – Caso ocorra o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho, e movimentação financeira.

§ 2º – O Chefe do Poder Legislativo, com base na comunicação recebida, publicará ato estabelecendo os montantes que estão disponíveis para movimentação e empenho.

§ 3º – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, são as constantes no ANEXO II desta Lei.

Art. 15 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no ANEXO III desta Lei.

§ 1º – Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2017, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

§ 2º – Sendo ainda, estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei específico ou autorização na própria Lei Orçamentária Anual, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, consórcios intermunicipais de saúde, de inspeção sanitária animal constituídos exclusivamente por entes públicos e ainda as voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, mediante prévia autorização legislativa.

§ 1º – Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais e contribuições, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, bem como o previsto no art. 116 da lei 8.666/93, especialmente com relação a regularidade fiscal exigida pela Constituição da República, em seu art. 195, § 1º e a lei 8.666/93, art. 116 c/c art. 29.

§ 3º – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4.320/64.

Art. 17 – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2018, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 18 – Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda a 1,00% da receita corrente líquida prevista (orçada) para o exercício.

Art. 19 – Em conformidade com o Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração pública através de lei específica poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observando a legislação em vigor.

Art. 20 – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na lei orçamentária.

Art. 21 – Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 22 – O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 23 – A Lei Orçamentária de 2018 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 24 – A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, até 30 de setembro do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2017 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2018, especificando:

I – número e data do ajuizamento da ação originária;

II – número do precatório;

III – tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV – enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V – data da autuação do precatório;

VI – nome do beneficiário;

VII – valor do precatório a ser pago (atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009);

VIII – data do trânsito em julgado;

IX – número da vara ou comarca de origem; e

X – Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2018, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto nº 213/2010.

Art. 25 – O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na Lei nº 11.467/2011.

Art. 26 – No decorrer do exercício de 2018 os débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor e as despesas decorrentes das condenações judiciais a que o Município for condenado após a elaboração do orçamento anual, serão encaminhadas aos respectivos órgãos para pagamento mediante suplementação, caso necessário, priorizando aqueles de caráter alimentar nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27 – A Secretaria de Administração e Fazenda fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica específica ao objeto.

IV – DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 28 – Atendido o disposto no art. 29-A da Constituição da República, o repasse ao Poder Legislativo Municipal, no exercício de 2018, será de até 5% (cinco por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 daquela Constituição, excluídos os valores para formação do FUNDEB, efetivamente realizado no exercício anterior, cujo montante deverá ser consignado por estimativa na Lei Orçamentária de 2018.

§ 1º – O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º – A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

§ 3º – A despesa com subsídio de vereadores e salário dos funcionários administrativos do Poder Legislativo não poderá ser maior do que 6% (seis por cento) da receita Corrente Líquida, conforme previsto no artigo 20, inciso III, alínea “a”, combinado com o limite prudencial estabelecido no parágrafo único do artigo 22, ambos da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, desde que tal percentual seja igual ou menor que o resultante da aplicação do cálculo previsto nas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 4º – Ao final do exercício financeiro as disponibilidades do Legislativo serão devolvidas ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA

Art. 29 – A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2018, será de acordo com a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentado justificativa, de acordo com o § 3º do art. 12 da LRF.

Art. 30 – O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º – As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2018, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º – De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 31 – A Operação de Crédito por Antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2018 e constará na lei orçamentária.

Parágrafo Único – A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 32 – A concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

Art. 33 – O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa da receita na proposta orçamentária apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 34 – A Receita de Alienação de Bens e Direitos, deverá ser movimentada em conta corrente específica, vinculada a sua aplicação em despesas de capital, formalizando-se um processo de controle em separado para atender a informações posteriores.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA

Art. 35 – A despesa será fixada pela lei orçamentária, de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 36 – Na execução orçamentária do exercício de 2018, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho por Unidade Orçamentária, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária, respeitando-se sempre os limites mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação.

Art. 37 – As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 38 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros, além de permitir a alocação dos custos administrativos/operacionais da Secretaria de Administração nas mais diversas áreas, setores, secretarias e ou departamentos beneficiados pelos serviços da mesma.

Parágrafo Único – Os custos das ações serão apurados no mínimo através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas e financeiras realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 39 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 40 – O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º – A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º – O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 41 – A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos arts. 25, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000, e somente sob a forma de subvenções, conforme art. 19 da Lei 4.320/64.

VII – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 42 – Os recursos oriundos de convênios não previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais ou suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 43 – A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 44 – O Poder Executivo, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo, poderá aumentar ou diminuir as metas financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente

equilíbrio das contas públicas.

Art. 45 – Está o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar abertura de créditos adicionais na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por decreto, dependendo da existência de recursos disponíveis, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a movimentar o excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

III – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a utilizar o superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

Art. 46 – A abertura de créditos adicionais ao orçamento, dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa, podendo esta fazer parte da Lei Orçamentária Anual, até determinado limite, em valor percentual único sobre o total do orçamento aprovado, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2018, como Reserva de Contingência o percentual de até 5% (cinco por cento), do valor da receita corrente líquida estimada, tanto para a Prefeitura, quanto para os Fundos, de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

II – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2018, autorização para movimentação do excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

III – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2018, autorização para movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

IV – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual para o exercício de 2018, autorização para utilização do superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

V – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual, autorização para suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

VI – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual, autorização para anulação de dotações vinculadas para suplementação de outras dotações não vinculadas de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo, quando não houver a efetiva arrecadação das receitas vinculadas àquela finalidade.

Art. 47 – Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 48 – Ao longo da execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por esta Lei, poderá incluir novas fontes de recursos nos projetos, atividades ou operações especiais previstos no PPA, LDO e no orçamento das unidades gestoras na forma de créditos suplementares, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018.

Art. 49 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios

anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

VIII – DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 50 – O Poder Executivo Municipal através da Secretaria de Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Art. 51 – Quando a Rede Oficial da Educação Básica for insuficiente para atender a demanda, ou para a realização de cursos técnicos, poderão ser concedidos auxílios financeiros à rede particular local ou regional através de convênio aprovado em lei específica.

Art. 52 – Aos alunos residentes no Município de Mondaí, que freqüentam o ensino superior das Universidades da região, o ensino profissionalizante e ensino técnico de nível médio, em instituições de ensino fora do Município, poderão ser concedido auxílio para o transporte, ou bolsas de estudo, devidamente regulamentado e autorizado em Lei específica, ficando os mesmos fora do cálculo dos 25% mínimos obrigatórios, previstos no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

Art. 53 – O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2018, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Salário Educação, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, e da complementação financeira obtida com o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Art. 54 – Para o atendimento de todos os alunos do ensino fundamental, independentemente da instituição de ensino que estejam matriculados e a que esfera de governo que pertençam, esta o Poder Executivo autorizado a suportar as despesas inerentes ao transporte escolar, propiciando o acesso de todos os alunos à rede escolar.

§ 1º – Os recursos que porventura forem ressarcidos ao Município pela prestação de serviços de transporte escolar serão deduzidos da efetiva aplicação em educação.

§ 2º – Para atendimento do Programa de Transporte Escolar serão de forma impreterível avaliado o custo com sua manutenção, os trajetos necessários, a nucleação de escolas, a alocação de turmas nos mesmos períodos evitando assim deslocamentos de todo aparato destinado à execução deste serviço em vários períodos diários.

§ 3º – Fica a critério da Secretaria de Educação do Município, ouvidos todos os colégios municipais e elaboração do roteiro do transporte escolar para cada ano letivo.

Art. 55 – Para atendimento das disposições da Lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial em caráter excepcional e não permanente, aos professores e profissionais do ensino básico, desde que seja para completar o percentual mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB, que pode ser instituído de forma proporcional à carga horária de cada profissional ou de outra forma que privilegie o tratamento isonômico, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 56 – O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento à legislação vigente e em especial à Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Art. 57 – O Município aplicará no mínimo 15% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional no 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

IX – DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 58 – Consideram se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras, funções de confiança, licenças-prêmio por assiduidade, e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 59 – Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2018, o poder executivo municipal poderá proceder à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratação de pessoal em caráter temporário na forma da lei, realizar processos seletivos para admissão de pessoal em caráter temporário, bem como realizar concursos públicos para provimento de cargos efetivos, observados a legislação pertinente e os limites e regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º – A criação ou o aumento do número de cargos, além dos requisitos mencionados no caput, atenderá também, os seguintes:

I – existência prévia de dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II – Inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;

III – Resultar de ampliação de ação governamental decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º – Os projetos de lei de criação ou ampliação de cargos deverão demonstrar em sua exposição de motivos o atendimento aos requisitos de que trata este artigo e aqueles da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, especialmente:

I – Estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e seu acréscimo percentual em relação a Receita Corrente Líquida estimada;

II – Declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual 2018-2021, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenham as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados, seus saldos e perspectivas de utilização;

§ 3º – No caso de aumento das despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição da República;

§ 4º – Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, os atos de concessão e vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 60 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 61 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – suspensão da contratação de pessoal, exceto, devidamente justificadas, nas áreas de Saúde, Educação e Segurança;

II – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – destituição de servidores das funções gratificadas, e;

VI – proibição de concessão de novas vantagens a servidores.

Art. 62 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização”, sub-elemento de despesa: 3.1.90.34.00.

Parágrafo único – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Mondaí, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 63 – A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/98, para o exercício de 2018, será autorizada por lei específica, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº. 101/2000.

X – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 64 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular a arrecadação ou o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou ainda beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios, na medida do possível ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 65 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 66 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 67 – A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único – Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I – Cobrança de taxas com base nos custos das operações e atuações do Município;

II – Aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;

III – Ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 68 – O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até 30 dias antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único – Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69 – O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da prefeitura municipal.

Parágrafo Único – Estrutura Orçamentária da Prefeitura Municipal:

I – ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

- PODER LEGISLATIVO

Câmara de Vereadores

- PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão

Secretaria de Administração e Fazenda

Secretaria de Promoção Social e Habitação

Secretaria da Educação e Cultura

Secretaria de Saúde

Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

Reserva de Contingência

II – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Câmara de Vereadores

Gabinete do Prefeito

Coordenação de Controle Interno

Assessoria Especial de Gabinete

Assessoria de Imprensa e Divulgação Oficial

Procuradoria Geral do Município

Gabinete do Vice-Prefeito

Assessoria de Planejamento e Orçamento

Departamento do Comércio, Indústria e Serviços

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de Arrecadação de Tributos e Fiscalização

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Material e Patrimônio

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social

Departamento de Operações de Assistência Social

Departamento de Geração de Empregos e Renda

Departamento de Habitação

Departamento de Ensino Fundamental

Departamento de Ensino Infantil

Departamento da Cultura

Departamento de Ensino Médio e Educação Superior

Departamento de Merenda Escolar

Departamento de Ações de Saúde

Departamento Administrativo e Financeiro

Departamento de Esportes

Departamento da Juventude

Departamento de Turismo e Lazer

Departamento de Agricultura

Departamento do Meio Ambiente

Departamento de Urbanismo
Departamento de Obras e Serviços Viários
Departamento de Serviços Públicos
Departamento de Água e Esgoto

III – FUNDOS

Fundo Municipal da Saúde – FMS
Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS
Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA

Art. 70 – As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e contrato, nos termos da Lei 8.666/93, consolidada.

Art. 71 – As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos, serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 72 – Para atendimento do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 73 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20/12/2017.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º – Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 74 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 75 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 76 – O Poder Executivo Municipal está autorizado a contratar estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2º Grau, ensino médio e Supletivo, nos termos das Leis federais nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977; nº. 8.859, de 23 de março de 1994 e outras normas que regulam a matéria.

Art. 77 – O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 78 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar custeio de despesas de outros Entes da Federação, as quais somente poderão ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, na medida de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e desde que haja convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, de acordo com o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único: A cessão de servidores para outras esferas de Governo independente do cumprimento das exigências dispostas no caput deste artigo, desde que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o Município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência Social.

Art. 79 – Para fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000 e suas alterações, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 80 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registra todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade.

Art. 81 – O Poder Executivo poderá extinguir obrigação tributária de sujeito passivo pela dação em pagamento de bens imóveis.

Art. 82 – O Poder Executivo poderá realizar alienação de bens móveis e imóveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 83 – O Poder Executivo poderá criar empresa estatal, nos termos da legislação vigente.

Art. 84 – Para efeito do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devem ser realizados no exercício financeiro, atendido o cronograma pactuado.

Art. 85 – São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 86 – A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 87 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 24 de outubro de 2017.

VALDIR RUBERT,

Prefeito Municipal de Mondaí.

Elizeu Bohn,

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

ANEXO II

Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

1. – Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias com recursos financeiros, vinculados a convênios;
2. – Alimentação Escolar;
3. – Auxílio a Família na condição de pobreza extrema, com crianças de idade entre 0 a 6 anos, para melhoria das condições de saúde e combate às carências nutricionais;
4. – Atendimento a Saúde da população com recursos vinculados a outras esferas de governo;
5. – Atendimento a Saúde da população com recursos próprios, limitada aos percentuais definidos pela legislação pertinente;
6. – Benefícios a pensionistas suportados pelo erário;
7. – Os programas atendidos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (art. 60 do ADCT), ou outro Fundo que vier a substituí-lo, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
8. – As ações de governo atendidas com recursos do Salário Educação, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
9. – As ações de governos atendidos com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
10. – As ações de governos atendidos com recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar, até o limite das suas disponibilidades financeiras, firmado mediante convênio, ajuste ou outro instrumento.
11. – Atendimento da Assistência Social Geral à população com recursos vinculados a outras esferas de governo;
12. – Atendimento da Assistência Social Geral à população com recursos próprios, limitada aos percentuais definidos pela legislação pertinente;
13. – Pessoal e Encargos Sociais;
14. – Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;
15. – Serviços da dívida;
16. – PASEP; e
17. – Despesas com energia elétrica, telefonia e consumo de água.

ANEXO III

Riscos Fiscais

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...) (Art. 1º § 1º da LRF).

A LDO conterá anexo de riscos fiscais para passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas (Art. 4º § 3º da LRF).

A LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base da RCL, serão estabelecidos na LDO destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos (Art. 5º III da LRF).

Passivos Contingentes: Possíveis obrigações em processo, ações trabalhistas, indenizatórias, contratuais, de desapropriação; expectativa de despesa por alteração de legislação em curso, etc.

Riscos Fiscais: Situação de emergência; calamidade pública, possibilidade de frustração de arrecadação de uma receita prevista; contestação judicial de tributo; crises financeiras e cambial com impacto nos preços, falhas de planejamento e na quantificação de necessidade, etc.

Eventos Fiscais Imprevistos: Fato gerador de desequilíbrio financeiro não previsto; extinção de tributo; ocorrência de fatos não previstos na execução de obra ou serviço

ANEXOS LDO 2018

Publicação Nº 1412398

Página: 1/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO										
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito										
3	1.002 - Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	P	3	04.122.1020	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	0,00	0,00
Veículo(4)										
4	2.020 - Atividades Gabinete Prefeito	A	3	04.122.1020	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	390.000,00	410.000,00	430.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	55.000,00	45.000,00	35.000,00
					4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 02.02 - Procuradoria Geral do Município										
5	2.030 - Procuradoria Geral do Município	A	3	04.122.1020	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Unidade: 02.03 - Coordenação de Controle Interno										
6	2.050 - Coordenação do Sistema de Controle Interno	A	3	04.124.1020	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	110.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	80.000,00	85.000,00	90.000,00
					4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
					4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	0,00	5.000,00
Unidade: 02.04 - Assessoria de Imprensa e Divulgação Oficial										
7	2.060 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial	A	3	04.131.1020	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	190.000,00	200.000,00	210.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	32.000,00	35.000,00
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	160.000,00	168.000,00	175.000,00
Unidade: 02.05 - Assessoria de Gestão Administrativa										
8	2.040 - Assessoria de Gestão Administrativa	A	3	04.122.1020	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	180.000,00	190.000,00	200.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	92.000,00	98.000,00	105.000,00
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	88.000,00	92.000,00	95.000,00
Unidade: 02.06 - Fundo Municipal da Defesa Civil										
9	2.090 - Defesa Civil - Resposta aos Desastres	A	3	06.182.1020	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ECONOMIA E GESTÃO										
Unidade: 03.01 - Assessoria de Planejamento e Orçamento										
10	2.370 - Planejamento e Desenvolvimento Econômico	A	9	22.661.1130	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	560.000,00	470.000,00	580.000,00
Manutenção(ano)										
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	250.000,00	260.000,00	320.000,00
					4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	120.000,00	128.000,00	137.000,00
					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	95.000,00	97.000,00	98.000,00
					4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 2/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ECONOMIA E GESTÃO											
Unidade: 03.01 - Assessoria de Planejamento e Orçamento											
11	2.375 - Implantação Centro Desenvolvimento Industrial		A	9	22.661.1130	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Manutenção(UN)										
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
						4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Unidade: 03.02 - Depto do Comércio, Indústria e Serviços											
12	1.180 - Incentivos a Expansão Comercial e Industrial		P	9	22.661.1130	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	310.000,00	210.000,00	260.000,00
	Empreendimento Beneficiado(Emb)								20.000,00	20.000,00	20.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	150.000,00
						4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
13	2.380 - Atividades de Desenvolvimento Industrial		A	9	22.661.1130	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	Manutenção(ano)										
14	0.060 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada - BADESC		O	9	22.661.1130	4.6.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	0,00	0,00
	Manutenção(ano)										
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
Unidade: 04.05 - Departamento de Material e Patrimônio											
15	2.070 - Gerência de Administração Geral		A	4	04.123.1030	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.273.340,00	2.299.140,00	2.476.940,00
	Manutenção(ano)								2.273.340,00	2.299.140,00	2.476.940,00
									550.000,00	600.000,00	650.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	428.340,00	384.140,00	451.940,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
16	2.080 - Gerência de Administração Financeira		A	4	04.123.1040	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	400.000,00	430.000,00	460.000,00
	Manutenção(ano)										
						3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
17	2.520 - Pagamento de Inativos e Pensionistas		A	17	09.271.0000	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	200.000,00	210.000,00	220.000,00
	Manutenção(ano)										
18	2.100 - Contribuições a Entidades Municipalistas		A	4	04.123.1040	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	90.000,00	95.000,00	100.000,00
	Entidade(Ent)										
19	0.010 - Contribuições ao PASEP		O	17	04.123.0000	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	320.000,00	335.000,00	350.000,00
	Manutenção(ano)										
20	0.020 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada - Cohab		O	17	28.843.0000	3.2.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Manutenção(ano)										
						4.6.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	14.000,00	14.000,00	14.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 3/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
Unidade: 04.05 - Departamento de Material e Patrimônio											
21	0.070 - Pagamento de Sentenças/Precatórios Judiciais		O	17	28.846.0000	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	90.000,00	50.000,00	50.000,00
Manutenção(ano)											
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 05.01 - Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social											
22	2.165 - Proteção Social a Criança e Adolescente - CT		A	1	08.243.1060	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	160.000,00	165.000,00	170.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência ao Idoso											
23	2.110 - Proteção Social Básica ao Idoso		A	1	08.241.1050	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	140.000,00	150.000,00	160.000,00
Idoso Assistido(I-D)											
Unidade: 05.03 - Fundo Munic. para Infância e Adolescência											
24	2.182 - Proteção a Criança em Situação de Risco		A	1	08.243.1060	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	80.000,00	88.000,00	95.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 05.04 - Fundo Municipal de Habitação											
25	2.176 - Coordenadoria de Habitação de Interesse Social		A	5	16.482.1200	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
Manutenção(ano)											
26	1.190 - Promoção da Política Habitacional Urbana		P	10	16.482.1200	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Habitacões edificadas(Hab)											
Unidade: 05.04 - Fundo Municipal de Habitação											
27	1.200 - Promoção da Política Habitacional Rural		P	10	16.481.1200	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Habitacões edificadas(Hab)											
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental											
28	1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental		P	6	12.361.1080	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	9.256.390,00	9.800.190,00	10.490.490,00
Obra(Obr)											
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental											
28	1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental		P	6	12.361.1080	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	5.206.390,00	5.519.190,00	5.908.490,00
Obra(Obr)											
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental											
28	1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental		P	6	12.361.1080	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Obra(Obr)											
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental											
28	1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental		P	6	12.361.1080	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Obra(Obr)											

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 4/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental											
						4.5.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	50.000,00	50.000,00	50.000,00
29	1.050 - Aquisição Veículo para Atividades do Ensino Fundamental		P	6	12.361.1080	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	70.000,00	70.000,00	70.000,00
		Veículo(Vei)									
30	1.011 - Equipamentos e Mobiliários para a Educação Básica		P	6	12.361.1080	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	50.000,00	50.000,00	50.000,00
		Equipamentos, Mobiliários, Máquinas(EMM)									
31	2.190 - Magistério do Ensino Fundamental		A	6	12.361.1080	3.1.00.00.00.00.00.00	010018	01.02.01	2.650.000,00	2.830.000,00	3.050.000,00
		Manutenção(ano)				3.1.00.00.00.00.00.00	010036	01.02.50	10.000,00	10.000,00	10.000,00
32	2.200 - Manutenção Ensino Fundamental		A	6	12.361.1080	3.1.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	200.000,00	200.000,00	200.000,00
		Manutenção(ano)				3.1.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.03	250.000,00	250.000,00	275.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	397.390,00	417.190,00	448.490,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	140.000,00	160.000,00	180.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.03	300.000,00	350.000,00	400.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010075	01.01.99	1.000,00	1.000,00	1.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.03	10.000,00	10.000,00	10.000,00
33	2.210 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental		A	6	12.361.1090	3.1.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	140.000,00	160.000,00	180.000,00
		Manutenção(ano)				3.1.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.03	100.000,00	100.000,00	100.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	210.000,00	215.000,00	220.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010005	01.06.01	121.000,00	126.000,00	131.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	215.000,00	215.000,00	215.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010011	01.03.95	57.000,00	60.000,00	63.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.03	70.000,00	80.000,00	90.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 06.02 - Departamento de Ensino Infantil											
34	1.100 - Implantação Creche Municipal		P	6	12.365.1100	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	3.225.000,00	3.446.000,00	3.712.000,00
		Obra(Obr)				4.5.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	10.000,00	10.000,00	10.000,00
35	1.080 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil		P	6	12.365.1100	4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	50.000,00	50.000,00	60.000,00
		Obra(Obr)				4.5.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	10.000,00	10.000,00	10.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 5/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori	Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade: 06.02 - Departamento de Ensino Infantil											
36	2.225	Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar Manutenção(ano)	A	6	12.365.1100	3.1.00.00.00.00.00.00	010018	01.02.02	880.000,00	950.000,00	1.030.000,00
37	2.230	Manutenção Educação Infantil Manutenção(ano)	A	6	12.365.1100	3.1.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	200.000,00	220.000,00	250.000,00
						3.1.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	200.000,00	200.000,00	200.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	70.000,00	60.000,00	40.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	50.000,00	60.000,00	70.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	50.000,00	60.000,00	70.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	5.000,00	5.000,00	5.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	10.000,00	10.000,00	10.000,00
38	2.235	Magistério do Ensino Infantil - Creches Manutenção(ano)	A	6	12.365.1100	3.1.00.00.00.00.00.00	010018	01.02.02	670.000,00	720.000,00	795.000,00
39	2.240	Manutenção Creches Municipais Manutenção(ano)	A	6	12.365.1100	3.1.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	175.000,00	200.000,00	220.000,00
						3.1.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	150.000,00	150.000,00	150.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	45.000,00	30.000,00	20.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	70.000,00	80.000,00	90.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	20.000,00	40.000,00	60.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	5.000,00	5.000,00	5.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	10.000,00	10.000,00	10.000,00
40	2.220	Transporte Escolar do Ensino Infantil Manutenção(ano)	A	6	12.365.1090	3.1.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	100.000,00	110.000,00	120.000,00
						3.1.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	100.000,00	100.000,00	100.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	150.000,00	150.000,00	150.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	80.000,00	90.000,00	100.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010011	01.03.98	10.000,00	11.000,00	12.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	80.000,00	90.000,00	100.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 06.03 - Departamento Cultura											
41	1.105	Obras de Implantação/Adaptação de Prédios Históricos Obra(Obr)	P	6	13.392.1140	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	330.000,00	320.000,00	330.000,00
									30.000,00	0,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 6/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA											
Unidade: 06.03 - Departamento Cultura											
42	2.300 - Manutenção Atividades Culturais		A	6	13.392.1140	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	110.000,00	120.000,00	130.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	185.000,00	195.000,00	195.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 06.04 - Departamento de Ensino Médio e Educação Superior											
43	2.265 - Transporte Escolar do Ensino Médio		A	6	12.362.1090	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.000,00	1.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010006	01.06.02	95.000,00	100.000,00	105.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010011	01.03.96	13.000,00	14.000,00	15.000,00
44	2.260 - Auxílio a Estudantes do Ensino Médio		A	6	12.362.1120	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	Manutenção(ano)										
45	2.270 - Auxílio a Estudantes Universitários		A	6	12.364.1120	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	160.000,00	170.000,00	180.000,00
	Manutenção(ano)										
Unidade: 06.05 - Departamento de Merenda Escolar											
46	2.250 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		A	6	12.306.1110	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	210.000,00	215.000,00	225.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010012	01.03.95	63.000,00	65.000,00	67.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
47	2.252 - Alimentação Escolar do Ensino Pré-Escolar		A	6	12.306.1110	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	25.000,00	23.000,00	26.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010012	01.03.98	45.000,00	47.000,00	49.000,00
48	2.254 - Alimentação Escolar do Ensino - Creche		A	6	12.306.1110	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	18.000,00	17.000,00	21.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010012	01.03.98	32.000,00	33.000,00	34.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER											
Unidade: 07.01 - Departamento de Esportes											
49	1.130 - Construção/Adaptação de Praças/Centros Esportivos e Recreativos		P	7	27.812.1150	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	Obra(Obr)					4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	80.000,00	130.000,00	230.000,00
						4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
50	2.310 - Atividades Desportivas		A	7	27.812.1150	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	220.000,00	230.000,00	240.000,00
	Manutenção(ano)										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 7/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER											
Unidade: 07.01 - Departamento de Esportes											
	51	1.150 - Implantação de Sinalização Turística/Pórticos	P	7	23.695.1160	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	22.179.730,00	23.204.330,00	24.487.430,00
		Obra(Obr)							780.000,00	1.245.000,00	960.000,00
									580.000,00	640.000,00	750.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	205.000,00	205.000,00	205.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 07.03 - Departamento de Turismo e Lazer											
	52	1.140 - Revitalização área de Lazer	P	7	23.695.1160	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	200.000,00	605.000,00	210.000,00
		Obra(Obr)							30.000,00	30.000,00	30.000,00
	53	1.110 - Construção/Adaptação Centros de Eventos/Pavilhões	P	7	23.695.1160	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
		Multi Uso							30.000,00	30.000,00	30.000,00
		Obra(Obr)							50.000,00	50.000,00	50.000,00
	54	2.320 - Promoção do Turismo	A	7	23.695.1160	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
		Manutenção(ano)							40.000,00	45.000,00	55.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	5.000,00
	55	2.325 - Promoção Festa da Fruta	A	7	23.695.1160	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	0,00	400.000,00	0,00
		Manutenção(ano)									
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 08.01 - Departamento de Agricultura											
	56	1.220 - Aquisição de Veículo para Secretaria da Agricultura	P	12	20.608.1210	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.360.000,00	2.460.000,00	2.670.000,00
		Veículo(Vel)							50.000,00	50.000,00	50.000,00
	57	1.240 - Implantação Patrulha Agrícola	P	12	20.608.1210	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
		Máquinas(Maq)									
	58	2.420 - Fomento a Produção Agrícola	A	12	20.608.1210	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	500.000,00	530.000,00	560.000,00
		Manutenção(ano)							600.000,00	620.000,00	740.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	59	2.430 - Fomento a Produção Animal	A	12	20.608.1210	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	350.000,00	370.000,00	400.000,00
		Manutenção(ano)							640.000,00	670.000,00	690.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 8/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 08.01 - Departamento de Agricultura											
60	2.450 - Sistema de Inspeção Animal		A	12	20.609.1210	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	110.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
61	2.460 - Atividades de Extensão Rural		A	12	20.606.1210	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	Manutenção(ano)										
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS											
Unidade: 09.01 - Departamento de Urbanismo											
62	1.270 - Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas		P	14	15.451.1230	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	79.000,00	74.000,00	109.000,00
	Metros Quadrados(M2)					4.4.00.00.00.00.00.00	010016	00.00.00	40.500,00	40.500,00	40.500,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010044	00.00.00	80.500,00	85.500,00	90.500,00
63	1.280 - Construção e adaptação de praças públicas		P	14	15.451.1230	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	200.000,00	0,00	0,00
	Obra(UN)										
64	1.290 - Saneamento Básico Urbano		P	14	17.512.1240	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Obra(Obr)										
65	1.300 - Calçamento Vias Públicas em Vias do Interior do Município		P	14	17.511.1230	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	Metros Quadrados(M2)										
66	1.420 - Implantação de Passeio Público		P	14	15.451.1230	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Obra(Obr)										
67	1.430 - Obras de Infra-estrutura Urbana		P	14	15.451.1230	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Obra(Obr)					4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
68	2.490 - Manutenção dos Serviços Urbanos		A	15	15.452.1250	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	400.000,00	410.000,00	420.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Unidade: 09.02 - Departamento de Obras e Serviços Viários											
69	1.335 - Aquisição de Máquinas e Veículos para o Setor de Transportes		P	16	26.782.1260	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.570.000,00	2.630.000,00	2.830.000,00
	Máquinas(Maq)								50.000,00	50.000,00	50.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 9/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS											
Unidade: 09.02 - Departamento de Obras e Serviços Viários											
70	1.440 - Construção de Pontes e Portilhões		P	16	26.782.1260	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Obra(Obr)											
71	1.360 - Construção de Abrigos de Passageiros		P	16	26.782.1260	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Obra(Obr)											
72	2.510 - Manutenção dos Serviços Viários		A	16	26.782.1260	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	960.000,00	1.000.000,00	1.050.000,00
Manutenção(ano)											
						3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.330.000,00	1.350.000,00	1.500.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010079	00.00.00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Unidade: 09.03 - Departamento de Serviços Públicos											
73	1.330 - Implantação Corpo de Bombeiros		P	15	06.181.1250	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.120.000,00	1.265.000,00	1.320.000,00
Obra(Obr)											
74	1.320 - Expansão do Sistema de Iluminação Pública		P	15	15.452.1250	4.4.00.00.00.00.00.00	010017	02.06.00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Obra(Obr)											
75	2.465 - Atividades de Segurança Pública		A	15	06.181.1250	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	96.000,00	103.000,00	110.000,00
Manutenção(ano)											
						3.3.00.00.00.00.00.00	010054	00.00.00	16.000,00	17.000,00	18.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010055	00.00.00	16.000,00	17.000,00	18.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010056	00.00.00	17.000,00	18.000,00	19.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
76	2.470 - Manutenção da Iluminação Pública		A	15	15.452.1250	3.3.00.00.00.00.00.00	010017	02.06.00	400.000,00	425.000,00	450.000,00
Manutenção(ano)											
77	2.480 - Serviços de Recolha de Lixo		A	15	15.452.1250	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	440.000,00	450.000,00	460.000,00
Manutenção(ano)											
78	2.475 - Manutenção Corpo de Bombeiros		A	15	06.181.1250	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	0,00	50.000,00	60.000,00
Manutenção(ano)											
79	2.500 - Manutenção Atividades de Telecomunicações		A	15	24.722.1250	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Manutenção(ano)											
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 09.04 - Departamento de Água e Esgoto											
80	1.250 - Ampliação Abastecimento de Água Potável para Comunidades Rurais		P	13	17.511.1220	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	210.000,00	220.000,00	230.000,00
Famílias Beneficiadas(FaB)											
									90.000,00	90.000,00	90.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 10/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI											
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS											
Unidade: 09.04 - Departamento de Água e Esgoto											
						4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
81	1.260 - Implantação/Adaptações de Estações de Captação e Tratamento de Água		P	13	17.511.1220	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	Obra(Obr)					4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
82	2.440 - Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água		A	13	17.511.1220	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	60.000,00	70.000,00	80.000,00
	Manutenção(ano)										
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência											
104	9.999 - Reserva de Contingência		R	17	99.999.9999	9.9.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	Manutenção(ano)										
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI											
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 10.03 - Serviços de Proteção Social Básica											
83	1.450 - Construção Centro de Referência da Assistência Social		P	5	08.244.1050	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Obra(Obr)										
84	2.155 - Programa de Atenção Integral à Família - PAIF		A	5	08.244.1050	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	234.000,00	245.000,00	263.000,00
	Manutenção(ano)										
						3.1.00.00.00.00.00.00	010040	00.00.00	43.000,00	46.000,00	47.000,00
						3.1.00.00.00.00.00.00	010042	00.00.00	43.000,00	49.000,00	50.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	32.000,00	27.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010040	00.00.00	30.000,00	30.000,00	32.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010042	00.00.00	35.000,00	33.000,00	36.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 10.04 - Gestão Descentralizada do SUAS											
85	2.145 - Gestão Descentralizada do Bolsa Família		A	5	08.244.1050	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	550.000,00	570.000,00	595.000,00
	Manutenção(ano)								3.400,00	1.400,00	4.400,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010045	00.00.00	18.600,00	19.600,00	20.600,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010045	00.00.00	8.000,00	9.000,00	10.000,00
86	2.180 - Política de Concessão de Benefícios Eventuais		A	5	08.244.1050	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	29.600,00	29.600,00	29.600,00
	Manutenção(ano)								10.400,00	10.400,00	10.400,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 11/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI											
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 10.04 - Gestão Descentralizada do SUAS											
87	2.160 - Assistência Social Geral		A	5	08.244.1050	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	370.000,00	390.000,00	410.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010047	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unidade: 10.05 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Comp											
88	2.140 - Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF		A	5	08.242.1050	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Portadores de Deficiência(P-D)					3.3.00.00.00.00.00.00	010049	00.00.00	4.900,00	4.900,00	4.900,00
						3.3.00.00.00.00.00.00			5.100,00	5.100,00	5.100,00
Unidade: 10.06 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Comp											
89	2.120 - Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes		A	5	08.243.1060	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	260.000,00	280.000,00	305.000,00
	Manutenção(ano)					3.3.00.00.00.00.00.00			190.000,00	210.000,00	230.000,00
90	2.130 - Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo		A	5	08.243.1050	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.300,00	1.300,00	5.300,00
	Criança Assistida(C-A)					3.3.00.00.00.00.00.00	010052	00.00.00	21.600,00	22.600,00	23.600,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010053	00.00.00	5.100,00	5.100,00	5.100,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
91	2.181 - Acolhimento institucional de longa permanência para idosos		A	5	08.244.1050	3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	Manutenção(ano)										
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI											
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
Unidade: 12.01 - Fundo Municipal de Saúde											
92	1.157 - Construção/Ampliação Unidades de Saúde		P	8	10.301.1170	4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	7.660.270,00	7.925.670,00	8.257.570,00
	Obra(Obr)								7.660.270,00	7.925.670,00	8.257.570,00
									100.000,00	100.000,00	100.000,00
93	1.158 - Construção Unidade do CAPS		P	8	10.301.1170	4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Obra(UN)										
94	1.160 - Aquisição de veículos para o Fundo da Saúde		P	8	10.301.1170	4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Veículo(Veí)										
95	2.330 - Atividades Programas SF - ACS e SB		A	8	10.301.1170	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	842.500,00	942.500,00	1.032.500,00
	Manutenção(ano)					3.1.00.00.00.00.00.00	010064	02.04.00	857.000,00	887.000,00	917.000,00
						3.1.00.00.00.00.00.00	010084	02.04.00	400.500,00	420.500,00	450.500,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 12/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAI											
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
Unidade: 12.01 - Fundo Municipal de Saúde											
<hr/>											
96	2.332 - Atividades do Núcleo de Atenção à Saúde da Família		A	8	10.301.1170	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	14.000,00	14.000,00	14.000,00
	Manutenção(ano)								7.660.270,00	7.925.670,00	8.257.570,00
									7.660.270,00	7.925.670,00	8.257.570,00
									7.660.270,00	7.925.670,00	8.257.570,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	320.000,00	290.000,00	260.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
<hr/>											
97	2.335 - Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		A	8	10.302.1170	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	180.000,00	195.000,00	210.000,00
	Manutenção(ano)								1.237.500,00	1.262.500,00	1.292.500,00
									122.000,00	127.000,00	132.000,00
									20.500,00	20.500,00	20.500,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	10.000,00	5.000,00	5.000,00
<hr/>											
98	2.333 - Atividades de Assistência Farmacêutica Básica		A	8	10.301.1180	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	45.000,00	48.000,00	50.000,00
	Manutenção(ano)								176.000,00	181.000,00	187.000,00
									53.500,00	55.500,00	57.500,00
									50.500,00	55.500,00	60.500,00
<hr/>											
99	2.334 - Distribuição Suplementar de Medicamentos		A	8	10.301.1180	3.3.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	300.000,00	320.000,00	340.000,00
	Manutenção(ano)										
<hr/>											
100	2.340 - Atividades de Atenção Básica em Saúde		A	8	10.301.1170	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	813.000,00	920.000,00	1.000.000,00
	Manutenção(ano)								40.000,00	40.000,00	40.000,00
									512.270,00	425.670,00	417.570,00
									277.000,00	282.000,00	292.000,00
									121.500,00	126.500,00	131.500,00
									91.000,00	91.000,00	91.000,00
									150.500,00	155.500,00	160.500,00
									5.000,00	5.000,00	5.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
<hr/>											
101	2.350 - Atividades de Vigilância Sanitária		A	8	10.304.1190	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	76.000,00	80.000,00	84.000,00
	Manutenção(ano)								27.000,00	28.000,00	29.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 13/14
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI											
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
Unidade: 12.01 - Fundo Municipal de Saúde											
						3.3.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
102	2.360 - Atividades de Vigilância Epidemiológica		A	8	10.305.1190	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	53.000,00	57.000,00	61.000,00
	Manutenção(ano)										
						3.1.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	14.000,00	15.000,00	16.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	8.000,00	7.000,00	6.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
103	2.331 - Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS		A	8	10.301.1170	3.1.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Manutenção(ano)										
						3.1.00.00.00.00.00.00	010070	02.04.00	260.000,00	275.000,00	295.000,00
						3.1.00.00.00.00.00.00	010078	02.04.00	50.000,00	55.000,00	60.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	23.000,00	28.000,00	33.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010070	02.04.00	74.000,00	69.000,00	59.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010078	02.04.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
						3.3.00.00.00.00.00.00	010086	02.04.00	18.000,00	18.000,00	18.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
						4.4.00.00.00.00.00.00	010070	02.04.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE MONDAI											
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES											
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores											
1	1.007 - Construção de sede para Câmara de Vereadores		P	2	01.031.1010	4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
	Obra(Obr)										
						4.5.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
2	2.010 - Atividades Câmara de Vereadores		A	2	01.031.1010	3.1.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	540.000,00	560.000,00	580.000,00
	Manutenção(ano)										
						3.3.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	200.000,00	200.000,00	200.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
 Relação de Despesas - Planejadas
 Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 14/14
 Data: 30/08/2017

Priori	Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE MONDAI											
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES											
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores											
						4.4.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Total geral:										31.990.000,00	33.360.000,00
											35.065.000,00

Mondai, 30 de agosto de 2017

VALDIR RUBERT
 Prefeito Municipal

ELISEU BOHN
 Secretário de Adm. e Fazenda

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Despesas

Seleção: Emitir somente as contas com valor : Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 1/1
Data: 30/08/2017

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	29.260.000,00	30.969.000,00	32.423.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.800.000,00	16.813.000,00	17.942.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.459.000,00	14.155.000,00	14.480.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.700.000,00	2.361.000,00	2.612.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.306.000,00	2.067.000,00	2.308.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	280.000,00	280.000,00	290.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	114.000,00	14.000,00	14.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	30.000,00	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Total geral:		31.990.000,00	33.360.000,00	35.065.000,00

Mondai, 30 de agosto de 2017

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN
Secretário de Adm. e Fazenda

Página: 1/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 0000 - Encargos Especiais

Objetivo: Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Regionalização		Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		625.000,00
			DESPESAS CORRENTES		611.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		14.000,00
			Total:		625.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.520 - Pagamento de Inativos e Pensionistas	Manutenção (ano)	Encargos Gerais	1,000		200.000,00

Operações Especiais

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
0.010 - Contribuições ao PASEP	Manutenção (ano)	Encargos Gerais	1,000		320.000,00
0.020 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada - Cohab	Manutenção (ano)	Encargos Gerais	1,000		15.000,00
0.070 - Pagamento de Sentenças/Precatórios Judiciais	Manutenção (ano)	Encargos Gerais	1,000		90.000,00

Página: 2/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1010 - Processo Legislativo

Objetivo: Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		900.000,00
			DESPESAS CORRENTES		740.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		160.000,00
			Total:		900.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
		Meta	Meta	
1.007 - Construção de sede para Câmara de Vereadores	Obra (Obr)	Câmara de Vereadores	1,000	150.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
		Meta	Meta	
2.010 - Atividades Câmara de Vereadores	Manutenção (ano)	Câmara de Vereadores	1,000	750.000,00

Página: 3/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1020 - Gestão Administrativa Superior

Objetivo: Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa	
	Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais	Totais
			<i>Fiscal/Seguridade</i>	1.260.000,00
			DESPESAS CORRENTES	1.150.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL	110.000,00
			Total:	1.260.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018 Meta	R\$
1.002 - Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	Veículo (4)	Gabinete do Prefeito	1,000	100.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018 Meta	R\$
2.020 - Atividades Gabinete Prefeito	Manutenção (ano)	Gabinete do Prefeito	1,000	450.000,00
2.030 - Procuradoria Geral do Município	Manutenção (ano)	Gabinete do Prefeito	1,000	210.000,00
2.040 - Assessoria de Gestão Administrativa	Manutenção (ano)	Gabinete do Prefeito	1,000	180.000,00
2.050 - Coordenação do Sistema de Controle Interno	Manutenção (ano)	Gabinete do Prefeito	1,000	100.000,00
2.060 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial	Manutenção (ano)	Gabinete do Prefeito	1,000	190.000,00
2.090 - Defesa Civil - Resposta aos Desastres	Manutenção (ano)	Gabinete do Prefeito	1,000	30.000,00

Página: 4/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1030 - Gestão da Administração Geral

Objetivo: Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais, divulgação de atos oficiais e institucionais, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Regionalização	Totais	
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	998.340,00
		DESPESAS CORRENTES	978.340,00
		DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
		Total:	998.340,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização		Período - 2018	
		Administração, Finance		Meta	R\$
2.070 - Gerência de Administração Geral	Manutenção (ano)			1,000	998.340,00

Página: 5/27

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1040 - Gestão da Administração Financeira

Objetivo: Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar a arrecadação, garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional do controle interno.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		Período - 2018	
	Regionalização	Totais	Meta	R\$
AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE	Fiscal/Seguridade			
	DESPESAS CORRENTES			650.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL			640.000,00
	Total:			10.000,00
Atividades				650.000,00
Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	R\$
2.080 - Gerência de Administração Financeira	Manutenção (ano)	Administração, Finança	1,000	560.000,00
2.100 - Contribuições a Entidades Municipalistas	Entidade (Ent)	Administração, Finança	3,000	90.000,00

Página: 6/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1050 - Assistência Social Geral

Objetivo: Com a implantação da NOB/SUAS (2005), o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em todo o território nacional, efetiva, na prática, a assistência social como política pública de Estado, fazendo a necessária ruptura com o clientelismo e as políticas de favor e de ocasião. O SUAS altera radicalmente o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social. Estabelece um novo pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional. Ainda, conforme a NOB/SUAS (2005), diz que essa nova sistemática espalha-se pelo território brasileiro de norte a sul, de leste a oeste, traduzindo a nova política de assistência social numa só linguagem social em todo o País. Um tipo de integração que olha as necessidades humanas de uma forma ao mesmo tempo global e particular, uma maneira singular, radical, profissional e generosa de atender integralmente as pessoas dentro do seu contexto familiar e comunitário, sem estatizá-las ou fragmentá-las, respeitando-as na sua integralidade. Conforme, a Política Pública de Assistência Social/PNAS (p. 33, 2004), "realiza-se de forma integrada as políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sob esta perspectiva, objetiva:"

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		Esfera/Cat.Econômica	
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	1.200.000,00
		DESPESAS CORRENTES	1.166.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	34.000,00
		Total:	1.200.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.450 - Construção Centro de Referência da Assistência Social	Obra (Obr)	Assistência Social	1,000		10.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.110 - Proteção Social Básica ao Idoso	Idoso Assistido (I-D)	Mondai	1,000		140.000,00
2.130 - Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo	Criança Assistida (C-A)	Assistência Social	30,000		30.000,00
2.140 - Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF	Portadores de Deficiência (P-D)	Assistência Social	20,000		10.000,00
2.145 - Gestão Descentralizada do Bolsa Família	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000		30.000,00
2.155 - Programa de Atenção Integral à Família - PAIF	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000		420.000,00
2.160 - Assistência Social Geral	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000		480.000,00
2.180 - Política de Concessão de Benefícios Eventuais	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000		40.000,00
2.181 - Acolhimento institucional de longa permanência para Idosos	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000		40.000,00

Página: 7/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1060 - Criança e Adolescente Assistido

Objetivo: Relativo à política da Criança e do Adolescente, observando ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 88, que define as diretrizes de atendimento e aos parágrafos I e III, fica o Município responsabilizado pelo atendimento e pela criação e manutenção de programas específicos nas áreas de proteção e execução de medidas socioeducativas.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
		Totais	Esfera/Cat.Econômica	
		<i>Fiscal/Seguridade</i>		
		DESPESAS CORRENTES		
		DESPESAS DE CAPITAL		
		Total:		
		390.000,00		
		385.000,00		
		5.000,00		
		390.000,00		

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.120 - Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000		190.000,00
2.165 - Proteção Social a Criança e Adolescente - CT	Manutenção (ano)	Mondai	1,000		160.000,00
2.182 - Proteção a Criança em Situação de Risco	Manutenção (ano)	Mondai	1,000		40.000,00

Página: 8/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1080 - Criança na Escola

Objetivo: Atender a demanda de alunos para o Ensino Fundamental e melhorar as condições de trabalho na educação.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		4.288.390,00
			DESPESAS CORRENTES		3.948.390,00
			DESPESAS DE CAPITAL		340.000,00
			Total:		4.288.390,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018		R\$
			Meta		
1.011 - Equipamentos e Mobiliários para a Educação Básica	Equipamentos, Mobiliários, Máquinas (EMM)	Educação e Cultura	30,000		50.000,00
1.050 - Aquisição Veículo para Atividades do Ensino Fundamental	Veículo (Vei)	Educação e Cultura	1,000		70.000,00
1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental	Obra (Obr)	Educação e Cultura	1,000		200.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018		R\$
			Meta		
2.190 - Magistério do Ensino Fundamental	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000		2.860.000,00
2.200 - Manutenção Ensino Fundamental	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000		1.308.390,00

Página: 9/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1090 - Transportando o Futuro

Objetivo: Promover e melhorar as condições de acesso e permanência do aluno na escola.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais Esfera/Cat.Econômica	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	1.553.000,00
		DESPESAS CORRENTES	1.543.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
		Total:	1.553.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018 Meta	R\$
2.210 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000	918.000,00
2.220 - Transporte Escolar do Ensino Infantil	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000	525.000,00
2.265 - Transporte Escolar do Ensino Médio	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000	110.000,00

Página: 10/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1100 - Educação Infantil

Objetivo: Melhorar o espaço físico das unidades escolares; contribuindo para melhoria na qualidade de ensino e construção de novos espaços escolares para ampliar o atendimento na Educação Infantil.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais	Esfera/Cat.Econômica	
	<i>Fiscal/Seguridade</i>				2.700.000,00
				DESPESAS CORRENTES	2.580.000,00
				DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00
			Total:		2.700.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.080 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil	Obra (Obr)	Educação e Cultura	1,000		70.000,00
1.100 - Implantação Creche Municipal	Obra (Obr)	Educação e Cultura	1,000		20.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.225 - Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000		880.000,00
2.230 - Manutenção Educação Infantil	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000		585.000,00
2.235 - Magistério do Ensino Infantil - Creches	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000		670.000,00
2.240 - Manutenção Creches Municipais	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000		475.000,00

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica
			Totais
			<i>Fiscal/Seguridade</i>
			210.000,00
			205.000,00
			5.000,00
			Total: 210.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
			Meta	
2.250 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1.000	90.000,00
2.252 - Alimentação Escolar do Ensino Pré-Escolar	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1.000	70.000,00
2.254 - Alimentação Escolar do Ensino - Creche	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1.000	50.000,00

Página: 12/27

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1120 - Qualificação Continuada

Objetivo: Desenvolver ações que oportunizem os alunos a garantia de formação no ensino supletivo, médio e superior.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	Totais
		Totais Esfera/Cat.Econômica	
		Fiscal/Seguridade	175.000,00
		DESPESAS CORRENTES	175.000,00
		Total:	175.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
		Meta		
2.260 - Auxílio a Estudantes do Ensino Médio	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000	15.000,00
2.270 - Auxílio a Estudantes Universitários	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000	160.000,00

Página: 1327
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1130 - Desenvolvimento Econômico

Objetivo: Viabilizar a instalação de indústrias e a expansão comercial no município visando aumentar o emprego e renda ao município mوندائense, abrangendo despesas de manutenção e custeio, bem como de capital, e demais necessárias para incentivar a promoção industrial.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		560.000,00
			DESPESAS CORRENTES		285.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		275.000,00
			Total:		560.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
1.180 - Incentivos a Expansão Comercial e Industrial	Empreendimento Beneficiado (Emb)	Desenvolvimento Econ	Meta 5,000	170.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
2.370 - Planejamento e Desenvolvimento Econômico	Manutenção (ano)	Desenvolvimento Econ	Meta 1,000	220.000,00
2.375 - Implantação Centro Desenvolvimento Industrial	Manutenção (UN)	Desenvolvimento Econ	1,000	30.000,00
2.380 - Atividades de Desenvolvimento Industrial	Manutenção (ano)	Desenvolvimento Econ	1,000	40.000,00

Operações Especiais

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
0.060 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada - BADESC	Manutenção (ano)	Desenvolvimento Econ	Meta 1,000	100.000,00

Página: 14/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1140 - Viva a Cultura

Objetivo: Desenvolver ações visando a difusão, a preservação da cultura e as tradições locais.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	
		Totais	Totais
		Esfera/Cat.Econômica	
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	
		DESPESAS CORRENTES	330.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	295.000,00
		Total:	35.000,00
			330.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
			Meta	
1.105 - Obras de Implantação/Adaptação de Prédios Históricos	Obra (Obr)	Educação e Cultura	1,000	30.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	R\$
			Meta	
2.300 - Manutenção Atividades Culturais	Manutenção (ano)	Educação e Cultura	1,000	300.000,00

Página: 15/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1150 - Esporte é Vida

Objetivo: Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades, descobrir talentos e afastar os jovens do mundo das drogas.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		580.000,00
			DESPESAS CORRENTES		475.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		105.000,00
			Total:		580.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização		Período - 2018		R\$
				Meta		
1.130 - Construção/Adaptação de Praças/Centros Esportivos e Recreativos	Obra (Obr)	Juventude, Esporte, Tu		0,900		150.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização		Período - 2018		R\$
				Meta		
2.310 - Atividades Desportivas	Manutenção (ano)	Juventude, Esporte, Tu		1,000		430.000,00

Página: 16/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1160 - Promoção do Turismo

Objetivo: Prover para implantação de investimentos e programas visando fomentar a exploração do potencial turístico do município.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		200.000,00
			DESPESAS CORRENTES		80.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		120.000,00
			Total:		200.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.110 - Construção/Adaptação Centros de Eventos/Pavilhões Multi Uso	Obra (Obr)	Juventude, Esporte, Tu	1,000		60.000,00
1.140 - Revitalização área de Lazer	Obra (Obr)	Juventude, Esporte, Tu	5,000		40.000,00
1.150 - Implantação de Sinalização Turística/Pórticos	Obra (Obr)	Juventude, Esporte, Tu	1,000		30.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.320 - Promoção do Turismo	Manutenção (ano)	Juventude, Esporte, Tu	1,000		70.000,00
2.325 - Promoção Festa da Fruta	Manutenção (ano)	Juventude, Esporte, Tu	0,00		0,00

Página: 17/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1170 - Saúde para Todos

Objetivo: Realizar medicina preventiva através dos programas saúde da família, agentes comunitários de saúde, saúde bucal, Núcleos de Atenção Básica a Família - NASF, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, melhorando as condições de saúde e diminuir os gastos com saúde curativa.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Regionalização	Totais	
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	6.815.270,00
		DESPESAS CORRENTES	6.640.270,00
		DESPESAS DE CAPITAL	175.000,00
		Total:	6.815.270,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.158 - Construção Unidade do CAPS	Obra (UN)	Saúde	1,000	10.000,00	
1.160 - Aquisição de veículos para o Fundo da Saúde	Veículo (Vei)	Saúde	1,000	20.000,00	

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.330 - Atividades Programas SF - ACS e SB	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	2.430.000,00	
2.331 - Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	470.000,00	
2.332 - Atividades do Núcleo de Atenção à Saúde da Família	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	195.000,00	
2.335 - Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	1.570.000,00	
2.340 - Atividades de Atenção Básica em Saúde	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	2.020.270,00	

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.157 - Construção/Ampliação Unidades de Saúde	Obra (Obr)	Saúde	1,000	100.000,00	

Página: 18/27

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1180 - Farmácia Básica Municipal

Objetivo: Melhorar a qualidade e agilidade no atendimento da farmácia básica

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	Totais
		Totais	Esfera/Cat.Econômica

Fiscal/Seguridade

625.000,00

DESPESAS CORRENTES

625.000,00

Total:

625.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.333 - Atividades de Assistência Farmacêutica Básica	Manutenção (ano)	Saúde	1,000		325.000,00
2.334 - Distribuição Suplementar de Medicamentos	Manutenção (ano)	Saúde	1,000		300.000,00

Página: 19/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1190 - Vigilância e Promoção da Saúde

Objetivo: Garantir recursos (financeiros, humanos e tecnológicos) para a realização das atividades vinculadas à vigilância em saúde no município.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
				<i>Fiscal/Seguridade</i>	220.000,00
				DESPESAS CORRENTES	213.000,00
				DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00
				Total:	220.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	
			Meta	R\$
2.350 - Atividades de Vigilância Sanitária	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	120.000,00
2.360 - Atividades de Vigilância Epidemiológica	Manutenção (ano)	Saúde	1,000	100.000,00

Página: 20/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1200 - Morar Bem

Objetivo: Propiciar a população de modo geral, e especialmente os de baixa renda, fomentando o acesso a linhas de crédito visando a construção de novas residências, ampliação ou reformas em estabelecimentos residenciais.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais Esfera/Cat.Econômica	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	180.000,00
		DESPESAS CORRENTES	40.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	140.000,00
		Total:	180.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018 Meta	R\$
1.190 - Promoção da Política Habitacional Urbana	Habitacões edificadas (Hab)	Habitacão Popular	10,000	80.000,00
1.200 - Promoção da Política Habitacional Rural	Habitacões edificadas (Hab)	Habitacão Popular	10,000	80.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018 Meta	R\$
2.176 - Coordenadoria de Habitacão de Interesse Social	Manutenção (ano)	Assistência Social	1,000	20.000,00

Página: 21/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1210 - Agricultura Forte

Objetivo: Ampliar a área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade, capitalizar o agricultor, melhorar as condições de vida do pequeno agricultor, melhorar a qualidade genética do rebanho leiteiro, implantação de novas atividades agrícolas e pecuárias, promoção de feiras e exposições e proteção ao meio ambiente.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica
			<i>Fiscal/Seguridade</i>
			2.360.000,00
			2.255.000,00
			105.000,00
		Total:	2.360.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.220 - Aquisição de Veículo para Secretaria da Agricultura	Veículo (Vei)	Agricultura	1,000		50.000,00
1.240 - Implantação Patrulha Agrícola	Máquinas (Maq)	Agricultura	1,000		30.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.420 - Fomento a Produção Agrícola	Manutenção (ano)	Agricultura	1,000		1.110.000,00
2.430 - Fomento a Produção Animal	Manutenção (ano)	Agricultura	1,000		1.000.000,00
2.450 - Sistema de Inspeção Animal	Manutenção (ano)	Agricultura	1,000		140.000,00
2.460 - Atividades de Extensão Rural	Manutenção (ano)	Agricultura	1,000		30.000,00

Página: 22/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1220 - Água para Todos

Objetivo: Melhorar as condições de abastecimento de água a população, manter reservatórios de água em pontos estratégicos em todo território municipal, ampliar a distribuição de água, fomentar a preservação de mananciais de água.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		210.000,00
			DESPESAS CORRENTES		60.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		150.000,00
			Total:		210.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)		Regionalização		Período - 2018	
					Meta	R\$
1.250 - Ampliação Abastecimento de Água Potável para Comunidades Rurais	Famílias Beneficiadas (FaB)		Saneamento Básico		100,000	100.000,00
1.260 - Implantação/Adaptações de Estações de Captação e Tratamento de Água	Obra (Obr)		Saneamento Básico		1,000	50.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)		Regionalização		Período - 2018	
					Meta	R\$
2.440 - Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água	Manutenção (ano)		Saneamento Básico		1,000	60.000,00

Página: 23/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1230 - Obras de Infra-Estrutura Urbana

Objetivo: Prover para execução obras de pavimentação asfáltica e calçamento com pedras irregulares de vias urbanas do município, passeios públicos, abrangendo despesas de manutenção e custeio, bem como de capital, e demais necessárias para desenvolver a infraestrutura urbana.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais Esfera/Cat.Econômica	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	490.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	490.000,00
		Total:	490.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018 R\$
1.270 - Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas	Metros Quadrados (M2)	Infra-estrutura Urbana	5.000,000	200.000,00
1.280 - Construção e adaptação de praças públicas	Obra (UN)	Infra-estrutura Urbana	1,000	200.000,00
1.300 - Calçamento Vias Públicas em Vias do Interior do Município	Metros Quadrados (M2)	Infra-estrutura Urbana	1.000,000	50.000,00
1.420 - Implantação de Passeio Público	Obra (Obr)	Infra-estrutura Urbana	1,000	20.000,00
1.430 - Obras de Infra-estrutura Urbana	Obra (Obr)	Infra-estrutura Urbana	1,000	20.000,00

Página: 24/27

Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1240 - Saneamento Básico Urbano

Objetivo: Viabilizar o projeto do saneamento básico urbano com obras de canalização e tratamento do esgoto sanitário, canalização e drenagem pluvial, abrangendo despesas de manutenção e custeio, bem como de capital, e demais necessárias para atender programas de saneamento.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Regionalização	Totais	
		Esfera/Cat.Econômica	
		Fiscal/Seguridade	20.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
		Total:	20.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2018	
			Meta	R\$
1.290 - Saneamento Básico Urbano	Obra (Obr)	Infra-estrutura Urbana	1,000	20.000,00

Página: 25/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1250 - Serviços de Utilidade Pública

Objetivo: Melhorar as condições de saúde da população, manter a cidade limpa, iluminação pública de qualidade, sistema de telefonia e repetidoras de TV, adequação praças e jardins públicos, áreas de lazer.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	
			1.850.000,00
			DESPESAS CORRENTES
			1.730.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL
			120.000,00
		Total:	1.850.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.330 - Implantação Corpo de Bombeiros	Obra (Obr)	Serviços de Utilidade P	0,00		0,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.465 - Atividades de Segurança Pública	Manutenção (ano)	Serviços de Utilidade P	1,000		150.000,00
2.470 - Manutenção da Iluminação Pública	Manutenção (ano)	Serviços de Utilidade P	1,000		400.000,00
2.475 - Manutenção Corpo de Bombeiros	Manutenção (ano)	Serviços de Utilidade P	0,00		0,00
2.480 - Serviços de Recolha de Lixo	Manutenção (ano)	Serviços de Utilidade P	1,000		440.000,00
2.490 - Manutenção dos Serviços Urbanos	Manutenção (ano)	Serviços de Utilidade P	1,000		730.000,00
2.500 - Manutenção Atividades de Telecomunicações	Manutenção (ano)	Serviços de Utilidade P	1,000		30.000,00

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.320 - Expansão do Sistema de Iluminação Pública	Obra (Obr)	Serviços de Utilidade P	4,000		100.000,00

Página: 26/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 1260 - Estradas Vicinais

Objetivo: Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		2.570.000,00
			DESPESAS CORRENTES		2.440.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL		130.000,00
			Total:		2.570.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
1.335 - Aquisição de Máquinas e Veículos para o Setor de Transportes	Máquinas (Maq)	Transportes e Obras	1,000		50.000,00
1.360 - Construção de Abrigos de Passageiros	Obra (Obr)	Transportes e Obras	2,000		20.000,00
1.440 - Construção de Pontes e Pontilhões	Obra (Obr)	Transportes e Obras	1,000		50.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Período - 2018	R\$
2.510 - Manutenção dos Serviços Viários	Manutenção (ano)	Transportes e Obras	1,000		2.450.000,00

Página: 27/27
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Programa: 9999 - Reserva de Contingência

Objetivo: Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização		Consolidação dos Valores do Programa		Totais
			Totais	Esfera/Cat.Econômica	
			<i>Fiscal/Seguridade</i>		30.000,00
			RESERVA DE CONTINGENCIA		30.000,00
			Total:		30.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Reserva de Contingência

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização		Período - 2018		R\$
				Meta		
9.999 - Reserva de Contingência	Manutenção (ano)	Encargos Gerais		1,000		30.000,00

Mondai, 30 de agosto de 2017

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN
Secretário de Adm. e Fazenda

Página: 2/7
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2018 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	700,00	700,00	700,00
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	100,00	100,00	100,00
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Dívida Ativa - Multas e Juros	100,00	100,00	100,00
4.1.1.2.2.00.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	500.000,00	500.000,00	535.000,00
4.1.1.2.2.01.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	475.000,00	500.000,00	535.000,00
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	475.000,00	500.000,00	535.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	460.000,00	485.000,00	520.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública	400.000,00	420.000,00	450.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa sobre serviços de máquinas	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS	55.000,00	60.000,00	65.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.1.3.0.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.1.3.0.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.1.3.04.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.1.3.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.1.3.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.2.0.00.0.00.00.00	Contribuições	500.000,00	525.000,00	550.000,00
4.1.2.4.0.00.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	500.000,00	525.000,00	550.000,00
4.1.2.4.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	500.000,00	525.000,00	550.000,00
4.1.2.4.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	500.000,00	525.000,00	550.000,00
4.1.3.0.00.0.00.00.00	Receita Patrimonial	216.700,00	216.700,00	216.700,00
4.1.3.1.0.00.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.3.1.0.01.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.1.0.99.0.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.1.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.0.00.0.00.00.00	Valores Mobiliários	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.1.0.00.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	206.700,00	206.700,00	206.700,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	206.700,00	206.700,00	206.700,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	206.700,00	206.700,00	206.700,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - MDE	7.500,00	7.500,00	7.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Salário Educação	5.000,00	5.000,00	5.000,00

Página: 3/7
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2018 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Vinc. - PNATE	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Conv. Transporte	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.04.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. de Outros - MDE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Saúde	22.200,00	22.200,00	22.200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Atenção Básica Federal	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist. Farmacêutica	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F.M.S. - Município	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.04.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vigilância Federal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.05.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.06.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CAPS	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.07.00	Rem. Dep. Banc. R. Vinc. - At. Básica - SUS - Estadual	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.08.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farm. Bás. Estado	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.09.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB Fixo	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.10.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.11.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Estado - Contratualização	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.12.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxa Alvara Sanitár	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.13.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF Federal	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.14.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Proteses Dentárias	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.15.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC- Estadual	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.16.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF - Estadual	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Social	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - FMAS	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - PAIF	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - Bolsa Família	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.04.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - AC Abrigo	600,00	600,00	600,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.05.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - FF Estadual	400,00	400,00	400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.06.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - PDF	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.07.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Rec Vinc - Conv. Assist. Estadual	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Outros	14.000,00	14.000,00	14.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - COSIP	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.03.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - FEP	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.04.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - Merenda	400,00	400,00	400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.05.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec Vinc - FIA - IR	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.06.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. PM/SC	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.07.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. PC/SC	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.08.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. Prefeitura	200,00	200,00	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Livres	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.01.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.1.6.0.0.0.0.0.00.00	Receita de Serviços	23.000,00	23.000,00	23.000,00
4.1.6.1.0.0.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	15.000,00	15.000,00	15.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2018 (C)

Página: 4/7
Data: 30/08/2017

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.6.1.0.02.0.0.0.0.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.6.1.0.02.1.0.0.0.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.6.1.0.02.1.1.0.0.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.6.4.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Serviços e Atividades Financeiras	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.4.0.01.0.0.0.0.0.0.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.4.0.01.1.0.0.0.0.0.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.4.0.01.1.1.0.0.0.0.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.9.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Outros Serviços	7.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.6.9.0.99.0.0.0.0.0.0.00	Outros Serviços	7.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.6.9.0.99.1.0.0.0.0.0.00	Outros Serviços	7.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.0.0.0.0.00	Outros Serviços	7.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências Correntes	28.651.100,00	29.892.100,00	31.448.100,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	11.744.100,00	12.267.100,00	12.845.100,00
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M	11.744.100,00	12.267.100,00	12.845.100,00
4.1.7.1.8.01.0.0.0.0.0.0.00	Participação na Receita da União	8.275.000,00	8.634.000,00	9.033.000,00
4.1.7.1.8.01.2.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.520.000,00	7.840.000,00	8.200.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	9.400.000,00	9.800.000,00	10.250.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-1.880.000,00	-1.960.000,00	-2.050.000,00
4.1.7.1.8.01.3.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	380.000,00	400.000,00	420.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	380.000,00	400.000,00	420.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	380.000,00	400.000,00	420.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0.00	(R)Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00
4.1.7.1.8.01.6.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos	-9.000,00	-10.000,00	-11.000,00
4.1.7.1.8.01.6.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos	-9.000,00	-10.000,00	-11.000,00
9.1.7.1.8.01.6.1.0.0.0.0.00	(R)Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	-9.000,00	-10.000,00	-11.000,00
4.1.7.1.8.02.0.0.0.0.0.0.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.7.1.8.02.6.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.01.0.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.328.000,00	2.407.000,00	2.501.000,00
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.328.000,00	2.407.000,00	2.501.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.328.000,00	2.407.000,00	2.501.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.0.0.00	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB	275.000,00	280.000,00	290.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.02.0.0.00	Saúde da Família - SF	350.000,00	360.000,00	370.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.03.0.0.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	360.000,00	375.000,00	390.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.04.0.0.00	Saúde Bucal - SB	145.000,00	150.000,00	155.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.05.0.0.00	Programa de Melhoria de Acesso a da Qualidade - PMAQ	400.000,00	420.000,00	450.000,00

Página: 5/7
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2018 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	Incentivo Financeiro Federal aos Centros de Atenção Psico Social	340.000,00	350.000,00	360.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	53.000,00	55.000,00	57.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	Ações de Vigilância Sanitária - Federal	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVP	24.000,00	25.000,00	26.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	Programa Agentes de Combate a Endemias - PFVP	14.000,00	15.000,00	16.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	Média e Alta Complexidade - Próteses Dentárias	90.000,00	90.000,00	90.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00	Incentivo Federal à Saúde da Família - NASF	145.000,00	150.000,00	155.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.13.00.00	Média e Alta Complexidade (MAC-Gestão Plena)	120.000,00	125.000,00	130.000,00
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	202.000,00	212.000,00	222.000,00
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	202.000,00	212.000,00	222.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	202.000,00	212.000,00	222.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Programa de Atenção Integral a Família - PAIF	72.000,00	75.000,00	78.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Serviço de Convivência/Fortalecimento de Vínculos	78.000,00	82.000,00	86.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo	21.000,00	22.000,00	23.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	Índice de Gestão Desc. do Bolsa Família - IGDBF	18.000,00	19.000,00	20.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.05.00.00	Índice de Gestão Desc. do Bolsa Família - IGDBF- Equip	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.1.7.1.8.04.1.1.06.00.00	Proteção Social Especial - Ação Continuada DEF	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	769.100,00	829.100,00	889.100,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	550.000,00	600.000,00	650.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	550.000,00	600.000,00	650.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	550.000,00	600.000,00	650.000,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	139.600,00	144.600,00	149.600,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	139.600,00	144.600,00	149.600,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental	62.600,00	64.600,00	66.600,00
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escolar	45.000,00	47.000,00	49.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche	32.000,00	33.000,00	34.000,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	79.500,00	84.500,00	89.500,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	79.500,00	84.500,00	89.500,00
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Fundamental	56.500,00	59.500,00	62.500,00
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Médio	13.000,00	14.000,00	15.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Infantil	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Demais Transferências da União	45.000,00	50.000,00	55.000,00
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.271.000,00	11.589.000,00	12.067.000,00
4.1.7.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	11.271.000,00	11.589.000,00	12.067.000,00
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	10.606.000,00	10.894.000,00	11.342.000,00

Página: 6/7
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2018 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.760.000,00	10.000.000,00	10.400.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	12.200.000,00	12.500.000,00	13.000.000,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-2.440.000,00	-2.500.000,00	-2.600.000,00
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	680.000,00	720.000,00	760.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	850.000,00	900.000,00	950.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-170.000,00	-180.000,00	-190.000,00
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	136.000,00	144.000,00	152.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	170.000,00	180.000,00	190.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-34.000,00	-36.000,00	-38.000,00
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	430.000,00	450.000,00	470.000,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	430.000,00	450.000,00	470.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	430.000,00	450.000,00	470.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Atenção Básica - RV - Estado	120.000,00	125.000,00	130.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Farmácia Básica Municipal - RV - Estado	50.000,00	55.000,00	60.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Incentivo Estadual à Atenção Básica - NASF	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Incentivo Financeiro Estadual aos Centros de Atenção	60.000,00	65.000,00	70.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00	Média e Alta Complexidade - Estado - Contratualização	150.000,00	155.000,00	160.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.06.00.00	Incentivo estadual para ações e serviços de média e alta complexidade	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	235.000,00	245.000,00	255.000,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	235.000,00	245.000,00	255.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	120.000,00	125.000,00	130.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Transf. Estado Programa Educação - Fundamental	95.000,00	100.000,00	105.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Transf. Estado Programa Educação - Médio	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.10.00.00	Proteção Social Especial - Ação Cont. Abrigo Estadual	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.11.00.00	Proteção Social Especial - Ação Cont. Benefícios Eventuais	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.12.00.00	Proteção Social Básica - Custeio	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios - Específica E/M	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.3.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.3.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.3.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.3.8.01.1.1.01.00.00	Outras Transferências dos Municípios - SUS	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	5.600.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	5.600.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	5.600.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	5.600.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	5.600.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	5.600.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	18.000,00	18.000,00	18.000,00

Página: 7/7
Data: 30/08/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor : Alteração em 01/01/2018 (C)

Conta	Descrição	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	18.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Transferências de Pessoa Física para o FIA	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.7.7.0.00.1.1.02.00.00	Transferências de Pessoa Jurídica para o FIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	61.700,00	69.700,00	67.700,00
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	48.400,00	51.400,00	54.400,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	48.400,00	51.400,00	54.400,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	48.400,00	51.400,00	54.400,00
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas por Auto de Infração - Conv. Trânsito - Militar	15.800,00	16.800,00	17.800,00
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas por Auto de Infração - Conv. Trânsito - Civil	15.800,00	16.800,00	17.800,00
4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas por Auto de Infração - Conv. Trânsito - Prefeitura	16.800,00	17.800,00	18.800,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.300,00	5.300,00	5.300,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	5.300,00	5.300,00	5.300,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	5.300,00	5.300,00	5.300,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições - Principal	5.300,00	5.300,00	5.300,00
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições	5.300,00	5.300,00	5.300,00
4.1.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	7.000,00	12.000,00	7.000,00
4.1.9.0.99.1.3.01.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	7.000,00	12.000,00	7.000,00
4.1.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.0.99.1.4.01.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	30.000,00	30.000,00	25.000,00
4.2.3.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	30.000,00	30.000,00	25.000,00
4.2.3.0.07.0.0.00.00.00	Amortização de Financiamentos	30.000,00	30.000,00	25.000,00
4.2.3.0.07.1.0.00.00.00	Amortização de Financiamentos - Principal	30.000,00	30.000,00	25.000,00
4.2.3.0.07.1.1.00.00.00	Amortização de Empréstimos Casa Própria	30.000,00	30.000,00	25.000,00
4.2.3.0.07.1.1.01.00.00		30.000,00	30.000,00	25.000,00
Total geral:		31.990.000,00	33.360.000,00	35.065.000,00

Mondaí, 30 de agosto de 2017

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN
Secretário de Adm. e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 109.2017

Publicação Nº 1412370

DECRETO Nº 109/2017, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar, no orçamento do município no valor de R\$23.453,16 (Vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra- Estrutura

Unidade Orçamentária 03 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Projeto/Atividade 2.023 – Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura

Elemento Despesa 169– 3.3.90.00.00.00.00.03.0034

Valor: R\$ 23.453,16 (Vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 24 de outubro de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 110.2017

Publicação Nº 1412373

DECRETO Nº 110 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

“DECRETA PONTO FACULTATIVO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2017 EM VIRTUDE DO FERIADO DO DIA 02 DE NOVEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo dia 03 DE NOVEMBRO de 2017 no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Administração Pública Direta e Indireta, em virtude do feriado do dia 02 DE NOVEMBRO DE 2017.

Art. 2º. Não se enquadram no disposto no artigo anterior os servidores designados para laborarem em atividades de serviços contínuos da área de serviços de água e esgoto (DMAE).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 26 de OUTUBRO de 2017

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Monte Castelo

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 003/2017

Publicação Nº 1410051

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Tomada de Preço nº 003/17

OBJETO: O objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a Contratação de empresa para EXECUÇÃO de obras e serviços de engenharia para DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA: ARTHUR CEZAR BUCZECK – TRECHO I - com área total 1.691,73 m².

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min horas do dia 27/10/2017 às 09h00min horas do dia 13/11/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h15min do dia 13/11/2017.

TIPO: Menor Preço Global.

CADASTRO: Fica estipulado a data de 08/11/2017 último dia para cadastro ou atualização das empresas interessadas no certame, e ainda a visita técnica.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 27 de Outubro de 2017

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 038/2017

Publicação Nº 1412651

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 13 de Novembro de 2017, às 08:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 13 de Novembro de 2017, às 08:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 26 de Outubro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 160/2017 PMN

Publicação Nº 1412618

ATA 160/2017 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017 COM A PRESENÇA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 1117/2017 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PREGÃO PRESENCIAL 160/2017 PMN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES TECNOAL COMERCIAL, TANAKO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO, PJ SERVIÇOS E COMERCIO, KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, VALDECI CECILIO DOS SANTOS EIRELI, SPAZIO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, KA ALVES EIRELI ME E GEOPLUS INDÚSTRIA E COMERCIO. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADA E SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISITADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA VERIFICOU –SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADA CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

A EMPRESA TECNOAL SOLICITOU DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ITEM 01.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU –SE QUE A EMPRESA VENCEDORA SPAZIO NO ITEM 01 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 1,48 REAIS , A EMPRESA VENCEDORA TECNOAL NO ITEM 02 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 452,00 REAIS , A EMPRESA VENCEDORA KA NO ITEM 03 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 1,20 REAIS ,A EMPRESA VENCEDORA TANAKO NO ITEM 04 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 22,95 REAIS,A EMPRESA VENCEDORA VALDELI NO ITEM 05 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 13,00 REAIS , A EMPRESA VENCEDORA VALDELI NO ITEM 06 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 20,50 REAIS E A EMPRESA VENCEDORA VALDELI NO ITEM 07 CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM PREÇO DE R\$ 6,14 REAIS . NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO -- CONCORRÊNCIA 162/2017 PMN

Publicação Nº 1412408

PREFEITURA DE NAVEGANTES – CONCORRÊNCIA 162/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Concorrência visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta seletiva, incluindo transporte e triagem com encaminhamento para destinação final de lixo reciclável, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico - SESAN do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/11/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 29/11/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 161/2017 PMN - RETIFICADO E REPUBLICADO

Publicação Nº 1412434

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 161/2017 PMN REPUBLICADO E RETIFICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando aquisição de 02 (dois) veículos 0 (zero) km - modelo sedan, ano 2017 e modelo 2018, para atender a Polícia Militar de Navegantes, através da Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 10/11/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 10/11/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1412512

Navegantes, 25 de outubro de 2017.

Ilmo(a). Senhor (a) :

EDNEIA MONICA DE ANDRADE

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no período de 24 (vinte e quatro) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL de nº 001/2014, para o cargo de Professor de anos iniciais – 20 horas.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Municipal. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

DEPARTAMENTO DE GESTÃO EM RH

CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1412503

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 26 de outubro de 2017.

Ilmo Sra.
FABIANE WOSNY (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2015, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL CREAS/SUAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1412516

Navegantes, 25 de outubro de 2017.

Ilmo(a). Senhor (a) :

JÉSSICA DOS SANTOS

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no período de 24 (vinte e quatro) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL de nº 001/2014, para o cargo de Professor de anos iniciais – 20 horas.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Municipal. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

DEPARTAMENTO DE GESTÃO EM RH

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2017 - VICENTE CARLOS DOS SANTOS

Publicação Nº 1412610

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 25/2017

OBJETO: Pagamento de serviços prestados em limpeza da piscina de hidroterapia.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde.

ASSUNTO: Possibilidade de pagamento ao Sr. Vicente Carlos dos Santos, que prestou serviços de limpeza na piscina de hidroterapia na unidade de saúde Centro de Referência da Mulher e do Homem da Secretaria de Saúde.

O presente processo foi instaurado através da CI nº401/2017 da Secretaria de Saúde, protocolado nesta administração no dia 06 de junho de 2017, para apurar a possibilidade do pagamento da manutenção da Piscina de hidroterapia, em nome de Vicente Carlos dos Santos, na unidade de Saúde Centro de Referência da Mulher e do Homem.

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Termo de Abertura (fl. 01);
2. Comunicação Interna nº 401/2017- assinado pela Coordenadora de Fisioterapia e pelo Secretário Municipal da Saúde – (fl. 02)
3. Relatório para liberação de Recursos e Empenhos – assinado pela Coordenadora de Fisioterapia (fls. 03);

1. DOS FATOS

O documento de fl. 02 deflagrou o presente procedimento, requerendo o que segue:

“ Justificamos a abertura do processo administrativo para a prestação de serviços de limpeza da piscina de hidroterapia/usuário da Rede Municipal de Saúde de Navegantes. A necessidade de não interromper o serviço de tal processo se dá pela obrigatoriedade de se manter os serviços de hidroterapia para os pacientes com deficiência física, tendo em vista que o contrato anterior para a prestação do mesmo findou em 31/12/2016 e que o processo licitatório para a prestação do mesmo estava percorrendo os trâmites legais na prefeitura municipal, desta forma como esta secretaria não tinha contrato vigente para tal serviço. Confirmo que o Sr. Vicente Carlos de Souza trabalhou normalmente de 02/01/2017 até 08/05/2017, realizando a manutenção da piscina de hidroterapia”.

A Coordenada de Fisioterapia Sra. Aline Vieira e o Secretário Municipal da Saúde Sr. Alcídio Reis Pera, solicitam por Comunicação Interna nº 401/2017 (fl. 02), o pagamento ao Sr. Vicente Carlos dos Santos pelos serviços prestados de limpeza na piscina de hidroterapia na unidade de saúde Centro de Referência da Mulher e do Homem da Secretaria de Saúde, no período de 02/01/2017 a 08/05/2017.

É o relato necessário.

Assim, foi aberto o presente processo administrativo para apuração das responsabilidades.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame restringir-se-á verificação acerca da possibilidade de pagamento, em virtude da constatação dos serviços adimplidos pelo Sr. Vicente Carlos dos Santos, no período de 02/01/2017 a 08/05/2017, sem o devido pedido formal do prestador dos serviços.

A Secretaria de Saúde, na pessoa da Coordenadora do Centro de Referência da Mulher e do Homem (CRMH) Sra. Aline Vieira, vem pedir o pagamento dos serviços executados fora dos parâmetros contratuais, na limpeza da piscina de hidroterapia na unidade de saúde CRMH, no valor de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais e mais 8 dias trabalhado do mês de maio, totalizando o valor da dívida o montante de R\$ 2.773,33 (dois mil e setecentos e setenta e três reais e trinta e três centavos) conforme Relatório da Coordenadora da Fisioterapia (fl. 03).

Sobre o assunto, não se pode deixar de observar que de acordo com o parágrafo único do art. 60 da lei 8.666/93, no que tange aos contratos públicos, em regra, devem ser formalizados com a adoção do instrumento adequado, admitindo os contratos orais somente quando os valores forem de baixa monta:

“ Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento. ”

Observa-se, portanto, que o valor pleiteado é de R\$ 2.773,33 (dois mil e setecentos e setenta e três reais e trinta e três centavos), referente aos serviços prestados, apesar do valor ser inferior, não está protegido por essa exceção.

Ademais, a formalização dos ajustes celebrados pelo poder público visa a resguardar princípio basilar do direito pátrio.

Por conseguinte, um contrato verbal não se afina com o princípio da Legalidade, que deve inspirar todos os Atos da Administração Pública, conforme preceitua o Artigo 37 da Constituição Federal.

“ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: ”

No mesmo norte, o inciso XXI do artigo supracitado faz menção importante sobre as licitações conforme segue.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes [...]. (Grifo nosso)

É o que confirma o Acórdão do TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL AC 4158 DF 2002.01.00.004158-3 (TRF-1) Data de publicação: 09/04/2002

Ementa: ADMINISTRATIVO. REPAROS EM APARTAMENTOS FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO, SEM DISPENSA FORMAL. APENAS SOLICITAÇÃO VERBAL DE AUTORIDADE À EMPRESA. NULIDADE DO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. 1. "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes..." (art. 37, XXI, da Constituição). 2. A Administração não pode se responsabilizar por obras realizadas mediante simples solicitação verbal de autoridade, ou seja, sem processo de licitação ou decisão, devidamente motivada, de dispensa ou inexigibilidade de tal processo, fatos estes de pleno conhecimento da empresa. (grifo nosso)

A verossimilhança do direito reclamado está na possibilidade de ofensa ao princípio da legalidade, já que a solenidade que rege os contratos administrativos está ausente. Aliás, a própria pretensão revela a ausência dos requisitos formais, ou seja, sem os fundamentos da obrigação contratual.

Forçoso lembrar que os serviços prestados das quais se pleiteia o pagamento, ocorreram na forma verbal e não por escrito, o que vem em desconformidade com o que estabelece o Parágrafo Único do art. 60 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus

autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Assim, todo contrato administrativo há que ser celebrado com obediência aos ditames legais, sob pena de ser eivado de nulidade, acarretando vários transtornos tanto ao ente público quanto ao particular participante do ajuste.

Importante destacar, Ronny Charles, em seu "Leis de Licitações Públicas Comentadas" (Ed. Podivm, 3ªEd., p. 323), A legislação cobra especial atenção à necessidade de que os atos contratuais praticados pela Administração sejam devidamente formalizados, esta é uma das formas de se impedir abusos, desvios e prejuízos ao erário, o formalismo permite que a ação praticada pelo gestor seja devidamente fiscalizada a posteriori.

Vem corroborar o embasamento de Justen Filho a jurisprudência do Tribunal de Santa Catarina que segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA EM FACE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO. REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ALÉM DOS CONTRATADOS. AUTORIZAÇÃO VERBAL. AUSÊNCIA DE PROVA. ÔNUS DO AUTOR. INTELIGÊNCIA NO ART. 333, I, DO CPC. CONSTRUTORA REQUEREU E DESISTIU DA PERÍCIA. OITIVA DE TESTEMUNHAS QUE NÃO CORROBORA COM OS FATOS NARRADOS. INEXISTÊNCIA DE NOTAS DE EMPENHO. OBRIGAÇÃO DE PAGAR NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Cumprir à autora provar o fato constitutivo do seu direito (art. 333, início I, do CPC), ou seja, de que realmente celebrou contrato verbal com a administração pública para o calçamento de vias públicas que circundam Colégio Estadual administrado pelo Município e que a municipalidade ficou responsável pelo pagamento da mão-de-obra, o que também não chegou a ficar bem esclarecido. Não comprovando o alegado, o não provimento do recurso para manter a improcedência do pedido é a medida que se impõe. (Apelação Cível n. 2006.017343-5, de São Miguel do Oeste, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 25.07.2006).

Além do art. 60 da Lei nº 8.666/93 tratar das formalidades legais necessárias para a formalização dos contratos celebrados pela Administração e seu Parágrafo Único dispõe sobre a nulidade dos contratos verbais com o Poder Público, faz-se necessário mencionar a Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro. No qual veda a realização de despesas sem o devido empenho, nos termos do seu artigo 60. "É vedada a realização de despesas sem prévio empenho", ou seja, sem a devida previsão orçamentária.

Pelo texto legal, o empenho é condição sine qua non para realização de despesas. Desta forma, a lei afirma que isso vale para todas as despesas pública.

Cumprir-se ressaltar, que o empenho da despesa, conforme preceitua o Art. 58 da Lei nº 4.320/64, "(...) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", o que não se concretiza no caso analisado, considerando que não há previsão contratual e tão pouco o devido empenho, contrariando o artigo 60 da mesma lei, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho e também a decisão do TCU que diz: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 e 70 da Lei nº 4.320/64". (TCU, Acórdão nº 1.404/2011, 1ª Câmara, el. Min. Ubiratan Aguiar, Dou de 11.03.2011).

No mais, cabe a Secretaria competente efetuar adequado planejamento de suas contratações, em obediência aos princípios basilares do direito pátrio.

2. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

2.1. A coordenadora de Fisioterapia Aline Vieira atestou em Relatório (fl. 02 e 03) que os serviços foram devidamente prestados, porém a Lei 4.320/64 em seu artigo 60, veda a realização despesas sem o prévio empenho.

2.2. No tocante a suposta contratação verbal, por parte da secretaria de saúde e o Sr. Vicente Carlos dos Santos, é desconhecida por esta administração pública, conforme versa o artigo 60, parágrafo único da lei 8.666/93, que veda expressamente o contrato de forma verbal.

2.3. A respeito da solicitação de possível pagamento pelos trabalhos realizados no período correspondente de 02/01/2017 à 08/05/2017, esta administração não reconhece qualquer execução fora da vigência contratual, pois o termo final do contrato findou na data de 31/12/2016.

2.4. Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, NÃO SOMOS FAVORÁVEIS ao pagamento pelos serviços prestados por Vicente Carlos dos Santos, na limpeza da piscina de hidroterapia na Unidade de Saúde Centro de Referência da Mulher e do Homem da Secretaria de Saúde

2.5. Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela IMPOSSIBILIDADE do pagamento do valor pleiteado pela Secretaria Requerente, relativo à prestação de serviços, julgando IMPROCEDENTE o pedido formulado em favor de Vicente Carlos dos Santos do PA nº 25/2017.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 29 de setembro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto
Membro da Comissão

Nelson da Cunha
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa
Responsável pelos Processos Administrativos

Emilio Vieira
Prefeito de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração e Logística

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 25/2017
VICENTE CARLOS DE SOUZA

DECRETO 477/2017 DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA

Publicação Nº 1412425

DECRETO Nº 477 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

DECLARA IMÓVEL QUE ESPECIFICA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município, com fundamento nas políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o seguinte imóvel:

I – Uma fração de terreno contendo 2.916,16 metros quadrados, sem benfeitorias, situado na Zona Urbana deste Município de Navegantes, com as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao NOROESTE, com terras de José Erbs e sua esposa Alvina Erbs, onde mede 179,45 metros; fundos que fazem ao SUDESTE, com terras de José Erbs e sua esposa Alvina Erbs, onde mede 175,00 metros; estrema ao NORDESTE com a Rua Jornalista Rui Ademar Rodrigues transversalmente, onde mede 29,66 metros, ficando distante nesta estrema da esquina da Travessa Bornhausen 48,41 metros, e estrema ao SUDOESTE, com Rua Jornalista Rui Ademar Rodrigues transversalmente, onde mede 30,04 metros, imóvel este registrado sob a matrícula nº 5.148 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes/SC.

§2º A área descrita no inciso I deste artigo destina-se à regularização da Rua Jornalista Rui Ademar Rodrigues, necessária ao acesso e a circulação de pessoas, veículos, dentre outros naquela localidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Emílio Vieira
PREFEITO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Rua João Emílio nº 100 - Centro - CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500 - www.navegantes.sc.gov.br
DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS!

DECRETO Nº 482 DE 25 OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412514

DECRETO Nº 482 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3148 de 13/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) da seguinte dotação:

Órgão: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito
Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FMV
Função: 6 – Segurança Pública
Programa: 25 – Trânsito Legal
Subfunção: 183 – Informação e Inteligência
2.075 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica - FMV
Fonte de Recursos – 011200 – Convênio de Trânsito - Prefeitura
4 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

T O T A LR\$ 20.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 22 – Fundação Municipal do Vigilância e Trânsito
Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FMV

Função: 6 – Segurança Pública
Programa: 25 – Trânsito Legal
Subfunção: 183 – Informação e Inteligência
2.075 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica - FMV
Fonte de Recursos – 011200 – Convênio de Trânsito - Prefeitura
3 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

T O T A L R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE OUTUBRO DE 2017.
Emílio Vieira
PREFEITO

DECRETO Nº 483 DE 25 OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412528

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO CNPJ 07.589.379/0001-66 Rua João Emílio º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.
--	---

DECRETO Nº 483 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3148 de 13/12/2016:
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2016, até o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 031200 – Sup. Financeiro/2016 – C/C: 54.585-6 – Recursos Convênio de Trânsito – Prefeitura

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito
UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FMV
Função: 06 – Segurança Pública
Programa: 80 – Sinalização Viária
Subfunção: 183 – Informação e Inteligência
1.047 – Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária
23 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE OUTUBRO DE 2017.
Emílio Vieira
PREFEITO

DECRETO Nº 486 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412439

DECRETO Nº 486 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recurso:

ÓRGÃO: 23 – Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 37 – Programa Federal Bolsa Família e IGDBF
2.080 – Manutenção e Funcionamento do Bolsa Família/IGDBF
Fonte de Recursos – 13500 – Outras transferências de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social
20 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

T O T A L R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 23 – Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 37 – Programa Federal Bolsa Família e IGDBF
2.080 – Manutenção e Funcionamento do Bolsa Família/IGDBF
Fonte de Recursos – 13500 – Outras transferências de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social
22 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

T O T A L R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 26 de Outubro de 2017.
Emílio Vieira
Prefeito

LAUDO DAS AMOSTRA 11/2017 FMV

Publicação Nº 1412655

Navegantes, 17 de outubro de 2017.

C.I. Nº 029-2017 CL
DE: Secretaria de Segurança e Defesa Social / Fundação Municipal de Vigilância
PARA: Compras e Licitações
Assunto: Laudo de Amostras.

Segue laudo das amostras apresentadas pela empresa 10831 - PJ Serviços e Comércio EIRELI – ME, do pregão 011/2017:

- Item 01 – Café Torrado – marca Caboclo - Amostra aprovada;
- Item 02 – Açúcar Refinado – marca Caravelas - Amostra Aprovada;
- Item 03 – Leite Longa Vida - marca Languiru – Amostra Aprovada;
- Item 04 – Papel Higiênico - marca Kirus – Amostra Aprovada;
- Item 05 – Dispenser de Sabonete Líquido - marca Premisse – Amostra Aprovada;
- Item 06 – Dispenser de Papel Toalha - marca Premisse – Amostra Aprovada;
- Item 07 – Papel Toalha - marca Kirus – Amostra Aprovada;

Sem mais, agradeço cordialmente,

Johnny Eurico Coelho
Secretaria de Segurança e Defesa Social
Superintendente de Trânsito

PORTARIA 3066/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1411776

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3066 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim e Alessandra Regina Lucas para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte da servidora L.A.S..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.
Navegantes, 23 de outubro de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3067/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1411769

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3067 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Juliana Rubia da Costa Succo para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar responsabilidade referente a possíveis indícios de liquidação indevida de despesa com pessoal e má gestão no controle da escala de serviço, efetiva prestação de serviço dos servidores matrículas 17340/02 e 633129/01 no SAMU, no mês de fevereiro de 2016, bem como a atuação da chefia responsável pelo controle de frequência, conforme determinação do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.
Navegantes, 23 de outubro de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

120/2017 FÉRIAS IVAN CARLOS ZENI

Publicação Nº 1412226

PORTARIA nº 120, de 26 de outubro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para o Servidor Municipal IVAN CARLOS ZENI, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a ser usufruída no período de 26.10.2017 a 09.11.2017, referente ao período 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 26 de outubro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

DECRETO 236/2017 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Publicação Nº 1411726

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 236, de 25 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.70	R\$35.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 25 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 237/2017 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Publicação Nº 1411730

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 237, de 25 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$17.000,00 (Dezessete mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.67	R\$17.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, conforme art. 5º parágrafo primeiro inciso II da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 25 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Nova Trento

PREFEITURA

COMUNICADO

Publicação Nº 1412039

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, comunica a quem interessar possa que fica cancelada a publicação do Instrumento Particular de Comodato, firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Trento e o Município de Nova Trento/SC, publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM-SC, no dia 29 de setembro de 2017, Edição nº 2351, página 1099, devido alteração no referido documento.

Nova Trento, em 26 de outubro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO

Publicação Nº 1412044

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO

Pelo presente instrumento, de um lado o SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE NOVA TRENTO, CNPJ nº 85.235.497/0001-80, estabelecido à Rua Nereu Ramos, s/nº, neste município, representado neste ato pela Presidente, Sra. Maria Goretti Minatti, RG nº 737.930-7, CPF Nº 034.368.759-37, brasileira, casada, residente e domiciliada na Estrada Geral da Localidade de Salto, Nova Trento/SC, CEP 88.270-000, doravante simplesmente denominada COMODANTE, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede na Rua Santo Inácio, nº 126, Praça Del Comune, Centro, Nova Trento/SC, CEP 88.270-000, representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, RG Nº 3.573.471, CPF nº 032.953.809-88, doravante simplesmente denominado COMODATÁRIO, têm entre si justo e contratado o presente instrumento particular de comodato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir articuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A COMODANTE é legítima proprietária e possuidora da edificação, localizado ao lado da Igreja São Paulo, na Estrada Geral do Distrito de Aguti, neste município de Nova Trento/SC, totalmente livre e desembaraçado de quaisquer ônus e em perfeito estado de conservação e utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente instrumento, a COMODANTE cede ao COMODATÁRIO a edificação mencionada na cláusula primeira supra, em conformidade com o artigo 579 e seguintes do Novo Código Civil em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA: O COMODATÁRIO somente poderá utilizar a edificação ora cedida em comodato para realizar consultas médicas, serviços odontológicos, de enfermagem e outros serviços exclusivos da área da saúde, mantendo equipe de médico, dentista, técnico de enfermagem, enfermeiro e psicólogo, de segunda a sexta feira, cumprindo escala de horário pré determinada pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Parágrafo único - O COMODATÁRIO será o único e exclusivo responsável pelos salários e demais encargos trabalhistas relativos aos profissionais que vierem a prestar serviços na edificação ora cedida em comodato, restando a COMODANTE, portanto, exonerada de qualquer vínculo empregatício com estes profissionais.

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato de comodato terá a duração de 20 (vinte) anos, contados a partir de 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2037, podendo ser rescindido a qualquer tempo pelas partes, mediante notificação extrajudicial escrita, com antecedência de 45(quarenta e cinco) dias.

Parágrafo primeiro: Em caso de rescisão, o COMODATÁRIO obriga-se a restituir o imóvel no estado em que o recebeu, completamente desocupado de pessoas e bens, independentemente de qualquer ato judicial ou extrajudicial.

Parágrafo segundo: Não sendo a edificação desocupada no prazo assinalado pela COMODANTE, o COMODATÁRIO fica obrigado ao pagamento de aluguéis durante o período em que permanecer no imóvel, sujeitando-se ainda à competente ação de reintegração de posse.

CLÁUSULA QUINTA: O COMODATÁRIO assume plena e exclusiva responsabilidade no tocante ao atendimento médico, odontológico e serviços prestados por outros profissionais da área da saúde, que serão prestados na edificação objeto do presente instrumento, devendo responder isoladamente, na forma do art. 932, III, do Código Civil, por quaisquer danos pessoais, morais e/ou materiais causados à COMODANTE, bem como a terceiros, decorrentes do dolo, imperícia, negligência, imprudência ou outro motivo originado da ação ou omissão pertinente ao atendimento médico que será prestado.

Parágrafo único: O COMODATÁRIO obriga-se a dar publicidade a terceiros relativamente à sua condição de único responsável pelos atendimentos médico, odontológico e outros da área da saúde que serão prestados na edificação objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: O COMODATÁRIO não poderá ceder, locar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, nem transferir o presente contrato a terceiros, sem o consentimento por escrito da COMODANTE, sob pena de imediata rescisão contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: O COMODATÁRIO, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as demais, devendo trazer o imóvel em boas condições de higiene e limpeza, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias e que ficam incorporadas ao imóvel. A COMODANTE no dia da assinatura do contrato apresentará uma relação dos bens móveis pertencentes

ao estabelecimento.

CLÁUSULA OITAVA: Fica expressamente vedado ao COMODATÁRIO determinar quaisquer transformações no imóvel sem a prévia anuência por escrito da COMODANTE.

CLÁUSULA NONA: Para todas as questões decorrentes do presente contrato, será competente o foro da Comarca de São João Batista - SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Os contratantes, após terem lido atentamente a todas as cláusulas e condições deste contrato, ratificam-nas, dando-as como boas, firmes e valiosas por exprimirem suas vontades.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, feito em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 02 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini	Maria Goretti Minatti
Prefeito Municipal	Presidente SITTRUNT
Comodatário	Comodante

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Jucelino Marino Chini	Maxiliano de Oliveira
Secretário M.Administração e Finanças	Secretário Municipal de .Saúde
CPF 020.854.409-75	CPF nº 035.940.189-97
RG 36835560	RG 3355244

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017

Publicação Nº 1410810

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 106/2017 – Pregão 080/2017

Objeto: A presente licitação tem como objeto à contratação de empresa para execução de serviços do programa ACESSUAS Trabalho para a Assistência Social de Nova Trento/SC, conforme especificações do anexo I, termo de referência deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 09/11/2017 até as 10:00 horas. Abertura: 09/11/2017 as 10:30 horas
Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2017

Publicação Nº 1410815

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 107/2017 – Pregão 081/2017

Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Transporte de Material Biológico (Motoboy), sendo estes materiais biológicos despachados pelo Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição do Município de Nova Trento/SC, conforme especificações do anexo I, termo de referência deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 10/11/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 10/11/2017 as 09:30 horas
Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO N° 108/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 082/2017 - SRP 052

Publicação N° 1410817

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 108/2017 – Pregão 082/2017 – SRP 052

Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual aquisição de nutrição enteral e suplementos para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Trento/SC, conforme especificações do anexo I, termo de referência deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 13/11/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 13/11/2017 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO N° 109/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 083/2017

Publicação N° 1410821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 109/2017 – Pregão 083/2017 – SRP 053

Objeto: Aquisição parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação, para o ano de 2018, conforme especificações constantes do anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 15/11/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 15/11/2017 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RETIFICAÇÃO 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 003/2017

Publicação N° 1411705

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 003/2017

RETIFICAÇÃO 01

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO 01 AO EDITAL 003/2017 conforme segue:

Onde se lê:

Estagiário	40 h	CR	R\$ 551,60	Cursando Ensino Médio
------------	------	----	------------	-----------------------

Leia-se:

Estagiário	20 h	CR	R\$ 551,60	Cursando Ensino Médio
------------	------	----	------------	-----------------------

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Nova Trento, 25 de outubro de 2017

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI,
PREFEITO MUNICIPAL

Nova Veneza

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2017

Publicação Nº 1412329

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2017

Objetivo: Aquisição de materiais elétricos e de construção destinados a utilização da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 9:00 horas do dia 10/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 26 de outubro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.366

Publicação Nº 1411869

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO nº 2.366, de 26 de outubro de 2017.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) relativo a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90-01.0013 aplicações diretasR\$ 50.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.71-01.0013 aplicações diretasR\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 50.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 26 de outubro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se Silvani Zilio Moschen

Publique-se Secretária da Administração e Fazenda

PORTARIA 120

Publicação Nº 1412379

PORTARIA Nº 120/2017, de 26 de Outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES, PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS E JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, AUTORIZAR a Sra. Sonia Mara Lima Dos Santos Dalzochio, brasileira, casada, Diretora do Departamento de Promoção Social, nomeada pela portaria nº 017 /2017 e nomeada como Gestora/Administradora do Fundo da Infância e Adolescência, pelo Decreto Nº 2.359/2017, residente e domiciliada, na Rua Servidão Ires Hippler, nº 57, Bairro Perpétuo Socorro, na cidade de São Lourenço do Oeste/SC, e, Altair José Mattos, brasileiro, casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal, nomeado pela portaria nº 028/2003, a efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA, CNPJ 28.930.762/0001-06, da Agência 0777-3 do Banco do Brasil S/A, de São Lourenço do Oeste - SC, estando outorgados os poderes abaixo especificados:

PODERES:

9 EMITIR CHEQUES-----
10 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO-----
11 AUTORIZAR COBRANCA-----
20 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO-----
26 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS-----
27 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES-----
31 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A----- OPERACOES-----
36 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS-----
38 ENDOSSAR CHEQUE-----
39 ASSINAR INSTR DE CREDITO-----
51 EMITIR DUPLICATAS-----
52 ENDOSSAR DUPLICATAS-----
61 ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO-
62 ASSINAR ORCAMENTO-----
64 ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE-----
69 EMITIR TITULO DE CREDITO COMERCIAL-----
70 EMITIR TITULO DE CREDITO INDUSTRIAL-----
72 ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO-----
73 ASSINAR A APOLICE DE SEGURO-----
76 ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO-----
94 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES-----
95 CANCELAR CHEQUES-----
96 BAIXAR CHEQUES-----
98 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS-----
99 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS-----
100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE-----
102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA-----
104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO-----
105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO---
113 RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO-----
119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.----- FINANCEIRO/AASP-----
124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS---
125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE--- CREDITO-----
126 EMITIR COMPROVANTES-----
128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-- MEIO ELETRONICO-----
133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO-----
137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO DDA-----

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com validade até 31/12/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 26 de outubro de 2017.
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal
Registre-se e
Publique-se

PORTARIA 121

Publicação Nº 1412522

PORTARIA nº 121, de 26 de Outubro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 64 e seguintes da Lei Complementar 024/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao funcionário Adriano Roberto Camillo, matrícula nº 94/01, referente ao período aquisitivo 04/10/2015 à 03/10/2016, a ser usufruída de 01 de Novembro de 2017 à 30 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,
Em 26 de Outubro de 2017.
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

PORTARIA 122

Publicação Nº 1412525

PORTARIA nº 122, de 26 de Outubro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 64 e seguintes da Lei Complementar 024/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao funcionário Idinara Cristina Massucco, matrícula nº 368/01, referente ao período aquisitivo 23/04/2015 à 22/04/2016, a ser usufruída de 01 de Novembro de 2017 à 30 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,
Em 26 de Outubro de 2017.
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

PORTARIA Nº 118

Publicação Nº 1412378

PORTARIA nº 118 de 29 de setembro de 2017.
Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor RICHARDSON BATISTI, matrícula 755/01, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Fazenda, nível CC5, a partir de 1 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 29 de setembro de 2017.
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

PORTARIA Nº 119

Publicação Nº 1412376

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 119 de 02 de Outubro de 2017.

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SILVANI ZILIO MOSCHEN, para ocupar o cargo comissionado de Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Nível CC-5, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 02 de Outubro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO 002/2017

Publicação Nº 1411779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO DE CONTATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Processo Seletivo nº 002/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Processo Seletivo nº 002/2017 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Processo Seletivo nº 002/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

SERVIDORES	CH	CARGO
BRUNA PANATO DA LUZ	40hs 12 horas (doze) ininterruptas por 36 de descanso	TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRITA
VALNES MARTINEZ FERNANDES	40hs 12 horas (doze) ininterruptas por 36 de descanso	MOTORISTA SOCORRITA

Orleans, 26 de outubro de 2017.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

PR 040/2017

Publicação Nº 1411821

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0040/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 14/11/2017, às 08:30 hs, o Processo Licitatório nº. 0062/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0040/2017, tipo menor preço por item, para execução imediata. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, organização e aplicação de Processo Seletivo para o ano de 2018.

. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 25/10/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR 041/2017

Publicação Nº 1412358

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0041/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 16/11/2017, às 08:30 hs, o Processo Licitatório nº. 0063/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0041/2017, tipo menor preço por item, para entrega imediata. Objeto: Aquisição de materiais permanentes e equipamentos de informática destinados às escolas municipais e centros municipais de educação infantil. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 26/10/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 59/2017 PREGÃO PRESENCIAL 35/2017

Publicação Nº 1411915

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 59/2017
PREGÃO PRESENCIAL 35/2017
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos, caminhões, máquinas pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços; Diretoria Agricultura; Secretaria Municipal de Assistência Social; Gabinete do Prefeito; do Município de PAIAL /SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM**DATA de ABERTURA DA SESSÃO:** 07/11/2017 às 09h00 min**Entrega de envelopes até:** 07/11/2017 às 08h00 min.**Local de Abertura:** Sede da Prefeitura Municipal- PRÉDIO ADMINISTRATIVO**Informações complementares:** Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 3451-0045/3451-0046 OU 3451-0025 ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br.**Paial, 24 DE OUTUBRO DE 2017.****LEOCIR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal em Exercício

Ordenador de Despesas.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO PREGÃO Nº79/2017

Publicação Nº 1412707

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº79/2017

O Município de Palhoça torna público que, após período de suspensão para análise do edital, fará realizar o Pregão Presencial nº.79/2017, no dia 10 de novembro de 2017, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº79/2017 tem como objeto a contratação de serviços de telefonia e internet para o Centro Administrativo Municipal, Unidades de Ensino, Autarquias, Fundações e Secretarias que fazem parte do Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 26 de outubro de 2017. Pregoeiro.

PORTARIA 84

Publicação Nº 1412602

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 84/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidor (a) E.R, sob Portaria nº 79/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 24 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 85

Publicação Nº 1412613

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 85/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidor (a) L.I.M, sob Portaria nº 68/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 24 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 86

Publicação Nº 1412615

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 86/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidor (a) G.L.H, sob Portaria nº 62/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 24 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 87

Publicação Nº 1412702

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 87/2017.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o documento 48.950/2017 da Secretaria de Saúde

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como investigados os servidores públicos J.A.D.S.J, M.W.E.F, J.D.S nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente no exercício da função, apresentou conduta em desacordo com os princípios que regem a administração pública como: indisciplina e Ineficiência desidiosa no exercício de suas funções.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente
- B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
- C) JOZIANI FARIAS PEREIRA, mat.801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 24 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 88

Publicação Nº 1412703

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 88/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidor (a) A.H.C, sob Portaria nº 76/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 25 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 89

Publicação Nº 1412704

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 89/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidor (a) P.N.D.C.D.S., sob Portaria nº 73/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 25 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 90

Publicação Nº 1412705

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 90/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidor (a) J.A.L., sob Portaria nº 71/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 25 de outubro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

RESULTADO DA PROPOSTA CC 075-2016

Publicação Nº 1412085

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº 075/2016

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA que tem por objeto a contratação de empresa especializada para gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Palhoça, conforme os anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

EMPRESA	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA	12.298.449,26	1º
ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	12.869.348,30	2º
ENOPS ENGENHARIA S.A	13.834.818,30	3º
CONASA INFRAESTRUTURA S.A	17.086.772,28	4º

Palhoça, 26 de outubro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

CÂMARA MUNICIPAL**CARTA CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015**

Publicação Nº 1412193

CARTA DE CONVOCAÇÃO E POSSE
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, através do seu Presidente FÁBIO COELHO, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta Casa,

Considerando a homologação do resultado do concurso de nº 01/2015 para provimento de vagas do quadro de pessoal dessa Casa, de acordo com a legislação pertinente e as normas previstas no Edital e Anexos, CONVOCA o Candidato MATEUS LEVI BORGES, para nomeação do cargo efetivo de TÉCNICO LEGISLATIVO, observando as seguintes condições:

I – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO INTERESSE DA VAGA:

A Candidata convocada deverá comparecer até o dia 27 de novembro de 2017, das 13h às 19h, na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani, para entrega dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
- Atestado Médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo. O exame médico será realizado por médico indicado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, que poderá se julgar necessário, solicitar ao candidato exames complementares para verificar se o candidato está apto para o exercício do cargo;
- Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, devidamente registrado no órgão competente;
- Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Ressalta-se que, se o candidato for ocupante de cargo público incompatível, deverá apresentar o comprovante do pedido de exoneração desse cargo no ato da posse.
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
- 2 fotos 3x4, recentes.

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no item anterior.

A Candidata que se apresentar no dia designado, com toda a documentação solicitada tomará posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 96/2010, e iniciará suas atividades na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Palhoça/SC, 26 de outubro de 2017.
FÁBIO COELHO
Presidente

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017 - AQUISIÇÃO DE CÂMARA DE AR, PNEUS E PROTETORES PARA PNEUS E SERVIÇO DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS

Publicação Nº 1412048

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 37/2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Câmara de Ar, Pneus, Protetor de Pneus e serviços de recapagem e vulcanização de pneus.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: das 07:00h até às 08:30h do dia 14/11/2017.

Abertura dos envelopes: às 09:00h do dia 14/11/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 26 de outubro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

1º ADITIVO DA PFG

Publicação Nº 1412427

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 052/2017, datado em 16 de Outubro de 2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade CONVITE para OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 005/2017. Objeto : Considerando a necessidade de 30 a 40 dias para a liberação e emissão da portaria para a perfuração do poço, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 15/12/2017. CONTRANTE: Município de Papanduva CONTRATADA: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA . Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

ATA Nº 063/2017

Publicação Nº 1412636

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Objeto : Ata de SRP nº 063/2017, referente ao Pregão Presencial nº 063/2017. Aquisição de MEDICAMENTOS BÁSICOS E NÃO-BÁSICOS PARA COMPOR A FARMÁCIA MUNICIPAL. Contratadas : A G KIENEM & CIA LTDA, valor R\$63.468,00(sessenta e três mil e quatrocentos e sessenta e oito reais) ; AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME ,valor R\$ 20.680,00 (vinte mil e seiscentos e oitenta reais) ; ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, valor R\$ 163.859,70 (cento e sessenta e três mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) ; ANGEOMED- COM. DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA , valor R\$ 40.335,90 (quarenta mil e trezentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) ; CENTERMEDI – COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES , valor R\$ 78.488,35 (setenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos) ; CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA , valor R\$ 54.263,50 (cinquenta e quatro mil e duzentos e sessenta e três e cinquenta centavos) ; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA , valor R\$ 70.310,00 (setenta mil e trezentos e dez reais) ; DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS ,valor R\$ 129.566,00 (cento e vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e seis reais) ; DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA –EPP , valor R\$ 68.066,00 (sessenta e oito mil e sessenta e seis reais) ; INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA , valor R\$ 151.492,50 (cento e cinquenta e um mil e quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) ; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS , valor R\$ 100.157,45 (cem mil e cento e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) . Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Base legal : 8666/93.

Papanduva, 26 de Outubro de 2017.

Luiz Henrique- Prefeito municipal

CONTRATO Nº 001/2017

Publicação Nº 1411914

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 001/2017

Objeto : Locação de imóvel para uso da secretaria municipal de infraestrutura .Contratada : Sr. ANTÔNIO KOBZINSKI . Valor R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais mil reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba -Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 019/2017

Publicação Nº 1411873

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 19/2017

Objeto : Contratação de EXPLORAÇÃO DE CASCALHEIRA . Contratada : Sr. CÉSAR ANTÔNIO REMUS .Valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Validade : 31/12/2017 . Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba -Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 16/2017

Publicação Nº 1411900

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 16/2017

Objeto : Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural . Contratada : EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina . Valor global R\$ 38.660,00 (trinta e oito mil e seiscentos e sessenta reais) . Vigência : até 31/12/2017. Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 24/2017

Publicação Nº 1411864

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 24/2017

Objeto : Contratação de pessoa jurídica para cessão de licenciamento de uso de sistema informatizado integrado para gestão escolar na Rede Municipal de Ensino . Contratada : CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA – ME . Valor global R\$ 9.890,40 (nove mil e oitocentos e noventa reais e quarenta centavos) . Vigência : até 01/03/2018. Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 25/2017

Publicação Nº 1411815

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 25/2017

Objeto : Locação de imóvel para uso da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada : IPREPAV-Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Papanduva. Valor global R\$ 20.200,00 (duzentos e setenta mil reais) . Vigência : até 31/12/2017. Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 27/2017

Publicação Nº 1411831

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 27/2017

Objeto : Locação de imóvel . Contratada : ODIR VICENTE RIBOSKI. Valor global R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) . Vigência : até 31/12/2017. Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Outubro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 31/2017

Publicação Nº 1411778

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO nº 31/2017

Objeto : Contratação de serviços profissionais em clínica geral com dedicação de 40h semanais, referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 008/2017. Contratada : Sr. ELOI QUEGE. Valor R\$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais). Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 12 de Abril de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

ATA 0089/2017

Publicação Nº 1411780

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0089/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0071/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0053/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: AGROTER AGROP. E FERRAGEM LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0053/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 13.624,00 (treze mil seiscentos e vinte e quatro reais reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 25 de Outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

ATA 0090/2017

Publicação Nº 1411783

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0090/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0071/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0053/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ESQUADRIMAD IND. E COM. DE MADEIRAS E MAT. DE CONS.

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0053/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 102.338,05 (cento e dois mil trezentos e trinta e oito reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 25 de Outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

ATA 0091/2017

Publicação Nº 1411784

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0091/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0071/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0053/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0053/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 25 de Outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 265, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412331

PORTARIA Nº 265, de 26 de outubro de 2017.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pela Dra. Mara T. Kurtz Gritti – CRM/SC 7680 – que sugere afastamento da servidora Marijane Franciele Pertile de suas atividades laborais por um período de 15 (quinze) dias para tratamento de saúde;

Considerando a falha do setor de recursos humanos em não ter elaborado o ato de concessão de licença à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora MARIJANE FRANCIELE PERTILE, matrícula nº 10582, ocupante do Cargo Temporário de Professor Sem Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PSH, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes pelo período de 19/10/2017 a 03/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19 de outubro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 266, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412333

PORTARIA Nº 266, de 26 de outubro de 2017.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de Professor em virtude da licença para tratamento de saúde da servidora Marijane Franciele Pertile, concedida pela Portaria nº 265, de 26 de outubro de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998;

Considerando a falha do setor de recursos humanos em não ter elaborado o ato de contratação à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora CLECIANE CHERNOSKI para ocupar o cargo de Professor sem Habilitação, jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para exercer as atividades de seu cargo junto à EEIEF Duque de Caxias, no período de 23 de outubro a 02 de novembro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 23 de outubro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 267, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412335

PORTARIA Nº 267, de 26 de outubro de 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Lirio Barreto – CRM/SC 7428 – datado de 24/10/2017 e entregue ao setor de recursos humanos em 26/10/2017, que sugere afastamento da servidora Jaqueline M. P. Camarotto de suas atividades laborais por um período de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora JAQUELINE MARIA PACAZZA CAMAROTTO, matrícula nº 15, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes pelo período de 24/10/2017 a 22/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****AVISO DE ANULAÇÃO PL Nº 62/2017 - DL Nº 16/2017**

Publicação Nº 1412058

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017
PROCESSO LICITATÓRIO 62/2017
AVISO DE ANULAÇÃO

Conduto da sua COMISSÃO DE LICITAÇÃO, com base no art. 49, da Lei nº 8.666/93 e justificativa fundamentada, torna público a Anulação do Processo Licitatório nº. 62/2017; DL nº. 16/2017; Objeto: Serviços de desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de gestão de despesas em pessoal, desenvolvendo pesquisas, estudos, capacitações e diagnósticos que garantam o desenvolvimento institucional da instituição contratante.

Paulo Lopes, 26 de outubro de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017 - FMS

Publicação Nº 1412572

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo licitatório nº 024/2017-FMS
Pregão Presencial nº 19/2017 - FMS.

O Pregoeiro Oficial do Município de Penha, no uso de suas atribuições, torna público que a Licitação nº 024/2017-FMS, modalidade Pregão Presencial nº 19/2017 - FMS, Tipo menor preço global, visando a aquisição de motocicletas novas, 0km, a serem utilizadas no Programa de Combate à Dengue da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 420/2017, anexa ao Processo, com abertura do Processo no dia 18/10/2017 às 14:30 horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Penha (SC), 24 de outubro de 2017

Leandro de Lima Borba
Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 1137/2017

Publicação Nº 1412600

PORTARIA N.º 1137 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes a Comunicação Interna Nº 548/2017 com relatório de ausências da servidora PATRICIA PERES GONÇALVES, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 23 de Outubro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1138/2017

Publicação Nº 1412605

PORTARIA N.º 1138 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes a Comunicação Interna Nº 544/2017 com relatório de ausências da servidora ADRIANA CORREA BONELA, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 23 de Outubro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1139/2017

Publicação Nº 1412608

PORTARIA N.º 1139 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes a Comunicação Interna Nº 063/2017 do CONTROLE INTERNO, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 23 de Outubro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017 - PMP

Publicação Nº 1412532

TERMO DE ANULAÇÃO

Despacho de anulação de processo licitatório, acatando Decisão do Pregoeiro, em obediência aos princípios da legalidade e do interesse público do objeto do Edital de Licitação.

Referente: Pregão Presencial nº 047-2017- Multientidade - PMP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade a Lei nº 8.666/93 a qual se aplica subsidiariamente à Lei 10.520/2002, considerando os princípios administrativos e constitucionais que ordenam a rotina da administração Pública, RESOLVE ANULAR o procedimento de Edital de Pregão Presencial nº 47/2017-PMP, cujo objeto é o registro de preços para futura aquisição de materiais de limpeza e higiene e materiais de copa e cozinha para atender necessidades das Secretarias, Procuradoria Geral, Fundação e Fundos Municipais, Polícia Civil e Polícia Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, para que seja aberto novo Processo Licitatório visando a melhor contratação para a administração e o resguardo do erário público.

Publique-se.

Penha, 26 de outubro de 2017.

Aquiles José Schneider da costa - Prefeito Municipal

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1-2017

Publicação Nº 1412499

CONCEDE O PRÊMIO DESTAQUE JOVEM

O Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Peritiba e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.125, faz saber que o Plenário aprovou e ele sanciona o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica concedido o Prêmio Destaque Jovem aos estudantes Alison Lucas Muller e Guilherme Augusto Zago.

Art. 2º A honraria será conferida em Sessão Solene no dia 30 de outubro, às 20h, na Escola de Educação Básica Irmã Anunciata Sperandio, nesta cidade.

Art. 3º As despesas decorrentes da homenagem serão custeadas por dotações do orçamento em vigor da Câmara Municipal de Peritiba.

Art. 4º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 24 de outubro de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA 397

Publicação Nº 1412052

PORTARIA Nº 397, DE 24 DE outubro DE 2017.

EXONERA, Andressa Neis DA FUNÇÃO TEMPORÁRIO DE Atendente de Creche.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o ofício nº 147/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando o retorno da servidora efetiva Andressa Guzzi;

Considerando o Contrato 315/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 25 de setembro de 2017, Andressa Neis, brasileira, inscrita no CPF sob nº. 089.253.769-89, da função em caráter temporário de Atendente de Creche, nomeada pela portaria 336 de 24 de agosto de 2017, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de setembro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 24 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 398

Publicação Nº 1412054

PORTARIA Nº 398, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA Dyeson Friebel PARA EXERCER o cargo de Provimento em comissão de DIRETOR executivo municipal de planejamento Obras e serviço Público.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Dyeson Friebel, brasileiro, solteiro, CPF nº 087.400.499-30, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR executivo municipal de planejamento Obras e serviço Público, nível de vencimento DAS-04, carga horária de 40 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19 de outubro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 24 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 859/2017

Publicação Nº 1412291

DECRETO Nº 859/2017, de 25 de Outubro de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 108.200,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.042 – Ações do Programa Saúde da Família

Modalidade: 21 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Pessoal e Encargos Sociais 100.000,00

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.044 – Ações da Vigilância Sanitária

Modalidade: 28 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Pessoal e Encargos Sociais 8.200,00

TOTAL: R\$ 108.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.1.0002 – ASPS – Ações e Serviços Públicos em Saúde 108.200,00

TOTAL: R\$ 108.200,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 25 de outubro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 25 de outubro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 860/2017

Publicação Nº 1412292

DECRETO Nº 860/2017, de 25 de Outubro de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 411.100,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade: 02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Projeto/Atividade: 2.002 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Modalidade: 2 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 137.800,00

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.004 – Manutenção do Departamento de Administração

Modalidade: 5 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 83.000,00

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.02 – Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 2.005 – Gestão dos Gastos de Pessoal e Inativos e Pensionistas

Modalidade: 11 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 26.400,00

Órgão: 09.00 – SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 09.01 – Fundo de Apoio a Agricultura

Projeto/Atividade: 2.036 – Promoção do Desenvolvimento Agropecuário

Modalidade: 59 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 100.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção das Ações da Assistência Social

Modalidade: 80 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 59.500,00

Órgão: 14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 14.01 – Fundo Municipal de Turismo

Projeto/Atividade: 2.027 – Ações da Secretaria de Turismo

Modalidade: 91 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Pessoal e Encargos Sociais 4.400,00

TOTAL: R\$ 411.100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.1.0000 – Recursos Ordinários 411.100,00

TOTAL: R\$ 411.100,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 25 de outubro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 25 de outubro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 861/2017

Publicação Nº 1412293

DECRETO Nº 861/2017, de 25 de Outubro de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior no valor de R\$ 10.763,09 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: Apoio as Ações Assistenciais ao Idoso

Modalidade: 165 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1107 – Outras Despesas Correntes 10.763,09

TOTAL: R\$ 10.763,09

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2016 referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.1107 – PBV – Transferências do FEAS – Básica/Custeio Superávit 10.763,09

TOTAL: R\$ 10.763,09

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 25 de outubro de 2017.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 25 de outubro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 862/2017

Publicação Nº 1412299

DECRETO Nº 862/2017, de 26 de Outubro de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 74.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURAL - FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal de Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 6 – 3.1.90.00.00.00.00.0.3.1163 – Pessoal e Encargos Sociais 54.000,00

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURAL - FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal de Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 7 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1163 – Outras despesas correntes 20.000,00

TOTAL: R\$ 74.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado no Balanço Patrimonial, referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.1163 – Transferência do Consórcio Machadinho – Projeto Danças 74.000,00

TOTAL: R\$ 74.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 26 de outubro de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 25 de outubro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 469/2017

Publicação Nº 1412119

PORTARIA Nº 469/2017
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

CLEITON EDUARDO POOTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Domingos Benjamini, na cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº11/R-4152196 e CPF sob o nº 041.068.179-26, funcionário efetivo desta municipalidade no cargo de ODONTÓLOGO, conforme Portaria nº124/2010 de 01 de março de 2010, sendo declarada a vacância do referido cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 19 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 19 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 470/2017

Publicação Nº 1412120

PORTARIA Nº 470/2017
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

NADIA MARIA IENSEN, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua das Flores, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.250637-9e CPF sob o nº 649.241.819-00, funcionária efetiva desta municipalidade no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº077/2016 de 15 de fevereiro de 2016, sendo declarada a vacância do referido cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 20 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 20 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 471/2017

Publicação Nº 1412435

PORTARIA Nº 471/2017, de 20 de outubro de 2017
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

A GUSTAVO RIBEIRO PEREIRA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida 18 de Fevereiro, nº1658, na cidade de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº1065945592, e do CPF nº 003.022.690-29, funcionário efetivo no exercício do cargo de Odontólogo, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 16 de outubro à 16 de dezembro de 2017, por participar da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 464/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017 até 16 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 20 de outubro de 2017
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 20 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 472/2017

Publicação Nº 1412437

PORTARIA Nº 472/2017, de 20 de outubro de 2017
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

A SOELITON DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alberto Luersen Junior, nº29, na cidade de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº2.635.347, e do CPF nº 754.720.239-04, funcionário efetivo no exercício do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 16 de outubro à 16 de dezembro de 2017, por participar da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 464/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017 até 16 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 20 de outubro de 2017
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 20 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 473/2017

Publicação Nº 1412438

PORTARIA Nº Nº473/2.017, de 20 de outubro de 2017
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, artigo 11 da Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

A JANETE RODRIGUES DE BARROS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Uruguai, nº303, na cidade de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº2.819.298, e do CPF nº 573.925.870-72, funcionária efetiva no exercício do cargo de Auxiliar Administrativo, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, no período de 16 de outubro à 16 de dezembro de 2017, por participar da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 464/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2017 até 16 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 20 de outubro de 2017
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 20 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 4787/2017

Publicação Nº 1412055

DECRETO Nº 4787/2017, DE 26 de outubro de 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo, em todo o território do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no dia 03 de Novembro de 2017 (sexta-feira), dia após o feriado de Finados de 02 de Novembro de 2017 (quinta-feira). Retornando as atividades normalmente no dia 06 de Novembro de 2017 (segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 26 de outubro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA N.º 001 / 2017 – TIPO MAIOR OFERTA / FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

Publicação Nº 1412698

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 001 / 2017 – TIPO MAIOR OFERTA

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.

Objeto: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECATÓRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE POMERODE – PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, PARA EXPLORAÇÃO DE CHOPE ARTESANAL PARA A 35ª EDIÇÃO DA FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 09h00min. do dia 29/11/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09h00min. do dia 29/11/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Fundação Cultural de Pomerode – Rua Hermann Weege, n.º 111, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08h00min. às 11h30min. e das 13h30min. às 17h00min., Fone: (47) 3306-6234 ou pelo e-mail: eventos@fcpomerode.com.br

Pomerode / SC, 26 de Outubro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Cultural de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 015/2017/COMAS

Publicação Nº 1412778

RESOLUÇÃO Nº 015/2017/COMAS

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Entidade “Centro de Convivência Pommern Heim” no Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 25 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 14 de 15 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, em especial o disposto em seu Artigo 35, parágrafo segundo.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o registro da Entidade “Centro de Convivência Pommern Heim” inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede em Pomerode, no Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

Art. 2º - A presente inscrição tem VALIDADE POR TEMPO INDETERMINADO, devendo a mesma, anualmente requisitar Certidão Anual de Regularidade.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de outubro de 2017.

Elaine Molina Petito

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13-2017

Publicação Nº 1412772

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº13 /2017.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E O CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.667.539/0001-24, com sede na Rua Progresso, 578, Bairro Testo Alto, na cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. Ademir Henschel, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 419.344.749-91, portador da Cédula de Identidade nº 526371, residente e domiciliado na Rua Alfredo Hoge, 345, Bairro Centro, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1– DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de até R\$ 97.620,00 (Noventa e sete mil e seiscentos e vinte Reais) ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: “Proteção aos idosos – Vagas Judicializadas”.

1.2 – Tem por objetivo oferecer o atendimento qualificado às pessoas idosas com idade igual ou acima a sessenta anos, independente e/ou com diversos graus de dependências, encaminhados por medida judicial visando sua proteção com o oferecimento de acolhimento na modalidade de Instituição de Longa Permanência.

2. VALOR

2.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Colaboração, de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará à PROPONENTE, o valor mensal de 32.540,00 (trinta e dois mil e quinhentos e quarenta Reais), atendendo até 11 vagas conforme previsto em plano de trabalho.

3. FONTE DE RECURSOS

3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação
02	Fundo Municipal da Pessoa Idosa
0008.0241.0140.2069	SUBVENÇÃO SOCIAL – SECRETARIA. DESENV SOCIAL HABITAÇÃO
3350000000000000	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
01000000	RECURSOS ORDINÁRIO – R\$ 97.620,00

4 – DAS OBRIGAÇÕES

4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;
- Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Divulgar este Termo Colaboração em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- j) Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- k) Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- l) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- m) Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- n) Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento das metas do objeto deste Termo;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;
- u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;
- v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Caixa Econômica Federal, Agência nº 1880, Conta Corrente nº 000885-3, e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.

5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitido a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme

previsão no art. 53, §2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

6 – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2-Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizada se sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;
- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

8 - DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9 – DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à

PROPOSITANTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII – Lei Federal 13.019/2014;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;
- f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;
- g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;
- k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;
- l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;
- m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;
- n) realizar despesas com:

- I. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;
- II. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- III. Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;
- IV. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;
- V. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos participantes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigência.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;
- d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;
- e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

11 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

13 – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e

avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

14 – DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, 26 de Setembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK
MUNICÍPIO DE POMERODE

ADEMIR HENSCHERL
CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 14-2017

Publicação Nº 1412774

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº14 /2017.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E A ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE DANÇA FOLCLÓRICA GERMÂNICA DE POMERODE PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE DANÇA FOLCLÓRICA GERMÂNICA DE POMERODE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.130.986/0001-63, com sede na Rua XV de Novembro, 818, Bairro Centro, na cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. André Cristiano Siewert, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 007.792.159-31, portador da Cédula de Identidade nº 3.933.512, residente e domiciliado na Rua dos Atiradores, 5665, Bairro Testo Central Alto, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1– DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de R\$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais) ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: “Dança, Música e Cultura Germânica”.

1.2 – Tem por objetivo valorizar e divulgar as tradições culturais trazidas por nossos imigrantes, difundir manifestações de diferentes culturas através da música e dança e incentivar a participação e interesse pelas danças folclóricas das gerações mais jovens, criando respeito e admiração pelas diferentes tradições culturais.

2. VALOR

2.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Colaboração, de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará à PROPONENTE, o valor mensal de 8.000,00 (oito mil Reais), realizando as metas definidas em plano de trabalho.

3. FONTE DE RECURSOS**3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:**

12	Secretaria de Turismo e Cultura
03	Fundo Municipal da Cultura
0013.0392.0130.2084	SUBVENÇÃO SOCIAL – CULTURA
3350000000000000	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
01000000	RECURSOS ORDINÁRIO – R\$ 24.000,00

4 – DAS OBRIGAÇÕES**4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;
- e) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- f) Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- g) Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- h) Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- i) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- j) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- k) Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- l) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Divulgar este Termo Cooperação em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- j) Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Cooperação;
- k) Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- l) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- m) Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- n) Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento das metas do objeto deste Termo;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento

da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;

q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;

u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;

v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Caixa Econômica Federal, Agência nº 1880, Conta Corrente nº 1772-0, e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.

5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitido a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme previsão no art. 53, §2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

6 – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2- Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizada se sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;
- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

8 - DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9 – DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII – Lei Federal 13.019/2014;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;
- f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;
- g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;
- k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;
- l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;
- m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;
- n) realizar despesas com:

- I. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;
- II. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- III. Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;
- IV. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;
- V. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos partícipes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção,

nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;
- d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;
- e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

11 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

13 – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

14 – DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, 26 de Setembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK
MUNICÍPIO DE POMERODE

ANDRÉ CRISTIANO SIEWERT
ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE DANÇA FOLCLÓRICA GERMÂNICA DE POMERODE

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Ponte Serrada

PREFEITURA

ESTRATO PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017 PREGÃO Nº 47/2017 LIXEIRAS

Publicação Nº 1412598

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS MONOBLOCO DE PLÁSTICO VAZADO. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 13:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 13/11/2017. Abertura da Sessão às 14 horas (horário de Brasília) do dia 13/11/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município em 31/10/2017 www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 26 de setembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2017 TERMO DE CIÊNCIA

Publicação Nº 1412304

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2017 - PR

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nº83/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO EXECUTIVO ANEXO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MANDATÁRIA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ONDE LÊ-SE: Foram habilitadas as empresas: AZ CONSTRUÇÕES LTDA, POGGERE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP, FORMATTO ENGENHERIA LTDA .

LEIA-SE: Foram habilitadas as empresas: AZ CONSTRUÇÕES LTDA, POGGERE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP, FORMATTO ENGENHERIA LTDA e LUPPA CONSTRUÇÕES LTDA.

Ponte Serrada, 26 de Agosto de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1682, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1411926

DECRETO Nº 1682, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito

Funcional Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 12.000,00

Unidade Orçamentária: 02 – Gabinete do Vice Prefeito

Funcional Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.006 – Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 3.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta dos Recursos Ordinários no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 25 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1683, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412328

DECRETO Nº 1683, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o dispositivo que menciona do artigo 3º do Decreto Municipal nº 1495/2017 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o dispositivo que menciona do artigo 3º do Decreto Municipal nº 1495, de 12 de janeiro de 2017, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º

I - Presidente: Giliani Silveira;

Art. 3º Os demais dispositivos do Decreto nº 1495, de 12 de janeiro de 2017, e suas alterações posteriores, permanecem inalterados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1683, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412289

DECRETO Nº 1683, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o dispositivo que menciona do artigo 3º do Decreto Municipal nº 1495/2017 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o dispositivo que menciona do artigo 3º do Decreto Municipal nº 1495, de 12 de janeiro de 2017, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º

I - Presidente: Giliani Silveira;

Art. 3º Os demais dispositivos do Decreto nº 1495, de 12 de janeiro de 2017, e suas alterações posteriores, permanecem inalterados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1412672

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Porto Belo, através do Excelentíssimo Prefeito Emerson Luciano Stein, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os termos da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, CONVOCA, através do presente edital, a população em geral e interessados, para participarem da Audiência Pública que tem como finalidade esclarecer, detalhar e debater as obras da adutora de águas no trecho que passará pelo Município de Porto Belo.

A Audiência Pública será realizada no dia 14/11/2017 às 17:00 horas, no Centro Cultural Palco das Artes "Bento Irício da Silva", localizado na Rua Francisco Severiano dos Santos, nº 314, no Bairro Vila Nova, Porto Belo-SC.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

ATA 151/2017

Publicação Nº 1411800

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 151/2017

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Kerber & Cia Ltda, inscrita no CNPJ/MF 78.408.960/0001-82, com sede na Estrada Velha de Palmas, S/N.º, Vice King, Cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-4933, neste ato representada pelo Senhor Josmar Kerber, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 133/2017, Processo Licitatório 191/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	2.000 Toneladas	Fornecimento de CBUQ (Concreto Betuminoso usinado a Quente) faixa C	Kerber	R\$ 268,00	R\$ 536.000,00
Valor Total: R\$ 536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil reais)					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 151/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 133/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Josmar Kerber, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 10 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Kerber & Cia Ltda
CONTRATADA

Testemunha:

DECRETO Nº 335/2017

Publicação Nº 1412453

DECRETO Nº 335, de 19 de outubro de 2017.
Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47, de 05 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. CÉLIA REGINA PLAUTZ BUCH, portadora do RG nº 1.104.417-9 SSP/SC e CPF nº 509.587.209-91, no Cargo de Professora Pedagoga – Nível “C” – Referência “013”, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2017.

Porto União (SC), 19 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

DECRETO Nº 336/2017

Publicação Nº 1411849

DECRETO Nº 336, de 19 de outubro de 2017.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO GILBERTO MARTINES CARRER, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Patrimônio Cultural, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2017.

Porto União (SC), 19 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 337/2017

Publicação Nº 1411852

DECRETO Nº 337, de 25 de outubro de 2017.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO PAULO EUGENIO MEYER, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Mecânica e Manutenção Leve, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 339/2017

Publicação Nº 1412711

DECRETO Nº 339, de 26 de outubro de 2017.
Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.703, de 21 de dezembro de 2009, com sede na localidade de Cabeceira do Barra Grande – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) carreta agrícola marca TADEU, usada, 04 toneladas, 02 rodas, aro 16, pneus ressolados, com freio automático, engate desnucável, com assoalho de madeira macho e fêmea;
- 01 (uma) ensiladeira usada, de transmissão e sistema de transmissão por cardã, com capacidade estimada de até 25 toneladas/hora;
- 01 (um) trator agrícola usado, modelo T3230-4 Tração 4X4, com 08 marchas frente e 02 marchas ré, direção hidráulica, toldo de cobertura,

contrapé – SO traseiro e equipamento de segurança (conforme norma NR31, Artigos 12,6 e 12.36), acionado por motor diesel 03 cilindros, modelo TR332 RJ-PE (32CV – 2700RPM) DIN F, ano de fabricação 2011, Placa MIE 0804;

- 01 (um) pulverizador com tanque para 200 (duzentos) litros, barra de 08 (oito) metros.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 26 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, com sede na localidade de Cabeceira do Barra Grande – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) carreta agrícola marca TADEU, usada, 04 toneladas, 02 rodas, aro 16, pneus ressolados, com freio automático, engate desnucável, com assoalho de madeira macho e fêmea;

- 01 (uma) ensiladeira usada, de transmissão e sistema de transmissão por cardã, com capacidade estimada de até 25 toneladas/hora;

- 01 (um) trator agrícola usado, modelo T3230-4 Tração 4X4, com 08 marchas frente e 02 marchas ré, direção hidráulica, toldo de cobertura, contrapé – SO traseiro e equipamento de segurança (conforme norma NR31, Artigos 12,6 e 12.36), acionado por motor diesel 03 cilindros, modelo TR332 RJ-PE (32CV – 2700RPM) DIN F, ano de fabricação 2011, Placa MIE 0804;

- 01 (um) pulverizador com tanque para 200 (duzentos) litros, barra de 08 (oito) metros.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 26 de outubro de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ANTONINHO MARCOS KUBIAK

RG nº 18ª R - 1.459.655

CPF nº 531.343.549-34

DECRETO Nº 340/2017

Publicação Nº 1412712

DECRETO Nº 340, de 26 de outubro de 2017.

Dispõe sobre suspensão de concessão de diárias e adiantamentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as despesas com viagens, incluídas diárias (alimentação e hospedagem) e adiantamentos (passagens e despesas com locomoção), em todos os órgãos da administração direta e indireta do Município de Porto União (SC), por tempo indeterminado.

§ 1º A suspensão de que trata o caput abrange a realização de cursos, seminários, palestras e/ou similares, que impliquem em despesas envolvendo inscrição, deslocamento, hospedagem, alimentação, diária ou adiantamento, salvo os casos excepcionais devidamente justificados e autorizados pelo Gabinete do Prefeito.

§ 2º Estão excluídas da suspensão ações de fiscalização, viagens de representação feitas por autoridades e emergências oriundas da Secretaria Municipal de Saúde, cujos serviços não admitem paralisação.

Art. 2º Ficam ressalvadas as diárias de compromissos anteriormente assumidos, as quais deverão ser solicitadas por escrito, com 05 (cinco) dias de antecedência, devidamente justificadas, junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 085/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1411794

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 085/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas, para manutenção da frota de equipamentos da marca Iveco.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 010/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 086/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1411796

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 086/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Cleber Luciano dos Anjos - ME.

Objeto: Contratação de empresa para fornecer serviço de acesso à internet para o Núcleo Educacional Jangada do Sul.

Valor: R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação n.º 001/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Cleber Luciano dos Anjos - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 278/2017

Publicação Nº 1411798

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 278/2017
Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.
Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas, para manutenção da frota de equipamentos da marca Iveco.
Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 017/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de outubro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 279/2017

Publicação Nº 1411790

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 279/2017.
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 241/2016
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI - EPP.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se a vigência do aludido contrato superior até 05/09/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 10 de outubro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 280/2017

Publicação Nº 1411792

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 280/2017.
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 170/2014
Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Prorroga-se o valor de R\$ 24.175,20 (vinte e quatro mil cento e setenta e cinco reais e vinte centavos) ao aludido contrato superior, referente ao monitoramento de 14 (quatorze) pontos de alarme, com mensalidade no valor de R\$ 143,90 (cento e quarenta e três reais e noventa centavos) por ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 10 de outubro de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 018/2017

Publicação Nº 1412109

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 222/2017 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 018/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de suplementos alimentares. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 14 de novembro de 2017, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 26 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2017

Publicação Nº 1411918

PORTARIA Nº 060, de 24 de outubro de 2017.

Inclui membro em Comissão Especial nomeada coletivamente através da Portaria nº 057, de 11 de outubro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Senhor RODRIGO BONIN LEÃO, indicado pelo Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Porto União, para compor, na qualidade de Membro, a Comissão Especial constituída através da Portaria nº 057, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Revogam-se a Portaria nº 058, de 18 de outubro de 2017, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 133/2017

Publicação Nº 1411804

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 191/2017 – Registro de Preços

Pregão Presencial 133/2017

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Kerber & Cia Ltda.

Porto União SC, 10 de outubro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 78/2017

Publicação Nº 1411895

Número da Lei:
1508

Ano da Lei:
2016

Data da Lei:
24/11/2016

DECRETO Nº 78, de 24 de outubro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

SUPLEMENTA DOTAÇÕES PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00(vinte mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto de Esportes e Turismo	07.001.0027.0812.1502.2012.3319000000000000.01000000	10.000,00
Suplementar	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2030.3319000000000000.01000000	10.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto de Administracao	03.001.0004.0122.1301.2030.3339000000000000.01000000	10.000,00
Anulação Dotação	Depto de Esportes e Turismo	07.001.0027.0812.1502.2012.3335000000000000.01000000	1.000,00
Anulação Dotação	Depto de Esportes e Turismo	07.001.0027.0812.1502.2012.3339000000000000.01000000	9.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 24 de outubro de 2017

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CPF: 767.132.029-34

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CONTADORA
CPF: 065.001.199-67

DECRETO 79/2017

Publicação Nº 1411896

DECRETO Nº 79/2017, DE 24/10/2017.

RENOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRESIDENTE NEREU – SC COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 9.º da Lei Municipal 1382/2013 de 24 de Abril de 2013, baixa o seguinte

DECRETO:

Art. 1.º - Ficam nomeados os representantes abaixo relacionados para construir o Conselho Municipal da Indústria e Comércio de Presidente Nereu – SC, conforme determina a Lei 1382/2013 de Abril de 2013, na representação e forma a seguir:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Adriana Pedroni de Melo – Titular

Marzio Rogério Vieira – Suplente

II – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Agricultores, Agricultoras Familiares de Presidente Nereu:

Marli Hamm - Titular

Alécio João Comandoli – Suplente

III – Representantes da Associação Comercial/industrial (ou similar) de Presidente Nereu:

Leandro Linhares – Titular

Elizete de Souza Bento – Suplente

IV – Representantes de proprietários e residentes de estabelecimentos funcionando em Presidente Nereu com cerca de cinco (5) anos, no mínimo:

Nelito Nascimento – Titular

Alana K. Voltolini – Suplente

V – Representantes da Câmara de Vereadores de Presidente Nereu:

Elis Regina Comandoli – Titular

Juliana Garcia Comandoli – Suplente

VI – Representante da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos:

Jaimir Mannrich – Titular

Dione Schwartz – Suplente

Art. 2.º - O mandato dos membros nomeados na forma do artigo 1.º do presente Decreto será de 02 (dois) anos, conforme determina a Lei Municipal 1382/2013, de 24 de Abril de 2013.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu. 24 de Outubro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

LEI 1541/2017

Publicação Nº 1411898

LEI N.º 1541/2017, DE 26/10/2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL 1389/2013, QUE DISPÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.”

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1.º - As letras d), e) e f) do Inciso I do artigo 5º da Lei 1389/2013 de 05 de junho de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

I -

a)

b)

c)

d) um da Secretaria Municipal de Cultura;

e) um da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo;

f) um da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 26 de outubro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

LEI 1542/2017

Publicação Nº 1411899

LEI nº 1542/2017, de 26 de outubro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação asfáltica e aquisição de máquinas, veículos e equipamentos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Fica revogada a Lei Municipal 1537/2017 de 05 de outubro de 2017.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 26 de outubro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 261 DE 26.10.2017

Publicação Nº 1412356

DECRETO Nº. 261, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
APROVA DESDOBRAMENTO E FUSÃO DE IMÓVEL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

DECRETA

ART. 1º. O PRESENTE MEMORIAL DESCRITIVO TEM COMO OBJETIVO, PROMOVER O DESDOBRAMENTO E FUSÃO DOS LOTES URBANOS NÚMEROS 388 E 390, SEM BENFEITÓRIAS, COM ÁREA DE 2.000,00 M², DA MATRÍCULA Nº. 9.647 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, DE PROPRIEDADE DE ALOÍSIO ALBINO WARKEN, AMBOS SITUADOS NA RUA MATO GROSSO ESQUINA COM A RUA SETE DE SETEMBRO, NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC.

ÁREA PRIMITIVA

LOTES URBANOS Nº. 388 E 390, SEM BENFEITÓRIAS, COM ÁREA DE 2.000,00 M², DA MATRÍCULA Nº. 9.647 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, SITUADOS NA RUA MATO GROSSO ESQUINA COM A RUA SETE DE SETEMBRO, NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NORDESTE: COM A RUA SETE DE SETEMBRO, MEDINDO 50,00 METROS;

SUDESTE: COM OS LOTES URBANOS Nº. 378 E 380, MEDINDO 40,00 METROS;

SUDOESTE: COM O LOTE URBANO Nº. 386, MEDINDO 50,00 METROS;

NOROESTE: COM A RUA MATO GROSSO, MEDINDO 40,00 METROS E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

ÁREAS DESDOBRADAS

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 390 A, SEM BENFEITÓRIAS, COM ÁREA DE 416,00 M², SITUADO NA RUA MATO GROSSO ESQUINA COM A RUA SETE DE SETEMBRO, NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NORDESTE: COM A RUA SETE DE SETEMBRO, MEDINDO 26,00 METROS;

SUDESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 B E 390 B, MEDINDO 16,00 METROS;

SUDOESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 390 D E 388 A, MEDINDO 26,00 METROS;

NOROESTE: COM A RUA MATO GROSSO, MEDINDO 16,00 METROS E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO;

PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 B, COM ÁREA DE 240,00 M² E PARTE DO LOTE URBANO Nº. 390 B, COM ÁREA DE 240 M², PERFAZENDO UMA ÁREA TOTAL DE 480,00 M², SITUADO NA RUA SETE DE SETEMBRO A UMA DISTÂNCIA DE 26,00 METROS DA RUA MATO GROSSO NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC, COM AS MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES A SEGUIR:

NORDESTE: COM A RUA SETE DE SETEMBRO, MEDINDO 12,00 METROS;

SUDESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 C E 390 C, MEDINDO 50,00 METROS;

SUDOESTE: COM O LOTE URBANO Nº. 386, MEDINDO 12,00 METROS;

NOROESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 D, 388 A, 390 D E 390 A, MEDINDO 50,00 METROS E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 C COM ÁREA DE 240,00 M² E 390 C, COM ÁREA DE 240,00 M², SEM BENFEITÓRIAS, JUNTOS PERFAZENDO UMA ÁREA TOTAL DE 480 M², SITUADO NA RUA SETE DE SETEMBRO A UMA DISTÂNCIA DE 38,00 METROS DA RUA MATO GROSSO NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 B E 390 B, MEDINDO 50,00 METROS;

NORDESTE: COM A RUA SETE DE SETEMBRO, MEDINDO 12,00 METROS;

SUDESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 378 E 380, MEDINDO 50,00 METROS;

SUDOESTE: COM O LOTE URBANO Nº. 386, MEDINDO 12,00 METROS E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 A COM ÁREA DE 208,00 M² E 390 D, COM ÁREA DE 104,00 M², SEM BENFEITÓRIAS, JUNTOS PERFAZENDO UMA ÁREA TOTAL DE 312,00 M², SITUADO NA RUA MATO GROSSO A UMA DISTÂNCIA DE 16,00 METROS DA ESQUINA COM A RUA SETE DE SETEMBRO, NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A RUA MATO GROSSO, MEDINDO 12,00 METROS;

NORDESTE: COM PARTE DO LOTE URBANO Nº. 390 A, MEDINDO 26,00 METROS;

SUDESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 B E 390 B, MEDINDO 12,00 METROS;

SUDOESTE: COM PARTE DO LOTE URBANO Nº. 388 D, MEDINDO 26,00 METROS E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 388 D, SEM BENFEITÓRIAS, COM ÁREA DE 312,00 M², SITUADO NA RUA MATO GROSSO A UMA DISTÂNCIA DE 28,00 METROS DA ESQUINA COM A RUA SETE DE SETEMBRO, NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A RUA MATO GROSSO, MEDINDO 12,00 METROS;

NORDESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 A E 390 D, MEDINDO 26,00 METROS;

SUDESTE: COM PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 388 B E 390 B, MEDINDO 12,00 METROS;

ART. 2º. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, EM, 26 DE OUTUBRO DE 2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N°. 265 DE 26.10.2017

Publicação N° 1411958

DECRETO N°. 265, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
EXONERA FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

- Art. 1º. EXONERAR, por TÉRMINO DE CONTRATO, PATRÍCIA NOLL, brasileira, convivente, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora de Fátima, Centro, Município de Princesa, SC, portadora do CPF nº. 083.203.469-08, assessora especial de gabinete, a partir de 17.11.2017.
Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17.11.2017.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 26 de Outubro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 81/2017-PM, MODALIDADE PREGÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2017-PM.

Publicação N° 1411920

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 81/2017-PM
Pregão Presencial 46/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está revogando a licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de CARTUCHO DE TINTA para impressora plotter, em uso pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura." devido a todos os proponentes participantes serem declarados inabilitados. Informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 26 de outubro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA N°. 214 DE 26/10/2017

Publicação N° 1411984

PORTARIA N°. 214, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Servidora	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
MARLEI DALMAGRO	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO FÍSICA	01/02/2016 a 31/01/2017	07/11/2017 a 06/12/2017

- Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07.11.2017.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 26 de Outubro de 2017.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 215 DE 26.10.2017

Publicação N° 1412006

PORTARIA N°. 215, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos

IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado.

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
PEDRO JOSÉ GIEHL	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	01.06.2016 a 31.05.2017	16.11.2017 a 15.12.2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 16.11.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 26 de Outubro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 216 DE 26.10.2017

Publicação Nº 1412010

PORTARIA Nº. 216, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado.

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
JOSSEMAR TIAGO BOELTER	VIGIA	01.03.2016 a 28.02.2017	14.11.2017 a 13.12.2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 14.11.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 26 de Outubro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Rancho Queimado

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 1412186

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 10:00 horas do dia 14 de novembro de 2017, estará recebendo propostas para contratação de empresa para fornecimento de artigos e enfeites natalinos, destinados as festividades de Natal do Município de Rancho Queimado, conforme descritos no anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.ranchoqueimado.sc.gov.br. Rancho Queimado/SC, em 26 de outubro de 2017 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2017 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 1412189

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2017 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE PAVILHÃO DE LONA BRANCA ANTI-CHAMAS, NO TAMANHO DE 20X50 METROS E LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRÂMIDE EM LONA BRANCA, NO TAMANHO DE 10X10, PARA A 26ª FESTA DO MORANGO NOS DIAS 24, 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2017, NO PAVILHÃO DO PARQUE DO MORANGO, NO DISTRITO DE TAQUARAS, CIDADE DE RANCHO QUEIMADO-SC. A entrega e abertura dos envelopes ocorrerá no dia 14 de novembro de 2017 às 11:00 horas. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site www.ranchoqueimado.sc.gov.br. Rancho Queimado, em 26 de outubro de 2017 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO TEXTO DA LEI Nº 2.172

Publicação Nº 1412096

RETIFICAÇÃO DO TEXTO DA LEI Nº 2.172, PUBLICADO NA EDIÇÃO 2369

Na pagina 638, da Edição 2369, do DOM

Onde se lê: "projeto de LEI Nº 45, DE 29 DE setembro de 2017"

Leia-se: "LEI Nº 2.172, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017"

Na pagina 642, da Edição 2369, do DOM

Onde se lê: "Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 29 de Setembro de 2017"Leia-se: "Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 23 de outubro de 2017"

Rio do Sul

PREFEITURA

5870

Publicação Nº 1412748

LEI Nº 5.870, de 25 de outubro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS INACABADAS OU QUE NÃO ATENDAM AO FIM A QUE SE DESTINAM, A INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO INCISO XIII, DO ART. 39 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica proibido o Poder Público Municipal realizar solenidade, cerimônia ou qualquer ato para inauguração de obras públicas inacabadas ou que não atendam ao fim que se destinam.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, entende-se como obras públicas todas as construções, reformas, recuperações ou ampliações custeadas pelo erário que servem ao uso direto ou indireto da população, tais como:

I - hospitais, unidades de pronto atendimento, unidades básicas de saúde;

II - escolas, centros de educação infantil, centros profissionalizantes;

III - estabelecimentos ou praças esportivas, culturais ou de lazer;

IV - restaurantes, farmácias, casas ou abrigos populares;

V - rodovias, ferrovias, ciclovias, pontes, elevados ou vias similares que se destinam ao tráfego de pessoas e veículos.

Art. 2º Consideram-se obras públicas inacabadas aquelas que não estão aptas a entrar em funcionamento por não preencherem as exigências do projeto contratado, as normas de posturas do município, a Lei de uso e ocupação de solo, ou por falta de emissão das autorizações, licenças ou alvarás dos órgãos competentes.

Art. 3º Consideram-se obras públicas que não atendam aos fins a que se destinam aquelas que, embora completas, não apresentam condições mínimas de funcionamento pelos seguintes motivos:

I - falta de número mínimo de profissionais que possam prestar serviço;

II - falta de materiais de uso corriqueiro necessário à finalidade do estabelecimento;

III - falta de equipamentos imprescindíveis ao funcionamento da unidade.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei incidirá ao Chefe do Poder Público Municipal infração político-administrativa, sendo processado e julgado pela Câmara, assegurados contraditório e ampla defesa, podendo esta decidir pela perda do mandato, nos termos do disposto no art. 39 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

25 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito em Exercício de Rio do Sul

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2017

Publicação Nº 1412089

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Albertina Ignês Erckmann nº 320, ap 104, Bairro Barragem, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Ricardo Marchi, em substituição à Cintia Lusía Batisti, afastada em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 24/10/2017 e encerrando-se em 23/11/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANAINA SENS EICHHOLZ
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

DECRETO 6634

Publicação Nº 1412743

DECRETO Nº 6634, de 25 de outubro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.869, de 25 de outubro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada até o limite de R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	577.000,00
	TOTAL	R\$	577.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
0.001	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	577.000,00
	TOTAL	R\$	577.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
19 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito em Exercício de Rio do Sul

DECRETO Nº 6626, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411939

DECRETO Nº 6626, de 24 de outubro de 2017.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. ILEI FILIPPI”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).”

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. ILEI FILIPPI, brasileira, separada, funcionária pública, portadora do RG nº 7R/1.424.840 - SSP/SC e inscrita no CPF nº 458.422.139-15, residente e domiciliada na Rua Selesta Fronza, 129, Taboão, município de Rio do Sul, SC., baseando-se no disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95), no cargo Auxiliar Administrativo I, nível C-1, com proventos integrais e paridade a partir de 01/11/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
24 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal em Exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 6627, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411941

DECRETO Nº 6627, de 24 de outubro 2017.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. CATARINA FELIPONI MEURER”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).”

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. CATARINA FELIPONI MEURER, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG nº 2.127.092 e inscrita no CPF nº 674.535.899-91 residente e domiciliada na Rua José Salla, 303, Fundo Canoas, município de Rio do Sul, SC., baseando-se no disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95), no cargo Professora, nível B-1, com proventos integrais e paridade a partir de 01/11/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art.4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
24 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal em Exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 6628, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411944

DECRETO Nº 6628, de 24 de outubro de 2017.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. TANIA APARECIDA SANDI SZUTA”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).”

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. TANIA APARECIDA SANDI SZUTA, brasileira, viúva, funcionária pública, portadora do RG nº 1.892.033 e inscrita no CPF nº 564.201.299-15, residente e domiciliada na Rua Justina de Barba Ledra, 397, Santana, município de Rio do Sul, SC., baseando-se no disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95), no cargo de Professora, nível B-1, com proventos integrais e paridade a partir de 01/11/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art.4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
24 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal em Exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 6629, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411945

DECRETO Nº 6629, de 24 de outubro de 2017.

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. SÔNIA REGINA COSTA LUITHARDT”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).”

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. SÔNIA REGINA COSTA LUITHARDT, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG nº 1.425.991 e inscrita no CPF nº 547.847.199-20, residente e domiciliada na Rua Castro Alves, 201, Eugênio Schneider, município de Rio do Sul, SC., baseando-se no disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95), no cargo Professora, nível 3, Classe D, com proventos integrais e paridade a partir de 01/11/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art.4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
24 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito Municipal em Exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 6630, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411952

DECRETO Nº 6630, de 24 de outubro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 43.199,11 (quarenta e três mil, cento e noventa e nove reais e onze centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	43.199,11
	TOTAL	R\$	43.199,11

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 43.199,11 (quarenta e três mil, cento e noventa e nove reais e onze centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	31.199,11
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	7.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	43.199,11

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
24 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6633, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411955

DECRETO Nº 6633, de 25 de outubro de 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 4.999,00 (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.108	Igdsuas – Índice de Gestão Descentralizada		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01355450	Transferência SUAS - União	R\$	4.999,00
	TOTAL	R\$	4.999,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 4.999,00 (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.108	Igdsuas – Índice de Gestão Descentralizada		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01355450	Transferência SUAS - União	R\$	4.999,00
	TOTAL	R\$	4.999,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

25 de outubro de 2017

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2017 - HOMOLOGA INSCRITOS

Publicação Nº 1411860

Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2017

O Prefeito de Rio do Sul em exercício e o Secretário Municipal de Administração e Fazenda, no uso de suas atribuições legais homologam e tornam público a Relação de Candidatos Inscritos para a Prova de Qualificação, conforme estabelecido no Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2017.

Servidor	
ADELINA DE FÁTIMA FERREIRA	GLORIA JANAINA MERIZ
ADRIANA CLAUDINO MACHADO SALLA	GREICE APARECIDA DA CONCEICAO
ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES	GRETI ELAINE DOS SANTOS ERN
ALCIONE CERONI RUCKERT	IRACI ROSA OSTERNO TONET
ANELORE BUZZI	IRIS HERWEG HEINRICH
ANGELA CRISTINA HAMANN	IRIS WESSLING ROMANIO

BIANCA NECKEL BACK	JANAINA DA SILVA
CASSIA CRISTINA DE SOUZA WESTPHAL	JANARA ELIANA DOEGE
CHEILA SIMONE NIEHUES	JANE LAURENTINO SEZERINO
CIMARA BENTA DA SILVA	JANETE SCHMIDT HOELLER
CINTIA ROLING MENDONÇA	JENIANA BECHTOLD BRUNING
CRISTIANA DALPIAZ GIRARDI	JOANA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS
CRISTIANE LESSA CORREA	KARLA KARDAUKE
CRISTIANE RASSINI	LEOCADIA SBORZ
DAIZE GIOVANELLA	LILIAM DA LUZ TONETI
DALILA MARCHI ROSSETTI	LILIAN RODE BARBOSA
DEBORA OSSEMER SCHLUP	LUCIANA GOEDERT
DEISE FERREIRA	LUCIANE KIRCHNER
DEISE MONTIBELER	LUCIANO DIAS
DINI CRISTINA WORDELL BECKER	MARA RUBIA ERNST
DOMINANDA APARECIDA DOS SANTOS	MARCIA CATARINA SIQUEIRA FACHINI
DULCE SAUTNER DESTRO	MARCIA WESSNER
EDOLAR PAVANELLO	MARGARET ODEBRECHT
ELENICE FLOR SORA	MARILSE ELIANE MATTOS POMPILIO
ELIANA VIRGINIA PHILIPPI	MERES APARECIDA DE ANDRADE
ELIANE DA COSTA	MERI ADRIANA BAADE BECKER
ELIANE LEA VICENTE TESTONI	MICHELE KNOPF
ELISIANA KNOPF	MIRIAM GARCIA
ERIVONETE COSTA LUCIO	NEUZA MARGARETE GIACOMOZZI SCHLUP
EVELISE SUCATELLI MATE	NEVANIR CORREIA MALHEIROS
FABIOLA REGINA HINCKEL DE JESUS	NILZA MINATTI
FERNANDA KRIESER	NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER
FERNANDA STRINGARI	RAQUEL HAFFERMANN CONSTANTE
FLAVIA CIRLEI CERCAL	ROMI KUSTERKO
FLORENTINA STUPP SILVA	ROSA FERREIRA DE MATOS
FRANCISCA AURICELIA ALVES DE MATOS	ROSANE DE FATIMA MOREIRA
GENIR CEOLA	RUBIANA CARLA SLOMP
SANDRA MARA SCHONS XAVIER	SUELI HENN ZABEL
SELIA SEIDE	TAISA ADAM ERN
SENELI FERREIRA DA SILVA ZONTA	TANIA BAASCH BREMER
SILENE SCHMITZ CONTEZINI	VALQUIRIA MONTAGNA
SILVANA DO NASCIMENTO	VANESSA PAULI UNFRIED
SILVANA TOMEDI	VANIA JOCHEM ALVES
SILVIA VIGNOLA	WILMARA ADRIANA STADNIK BUBLITZ
SONIA EGER CENSI	YARA DINORA NECKEL

Rio do Sul (SC), 27 de outubro de 2017

PAULO JOSE CUNHA	ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício	Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 5868

Publicação Nº 1412746

LEI Nº 5.868, de 25 de outubro de 2017.

“INSTITUI A HONRARIA “CARLOS ROBERTO BASTOS MIGUEL” AOS AGENTES/SERVIDORES APOSENTADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, QUE TRABALHARAM COM DESTAQUE DEFENDENDO OS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica instituída a honraria “Carlos Roberto Bastos Miguel”, a ser concedida aos agentes/servidores aposentados pertencentes a órgãos da Segurança Pública de qualquer esfera, que trabalharam com destaque defendendo os cidadãos do município de Rio do Sul.

Parágrafo único. A honraria tem por objetivo reconhecer, através da concessão de um diploma pelo Poder Legislativo de Rio do Sul, a dedicação àqueles que tiveram como rotina dedicar suas vidas a salvar a vida do próximo e defender a ordem pública.

Art. 2º Será concedida a honraria anualmente aos agentes/servidores aposentados, através do diploma "Carlos Roberto Bastos Miguel", e entregue em Momento Solene da Câmara Municipal de Rio do Sul, em Sessão Ordinária no mês de outubro.

Parágrafo único. O servidor/agente somente poderá ser agraciado com a honraria se estiver aposentado e prestado, com destaque na sua função, no mínimo, por 5 (cinco) anos de serviço em órgão da Segurança Pública estabelecido no município de Rio do Sul.

Art. 3º Os órgãos de segurança pública, de todas as esferas, estabelecidos no município encaminharão à Câmara Municipal de Rio do Sul anualmente, até a data limite de 31 de agosto, os nomes de servidores/agentes aposentados do ano imediatamente anterior, a fim de serem agraciados com a honraria.

§1º No ofício de indicação dos agentes/servidores à Câmara Municipal deverão constar necessariamente cópia do ato público que concedeu a aposentaria e declaração que trabalhou por no mínimo 5 (cinco) anos lotado no município de Rio do Sul.

§2º A Câmara Municipal não poderá conceder a honraria sem a indicação dos agentes/servidores aposentados pelo respectivo órgão de segurança pública até a data estipulada no caput.

Art. 4º A Mesa Diretora apresentará Projeto de Decreto Legislativo contendo o nome dos agentes/servidores aposentados para a homologação do diploma, devendo o mesmo ser submetido à aprovação do Plenário, após tramitar na Casa Legislativa em conformidade com as normas regimentais.

Art. 5º A solenidade de honraria com a entrega do diploma "Carlos Roberto Bastos Miguel" passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Rio do Sul.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

25 de outubro de 2017.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito em Exercício de Rio do Sul

LEI 5869

Publicação Nº 1412740

LEI Nº 5.869, de 25 de outubro de 2017.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica suplementada até o limite de R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	577.000,00
	TOTAL	R\$	577.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
0.001	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	577.000,00
	TOTAL	R\$	577.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
25 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito em Exercício de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR 372

Publicação Nº 1412745

LEI COMPLEMENTAR Nº 372, de 26 de outubro de 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Altera o item 25 da tabela do Art. 426, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 426. ...
[...]

Código	Descrição do serviço	Quantidade	Período	Valor/ufm
25	Limpeza de terreno baldio		Hora	30

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
26 de outubro de 2017.
PAULO JOSÉ CUNHA
Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1374/DGP

Publicação Nº 1411868

PORTARIA N. 1374/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, conforme certidão de nascimento n.º 108936 01 55 2017 1 00019 169 0005963 19 de registro civil do município de Lontras, onde encontra-se o assento de BEATRIZ SOPHIA FARIAS KOCK.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1375/DGP

Publicação Nº 1412588

PORTARIA Nº. 1375/DGP

PAULO JOSE CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 31/10/2017, o servidor JAILSON ROBERTO DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Bens Móveis e Imóveis e NOMEAR, a partir de 01/11/2017, para o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Patrimônio, na Secretaria

Municipal de Administração e Fazenda, com opção pela remuneração do cargo comissionado, fundamentado no Art. 13 da Lei Complementar n. 208 de 28/9/2010 e Art. 56, da lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2017.

PAULO JOSE CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ed

PORTARIA Nº 1377/DGP

Publicação Nº 1412349

PORTARIA N. 1377/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora JANAÍNA MARTINEZ MAGDALENA ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00116 098 0048871 80 de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de SARAH YASMIN BRITO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

PORTARIA Nº 1378/DGP

Publicação Nº 1412584

PORTARIA N. 1378/DGP

PAULO JOSE CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SANDRA MAY VIEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor para, a partir da data de publicação desta portaria, atuar como Diretora do Centro de Educação Infantil Guilherme Butzke da Rede Pública Municipal, identificada como de "Médio Porte", em substituição à Fabiana Graciela Bridi Baldo, afastada em Licença Doença de Pessoa da Família. Pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar n. 194/2009, que altera o art. 10, da Lei Complementar 075/2001.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2017.

PAULO JOSE CUNHA

Prefeito Municipal em exercício

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ed

TERMO DE CONVOCAÇÃO LADI RITA SIRENA BRUNELLO

Publicação Nº 1412365

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LADI RITA SIRENA BRUNELLO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento

de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017.

Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 26 de outubro de 2017

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO ALINE MARQUES

Publicação Nº 1412258

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. PAULO JOSE CUNHA, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ALINE MARQUES, nomeado (a) pela Portaria n. 0992/DGP, de 31/07/2017, publicada no DOM na data de 27/09/2017, para exercer o cargo efetivo de Educador Social, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 06/11/2017.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de outubro, de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

PAULO JOSE CUNHA
Prefeito Municipal em exercício

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO DE LEI ORÇAMENTARIA 2018 – LOA 2018

Publicação Nº 1411942

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO DE LEI ORÇAMENTARIA 2018 – LOA 2018

Ata da Audiência Pública de discussão da Lei Orçamentaria 2018, do município de Rio dos Cedros/SC. Aos dez de outubro de dois mil e dezessete, às dezesseis horas nas dependências da Câmara Municipal de Rio dos Cedros, sito a rua Jorge Lacerda, 545, Centro, atendendo aos convites publicados na internet e mural público, e em atendimento ao disposto no artigo quarenta e oito, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizou-se a Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual - LOA – para o ano de dois mil e dezoito, com a presença da população do município de Rio dos Cedros, líderes comunitários, membros do poder Executivo. Eu, REJANE SUSAN FRARE SOMMER, Contadora Municipal, abri a audiência pública cumprimentando e agradecendo a presença de todos e me colocando a disposição do público, iniciei a explanação da LOA – 2018. Nas primeiras laudas foram explanadas as relações entre as leis: PPA – LDO – LOA, para que os presentes pudessem estar mais inteirados do assunto, e das ferramentas utilizadas para auxiliar a administração pública, ainda foram apresentados os valores consolidados do Orçamento Municipal 2018 que são R\$ 51.300.000,00, e da Câmara de Vereadores conforme instrução normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no ano de 2016 a Câmara Municipal de Rio dos Cedros teve sua autonomia deixando de ser uma unidade orçamentária dentro do orçamento da prefeitura e se tornando uma entidade orçamentária, tendo seu orçamento consolidado no valor de R\$ 960.000,00. Os valores orçados foram desdobrados do Plano Plurianual aprovado para o quadriênio 2018-2021, levando em consideração as perspectivas taxas de crescimento da economia e os índices de inflação vigentes. Após o término da exposição das laudas, solicitei aos presentes dúvidas sobre o exposto, sendo as dúvidas sanadas, informei que o orçamento será encaminhado a Câmara de Vereadores Municipal, bem como seus anexos, para apreciação e aprovação dos senhores EDIS, não tendo mais dúvidas dos participantes eu, Rejane, encerrei a audiência pública agradecendo a colaboração de todos e lavrei a presente ata, e os presentes assinaram a lista de presença anexa.

REJANE SUSAN FRARE SOMMER
Contadora Municipal

COMUNICADO DE RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO 86/2017

Publicação Nº 1412338

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2017

MODALIDADE: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

FINALIDADE: CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ÁREA DE 890,73m² - PROGRAMA PROINFANCIA - PROJETO CONVENCIONAL 2 - FNDE

COMUNICADO DE RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO

A Comissão permanente de licitações do Município de Rio dos Cedros, nomeada pela Portaria nº 006/2017, comunica aos licitantes e interessados, que a licitante HABITARK ENGENHARIA LTDA, interpôs recurso contra a habilitação das empresas EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, no referido processo licitatório.

O inteiro teor do recurso encontra-se disponível no site: www.riodoscedros.sc.gov.br, no link licitações, Concorrência Pública.

Comunicamos que as empresas acima mencionadas poderão apresentar contrarrazões em referência a este recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta, conforme Art. 109, § 3º da Lei nº 8666/93.

Os autos dos processos encontram-se com vista franqueada aos interessados no setor de licitações desta Prefeitura mediante agendamento.

Rio dos Cedros, 26 de Outubro de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aglahê Danielle Mendes Brandt
PRESIDENTE

PAULA WACKERNAGEL
MEMBRO

Pedro Claudino dos Santos Júnior
MEMBRO

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 98/2017 - AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1412217

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 98/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro □ Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 08/11/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 08/11/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros □ SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 26 de outubro de 2017.

ROSELI SAMAGAIA

Secretária de Educação

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8587/2016

Publicação Nº 1412023

PORTARIA Nº 8587/2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o Servidor Público Municipal Sr EVANDRO CARLOS BONETI cargo de ODONTOLOGO, 20 horas semanais, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 06 de outubro de 2017.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 25 de outubro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO N° 81/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 68/2017

Publicação N° 1412790

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 81/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 68/2017
REGISTRO DE PREÇO N° 13/2017

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 81/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 68/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de tintas, materiais para pintura, materiais elétricos de primeira qualidade para os enfeites natalinos e mão de obra para serviços de pintura, para atender as necessidades do departamento de urbanismo do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 10 de novembro de 2017. Abertura das propostas as 08h45min do dia 10 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 27 de outubro de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL Nº 107/2017 PR

Publicação Nº 1412728

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA DE EDITAL

Edital nº 107/2017-PR

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização, iluminação profissional e locação de gerador para realização do evento 7ª Polvilhana – Festa do Polvilho e da Banana de Santa Rosa do Sul, a ser realizado entre os dias 14/11/2017 à 19/11/2017.

DO ITEM 5.1 DO EDITAL

Onde lê-se:

- l) Apresentar Certidão de Registro de pessoa jurídica junto ao CREA, como também, comprovação de possuir em seu quadro permanente na data fixada para a entrega das propostas, profissional habilitado na área de engenharia elétrica. (LOTE 01)
- m) Apresentar Atestado de Responsabilidade Técnica da iluminação e sonorização, assinada por Engenheiro Elétrico cadastrado no CREA. (Pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação). (LOTE 01)

Leia-se:

- l) Apresentar Certidão de Registro de pessoa jurídica junto ao CREA, como também, comprovação de possuir em seu quadro permanente na data fixada para a entrega das propostas, profissional com capacidade técnica de nível superior registrado na área pertinente ao ramo de atividade da presente licitação. (Lote 01)
- m) Apresentar Atestado de Responsabilidade Técnica da iluminação e sonorização, assinada por profissional com capacidade técnica de nível superior registrado na área competente no CREA. (Pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação). (Lote 01)“

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 3534-1113 e e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Luana Pereira.
Pregoeira

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

Publicação Nº 1412551

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 91/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 13 de novembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, para Aquisição de divisórias para readequação e instalações de salas do prédio próprio da Assistência Social.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou também pelo e-mail: compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 27 de outubro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2017

Publicação Nº 1412105

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2017

MENOR PREÇO POR ITEM.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 13:30 horas do dia 10 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo

DECRETO Nº 526/2017

Publicação Nº 1411875

DECRETO Nº 0526, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA HORÁRIO NATALINO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 742/1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, conforme Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018 celebrado entre o Sindicato do Comércio Varejista de São Bento do Sul e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Bento do Sul, o seguinte Horário Natalino para os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018:

		Lojas em geral	Supermercados	Lojas no Shopping
DIA	SEMANA	HORÁRIO	HORÁRIO	HORÁRIO
01	Sexta-feira	Normal	Normal	Normal
02	Sábado	Até 17:00 horas	Normal	Normal
03	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal	Normal
04	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
05	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
06	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
07	Quinta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
08	Sexta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
09	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
10	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal	Normal
11	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
12	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
13	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
14	Quinta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
15	Sexta-feira	Até às 19:30 horas	Normal	Normal
16	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
17	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal	Normal
18	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Até às 21:00 horas	Normal
19	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Até às 21:00 horas	Normal

20	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
21	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
22	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas	Normal
23	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal	Normal
24	Domingo	Até às 13:00 horas	Até às 18:00 horas	Até às 15:00 horas
25	Segunda-feira – NATAL	FECHADO	FECHADO	FECHADO
26	Terça-feira	Normal	Normal	Normal
27	Quarta-feira	Normal	Normal	Normal
28	Quinta-feira	Normal	Normal	Normal
29	Sexta-feira	Normal	Normal	Normal
30	Sábado	FECHADO	Normal	Normal
31	Domingo	FECHADO	Até às 15:00 horas	Normal
Janeiro 2018				
01	Segunda-feira ANO NOVO	FECHADO	FECHADO	FECHADO
02	Terça-feira	Normal	Normal	Normal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 527/2017

Publicação Nº 1411877

DECRETO Nº 0527, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, Manutenção e Ampl. da Educação Infantil

(19) 3.3.90.39.00.00.00 158 – Outros Serv de Terceiros - PJ R\$ 17.000,00

Órgão: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampl. Ensino Fundamental

(552) 3.3.90.39.00.00.00 158 – Outros Serv de Terceiros – PJ...R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, Manutenção e Ampl. da Educação Infantil

(22) 3.3.91.39.00.00.00 158 – Outros Serviços de Terceiros - PJ...R\$ 17.000,00

Órgão: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampl. Ensino Fundamental

(557) 3.3.91.39.00.00.00 158 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 528/2017

Publicação Nº 1411879

DECRETO Nº 0528, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(02) 3.3.90.30.00.00.00 160 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente de excesso de arrecadação apurado no Balanço Patrimonial do exercício, na fonte de recursos 00.0.0160 –, Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 529/2017

Publicação Nº 1411881

DECRETO Nº 0529, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.081 – Gestão dos Serv. da Proteção Social Básica – Bolsa Família

(209)3.3.90.30.00.00.00 163 – Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.081 – Gestão dos Serv. da Proteção Social Básica – Bolsa Família

(210)3.3.90.32.00.00.00 163 – Material de Distribuição Gratuita....R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 012/2017

Publicação Nº 1412577

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

Objeto: Publicação do edital resumido de Concorrência Pública nº 011/2017 no Diário Oficial da União, conforme texto e orçamento anexos, a ser publicado no dia 01/11/2017.

Contratado: IMPRENSA NACIONAL

Valor total: R\$ 198,24
São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.
Teodósio Kachuba
Diretor Presidente Interino da EMHAB

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2017

Publicação Nº 1412591

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido do art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: PUBLICAÇÃO DO EDITAL RESUMIDO DE CONCORRÊNCIA Nº 011/2017 NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, CONFORME TEXTO E ORÇAMENTO ANEXOS, A SEREM PUBLICADOS NO DIA 01/11/2017.

II - Contratado: IMPRENSA NACIONAL

III – Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para publicação do Edital resumido de Concorrência nº 011/2017, se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela Inviabilidade de Competição, pois há apenas uma instituição oficial na União para publicação no Diário Oficial da União – DOU. A publicação do edital resumido da Concorrência nº 011/2017 no DOU segue também às exigências de Publicidade, descritas no artigo 21, inciso I da Lei 8666/93.

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa Contratada é a única para publicar no Diário Oficial da União, sendo, portanto, Inviável a Competição.

V – Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 198,24 (cento e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) conforme orçamentos e guias anexos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

Teodósio Kachuba

Diretor Presidente Interino da EMHAB

PORTARIA Nº 2523/2017

Publicação Nº 1411802

PORTARIA Nº 2523, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, NILSO AGOSTINHO CABRAL, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11 de outubro de 2017.

São Bento do Sul, 26 de outubro 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA FC Nº 21/2017**

Publicação Nº 1412233

PORTARIA Nº 021 DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

"Revoga Portaria"

O DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 15 de setembro de 2017, a Portaria de nº 31, de 17 de outubro de 2013, que cedeu o servidor público Darcilo Ribeiro da Fundação Cultural, à Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 57/2017**

Publicação Nº 1412726

Pregão Presencial nº 57/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 57/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 14 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: a contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação asfáltica de operação tapa-buracos, com fornecimento de material e mão de obra e o fornecimento de massa asfáltica por tonelada, carregada na usina por caminhão próprio do SAMAE ou Secr. de Obras e ou Terceirizado para o SAMAE de São Bento do Sul

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 50/2017 - CONVITE N. 17/2017

Publicação Nº 1412713

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 50/2017

(Lei nº 8.666/93, art. 21)

Modalidade de licitação: CONVITE Nº 17/2017

Síntese do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC160LC DA FROTA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM (DMER) DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO.

Sessão de entrega de envelopes: 06 de Novembro de 2017, à Comissão de Licitações, às 13h00.

Sessão de Julgamento: 06 de Novembro, à Comissão de Licitações às 13h30.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 27 de Outubro de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

Decreto 129/2017

Publicação Nº 1412322

DECRETO Nº 129/2017 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTABELECE HORÁRIOS DE ATENDIMENTO DO COMÉRCIO DE SÃO CARLOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017 E JANEIRO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo,

DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidos os horários de atendimento do comércio de São Carlos/SC, para os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018:

DEZEMBRO/2017:

- De 04 e 08 até 19hs;
- Sábado dia 09 até 16hs;
- De 11 a 15 até 19:30hs;
- Sábado dia 16 até às 16hs;
- Domingo dia 17 facultativo;
- Dia 18 a 22 até às 20hs;
- Sábado dia 23 até 16hs;
- Domingo dia 24 das 08 às 11hs e a tarde facultativo até às 16hs;
- Segunda feira dia 25 proibido abrir (sujeito a multa pelo sindicato);
- De 26 a 29 até as 19 hs;
- Sábado dia 30 até às 16hs;
- Domingo dia 31 facultativo.

JANEIRO/2018

- Dia 1º - proibido abrir (sujeito a multa pelo Sindicato);
- A partir do dia 02 – horário normal;
- Sábado dia 06 – facultativo no período da tarde (manhã normal).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 20 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

LEI Nº 1811, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412035

LEI Nº 1811, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de São Domingos/SC - LDO 2018, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II – a estrutura e organização do orçamento;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – das metas fiscais;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2018, não constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias e Manuais de Procedimentos da Receita expedidos pela STN.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999 Interministerial nº. 163/2001 e demais portarias expedidas pela STN, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V – Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portarias Interministeriais e Portarias da STN e outras legislações pertinentes.

§ 2º Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº. 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens,

prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo para a Infância e Adolescência;
- Fundo Agropecuário Municipal;
- Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social;
- Fundo Municipal de Defesa Civil;
- Fundo Municipal do Idoso;
- Fundo Municipal de Cultura.

Parágrafo Único - a Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde na forma de unidades gestoras e os demais fundos na forma de unidades orçamentárias compreendidas na entidade Prefeitura Municipal.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
- II – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;
- III – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
- IV – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento;
- V – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas.

Parágrafo Único Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita.

Art. 14 Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

- I– Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV – Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- V – Eliminação de despesas com horas extras;

VI – Redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos nos anexos desta lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o executivo municipal encaminhará projeto de lei a câmara, propondo a anulação de recursos alocados no orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 O orçamento poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da lei orçamentária anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos balanços patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na lei orçamentária, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais por ato próprio do executivo municipal conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º Na lei orçamentária anual os orçamentos da receita e da despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pela legislação em vigor e normas do município.

§ 2º Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o município for associado.

Art. 24 Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade fiscal e de sua diretoria.

Art. 25 Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2018 a preços correntes.

Art. 29 Todas as operações de crédito, abertura de crédito adicionais suplementares, especial, extraordinário necessitam de prévia autorização legislativa através de Lei específica para cada ano.

Art. 30 A transposição e o remanejamento de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial e em cada fonte de recurso somente poderá ocorrer com prévia autorização legislativa, através de lei específica para cada ano.

Art. 31 O superávit financeiro do exercício anterior e o excesso de arrecadação apurados em cada uma das fontes de recursos poderão ser utilizados para abertura de crédito adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2018, desde que com prévia autorização legislativa, através de lei específica para cada ano.

Art. 32 Durante a execução orçamentária de 2018 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas nesta lei.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 37 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 39 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

- I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V – Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 43 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 45 (SUPRIMIDO)

Art. 46 (SUPRIMIDO)

Art. 47 O executivo municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 48 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 49 Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, em 25 de outubro de 2017.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

LEI Nº 1812, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412037

LEI Nº 1812, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI 0714, DE 16 DE JUNHO DE 1987, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei 0714, de 16 de junho de 1987, que instituiu o Código de Parcelamento do Solo Urbano do Município de São Domingos, passa a vigorar com a inclusão do art. 9º A, com a seguinte redação:

“Art. 9º A. Nos loteamentos de interesse social, no Bairro Abramo Miguel Pretto, a dimensão mínima do lote urbano é fixada em 200,00 m2 (duzentos metros quadrados), com frente para a via de circulação de largura não inferior a 5,00 m (cinco metros).”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 25 de outubro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.713/2017

Publicação Nº 1412082

DECRETO Nº 2.713, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

REAJUSTA O VALOR DA UFA, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 380, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo do artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, observando o disposto na Lei Complementar nº 15, de 29 de dezembro de 2005, e considerando a inflação acumulada do INPC entre os meses de Setembro de 2016 e Agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica corrigida a Unidade Fiscal de Arrecadação – UFA, do Município de São Francisco do Sul, em 1,73% (um vírgula setenta e três por cento).

Parágrafo único. O valor da UFA passa de 1.9051 para 1.9381.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de outubro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CADASTRAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Publicação Nº 1412433

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CADASTRAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

RENATO GAMA LOBO, Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a diretriz geral da política urbana estabelecida no inciso II do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; o Decreto nº 2664/2017 que institui o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de São Francisco do Sul; e, finalmente, considerando a Audiência de Instalação do Processo de Revisão do Plano Diretor, realizada no dia 26 de outubro de 2017, torna público a convocação para que as Organizações da Sociedade Civil se cadastrem para composição do Núcleo Gestor do aludido processo participativo de revisão, na forma estabelecida a seguir:

Art. 1º O Núcleo Gestor é um órgão colegiado do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de São Francisco do Sul, conforme art.6º do Decreto nº 2664/2017.

Art. 2º Conforme o art.8º do Decreto nº 2664/2017, a composição do Núcleo Gestor se dará a partir de um levantamento cadastral das organizações da sociedade civil do município e buscará resultar na formação de um colegiado que expresse a pluralidade de atores públicos e privados do município.

Parágrafo Único. Considera-se como organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio,

auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

Art. 3º As organizações da sociedade civil interessadas em compor o Núcleo Gestor deverão:

I - fazer seu cadastramento através de ficha cadastral, conforme anexo I deste documento, a ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, endereçado ao Gabinete do Prefeito, a partir da data da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios e jornal de circulação até às 13h30min do dia 16 de novembro de 2017;

II - anexar junto ao protocolo as seguintes documentações:

a) Ficha cadastral das organizações da sociedade civil para constituição do núcleo gestor do processo participativo de revisão do plano diretor do município de São Francisco Do Sul, conforme Anexo I;

b) Cópia autenticada do estatuto registrado e suas alterações;

c) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove que a organização social civil está estabelecida formalmente no município há no mínimo 2 anos, inclusive preenchendo e assinando a declaração contida no Anexo II;

§1º Os documentos apresentados pelas organizações da sociedade civil serão julgados por meio de comissão instituída pela Portaria nº 14.565 de 26 de outubro de 2017.

§2º De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 8º do Decreto 2664/2017, as regras de composição e proporcionalidade estabelecidas para o Conselho Nacional das Cidades poderão ser usadas como referência na composição do Núcleo Gestor.

Art. 4º Após o término do cadastramento, as organizações da sociedade civil serão convocadas, por edital próprio da Prefeitura, para participar de reunião pública com a finalidade de se proceder com a eleição dos representantes das organizações da sociedade civil para a composição do Núcleo Gestor.

Art. 5º Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Julgadora.

São Francisco do Sul, 26 de Outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito de São Francisco do Sul

Anexo I

FICHA CADASTRAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

1- Dados da Organização da Sociedade Civil:

Razão Social: >>
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Presidente/representante:

São Francisco do Sul-SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante legal da Organização da Sociedade Civil

Anexo II

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que como representante legal da Organização da Sociedade Civil
....., situada na, Cidade de São Francisco do Sul/SC, encontra-se estabelecida formalmente no Município há no mínimo 2 (dois) anos.

Esta declaração é verdadeira, sob pena de violar o art. 1º. da Lei 7.115/83, sujeitando-me às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

São Francisco do Sul-SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante legal da Organização da Sociedade Civil

PORTARIA Nº 07/2017

Publicação Nº 1412038

PORTARIA N. 07, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

DISTRIBUI OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, NA FORMA DA LEI.

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas §1º e §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017:

Considerando o direito do recebimento de honorários advocatícios pelos advogados públicos, previsto no art. 85, §19º Código de Processo Civil;

Considerando a necessidade de regulamentar, por meio de ato administrativo próprio, os honorários advocatícios de sucumbência devido aos advogados efetivos, Procurador-Geral do Município e servidores efetivos que colaboram com a Procuradoria-Geral do Município de São Francisco do Sul e que exercem suas funções, exclusivamente, no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando que conforme o §2º do art. 11 da Lei n. 1.862/2007, os colaboradores da Procuradoria-Geral do Município que recebem 20% do rateio devem ser servidores efetivos e devem exercer suas funções exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando o valor de R\$ 12.448,10 (Doze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e dez centavos) depositados na conta pública 023369-2, Agência 0466, Banco do Brasil, no período.

RESOLVE:

Art. 1º. DESTINAR 75% ao Procurador-Geral do Município e Advogados Efetivos da Procuradoria-Geral do Município;

Art. 2º DESTINAR 5% à destinados à Pequenas Despesas de Reaparelhamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º DESTINAR 20%, aos servidores lotados na Procuradoria Geral do Município, conforme abaixo indicado:

I – Jamile Pereira da Costa Rocha, que exerce função na Procuradoria Geral do Município;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 11 de Outubro de 2017.

VÍTOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/SC 46.912

PORTARIA Nº 14.561/2017

Publicação Nº 1412083

PORTARIA nº 14.561, de 26 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 024.910.049-50, do cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 26 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.562/2017

Publicação Nº 1412084

PORTARIA nº 14.562, de 26 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 024.910.049-50, para exercer o cargo em comissão de Assessora Administrativa, nível CC02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 26 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.563/2017

Publicação Nº 1412086

PORTARIA nº 14.563, de 26 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SHAYANE STAINIK MOREIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 053.314.069-20, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 26 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.564/2017

Publicação Nº 1412087

PORTARIA nº 14.564, de 26 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, conforme o art. 149 e seguintes da Lei Complementar nº 8/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do descumprimento, em tese, da jornada de trabalho pelo servidor F. A. M. J., matrícula nº 7938209, tendo sido verificado o fato do servidor ter se ausentado do serviço durante o expediente, abandonando o local, qual seja Escola Municipal Waldemar da Costa, enquanto deveria estar cumprindo sua jornada de trabalho, sem autorização da chefia imediata, na data de 1º de outubro de 2017, às 22h22min, sendo que foi localizado em sua residência.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.565/2017

Publicação Nº 1412088

PORTARIA nº 14.565, de 26 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de analisar e julgar os documentos referentes ao Edital de Chamada Pública para Cadastramento de Organizações da Sociedade Civil para Constituição do Núcleo Gestor do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de São Francisco do Sul:

I - VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA – Presidente;

II - LUCAS CARVALHAL FURTADO – Membro;

III - GIOVANI CARLOS DE BARROS – Membro;

IV - ADRIANA TEIXEIRA DAVIES – Membro;

V - GIULLIANA CAPALDO – Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 26 de outubro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017 PREGÃO PRESENCIAL 024/SISAM/2017

Publicação Nº 1412534

Ata de Registro de Preços Nº 015/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/SISAM/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/SISAM/2017

No dia 26 do mês de outubro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, situada à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/10/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA, PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS DA FROTA DO SERVIÇO DE INFRA-ESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para o fornecimento do objeto são:

BELLENZIER PNEUS LTDA

CNPJ Nº 73.730.129/0001-05

Itens: 01

Valor total homologado ao licitante: R\$ 9.040,00 (nove mil e quarenta reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os pneus deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os pneus deverão ser entregues em 05 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 26 de outubro de 2017 – Andreia Costa Azevedo – Diretora Geral

EXTRATO DE CONTRATO 036/SISAM/2017

Publicação Nº 1412294

Extrato do Contrato nº 036/SISAM/2017

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: CONFECTIL Confecção de Malhas e Uniformes LTDA ME – CNPJ nº 28.072.275/0001-50; Processo Licitatório 036/SISAM/2017 – Pregão Presencial 022/SISAM/2017; Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O USO DOS FUNCIONÁRIOS DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 19.772,00 (dezenove mil setecentos e setenta e dois reais); Despesa orçamentária: (8) 3.3.90.39.70.00.00.00.00.00; (12) 3.3.90.39.70.00.00.00.00.00; (19) 3.3.90.39.70.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 26/10/2017; Vigência contratual: 12 meses

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/FUBE/2017

Publicação Nº 1411905

Extrato de primeiro termo aditivo ao Contrato nº 001/FUBE/2017

Contratante: Município de São João Batista, por intermédio da Fundação Batistense de Esportes; Contratada: Associação de Árbitros de Balneário Camboriú - CNPJ nº 01.293.882/0001-93; Processo Licitatório 001/FUBE/2017 - Pregão Presencial 001/FUBE/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 001/FUBE/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de serviços no valor R\$ 1.520,00 (um mil quinhentos e vinte reais), que passa a ter a seguinte redação: "4.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 156.910,00 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e dez reais)"; Dotação orçamentária: (4) 3.3.90.39.99.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 24/10/2017.

PROCESSO LICITATORIO 041/SISAM/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 026/SISAM/2017

Publicação Nº 1411818

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 041/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro

Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/SISAM/2017 – Pregão Presencial 026/SISAM/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA O USO NO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 17/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 17/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais 206/214, através do site www.sjbatista.sc.gov.br ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 26 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATORIO 042/SISAM/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 027/SISAM/2017

Publicação Nº 1411886

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 042/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 042/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/SISAM/2017, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA USO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 20/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 20/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 204/216, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 26 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATORIO 043/SISAM/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 028/SISAM/2017

Publicação Nº 1411987

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 043/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 043/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SISAM/2017, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, FLUORSILICATO DE SÓDIO E POLICLORETO DE ALUMÍNIO, PARA USO NA DESINFECÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL DO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 21/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 21/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 204/216, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 26 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATORIO 050/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 039/2017

Publicação Nº 1412171

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 050/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 039/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MATERIAIS PARA COPA E COZINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 08h45min do dia 22/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 22/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 26 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/PMSJB/2017

Publicação Nº 1412372

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 157/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 157/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 117/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MAPAS E MATERIAS PEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 23/11/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 23/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 26 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2017

Publicação Nº 1412019

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017

OBJETO: "Aquisição de cortinas em tecido blackout, varão instalado, emborrachado e puff em corino para as dependências da biblioteca pública municipal de São João do Oeste".

São João do Oeste – 26 de Outubro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2017 E CONTRATO Nº 63/2017

Publicação Nº 1412095

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2017 E CONTRATO Nº 63/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Gaia Rodovias LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços nº 07/2017

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global, para realização da obra de revitalização de pavimentação asfáltica da Rua Santa Cruz, Centro de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 118.820,31

PRAZO: 23.10.2017 até 30.11.2017

São João do Oeste – 23 de outubro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

PP 22.17 FMS - CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE EVENTUAL DE PACIENTES

Publicação Nº 1412381

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 022/2017, com sistema de registro de preços para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa para transporte de pacientes para tratamento e consultas especializadas em outras cidades, em veículo tipo van, com capacidade mínima de 15 pessoas sentadas, com motorista, ar condicionado, tacógrafo, e todos os itens de segurança pertinentes, para o Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 13 de outubro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 13 de outubro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 27 de outubro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 23.17 FMS MEDICAMENTOS

Publicação Nº 1412576

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 023/2017, com sistema de registro de preços para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de medicamentos necessários à demanda dos pacientes na farmácia Básica do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 14 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 14 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 27 de outubro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

CANCELAMENTO PROCESSO 79/2017 PP 58/2017 PMSJ

Publicação Nº 1412412

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE CANCELAMENTO

Processo Nº 79/2017
Pregão Presencial 58/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, pessoa jurídica de direito público com endereço na Praça João Ribeiro, nº 01, centro, CEP: 88600-00, representado pelo Prefeito Municipal GIOVANI NUNES, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da cédula de identidade nº 3.159.997, inscrito no CPF/MF nº 077.788.519-82, podendo ser encontrado na Praça João Ribeiro, nº 01, centro, CEP 88.600-00 em São Joaquim/ SC, nas atribuições legais, DETERMINA o CANCELAMENTO do PROCESSO LICITATÓRIO 79/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017, por supostas infrações ao art. 41º da Lei 8.666/93 e decreto nº 3.550 de 2000.

São Joaquim, 25 de outubro de 2017.
Giovani Nunes
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº 034/2017

Publicação Nº 1412287

EDITAL Nº 034/2017
ADIAMENTO DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Júnior Spies, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será ADIADA A sessão ordinária, QUE SE REALIZARIA no dia 26 de outubro de 2017, às 10h, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	9954/2017
Recorrente	MARCELO RODOLFO BENTO
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Informa-se ainda que a nova data de julgamento será previamente comunicada por A.R., bem como publicada em D.O.M.(Diário Oficial dos Municípios).

São José, 25 de outubro de 2017.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2017

Publicação Nº 1412357

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2017 – Processo nº 456/2017 – Proc. Adm. 6522/2017: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo nº 6522/2017, Compras nº 456/2017 – Pregão Eletrônico nº 091/2017, por ter estado deserto.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 197/2017/SF

Publicação Nº 1412225

DECRETO Nº. 197/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"284"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"283"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$3.000,00

"286"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 198/2017/SF

Publicação Nº 1412227

DECRETO Nº. 198/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"64"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"63"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física....R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de outubro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 199/2017/SF

Publicação Nº 1412228

DECRETO Nº. 199/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO
"270"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de outubro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 200/2017/SF

Publicação Nº 1412229

DECRETO Nº. 200/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"29"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – pessoal Civil.R\$86.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"37"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$86.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 201/2017/SF

Publicação Nº 1412230

DECRETO Nº. 201/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$76.722,40 (setenta e dois mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"193"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$50.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"73"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$26.722,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$76.722,40 (setenta e seis mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 202/2017/SF

Publicação Nº 1412232

DECRETO Nº. 202/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"112"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$57.000,00

"113"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais), Recursos Fundeb 60%, Fonte 1.0018, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"116"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$157.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 203/2017/SF

Publicação Nº 1412234

DECRETO Nº. 203/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"140"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$30.000,00

"142"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$126.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do FUNDEB 60%, Fonte 1.0018 no valor de R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 204/2017/SF

Publicação Nº 1412235

DECRETO Nº. 204/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"141"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$32.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"149"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$32.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 205/2017/SF

Publicação Nº 1412236

DECRETO Nº. 205/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

01 COORDENADORIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

"338"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$30.000,00

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API

"398"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Recursos

Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

"340"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$5.000,00

"342"3.3.90.32.00.00.1.0000 Material de Distribuição Gratuita R\$10.000,00

"345"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$15.000,00

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - API

"401"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 206/2017/SF

Publicação Nº 1412237

DECRETO Nº. 206/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"59"3.1.90.11.00.00.1.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), Recursos do Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade e Atenção Básica, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"60"3.1.90.13.00.00.1.0064 Obrigações Patronais R\$15.000,00

"62"3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 207/2017/SF

Publicação Nº 1412238

DECRETO Nº. 207/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"29"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – pessoal Civil.R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), Recursos de Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"30"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 208/2017/SF

Publicação Nº 1412240

DECRETO Nº. 208/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA LRPD

"58"3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS, recursos média e alta complexidade, Fonte 1.0064 no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 209/2017/SF

Publicação Nº 1412241

DECRETO Nº. 209/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.023 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL

"154"3.3.90.30.00.00.1.0060 Material de Consumo R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Fonte 1.0060 no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 210/2017/SF

Publicação Nº 1412242

DECRETO Nº. 210/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

"75"3.3.90.32.00.00.1.0702 Material de Distribuição Gratuita R\$19.700,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos convênio – Estado - Saúde, Fonte 1.0702 no valor de R\$19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 211/2017/SF

Publicação Nº 1412243

DECRETO Nº. 211/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"147"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$30.000,00

"150"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do FUNDEB 40%, Fonte 1.0019 no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 212/2017/SF

Publicação Nº 1412245

DECRETO Nº.212 /2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso III, Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 484,80 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR

"466"4.4.90.52.00.00.3.0707 Equipamentos e Material Permanente R\$484,80

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Família Acolhedora, Fonte 3.0707 no valor de R\$484,80 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 213/2017/SF

Publicação Nº 1412246

DECRETO Nº. 213/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO

"270"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$80.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 214/2014/SF

Publicação Nº 1412247

DECRETO Nº. 214/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"196"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$20.000,00

"198"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 215/2017/SF

Publicação Nº 1412249

DECRETO Nº. 215/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"4"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 216/2017/SF

Publicação Nº 1412251

DECRETO Nº. 216/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"194"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 217/2017/SF

Publicação Nº 1412253

DECRETO Nº. 217/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$11.000,00 (onze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"286"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$11.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$11.000,00 (onze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6114/2017

Publicação Nº 1412259

DECRETO Nº 6.114, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

"INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, COMITÊ GESTOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – REDESIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de acordo com o inciso IX, do art. 69 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de articular, apoiar, fomentar, facilitar e coordenar o processo de empreendedorismo no município de São José do Cedro, por intermédio da simplificação do processo de registro mercantil e licenciamento de empresas e empresários e com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da municipalidade;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, cujo objetivo é estabelecer a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, integrando todos os órgãos envolvidos com o registro e com o licenciamento de empresas e negócios;

DECRETA:

Art. 1º É instituído no âmbito do Município de São José do Cedro, Comitê Gestor para a implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, licenciamento e integração, nos termos do art. 2º da Lei 11.598/07 e art. 4º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor de implementação da REDESIM:

- I. Elaborar, coordenar, articular, ações e atividades para implementar no âmbito do Município a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIMPLES;
- II. Disseminar o conhecimento acerca da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 e normas correlatas;
- III. Articular, coordenar, executar e acompanhar, nos procedimentos de sua competência governamental, a unicidade de processo de registro, de legalização e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas;
- IV. Promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos no procedimento de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, no âmbito do Estado;
- V. Elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

- VI. Definir e promover a execução do programa de trabalho de implementação da REDESIM no Estado;
VII. Instituir a tabela de grau de risco na vigilância sanitária municipal, e no meio ambiente conforme legislação estadual nº 17.071;
VIII. Instituir a consulta de viabilidade conforme legislação da redesim 11.598;
IX. Elaborar e aprovar regulamentações sob a forma de resolução.

Art. 3º O Comitê Gestor para implementação da REDESIM no âmbito do Município de São José do Cedro será composto pelos seguintes membros:

- I. Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
II. Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
III. Representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
IV. Um representante da Procuradoria Geral do Município;
V. Representante da Divisão de Vigilância Sanitária;
VI. Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
VII. Representante do Sebrae/SC;
VIII. Representante da ACISC/CDL.

Parágrafo Único. A Presidência do Comitê Gestor será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, cabendo a ele a Coordenadoria Executiva dos trabalhos.

Art. 4º O Comitê Gestor para implementação da REDESIMPLES no Município, funcionará de acordo com seu plano de trabalho, nos termos do art. 2º IV e V deste Decreto.

Parágrafo Único. O Comitê Gestor realizará periodicamente reuniões ordinárias e quando necessárias reuniões extraordinárias.

Art. 5º A participação no Comitê Gestor, é atividade de utilidade pública, não remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do Comitê Gestor.

Art. 7º O prazo de funcionamento do Comitê Gestor é por tempo indeterminado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6115/2017

Publicação Nº 1412262

DECRETO Nº 6.115, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRA DESTINADA A PASSEIOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, e Lei Municipal nº 100, de 10 de maio de 1966;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Município de São José do Cedro, CNPJ nº 83.026.781/0001-10, autorizado a receber em doação a área de 30,00 m² (trinta metros quadrados), destinados à área de passeios públicos, conforme preconiza a Lei Municipal nº 100/1966, oriundos de PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 127-A (cento e vinte e sete “A”) com a área de 148,05m² (cento e quarenta e oito metros e cinco decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 127 (cento e vinte e sete) com a área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), perfazendo uma área total de 448,05m² (quatrocentos e quarenta e oito metros e cinco decímetros quadrados), localizada na Rua Jorge Lacerda - centro, nesta cidade de São José do Cedro – SC, matrícula nº 6.111, do Ofício de Registro de Imóveis de São José do Cedro, de propriedade de IDIANA AMÉLIA DALSOGLIO, CPF 012.387.619-25 e TIAGO HART, CPF 070.783.329-97, conforme demonstrado a seguir:

LOTE PRIMITIVO – MATRÍCULA N.º 6.111

PORTE DO LOTE URBANO NÚMERO 127-A (cento e vinte e sete “A”) com a área de 148,05m² (cento e quarenta e oito metros e cinco decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 127 (cento e vinte e sete) com a área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), perfazendo 448,05m² (quatrocentos e quarenta e oito metros e cinco decímetros quadrados), da matrícula nº 6.111, do Ofício de Registro de Imóveis de São José do Cedro, localizado na Rua Jorge Lacerda - centro, nesta cidade de São José do Cedro – SC, com as medidas e

confrontações a seguir:

NOROESTE: com a Rua Jorge Lacerda, medindo 15,00 metros;

SUDOESTE: com parte dos mesmos lotes urbano ns.º 127-A e 127, medindo 29,87 metros;

SUDESTE: com o lote n.º 126, medindo 15,00 metros;

NORDESTE: com parte dos mesmos lotes urbano ns.º 127-A e 127, medindo 29,87 metros, fechando assim o perímetro.

ÁREA REMANESCENTE – MATRÍCULA N.º 6.111

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 127-A (cento e vinte e sete "A") com a área de 118,05m² (cento e dezoito metros e cinco decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 127 (cento e vinte e sete) com a área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), perfazendo 418,05m² (quatrocentos e dezoito metros e cinco decímetros quadrados), da matrícula número 6.111, do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro, localizado na Rua Jorge Lacerda - centro, nesta cidade de São José do Cedro – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

NOROESTE: com a Rua Jorge Lacerda, medindo 15,00 metros;

SUDOESTE: com parte dos mesmos lotes urbano ns.º 127-A e 127, medindo 27,87 metros;

SUDESTE: com o lote n.º 126, medindo 15,00 metros;

NORDESTE: com parte dos mesmos lotes urbano ns.º 127-A e 127, medindo 27,87 metros, fechando assim o perímetro.

ÁREAS DESTINADAS A ÁREA DE CIRCULAÇÃO, conforme Lei Municipal nº 100/1966

Parte do lote Urbano nº 127-A (cento e vinte e sete "A"), com área de 30,00 m² (trinta metros quadrados), localizada na Rua Jorge Lacerda, na cidade de São José do Cedro – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

NOROESTE: com a Rua Jorge Lacerda, medindo 15,00 metros;

SUDOESTE: com a Rua Jorge Lacerda, medindo 2,00 metros;

SUDESTE: com partes do mesmo lote urbano ns.º 127-A e 127, medindo 15,00 metros;

NORDESTE: com a Rua Jorge Lacerda, medindo 2,00 metros, fechando assim o perímetro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 de outubro de 2017.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6116/2017

Publicação Nº 1412265

DECRETO Nº 6.116, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

"ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 18 A 23 DO DECRETO Nº 5.368, DE 31 DE MARÇO DE 2014, QUE REGULAMENTA OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SEMAE, PARA DEFINIR NOVAS REGRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar Municipal nº 38, de 12 de dezembro de 2013, que cria o Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, Decreto Municipal nº 5.368, de 31 de março de 2014, que regulamenta o serviço municipal, Lei Municipal nº 4.575, de 13 de dezembro de 2016, que Institui a Política Municipal de Saneamento Básico, Instrução Normativa nº 001, de 28 de abril de 2011 da ARIS, que dispõe sobre normas gerais de prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário e Instrução Normativa nº 025, de 28 de março de 2014, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, que dispõe sobre a rede pública de hidrantes,

DECRETA:

Art. 1º Altera a redação dos artigos 18 a 23 do Decreto Municipal nº 5.368, de 31 de março de 2014, para inserir novas regras relativas a implantação de loteamentos no perímetro urbano de São José do Cedro no que diz respeito a redes de abastecimento de água e esgoto sanitários.

"Art. 18 Em todos os projetos de loteamentos residenciais, comerciais ou industriais, a serem implantados em áreas urbanas ou rurais do território municipal, é obrigatório a implantação de reservação de água, sempre que o loteamento impactar o sistema existente.

§1º Deverá o empreendedor realizar estudo fundamentado que garanta a demanda mínima exigida para os lotes projetados, devendo levar em consideração o dia de maior consumo de água, o número de lotes e no mínimo 05(cinco) pessoas por lote, o que deverá ser avaliado e aprovado pelo SEMAE.

§2º A critério do SEMAE o reservatório projetado para garantir a demanda futura dos novos lotes, poderá ser instalado em área de reservação já existente não sendo obrigatória uma estrutura física junto ao novo loteamento.

§3º Deverá ser apresentado ao SEMAE 03(três) vias físicas e 01(uma) cópia digital em formato DWG/DOC/EXE, do projeto do loteamento

contendo o projeto da rede de água e esgoto, acompanhado de responsável técnico devidamente habilitado, com cópia do registro junto ao CREA/CAU.

Art. 19 Nenhuma construção referente a sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário em loteamentos caracterizados no art. 18 e situados na área de atuação do SEMAE poderá ser executada sem a instalação de hidrantes, macromedidores e registros de manobras, conforme normas técnicas específicas e as constantes a seguir:

§ 1º É obrigatório que se conste no projeto a instalação de hidrantes em quantidade de 01(um) hidrante a cada 250 (duzentos e cinquenta) metros de raio ou do eixo de cada lote, o que ocorrer primeiro;

§ 2º É obrigatório que se conste no projeto a instalação de 01(um) macromedidor em cada entrada de água do loteamento ou a cada 20(vinte) lotes, devendo-se neste caso, haver uma setorização do sistema, o que ocorrer primeiro, devendo este ser compatível com sistema de telemetria utilizado pelo SEMAE que deve contar com ponto de energia elétrica para transmissão de sinal.

§ 3º É obrigatório que conste no projeto a instalação de no mínimo 01(um) registro de descarga e 01(um) registro de manobra no loteamento, sendo a quantidade necessária devidamente justificada pelo SEMAE devido a operacionalidade do sistema;

§ 4º As áreas destinadas à construção das unidades dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto não poderá se incluir no cálculo das áreas de uso institucional, devendo ser doadas ao município quando da efetiva entrega das obras.

Art. 20. Os sistemas de abastecimento de água e os serviços de esgotos sanitários dos loteamentos, bem como as obras necessárias ao cumprimento das disposições contidas no artigo anterior serão construídos e custeados pelos interessados, inclusive as ligações domiciliares, conforme as normas de padronização expedidas pelo SEMAE, devendo ser respeitados os padrões de cercas, pinturas, arborização, ajardinamento, acessos, abrigos e estações conforme padrões existentes.

Parágrafo único: A critério do SEMAE, nos casos em que haja viabilidade técnica e econômica e/ou razões de interesse social, esses sistemas poderão ser executados com sua participação financeira.

Art. 21. Todas as obras serão fiscalizadas e acompanhadas pelo SEMAE, devendo sua conclusão e fechamento ser comunicada ao SEMAE, com antecedência mínima de 05(cinco) dias, não sendo aprovada se sua execução se deu em desacordo com o projeto anteriormente apresentado e aprovado.

Parágrafo único: Deverá ser apresentada declaração pelo proprietário/executor do projeto de loteamento, dando garantia mínima de 05(cinco) anos de todos os itens empregados no loteamento.

Art. 22 A interligação das redes do loteamento às redes, distribuidora de água e coletora de esgoto, será executada exclusivamente pelo SEMAE depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado.

§ 1º Quando necessário reforço e/ou extensão de rede distribuidora que alimentará o loteamento, bem como do coletor de esgoto, estes serão executados pelo SEMAE às expensas do interessado.

§ 2º Em casos específicos, quando a instalação imediata de determinado equipamento implicar na inviabilização da execução do projeto, deverá o executor proceder a entrega dos equipamentos e o SEMAE fica responsável pela futura instalação em momento oportuno.

Art. 23 Os sistemas de abastecimento de água e/ou esgoto, as obras, as instalações e os terrenos a que se refere este capítulo serão incorporados, a título de doação, mediante instrumento competente, ao patrimônio do SEMAE."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, EM 19 DE OUTUBRO DE 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6117/2017

Publicação Nº 1412266

DECRETO Nº 6.117, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento dos lotes urbanos Nº 74 e Nº 76 (setenta e quatro e setenta e seis), ambos com área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), totalizando uma área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), sem acessões, situados na Linha São Vendelino, no município de São José do Cedro, SC, de propriedade de DORACI SILVEIRA, CPF 148.328.369-00, da matrícula nº 4032, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. O desmembramento resultará em 02 lotes, parte do lote urbano 74(A), com área de 941,00 m² (novecentos e quarenta e um metros quadrados), e parte do lote urbano 74(B) e 76 com área de 1.059,00 m² (um mil e cinquenta e nove metros quadrados), conforme demonstrado a seguir:

Lote Primitivo

Lote Urbano número 74 (setenta e quatro), com 1.000,00 m² (um mil metros quadrados) e Lote Urbano número 76 (setenta e seis), com 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), perfazendo um total de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), situado em Linha São Vendelino,

neste município de São José do Cedro, sem benfeitorias, sob a matrícula nº 4032, confrontando em conjunto:

AO NORTE, com Lote urbano nº 71, medindo 50,0 metros;

AO OESTE, com a Rua São José do Hortêncio, medindo 40,0 metros;

AO SUL, com Lote urbano nº 80, medindo 50,0 metros;

E AO LESTE, com os lotes urbano nº 70 e 77, medindo 40,0 metros;

Área Remanescente

Parte do Lote Urbano número 74(A) (setenta e quatro A), com área de 941,00 m² (novecentos e quarenta e um metros quadrados), sem acessões, situado na Rua São José do Hortêncio, a 20 metros da esquina formada pelas ruas São Luiz e São José do Hortêncio, na Linha São Vendelino, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

AO NORTE, com Lote urbano nº 71, medindo 50,0 metros;

AO OESTE, com a Rua São José do Hortêncio, medindo 18,82 metros;

AO SUL, com Parte do mesmo Lote urbano nº 74(B), medindo 50,0 metros;

E AO LESTE, com o lote urbano nº 70, medindo 18,82 metros;

Área Desmembrada

Parte do Lote Urbano número 74(B) (setenta e quatro B), com área de 59,00 m² (cinquenta e nove metros quadrados) e Parte do Lote Urbano número 76 (setenta e seis), com área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), perfazendo um total de 1.059,00 m² (um mil e cinquenta e nove metros quadrados), sem acessões, situado na Rua São José do Hortêncio, a 38,82 metros da esquina formada pelas ruas São Luiz e São José do Hortêncio, na Linha São Vendelino, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

AO NORTE, com Parte do mesmo Lote urbano nº 74(A), medindo 50,0 metros;

AO OESTE, com a Rua São José do Hortêncio, medindo 21,18 metros;

AO SUL, com o Lote urbano nº 80, medindo 50,0 metros;

E AO LESTE, com o lote urbano nº 77, medindo 20,00 metros, e com o lote 70, medindo 1,18 metros, perfazendo um total de 21,18 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 23 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6118/2017

Publicação Nº 1412267

DECRETO Nº 6.118, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

“ALTERA PREÇO DE PASSAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo nº 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Altera os preços de passagens das Linhas de ônibus do Município de São José do Cedro, criadas através da Lei Municipal nº 2.524/97, de 24 de dezembro de 1997, no percentual de 4,90% (quatro vírgula noventa por cento), autorizada pela Resolução nº 001/2017, do Conselho Administrativo do Departamento de Transportes e Terminais - DETER, conforme Listas de Preços, anexas, enumeradas de 01 a 06, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto 5.907, de 03 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

01

LISTA DE PREÇOS DE PASSAGENS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO À L^a. SÃO MIGUEL

S.J.CEDRO	ESQUINA DERRUBADA	ENTRADA S. ROQUE	ENTRADA ROSSETTI	SÃO ROQUE	CHALEIRA ALTA	CHALEIRA BAIXA	ROSÂNGELES	SÃO MATEUS	IMPERATRIZ	21 DE NOVEMBRO	SÃO MIGUEL
S.J. CEDRO	2,97	3,73	5,27	6,07	8,42	10,00	8,42	10,00	10,00	10,00	10,49
	ESQUINA DERRUBADA	2,25	4,52	6,07	6,85	6,62	6,62	9,04	9,04	9,04	9,51
		ENTRADA S. ROQUE	2,20	2,97	4,56	5,27	6,07	7,58	7,58	7,58	8,54
			ENTRADA ROSSETTI	2,20	2,97	5,27	5,27	6,62	6,62	6,62	7,58
				SÃO ROQUE	2,97	5,27	4,56	6,07	6,07	6,07	6,89
					CHALEIRA ALTA	2,97	4,11	6,85	6,85	6,85	7,58
						CHALEIRA BAIXA	4,56	6,07	6,07	6,07	6,85
							ROSÂNGELES	3,73	3,73	3,73	4,66
								SÃO MATEUS	3,73	3,73	4,66
									IMPERATRIZ	3,73	3,73
										21 DE NOVEMBRO	3,73

Os valores desta lista estão de acordo com o Decreto nº 6.118, de 25 de outubro de 2017.

São José do Cedro, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

02

LISTA DE PREÇOS DE PASSAGENS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO A LAGEADO GRANDE

S.J.CEDRO	STO.INÁCIO	GOMES	SÃO JOÃO	SÃO VENDELINO	LAGEADO GRANDE
S.J.CEDRO	4,23	6,85	8,32	9,04	11,92
	STO.INÁCIO	3,73	4,66	6,66	8,54
		GOMES	4,23	5,67	6,66
			SÃO JOÃO	4,23	5,67
				SÃO VENDELINO	4,23

Os valores desta lista estão de acordo com o Decreto nº 6.118, de 25 de outubro de 2017.

São José do Cedro, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

03

LISTA DE PREÇOS DE PASSAGENS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO A SÃO GERMANO

SÃO JOSÉ DO CEDRO	SEIS BARRAS	ESPERANÇA	STA.LÚCIA	SÃO GERMANO
SÃO JOSÉ DO CEDRO	5,31	6,07	6,07	4,56
	SEIS BARRAS	3,73	5,67	4,56
		ESPERANÇA	3,73	4,56
			STA. LÚCIA	3,73

Os valores desta lista estão de acordo com o Decreto nº 6.118, de 25 de outubro de 2017.

São José do Cedro, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

04

LISTA DE PREÇOS DE PASSAGENS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO A LINHA AURORA

S.J.DO CEDRO	ESQ. DERR.	DERR. ALTA	DERR. BAIXA	STO. ISIDORO	ESQ. MARIF.	MARIFLOR	JATAÍ	ALVORADA	MIOLA	PE.REUS	AURORA
S.J.DO CEDRO	4,23	5,46	6,62	7,55	8,45	9,46	10,46	10,46	10,46	10,46	11,92
	ESQ. DERR.	4,23	5,92	6,62	7,07	8,55	9,49	9,49	9,49	9,49	10,93
		DERR. ALTA	4,23	5,67	6,62	8,38	8,55	8,55	8,55	8,55	9,04
			DERR. BAIXA	4,23	5,67	6,62	7,55	7,55	7,55	7,55	9,04
				STO. ISIDORO	4,23	5,92	6,62	7,27	7,27	7,27	7,55
					ESQ. MARIF	4,23	5,96	5,96	5,96	5,96	7,07
						MARIFLOR	4,23	4,23	4,23	5,67	7,07
							JATAÍ	4,23	4,23	4,23	7,07
								ALVORADA	4,23	4,23	5,67
									MIOLA	4,23	5,67
										PE.REUS	5,67

Os valores desta lista estão de acordo com o Decreto nº 6.118, de 25 de outubro de 2017.

São José do Cedro, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

05

LISTA DE PREÇOS DE PASSAGENS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO AO DISTRITO DE PADRE REUS

S.J.CEDRO	S.RITA	N.S.SAÚDE	ZATI	S.TEREZINHA	N.SARANDI	PE.REUS
S.J.CEDRO	3,25	6,66	6,89	4,23	9,51	10,49
	S.RITA	3,25	5,67	3,25	8,55	9,51
		N.S.SAÚDE	3,25	3,25	8,55	8,55
			ZATI	3,25	8,55	8,55
				S.TEREZINHA	7,58	8,55
					N.SARANDI	3,25

Os valores desta lista estão de acordo com o Decreto nº 6.118, de 25 de outubro de 2017.

São José do Cedro, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

06

LISTA DE PREÇOS DE PASSAGENS SÃO JOSÉ DO CEDRO AO DISTRITO DE PADRE REUS

S.J.CEDRO	STA.TEREZINHA	PEPERI	IRINEU BORNHAUSEN	PADRE REUS
S.J.CEDRO	3,93	10,77	11,24	10,49
	STA.TEREZINHA	10,21	10,21	8,51
		PEPERI	3,73	4,56
			IRINEU BORNHAUSEN	4,56

Os valores desta lista estão de acordo com o Decreto nº 6.118, de 25 de outubro de 2017.
São José do Cedro, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

DECRETO Nº 6119/2017

Publicação Nº 1412268

DECRETO Nº 6.119, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

“REVOGA O DECRETO Nº 6.110, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 6.110, de 04 de outubro de 2017, que acrescentava o Artigo 2-A ao Decreto nº 6.047, de 19 de junho de 2017.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de outubro de 2017.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6120/2017

Publicação Nº 1412269

DECRETO Nº 6.120, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial integrada por LUIZ PERONDI, MAIKELI MAXINI MUHL, JOÃO ALOISIO LINCK E GILMAR MACHADO, para sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo, proceder à avaliação dos bens móveis, para fins de leilão, autorizados e descritos na Lei Municipal nº 4.660, de 24 de outubro de 2017.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório de avaliação dos bens.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de outubro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6121/2017

Publicação Nº 1412271

DECRETO Nº 6.121, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2017.

O Prefeito de São José Do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 053/2016, Lei nº 3265/2006, LC nº 005/2003, Lei nº 1062/86, Lei nº 2020/93 e suas atualizações:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado após a correção dos cartões de resposta relativo ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2017 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE ENSINO							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
197	Daniela Ines Sasso	16/09/1999	4,80	0,70	0,35	5,85	1º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
331	Luciane Maciel	10/08/1979	6,60	1,75	1,05	9,40	1º
341	Sirlei De Farias	30/05/1975	7,20	1,75	0,35	9,30	2º
184	Enrique De Moura	03/04/1996	6,00	1,75	1,05	8,80	3º
112	Ana Claudia De Oliveira	06/04/1992	4,80	1,75	0,70	7,25	4º
229	Pedro Rodrigues Dos Santos	29/06/1971	3,60	0,70	0,70	5,00	5º
186	Ivanir Ribeiro Alves	29/07/1982	3,60	0,35	1,05	5,00	6º
MERENDEIRA							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
259	Marlice Terezinha Hendges	27/07/1969	5,40	1,40	1,05	7,85	1º
109	Aidici Fatima Pecin	14/05/1974	4,80	1,40	1,05	7,25	2º
9	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	09/02/1988	4,80	1,05	0,70	6,55	3º
194	Noeli Gonçalves Guimarães	Faltante					Desc.
MONITOR DE CRECHE							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
177	Maira Regina Toigo	20/07/1994	7,20	1,40	0,70	9,30	1º
389	Carina Bonfante	04/02/1998	6,60	1,75	0,70	9,05	2º
358	Gabriela Kelen De Ré	20/11/1994	6,60	1,40	1,05	9,05	3º
345	Jessica Luiza Klaus	10/06/1991	6,00	1,75	1,05	8,80	4º
47	Taila Avila Baladore	22/08/1994	6,00	1,75	0,70	8,45	5º
89	Aline Lorenzon Brixner	01/05/1998	6,60	1,40	0,35	8,35	6º
394	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	07/05/1990	6,00	1,40	0,70	8,10	7º

22	Sandra Zanotelli Martinelli	13/06/1977	6,60	0,70	0,70	8,00	8º
210	Estefani Araceli Zanini	03/02/1996	6,60	0,70	0,70	8,00	9º
4	Stéfhani Lunkes Zanardi	08/02/1999	6,60	0,70	0,70	8,00	10º
120	Maieli Nicole Kerkhoven	18/11/1998	5,40	1,40	1,05	7,85	11º
364	Deisi Gralow	25/03/1988	6,00	1,40	0,35	7,75	12º
196	Cristiane Tschiedel	03/09/1979	6,00	1,05	0,70	7,75	13º
271	Leila Perboni	14/10/1983	6,00	1,05	0,70	7,75	14º
67	Roberta Braitenbach De Oliveira	22/11/1998	6,00	1,05	0,70	7,75	15º
198	Fernanda Bosa Hart	19/07/1992	6,60	0,70	0,35	7,65	16º
96	Carine Helena Mayer	25/08/1995	6,60	0,35	0,70	7,65	17º
333	Jaqueline Adriani Dumke	07/07/1998	6,60	0,35	0,70	7,65	18º
263	Luana Bruder	05/06/1998	5,40	1,40	0,70	7,50	19º
1	Taisa Degasperi	08/09/1998	5,40	1,40	0,70	7,50	20º
384	Edimara Aline Kroetz	27/01/1990	5,40	1,05	1,05	7,50	21º
133	Elisandra De Vargas	05/11/1987	6,00	0,70	0,70	7,40	22º
11	Monica Vargas	18/06/1996	6,00	0,70	0,70	7,40	23º
344	Jieza Carla Rauber Rosa	02/02/1984	6,00	0,35	1,05	7,40	24º
313	Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	5,40	1,40	0,35	7,15	25º
337	Edione Girardi	12/06/1984	5,40	1,05	0,70	7,15	26º
253	Raquel Gonzatto	09/01/1991	5,40	1,05	0,70	7,15	27º
302	Sandra Alves De Siqueira	21/06/1991	6,00	0,70	0,35	7,05	28º
185	Luana Bohnenberger Dickel	19/01/1997	6,00	0,70	0,35	7,05	29º
55	Natália Adams	22/01/1998	6,00	0,70	0,35	7,05	30º
54	Juliana Sbardelotto	01/04/1981	6,00	0,35	0,70	7,05	31º
392	Daiane Froza Britz	27/05/1985	6,00	0,35	0,70	7,05	32º
165	Ana Paula Webler Lauermann	02/03/1999	5,40	1,05	0,35	6,80	33º
219	Rosilei Alves Siqueira	29/07/1982	5,40	0,70	0,70	6,80	34º
310	Ana Paula Schroder	31/08/1995	5,40	0,70	0,70	6,80	35º
386	Carla Maria Mayer	29/10/1996	5,40	0,70	0,70	6,80	36º
348	Carisa Kunzler	05/07/1986	5,40	0,35	1,05	6,80	37º
270	Edineia Ribeiro	02/02/1997	6,00	0,70	0,00	6,70	38º
246	Eduarda Banhara Bortolotto	16/04/1998	4,80	1,05	0,70	6,55	39º
393	Elidiane Maria Gass Arrial	25/07/1990	5,40	1,05	0,00	6,45	40º
372	Cristiane Maria Bolgenhagen	15/03/1997	5,40	0,70	0,35	6,45	41º
269	Veronice Fanton Pereira	16/05/1997	5,40	0,70	0,35	6,45	42º
28	Janete De Farias Dallo	30/11/1977	5,40	0,35	0,70	6,45	43º
113	Rozeli Pinheiro Wronski	15/10/1988	4,80	1,05	0,35	6,20	44º
257	Lindacir De Oliveira Ramos	29/07/1998	4,80	1,05	0,35	6,20	45º
83	Michele Carine Finger	29/09/1991	4,80	0,70	0,70	6,20	46º
323	Simone Boff	18/12/1980	4,80	1,05	0,00	5,85	47º
282	Patricia Carolina Mantovani	12/01/1995	4,80	1,05	0,00	5,85	48º
283	Franciela Triches Blasi	20/10/1985	4,80	0,70	0,35	5,85	49º
272	Jéssica Daiane De Campos Stefan	09/10/1993	4,80	0,70	0,35	5,85	50º
339	Angela Graf	23/03/1995	4,20	1,05	0,35	5,60	51º
244	Andressa Graf	19/12/1997	4,20	1,05	0,35	5,60	52º
327	Márcia De Oliveira	12/12/1996	4,20	0,70	0,70	5,60	53º
373	Rogério Isotton	11/11/1993	4,80	0,35	0,35	5,50	54º
369	Tailini Fátima Eckert	19/02/1995	4,80	0,35	0,35	5,50	55º

45	Evelyn Vanessa Pereira Gonçalves	21/01/1996	4,20	1,05	0,00	5,25	56º
379	Camila Paim Lisboa	23/12/1997	4,20	0,70	0,35	5,25	57º
10	Andrieli Bonavigo Schmitz	26/03/1999	4,20	0,70	0,35	5,25	58º
325	Eliane Márcia Dos Santos	01/03/1989	4,20	0,35	0,70	5,25	59º
285	Tânia Mara Eckert	29/04/1999	3,60	1,05	0,35	5,00	60º
256	Caciane Marcela Madalozzo Arend	18/11/1981	3,60	0,70	0,70	5,00	61º
93	Elisabete Fatima Klaus Geller	02/08/1974	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
25	Ana Regina Rodrigues	Faltante					Desc.
136	Dilvane Koslowski	Faltante					Desc.
79	Stefany Barichello Lucchetta	Faltante					Desc.
148	Bruna Machado Dos Santos Andrioli	Faltante					Desc.

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
242	Marinês Philipsen	26/09/1985	4,00	1,12	0,00	1,80	6,92	1º
21	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	4,00	0,56	0,20	1,50	6,26	2º
280	Rúbia Taisi Pinheiro	14/05/1990	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
234	Iohana Eloise Weiss	03/01/1997	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
400	Marinilze Juchen	29/06/1992	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
214	Fátima Priska Eberhardt	03/07/1985	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
27	Danielli Fernanda Picinin	17/09/1986	5,00	0,56	0,40	1,74	7,70	1º
254	Valdir Antonio Gessinger	29/05/1967	3,00	0,84	0,40	1,82	6,06	2º
176	Gelavir Picinin	05/06/1976	3,00	0,84	0,20	1,76	5,80	3º
111	Jéssica Pauletti	07/07/1992	3,50	0,28	0,40	1,50	5,68	4º
36	Marcos Alberto Ahlf	27/04/1984	4,00	0,84	0,20	0,00	5,04	5º
320	Simone Gonçalves Machado Erlo	19/12/1987	3,00	0,84	0,20	1,00	5,04	6º
360	Karen Viviane Figueiró Ludwig	18/09/1980	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
262	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	27/04/1977	1,00	0,56	0,20	-	1,76	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
319	Viviane Smaniotto	27/08/1982	5,00	0,28	0,40	1,56	7,24	1º
222	Sabrina Bannhara	28/07/1982	4,00	0,28	0,40	1,68	6,36	2º
189	Ângela Vendramin Rauber	02/12/1983	3,00	0,84	0,40	1,18	5,42	3º
322	Maide Luiza Klein Anzolin	28/10/1968	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
134	Caroline Mortari	24/09/1994	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
-------	-----------	------------	----	----	----	---------	-------	--------

3	Giovani Macedo	12/08/1989	4,00	0,56	0,40	1,68	6,64	1º
12	Elizandra Fontana	18/07/1996	4,00	0,56	0,40	0,82	5,78	2º
324	Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	3,50	0,28	0,40	1,06	5,24	3º
292	Rosane Maria Kummer	17/09/1963	3,00	0,56	0,60	1,06	5,22	4º
351	Samara Borille	16/12/1987	3,00	0,84	0,20	1,00	5,04	5º
190	Nicholas Rossini Rohenkohl	16/11/1992	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	6º
233	Diânatan Sissgler	17/05/1994	3,00	0,56	0,60	0,00	4,16	7º
295	Jossiel Becker	14/05/1983	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
80	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.
64	Gustavo Andrioli	15/07/1993	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.
228	Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
15	Karina Simoni	22/06/1985	3,00	0,00	0,40	-	3,40	Desc.
146	Paloma Schuerz	13/08/1995	1,50	0,84	0,60	-	2,94	Desc.
159	Caroline Markus	11/12/1995	1,50	0,56	0,40	-	2,46	Desc.
217	Jaqueline Lazzari	25/05/1993	1,50	0,28	0,40	-	2,18	Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
231	Jéssica Carina Gonçalves Ott	19/02/1993	3,00	0,00	0,20	-	3,20	Desc.
288	Jeanryer Spezia Da Silva	14/04/1997	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
401	Lucas Grendene Brum	16/09/1995	1,00	0,28	0,40	-	1,68	Desc.
334	Guilherme Smaniotto Toigo	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
115	Carla Ines Rosenbach	08/04/1981	6,00	1,12	0,40	1,62	9,14	1º
350	Eliane Ana Spironello Foppa	07/05/1976	5,50	0,84	0,40	1,88	8,62	2º
60	Joceli Zanetti	02/07/1975	5,50	0,56	0,40	1,94	8,40	3º
250	Daiane Pavin	27/10/1988	5,50	0,84	0,40	1,62	8,36	4º
202	Keli Cristina Muller Meazza	07/03/1976	5,00	1,40	0,20	1,76	8,36	5º
19	Dionara Decarli	16/02/1989	6,00	0,84	0,40	1,06	8,30	6º
158	Franciele Da Rosa	15/02/1988	5,50	0,56	0,60	1,50	8,16	7º
204	Sandra Luiza Back	25/04/1994	6,00	0,28	0,20	1,56	8,04	8º
92	Juliane Kafer	26/12/1990	5,50	0,84	0,40	1,20	7,94	9º
56	Angela Cristina Both	04/08/1977	5,00	0,84	0,60	1,50	7,94	10º
65	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	5,00	0,84	0,40	1,62	7,86	11º
277	Betânia Luiza Poli	24/12/1984	5,00	0,84	0,40	1,56	7,80	12º
130	Janizes Ana Zanata	12/01/1981	5,00	0,56	0,60	1,62	7,78	13º
240	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	19/06/1993	5,00	0,56	0,60	1,56	7,72	14º
163	Juliana Both	02/10/1986	5,50	0,56	0,40	1,00	7,46	15º
207	Regí Dal Alba	13/07/1982	5,00	0,28	0,40	1,74	7,42	16º
318	Viviane Smaniotto	27/08/1982	5,00	0,28	0,40	1,56	7,24	17º
121	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	31/10/1975	4,00	1,12	0,60	1,50	7,22	18º
118	Daiani Foretti	23/05/1991	5,00	0,84	0,20	1,12	7,16	19º
30	Gabriela Postai	03/04/1994	5,00	0,56	0,40	1,12	7,08	20º
153	Daiane Mireli Guarte De Mattos Passarin	17/05/1987	4,50	0,84	0,20	1,50	7,04	21º
346	Debora De Oliveira Perondi	29/07/1991	5,00	0,56	0,40	1,06	7,02	22º
303	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	4,50	1,12	0,20	1,20	7,02	23º

301	Susana Camicia	12/08/1983	5,00	0,00	0,40	1,56	6,96	24º
251	Patricia Noll	26/05/1991	5,00	0,00	0,40	1,56	6,96	25º
63	Ione Terezinha Rosembach	11/10/1977	4,50	0,28	0,40	1,76	6,94	26º
304	Ivanete Zimmer	31/07/1969	4,00	0,84	0,40	1,70	6,94	27º
230	Sueli Zamboni	27/12/1969	4,00	0,56	0,60	1,76	6,92	28º
297	Catiane Regina Lavall	19/07/1986	4,50	1,12	0,20	1,06	6,88	29º
127	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	4,50	0,56	0,20	1,62	6,88	30º
227	Rosamar Mazzoneto	27/06/1977	4,50	0,28	0,20	1,88	6,86	31º
105	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	4,00	0,56	0,60	1,62	6,78	32º
307	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	4,50	0,84	0,40	1,00	6,74	33º
367	Gessica Fernandes	27/11/1990	4,50	0,84	0,40	1,00	6,74	34º
123	Josenara Tais Heck	23/07/1995	5,00	0,56	0,40	0,76	6,72	35º
211	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,50	0,56	0,40	1,26	6,72	36º
298	Dilvane Gaspar Da Silva	05/10/1993	5,00	0,28	0,40	1,00	6,68	37º
108	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	5,00	0,28	0,20	1,18	6,66	38º
85	Patrícia Bernardi	01/01/1995	4,00	1,12	0,40	1,06	6,58	39º
77	Evandra Barichello	30/07/1977	4,00	0,56	0,40	1,62	6,58	40º
377	Rosicler Aparecida Lazzarotto	20/05/1984	4,00	0,56	0,40	1,56	6,52	41º
374	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	4,00	0,28	0,60	1,62	6,50	42º
48	Eliane Da Silva Sertório	01/11/1991	4,50	0,56	0,40	1,02	6,48	43º
137	Elisiane Alves	28/08/1987	4,50	0,28	0,20	1,50	6,48	44º
278	Marinez Salete Justen	12/04/1982	4,50	0,28	0,40	1,26	6,44	45º
168	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	3,50	0,56	0,60	1,68	6,34	46º
161	Claudiane Pauli	25/03/1990	4,50	0,00	0,20	1,62	6,32	47º
150	Vanusa Simone Muller	01/07/1977	3,50	0,56	0,40	1,82	6,28	48º
5	Mara De Ré	29/06/1995	4,50	0,56	0,20	1,00	6,26	49º
357	Marta Elena Bernaedy Apio	31/12/1998	4,00	0,84	0,40	1,00	6,24	50º
13	Cleide Luzia Gabriel	13/11/1974	4,00	0,28	0,40	1,56	6,24	51º
117	Ivanete Da Silva	26/10/1978	4,00	0,28	0,40	1,56	6,24	52º
35	Leila Britsche	23/03/1979	3,50	0,56	0,40	1,76	6,22	53º
23	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,00	0,00	0,60	1,50	6,10	54º
179	Ivonete Debortoli Caramori	28/08/1982	4,50	0,28	0,20	1,06	6,04	55º
84	Irene Regina Parmegiani	21/11/1995	4,00	0,56	0,40	1,06	6,02	56º
361	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	08/11/1977	5,50	0,28	0,20	0,00	5,98	57º
308	Edina Seibel Backes	09/05/1971	4,50	0,28	0,00	1,12	5,90	58º
70	Simone Lauermann	07/08/1985	4,00	0,28	0,40	1,20	5,88	59º
97	Idiane Perosso Schmiddel	06/11/1995	4,00	0,28	0,40	1,06	5,74	60º
354	Janete Bernardy	05/01/1968	3,50	0,28	0,40	1,50	5,68	61º
267	Denise Fátima Gubert	24/12/1973	5,00	0,00	0,40	0,00	5,40	62º
315	Helena Cristine Pacheco	16/12/1972	4,50	0,28	0,60	0,00	5,38	63º
61	Ana Paula Pecin	08/09/1993	4,50	0,56	0,20	0,00	5,26	64º
192	Cristiane Knob	10/10/1994	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	65º
183	Cleonara De Lima Vieira	18/09/1990	3,00	0,84	0,20	1,02	5,06	66º
95	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	67º
50	Edilaine Girardi	02/06/1980	4,00	0,28	0,00	0,00	4,28	68º
332	Tatiane Maria Kummer	20/11/1995	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	69º
187	Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
172	Tainá Elesbão	16/10/1999	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.

397	Salete Ana Wagner Junges	22/05/1973	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
218	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	5,50	0,84	0,20	0,12	6,66	1º
101	Nadir Salete Schultz	15/09/1965	4,50	0,84	0,60	0,60	6,54	2º
181	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	4,00	0,56	0,40	0,76	5,72	3º
238	Gisele Regina Orzechoski	31/10/1976	3,50	0,28	0,40	1,12	5,30	4º
46	Larissa Andreia Krohn	06/10/1999	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	5º
200	Jéssica Julia Meazza	22/06/1996	4,00	0,56	0,40	0,06	5,02	6º
110	Thalia Thais Kraemer	09/09/1997	4,00	0,00	0,60	0,00	4,60	7º
368	Vanderleia Albano Broilo	12/07/1994	4,00	0,00	0,40	0,00	4,40	8º
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
225	Rosamar Mazzoneto	27/06/1977	5,50	0,28	0,40	1,88	8,06	1º
321	Maide Luiza Klein Anzolin	28/10/1968	5,00	0,84	0,40	1,56	7,80	2º
71	Simone Lauermann	07/08/1985	5,50	0,56	0,40	1,20	7,66	3º
18	Dionara Decarli	16/02/1989	5,00	0,84	0,60	1,06	7,50	4º
119	Daiani Foretti	23/05/1991	5,00	1,12	0,20	1,12	7,44	5º
249	Daiane Pavin	27/10/1988	4,50	0,84	0,40	1,62	7,36	6º
226	Jovana Neinas	27/10/1987	4,50	0,84	0,20	1,68	7,22	7º
122	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	31/10/1975	4,00	1,12	0,60	1,50	7,22	8º
352	Janete Bernardy	05/01/1968	5,00	0,28	0,40	1,50	7,18	9º
66	Edinara Aparecida Spezia	19/03/1989	4,50	0,56	0,40	1,62	7,08	10º
59	Joceli Zanetti	02/07/1975	4,00	0,56	0,40	1,94	6,90	11º
6	Mara De Ré	29/06/1995	5,00	0,56	0,20	1,00	6,76	12º
266	Luciane Zanini	31/03/1980	4,50	0,28	0,40	1,56	6,74	13º
212	Silene Águeda Etges	23/06/1974	4,50	0,56	0,40	1,26	6,72	14º
157	Franciele Da Rosa	15/02/1988	4,00	0,56	0,60	1,50	6,66	15º
349	Eliane Ana Spironello Foppa	07/05/1976	3,50	0,84	0,40	1,88	6,62	16º
205	Sandra Luiza Back	25/04/1994	4,00	0,84	0,20	1,56	6,60	17º
31	Gabriela Postai	03/04/1994	4,50	0,56	0,40	1,12	6,58	18º
402	Caroline Linck	07/10/1980	5,00	1,12	0,40	0,00	6,52	19º
356	Marta Elena Bernaedy Apio	31/12/1998	4,50	0,56	0,40	1,00	6,46	20º
291	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	3,50	0,56	0,60	1,74	6,40	21º
221	Sabrina Bannhara	28/07/1982	4,00	0,28	0,40	1,68	6,36	22º
296	Auriane Dos Santos Rubin	01/07/1979	3,50	0,84	0,20	1,80	6,34	23º
144	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	5,00	0,84	0,40	0,00	6,24	24º
124	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,50	0,56	0,40	0,76	6,22	25º
363	Neiva Maria Becker Bossa	25/12/1967	4,50	0,00	0,40	1,32	6,22	26º
138	Elisiane Alves	28/08/1987	4,00	0,28	0,40	1,50	6,18	27º
57	Angela Cristina Both	04/08/1977	3,50	0,56	0,60	1,50	6,16	28º
347	Julita Lucia Kieling Camini	13/03/1966	3,50	0,56	0,40	1,70	6,16	29º
24	Beatriz De Mello Martini	21/09/1984	4,00	0,56	0,00	1,50	6,06	30º
268	Geneci Klaus Justen	05/04/1975	3,50	0,56	0,40	1,50	5,96	31º
154	Daiane Mireli Gulate De Mattos Passarin	17/05/1987	3,50	0,56	0,40	1,50	5,96	32º
281	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	11/05/2001	3,50	0,56	0,40	1,50	5,96	33º

213	Deise Michele Tiecher	21/06/1991	3,00	0,56	0,60	1,50	5,66	34º
178	Ivonete Debortoli Caramori	28/08/1982	3,50	0,84	0,20	1,06	5,60	35º
107	Sueli Conceição Da Silva	06/05/1970	4,00	0,28	0,00	1,18	5,46	36º
305	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	3,50	0,56	0,20	1,20	5,46	37º
299	Dilvane Gaspar Da Silva	05/10/1993	3,00	0,84	0,40	1,00	5,24	38º
51	Edilaine Girardi	02/06/1980	4,00	0,84	0,20	0,00	5,04	39º
94	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	40º
314	Helena Cristine Pacheco	16/12/1972	3,50	0,56	0,60	0,00	4,66	41º
62	Ana Paula Pecin	08/09/1993	3,50	0,56	0,20	0,00	4,26	42º
193	Cristiane Knob	10/10/1994	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	43º
164	Juliana Both	02/10/1986	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
49	Eliane Da Silva Sertório	01/11/1991	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
385	Greici Kely Muller	24/02/1993	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
328	Vera Lourdes Fernandes Ducatti	16/06/1977	3,50	0,00	0,40	-	3,90	Desc.
255	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
276	Betânia Luiza Poli	24/12/1984	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
306	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
239	Gisele Regina Orzechoski	31/10/1976	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
116	Ivanete Da Silva	26/10/1978	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
162	Claudiane Pauli	25/03/1990	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
169	Elisandra Dos Reis	11/12/1986	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
128	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	2,50	0,84	0,20	-	3,54	Desc.
340	Vanessa Caroline Kuhn	14/08/1988	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
279	Marinez Salete Justen	12/04/1982	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
208	Regí Dal Alba	13/07/1982	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
300	Susana Camicia	12/08/1983	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
78	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	15/11/1984	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
106	Ana Maria Casagrande Conferri	05/10/1962	1,50	0,56	0,60	-	2,66	Desc.
378	Rosicler Aparecida Lazzarotto	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
180	Neide Silvine Bencke Brandenburg Lermen	23/02/1979	3,50	0,56	0,40	0,76	5,22	1º
220	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	4,00	0,56	0,40	0,12	5,08	2º
396	Rosane Prestes	14/07/1987	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	3º
201	Jéssica Julia Meazza	22/06/1996	3,00	0,84	0,60	0,06	4,50	4º
98	Silvana Sewald	Faltante						Desc.

PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
209	Graciela Neumann	21/01/1984	5,00	0,84	0,40	1,12	7,36	1º
355	Marciele Dreyer Schneider	25/02/1992	4,00	0,56	0,20	1,00	5,76	2º
289	Rosane Vichiatti Pinheiro	03/09/1987	4,50	0,84	0,40	0,00	5,74	3º
381	Raquelly Taube	23/06/1992	4,00	0,28	0,40	0,00	4,68	4º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
293	Eduarda Nicola	18/04/1991	3,50	1,12	0,40	0,00	5,02	1º

243	Fabiola Rakel Marinho	25/10/1976	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	2º
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
380	Maiara Patricia Burtulli Rizzi	27/05/1990	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	1º
376	Gisele Cristina Gretzler Trevisol	16/10/1988	3,50	0,28	0,40	0,00	4,18	2º
335	Evandro Luis Krewer	30/11/1983	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
135	Caroline Mortari	24/09/1994	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.
370	Liliane Meneghini	15/05/1997	2,00	0,56	0,60	-	3,16	Desc.
317	Tauã Medino Gomes Da Silva Esá	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
173	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	3,50	0,28	0,40	1,70	5,88	1º
365	Dinorá Merigo	17/04/1981	2,00	0,28	0,40	-	2,68	Desc.
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
155	Bruna Da Rocha Simch	25/06/1994	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
34	Leandro Vitor Colombo	03/09/1996	2,00	0,28	0,40	-	2,68	Desc.
290	Micheli Sartori Taube	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
195	Marina Ongaratto	24/07/1997	3,50	0,56	0,60	0,40	5,06	1º
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
175	Gelavir Picinin	05/06/1976	3,00	0,84	0,20	1,76	5,80	1º
141	Wellington Anarolino Da Silva	11/08/1984	3,00	0,28	0,40	-	3,68	Desc.
326	Bruna Laís Martins	25/06/1990	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
294	Adriano Jose Mulinari	13/10/1989	1,00	0,56	0,60	-	2,16	Desc.
338	Rosangela De Fatima Stalter	09/01/1983	1,00	0,56	0,40	-	1,96	Desc.
383	Laercio Rauber	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
38	Cleiton Leandro De Mattos	21/10/1996	4,00	1,12	0,40	0,00	5,52	1º
362	Kauanda Winter Rockenbach	10/12/1997	3,50	0,56	0,40	0,00	4,46	2º
311	Eliate Cristine Schneider Balen	27/12/1971	2,50	0,56	0,40	-	3,46	Desc.
329	Luana Maciel Padichello	05/02/1998	2,00	0,84	0,40	-	3,24	Desc.
261	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	21/10/1998	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
330	Sheila Patricia Da Luz	01/12/1992	1,50	0,56	0,20	-	2,26	Desc.
104	Andréia Da Silva	17/07/1993	1,50	0,28	0,20	-	1,98	Desc.
388	Neuri Pereira Da Costa	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.

167	Ari Hart	14/09/1978	3,00	0,56	0,60	0,00	4,16	1º
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
375	Isabel Cristina Signor	26/11/1994	4,00	0,84	0,40	0,06	5,30	1º
142	Elaine Rodrigues Moreti Vogt	25/06/1987	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	2º
81	Anaqueide Deliberal	04/10/1997	3,50	0,28	0,40	0,10	4,28	3º
PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
284	Michele Grazielle Garcias	15/11/1996	4,50	0,56	0,40	0,00	5,46	1º
390	Lidiane Siqueira Weppo	22/07/1988	4,50	0,28	0,40	0,00	5,18	2º
309	Marilei Ruhoff Lunkes	02/05/1981	3,50	0,84	0,40	0,32	5,06	3º
103	Andréia Da Silva	17/07/1993	4,00	0,56	0,20	0,00	4,76	4º
203	Keli Cristina Muller Meazza	07/03/1976	2,50	0,84	0,20	-	3,54	Desc.
100	Nadir Salete Schultz	15/09/1965	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
353	Diana Marchese Cavalheiro	14/01/1992	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.

Art. 2º. São considerados classificados somente os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto no edital.

Art. 3º. A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas provas escritas, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º. Os candidatos terão os dias 26 e 27 de outubro de 2017 para interposição de recurso somente em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 5º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL Nº 072/2017

Publicação Nº 1412219

EDITAL Nº 072/2017 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO faz saber ao contribuinte abaixo relacionado, que está NOTIFICADO, do lançamento de multa referente à infração cometida nos termos do artigo 42, item II, da Lei nº 667 de 15 de Outubro de 1982, e artigo 42, da Lei nº 3.262/2006, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, para recolher ao Erário Municipal, dos valores abaixo discriminados, em conformidade com os dispositivos legais, sob pena de ser efetivado o protesto e posterior cobrança Judicial, independente de qualquer aviso, ficando o Notificado responsável pelas despesas e acréscimos oriundos do Protesto e da Execução.

NOME	Descrição das infrações em UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal
MILTON CESAR JACOSKI	Inciso III: Pelo início e execução de obra sem licença da Prefeitura, o valor da Multa é de 1,00 UFRM; Inciso IV, Pelo início de obras sem os dados oficiais de Alinhamento e Nivelamento, o valor da Multa é de 1,00 UFRM.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de Outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito de São José do Cedro/SC.

EDITAL Nº 073/2017

Publicação Nº 1412220

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 073/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 002/2016, de 27 de junho de 2016, homologado o resultado dos aprovados através do Decreto nº 5.898, de 28 de setembro de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MERENDEIRA

MARLICE TEREZINHA HENDGES

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.**EDITAL Nº 074/2017**

Publicação Nº 1412221

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ANA CARLA CARVALHO DOS SANTOS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 DE OUTUBRO DE 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.134/2017**

Publicação Nº 1411866

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº134/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº134/2017, Edital de Pregão Nº134/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, PARA CONSERTAR O AR CONDICIONADO DA MOTONIVELADORA PM-15320, E PARA CONSERTAR OS FREIOS E A CAIXA DE CÂMBIO DO TRATOR PM-15460, bem como, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER DESMONTAGEM E DIAGNOSTICO COMPLETO FRENTE AO DEFEITO EXISTENTE NA TRANSMISSÃO DA MOTONIVELADORA PM-9333. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 10/11/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.135/2017

Publicação Nº 1412380

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº135/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº135/2017, Edital de Pregão Nº135/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE REFEIÇÃO PRONTA PARA OS POLICIAIS MILITARES DO 4º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 13/11/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br.

br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4660/2017

Publicação Nº 1412222

LEI Nº 4.660, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA, ALIENAR MEDIANTE LEILÃO, DOAR OU INCINERAR BENS DE CARÁTER PERMANENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a dar baixa, alienar mediante leilão, doar ou incinerar os bens de caráter permanente e materiais inservíveis relacionados no Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º. Fica autorizado ainda o Executivo Municipal, a doar ou incinerar os bens inservíveis, descritos no Anexo Único da presente Lei, caso não alienados em leilão público.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 4.660/2017

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4661/2017

Publicação Nº 1412223

LEI Nº 4.661, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

"AMPLIA O NÚMERO DE VAGAS EXISTENTES PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS I E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Amplia o número de vagas para o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, conforme anexo único da presente lei.

Art. 2º. Amplia o número de vagas para o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Serviços I, conforme anexo único da presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão cobertas com recursos do orçamento municipal, em cada exercício correntes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e ObrasPublicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.brCharlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.**ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 4.661/2017**

CARGO	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS
Técnico em Enfermagem	10	5	15
Agente Operacional de Serviços I	9	5	14

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de outubro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2017 - TP Nº 013/2017

Publicação Nº 1412621

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/11/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2017. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 013/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO EXTERNO Nº 004/2017, DESTINADO À SELEÇÃO DE PESSOAL PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE ESTAGIÁRIOS, E EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL DE PROFESSORES DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de outubro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2017 - SRP - PR Nº 126/2017

Publicação Nº 1412624

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/11/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE: MEIO-FIO, PAVER, TUBULAÇÃO, BOCA DE LOBO, PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES, ROTATÓRIA E CANTEIRO CENTRAL, PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de Outubro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2017 - PR Nº 122/2017

Publicação Nº 1412747

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o Anexo I do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DOS EQUIPAMENTOS: ROLO VIBRO COMPACTADOR VOLVO E PÁ CARREGADEIRA CATERPILLAR DESCRITOS NO ANEXO I-A DESTE EDITAL, PERTENCENTES À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.. (Publicado no DOM/SC em 23/10/2017, ed. 2368, pg.814). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 10/11/2017, às 08h15min e 08h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de Outubro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.767, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411712

DECRETO Nº 5.767, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0000	156	Aplicações Diretas	R\$ 7.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.768, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411721

DECRETO Nº 5.768, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 49, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000	15 Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 49, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.01.0000	13 Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.769, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411917

DECRETO Nº 5.769, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0038	20 Aplicação Direta	R\$ 40.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.021.3.3.93.00.00.00.00.01.0038	22 Apli. Dir. Dec. Op	R\$ 40.000,00
--	-----------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.770, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1411976

DECRETO Nº 5.770, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Declara de Utilidade Pública bem imóvel de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município em avaliar o bem imóvel de matrícula nº 1.832, do Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de São Lourenço do Oeste, descrito no art. 1º deste Decreto, de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inscrita no CNPJ sob o nº 034.028.316/0001-03, cujo bem imóvel o Município de São Lourenço do Oeste pretende adquirir;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o lote urbano número 14, da quadra número 03, série "B", com área superficial de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) e benfeitoria em alvenaria com área construída de 119,02 m², situado na Travessa São Pedro, nº 695, no centro desta cidade de São Lourenço do Oeste/SC, com as confrontações descritas na matrícula de nº 1.832, do Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, cuja certidão de inteiro teor consta no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública, a fim de promover as medições e levantamentos que se fizerem necessários.

§ 1º Ficam designados os membros da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeados pela Portaria nº 1.036, de 04 de outubro de 2017, para expedir Laudo de Avaliação do imóvel de que trata o art. 1º, deste Decreto.

§ 2º A Comissão de Avaliação de Bens Imóveis deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação do imóvel mencionado no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 5.770, de 26 de outubro de 2017)

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DA MATRÍCULA DE Nº 1.832, DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.771, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412614

DECRETO Nº 5.771, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Chamamento Público nº 001/2017, da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 001/2017, de 13 de setembro de 2017; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Chamamento Público de nº 001/2017, da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Chamamento Público nº 001/2017, da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Chamamento Público aberto pelo Edital nº 001/2017, de 13 de setembro de 2017, tratando-se de concurso de lotação, remoção, remoção por permuta, mudança de área e alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do quadro de carreira do Magistério Público Municipal, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 5.771, de 26 de outubro de 2017)

RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA (DISCIPLINA) - PORTUGUÊS/ESPAANHOL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Sonia Pires Seither	Português-Espanhol/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA (DISCIPLINA) - PORTUGUÊS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Sonia Pires Seither	Português-Espanhol/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA (DISCIPLINA) - ESPANHOL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Sonia Pires Seither	Português Espanhol/Especialização
2º	Solange Franzosi	Português-Espanhol/Especialização
3º	Victor Hugo Carvalho Meneces	Português-Espanhol

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - ESPANHOL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Victor Hugo Carvalho Meneces	Português-Espanhol

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - ARTES

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Leondina Maria Alves de Oliveira	Artes/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - INGLÊS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Pricila Kátia Furlan	Português-Inglês

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - CIÊNCIAS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Renato Cavasini	Ciências/Doutorado
2º	Roseli Coelho dos Santos	Ciências

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - MATEMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Aparecida Záttera Molon	Matemática/Especialização

PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA (DISCIPLINA) - MATEMÁTICA/CIÊNCIAS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Aparecida Záttera Molon	Matemática-Ciências/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA (DISCIPLINA) - MATEMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Aparecida Záttera Molon	Matemática/Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - INFORMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Wagner Baldin	Análise e Desenvolvimento de Sistemas/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - GEOGRAFIA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Maria Helena Suldowski Dario	Geografia/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Mariana Gomes	Educação Física/Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Etenir de Cássia Suppi Goulart	Pedagogia/Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Michelle Valduga Aver	Pedagogia/Especialização
2º	Luciane Detoni	Pedagogia/Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO POR PERMUTA - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Edilso Paulo Ranzan	Pedagogia/Especialização
2º	Juceliane Colla	Pedagogia/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
---------------	-------------------	-------------

1º	Celair Terezinha Pegoraro Mattuella	Pedagogia/Especialização
2º	Genilse Foppa Roman	Pedagogia/Especialização
3º	Genilse da Silva Costa	Pedagogia/Especialização
4º	Patrícia Soligo Wesolovski	Pedagogia/Especialização
5º	Monica Iago	Pedagogia

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Celair Terezinha Pegoraro Mattuella	Pedagogia/Especialização
2º	Genilse da Silva Costa	Pedagogia/Especialização
3º	Patrícia Soligo Wesolovski	Pedagogia/Especialização
4º	Monica Iago	Pedagogia

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Detoni	Pedagogia/Especialização
2º	Caroline de Andrade Machado	Pedagogia/Especialização
3º	Guerta Salete Beck	Pedagogia/Especialização
4º	Halanna Galiuzzi	Pedagogia/Especialização
5º	Marilei Cristiane dos Santos Boaretto	Pedagogia/Especialização
6º	Andreia Viviane Lechewetz	Pedagogia/Especialização
7º	Mariza Helena Rambo	Pedagogia/Especialização
8º	Kelin Katia Kolling	Pedagogia/Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO - ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Ligia Aparecida de Carvalho	Pedagogia/Especialização
2º	Ivone Goretti Bonfim da Luz	Pedagogia/Especialização

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO - IDOSOS - INCLUSÃO OU ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL VISANDO A FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Publicação Nº 1412616

EDITAL DE INTIMAÇÃO - IDOSOS - INCLUSÃO OU ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL VISANDO A FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

CONSIDERANDO que, com a vigência do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, tornou-se obrigatório para o requerimento, a concessão e a revisão bial do Benefício de Prestação Continuada, que as famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com informações atualizadas há, no máximo, 24 meses desde a inclusão ou última atualização cadastral, possibilitando conhecimento mais aprofundado do perfil socioeconômico das famílias;

CONSIDERANDO que a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 24, de 08 de março de 2017, estabelece procedimentos e prazos para inclusão e atualização cadastral dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e de suas famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), prevendo que, caso o idoso não atualize o Cadastro Único, ou não seja incluído no mesmo, terá seu benefício cancelado;

CONSIDERANDO que alguns idosos do Município que recebem o Benefício de Prestação Continuada, apesar das buscas realizadas durante este ano de 2017 no endereço dos mesmos, indicado pelo Instituto Nacional do Seguro Social e da veiculação de avisos em emissora de rádio local, não houve êxito na localização dos mesmos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social;

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições, FAZ SABER AOS IDOSOS A SEGUIR IDENTIFICADOS, que os mesmos deverão comparecer ao Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, no setor de Cadastro Único, a fim de que sejam incluídos ou atualizem o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sob pena de cancelamento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), conforme disposto no Decreto nº 8.805, de 07 de julho de 2016:

- 01 - ALBINO CAMPANHA;
- 02 - ALFREDO RIQUELMO ZORZI;
- 03 - ANGELO CADOR;
- 04 - ANNA MARIA ROSA;

05 - AURORA POLONI RASERA;
06 - AVELINO PADILHA DE LIMA;
07 - BRANDISIO RODRIGUES;
08 - ERILDE MARIA PARISOTTO DE CESARO;
09 - EUCLIDES SILVESTRO;
10 - IOLANDA CAZUNI;
11 - JOAO MARIA CORREA;
12 - LUIZ FERNANDES;
13 - MARIA DALPUPO;
14 - MARIA DE AUGUSTINHO MACHADO;
15 - MARIA GLORIA CONCEICAO;
16 - MARIA JOSE CORREA;
17 - MARIA RIZZI BIANCHI;
18 - MARTA BORDIGNON DE COSTA;
19 - NEREU DA SILVA PIRES DE LIMA;
20 - NOEL FLORINDO ROSA;
21 - OLIRIA SERINO DA SILVA VEIS;
22 - PASQUINA MORESCHI FINCATO;
23 - PAULO ANTUNES;
24 - ROZALINA BONIN MACIEL;
25 - SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA;
26 - SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS;
27 - TEREZINHA ADONA GOMES;
28 - VALDEMAR ABEL BURATO;
29 - VALDIR ANTONIO CAGNINI.

Será o presente edital afixado e publicado, na forma da lei.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 - FMS.

Publicação Nº 1407224

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Jakson Liesch Battistella 05724402947, CNPJ nº 24.907.583/0001-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REMOÇÃO, HIGIENIZAÇÃO EVAPORADA (PARTE INTERNA) E CONDENSADOR (PARTE EXTERNA) E REINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICA MUNICIPAL E CEO TODOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - (06/2017) 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública - Secretaria Municipal de Saúde; e D - (10/2017) 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica - Secretaria Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 20/10/2017.

Vigência: de 20/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jakson Liesch Battistella - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2017, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 - FMS.

Publicação Nº 1409203

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2017, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 - FMS.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: HELPMED SAÚDE LTDA. ME, CNPJ nº 04.770.650/0001-77.

Objeto: Suprimir o item 04 (01 Médico 40 horas semanais para atuar na ESF São Francisco) do Contrato nº 005/2017, de 03/03/2017, (originário do Processo Licitatório nº 004/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), eis que a unidade do ESF São Francisco vai receber um médico do Programa Mais Médicos, não necessitando mais do profissional contratado, a partir de 1º de novembro de 2017.

Valor Suprimido: R\$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais) mensais, totalizando o montante suprimido de R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais), no período de 1º/11 a 31/12/2017.

Data de Assinatura: 24/10/2017.

Vigência: de 1º/11/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante; Luan César Balbino Dias e Aline Tuczek de Oliveira Woinarski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 - FMS.

Publicação Nº 1411708

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 024/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: N.J. Lovera - ME, CNPJ nº 03.665.927/0001-39.

Objeto: Aditar a quantidade dos itens 1, 6 a 11, 13 a 15, 17 e 19 do Contrato nº 023/2017, de 31/05/2017, em 2 und., 3,25 kg., 1 und., 1 und., 2 und., 1 kg., 1 und., 2 und., 2 kg., 2 kg., 187 und., e 31 l., sucessivamente, a fim de atender a necessidade do CAPS em alimentar os pacientes que estão em tratamento.

Valor Aditado: R\$ 29,76 ao item 1; R\$ 50,08 ao item 6; R\$ 29,94 ao item 7; R\$ 27,29 ao item 8; R\$ 54,59 ao item 9; R\$ 27,29 ao item 10; R\$ 27,29 ao item 11; R\$ 188,42 ao item 13; R\$ 28,17, ao item 14; R\$ 28,17 ao item 15; R\$ 658,58 ao item 17 e R\$ 158,30 ao item 19, perfazendo o montante aditivado de R\$ 1.307,88 (um mil, trezentos e sete reais e oitenta e oito centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo, serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Dotação Orçamentária: D - (021/2017) 13.01.10.302.4506.2.021..3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Média e Alta Complexidade - Secretaria Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 26/10/2017.

Vigência: de 26/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nelson Júnior Lovera - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408530

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 121/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 092/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Fipal Distribuidora de Veículos Ltda., CNPJ nº 77.396.810/0008-00.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 050/2017 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação. b) D - 044/2017 - 08.01.12.361.4505.2.012.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 23/10/2017.

Vigência: de 23/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vilmar José Fedato - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408533

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 121/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 092/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S & W Máquinas e Equipamentos Ltda. EPP, CNPJ nº 15.360.569/0001-35.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 238.200,00 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 050/2017 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação. b) D - 044/2017 - 08.01.12.361.4505.2.012.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 23/10/2017.

Vigência: de 23/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Raquel Mendes Facioli - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1408539

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 121/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 092/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Sudoauto Sudoeste Automóveis Ltda., CNPJ nº 77.812.188/0001-05.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 66.530,00 (sessenta e seis mil e quinhentos e trinta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 050/2017 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação. b) D - 044/2017 - 08.01.12.361.4505.2.012.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 23/10/2017.

Vigência: de 23/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joseti Antonio Meimberg - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2017, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1409476

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2017, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 159/2017, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 009/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LPA - Lima's Produções Artísticas Ltda., CNPJ nº 91.288.597/0001-77.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL "FAMÍLIA LIMA", PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2017, DURANTE A PROGRAMAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Pagamento: O valor pactuado de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), será pago mediante transferência bancária em conta de titularidade da Contratada em 2 (duas) parcelas, sendo que a primeira parcela no valor de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais) será paga no dia 10 de novembro de 2017; e o restante do valor contratado R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais) descontando os encargos tributários e previdenciários de acordo com a legislação vigente, será pago no primeiro dia útil após o evento, com a entrega do objeto e a devida emissão da nota fiscal cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 24/10/2017.

Vigência: de 24/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Lorena Maria Scholles Lima - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1410515

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 090/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda. ME, CNPJ nº 03.570.752/0001-86.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 a 22 do Contrato nº 090/2017, de 26/04/2017, (originário do Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), em 7,25 kg., 8,75 kg., 2,75 mts., 4 mts., 5 mts., 2 mts., 4 mts., 1 kg., 2,75 kg., 0,5 kg., 7,75 kg., 8 mts., 17,25 mts., 15 mts., 2 mts., 6 pc., 4pc., 1 pc., 2 pc., 1 pc., 1 pc. e 3 h., sucessivamente, a fim de dar continuidade na prestação dos serviços realizados pela Contratada, eis que as quantidades inicialmente

contratadas já esgotaram.

Valor Aditado: R\$ 108,39 ao item 1, R\$ 104,13 ao item 2, R\$ 26,13 ao item 3, R\$ 30,40 ao item 4, R\$ 38,00 ao item 5, R\$ 12,80 ao item 6, R\$ 43,60 ao item 7, R\$ 20,00 ao item 8, R\$ 55,00 ao item 9, R\$ 130,00 ao item 10, R\$ 193,75 ao item 11, R\$ 252,00 ao item 12, R\$ 767,63 ao item 13, R\$ 427,50 ao item 14, R\$ 200,00 ao item 15, R\$ 129,60 ao item 16, R\$ 119,60 ao item 17, R\$ 47,80 ao item 18, R\$ 21,00 ao item 19, R\$ 15,80 ao item 20, R\$ 7,80 ao item 21 e R\$ 240,00 ao item 22, perfazendo o montante aditivado de R\$ 2.990,93 (dois mil, novecentos e noventa reais e noventa e três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rita de Cácia Finger Dossa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1410516

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 095/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda. ME, CNPJ nº 03.570.752/0001-86.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 a 5 e 8 a 18 do Contrato nº 095/2017, de 09/05/2017, (originário do Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), em 30 kg., 16,25 kg., 2,5 mts., 6 mts., 2 mts., 4,25 kg., 5,75 kg., 0,5 kg., 12 kg., 10,5 mts., 13,75 mts., 17 mts., 5 pc., 3 pc. e 2 pc., sucessivamente, a fim de dar continuidade na prestação dos serviços realizados pela Contratada, eis que as quantidades inicialmente contratadas já esgotaram.

Valor Aditado: R\$ 448,50 ao item 1, R\$ 193,38 ao item 2, R\$ 23,75 ao item 3, R\$ 45,60 ao item 4, R\$ 15,20 ao item 5, R\$ 85,00 ao item 8, R\$ 115,00 ao item 9, R\$ 130,00 ao item 10, R\$ 300,00 ao item 11, R\$ 330,75 ao item 12, R\$ 611,88 ao item 13, R\$ 484,50 ao item 14, R\$ 125,00 ao item 15, R\$ 108,00 ao item 16, R\$ 89,70 ao item 17 e R\$ 95,60 ao item 18, totalizando o montante aditivado de R\$ 3.201,86 (três mil, duzentos e um reais e oitenta e seis centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e b) D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rita de Cácia Finger Dossa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1410517

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 115/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda. ME, CNPJ nº 03.570.752/0001-86.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1, 2, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 22 do Contrato nº 115/2017, de 08/06/2017, (originário do Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), em 25 kg., 17,5 kg., 2,37 mts., 3 mts., 6,25 kg., 0,5 kg., 6,25 kg., 12,5 mts., 7,25 mts. e 4 h., sucessivamente, a fim de dar continuidade na prestação dos serviços realizados pela Contratada, eis que as quantidades inicialmente contratadas já esgotaram.

Valor Aditado: R\$ 373,75 ao item 1, R\$ 208,25 ao item 2, R\$ 22,52 ao item 3, R\$ 32,70 ao item 7, R\$ 125,00 ao item 9, R\$ 130,00 ao item 10, R\$ 156,25 ao item 11, R\$ 393,75 ao item 12, R\$ 322,63 ao item 13 e R\$ 320,00 ao item 22, perfazendo o montante aditivado de R\$ 2.084,85 (dois mil, oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), o que corresponde a 24,95% ao item 3 e 25% aos demais itens, do valor original dos itens contratados.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e b) D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rita de Cácia Finger Dossa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1410522

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda. ME, CNPJ nº 03.570.752/0001-86.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1 a 4, 6, 9, 10, 11 e 16 do Contrato nº 126/2017, de 03/07/2017, (originário do Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), em 20 kg., 21,25 kg., 2,87 mts, 7,5 mts., 1,5 mts., 6,25 kg., 0,5 kg., 12,5 kg., 7,5 mts. e 7 pc., sucessivamente, a fim de dar continuidade na prestação dos serviços realizados pela Contratada, eis que as quantidades inicialmente contratadas já esgotaram.

Valor Aditado: R\$ 299,00 ao item 1, R\$ 252,88 ao item 2, R\$ 27,27 ao item 3, R\$ 57,00 ao item 4, R\$ 9,60 ao item 6, R\$ 125,00 ao item 9, R\$ 130,00 ao item 10, R\$ 312,50 ao item 11, R\$ 236,25 ao item 12 e R\$ 151,20 ao item 16, perfazendo o montante aditivado de R\$ 1.600,70 (um mil, seiscentos reais e setenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; eb) D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rita de Cácia Finger Dossa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1410523

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 162/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda. ME, CNPJ nº 03.570.752/0001-86.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 1, 2, 11 a 17 e 20 do Contrato nº 162/2017, de 16/08/2017, (originário do Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), em 29,75 kg., 23,75 kg., 6,25 kg., 5 mts., 15 mts., 38 mts., 2 mts., 9 pc., 3 pc. e 5 pc., sucessivamente, a fim de dar continuidade na prestação dos serviços realizados pela Contratada, eis que as quantidades inicialmente contratadas já esgotaram.

Valor Aditado: R\$ 444,76 ao item 1, R\$ 282,63 ao item 2, R\$ 156,25 ao item 11, R\$ 157,50 ao item 12, R\$ 667,50 ao item 13, R\$ 1.083,00 ao item 14, R\$ 200,00 ao item 15, R\$ 194,40 ao item 16, R\$ 89,70 ao item 17 e R\$ 79,00 ao item 20, perfazendo o montante aditivado de R\$ 3.354,74 (três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e b) D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rita de Cácia Finger Dossa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1410526

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 194/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda. ME, CNPJ nº 03.570.752/0001-86.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 12, 13, 17, 19 e 21 do Contrato nº 194/2017, de 10/10/2017, (originário do Processo Licitatório nº 031/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017), em 29,75 kg., 23,75 kg., 6,25 kg., 5 mts., 15 mts., 38 mts., 2 mts., 9 pc., 3 pc. e 5 pc., sucessivamente, a fim de dar continuidade na prestação dos serviços realizados pela Contratada, eis que as quantidades inicialmente contratadas já esgotaram.

Valor Aditado: R\$ 173,25 ao item 12, R\$ 745,38 ao item 13, R\$ 59,80 ao item 17, R\$ 73,50 ao item 19 e R\$ 46,80 ao item 21, totalizando o montante aditivado de R\$ 1.098,73 (um mil, noventa e oito reais e setenta e três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 085/2017 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e b) D - 096/2017 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rita de Cácia Finger Dossa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411409

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 153/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 118/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: I. N. de Almeida Ltda. ME, CNPJ nº 20.324.313/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, LIMPEZA, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAL DE MÍDIA E, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 23.420,00 (vinte e três mil e quatrocentos e vinte reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nilton de Almeida - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411411

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 153/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 118/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Mara Aparecida Fagundes - ME, CNPJ nº 27.097.051/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, LIMPEZA, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAL DE MÍDIA E, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mara Aparecida Fagundes - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411412

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 153/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 118/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, LIMPEZA, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAL DE MÍDIA E, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 2.005,00 (dois mil e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da

Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411414

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 153/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 118/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Rodrigo Costa ME, CNPJ nº 03.389.653/0001-00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, LIMPEZA, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAL DE MÍDIA E, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 5.348,00 (cinco mil e trezentos e quarenta e oito reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rodrigo Costa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411415

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 153/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 118/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Vigisol Vigilância Patrimonial EIRELI EPP, CNPJ nº 79.929.774/0001-51.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, LIMPEZA, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAL DE MÍDIA E, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 8.858,00 (oito mil e oitocentos e cinquenta e oito reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Bruna Cipriano Paterno - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1411418

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 153/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 118/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Wagner Furlanetto 03075020907, CNPJ nº 19.824.258/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, LIMPEZA, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAL DE MÍDIA E, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.294,00 (um mil e duzentos e noventa e quatro reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 25/10/2017.

Vigência: de 25/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Wagner Furlanetto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412008

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 154/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 119/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Projetel Materiais Elétricos Ltda. EPP. CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 18.855,68 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a realização do evento por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 26/10/2017.

Vigência: de 26/10/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

PORTARIA Nº 1.070, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412732

PORTARIA Nº 1.070, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal KACIANE BACH, ocupante do cargo efetivo de Professor de Língua Estrangeira - Inglês, matrícula nº 1950/07, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 de outubro a 01 de novembro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 1.072, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412758

PORTARIA Nº 1.072, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal GEANNE CRISTHINA TAPARO LESSA, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE APOIO TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO, matrícula nº 3012/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 07 a 21 de novembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015 e de 22 de novembro a 06 de dezembro de 2017 referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 1.073, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412760

PORTARIA Nº 1.073, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, a partir de 27 de outubro de 2017, a servidora pública municipal ENEIA PAULA RANZAN TURATTI, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA ADMINISTRATIVO, matrícula nº 1690/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Recursos Humanos para desempenhar suas funções junto ao PROCON, por tempo indeterminado.

Parágrafo Único: A servidora irá desempenhar a FUNÇÃO DE FISCAL, pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade nível 5 (AR-5)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO Nº 12/2017 - CULTURA

Publicação Nº 1412521

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Diretor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material de higiene e limpeza destinados para uso junto a Fundação Municipal de Cultura do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 14 de novembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2017.

CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

Diretor da Fundação

PROCESSO Nº 51/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1412515

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de vestuários e calçados destinados para as crianças e adolescentes do Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 14 de novembro de 2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de outubro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº 88/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1411907

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal em sistema de comodato dos cilindros, destinados aos pacientes atendidos na Unidade de Pronto

Atendimento Leonardo Weissheimer – UPA 24hs, pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu (USB03), Unidades de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 10 de novembro de 2017.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 25 de outubro de 2017.

LEONIR CARON

Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO Nº 89/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1411753

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 89/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de palestrante para a palestra alusiva ao mês do Outubro Rosa destinados para a capacitação dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: PULSAR PALESTRAS E TREINAMENTOS LTDA – ME. Valor Total de R\$ 2.397,00 (dois mil trezentos e noventa e sete reais). Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 26 de outubro de 2017.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2017-PMS

Publicação Nº 1412205

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2017-PMS

PROCESSO Nº. 233/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de troféus e medalhas para atender as necessidades da Diretoria de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de dezembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de dezembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.288/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412753

DECRETO Nº 4288/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 3.467/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos da Lei Orgânica Municipal, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Schroeder, correspondente ao Edital n.º 001/2015-GAB/PMS-ADMINISTRAÇÃO, homologado pelo Decreto nº 3.467/2015 de 03 de novembro de 2015, publicado em 04 de novembro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1861, p. 462.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.289/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412754

DECRETO Nº 4289/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 3.468/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos da Lei Orgânica Municipal, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Schroeder, correspondente ao Edital n.º 002/2015-SMS/PMS-EMPREGO PÚBLICO, homologado pelo Decreto nº 3.468/2015 de 03 de novembro de 2015, publicado em 04 de novembro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1861, p. 462.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.290/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1412755

DECRETO Nº 4290/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 3.469/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos da Lei Orgânica Municipal, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Schroeder, correspondente ao Edital n.º 003/2015-GAB/PMS-MAGISTÉRIO, homologado pelo Decreto nº 3.469/2015 de 03 de novembro de 2015, publicado em 04 de novembro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1861, p. 462.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.291/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1412761

DECRETO Nº 4.291/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 58.696,98 (cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 8.631,05

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Material de Consumo R\$ 39.960,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 105,93

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 791,05

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.840,00

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Obras e Instalações R\$ 39.960,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder

3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Prêmios Culturais, Artísticos, Científicos, Desportivos e Outros R\$ 105,93

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 67/2017 - PMS

Publicação Nº 1412094

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 67/2017 - PMS

Processo de licitação nº. 40/2017 - PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 03/2017 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com sede municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.985.955/0001-52, estabelecida na Rua Vidal Ramos nº. 579 sala 05, Guanabara, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.207-670,

doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Renan Sismer Maurício, inscrito no CPF sob o nº. 087.134.269-31, ficam ajustados à rescisão contratual UNILATERAL de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 79, I cumulado com o artigo 78, I, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 67/2017-PMS, celebrado no dia 29 de maio de 2017, visando a contratação de empresa especializada para execução de reforma na estrutura do Jardim de Infância Abelhinha Feliz (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 147,04m² de área no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, conforme Parecer da Procuradoria nº 099/2017-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 26 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki
CPF Nº. 053.350.739-18
Testemunha 01

Ivandra de Souza
CPF Nº. 047.563.299-00
Testemunha 02

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máquina retroscavadeira nova, ano 2017 para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RETROSCAVADEIRA COMPLETA NOVA ANO MÍNIMO 2017, 4 X 4 CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Retroscavadeira, nova, 4 x 4, motor tier 3, 04 cilindros, turboalimentado, diesel,, potência bruta mínima de 82 hp, capacidade dianteira capacidade mínima de 0,87 metros cúbicos com lâmina. Capacidade traseira de no mínimo 0,22 metros cúbicos. Cabine fechada com ar condicionado, rádio/fm. Pneus dianteiros 12x16,5, 10 lonas, monopeça e pneus traseiros 16,9 X 24", mínimo 10 lonas, monopeça, basculamento da capota frontal através de dois cilindros ou cilindro individual, comando traseiro com alavancas e giro por pedais ou alavancas, planetárias externas ao eixo traseiro.. capacidade mínima de levantamento da capota de 3000 kgs até a altura máxima. Peso operacional mínimo 6,950 kg. Garantia 1 ano.	UN	JM EQUIPAMENTOS LTDA (13729)		0	219.900,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máquina retroescavadeira nova, ano 2017 para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MACROLICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (13730)	JCB	0	220.000,0000	2

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máquina retroscavadeira nova, ano 2017 para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2017
PROCESSO Nº 11/2017
(13729) - JM EQUIPAMENTOS LTDA
(13730) - MACROLICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Schroeder, 26 de Outubro de 2017.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1328

Publicação Nº 1411711

Republica com correção o DECRETO Nº 1328, de 23 de outubro de 2017

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 178.812,00.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com as alíneas "a" e "b", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I e II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizado pela Lei nº 1946, de 23 de outubro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	2036	Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal			
Modalidade:	115	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	150.000,00
Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	2064	Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação e Lazer Comunitário			
Modalidade:	05	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	28.812,00

TOTAL R\$ 178.812,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	1018	Infraestrutura, Revitalizações e Sinalização de Obras de Arte do Sistema Viário Municipal			
Modalidade:	111	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	50.519,00
Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR			
Unidade:	1	Departamento do Interior			
Projeto Atividade:	1019	Equipamentos, Materiais Permanentes e Veículos para Modernização do Sistema Viário Municipal			
Modalidade:	112	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	99.481,00
Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	1042	Infraestrutura, Reformas e Equip. para Prédios e Espaços para o Desporto, Recreação e Lazer Comunitário			
Modalidade:	01	33900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	2.102,00
Modalidade:	02	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	18.950,00
Órgão:	12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA			
Unidade:	1	Fundação Municipal de Esportes			
Projeto Atividade:	1043	Equipamentos, Material Permanente e Veículos para Modernização do Desporto, Rec. e Lazer Comunitário			
Modalidade:	03	44900000000000	0.1.00000	Aplicações Diretas	7.760,00

TOTAL R\$ 178.812,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 23 de outubro de 2017
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 23 de outubro de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 039/2017

Publicação Nº 1411742

Processo Licitatório nº 138/2017 - Dispensa de Licitação nº. 039/2017.

Objeto: Serviços de realização do "Campeonato Mundial de Som Automotivo, Tuning e Carros Rebaixados".

Justificativa: O município de Seara realiza o evento "Conexão Seara" e integram as atividades o campeonato mundial e nacional de som automotivo, tuning e carros rebaixados.

Fundamento legal: Inciso II do artigo 24, da lei nº. 8666/93, por dispensa de licitação.

Fornecedor: Luiz Henrique Meda - ME

Valor: R\$ 2.250,000

Seara, SC, 25 de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2017

Publicação Nº 1412464

Processo Licitatório nº. 139/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 073/2017 – Registro de Preços.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 17/11/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de passagens aéreas intermunicipais, interestaduais e internacionais, incluindo reserva, emissão, entrega, transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes, destinado as atividades do Município de Seara SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 26 de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017-FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-FMS

Publicação Nº 1412298

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2017-FMS

Termo Aditivo nº 01 da Ata de Registro de Preços nº 001/2017-FMS

Pregão Presencial nº 003/2017

Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 11.776.334/001-78, estabelecida na av. União da Vitória, nº. 1215, bairro Vista Nova, Francisco Beltrão, PR, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Guimarães, brasileiro, casado, RG nº. 1.275.539-PR, CPF nº. 225.171.209-78, residente e domiciliado na av. Francisco Perondi, nº. 435, centro, Flor da Serra do Sul, PR, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitação da Secretária da Saúde, o presente termo tem como objeto o acréscimo da quantidade licitada dos seguintes itens:

- Item02 - "Atadura creprom 10cm" - Item03 - "Atadura creprom 15cm"
- Item04 - "Atadura creprom 20cm"

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 1.882,50 (um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	R\$ Unitário	R\$ Total Aditivado
02	37954	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM ² ; TAMANHO 10 CM x 1,8 M EM REPOUSO, (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO- MARCA MELHOR MED	UN	3000	750	0,56	420,00
03	3396828	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM ² TAMANHO 15 CM X1,8 M EM REPOUSO (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO MARCA MELHOR MED	UN	3000	750	0,86	645,00
04	37956	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM ² ; TAMANHO 20 CM x 1,8 M EM REPOUSO, (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO. MARCA MELHOR MED	UN	3000	750	1,09	817,50

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 25/10/2017.

Edemilson Canale Flávio Joel Zolet
Município de Seara Fundo Municipal de Saúde
Contratante Contratante

Luiz Carlos Guimarães
Dental Show Com. Prod. Odont. e Hospitalares
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

Publicação Nº 1411741

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 025/2017

Pregão Presencial nº 049/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Mara Aparecida Fagundes-ME, CNPJ nº 27.097.051/0001-30, estabelecida na rua Martinho Lutero, 2320-E, bairro Jardim América, Chapecó, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. João Maciel, brasileiro, casado, técnico em edificações, RG nº. 3.862.995, CPF nº. 032.645.629-52, residente e domiciliado na rua Canela, 39-D, bairro Boa Vista, Chapecó, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal da Cidade, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada do item abaixo:

- Item 01 – mão de obra para pintura prédios públicos.

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 3.352,12 (três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e doze centavos) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
1	389423	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ATÉ TRÊS DEMÃO.	M2	5.000	1.250	2,6817	3.352,12
TOTAL R\$							3.352,12

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC, 25/10/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

João Maciel
Mara Aparecida Fagundes -ME
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 02 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017-FMS

Publicação Nº 1412301

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 006/2017-FMS

Termo Aditivo nº 02 da Ata de Registro de Preços nº. 003/2017-FMS

Pregão Presencial nº. 003/2016

Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 11.776.334/001-78, estabelecida na av. União da Vitória, nº. 1215, bairro Vista Nova, Francisco Beltrão, PR, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Guimarães, brasileiro, casado, RG nº. 1.275.539-PR, CPF nº. 225.171.209-78, residente e domiciliado na av. Francisco Perondi, nº. 435, centro, Flor da Serra do Sul, PR, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitação da Secretária da Saúde, o presente termo tem como objeto o acréscimo da quantidade licitada do seguinte item:
- Item 63 - "Luva de Procedimento descartável ambidestra".

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	R\$ Unitário	R\$ Total Aditivado
63	35340	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL AMBIDESTRA, CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BOA QUALIDADE LEVEMENTE TALCADA , TAMANHO PEQUENO , CAIXA COM 100 UNIDADES. – MARCA SUPERMAX.	UN	100	25	15,44	386,00

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 25/10/2017.

Edemilson Canale Flávio Joel Zolet
Município de Seara Fundo Municipal de Saúde
Contratante Contratante

Luiz Carlos Guimarães
Dental Show Com. Prod. Odont. e Hospitalares
Contratada

TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-ABS

Publicação Nº 1412470

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2017

Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2017 - Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 27/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 25de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

ABS Peças e Acessórios Ltda

TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-BRANSALES

Publicação Nº 1412478

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2017

Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2017 - Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 27/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 25de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Auto Mecânica Bransales Ltda-EPP

TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-CANTU

Publicação Nº 1412483

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2017

Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2017 - Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 27/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 25de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda**TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-GF**

Publicação Nº 1412485

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2017

Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2017 - Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 27/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 25de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

GF Pneus Comercial e Distribuidora Ltda**TERMO DE PRORROGAÇÃO PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-RODA BRASIL**

Publicação Nº 1412487

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2017

Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2017 - Pregão Presencial nº 024/2017 – Registro de Preços nº 015/2017, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 27/10/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 25 de outubro de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Roda Brasil Com. de Peças p/ Veículos Ltda

ITENS ADJ. E SALDO PENDENTE PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-RODA BRASIL

Publicação Nº 1412507

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente
 Entidade Participante: Consolidado

(Período de 27/04/2017 a 25/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimento	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Data de Homologação: 27/04/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 10643-RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR									
1	3394103	PROTETOR R16	UN	20,000	5,000	0,000	15,000	16,7500	251,25
2	3394102	PROTETOR R20	UN	100,000	23,000	0,000	77,000	20,0000	1,540,00
8	333397326	CAMARA 19.5 X 24 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	UN	16,000	3,000	0,000	13,000	160,0000	2,080,00
12	3394095	CAMARA 1300 x 24	UN	20,000	2,000	0,000	18,000	105,0000	1,890,00
15	333397332	CAMARA 18.4 X 34 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	UN	8,000	3,000	0,000	5,000	179,0000	895,00
19	3394088	CAMARA 900 x 16 BICO DE BORRACHA	UN	12,000	6,000	0,000	6,000	60,0000	360,00
21	333397333	CAMARA R20 1000 x 20 COM NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA	UN	100,000	23,000	0,000	77,000	55,0000	4,235,00
22	333397334	CAMARA R24 1400 x 24 KM 24 COM NO MINIMO 3 MM DE ESPESSURA	UN	30,000	6,000	0,000	24,000	105,0000	2,520,00
24	3394083	PNEU 175/70 R 14 88T	UN	16,000	12,000	0,000	4,000	165,0000	660,00
33	3394071	PNEU 225/50 R 17 RADIAL COM BORDA PRA RODA DE LIGA LEVE	UN	8,000	2,000	0,000	6,000	290,0000	1,740,00
37	3394067	PNEU 215/75 R 17.5 RADIAL LISO MISTO PARA PEDRA	UN	24,000	6,000	0,000	18,000	484,0000	8,712,00
38	3394066	PNEU 275/80 R 22.5 - RADIAL LISO MISTO PARA PEDRA	UN	20,000	12,000	0,000	8,000	1,173,0000	9,384,00
49	3394054	PNEU 1000 x 20 - MISTO PARA PEDRA RADIAL LISO	UN	20,000	10,000	0,000	10,000	1,189,0000	11,890,00
52	3394051	PNEU 12 x 16.5 - 12 LONAS	UN	14,000	10,000	0,000	4,000	445,0000	1,780,00
59	74571	PNEU 18.4 X 34 - 12 LONAS COMUM	UN	10,000	2,000	0,000	8,000	2,035,0000	16,280,00
60	74570	PNEU 18.4 X 30 - 12 LONAS COMUM	UN	12,000	4,000	0,000	8,000	1,830,0000	14,640,00
62	74826	PNEU 12.4 X 24 - 10 LONAS COMUM	UN	12,000	2,000	0,000	10,000	847,0000	8,470,00
Total Pendente:								87,327,25	
Total Geral:								87,327,25	

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 27/04/2017 a 25/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprímida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano:	41/2017	Licitação:	24/2017 - PR	Data de Homologação:	27/04/2017	Registro de Preço:	Sim		
Fornecedor.....:	12486-ABS PEÇAS E ACESSORIOS LTDA								
48	3394055	PNEU 900 x 20 - RADIAL BORRACHUDO MISTO PRA PEDRA PROFUNDA	UN	30,000	4,000	0,000	26,000	1.200,0000	31.200,00
								Total Pendente:	31.200,00
								Total Geral:	31.200,00

ITENS ADJ. E SALDO PENDENTE PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-BRANSALES

Publicação Nº 1412495

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 27/04/2017 a 25/10/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprímida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Data de Homologação: 27/04/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 9241-AUTO MECANICA BRANSALES LTDA									
3	3394101	PROTETOR R24	UN	20,000	6,000	0,000	14,000	35,0000	490,00
4	3394100	CAMARA 275/80 R22.5	UN	30,000	5,000	0,000	25,000	70,0000	1,750,00
11	333397329	CAMARA 12.5/80 x 18 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	UN	16,000	4,000	0,000	12,000	55,5000	666,00
13	333397330	CAMARA 14.9 x 24 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	UN	8,000	2,000	0,000	6,000	106,0000	636,00
14	333397331	CAMARA 18.4 x 30 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	UN	8,000	1,000	0,000	7,000	146,0000	1,022,00
16	3394091	CAMARA 700 x 16 BICO DE BORRACHA	UN	20,000	1,000	0,000	19,000	25,0000	475,00
28	3394078	PNEU 235/75 R 15 RADIAL	UN	28,000	2,000	0,000	26,000	287,9000	7,485,40
34	3394070	PNEU 195/65 R 15 RADIAL COM BORDA PRA RODA DE LIGA LEVE	UN	32,000	14,000	0,000	18,000	190,0000	3,420,00
34	3394070	PNEU 195/65 R 15 RADIAL COM BORDA PRA RODA DE LIGA LEVE	UN	32,000	4,000	0,000	28,000	190,0000	5,320,00
35	3394069	PNEU 195/60 R 15 RADIAL COM BORDA PRA RODA DE LIGA LEVE	UN	40,000	8,000	0,000	32,000	182,7900	5,849,28
36	3394068	PNEU 225/75 R 16 C PR 118/116 RADIAL	UN	40,000	9,000	0,000	31,000	340,0000	10,540,00
36	3394068	PNEU 225/75 R 16 C PR 118/116 RADIAL	UN	40,000	3,000	0,000	37,000	340,0000	12,580,00
40	3394064	PNEU 750 x 16 - RAIAO 10 LONAS	UN	20,000	2,000	0,000	18,000	309,0000	5,562,00
43	3394060	PNEU 750 x 16 - 12 LONAS BORRACHUDO	UN	20,000	5,000	0,000	15,000	360,0000	5,400,00
50	3394053	PNEU 1000 x 20 - RADIAL BORRACHUDO MISTO PRA PEDRA PROFUNDID	UN	60,000	8,000	0,000	52,000	1,095,0000	56,940,00
								Total Pendente:	118,135,68
								Total Geral:	118,135,68

ITENS ADJ. E SALDO PENDENTE PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-CANTU

Publicação Nº 1412500

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente
Entidade Participante: Consolidado

(Período de 27/04/2017 a 25/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Data de Homologação: 27/04/2017 Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 12230-CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.									
23	3394084	PNEU 205/75 R 16 RADIAL	UN	40,000	4,000	0,000	36,000	250,0000	9.000,00
27	3394079	PNEU 175/70 R 13 RADIAL	UN	140,000	22,000	0,000	118,000	139,0000	16.402,00
27	3394079	PNEU 175/70 R 13 RADIAL	UN	140,000	8,000	0,000	132,000	139,0000	18.348,00
31	3394073	PNEU 185/70 R 14 RADIAL	UN	60,000	20,000	0,000	40,000	159,5000	6.380,00
31	3394073	PNEU 185/70 R 14 RADIAL	UN	60,000	8,000	0,000	52,000	159,5000	8.294,00
31	3394073	PNEU 185/70 R 14 RADIAL	UN	60,000	4,000	0,000	56,000	159,5000	8.932,00
39	3394065	PNEU 275/80 R 22.5 - RADIAL BORRACHUDO MISTO PARA PEDRA PROF	UN	60,000	10,000	0,000	50,000	1.310,0000	65.500,00
58	81685	PNEU 19.5 X 24 - 12 LONAS COMUM PARA RETROESCAVADEIRA R4	UN	12,000	6,000	0,000	6,000	1.670,0000	10.020,00
								Total Pendente:	142.876,00
								Total Geral:	142.876,00

ITENS ADJ. E SALDO PENDENTE PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017-GF

Publicação Nº 1412505

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente
Entidade Participante: Consolidado

(Período de 27/04/2017 a 25/10/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano: 41/2017
Fornecedor.....: 12485-GF

Licitação: 24/2017 - PR
PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Data de Homologação: 27/04/2017 Registro de Preço: Sim

57	3394049	PNEU 14,00 x 24 - 24 LONAS COMUM	UN	20,000	4,000	0,000	16,000	2.350,0000	37.600,00
									Total Pendente:
									37.600,00
									Total Geral:
									37.600,00

ITENS NÃO ADJUDICADOS PL 041/2017- PP 024/2017 – RP 015/2017

Publicação Nº 1412513

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Página: 1/1

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Preço Total
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 9241 - AUTO MECANICA BRANSALES LTDA					
9	3394097	CAMARA 17.5 x 25	UN	8,000	1.051,68
10	333397327	CAMARA 12.4 x 24 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	UN	16,000	1.182,40
18	3394089	CAMARA 750 x 16 BICO DE BORRACHA	UN	20,000	500,00
41	3394063	PNEU 700 x 16 - RAIADO 10 LONAS	UN	20,000	6.180,00
44	3394059	PNEU 900 x 16 - RAIADO 10 LONAS	UN	10,000	3.535,00
TOTAIS →				74,000	12.449,08
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 10643 - RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR					
5	3394099	CAMARA GR 13	UN	24,000	444,00
6	3394098	CAMARA GR 14	UN	30,000	555,00
7	81001	CÂMARA GR 15	UN	20,000	500,00
17	3394090	CAMARA 750 x 16 BICO DE FERRO	UN	20,000	650,00
20	3394087	CAMARA 900 x 20	UN	50,000	2.400,00
29	3394075	PNEU 185 R 14 C 102/100 R RADIAL	UN	16,000	3.600,00
32	3394072	PNEU 185/60 R 14 RADIAL	UN	42,000	6.510,00
47	3394056	PNEU 900 x 20 - RADIAL LISO MISTO PARA PEDRA	UN	16,000	16.480,00
51	3394052	PNEU 17.5 x 25 - 12 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA R4	UN	8,000	13.040,00
53	12404	PNEU 12.5/80 x 18 - 12 LONAS	UN	14,000	10.500,00
61	74582	PNEU 14.9 X 24 - 12 LONAS COMUM	UN	12,000	13.920,00
TOTAIS →				252,000	68.599,00
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 12230 - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.					
25	3394082	PNEU LT 265/70 R16 8PR 117/114S	UN	12,000	4.440,00
26	3394080	PNEU 165/70 R 13 RADIAL	UN	80,000	10.800,00
TOTAIS →				92,000	15.240,00
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 12485 - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA					
46	3394057	PNEU 1000 x 20 - 16 LONAS COMUM BORRACHUDO	UN	20,000	14.800,00
54	87343	PNEU 16.9 X 24 - 10 LONAS COMUM PARA RETROESCAVADEIRA R4	UN	8,000	14.400,00
55	87347	PNEU 14.00 X 24 - RADIAL	UN	12,000	36.000,00
56	3394050	PNEU 14.00 x 24 - 20 LONAS COMUM	UN	12,000	24.600,00
TOTAIS →				52,000	89.800,00
Processo / Ano: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 12486 - ABS PEÇAS E ACESSORIOS LTDA					
42	3394061	PNEU 750 x 16 - LISO COMUM 12 LONAS	UN	20,000	6.800,00
45	3394058	PNEU 1000 x 20 - 16 LONAS COMUM LISO	UN	16,000	11.200,00
TOTAIS →				36,000	18.000,00
TOTAL GERAL →				506,00	204.088,08

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 19/2017**

Publicação Nº 1412669

PORTARIA Nº 19/2017, de 26 de outubro de 2017
Concede Progressão por Escolaridade

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 16 da Resolução nº 4/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores da Câmara Municipal de Vereadores, resolve:

Art. 1º Fica concedida a Progressão por Escolaridade as servidoras efetivas abaixo relacionadas:

Matrícula	Servidora	Cargo	Escolaridade Cargo	Progressão	% da progressão
2	Adriana de Camargo	Administrador Legislativo	Ensino Superior	Pós-Graduação "latu sensu"	12%
51	Wanderléia Tondello Batista	Servente	Alfabetizado	Ensino Médio	6%

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

GILBERTO GONÇALVES (Beto)	
Presidente da Mesa	
ELISEU AREND (FONSO)	JERSON BRUSAMARELLO
Vice-Presidente	1º Secretário
ADÃO KRONBAUER (DESENHO)	
2º Secretário	

PORTARIA Nº 20/2017

Publicação Nº 1412670

PORTARIA Nº 20/2017, de 26 de outubro de 2017.
Concede Progressão Funcional por Desempenho

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 17 c/c os artigos 19, 20 da Resolução nº 4/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

Concede:

Art. 1º À MARISA SCUSSEL, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo (AADM), Nível 20, Matrícula 46, Progressão Funcional por Desempenho de 2% (dois por cento) observado o conceito na Avaliação Trienal (2015/2017), realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 17/2017 e homologada pela Resolução MD nº 3/2017, a partir deste mês de outubro, passando à Classe B, do Anexo II da Lei nº 1450, de 27 de dezembro de 2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO GONÇALVES (Beto)	
Presidente da Mesa	
ELISEU AREND (FONSO)	JERSON BRUSAMARELLO
Vice-Presidente	1º Secretário
ADÃO KRONBAUER (DESENHO)	
2º Secretário	

RESOLUÇÃO MD Nº 2/2017

Publicação Nº 1412667

RESOLUÇÃO MD Nº 2/2017, de 24 de outubro de 2017.

Homologa Progressão por Escolaridade as servidoras efetivas

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 16 da Resolução nº 4/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências,

Resolve:

Art. 1º Fica homologada a concessão da Progressão por Escolaridade as seguintes servidoras:

Matrícula	Nome	Cargo	Escolaridade Cargo	Progressão	% da progressão
2	Adriana de Camargo	Administrador Legislativo	Ensino superior	Pós Graduação "Latu Sensu"	12%
51	Wanderléia Tondello Batista	Servente	Alfabetizado	Ensino Médio	6%

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data de publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

GILBERTO GONÇALVES (Beto)	
Presidente da Mesa	
ELISEU AREND (FONSO)	JERSON BRUSAMARELLO
Vice-Presidente	1º Secretário
ADÃO KRONBAUER (DESENHO)	
2º Secretário	

RESOLUÇÃO MD Nº 3/2017

Publicação Nº 1412668

RESOLUÇÃO MD Nº 3/2017, de 26 de outubro de 2017.

Homologa Avaliação Trienal de Desempenho

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do § 2º do artigo 21 da Resolução nº 4/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências, e de acordo com o conceito estabelecido na Ficha de Avaliação de Desempenho proferida pela Comissão nomeada pela Portaria nº 17, de 4 de outubro de 2017,

Resolve:

Art. 1º Fica homologada a avaliação trienal de desempenho da servidora MARISA SCUSSEL, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, de acordo com a Ficha de Avaliação Trienal de Desempenho (anexa), realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 17/2017, concedendo o seguinte conceito:

Matrícula do Servidor	Abreviatura do Cargo	Conceito
46	AADM	EXCELENTE

Art. 2º A concessão da progressão ocorrerá a partir deste mês de outubro, conforme estabelece o §1º do art. 17, da Resolução nº 4/2006

Art. 3º Esta Resolução MD entra em vigor na data de publicação.

GILBERTO GONÇALVES (Beto)	
Presidente da Mesa	
ELISEU AREND (FONSO)	JERSON BRUSAMARELLO
Vice-Presidente	1º Secretário
ADÃO KRONBAUER (DESENHO)	
2º Secretário	

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 181/2017

Publicação Nº 1411929

DECRETO Nº 181/2017, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EDILANA PAULA DE BARROS TRINDADE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005, e alterações posteriores, e Lei nº. 961/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Sra. EDILANA PAULA DE BARROS TRINDADE, portadora do CPF nº. 041.420.732-73, do Cargo de Conselheira Tutelar, conforme decreto de nomeação nº 002/2016, de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 27 de outubro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

79/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

Publicação N° 1412448

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS N°. 79/2017

EDITAL DE PREGÃO PMS N°. 20/2017

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais elétricos e artigos de iluminação para a manutenção da rede de iluminação pública e manutenção das repartições públicas.

2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.

3. Tipo: Menor preço por item.

4. Data da sessão pública: 09/11/2017 às 09h00min (horário de Brasília).

5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.

7. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 26 de outubro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 FMS - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1412025

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva, com calibração e teste de segurança elétrica nos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, das unidades básicas e unidade central de saúde de Sombrio/SC, incluindo o fornecimento de peças, conforme as especificações e condições de execução constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até as 08h15min do dia 14 de novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h30min do dia 14 de novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 186, Centro de Sombrio/SC. No Horário das 08h00min às 13h00min ou pelo tel. (48) 3533-5200.

Sombrio/SC, 26 de outubro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Presidente Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 FMS - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1412080

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentos (leites) para fins medicinais específicos e para suplementação de nutrição para distribuição gratuita por via judicial aos pacientes cadastrados junto a secretaria municipal de saúde de Sombrio/SC, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores.

Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser entregues até as 10h00min do dia 14 de Novembro de 2017, com inicio do credenciamento e abertura marcada para as 10h30min do dia 14 de Novembro de 2017.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 186, Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h00 às 13h00min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio/SC, 26 de Outubro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1411996

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública municipal de Sombrio/SC.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123

de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues até às 11h30min do dia 10 de Novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h30min do dia 13 de Novembro de 2017. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633. Sombrio-SC, 26 de Outubro de 2017.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1412011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção de prédios e praças públicas municipais de Sombrio/SC.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até às 11h30min do dia 10 de Novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para às 10h30min do dia 13 de Novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 26 de Outubro de 2017.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

Publicação Nº 1412383

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº022/2017

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº022/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA E ELETRODOMÉSTICO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) SINOIR ANA PARAVIZI CERON, representada neste ato por Sinoir Ana Paravizi Ceron ;

2) MOVEIS LAZZARI LTDA ME, representada neste ato por Luiz Carlos Schmidt;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que a proposta da empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON não constava marca em seus itens conforme exigência do item 4 letra b do edital, se tratando de um erro formal em vista do interesse público, visando a maior competitividade e, em busca da proposta mais vantajosa, sendo possível sanar o problema no próprio certame a comissão de licitação assim procede, nos seguintes termos: para o item 1,2,5,6,7,8,9,10,12,13,14,15 e 17 a marca DAIZY, para os itens 3 e 16 a marca JL, para o item 4 a marca MULLER e para o item 11 a marca CAVALETTI. As empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON com o valor total de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. A empresa MOVEIS LAZZARI LTDA ME manifestou intenção de recurso pelo motivo de que a empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON na sua proposta de preço não apresentou marca conforme exigência do item 4 letra b do referido edital, a empresa manifesta em ata que irá acompanhar a entrega do material. Fica concedido o prazo de 03 (três) dias para que o recorrente apresente suas razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimado para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 26/10/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 26 de Outubro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitação

SINOIR ANA PARAVIZI CERON MOVEIS LAZZARI LTDA ME

DECRETO Nº 099, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 1412490

DECRETO Nº 099, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.298 de 22/11/2016 e 2.346 de 10/10/2017..

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 1002

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0489 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1010

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 10 DE OUTUBRO DE 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 100, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"
Publicação Nº 1412494

DECRETO Nº 100, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0401 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 11 DE OUTUBRO DE 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 102, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"
Publicação Nº 1412498

DECRETO Nº 102, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0489 Aplicações Diretas R\$ 1.250,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 16 DE OUTUBRO DE 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 103, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"
Publicação Nº 1412502

DECRETO Nº 103, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/15, de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 104, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 1412506

DECRETO Nº 104, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

Projeto 1021

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 4.300,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 17 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 040, DE 26 DE OUTUBRO DE 2.017. NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO HORIZONTAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1412482

PORTARIA N.º 040, DE 26 DE OUTUBRO DE 2.017.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO HORIZONTAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VII do art.74 da Lei Orgânica;

Considerando que a Progressão Horizontal será concedida a cada quatro anos, conforme disposto no artigo 27, da Lei Complementar nº 059, de 02 de Janeiro de 2012;

Considerando no artigo 31 á 35 da Lei Complementar nº 092, de 04 de Abril de 2017;

Públicos

Considerando o Decreto nº 033, de 25 de maio de 2005, que regulamenta a concessão da Progressão Horizontal dos Servidores Públicos Efetivos;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os Servidores abaixo relacionados para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação por Desempenho para efeito de Concessão da Progressão Horizontal e Estágio Probatório dos Servidores Público Hospital Municipal Frei Rogério:

- a) Juliana Cecatto Samistraro
- b) Jeferson Pacheco Dos Santos
- c) Rosa Schmitz
- d) Dirley Modena Rabuske Angrevski

Art. 2º- A comissão de Avaliação terá a participação e apoio complementar do Secretário Municipal da área em que atua o Servidor.

Art. 3º- Para o cumprimento das atribuições previstas nesta Portaria, aplicam – se as normas estabelecidas no Decreto nº 033, de 25 de maio de 2005.

Art. 4º- A comissão terá o prazo de 30 dias para apresentar o boletim de avaliação, segundo o Anexo Único do Decreto nº 033, de 25 de maio de 2005.

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 26 DE OUTUBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 097/2017

Publicação Nº 1411901

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 097/2017, a qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 10/11/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 26 de Outubro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 052-2017

Publicação Nº 1410489

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE LEILÃO Nº. 004/2017.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2017.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, com objetivo de alienação dos seguintes bens Móveis: UM VEICULO GM/MONTANA CONQUEST, ANO E MODELO 2008, COR BRANCA, 02 PORTAS, POTENCIA 105CV, CAPACIDADE 0,70 TONELADAS, PLACAS MEZ8333 E 01 VEÍCULO RENAULT MASTER AMBULÂNCIA, ANO 2008, MODELO 2009, DIESEL, 114CV, COR BRANCA, PADRÃO AMBULANCIA, PLACAS MFZ5986, 01 TANQUE DE FABRICAÇÃO MANUAL DE QUEIJOS EM AÇO INOX, CAPACIDADE 3000LT, 01 PRENSA PNEUMÁTICA PARA QUEIJO 120 FORMAS/0,800GRAMAS, 01 MATURADOR PARA IOGURTE/BEBIDAS LACTEAS EM AÇO INOX, CAPACIDADE 2000LT. Fica determinado o dia 14/11/2017, às 09hs00min no auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos para o recebimento dos envelopes de propostas e habilitação. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou no site www.tigrinhos.sc.gov.br Tigrinhos (SC) 27 de Outubro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 061/FMS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/FMS/17 - DISPENSA 011/FMS/17

Publicação Nº 1412061

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 061/FMS/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/FMS/17- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/FMS/17
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: CORIS CARDIOLOGIA SERVIÇOS MÉDICOS S/S
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CATETERISMO CARDÍACO PARA PACIENTES ATENDIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.
VALOR: R\$: 7.410,30 (SETE MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS E TRINTA CENTAVOS).
TIJUCAS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 160/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 144/PMT/17 - DISPENSA 031/PMT/17

Publicação Nº 1411822

CONTRATO Nº 160/PMT/2017

contrato Administrativo de AQUISIÇÃO DE MATERIAL

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

1.1. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.577.636/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito do Município, ELOI MARIANO ROCHA, brasileiro, divorciado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 449.147 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 216.076.059-53, residente e domiciliado na Travessa Pedro L. de Amorim, nº 20, Bairro da Praça, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina e pela Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, PAULA REGINA DA SILVA ROSA, brasileira, casada, funcionária pública municipal, portadora da cédula de identidade RG nº 35.407.98, inscrita no CPF/MF sob o nº 003.674.629-07, residente e domiciliada na Rua Coronel Galotti, bairro: Praça, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

1.2 CONTRATADO: ED PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ 02.238.402/0001-54, situada na Rua Marcelino Simas, nº 580, bairro: Estreito, cidade de Florianópolis - SC, CEP: 88.070-020, neste ato representado por seu representante legal, EDSON LUIZ VIEIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Marcelino Simas, nº 580, bairro: Estreito, cidade de Florianópolis-SC, CEP: 88.070-020, portador da cédula de Identidade RG nº 2.040.075, inscrito no CPF sob o número 579.482.249-04.

II – DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1ª. As partes acima identificadas, tendo entre si, justas e acertadas o Contrato de Administrativo de Contratação de Grupo "Caravana Botequim do Samba" para o evento Feijoada Casarão Gallotti, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e demais legislações pertinentes à matéria, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017, cuja dispensa esta fundamentada no inciso II do art. 24 da mencionada lei, conforme parecer jurídico nº 299/2017/PGM, sendo o Processo Homologado em 20 de outubro de 2017 e ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes, firmam o presente contrato.

III – DO OBJETO

Cláusula 2ª. O presente contrato tem por objeto Contratação de grupo "Caravana Botequim do Samba" para o evento Feijoada Casarão Gallotti, em comemoração a Semana da Consciência Negra, que acontecerá no dia 19/11/2017, no Casarão Gallotti, da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC, conforme descrito no pedido de dispensa do Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 044/PMT/2017.

IV – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

Cláusula 3ª. Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017, juntamente com seus anexos e a proposta do CONTRATADO.

V – DA FORMA DE EXECUÇÃO

Cláusula 4ª. A execução de o presente contrato dar-se-á sob a forma de imediata, conforme solicitação e orientação do CONTRATANTE. Com vigência até 31.12.2017.

VI – DO VALOR CONTRATUAL

Cláusula 5ª. Pelo fornecimento do objeto, deslocamento e serviço de ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 7.950,00 (Sete mil novecentos e cinquenta reais).

VII – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Cláusula 6ª. O preço é fixo e irredutível, ficando ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no art. 65, alínea "d", da lei 8.666/93.

Cláusula 7ª. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATADO deverá solicitar formalmente ao CONTRATANTE, devidamente acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido.

VIII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 8ª. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após da data de apresentação da nota fiscal ou fatura, e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado pelo Contratado.

Parágrafo Primeiro. No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE pagará as faturas somente ao CONTRATADO, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

Parágrafo Terceiro. Para habilitar-se ao pagamento o CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de entrega.

IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 9ª. A despesa referente ao objeto do presente contrato correrá por conta da previsão orçamentária prevista para o ano de 2017, nas seguintes dotações:

159	23.01	2.065	3.3.90.00.00.00.00
-----	-------	-------	--------------------

X – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUTADO

Cláusula 10ª. O objeto deste contrato deverá ser executado no dia 19 de novembro de 2017, na dependência do Casarão Gallotti, na Rua Maria Gallotti, nº 173, Centro, na cidade de Tijucas/SC. Com vigência de 31.12.2017.

XI – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula 11ª. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Cláusula 12ª. Constituem obrigações do Contratante:

- efetuar o pagamento ao Contratado, de acordo com o estabelecido neste contrato;
- promover o acompanhamento e a fiscalização do serviço, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- comunicar prontamente ao Contratado, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;
- notificar previamente ao CONTRATADO, quando da aplicação de penalidades.

Cláusula 13ª. Constituem obrigações do CONTRATADO:

- Prestar o serviço na forma ajustada e de acordo com o pedido de dispensa do Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017;
- Responsabilizar-se pela prestação do serviço, objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante e a terceiros;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

XII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Cláusula 14ª. Não efetuando o pagamento dos serviços contratados até 30 (trinta) dias após a data do vencimento da parcela, ficará o CONTRATANTE em mora, independentemente de intimação, ensejando a cobrança de multa no valor de 2 % ao mês, além da atualização monetária proporcional ao tempo de atraso e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

Cláusula 15ª. Em caso de atraso injustificado no cumprimento da prestação do serviço, será aplicada ao CONTRATADO multa moratória de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) sobre o valor do contrato por dia que exceder ao prazo para a entrega do material.

Cláusula 16ª. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na seguinte forma:

- Advertência, verbal ou escrita, nas faltas leves que não acarretem prejuízos da monta à execução deste Contrato, e/ou quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato;

- b) Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do Contrato, quando o serviço não for prestado perfeitamente de acordo com as especificações estabelecidas no pedido de dispensa de Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017, quando os trabalhos de fiscalização forem dificultados e quando a administração ou fiscalização for erroneamente informada;
- c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;
- d) Suspensão por até 2 (dois) anos, de participação em licitações e contratar com a Administração Pública Municipal, no caso de inexecução parcial ou total deste instrumento;
- e) Declaração de inidoneidade para participar de licitações e contratar com a Administração Pública, quando inexecução decorrer de violação dolosa da contratada.

Cláusula 17ª. Da aplicação da multa será o CONTRATADO notificado pelo CONTRATANTE, tendo o prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da notificação, para recolher a multa no Departamento Financeiro (Tesouraria) do CONTRATANTE.

Cláusula 18ª. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

XIII – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19ª. O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2017, iniciado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior.

XIV – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20ª. O contrato poderá ser alterado nas mesmas condições contratuais, se houver acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para prestação do serviço, neste caso o acréscimo está limitado até o valor máximo de dispensa de licitação, conforme estabelece o art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante justificativa apresentada pelo CONTRATANTE, e confecção de termo aditivo.

XV – DA RESCISÃO

Cláusula 21ª. Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, atendida a conveniência administrativa, recebendo o CONTRATADO o valor dos serviços até então prestados.

Cláusula 22ª. Cabe rescisão deste Contrato, por iniciativa do CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, ou extrajudicial, quando:

- O CONTRATADO não cumprir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
- Transferir a terceiros, no todo ou em parte, os compromissos assumidos no presente contrato;
- Demais hipóteses previstas no artigo 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 23ª. O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

XVI – DOS RECURSOS

Cláusula 24ª. Da aplicação das penas pecuniárias previstas nas cláusulas anteriores, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis de intimação do ato, à autoridade competente, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para apreciação e decisão, dentro do mesmo prazo.

XVII – DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Cláusula 25ª. No caso de declaração de inidoneidade, prevista neste contrato, caberá pedido de reconsideração a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

XVIII – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E OS CASOS OMISSOS

Cláusula 26ª. O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula 27ª. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

XIX – DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 28ª. A prestação do serviço, objeto deste Contrato, sem prejuízo da única e exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, deverão ser acompanhados e fiscalizados por servidor a ser designado através de portaria, indicado na forma do art. 67 da Lei 8.666/93.

Cláusula 29ª. Caberá ao responsável pela fiscalização do contrato:

- Solicitar ao contratado e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da prestação do serviço;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pelo contratado, no que se refere à execução do contrato;
- Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do contrato;
- Promover reunião com o contratado, para evitar possíveis falta ou atraso na prestação do serviço, de forma a minimizar os transtornos durante a sua execução;
- conferir na prestação do serviço, a qualidade e as especificações, e ainda se os valores conferem com o que foi contratado, explicitados no Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017 e seus anexos e na ata de anotação da referida dispensa, que fica fazendo parte deste contrato.

Cláusula 30ª. A fiscalização se reserva o direito de:

- Recusar o serviço se estiver em desacordo com as especificações do Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017;
- Exigir a imediata substituição do serviço que não atender o descrito neste contrato e no Processo de Licitação nº. 144/PMT/2017 - Dispensa de Licitação nº 031/PMT/2017;

c) Durante a execução do contrato, emitir relatórios de avaliação e desempenho do Contratado.

Cláusula 31ª. O fornecimento do material e sua respectiva instalação devem atender às seguintes normas e práticas complementares:

a) Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com os produtos;

b) As normas técnicas do Conselho Federal de Engenharia e outros órgãos correlatos;

c) Normas Técnicas da ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

XX – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Cláusula 32ª. O recebimento dos serviços se darão definitivamente, nos termos do art. 73, Inciso I, alínea (b), após o recebimento pelo servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo de conferência explicitado no próprio verso do documento fiscal (nota fiscal) do equipamento, assinado pelo recebedor e pelo secretário da pasta, após a respectiva conferência nos termos dos itens de fiscalização anteriormente citados, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando o contratado obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

Cláusula 33ª. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte se o serviço estiver em desacordo com o contrato e com a legislação pertinente.

Cláusula 34ª. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do equipamento e do serviço prestado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelas avenças.

XXI – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

Cláusula 35ª. O CONTRATADO compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação e de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

XXII – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS E COMUNICAÇÕES

Cláusula 36ª. A troca eventual de documentos e comunicações entre as partes contratantes serão feitas por escrito e mediante protocolo, podendo ser por meio eletrônico.

XXIII – DA ANÁLISE

Cláusula 37ª. A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pelo Representante Legal do CONTRATANTE e do CONTRATADO, conforme determina a legislação em vigor.

XXIV – DA PUBLICAÇÃO

Cláusula 38ª. A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

XXV – DO FORO E DOS PROCEDIMENTOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Cláusula 39ª. As Partes empreenderão seus melhores esforços no sentido de dirimir quaisquer conflitos de interesses que possam surgir em decorrência da execução deste Contrato, sem prejuízo de serem tomadas a qualquer tempo as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Cláusula 40ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Tijucas (SC), 23 de outubro de 2017.

ELÓI MARIANO ROCHA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS
CONTRATANTE

PAULA REGINA DA SILVA ROSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS
CONTRATANTE

ED PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

1) _____
Nome: Jéssica de Souza e Silva
CPF/MF nº 095.349.129-30

2) _____
Nome: Claudete Saramento
CPF/MF nº 018.925.889-69

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 109/PMT/2017

Publicação Nº 1411959

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 109/PMT/2017

Objeto: Aquisição de materiais para serviço de drenagem pluvial na Rua Rudi Bayer (trecho Adhemar Carvalho até Hotel Cansian), da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 10 de novembro de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 63 2017 - PMT

Publicação Nº 1412069

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 63/2017 - PMT

Às oito horas, do vigésimo sexto dia, do mês de outubro de dois mil e dezessete (26/10/2017), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 63/2017 – PMT/OBRAS.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa TERRABASE TER-
RAPLANAGEM LTDA. - EPP - CNPJ nº. 12.535.370/0001-02:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Termo de Acordo para a pavimentação da Rua Exp. Pedro João Silva	
Projeto de Pavimentação	
ART da Obra/Serviço	
Orçamento detalhado	Lei 8.666/93 Art. 38, IV
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo – Contrato Social – 7ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos, observa-se que a documentação encontra-se regular.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 64 2017 - PMT

Publicação Nº 1412070

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2017 - PMT

Às nove horas, do vigésimo sexto dia, do mês de outubro de dois mil e dezessete (26/10/2017), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 64/2017 – PMT/OBRAS.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa PAVIPLAN PAVI-
MENTAÇÃO LTDA - CNPJ nº. 03.620.927/0001-12:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Termo de Acordo para a pavimentação da Rua Saudades	
Projeto de Pavimentação	
ART da Obra/Serviço	

Orçamento detalhado	Lei 8.666/93 Art. 38, IV
Cadastro de Contribuinte do ICMS	
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo – Contrato Social – 12ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó e do Município Sede - Guaramirim	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos, observa-se que a documentação encontra-se regular.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 65 2017 - PMT

Publicação Nº 1412071

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2017 - PMT

Às dez horas, do vigésimo sexto dia, do mês de outubro de dois mil e dezessete (26/10/2017), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 65/2017 – PMT/OBRAS.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP - CNPJ nº. 02.267.742/0001-03:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Termo de Acordo para a pavimentação da Rua Piratininga	
Projeto de Pavimentação	
ART da Obra/Serviço	
Orçamento detalhado	Lei 8.666/93 Art. 38, IV
Cadastro de Contribuinte do ICMS	
Ato Constitutivo – Contrato Social – 13ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó e do Município Sede – Blumenau (SC)	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos, observa-se que a documentação encontra-se regular.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO 01 2017 FIA - FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E OU PROJETOS NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Publicação Nº 1412072

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO CHAMADO PÚBLICO Nº 01/2017 - FIA

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e Adolescente torna público que se encontra aberto o CHAMAMENTO PÚBLICO para execução de projeto voltado à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, através do Fundo da Infância e Adolescência de Timbó/SC, para firmar parceria por meio de termo de fomento nas condições estabelecidas neste edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos até as 08h00min do dia 01 de dezembro de 2017. ABERTURA: dia 01 de dezembro de 2017 as 08h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 26 de outubro de 2017
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária de Saúde e Assistência Social
ELOISE BETANIN
Presidente do CMDCA

AVISO LEILÃO Nº 66 2017 PMT - ALIENAÇÃO BENS INSERVÍVEIS

Publicação Nº 1412073

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE LEILÃO Nº 66/2017 - PMT

OBJETO: Leilão para alienação de 23 (vinte e três) veículos, 03 (três) motos, 01 (uma) máquina agrícola, 01 (uma) patrula, 01 (um) lote de sucatas de iluminação (reatores e luminárias), 01 (um) lote sucata ferroza, 01 (um) lote pneus diversos, 01 (um) lote óleo queimado, 02 (duas) escavadeiras, 01 (um) caminhão basculante, 01 (um) lote sucata diversas (contendo informática, móveis, eletrodomésticos, carteiras, ar condicionado, fogão, compressores, eletrônicos e outros), no estado em que se encontram, classificadas como inservíveis e/ou aptos para alienação, conforme Decretos n.º 3981/2016, 4123 a 4144/2016, 4145 a 4153/2016, 4155 a 4176/2016, 4191/2016, 4206/2016, 4218/2016, 4231/2016, 4258/2016, 4277/2016, 4296/2016, 4308/2016, 4320/2016, 4335/2016, 4348/2016, 4374/2016, 4392/2016, 4416/2016, 4442/2017, 4452/2017, 4462/2017, 4467/2017, 4495/2017 e 4507/2017, de acordo com os anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos até às 10h00min do dia 17 de novembro de 2017. ABERTURA: dia 17 de novembro de 2017 às 10h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 26/10/2017
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 69 2017 PMT - TUBOS DE CONCRETO

Publicação Nº 1412074

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 69/2017 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de tubos de concreto, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 13 de novembro de 2017. ABERTURA: dia 13 de novembro de 2017 às 08h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 26/10/2017
DARCIZIO BONA
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO DE DISPENSA Nº 68 2017 PMT

Publicação Nº 1412075

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 68/2017
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Educação.
CONTRATADO: Alinor Krieser.

OBJETO: Aquisição de frutas e verduras (pepino japonês) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da Rede Municipal de Ensino do Município de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ 4.252,50 (quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: outubro a dezembro.

TIMBO (SC), 26/10/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18 2017 PMT

Publicação Nº 1401439

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento/recarga de gás liquefeito de petróleo (13kg - P13) e (45kg - P45) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Distribuidora de Gás Timbó Ltda Me e Ivete Dadam Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 91.498,20 (noventa e um mil e quatrocentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/04/2018

Timbó, 18/04/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria nº 35/2017

Publicação Nº 1412168

Portaria Nº 035/2017

Institui Comissão Especial de Licitações e designa seus membros.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 38, I, do Regimento Interno, com fundamento no artigo 10 da Lei 12.232/2010 c/c o artigo 6º, XVI, da Lei 8.666/93, Resolve:

Art. 1º Instituir Comissão Especial Licitações que será composta pelos seguintes membros: ANA PAULA MANFRINI, assessora jurídica, RUBEN PARNO, advogado e ERHARD GUMZ, assessor parlamentar, como seus integrantes, cabendo à primeira presidi-la.

§1º A Comissão terá por atribuições processar e julgar a habilitação preliminar; a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento; e as propostas apresentadas à licitação que a Câmara Municipal de Timbó realizará para a contratação de agência de publicidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 18 de outubro de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 9/2017 FMS

Publicação Nº 1412312

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017
MODALIDADE Pregão Presencial N 09/2017

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir aparelho para ultrassonografia. Acesso pública terá inicio às 09 horas, do dia 13 de novembro de 2017, no Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail; licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, horário entre as 14h00 e as 16h00h. Timbó Grande, 26 de outubro de 2017.

Prefeito Municipal
Ari José Galeski

Três Barras

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA Nº. 03/2017

Publicação Nº 1412529

CHAMAMENTO PUBLICO

EDITAL Nº. 03/2017.

MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

CHAMADA PÚBLICA DE AGRICULTORES E PRODUTORES RURAIS INTERESSADOS EM OFERECER GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONFORME LEI 11.947/2009.

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, inscrita no CNPJ sob no 83.102.400/0001-35, representado neste ato pelo Prefeito Luiz Divonsir Shimoguri, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto na Lei 11.947/2009 e na Resolução/FNDE/CD no 38/2009, torna publico aos interessados, que se encontra aberto Edital de Chamamento Publica nº. 003/2017 para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Os critérios de seleção ainda obedecerão ao disposto na RESOLUÇÃO / CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009, fundamentada nas disposições da Lei nº 11.947/2009, e subsidiariamente, na Lei 8.666 de 1993, no que couber.

Os recursos financeiros: provenientes de transferências do FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13 de novembro de 2017, até as 09 h e 00 min, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data e horário. Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Três Barras, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Três Barras – SC - telefone 47 3623-0121.

Três Barras – SC, 25 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2017.

Publicação Nº 1412519

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Procedimento Licitatório nº. 69/2017 - Edital Pregão nº. 60/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 09 de novembro de 2017, Propostas para "Contratação de Serviços de empresa especializada no atendimento a pessoas com necessidades especiais com atendimento integral, alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento fisioterápico, psicológico e nutricional ambulatorial e hospitalar, em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 09 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 25 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2017.

Publicação Nº 1412524

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 70/2017 - Edital Pregão nº. 61/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 09 de novembro de 2017, Propostas para "Registro de Preço de Material Gráfico (Impressos)", destinados a manutenção dos serviços administrativos do Fundo Municipal de Saúde.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 09 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 25 de outubro de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2017.

Publicação Nº 1412526

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 71/2017 - Edital Pregão nº. 62/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 10 de novembro de 2017, propostas para CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO PARA A CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DAS REMUNERAÇÕES E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA, conforme as condições e especificações contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 10 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 25 de outubro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

SAMASA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2017.

Publicação Nº 1411777

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – SAMASA.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 08/2017 - Edital nº. 08/2017.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA, por seu Diretor Executivo, nomeado pelo decreto nº 4650 de 02 de Janeiro/2017, pelo presente torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 07 de novembro de 2017, Propostas para “registro de preço para:(TUBO

MEDIDOR DE VAZAO ELETROMAGNETICO,

CONEXAO DN 200 MM,

DIN 2501, PN10,

MONTAGEM 0D/0D,

GRAU DE PROTECAO IP 68,

FAIXA DE VELOCIDADE 0,03 A 8,0 m/s

CABO COM NO MINIMO 45 METROS. CONVERSOR ELETRONICO MICROPROCESSADO,

ALIMENTACAO 85 A 264 VAC,

CONSUMO 15 VA,

SINAL DE SAIDA 4-20 mACC + HART + PULSO + STATUS + RS 485,

CLASSE DE PROTECAO IP67,

CONEXAO ELETRICA 4 X 1/2” NPT.) destinados a manutenção dos serviços operacionais do SAMASA.

Entrega dos envelopes: A entrega deverá ser realizada até as 14:00 horas do dia 07 de novembro de 2017, diretamente na sede do SAMASA Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental.

Abertura / Sessão de Disputa: em reunião pública, no SAMASA-Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental, as 14:30 horas do dia 07 de novembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas junto a SAMASA, localizada na Avenida Rigesa, 1634 – Bairro Km 02 – Fone / Fax: 47 3623-1473 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 24 de outubro de 2017.

ERNANI WOGGINAKI– DIRETOR EXECUTIVO

WILLIAN HAMILTON MACHADO DE LIMA - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2324

Publicação Nº 1412339

DECRETO Nº 2.324/2017 de 26/10/2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 170.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei ,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), a fim de reforçar as dotações orçamentárias abaixo:

05- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS**01- SERVIÇOS DE TRANSPORTES**

2005 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 80.000,00

02 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

2.214 – Revitalização de Ruas, Avenidas, Parques e Calçadas

(31) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 40.000,00

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**01- EXTENSÃO RURAL**

2017 – Agricultura e Promoção Rural

(134) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 R\$ 35.000,00

08- SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**01- SERVIÇOS DE TURISMO**

2016- Despesas com Programa de Turismo

(91) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão anulados os recursos do Excesso de arrecadação verificado no período no valor de R\$ 135.000,00 e Superávit do exercício anterior no valor de R\$ 35.000,00.

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 26 dias do mês de outubro de 2017.MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

ATA DE RP 03/2017 FMS

Publicação Nº 1411763

Página: 1/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abatador de língua de madeira - Pacote c/ 100 unidades (268)	PCT	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	TALGE	0	2,500	1
2	Ácido acético 2% - Frasco 100ml (269)	FR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Gentalla	0	13,7460	1
3	Ácidos graxos essenciais - solução para pele, composta com ácido caprílico, ácido capríico, ácido linoléico, lecitina de soja, vitamina A e vitamina E, ácidos graxos essenciais - Frasco c/ 150ml (270)	FR	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	NUTRIEX	0	3,7400	1
4	Ácool 70 % com 50 ml (3036)	UN	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CICLOFARMA	0	1,0800	1
5	Água Bt-destillada 10 ml. Solução injetável. Caixa com 200 unidades (3873)	CX	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	EQUIPLEX	0	23,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/54

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Água Bi-destilada 5ml. Solução injetável. Caixa com 200 unidades (3872)	CX	METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	30,6200	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EQUIPLEX	0	24,0000	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	EQUIPLEX	0	26,4000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SAMTEC	0	41,5800	3
8	Água destilada - Galão 5 litros (271)	GL	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	2I	0	5,1000	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	ASFER	0	7,7500	2
			METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CATHEC	0	7,9800	3
9	Água destilada (água para injeção) sistema fechado estéril 250 ml. Caixa com 48 unidades (3875)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	110,0000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Segmenta-Eun	0	110,5000	2
			METROMED COM/DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	HALEX ISTAR	0	111,8800	3
10	Água oxigenada 10 volumes. Almotolia de 100 ml. (1974)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Famax-Amara	0	0,9830	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	1,5100	2

Página: 3/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	RIO QUIMICA	0	1,7500	3
11	Aguilha descartável 13x4,5mm parede fina bisel trifacetado - Caixa com 100 unidades. (3876)	CX	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	6,1600	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	7,0300	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Descarpack	0	7,4230	3
12	Aguilha descartável 20x5,5mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (275)	CX	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	6,1600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Laborimport	0	6,8180	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	7,0300	3
13	Aguilha descartável 25x6mm parede fina bisel trifacetado - Caixa com 100 unidades. (3877)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Laborimport	0	6,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	6,6000	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	7,0700	3
14	Aguilha descartável 25x7mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (272)	CX	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	5,8600	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	LABOR IMPOF	0	6,2900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/54

Número do Registro de Preços: 3/2017			Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Agulha descartável 40x12mm parede fina, biseal trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (276)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Laborimport	0	6,8180	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	6,1600	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	LABOR IMPOF	0	6,9000	2
16	Álcool gel - refil para dispenser 800g. (3134)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Descarpack	0	7,8200	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CINORD	0	10,3000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	CICLO FARMA	0	6,7200	1
17	Álcool gel - 1 litros (3035)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CINORD	0	9,4200	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cinord Sudest	0	9,8120	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MELHOR MEC	0	8,2200	1
18	Algodão Hidrófilo 500g (rolos de manta uniformemente enrolados sobre si, fibras de 100% algodão, branqueadas, sem amido seguindo normas na nbr 13300. Envolvidos em papel especial e embalado individualmente em sacos plásticos, o produto está disponível na forma não estéril. (12)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	NATHALYA	0	8,2300	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MELHORMED	0	9,1100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	JPROLAB	0	2,1200	1

Página: 5/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
20	Almofolia escura 250ml.Bico reto (3879)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	J. PROLAB	0	2,2800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	J. Prolab	0	2,4140
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	J. PROLAB	0	2,0900
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	TAYLOR	0	2,1000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	J. PROLAB	0	2,2800
21	Aparelho de barbear descartável com lâminas duplas de aço inoxidável especial de corte fácil com cabo anti-derrapante e capa protetora (não importado) apresentar amostra no ato da licitação para comprovação. (3038)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MAXICOR	0	0,6100
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	BOB SHAVE	0	0,6200
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxicor	0	0,6290
22	Atadura de crepom, não estéril, 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, 06 cm x 1,80 mt no mínimo de comprimento, embalado individualmente 13 fcs. Bordas bem acabadas sem desfilamentos, o produto deve seguir as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme Portaria 106/2003 do INMETRO cujo peso tem que vir impresso na embalagem (3039)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	NEVE	0	0,3900
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Melhorned-Mir	0	0,4210
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOTEXTIL	0	0,4600

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE ILÍAS**

Página: 6/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

23	Atadura de crepom, não estéril, 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, 08 cm x 1,80 mt no mínimo de comprimento, embalado individualmente 13 fcs. Bordas bem acabadas sem desfilamentos, o produto deve seguir as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme Portaria 106/2003 do INMETRO cujo peso tem que vir impresso na embalagem (3040)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	NEVE	0	0,4700	1
24	Atadura de crepom, não estéril, 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, 10 cm x 1,80 mt no mínimo de comprimento, embalado individualmente 13 fcs. Bordas bem acabadas sem desfilamentos, o produto deve seguir as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme Portaria 106/2003 do INMETRO cujo peso tem que vir impresso na embalagem. (3041)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Malhomed-Mir	0	0,5240	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOTEXTIL	0	0,5700	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Malhomed-Mir	0	0,6100	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NEVE	0	0,7260	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOTEXTIL	0	0,7700	3
25	Atadura de crepom, não estéril, 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, 15 cm x 1,80 mt no mínimo de comprimento, embalado individualmente 13 fcs. Bordas bem acabadas sem desfilamentos, o produto deve seguir as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme Portaria 106/2003 do INMETRO cujo peso tem que vir impresso na embalagem. (3043)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Malhomed-Mir	0	0,9530	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NEVE	0	1,0200	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOTEXTIL	0	1,1600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 7/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
28	Atadura de crepom, não estéril, 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, 20 cm x 1,80 mt no mínimo de comprimento, embalado individualmente 13 fús. Bordas bem acabadas sem desfiamentos, o produto deve seguir as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 13,3 gramas conforme Portaria 106/2003 do INMETRO cujo peso tem que vir impresso na embalagem. (3044)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Meihorned-Mir	0	1,2010
28	Avental descartável, sem manga, com anarinho na cintura e no pescoço, medindo 1,40 cm de comprimento, confeccionado em falso tecido, na cor branca, 50 gramas. Pacote com 10 unidades. (1976)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Sky	0	13,0600
29	Bacia em aço inox. Tamanho 32cm de diâmetro (821)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PLAZA	0	31,5400
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Fortinox	0	50,8590
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ART INOX	0	70,0600
30	Bacia retiforme Inox 26 x 12cm (Cuba rim) (3046)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FORTINOX	0	28,6800
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	FAMITA	0	29,4000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	FamiLuminox	0	29,8340
31	Bandeja retangular inox 30 x 20 x 4 sem tampa. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE (824)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ART INOX	0	39,5600

Página: 8/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	FamLuminox	0	42,0470	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FORTINOX	0	43,5400	3
32	Bobina de papel para eletrocardiograma tamanho 216 mm x 30 m. (1977)	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	TECNOPRINT	0	19,5000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Tecnoprint	0	20,1350	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DARU	0	23,1500	3
33	Cabo Bisturi nº4 - Para lâminas 18 a 36. Produto confeccionado em aço inoxidável. Tamanho: 13,5 cm (3881)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	7,5200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	8,3580	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ABC	0	8,5500	3
34	Cabo de Bisturi nº3 - Para lâminas 10 a 17. Produto confeccionado em aço inoxidável. Tamanho: 13 cm (3880)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	7,5200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	8,3810	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ABC	0	8,5500	3
35	Caixa coletora para lixo contaminado 13,0 litros de material perfuro-cortante com capacidade para 10 litros útil, confeccionado em papelão ondulado resistente a perfuração, com saco plástico e revestimento interno para descarte de objetos, manuseio, com instruções de uso e montagem impressas externamente. Fabricado de acordo com normas IPT NEA 55 e as normas ABNT NBR 7500. Embalagem em caixa de papelão com 10 unidades. (950)	CX	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	DESCARBOX	0	31,7900	1

Página: 9/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017			Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARBOX	0	31,8000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Descarbox	0	34,3600	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	ASTROBOX	0	34,5200	4
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARBOX	0	35,1900	5
37	Cânula Traqueostomia nº 8, em material PVC, com Balão. Termossensível, siliconada, com 2 cânulas internas sendo uma delas de reserva (sobressalente); tampa de proteção anti-fosse; válvula de fixação; conector para oxigênio; placa (asa) de fixação flexível e fita de fixação ajustável com velcro nas extremidades. Produto estéril. (2084)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	CPL	0	24,2500	1
38	Cânula Traqueostomia nº 8,5, em material PVC, com Balão. Termossensível, siliconada, com 2 cânulas internas sendo uma delas de reserva (sobressalente); tampa de proteção anti-fosse; válvula de fixação; conector para oxigênio; placa (asa) de fixação flexível e fita de fixação ajustável com velcro nas extremidades. Produto estéril. (3052)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	CPL	0	24,2500	1
39	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 22 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-adorável; agulha siliconada com bisele bi-angulado e trifacetado; protetor do conjunto agulha/cateter; conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1969)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	POLYMED	0	174,3000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	POLYMED	0	188,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Labortimport	0	188,2000	3

Página: 10/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017			Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 24 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-ocultável, agulha siliconizada com bisele bi-angulada e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1990)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - (51)	POLYMED	0	180,6000	1
41	Cateter tipo óculos para oxigênio, descartável, esterilizado por de etileno apirrogênico. Produto de uso único. Adulto (293)	UN	DAMED DÁMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	BIOBASE	0	0,6600	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,8100	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,8900	3
42	Clipe Umbilical estéril (3883)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cir.Fernandes	0	0,3120	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	WELL CLAMP	0	0,3200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	WELLCLAMP	0	0,3700	3
43	Clorexidina 1% Solução Aquosa Tópica, composta por Digluconato de Clorexidina 1%. Indicada como antisséptico tópico. Almotolia de 100 ml. (2060)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	1,7600	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	RIOQUIMICA	0	1,9600	2
			DAMED DÁMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	RIO QUIMICA	0	1,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 11/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Coletor de urina, sistema fechado, esterilizado a óxido de etileno, descartável, capacidade 2000ml, confeccionado em material apropriado, com escala para medir o fluxo urinário, pinça corta fluxo, túbulo adaptado para completo esvaziamento do coletor, embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando externamente os dados de identificação (833)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,2500	1
45	Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91m, com 13 fios por 2cm, não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade "peso" 1,450 Kg com variação de 5% isento de embalagem, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofiliada, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante optico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofilidade menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, - apresentar registro no Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação. Apresentar amostra no ato da licitação. (3106)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	2,2700	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	PHARMATEX	0	2,6000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Melhorned-Mir	0	89,5810	1
46	Compressa de gaze com 4 dobras, 8 camadas, 13 fios, 7,5 x 7,5 cm aberta 15x30, cor branca, peso mínimo 480 gramas, bordas devidamente voltadas para dentro que evitam soltura de fios, isenta de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização. O produto deve seguir as normas da ABNT NBR14056 embalada individualmente em pacote plástico com 500 unidades (3273)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	AMERICA CAT	0	20,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	AMERICA CAT	0	20,6000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	TEXCARE	0	21,1400	3
47	Compressa de gaze confeccionada em rayon, não estéril, embalada com aproximadamente 3m de óleo, composto de ácidos, graxos de cadeia média, óleo de metalúcia e copal e lecitina de soja medindo 7,5 x 7,5cm, embaladas individualmente em material que garanta a integridade do produto. Caixa com 24 unidades (1022)	CX	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Pielisana Sadra	0	82,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 12/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Conjunto Micronebulizador Adulto - O Kit Micronebulizador é utilizado para tratamentos de inalação, e deve ser utilizado juntamente com fontes de pressurização (inaladores, micro compressores) Este produto é de uso individual, atóxico, desmontável, de fácil desinfecção de pode ser usado várias vezes. Foi fabricado com proteção bacteriana para iniciar continuamente o crescimento de bactérias na máscara e na unidade nebulizadora. Contém: 1 Máscara Plástica, 1 Micronebulizador, 1 Extensão e 1 Elástico. (3057)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DARU	0	4,6900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	DARU	0	4,9100	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	DARU	0	5,2000	3
50	Conjunto Micronebulizador Infantil - O Kit Micronebulizador é utilizado para tratamentos de inalação, e deve ser utilizado juntamente com fontes de pressurização (inaladores, micro compressores) Este produto é de uso individual, atóxico, desmontável, de fácil desinfecção de pode ser usado várias vezes. Foi fabricado com proteção bacteriana para iniciar continuamente o crescimento de bactérias na máscara e na unidade nebulizadora. Contém: 1 Máscara Plástica, 1 Micronebulizador, 1 Extensão e 1 Elástico. (3058)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DARU	0	4,6900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	DARU	0	4,9100	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	DARU	0	5,2000	3
52	Cotonete Haste Flexível com pontas de algodão higiénico anti-germes cx α 75 unidades. (3059)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	HIGIE TOPP	0	0,9300	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Higie Topp	0	0,9620	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	THEOTO	0	1,0700	3
53	Cube redonda inox 09cm 250ml. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade. Normas da ABNT, CE (836)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FORTINOX	0	10,2000	1

Página: 13/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Fami/Luminox	0	10,3110	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	FAMITA	0	10,3300	3
54	Curativo adesivo hipodérmico, uso pós punção venosa ou injeção. Fita adesiva microporosa e não tecido absorvente. Caixa com 500 unidades. (1995)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CIEX	0	9,8300	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CIEX	0	11,0800	2
			DAMED DÁMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CIEX	0	11,1500	3
55	Curativo de Hidrocolóide e alginato de cálcio e sódio, constituído de água purificada. Tubo com 85gr. (Safir Gel) (3885)	UN	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Saf-Gel	0	48,7500	1
			DAMED DÁMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CONVATEC	0	48,8000	2
56	Detergente enzimático para lavagem de material cirúrgico, suturas, pinças. Composição química: 5 enzimas (lipase, protease, amilase, carboxitrato, álcool laurílico, nonilfenoloxilado, álcool isopropílico, propilenoglicol, glicerina, cloreto de cálcio, formiato de sódio, aminomethylpropanol, conservantes, corantes e água). Diluição 2 mililitro. Caixa 05 litros (839)	GL	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	KELLDRIN	0	77,0900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	KELLDRIN	0	77,1000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Kelbriin	0	85,2230	3
57	Dispenser de Parede. Líquido: Alcool Gel. Cor Branca (2738)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Premisse	0	13,7460	1

Página: 14/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Dispositivo para irrigação para uso em frascos de solução em sistema fechado. Ponta perfurante padrão ISO com protetor. Cone luer protetor que garante a vedação do sistema após o uso. Embalagem individual, produto de uso único. Registro ANVISA (1026)		METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	NOBRE	0	18,8400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	BIOVIS	0	21,2200	3
		UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,8050	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	TKL	0	0,8100	2
59	Dreno de Tórax. Tamanho: 30 FR com Filamento Radiopaco. Em PVC, cristal atóxico. Embalado em papel grau cirurgico. Esterilizado a gás oxido de etileno. (3062)		ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	1,0310	3
		UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cirurgica Brasi	0	7,0450	1
60	Dreno de Tórax. Tamanho: 32 FR com Filamento Radiopaco. Em PVC, cristal atóxico. Embalado em papel grau cirurgico. Esterilizado a gás oxido de etileno. (2072)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cirurgica Brasi	0	7,2200	1
61	Dreno de Tórax. Tamanho: 34 FR com Filamento Radiopaco. Em PVC, cristal atóxico. Embalado em papel grau cirurgico. Esterilizado a gás oxido de etileno. (2070)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cirurgica Brasi	0	7,2200	1
62	Eletrodo Adesivo Descartável para Desfibrilador DEA compatível com aparelho da marca CMOS DRAKE Adulto. (2074)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Omos Drake	0	454,2540	1
63	Eletrodo Adesivo Descartável para Desfibrilador DEA compatível com aparelho da marca CMOS DRAKE pediátrico (3929)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Omos Drake	0	362,9990	1
64	Eletrodo descartável para eletrocardiograma composto de dorso de espuma com adesivo hipoalergico para aplicações de curta duração, gel solido de cloreto de potássio, capa plástica para manter a umidade do gel, pino de encaixe em aço inox. Pacote com 50 unidades. Dimensões do eletrodo 42 x 37 x 2mm adulto. (639)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITALCOR	0	11,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 15/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	SOLIDOR	0	11,1900
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXICOR	0	13,9200
65	Equipo de alimentação enteral pronto uso, estéril e descartável. Em tubo de PVC flexível. Em uma extremidade apresenta a câmara de gotejamento com a ponta perfurante que se adapta tanto a bolsa quanto ao frasco, no meio do tubo localiza-se o regulador de fluxo, o qual controla o gotejamento e o fluxo sa solução (1997)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPAC†	0	0,8000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	DESCARPAC†	0	0,8200
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC†	0	0,9300
66	Equipo macrogotas, estéril, com câmara gotejadora, tubo em PVC, atóxica, adaptador par agulha ou cateter, tampa e pinça rolete, respiro de ar, embalado individualmente em papel grau cirúrgico, obedecendo as normas e Portaria do Ministério da Saúde. Pacote c/ 40 unidades. (843)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	30,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	LABOR IMPOF	0	30,2400
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Labortimport	0	30,9500
67	Equipo polifix 02 vias com clamp. Caixa com 50 unidades (847)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	27,0000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	VITAL GOLD	0	27,1000
			DAMED DIAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (841)	VITAL GOLD	0	29,8000

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 16/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Escova dupla face para anti-sepsia das mãos e ante-braços, uso único, composta por corpo plástico flexível dotado de cerdas macias capaz de favorecer a limpeza da pele sem causar abrasão, e de esponja de poliuretano uniformemente impregnada com solução de degreante de P.V.P.I. (polivinilpirrolidona 10% - todo 1%). Embaladas individualmente em Polipropileno com características de impermeabilidade a líquidos. As mesmas são acondicionadas em caixas tipo dispenser box com 48 unidades. (1031)	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	RIO QUIMICA	0	1,8500	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	2,4500	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Rioquímica	0	2,4880	3
69	Escova ginecológica descartável - Pacote com 100 unidades, não esteril, cabo cilíndrico medindo 18cm de comprimento facetado, medida da escova 2cm de comprimento, com cerdas em formato levemente côncavo, com a base mais larga que o ápice, dispostas em 15 níveis paralelos da base ao ápice. (309)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	CRAL	0	11,6600	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CRAL	0	13,3000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CRAL	0	14,4200	3
70	Estimonomômetro analógico, adulto, aprovado pelo Inmetro, manômetro de alta precisão, manqueto e péra de látex, braceleta em nylon e com grampos para fechamento; acompanhado de estetoscópio (311)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	70,2700	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	P.A.MED	0	73,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ACCUMED	0	75,8000	3

Página: 17/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

71 Esparradrapo impermeável 10cm x 4,5mm, recebe um tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento, resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resinas, de alta adesividade. Apresentar bordas senilhadas que favorecem o corte orientado em ambos os sentidos, sem a necessidade de instrumentos de corte, tornando o produto mais econômico. Feito a partir de tecido 100% algodão. Envolvido em camadas plásticas, com abas, protegidos também por capas que mantêm a integridade do produto. Na cor branca. Produto não estéril (314)

71		UN	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	ADPELE	0	5,1800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MISSNER	0	5,1900	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MISSNER	0	5,4400	3
72	Espátula de Ayre, de madeira - Pacote c/ 100 unidades (315)	PCT	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	THEOTO	0	4,4500	1
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	THEOTO	0	4,9300	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Thecto	0	4,9480	3
73	Espectulo G estéril não lubrificado: embalado em envelope de polietileno; característica: comprimento total do cabo a valva: 155 mm; eixo longitudinal da valva: 95mm; largura proximal da valva: 25mm; largura distal da valva: 28mm. (3887)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ADLIN	0	0,9400	1
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	CRAL	0	0,9600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	1,0080	3
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CRAL	0	1,0100	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 18/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Espéculo M estéril não lubrificado: embalado em envelope de polietileno; característica: comprimento total do cabo a valva: 155 mm; eixo longitudinal de valva: 95mm; largura proximal de valva: 25mm; largura distal da valva: 28mm. (3888)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	KOLPLAST	0	0,7700	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CRAL	0	0,8900	2
			DAMED DMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CRAL	0	0,9200	3
75	Espéculo P estéril não lubrificado: embalado em envelope de polietileno; característica: comprimento total do cabo a valva: 155 mm; eixo longitudinal de valva: 95mm; largura proximal de valva: 25mm; largura distal da valva: 28mm. (3889)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	KOLPLAST	0	0,7300	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CRAL	0	0,8600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	0,8760	3
76	Espéculo para otoscópio 2,5mm -Cx c/250 (3890)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	50,8050	1
77	Espéculo para otoscópio 4mm -Cx c/250 (3891)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	47,2980	1
79	Fio de sutura Catgut cromado com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 agulhado. (850)	CX	DAMED DMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	TECHNOFO	0	76,6000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	TECHNOFO	0	88,4500	2
80	Fio de sutura Catgut simples com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 3-0 agulhado (1048)	CX	DAMED DMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	TECHNOFO	0	76,6000	1

Página: 19/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017			Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 1,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 3-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (852)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	29,6100	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	PROCARE	0	30,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Techniofo	0	31,3440	3
82	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 1,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (853)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	29,6100	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	PROCARE	0	30,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Techniofo	0	32,3040	3
83	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 3,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (856)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	SHALON	0	69,9000	1
84	Fio de sutura sintético Mononylon 5-0, Agulha 1,7 cm, de nylon monofilamentar, estéril, não absorvível, de encapsulamento gradual por tecido conectivo fibroso. (1998)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidt	0	26,0160	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	TECHNOFIO	0	32,9000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	SHALON	0	47,5000	3

Página: 20/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
85	Fita adesiva, em papel crepado, para autolave, medindo 19mm de largura x 50 metros de comprimento, devendo a superfície ser impregnada de substância adesiva uniformemente enrolada em dorso de papelão, apropriada para uso hospitalar, indicada para o fechamento de pacotes, vedação de portas, janelas e frascos, além de aplicações em geral em superfícies lisas de papel, borracha, vidro, metal, tecidos, paredes, etc, aceita escrita a tinta ou a lápis, de fácil remoção, embaladas individualmente em saco plástico contendo os dados de identificação (321)	RL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Polar Fix	0	2,4700
86	Fita cirúrgica microporosa 2,5 cm x 10 m, possui substrato feito de não tecido a base de rayon com microporos, coberto por adesivo acrílico hipoclorético. A alta tecnologia do não tecido aliado ao adesivo acrílico permite uma excelente fixação, flexibilidade, uma respiração normal da pele o que ajuda a manter a sua integridade, proporcionando conforto, uma perfeita conformidade com a pele mesmo em partes mais sensíveis e delicadas como ao redor de feridas, regiões da face. Enrolado em carretéis plásticos com abas, protegidos também por capas transparentes que mantêm a integridade do produto (2001)	RL	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CIEX	0	2,4800
87	Fita cirúrgica microporosa 5,0 cm x 10 m, possui substrato feito de não tecido a base de rayon com microporos, coberto por adesivo acrílico hipoclorético. A alta tecnologia do não tecido aliado ao adesivo acrílico permite uma excelente fixação, flexibilidade, uma respiração normal da pele o que ajuda a manter a sua integridade, proporcionando conforto, uma perfeita conformidade com a pele mesmo em partes mais sensíveis e delicadas como ao redor de feridas, regiões da face. Enrolado em carretéis plásticos com abas, protegidos também por capas transparentes que mantêm a integridade do produto (2002)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDFIX / CIE	0	1,7000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Missner	0	1,7500
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MISSNER	0	1,9200
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MISSNER	0	1,9400
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDFIX / CIE	0	3,0200
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Missner	0	3,0400

Página: 21/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017			Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MISSNER	0	3,2800	3
88	Fixador citológico - Frasco com 100 ml, solução de propilenoglicol e álcool absoluto que possui propriedades de fixação (2003)	FR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	CRAL	0	4,7100	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VAGSPEC	0	5,8600	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ADLIN	0	5,8800	3
89	Fleet Enema. Composição cada 100ml da solução (volume aplicado) contém: fosfato de sódio monobásico H2O 16g, fosfato de sódio dibásico H2O 6g. Apresentação em frasco plástico descartável com 130 ml, com cânula retal previamente lubrificada, (859)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Natulab	0	5,4980	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NATULAB	0	6,0400	2
90	Fralda Geriátrica - Tamanho GG- Fralda descartável para adulto (para uso geriátrico, pós parto e incontinência urinária) - Cintura até 160cm, peso acima de 80 kg, prática, anatômica e confortável. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote c/ 07. (3896)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC	0	6,4500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPAC	0	6,4900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	6,5100	3
91	Fralda Geriátrica - Tamanho M- Fralda descartável para adulto (para uso geriátrico, pós parto e incontinência urinária) - Cintura até 140cm, peso de 40 a 70 kg, prática, anatômica e confortável. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote c/ 08. (3894)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC	0	6,5500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	7,6800	2

Página: 22/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

92	Fralda Geriátrica - Tamanho P - Fralda descartável para adulto (para uso geriátrico, pós parto e incontinência urinária) - Cintura até 130cm, peso de 30 a 70 kg, prática, anatômica e confortável. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote c/ 10, (3893)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC+	0	6,5500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPAC+	0	8,9800	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC+	0	7,6800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPAC+	0	8,9800	3
93	Fralda Geriátrica- Tamanho G- Fralda descartável para adulto (para uso geriátrico, pós parto e incontinência urinária) - Cintura até 150cm, peso acima de 70 kg, prática, anatômica e confortável. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade. Pacote c/ 08, (3895)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC+	0	6,5500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC+	0	7,6800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPAC+	0	8,9800	3
94	Frasco coletor de urina transparente, descartável, estéril 80 ml (3897)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	0,3440	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CRAL	0	0,3570	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	J.PROLAB	0	0,4000	3
95	Frasco de alimentação enteral 300 ml, permite tratamento térmico (aquecimento, resfriamento) de soluções, graduado com escala de 50 ml, com dispositivo para fixação em suporte. Tampa rosqueável com tampa e adaptador de equipo em hifen (2004)	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	BIORASE	0	0,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 23/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

96	Frascos para drenagem de tórax em PVC rígido, cristal, atóxico, com tampa de rosca polipropileno (PP) contendo até 3 vias. Extensão em PVC flexível com 1,2 m. Anel de vedação da tampa, mola plástica, selo d' água, d'amp com fluxo, alça, base de sustentação, conector flexível escalonado, adaptável a qualquer diâmetro. Permite uma drenagem segura em selo d' água. Visualização total das drenagens através do sistema Abxoxo. Descartável. Esterilizado em ETO. Frasco com 1000ml. (3698)	UN	ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Bional	0	21,0820	1
97	Carroto com regulagem e trava adulto. Eficiente em procedimentos médicos-hospitalares ambulatoriais que requerem imobilização ou garroteamento do membro superior e inferior. Fecho em PVC, que permite um ajuste fácil e confortável, Reg. ANVISA: 80275319001; Validade indeterminada. (3135)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PREMIUM	0	6,3300	1
98	Gel para Eletrocardiograma/Ultrassonografia, PH neutro e incolor. Frasco com 01 Litro (865)	FR	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MULTIGEL	0	5,1000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MULTIGEL	0	5,3400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	REYMER	0	5,4700	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MULTIGEL	0	5,5600	4
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	BIODASE	0	0,7100	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIODASE	0	0,7600	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	0,7800	4

Página: 24/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

99	Hipodortito de sódio 1,0% com 1000ml (328)	L	DAMED I DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CICLOFARMA	0	2,3200	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ASFER	0	3,2800	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Kelbtrin	0	3,4360	3
100	Histeromêtro descartável para execução de exame ginecológico. Embalagem papel grau cirúrgico e filme políester/polietileno - Esterilizado a óxido de etileno. (2077)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VAGISPEC	0	1,7900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ADLIN	0	1,8700	2
102	Indicador Químico multiparamétrico para vapor de autoclave. Caixa com 240 unidades (867)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	3M	0	151,1000	1
103	Lâmina de bisturi nº 11. Caixa com 200 unidades (3064)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	18,9000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	23,8100	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MAXICOR	0	24,8800	3
104	Lâmina de bisturi nº 15. Caixa c/ 200 unidades (328)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	18,9000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	23,8100	2
105	Lâmina de bisturi nº 24. Caixa com 200 unidades (868)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	18,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 25/54

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	23,8100	2
106	Lâmina para microscopia fosca, lapidada, medindo 26 x 76mm, espessura 1 a 1,2mm. Caixa c/ 50 peças (330)	CX	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	PRECISION G	0	3,4500	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CRAL	0	3,5800	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ADLIN	0	3,7200	3
107	Lançeta descartável esterilizada, para punção digital e coleta do sangue capilar, siliconizada e com bico trifacetado de utilização única e acoplada a dispositivo com retração automática da lanceta após o uso, garantindo assim descarte seguro. O dispositivo deve garantir a segurança da não reutilização, de acordo com a norma reguladora NR 32 do Ministério do Trabalho. Atende as normas reguladoras: ISO 13485. Caixa com 200 unidades. Embalagem trazendo extremamente dados de fabricação, registro no IMS, esterilização, validade e procedência. A empresa deverá apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) emitido pela ANVISA (669)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STERILANCE	0	42,5000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	TKL MEDISAF	0	43,8000	2
			ALTERMED NAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKL	0	49,4000	3
108	Lençol descartável com elástico, branco, 0,90 x 2,00m, confeccionado em TNT, 20g, atóxico. Pacote com 10 unidades. (3901)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ANADONA	0	8,5500	1
110	Luva cirúrgica nº 6,5, confeccionada em látex natural, esterilizada a raiol gama cobalto 60, formato anatômico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tátil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó biotransmissível pelo organismo, embalada em envelope contendo um par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir abas que permitam abertura asséptica do material. (2011)	PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,9800	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	1,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 26/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

111 Luva cirúrgica nº 7,0, confeccionada em látex natural, esterilizada a frio gama cobalto 60, formato anatômico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tátil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó biabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo 1 par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir atas que permitam abertura asséptica do material (2013)

			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	1,0030	3
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MAXITEX	0	1,0300	4
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	NEW HAND	0	1,0400	5
		PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,9600	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	NEW HAND	0	0,9700	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MEDIX	0	0,9900	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	1,0000	4
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	1,0030	5
		PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,9800	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MEDIX	0	0,9900	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	1,0000	3

112 Luva cirúrgica nº 7,5, confeccionada em látex natural, esterilizada a frio gama cobalto 60, formato anatômico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tátil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó biabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo 1 par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir atas que permitam abertura asséptica do material (336)

			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	1,0030	5
		PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,9800	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MEDIX	0	0,9900	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	1,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	1,0030
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	NEW HAND	0	1,0400
113	Luva plástica para toque, descartáveis, transparentes. Embaladas individualmente. Pacote com 100 unidades. (3902)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	PLAST LUVAS	0	6,4900
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	LUPLAST	0	6,5000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	LUPLAST	0	7,8000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	LUPLAST	0	7,8500
114	Luva procedimento torn. PP. Caixa com 100 unidades, em látex, com pó, não esteril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante. (2015)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPACH	0	14,6000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Medix	0	14,6700
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PROCED / LEI	0	14,6800
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	SUPERMAX	0	15,0500
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	15,5000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NUGARD	0	16,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 28/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Luva procedimento tamanho G. Caixa c/100 unidades, em látex, com pó, não estéril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante. (344)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Medix	0	14,6800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	14,6900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PROCED / LEI	0	14,7000	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SUPERMAX	0	15,0500	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	15,5000	5
			DAMED DÁMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NUGARD	0	16,0000	6
116	Luva procedimento tamanho M. Caixa c/ 100 unidades, em látex, com pó, não estéril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante (343)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	14,3900	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	14,4000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PROCED / LEI	0	14,5000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Medix	0	14,5900	4
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SUPERMAX	0	14,7500	5
			DAMED DÁMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NUGARD	0	16,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 29/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	Luva procedimento tamanho P. Caixa c/ 100 unidades, em látex, com pó, não estéil, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante. (342)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC+	0	14,3200	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SUPERMAX	0	14,3300	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Medix	0	14,8900	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PROCED / LEI	0	14,9000	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	SUPERMAX	0	15,5000	5
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	NUGARD	0	16,0000	6
118	Máscara cirúrgica tripla com elástico Filtro meltblown PP60g branca. Caixa com 50 unidades. MATERIAL UTILIZADO: Não tecido de fibras de polipropileno (TNT); filtro de retenção bacteriana meltblown; clipe para ajuste nasal. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Não tecido de estrutura plana, flexível e porosa, 100% polipropileno; excelente distribuição e homogeneidade dos filamentos; boa resistência mecânica, não libera fiapos; hipoaérgico e atóxico; metal galvanizado totalmente revestido com plástico. CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS: Não tecido composto por grânulos de resina de polipropileno unidas por processo térmico; baixa condutividade térmica e baixa inflamabilidade; material inerte e antisséptico; barreira contra passagem de microrganismos; eficiência de retenção bacteriana (EFB) = 99,8% (874)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CIRUFACE	0	4,8900	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MEDIX	0	5,1500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	5,6200	3
119	Máscara de Proteção RESPIRADOR N95 PFF2 9920 retém vírus, bactérias etc. registrado no Ministério da Saúde, conforme exigido pelo Art. 12 da Lei 6.360, de 23/09/1976, e Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 185, de 06/11/2001 (875)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Albesc	0	1,6490	1

Página: 30/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
120	Óculos de proteção incolor ajustáveis (877)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPACH	0	2,0500	2	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SUPERMEDY	0	2,3000	1	
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	SUPERMEDY	0	2,3900	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Danny	0	3,4360	3	
121	Papel Crepado branco ou verde 40 x 40 cm, gramatura 60 g/m², indicado para o empacotamento de todos os materiais a serem esterilizados em autoclave a vapor. Oferece barreira microbiana eficaz através da porosidade, eficiente na filtração microbiana, maleável, resistente a ruptura, rasgo e estouro, confeccionado em 100% celulose. Pacote com 500 unidades. (2021)	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	HOSPFLEX	0	109,7000	1	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Hospiflex	0	123,1620	2	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	0	125,1200	3	
122	Papel Crepado branco ou verde 50 x 50 cm, gramatura 60 g/m², indicado para o empacotamento de todos os materiais a serem esterilizados em autoclave a vapor. Oferece barreira microbiana eficaz através da porosidade, eficiente na filtração microbiana, maleável, resistente a ruptura, rasgo e estouro, confeccionado em 100% celulose. Pacote com 500 unidades. (2020)	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	HOSPFLEX	0	169,0000	1	
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	0	170,0000	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Hospiflex	0	191,9590	3	

Página: 31/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018							
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
123	Papel grau cirúrgico: 100 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políéster/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (2023)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	(51) VITAL PACK	0	34.0000	1
124	Papel grau cirúrgico: 150 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políéster/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (3071)	RL	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	(1823) ESTERILCARI	0	40.1900	2
125	Papel grau cirúrgico: 200 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políéster/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (2024)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	(51) VITAL PACK	0	69.0200	1
126	Papel grau cirúrgico: 300 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políéster/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (2025)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	(51) VITAL PACK	0	113.2600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 32/54

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Papel grau cirúrgico 50 mm x 100m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políester/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (3803)	RL	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ESTERILCARI	0	20.7400	1
129	Pasta protetora de pele para uso periestomatal, a base de três hidrocolóides - gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica - e polissodulítero, em veículo alcoólico. Estéril, atóxica, isento de irritantes dérmicos. O produto deve propiciar proteção da pele, e auxiliar na adesividade do equipamento coletor de estomia. Tubo com 56,7g (1040)	TB	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Pasta Stomah	0	68,0000	1
130	Pinça Adson 12 cm com dente. Material confeccionado em aço inox. Material autoclavável. Instrumento cirúrgico. Embalagem 1 unidade. (3905)	UN	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	10,5800	1
131	Pinça Adson 12 cm sem dente. Material confeccionado em aço inox. Material autoclavável. Instrumento cirúrgico. Embalagem 1 unidade. (3906)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	11,0940	2
133	Pinça anatômica com dente de rato normal 10cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE (880)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	10,5080	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ABC	0	10,8000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	GOLGRAN	0	8,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 33/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	9,1710
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ABC	0	9,6800
135	Pirica Kelly hemostática reta 12 cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE. (3907)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ABC	0	21,7600
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	22,5400
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ABC	0	24,2500
136	Porta agulha Derf comum 12cm para sutura. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE. (883)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	RICHARDS	0	13,9300
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	19,7100
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	23,3450
137	PVPi detergente - iodo-povidona. Solução degerente PVPi tóxico - iodo-povidona. - 10% iodo-povidona que equivale a 1% de iodo ativo. É um produto a base de polivinilpirrolidona todo em solução aquosa. uso tópico, um complexo estável e ativo que libera o iodo progressivamente. É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus sem irritar nem sensibilizar a pele, sendo facilmente removível em água. Composição: cada 100 ml de solução contém: iodo-povidona 10% - 10g. (equivalente a 1% de iodo ativo) veículo aquoso q.s.p - 100ml (fosfato trissódico, ácido cítrico e água purificada). Apresentação: 1000ml. (3908)	UN	DAMED DANIROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	RIO QUIMICA	0	16,8000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	18,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 34/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	PVPi detergente - iodopolividona. Solução degermante. - 10% iodopolividona que equivale a 1% de todo ativo. É um produto a base de polivinilpirrolidona todo em solução degermante, indicado para antissepsia da pele, mãos e antebraços. Um complexo estável e ativo que libera o todo progressivamente. O emprego de iodopolividona para prevenção e tratamento de infecções cutâneas não apresenta o inconveniente de irritações da pele e por ser hidrossolúvel não mancha a pele, sendo facilmente removível em água. Composição: cada 100 ml de solução contém: iodopolividona 10% - 10g, (equivalente a 1% de todo ativo) excipientes q.s.p - 100ml (lauryl éter sulfato de sódio, glicerina, ácido cítrico, fosfato trissódico e água purificada). Apresentação: 1000ml. (3079)	UN	DAMED DAIMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	RIO QUIMICA	0	18,1000	1
139	Régua antropométrica pediátrica; confeccionada em madeira marfim; escala de 100cm; graduação em milímetros numerada a cada centímetro; haste fixa com a graduação; haste móvel, com marcador removível. (3080)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	19,0100	2
141	Reservatório de Silbone para Ambu Reanimador Manual Adulto, Pediátrico e Neonatal. (2029)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Rioquímica	0	19,9310	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	TAYLOR	0	36,5400	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Taylor	0	42,6720	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CARCI	0	44,4800	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	23,5120	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	JG MORIYA	0	39,4600	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MD	0	63,8000	3

Página: 35/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
142	Resuscitador respiratório de reanimação manual adulto produzido com o silicone do mais alto grau, com alta flexibilidade, material estável, podendo resistir a altas temperaturas (a um máximo de 134°C). Não esteril. Volume: 1700mL. Para pacientes com peso maior do que 30kg. Com reservatório de oxigênio de 2500 mL. Deverá conter: Bolsa - Polissulfona, Silicone, Etileno-propileno-dieno Válvula - Polissulfona, Silicone; Reservatório - Policarbonato, Polietileno e Máscara; Máscara facial almofadada, formato anatômico, constituída de cúpula em acrílico transparente para visualização segura da face do paciente e coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão. Possui válvula de insuflação para coxim permitindo moldagem à face (886)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	PHARMATEX	0	140,6500
143	Resuscitador respiratório de reanimação manual infantil produzido com o silicone do mais alto grau, com alta flexibilidade, material estável, podendo resistir a altas temperaturas (a um máximo de 134°C) autoclavável. Não esteril. Volume: 550mL. Para pacientes com peso de 6 a 30kg. Com reservatório de oxigênio de 600mL. Deverá acompanhar: Bolsa - Polissulfona, Silicone, Etileno-propileno-dieno; Válvula - Polissulfona, Silicone; Reservatório - Policarbonato, Polietileno e Máscara; Máscara facial almofadada, formato anatômico, constituída de cúpula em acrílico transparente para visualização segura da face do paciente e coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão. Possui válvula de insuflação para coxim permitindo moldagem à face (886)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	129,1500
144	Resuscitador respiratório de reanimação manual neonatal produzido com o silicone do mais alto grau, com alta flexibilidade, material estável, podendo resistir a altas temperaturas (a um máximo de 134°C). Não esteril. Volume: 280mL. Para pacientes com peso inferior a 6Kg. Com reservatório de oxigênio de 600mL. Deverá conter: Bolsa - Polissulfona, Silicone, Etileno-propileno-dieno; Válvula - Polissulfona, Silicone; Reservatório - Policarbonato, Polietileno e Máscara; Máscara facial almofadada, formato anatômico, constituída de cúpula em acrílico transparente para visualização segura da face do paciente e coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão. Possui válvula de insuflação para coxim permitindo moldagem à face (887)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	129,1500
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	179,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	PHARMATEX	0	140,6500
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	179,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	PHARMATEX	0	140,6500
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	179,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	PHARMATEX	0	140,6500

Página: 36/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
146	Saco de Lixo Hospitalar 100 L. Produzido em polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo deve ser tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Pacote com 100 unidades (1043)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	179.0000	3
147	Saco de Lixo Hospitalar 30 L. Descrição: Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo deve ser tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Pacote com 100 unidades (2030)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Rava	0	30.4000	1
148	Saco de Lixo Hospitalar 50L. Produzido em polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo deve ser tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Pacote com 100 unidades (3911)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Rava	0	19.5000	1
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	DESCARBOX	0	30.4900	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARBOX	0	33.4800	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARBOX	0	14.7400	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	DESCARBOX	0	15.9000	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARBOX	0	19.8000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 37/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARBOX	0	21,0900	3
149	Scala (dispositivo intravenoso) nº 19 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com asas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxico e apirrogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (889)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	LAMEDID	0	17,6300	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	0	17,6400	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	18,9000	3
150	Scala (dispositivo intravenoso) nº 21 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com asas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxico e apirrogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (368)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	16,3800	1
			DAMEDID DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	18,5000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CIRUVEIN	0	19,5700	3
151	Scala (dispositivo intravenoso) nº 23 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com asas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxico e apirrogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (369)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	16,3800	1
			DAMEDID DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	19,8000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	19,9500	3

Página: 38/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

152	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 25 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com assas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxica e aptogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (370)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	16.3800	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	19.9500	2
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	20.0000	3
153	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 27 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com assas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxica e aptogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (371)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	18.7000	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	18.8000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	LAMEDID	0	19.4200	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	0	20.1600	4
154	Seringa descartável 1 ml: Características LUER SLIP, sem agulha, uso único, atóxica, estéril, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3912)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	12.8700	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	14.6000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	16.0000	3

Página: 39/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Seringa descartável 1 ml: LUER LOCK sem agulha, Bico LUER LOCK; Estéril/Apirogênica/Atóxica; Produto de uso único, Corpo transparente; cilindro com anel de retenção. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3916)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	40,4000	1
156	Seringa descartável 10 ml: Características LUER SLIP, sem agulha, uso único, atóxica, estéril, livre de pirógeno, validade impressa na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3915)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC+	0	40,4900	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	21,8000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC+	0	22,6700	2
157	Seringa descartável 10ml: LUER LOCK sem agulha, Bico LUER LOCK Estéril/Apirogênica/Atóxica; Produto de uso único, Corpo transparente; cilindro com anel de retenção. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3918)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC+	0	22,6800	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC+	0	22,2800	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC+	0	22,2900	2
158	Seringa descartável 20 ml: LUER LOCK sem agulha, Bico LUER LOCK Estéril/Apirogênica/Atóxica; Produto de uso único, Corpo transparente; cilindro com anel de retenção. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3920)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	22,3000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	33,6000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	DESCARPAC+	0	34,0200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 40/54

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	38,4900	3
159	Seringa descartável 3 ml: Características LUER SLIP, sem agulha, uso único, atóxica, estéril, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3913)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	10,2000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	11,7900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	11,8800	3
160	Seringa descartável 3 ml: LUER LOCK sem agulhas. Bico LUER LOCK Estéril/Aptogênica/Atóxica; Produto de uso único, Corpo transparente, cilindro com anel de retenção. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3917)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	10,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	11,8800	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	12,5500	3
161	Seringa descartável 5 ml: Características LUER SLIP, sem agulha, uso único, atóxica, estéril, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3914)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	12,1000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	DESCARPAC	0	13,2500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	DESCARPAC	0	13,8600	3
162	Seringa descartável 5 ml: LUER LOCK sem agulha, Bico LUER LOCK Estéril/Aptogênica/Atóxica; Produto de uso único, Corpo transparente, cilindro com anel de retenção. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Caixa com 100 unidades. (3919)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	12,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 41/54

Número do Registro de Preços: 3/2017								Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018	
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
163	Seringa descartável de 60 ml. Bico cateter, sem agulha. Estéril, uso único, transparente, atóxica, com escala externa gravada, precisa e visível. Embolo com ramificações em sua base para facilitar a aplicação sem deslize dos dedos. Embolo deslizável, ajustado ao corpo da seringa, de modo a impedir a entrada de ar, com anel de retenção de borracha fixado em sua extremidade. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto. (2032)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOSE (1823)	DESCARPAC*	0	13,8600	2				
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	14,0600	3				
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	1,4000	1				
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	1,4500	2				
164	Seringa descartável para Insulina 1 ml com agulha 8mmx0,30mm - Corpo transparente; Cilindro com anel de retenção; Produto de uso único; Estéril apirrogênica atóxica; Latex free. Caixa com 100 unidades (3139)	CX	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	ADVANTIVE	0	1,8500	3				
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	VACUPLAST	0	26,1000	1				
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	TKL	0	28,5000	2				
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOSE (1823)	SOLIDOR	0	32,7600	3				
166	Sonda de alimentação Nasoenteral nº 12. Produzidas 100% em Silicone, flexíveis, resistentes e suportam longos períodos em contato com a acidez do suco gástrico sem perder suas propriedades elásticas. Acompanham fio-guia em aço inox. Para suavizar a retirada do fio-guia, acompanham bisnaga com lubrificante (Vaseline Líquida). Esterilizados em óxido de etileno. (2035)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Solumed	0	9,4890	1				
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	SOLUMED	0	9,9500	2				

Página: 42/54

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
167	Sonda de alimentação Nasoenteral nº10. Produzidas 100% em Silicone, flexíveis, resistentes e suportam longos períodos em contato com a acidez do suco gástrico sem perder suas propriedades elásticas. Acompanham fio-guia em aço inox. Para suavizar a retirada do fio-guia, acompanham bisnaga com lubrificante (Vaselina Líquida). Esterilizados em óxido de etileno. (3921)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Solumed	0	9,8280	1
168	Sonda de aspiração traqueal nº 06. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes.Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos.Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (895)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	20,9000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	SOLUMED	0	9,9500	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	21,0000	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	21,7800	3
169	Sonda de aspiração traqueal nº 08. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes.Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (896)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	21,9000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	22,0000	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	24,3300	3

Página: 43/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

170	Sonda de aspiração traqueal nº 10. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (897)	PCT	DAMED DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	3
171	Sonda de aspiração traqueal nº 12. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (896)	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	2
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	3
172	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 14. látex de borracha 100% natural, com ponta distal arcuática. Balão resistente à alta pressão, fácil insuflação e enchimento sintético. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Alôxido e esterilizado em óxido de Etileno. Pacote c/ 10 unidades. (902)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	SOLIDOR	3

Página: 44/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
173	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 16, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática. Balão resistente à alta pressão, fácil insuflação e enchimento sintético. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em Óxido de Etileno. Pacote c/ 10 unidades. (903)	PCT	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	24,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	27,1900	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	28,9800	3
174	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 18, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática. Balão resistente à alta pressão, fácil insuflação e enchimento sintético. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em Óxido de Etileno. Pacote c/ 10 unidades (3089)	PCT	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	23,9000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	27,1900	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	28,9800	3
175	Sonda nasogástrica PVC, estéril longa Nº 06. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interfeio, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (906)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,5500	1
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	0,5600	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	0,6400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 45/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 08. O produto é confeccionado em PVC (direto de polímero) transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (907)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	0,6200	1
			DAMED/DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	0,6300	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6600	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,6670	4
177	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 10. O produto é confeccionado em PVC (direto de polímero) transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (908)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	0,6400	1
			DAMED/DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	0,6880	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6880	3

Página: 46/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
178	Sonda nasogástrica PVC estétil longa Nº 12. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (909)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6800	1		
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	0,7000	2		
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	0,7200	3		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,7350	4		
179	Sonda nasogástrica PVC estétil longa Nº 14. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (910)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6800	1		
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	0,7000	2		
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	0,8700	3		
180	Sonda uretral para alívio nº 06. Produto confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (913)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,2700	1		

Página: 47/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	4,3800
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	4,5000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOSANI	0	4,6400
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,3700
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	4,6100
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	4,6200
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOSANI	0	4,7300
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,5300
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	4,8200
			DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	4,8300
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOSANI	0	4,9100

181 Sonda uretral para alívio nº 08. Produto confeccionado em PVC (direto de polímero) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (914)

182 Sonda uretral para alívio nº 10. Produto confeccionado em PVC (direto de polímero) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (915)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 48/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	Sonda uretral para alívio nº 12. Produto confeccionado em PVC (coberto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (916)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,6200	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	4,6400	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	4,9900	3
184	Sonda uretral para alívio nº 14. Produto confeccionado em PVC (coberto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (917)	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	4,6900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,9900	2
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	MARKMED	0	5,6300	3
185	Sonda uretral para alívio nº 16. Produto confeccionado em PVC (coberto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau Cirúrgico. Pacote com 10 unidades (918)	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MEDSONDA	0	4,7200	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	5,4400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MED SONDA	0	5,7300	3
186	Sonda uretral para alívio nº 18. Produto confeccionado em PVC (coberto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (919)	PCT	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	BIOSANI	0	5,4100	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	5,9400	2

Página: 49/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	6,3400
187	Soro Fisiológico 0,9%, solução injetável, 100mL. Caixa com 48 frascos. (2777)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EQUIPLEX	0	79,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	79,9900
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	EQUIPLEX	0	88,7000
188	Soro fisiológico 0,9%, solução injetável, 250ml. Caixa com 24 frascos (642)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EQUIPLEX	0	50,0000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	HALEXISTAR	0	55,5000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	56,3400
190	Soro glicofisiológico 5%, solução injetável, 250ml. Caixa com 24 unidades (644)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EQUIPLEX	0	53,0000
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	60,6000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	JP	0	63,2000
191	Soro glicosado 5%, solução injetável, 250 ml. Caixa com 30 unidades (920)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EQUIPLEX	0	65,0000
			DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	HALEXISTAR	0	73,2000

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 50/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 3/2017 Data do Registro: 26/10/2017 Válido até: 26/10/2018						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	79,0500
192	Soro glicosado 5%, solução injetável, 500ml. Caixa com 20 unidades (921)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EQUIPLEX	0	55,0000
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	59,8500
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	EQUIPLEX	0	59,9100
194	Tala de papelão para imobilização provisória de membros superiores e inferiores- medindo 60 cm x 20 cm confeccionada de papelão ondulado, com furos internos (vazados), (3924)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	FIBRA	0	1,1600
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Resgate SP	0	1,5640
195	Tala de papelão para imobilização provisória de membros superiores e inferiores- medindo 90 cm x 20 cm confeccionada de papelão ondulado, com furos internos (vazados), (3925)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Resgate SP	0	1,9800
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	FIBRA	0	1,9900
196	Tampa para polífix / scalp / abocath com rosca (luer), Descartável, atóxica, estéil. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, que possibilite abertura asséptica. (2037)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,1930
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	MEDSONDA	0	0,1980
197	Termômetro Digital Clínico à prova d' água. A unidade de medição é graus Celsius (°C), com precisão decimal. Emite sinais sonoros (beeps) diferenciados no final da medição, para indicar temperatura normal ou febre. Desligando automático. Tomada de temperatura em aproximadamente 1 minuto. Ecologicamente correto: não contém mercúrio ou substâncias tóxicas. (3927)	UN	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	SOLIDOR	0	9,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 51/54

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

188	Tesoura Íris Retá. Confeccionada em aço inox de 1ª qualidade de, medindo 11,5cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência. Garantia de fábrica: 10 anos contra defeitos de fabricação. Serve para uso cirúrgico geral (924)	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	INCOTERM	0	9,9000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Bioland	0	11,2160	3
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	12,6600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	16,1460	2
189	Tiras teste para medição quantitativa de glicose sanguínea, que utilize sangue capilar total, com amostra de no máximo 1,0 microlitro, com capacidade de medição de glicemia entre 10mg/dl a 600mg/dl, com leitura de resultado de no máximo 20 segundos. Que utilize tecnologia de glicose desidrogenase com metodologia de amperometria, tirasregentes que absorvam o sangue (gota) automaticamente (aspiração capilar), para dentro da célula reagente. Obs. A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato os equipamentos compatíveis para utilização das respectivas tiras. Caixa com 50 unidades. (3142)	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	ABC	0	16,9000	3
			FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Accu-Chek Pa	0	36,0000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	UNITEC	0	12,8900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Unitec	0	13,5120	2
205	Unificador 250 ml para Oxigênio. Equipamento desenvolvido para atividades de unificação gerados por passagem de Oxigênio ou Ar comprimido medicinal. Utilizado para pacientes que necessitam unificar vias aéreas, evitando ressecamento da laringe. Tampa em nylon. Tubo com boshulador para permitir o arraste das partículas. Copo translúcido com indicação de nível mínimo e máximo, (38/28)	UN	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	UNITEC	0	13,6700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017							Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018	
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	UNITEC	0	14.0300	4
208	Vaselina líquido-grau, fórmula química CNH2N+2, líquido, oleoso, transparente, incolor, isento ou quase isento da fluorescência. Inodoro e insípido. Quando frio e quando aquecido desdobra no máximo leve odor de petróleo, densidade entre 0,845 e 0,905 e o recipiente deve ser hermeticamente fechado. O produto não pode ser reembalado ou fracionado, o fracionamento somente será permitido quando a menor embalagem do fabricante for superior a fração a ser fornecida. Frasco 1000ml (392)	FR	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (541)	CINORD	0	20.7000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (11)	CINORD	0	21.2800	2

Página: 53/54

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	24,6100	3

Página: 54/54

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 26/10/2017		Válido até: 26/10/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017
PROCESSO Nº 10/2017

- (11) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (18) - FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
- (51) - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
- (89) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (432) - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
- (541) - DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
- (1823) - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

Treze Tílias, 26 de Outubro de 2017.

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 425/17

Publicação Nº 1412173

PORTARIA 425/17 DE 20 DE OUTUBRO 2017.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE À MULTA DE TRÂNSITO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Portaria 058/2005 de 09 de fevereiro de 2005.

CONSIDERANDO as recorrentes ocorrências e notificações de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de novembro do corrente ano, ao infrator da respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
GEOVANA GESSNER	MGP - 0548	1410081	156,18

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro, será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas, a serem descontadas para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 426/17

Publicação Nº 1412176

PORTARIA 426/17 DE 20 DE OUTUBRO 2017.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTA DE TRÂNSITO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Portaria 058/2005 de 09 de fevereiro de 2005.

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de novembro do corrente ano, ao infrator a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
VAGNER LUIZ DEITOS	QHD - 8980	1730508	156,18

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro, será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas, a serem descontadas para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde

PORTARIA 427/17

Publicação Nº 1412177

PORTARIA 427/17 DE 20 DE OUTUBRO 2017.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTA DE TRÂNSITO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Portaria 058/2005 de 09 de fevereiro de 2005.

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de novembro do corrente ano, ao infrator a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
FABIO MACHADO	MLD - 0281	0345756	104,13

Art. 2º- A notificação de que trata o art. 1º da presente Portaria, é imposta em decorrência da não identificação e comunicação do infrator pela Pessoa Jurídica junto ao órgão de trânsito, em conformidade com o art. 257, § 8º do CTB.

Art. 3º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro, será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas, a serem descontadas para pagamento da multa.

Art. 4º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 5º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde

PORTARIA 428/17

Publicação Nº 1412178

PORTARIA 428/17 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. LAURI FLORIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador/Eletrecista, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/03/2008 a 25/03/2013, para o mês de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

GILMAR MACIEL DOS SANTOS
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 429/17

Publicação Nº 1412181

PORTARIA 429/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do Município e, pela Lei Complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO o Decreto 102/12 de 03 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO o Decreto 117/13 de 13 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO o Decreto 159/14 de 28 de Novembro de 2014.

CONSIDERANDO Portaria 382/17 de 18 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDE progressão funcional a servidora pública municipal Sra. CLAUDIA FILOMENA SOARES SEMMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora 2-A, da classe "B" para a classe "C", a partir do mês de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 430/17

Publicação Nº 1412182

PORTARIA 430/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 100 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. FABIO MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, férias laborais pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º - O período de férias se refere ao efetivo exercício funcional no período entre 01 de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 02 de outubro de 2017, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde

PORTARIA 431/17

Publicação Nº 1412183

PORTARIA 431/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 100 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. JOÃO EDMUNDO FLORIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, férias laborais pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º - O período de férias se refere ao efetivo exercício funcional no período entre 02 de janeiro de 2013 a 01 de janeiro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 02 de outubro de 2017, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 432/17

Publicação Nº 1412185

PORTARIA 432/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 100 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. SERGIO DA VEIGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, férias laborais pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º - O período de férias se refere ao efetivo exercício funcional no período entre 10 de março de 2015 a 09 de março de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 09 de outubro de 2017, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 433/17

Publicação Nº 1412391

PORTARIA 433/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o disposto no art. 100 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ILENA SEBOLD DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira,

férias laborais pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º - O período de férias se refere ao efetivo exercício funcional no período entre 23 de março de 2015 a 22 de março de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 02 de outubro de 2017, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 65/2017 PMTC

Publicação Nº 1412546

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 65/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 65/2017 - REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO REGIME DE EXECUÇÃO GLOBAL POR LOTE visando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELETRICISTA E AUXILIAR DE ELETRICISTA PARA UTILIZAÇÃO NA DECORAÇÃO DE NATAL DO MUNICÍPIO 2017 conforme especificações do edital e seus anexos.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h, do dia 10 de novembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudo-central.sc.gov.br.

Trombudo Central, 27 de outubro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO INCLUSÃO

Publicação Nº 1412722

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 21/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A GENTE SEGURADORA S/A.

Pelo presente instrumento o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A Sociedade Seguradora de direito privado com Sede em Porto Alegre-RS na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.450, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605.0001-02, doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE ENDOSSO DE INCLUSÃO em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 07/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo de Compra Nº.: 10/2017, Pregão Presencial nº: 07/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: ENDOSSO DE INCLUSÃO

Ao presente contrato nº 11/2017 fica acrescido o valor de R\$ 434,51(quatrocentos trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos) referente endosso de inclusão do veículo novo Fiat Doblo Placa QIQ 4028, ano 2017/modelo 2018, Flex, zero km adquirido para o Fundo Municipal Saúde, de acordo com a Cláusula Décima Terceira do contrato– DA LIBERAÇÃO “Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.”

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 26 de outubro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB GENTE SEGURADORA S/A.
GESTORA DO FUNDO
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259-60
--	---

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1412718

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, empresa AGROTUNAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente

inscrita sob o nº. 07.954.463/0001-31, estabelecida na Rua Santo Cristo, 44, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Arcádio Luis Orth, inscrito no CPF sob o nº. 024.491.829-50 e doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 04/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela credenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente credenciamento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

Item	Qua.	Unid	Valor Unit	Preço Máximo UNIT	Especificação
1	333	atend	35,00	11.655,00	Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado, incluindo consultas, partos, suturas, pequenas cirurgias, medicações nos rebanhos ovino, suíno, bovino e caprino, equinos devendo para tanto o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais, medicamentos, e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo e a serem cobrados pelo contratado junto ao proprietário rural atendido.

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos aos produtores rurais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Credenciada o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por cada atendimento prestado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. O Município se limita a pagar a quantidade 2.900,00 (dois mil e novecentos) atendimentos para o exercício financeiro de 2017, entre todos os veterinários credenciados, essa quantidade foi baseada na demanda existente do ano de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio

- ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data do dia 29 de março de 2017 e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 26 de outubro de 2017

Renato Paulata	AGROTUNAS LTDA- ME
Prefeito Municipal	CREDENCIADO
CREDENCIANTE	Arcádio Luis Orth
	Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1412719

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, empresa TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.078.578.0001-00, estabelecida á Avenida Cerro Largo, 429, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Franciano Blanc Alves, inscrito no CPF sob o nº. 001.310.250-82e doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 09/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela credenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente credenciamento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DESERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Item	Qua.	Unid	Valor Unit	Preço Máximo UNIT	Especificação
1	334	atend	34,00	11.690,00	Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado, incluindo consultas, partos, suturas, pequenas cirurgias, medicações nos rebanhos ovino, suíno, bovino e caprino, equinos devendo para tanto o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais, medicamentos, e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo e a serem cobrados pelo contratado junto ao proprietário rural atendido.

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Credenciada o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por cada atendimento prestado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. O Município se limita a pagar a quantidade 2.900,00 (dois mil e novecentos) atendimentos para o exercício financeiro de 2017, entre todos os veterinários credenciados, essa quantidade foi baseada na demanda existente do ano de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e

sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
 - b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
 - c) Rescisão Contratual;
 - d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
 - e) Declaração de inidoneidade.
- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 26 de outubro de 2017.

Renato Paulata	Trans. e Representações Comerciais Pampeiro Ltda-ME
Prefeito Municipal	CREDENCIADO
CREDENCIANTE	Franciano Blanc Alves
	Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 126/2017

Publicação Nº 1412715

CONTRATO Nº 126/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUÁRIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Cerro Largo, n. 693, sala 01, Centro do Município de Tunápolis-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993-0001-78, neste ato representado pelo seu Procurador o Sr. Fernando Gassen, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 196/2017 e Pregão Presencial nº 126/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A REFORMA E MELHORIA DA PRAÇA MUNICIPAL WILLY EIDT DESTE MUNICÍPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Total Geral
1	01	Un	Filtro F350 c/ 50 kg de areia , motobomba 1/3cv. MARCA NAUTILUS	1.690,00	1.690,00
2	01	Un	Dispositivo de piscina aspiração e de retorno. MARCA SODRAMAR	69,00	69,00
3	04	Un	Chafariz de inox com 04 pontas. MARCA KASCATA	300,00	1.200,00
4	01	Un	Estojo teste para PH e Cloro com 08 metros de Mangueira, com cabo telescópico 4m. MARCA MOR	254,00	254,00
5	28	m²	Revestimento Pastilha azul. MARCA MADOC	80,00	2.240,00
6	26	m²	Impermeabilização. MARCA SELAMIX	38,00	988,00
			TOTAL GERAL		6.441,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 6.441,00 (seis mil quatrocentos e quarenta e um reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos e materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 O pagamento será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos e materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

4.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

10.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

10.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

4.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

4.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 196/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e materiais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu

recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (109) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 13 de outubro de 2017.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

WEBER MÁQ. E CAM.AGROP.LTDA ME
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 127/2017

Publicação Nº 1412716

CONTRATO Nº 127/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de **CONTRATANTE**

CONTRATADO: A empresa Atual Informática e Assistência Técnica Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, 541, sala 02 centro, no Município de Maravilha/SC, representada neste ato pelo Sr. Giovanni Franken, administrador da empresa, considerado doravante **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 197/2017 e Pregão Presencial nº 127/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto aquisição de aquisição de EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato.

item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço unitário	Preço total
02	Microfone condensador b2 b2 profissional kit completo com espuma	unid	1	1.053,00	1.053,00
21	Computador: processador Intel core i7 3820 3.6 ghz, HD de 500gb, com gravador de DVD, memória RAM 8 gb ddr3, monitor 22" ou superior, teclado, mouse, caixa de som	unid	01	3.320,00	3.320,00
	TOTAL GERAL				4.373,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 4.373,00 (quatro mil trezentos setenta e três reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos e materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os EQUIPAMENTOS E MATERIAIS em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.2 Os EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Administração, estabelecido na Rua João Castilho, nº 111, Centro, deste Município com prévio agendamento, com a Secretaria Municipal da Educação, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.3 O licitante deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.4 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.6 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 197/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e demais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (5,7,203) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 13 de outubro de 2017.

Renato Paulata	Atual Infor. e Assist. Técnica Ltda- ME
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CONTRATANTE	Giovani Franken
	Sócio- Administrador.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping	Sheila Inês Bieger
CPF:009.815.549-03	CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 128/2017

Publicação Nº 1412717

CONTRATO Nº 128/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa JACKSON UBIRATAN VARGAS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.369.330-0001-51, estabelecido na Rua Jorge Lacerda, 1099, no Município de São José do Cedro-SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador o Sr. Jackson Ubiratan Vargas, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações

e no Processo Licitatório nº 197/2017 e Pregão Presencial nº 127/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O presente contrato tem por objeto aquisição de EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato, conforme segue:

01(um) Microfone Sem Fio Novik Unk-400 Duplo Uhf Alcance De 150 Mt . MARCA NOVIK, no valor de R\$ 709,00(setecentos e nove reais).
01(um) Notebook: processador Intel i7 de 2 ghz, 4 threads e 3 gb cachê, ou superior. Vídeo on board: Intel HD 4000 graphics ou superior,-
Memória: 8 gb de SDRAM ddr3 a 1600 mhz ou superior,
HD: disco rígido 500 gb, satã (5400 rpm) ou superiorTela: LED HD de 14.0 polegadas (1366x768) ou superiorMídia: gravador de DVD/CD (unidade DVD+/- RW8X)Portas e conexões: HDMI, USB 3.0, USB 2.0, VGAConektividade: Wi-fi, Bluetooth 4.0, gigabit EthernetMouse: touchpad, com toque multiplo, 2 botoes Teclado: portugues –Brasil Leitor de cartões SD/MMC/MS/MS pro. MARCA ACER, no valor de R\$ 4.029,00(quatro mil e vinte nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento R\$ 4.738,00(quatro mil setecentos e trinta oito reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento dos equipamentos e materiais, mediante apresentação da

Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do licitante vencedor.

2.2 O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.5 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A licitante vencedora deverá entregar os EQUIPAMENTOS E MATERIAIS em até 8(oito) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento.

4.2 Os EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Administração, estabelecido na Rua João Castilho, nº 111, Centro, deste Município com prévio agendamento, com a Secretaria Municipal da Educação, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.3 O licitante deverá atentar para a qualidade do objeto a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pela Equipe Técnica do centro administrativo.

4.4 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.6 – O Município de Tunápolis terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferencia do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os objetos deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 197/2017 e deste contrato e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer os equipamentos e demais, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em

perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir os itens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLAUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (5,7,203) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 13 de Outubro de 2017.

RENATO PAULATA Jackson Ubiratan Vargas- ME
PREFEITO MUNICIPAL contratado.

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

PROCESSO 213.2017

Publicação Nº 1412721

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 213/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2017

1. DO OBJETO

Esta inexigibilidade de licitação tem por objeto A "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017".

Item	Qua.	Unid	Valor Unit	Preço Máximo UNIT	Especificação
1	334	atend	34,00	11.690,00	Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado, incluindo consultas, partos, suturas, pequenas cirurgias, medicações nos rebanhos ovino, suíno, bovino e caprino, equinos devendo para tanto o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais, medicamentos, e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo e a serem cobrados pelo contratado junto ao proprietário rural atendido.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

O Município pagará por cada atendimento prestado no valor de R\$ 35,00(trinta e cinco reais), computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês.

Nelcina Maria Decker
Presidenta da Comissão de Licitação

Jackson Scherer
Membro

Sheila Inês Bieger
Membro

4- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis para o ano de 2017, será com base no Art. 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8666/93.

“É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição” vinculado ao Edital de Credenciamento nº 09/2017.

Tunápolis – SC, 26 de outubro de 2017

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico

5- FORNECEDOR:

TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA-ME.

CNPJ: 07.078.578.0001-00, estabelecida á Avenida Cerro Largo, 429, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina.

6. DO DESPACHO A

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no Art. 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8666/93, e suas alterações, ratifico este Processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis – SC, em 26 de outubro de 2017.

RENATO PAULATA	
Prefeito Municipal	

7. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA-ME devidamente CNPJ: 07.078.578.0001-00, estabelecida á Avenida Cerro Largo, 429, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis – SC, 26 de outubro de 2017.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker
Presidenta da Comissão de Licitação

Jackson Scherer
Membro

Sheila Inês Bieger
Membro

PROCESSO N.212/2017

Publicação Nº 1412720

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2017

1. DO OBJETO

Esta inexigibilidade de licitação tem por objeto A “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017”.

Item	Qua.	Unid	Valor Unit	Preço Máxi- mo UNIT	Especificação
1	333	atend	35,00	11.655,00	Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado, incluindo consultas, partos, suturas, pequenas cirurgias, medicações nos rebanhos ovino, suíno, bovino e caprino, equinos devendo para tanto o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais, medicamentos, e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo e a serem cobrados pelo contratado junto ao proprietário rural atendido.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

O Município pagará por cada atendimento prestado no valor de R\$ 35,00(trinta e cinco reais), computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês.

Nelcina Maria Decker
Presidenta da Comissão de Licitação

Jackson Scherer
Membro

Sheila Inês Bieger
Membro

4- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis para o ano de 2017, será com base no Art. 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8666/93.

"É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição" vinculado ao Edital de Credenciamento nº 09/2017.

Tunápolis – SC., 26 de Outubro de 2017

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico

5- FORNECEDOR:

AGROTUNAS LTDA -ME

CNPJ nº. 07.954.463/0001-31, estabelecida na Rua Santo Cristo, 44, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina.

6. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no Art. 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8666/93, e suas alterações, ratifico este Processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis – SC., 26 de Outubro de 2017

RENATO PAULATA	
Prefeito Municipal	

7. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da AGROTUNAS LTDA-ME devidamente inscrita no CNPJ nº. 07.954.463/0001-31, estabelecida na Rua Santo Cristo, 44, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis – SC., 26 de Outubro de 2017

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker
Presidenta da Comissão de Licitação

Jackson Scherer
Membro

Sheila Inês Bieger
Membro

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2016

Publicação Nº 1412170

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2016**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 07/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA.**

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portadora do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, e do outro lado a empresa SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA com sede na Rua Antonio Pedrassani, 131 no centro da cidade de São Miguel do Oeste inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.986.215/0001-02, neste ato representado pelo Sr. Sr. João Eduardo Schacker, sócio administrador portador do CPF nº 715.897.670-04, residente e domiciliado na cidade de Tunápolis/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 07/2016.

Considerando o Contrato Administrativo nº 07/2016 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE proveniente do Processo Licitatório nº 04/2016, em que tem por objeto a Contratação de empresa para a realização de consultas psiquiátricas, através da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (33) do Fundo Municipal da Saúde do ano de 2017.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a empresa SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA-- DO ACRÉSCIMO DE VALORES:

Ao presente contrato fica acrescido 80(oitenta) consultas com psiquiatra, nos termos da nº 8.666/93 e respectivas alterações, conforme segue abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit. R\$	Valor Total R\$
01	80	unid	Consulta com médico Psiquiatra	110,00	8.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 8º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 26 de outubro de 2017.

Clarice Weis Staub
Gestora do Fundo João Eduardo Schacker-

SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA
sócio administrador
Contratado

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Urussanga

PREFEITURA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2017

Publicação Nº 1412313

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 01/92/2017

Processo de Licitação: 13/2017

Data de assinatura: 26/10/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: CORREA NUNES PRESTADOR DE SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ/CPF: 01.961.633/0001-29

Objeto: fornecimento parcelado de serviços de horas de trator esteira.

Valor Global: R\$ 15.300,00 (item 02 aditado em 25%)

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº060/2017

Publicação Nº 1411750

DECRETO N.º 060/2017, de 25 de outubro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde

Modalidade 3190.00.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.470,00

Modalidade 3190.00.00.00.01.0038.0013 – Aplicações Diretas R\$ 34.120,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde

Modalidade 3171.00.00.00.01.0002.0000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 500,00

Modalidade 3340.00.00.00.01.0002.0000 – Transf. a Municípios R\$ 1.570,00

Modalidade 3350.00.00.00.01.0002.0000 – Transf. a Inst. Priv. s/Fins Luc R\$ 1.400,00

Modalidade 3371.00.00.00.01.0002.0000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 500,00

Modalidade 3390.00.00.00.01.0038.0013 – Aplicações Diretas R\$ 34.120,00

Modalidade 4471.00.00.00.01.0002.0000 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de outubro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 26/10/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 058/2017 LE 001/2017

Publicação Nº 1411714

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2017

O município de VARGEM BONITA, SC, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita, CEP 89.675/000, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.187/0001-31, Telefone (49) 3548 3000, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações, através do Leiloeiro PÚBLICO Oficial DO MUNICÍPIO SR. RUY WALTER BALDISSERA, matrícula AARC/013, contratado através do Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade, decorrente de Sorteio, na forma do Edital de Chamamento Público de Credenciamento nº 004/2017, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE de bens móveis inservíveis, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação.

DATA, HORÁRIO E LOCAL:

DATA: 23 de novembro de 2017

HORÁRIO: 09 HORAS e 30 minutos (09:30Hrs)

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, localizado a Rua Coronel Vitório, 823, Centro, Vargem Bonita, SC.

1 - DO OBJETO

1.1 - Tem por objeto o presente Edital de Leilão, consiste na ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS inservíveis, de propriedade do Município, conforme descrição e avaliação, abaixo:

Lote	Descrição dos Bens	Lance Inicial R\$
01	Um ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE A6 ESCOLAR, ano fabricação 2004, ano modelo 2004, Placas MEB0781, RENAVAM 824103335, chassi 93PB22C2M4C012216, cor prata, 24 lugares. Nº Patrimônio 0083	15.000,00
02	Uma VW/KOMBI ESCOLAR, ano fabricação 2011, ano modelo 2012, Placas MJB7617, RENAVAM 356107140, chassi 9BWMF07X0CP010886, cor branca, 15 lugares. Nº Patrimônio 0031	7.000,00
03	Um CAMINHÃO FORD CARGO 1621, ano fabricação 2001, ano modelo 2002, Placas MFZ9460, RENAVAM 797139079, chassi 9BFYTHZF92BB12134, cor branca. Nº Patrimônio 0013	30.000,00
04	Um CAMINHÃO FORD CARGO, ano fabricação 1990, ano modelo 1990, Placas GLR6431, RENAVAM 131857460, chassi 9BFYXXLA3LDB17525, cor branca. Nº Patrimônio 0075	10.000,00
05	Uma CAMINHONETE CHEVROLET MONTANA LS, ano fabricação 2013, ano modelo 2013, Placas MKL8085, RENAVAM 560999127, chassi 9BGCA80X0DB353613, cor branca. Nº Patrimônio 3698	7.000,00
06	Um automóvel VW/VOYAGE 1.0, ano fabricação 2011, ano modelo 2012, Placas MJD9657, RENAVAM 357240685, chassi 9BWDA05U9CT126098, cor branca. Nº Patrimônio 0035	5.000,00
07	Um automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano fabricação 2012, ano modelo 2013, Placas MJQ0496, RENAVAM 482743182, chassi 9BWAA05W8DP058682, cor branca. Nº Patrimônio 0045	6.000,00
08	Um TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEERE SLC-5705, tração 4x4, com potência de 85CV, ano/modelo 2007, acoplado com cabine completa agrícola com ar condicionado, estrutura em carbono, revestido com fibra de vidro. Nº Patrimônio 0011 e 3667	25.000,00
09	Um TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL-85, ano/modelo 2007, acoplado com cabine completa agrícola com ar condicionado, estrutura em carbono, revestido com fibra de vidro. Nº Patrimônio 0003 e 3666	40.000,00
10	Uma COLHEDORA DE FORRAGENS – ENSILADEIRA – CUSTON 930 CII, 12 facas, com 04 rolos recolhedores, 24 tamanhos de corte, 01 rotor, 12 facas, comando hidráulico, com bica de saída giratória de acionamento manual, série 4210, ano/modelo 2014, cor verde. Nº Patrimônio 3735	1.500,00
11	Uma COLHEDORA DE FORRAGENS – ENSILADEIRA – PECUS 9004 GERAÇÃO 4, com bica de saída, ano/modelo 2009. Nº Patrimônio 0032	4.000,00
12	Uma COLHEDORA DE FORRAGENS – ENSILADEIRA – PECUS 9004 GERAÇÃO 4, com bica de saída, ano/modelo 2010. Nº Patrimônio 0033	4.000,00
13	Um ROLO COMPACTADOR, Nº Patrimônio 0013	3.000,00
14	Uma PLAINA AGRÍCOLA DIANTEIRA – modelo PAD-500, ano 2011. Nº Patrimônio 2667	5.000,00
15	Um COMPRESSOR DE AR. Nº Patrimônio 1783	100,00
16	Um DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO, 5 toneladas, cor azul. Nº Patrimônio 0043	5.000,00

2 – DAS CONDIÇÕES:

2.1 Poderão participar do presente leilão, pessoas jurídicas ou físicas, devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, respectivamente, possuidoras de documento de identidade, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipadas, ou seus procuradores, desde que munidos de instrumento público ou particular de mandato (esta com firma reconhecida), ou cópia devidamente autenticada em cartório.

2.2 No ato de arrematação, o interessado se credenciará perante a equipe do Leiloeiro Oficial, com a apresentação dos originais dos seguintes documentos, sob pena de nulidade do lance:

2.2.1 Pessoa Física - RG e CPF.

2.2.2 Pessoa Jurídica - cópia do cartão de inscrição no CNPJ devidamente autenticado em cartório, dos atos constitutivos e alterações, inscrição estadual, cópia do comprovante de endereço e dos documentos pessoais de seu representante legal, quando for o caso.

2.2.3 Cabe ao Leiloeiro contratado a responsabilidade pelo cadastro dos participantes do leilão.

2.3 Os bens objeto do presente Leilão, serão arrematados pelo maior lance oferecido. O Município Vargem Bonita, conforme previsão legal contida no artigo 22, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, não alienará os bens cujos lances ou ofertas não sejam iguais ou maiores do que o valor expresso na tabela do item 1.1 deste edital.

2.4 O pagamento será à vista, em espécie ou através de cheque nominal ao Município diretamente ao Leiloeiro Oficial, qual ficará encarregado de repassar os valores na conta corrente do Município de Vargem Bonita/SC, da seguinte forma:

2.4.1 Referente os Lotes 06 e 07 (FUNDO MUN. DA SAÚDE): BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 1760-4 / CONTA CORRENTE 106.683-8.

2.4.2 Demais Lotes (Prefeitura): BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 1760-4 / CONTA CORRENTE 127.250-0.

2.5 No dia do Leilão serão aceitos pagamentos em cheques de outras agências bancárias, e a liberação do bem arrematado se dará após sua cobrança ter sido creditada na conta corrente do Município de Vargem Bonita – SC.

2.6 Será cobrado a título de comissão ao Leiloeiro Oficial o percentual de 6% (Seis por cento), sobre o valor do lance vencedor, a ser pago pelo arrematante diretamente a este, mediante recibo.

2.7 Após o apregoamento normal, repassado 2 vezes pelo Leiloeiro, havendo lances inferiores ao mínimo do valor avaliado, estes poderão ser analisados, mas a venda somente será aprovada com concordância da Comissão de Avaliação que estará presente ao leilão e poderá fazer a aprovação na hora do Leilão.

Parágrafo Único: O Município ficará isento de qualquer pagamento a título de honorários de prestação de serviço ao leiloeiro ou a quem auxiliarem os mesmos.

3 – DA RETIRADA E IMISSÃO NA POSSE DOS BENS:

3.1 Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis, após o prazo de pagamento do arremate, para a retirada dos bens. Findo este prazo ficará o arrematante sujeito ao pagamento de uma taxa de permanência de 2% (dois por cento) ao dia, calculada sobre o valor da venda,

até 30 (trinta) dias da data da arrematação, quando então, a venda será considerada nula, e os bens materiais revertidos ao patrimônio do Município, sem que caiba indenização ao arrematante.

3.2 Findo o prazo de 10 (dez) dias previsto no item anterior, o Município não se responsabiliza pelos bens arrematados.

3.3 O lote arrematado deverá ser retirado na sua totalidade.

3.4 Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade quanto a consertos, reparos ou providências referente ao transporte de bens leiloados, assim não serão aceitas reclamações posteriores à arrematação, bem como não serão aceitas desistências ou devoluções.

3.5 Em 10 (dez) dias após a arrematação do bem imóvel será fornecido ao arrematante, AUTO DE ARREMATAÇÃO, para que os mesmos promovam a transferência da propriedade, a qual devrá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a expedição do respectivo Auto.

3.6 A emissão na posse do imóvel deverá ocorrer única e exclusivamente por conta do arrematante, sendo de sua inteira responsabilidade promover a desocupação, isentando totalmente o Município de qualquer ônus.

3.7 A regularização dos veículos junto ao DETRAN, a retirada do local, bem como quaisquer outras despesas pertinente, correrão por conta exclusiva do arrematante. As eventuais multas que por ventura existirem junto ao DETRAN ou outros órgãos fiscalizadores até a data do Leilão, correrão por conta do Município.

3.8 A transferência do veículo arrematado deverá ser efetuada dentro de 30 (trinta) dias, conforme legislação do Departamento de Trânsito, sob pena das sanções cabíveis.

3.9 Será emitido recibo pelo Leiloeiro, como comprovante do pagamento.

3.10 No ato da arrematação deverão ser fornecidos pelo arrematante todas as informações solicitadas pelo comitente ou pelo Leiloeiro designado.

3.11 A incidência de impostos, bem como, as despesas e outros encargos decorrentes da retirada, carregamento e transporte dos bens ou materiais, correrão por conta do arrematante.

4 - DOS LANCES PRESENCIAL/ONLINE

4.1 – Os interessados em participar do leilão poderão fazê-lo nas modalidades PRESENCIAL ou INTERNET.

4.2 – A modalidade PRESENCIAL ocorre mediante comparecimento do interessado ao local do leilão, na data e horário estabelecidos no EDITAL.

4.2.1 – Na modalidade PRESENCIAL os lances são verbais e deverão ser ofertados no leilão pelos interessados ou seus procuradores, esses devidamente investidos por procuração específica.

4.3 – Na modalidade INTERNET os lances são realizados on-line, por meio de acesso identificado, no site do leiloeiro www.baldisseraleiloeiros.com.br na data e horário estabelecidos no edital.

4.3.1 – O interessado deve efetuar cadastro prévio (no máximo 24 horas do leilão) no site do leiloeiro, indicado no item 4.3, e encaminhar via e-mail no endereço: ruy@baldisseraleiloeiros.com.br, cópia dos documentos constantes dos itens 2.2.1 e 4.2.2, para obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições deste edital.

4.3.2 – Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta.

4.3.3 – Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

4.4 – Os lances oferecidos via INTERNET serão apresentados no telão junto com os lances ofertados na modalidade PRESENCIAL.

4.5 – Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo interessado para participação no leilão (PRESENCIAL ou INTERNET) implicará na apresentação dos documentos listados nos itens 2.2.1 e 2.2.2 essenciais para a participação no leilão.

4.5.1 – Na modalidade PRESENCIAL a apresentação dos documentos ocorre no início da sessão de leilão.

4.5.2 – Na modalidade INTERNET os documentos são remetidos ao leiloeiro conforme instruções no item 3.3.1.

4.5.3 – A não apresentação dos documentos especificados neste edital, implicará na imediata desqualificação do interessado para participação no leilão, em qualquer das modalidades aqui previstas.

4.5.4 – O edital estará disponível para apreciação nos seguintes sites: www.baldisseraleiloeiros.com.br e, www.vargembonita.sc.gov.br.

5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O encerramento do processo de leilão ocorre com o recebimento do valor da arrematação, a entrega do bem móvel alienado, bem como a prestação de contas do Leiloeiro ao Município de Vargem Bonita.

5.2 Os interessados poderão examinar todos os bens à serem leiloados em horário de expediente, no endereço da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, sito a Rua XV de Novembro, Centro, nesta cidade de Vargem Bonita-SC.

5.3 Qualquer omissão do presente Edital, prevalecerão as normas administrativas e os princípios legais, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e atualizações posteriores, independente de menção expressa.

5.4 Todo aquele que impedir, perturbar, fraudar ou procurar afastar arrematantes por oferecimentos ou vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará incurso nas penas de 06 (seis) meses à 02 (dois) anos de detenção, conforme dispõe o artigo 335 do Código Penal Brasileiro.

5.5 Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura, na Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita, SC ou através dos sites www.vargembonita.sc.gov.br ou www.baldisseraleiloeiros.com.br, ou por e-mails: adm@vargembonita.sc.gov.br ou compras@vargembonita.sc.gov.br, ou ainda, pelos telefones (49) 3548 3000 na Prefeitura ou (49) 3323-4245 com o Leiloeiro.

Vargem Bonita /SC, 26 de Outubro de 2017.

MELÂNIA A.ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

PROCESSO 059/2017 PR 047/2017

Publicação Nº 1412326

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) na Prestação de Serviços Elétricos e Eletrônicos de manutenção preventiva e corretiva, (SEM EXCLUSIVIDADE do fornecimento de peças e acessórios) para a Frota de Veículos e Máquinas do Município, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Tipo: Menor Preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote.

Entrega dos Envelopes da Proposta e Documentos: Até às 09:00 horas do dia 09 de Novembro de 2017.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 09 de Novembro 2017 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 27 de Outubro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI

PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 060/2017 PR 048/2017

Publicação Nº 1412397

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Brinquedos Infantis - Carrinho e Boneca - acondicionados em embalagens individual e própria para presente, para distribuição às crianças do Município de Vargem Bonita – SC, em comemoração ao Natal 2017, conforme condições características e quantidades estimadas constantes no Edital do certame.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até o dia 09 de Novembro de 2017, às 14:00 horas.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 09 de Novembro 2017 a partir das 14:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 27 de Outubro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017 - PMV

Publicação Nº 1412540

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 120/2017 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DOS VEÍCULOS RENAULT DUSTER, ANO 2013, PLACA MLN 8104, RENAULT LOGAN, ANO 2013, PLACA MLQ 6315 DA POLÍCIA MILITAR, E VEÍCULO CHEVROLET VECTRA, ANO 2008, PLACA MES 7073, DO GABINETE DO PREFEITO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 16/11/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 26 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 02/2017- PMV

Publicação Nº 1412394

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DAS CALÇADAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL (DEMOLIÇÃO DE PARTE DAS CALÇADAS; EXECUÇÃO DE NOVA RAMPA DE ACESSO; REVESTIMENTO DA NOVA CALÇADA COM PEDRAS TIPO MIRACEMA; INSTALAÇÃO DE PISO TÁTIL E CORRIMÃOS DE ACORDO COM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE), COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 376,05M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADA a empresa Femaks Construtora e Incorporadora Ltda por descumprir exigências editalícias e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Foccus Serviços Eireli, Felipe Bruschi Engenharia Ltda ME e Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 09/11/2017, às 09:00hrs, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 26 de outubro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO 171/2017 - PMV

Publicação Nº 1412681

Termo de Convocação

Pelo presente, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, fica Vossa Senhoria convocada para, dentro do prazo de 3 (três) dias, firmar o Termo Aditivo nº 171/2017 a Ata de Registro de Preço nº 10/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 09/2017 - PMV, sendo imprescindível a manutenção da comprovação de regularidade fiscal, nos termos do art. 29 da Lei regente da matéria.

Ciente em

____/____/2017.

Assinatura

DESTINATÁRIO:

GUZZI GAS DISTRIBUIDORA LTDA ME

Rua Setembrino Comunello, n.º 112, Bairro Cinquentenário

Videira/SC - CEP.: 89.560-000

E-mail: guzzigas@hotmail.com

TERMO DE ADITAMENTO Nº 171/2017 – 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017

ADITIVO AO CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017– PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE CARGAS DE GÁS P13 E P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

Contratante: MUNICÍPIO DE VIDEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, DORIVAL CARLOS BORGA, no uso de suas atribuições, juntamente com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, inscrito no CNPJ nº 13.617.528/0001-56, também representados neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. DORIVAL CARLOS BORGA.

Contratada: GUZZI GAS DISTRIBUIDORA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.511.961/0001-60, com sede na Rua Setembrino Comunello, n.º 112, Bairro Cinquentenário, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89.560-000, email: guzzigas@hotmail.com, telefone: (49) 3533-0151 neste ato representada pelo Senhor GILSON GUZZI

Considerando o pedido de revisão no valor do gás P14 e P45, apresentado pela empresa contratada;

Considerando que o art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei de Licitações prevê as hipóteses para a ocorrência do reajuste, repactuação ou revisão;

Considerando o parecer da Procuradoria Jurídica favorável e que foi autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, as partes acima epigrafadas acordam aditar a Ata de Registro de Preço nº 10/2017, com o fim de reavisar o preço do bujão de gás, conforme quadro abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Valore reajustado
1	UN	CARGA DE GÁS PARA BOTIJÃO P13	NACIONAL GAS	43,00	45,90
2	UN	CARGA DE GÁS PARA BOTIJÃO P45	NACIONAL GAS	172,00	184,00

As despesas decorrentes do objeto do presente Termo correrão por conta da Dotação Orçamentária correspondente à Lei Orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e acordados, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos.

Videira, 26 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA Órgão Gerenciador DORIVAL CARLOS BORGA Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS Órgão Participante	FUNDO MUN. DE SAÚDE – FMS Órgão Participante	GUZZI GAS DISTRIBUIDORA LTDA ME GILSON GUZZI Sócio Administrador
---	--	--	--

Testemunhas:

1- _____

Nome: Jéssica Prigol CPF: 077.587.519-89

2- _____

Nome: Raimunda Aparecida Zago Borba CPF: 892.108249-20 Conferido

Elton Luiz Borrachini

Procuradoria Jurídica

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO Nº 07/2017 - CMV**

Publicação Nº 1412622

Contrato nº: 07/2017 - CMV

Data de Assinatura: 25/10/2017

Vigência: de 25/10/2017 a 25/04/2018.

Contratada: Instituto O Barriga Verde.

Valor: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).

Licitação: Dispensa de Licitação n. 03/2017 - CMV

Objeto: contratação de empresa para elaboração, organização e execução de concurso público para provimento de 1 (uma) vaga para o cargo de jornalista e 1 (uma) vaga cadastro reserva para o cargo de pedagogo, conforme estabelecido no Projeto Básico, Resolução Legislativa nº 004/2015 e a Lei n. 3.488/2017.

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO N. 03/2017 - CMV

Publicação Nº 1412623

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 25/10/2017

CONTRATADA: Instituto O Barriga Verde.

OBJETO: contratação de empresa para elaboração, organização e execução de concurso público para provimento de 1 (uma) vaga para o cargo de jornalista e 1 (uma) vaga cadastro reserva para o cargo de pedagogo, conforme estabelecido no Projeto Básico, Resolução Legislativa nº 004/2015 e a Lei n. 3.488/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: De 25/10/2017 a 25/04/2018.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII e art. 26, parágrafo único, inciso II e III da Lei n. 8.666/93. Videira - SC, 25 de outubro de 2017. Wilson Antonio Paeze Segundo. Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1412192

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, torna público que se encontram abertas no período de 01.11.2017 a 30.11.2017, as inscrições para o Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2018, o qual reger-se-á, pelas normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

0.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

0.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço atualizado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

0.3. O candidato que for chamado e recusar a vaga oferecida, passará automaticamente para o final da fila, aguardando próxima chamada.

2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 01.11.2017 a 30.11.2017, somente via internet, pelo site click.listaeditais.com.br.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Ler atentamente este edital completo.

3.2.2. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet.

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 01.12.2017, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato poderá se inscrever para até 02 (dois) cargos desde que cumpridas às exigências de habilitação, onde será gerada uma taxa para cada inscrição realizada pelo candidato. Dessa forma, o candidato que optar por prestar duas provas, deverá pagar duas taxas.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Apresentar à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, no seguinte endereço: Secretaria da Educação de Vitor Meireles.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

- b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;
- c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4 A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, boletos alterados por vírus de computador instalado no computador gerador do boleto ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.8. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.9. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 06.12.2017 o presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 10.1 deste Edital.

3.10. No dia 11.12.2017, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Será cobrado o valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por inscrição. O candidato que se inscrever para duas opções, serão geradas duas taxas.

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá 0,40 pontos.

5.3. Prova de Títulos (PT), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos que se inscreverem para vaga de professor, conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.4. Tempo de Serviço (TS), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos, será computado conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.5. A Nota Final (NF) será composta pela seguinte forma:

5.5.1. $NF = (PE \times 0,7) + (PT \times 0,2) + (TS \times 0,1)$

5.5.3. Sendo PE = Prova Escrita, PT = Prova de Títulos e TS = Tempo de Serviço.

5.6. A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 17.12.2017 com início às 9h até no máximo às 12h. A prova terá duração mínima de 30 minutos e máxima de 3 horas. O local da prova será publicado junto a Homologação dos Inscritos no dia 11.12.2017.

6.2. A entrega dos títulos será no mesmo local da prova escrita em sala específica, onde o candidato após realizar a prova escrita entregará seus títulos.

6.2.1. Os documentos da prova de títulos servirão também para comprovação da habilitação mínima exigida pelo edital.

6.2.2. O candidato que não entregar documentos comprovando a habilitação mínima, na forma descrita acima, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado no momento da publicação das notas.

6.3. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.4. A classificação dos títulos estará em consonância com o descrito no Anexo IV deste Edital.

6.5. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio click.listaeditais.com.br, e nos locais previstos no item 10.1 deste Edital, no dia 17.12.2017 após às 18h.

6.6. No dia 10.01.2018, a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o gabarito definitivo e a classificação provisória.

6.7. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.8. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.8.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

6.8.2. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.8.3. que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.8.4. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.8.5. que possuir maior número de dependentes;

6.8.6. que tiver maior idade.

6.9. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 10.1 deste Edital.

6.10. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará em sua desclassificação do Processo Seletivo.

6.11. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal, será publicada no dia 16.01.2018, nos locais previstos no item 10.1 deste Edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 7.1.1. do presente Edital;
- 7.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;
- 7.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 7.1.4. da nota da prova escrita;
- 7.1.5. da nota da prova de títulos;
- 7.1.6. da nota do tempo de serviço;
- 7.1.7. da classificação.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles – SC.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através da área do candidato, disponível no sítio click.listaeditais.com.br.

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

8. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

8.1.1. Ser brasileiro nato;

8.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

8.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata o ANEXO V deste Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

8.1.4. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

- a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- d) Título de Eleitor;
- e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
- f) Certidão relativa ao gozo dos direitos políticos;
- g) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- h) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- i) Certidão de Nascimento dos filhos;
- j) Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;
- k) PIS/PASEP (frente e verso);
- l) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- m) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;
- n) Número da conta corrente, no Banco do Brasil ou Cresol;
- o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;
- p) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A validade deste Processo Seletivo será para todo o ano letivo de 2018.

9.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

9.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como os parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau dos responsáveis pela elaboração das provas.

9.4. Não poderão participar deste Processo Seletivo Simplificado os candidatos que responderam processo administrativo ou disciplinar em até 3 (três) anos.

9.5. As vagas oferecidas para este processo seletivo serão as remanescentes do processo de escolha de vagas dos servidores efetivos.

9.6. A primeira escolha de vagas remanescentes à escolha dos professores efetivos, ocorrerá no dia 08/02/2017 às 9h00min, na Secretaria Municipal de Educação, mediante decreto de homologação do quadro de vagas, publicado no site da Prefeitura.

9.7. As vagas oferecidas serão estabelecidas de acordo com a jornada de trabalho instituída no Plano de Cargos dos servidores do Magistério Público Municipal.

9.8. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas, iniciando pelo cargo de Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais. As vagas para professores de educação física e artes que não forem preenchidas (habilitação por área) posteriormente poderão ser preenchidas pelos professores inscritos na Educação Infantil e Anos Iniciais.

9.9. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vagas e o candidato presente que não aceitar a vaga oferecida perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

9.10. Se no ato da escolha de vagas não houver vaga suficiente para preencher a carga horária de 40 (quarenta) horas, o candidato permanece em sua colocação na lista de classificação, para eventual chamada posterior.

9.11. O candidato que escolher vaga e não assumir o exercício perderá todos os direitos previstos neste edital.

9.12. O candidato que escolher vaga, não poderá ser remanejado de turma durante o ano letivo de 2018.

9.13. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma, perderá todos os direitos previstos no presente edital, sendo desclassificado do Processo Seletivo.

9.14. O candidato que não comprovar todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o próximo candidato classificado.

9.15. As chamadas posteriores para professores substitutos, após esgotada a lista de classificação inicial, serão feitas da seguinte forma:

9.14.1. As vagas disponíveis serão oferecidas e publicadas no site da Prefeitura, no endereço www.vitormeixeles.sc.gov.br.

9.14.2. As publicações das vagas ofertadas estarão disponibilizadas até às sextas-feiras no site da Prefeitura, sendo que os candidatos com interesse na vaga deverão comparecer no setor de RH da Prefeitura, às 9h15min, na segunda-feira imediatamente posterior à publicação, e a chamada será feita conforme a classificação dos candidatos no presente processo seletivo.

9.14.3. Não havendo interessados para a chamada da segunda-feira, haverá nova publicação no site da Prefeitura até às 14h00min do mesmo dia, sendo que a chamada será feita na terça-feira imediatamente posterior, às 9h15min, no setor de RH da Prefeitura, para todos os interessados, independentemente de ter participado deste Processo Seletivo ou não, seguindo os seguintes critérios:

- I - Pós-Graduação na área da Educação;
- II - Licenciatura em Pedagogia ou na área de atuação;
- III - Cursando Licenciatura em Pedagogia ou na área de atuação, com maior número de semestres concluídos;
- IV - Licenciatura em outras áreas do Ensino Superior;
- V - Formação de Ensino Médio Magistério;
- VI - Tempo de serviço no Magistério;
- VII - Ensino médio completo;
- VIII – Maior número de filhos;
- IX – Maior idade.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria de Educação e na internet, nos seguintes sítios: www.vitormeixeles.sc.gov.br e click.listaeditais.com.br.

10.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

10.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

10.5.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida

10.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Escrita;

10.5.3. Anexo III – Normas para realização da Prova Escrita;

10.5.4. Anexo IV – Normas para Prova de Títulos e Tempo de Serviço;

10.5.5. Anexo V – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais.

10.5.6 Anexo VI – Cronograma.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 27 de outubro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO INICIAL R\$
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais	HABILITADO – Portador de certificado de conclusão de curso superior com licenciatura plena em Pedagogia ou curso normal superior. NÃO HABILITADO – Certidão de frequência do Curso de Graduação em Pedagogia.	Proporcional ao Vencimento na época da contratação de acordo com o Plano de Cargos do Magistério Municipal
Professor de Educação Física	HABILITADO - Portador de certificado de conclusão de curso superior com licenciatura ou bacharelado em Educação Física. NÃO HABILITADO - Certidão de frequência do Curso de Graduação em Licenciatura ou bacharelado em Educação Física.	Proporcional ao Vencimento na época da contratação de acordo com o Plano de Cargos do Magistério Municipal
Professor de Artes	HABILITADO - Portador de certificado de conclusão de curso superior com licenciatura em Artes, licenciatura de Artes Visuais, ou Educação Artística. NÃO HABILITADO – Certidão de frequência do Curso de Graduação em licenciatura em Artes, licenciatura de Artes Visuais, ou Educação Artística.	Proporcional ao Vencimento na época da contratação de acordo com o Plano de Cargos do Magistério Municipal

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

1 – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos–Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura –A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

2 – CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES:

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Vitor Meireles. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Vitor Meireles. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

3 – RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA):

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

4 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

4.1. Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais:

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/ material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática

Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

4.2. Professor Artes:

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros.

4.3. Professor Educação Física:

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psico-motoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor.

ANEXO III

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

1.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

1.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2. a prova terá duração mínima 30 (trinta) minutos e será composta por 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, na forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,4
Conhecimentos Gerais/Atualidades	05	0,4
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,4
Conhecimentos Específicos	10	0,4

3. durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

3.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

3.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

3.3. usar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

4. em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

5. os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6. todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

7. na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

8. após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9. ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido;

10. no local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência e rubrica dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

11. os envelopes contendo os cadernos das provas e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

ANEXO IV

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

1. O cômputo da PROVA DE TÍTULOS será feito na forma abaixo:

1.1. 0,2 ponto por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência E histórico escolar. O candidato que apresentar apenas o Atestado de Frequência será computado apenas uma fase;

1.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério.

1.3. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de curso do curso superior específico para o qual se inscreveu;

1.4. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós ou mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.5. 8 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós ou mestrado na área específica para a qual se inscreveu.

1.6. Os pontos não são acumulativos, será validada a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentados pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de outubro/2013.

2. O cômputo do TEMPO DE SERVIÇO será feito na forma abaixo:

2.1. 1 (um) ponto por ano comprovado em declaração de órgão público ou privado expressa em anos, dias e meses.

2.2. Para fim de arredondamento, 6 meses ou mais, será considerado como 1 ano.

2.3. O candidato poderá acumular no máximo 10 (dez) pontos.

3. Os documentos para comprovação da habilitação mínima, prova de títulos e tempo de serviço podem ser cópias simples. Em uma eventual divergência, a empresa se resguarda no direito de solicitar a apresentação dos documentos originais em outra oportunidade.

4. No local de entrega dos documentos não serão realizadas cópias.

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2017, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

CRONOGRAMA

DATA	ATO
27.10.2017	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
30 e 31.10.2017	Prazo para impugnações do Edital de Abertura de Inscrições
01.11.2017	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições
01.11 a 30.11.2017	Período de Inscrições
01.12.2017	Último dia para o pagamento do boleto
06.12.2017	Publicação do rol de inscritos
07 e 08.12.2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
11.12.2017	Homologação das Inscrições
17.12.2017	Realização da Prova Escrita Entrega dos Títulos
17.12.2017 após às 18h	Divulgação do Gabarito da Prova Escrita
18 e 19.12.2017	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita
10.01.2018	Publicação do Gabarito Definitivo, Notas da prova escrita, prova de títulos e a respectiva classificação
11 e 12.01.2018	Prazo para recursos da nota da prova escrita, prova de títulos e nota final
16.01.2018	Homologação do resultado final

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0092/2017

Publicação Nº 1411770

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0092/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0092/2017, do tipo menor preço global, tendo como objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa para a Manutenção e Instalação da Iluminação Pública no Município de Xanxerê, através de Mão de Obra especializada e Fornecimento de Materiais Elétricos de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações constantes no Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 10 de Novembro de 2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 24 de Outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2017

Publicação Nº 1412062

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0045/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratada: EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Objeto: Têm por objeto o Contrato acima, os serviços de engenharia para Revitalização da praça sobre o antigo terminal urbano de Xanxerê. Fica aditado ao Contrato Originário, o valor de R\$ 13.507,10 (treze mil e quinhentos e sete reais e dez centavos) conforme Justificativas do Setor de Engenharia, Planilha Orçamentária com os itens, Parecer do Controle Interno e Parecer Jurídico em anexos. Xanxerê-SC, 26 de outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

EXTRATO RESCISÃO DO CONTRATO Nº 0063/2013

Publicação Nº 1411890

Extrato de Rescisão Contrato nº 0063/2013

Contratante: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ADEMIR LUIZ SANTIN

Objeto: Tem por objeto o presente contrato a locação de duas salas comerciais novas, em alvenaria, medindo aproximadamente 65 m² cada. Individualmente compostas de 01 banheiro WC, uma área de serviço e mais 03 cômodos, entrada com acessibilidade e pintura nova, localizadas na Rua Luiz Modesti, 224 no Bairro Tacca, que serão destinadas ao funcionamento da Unidade Sanitária do Bairro Primo Tacca. Fica rescindindo, de comum acordo, a partir da presente data, o Contrato de Locação nº 0063/2013, firmado em 19 de agosto de 2013, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde em anexo.

Xanxerê-SC, 26 de outubro de 2017. Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel – Secretário Municipal de Saúde.

Xavantina

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 007/2017 CMAS

Publicação Nº 1411872

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS

RESOLUÇÃO Nº 007/2017 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Aprovação da Lei de Regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais pela Política Municipal de Assistência Social de Xavantina.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Xavantina, no uso de suas atribuições legais, através da Lei Municipal nº 1454, de 23 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Lei nº1. 604 de 09 de agosto de 2017 a qual dispõe sobre a regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais pela Política Municipal de Assistência Social de Xavantina.

Art. 2º. Os benefícios eventuais que integram esta lei caracterizam-se pelas modalidades: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio em situação de vulnerabilidade temporária e auxílio a situações de calamidade pública.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 25 de outubro de 2017.

GICELLE PARISOTTO

Presidente – CMAS

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 108/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017

Publicação Nº 1412665

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 108/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 062/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Ureia para distribuição aos agricultores participantes dos programas de incentivo a produção de bovinocultura de leite, objetivando o aumento na produção de pastagens, possibilitando melhores resultados na produção de leite.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 10 de Novembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 10 de Novembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 27 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA. Prefeito Municipal em exercício.

LEI 4295 - LOA

Publicação Nº 1411758

Lei nº 4.295/2017, de 17 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

ADRIANO IVO BORTOLANZA, Prefeito Municipal de Xaxim Em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;

II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2018, 2019 e 2020;

IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providencias;

VII - Montante da Dívida;

VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;

IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;

X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014;

XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/

Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e Fundos Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e Fundos Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário;

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2018, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista observada o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não

serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da receita estimada para o exercício de 2018 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 15 desta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções

previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Xaxim, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 20 de outubro de 2017.

ADRIANO IVO BORTOLANZA

Prefeito Municipal Em Exercício

Associações

EGEM

ADITIVO DO EDITAL Nº 58.2017 - SIMPLES NACIONAL SMO

Publicação Nº 1411870

ADITIVO AO EDITAL Nº 58/2017 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE OS ASPECTOS GERAIS DO SIMPLES NACIONAL E AS ALTERAÇÕES PARA 2018

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso sobre os Aspectos Gerais do Simples Nacional e as Alterações para 2018, a realizar-se em São Miguel do Oeste de acordo com o edital nº 58/2017 publicado em 31/08/2017.

Cidade/Local	Auditório da AMEOSC R. Padre Aurélio Canzi, 1628 – Centro São Miguel do Oeste – SC CEP 89900-000
Período das inscrições	Até 12 de novembro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	13 de novembro de 2017
Período de realização	13 e 14 de novembro de 2017
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	40 vagas

Florianópolis, 26 de outubro de 2017.

EDITAL Nº 68.2017- CHAMAMENTO CAPACITAÇÃO DO CRAS

Publicação Nº 1411828

EDITAL Nº 68/2017
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO SOBRE O CRAS
COM ÊNFASE PARA O PAIF/SCFV

1. OBJETIVO DO CURSO

Qualificar os trabalhadores do SUAS, com vistas a aprofundar as relações teórico prático do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como apresentação de abordagem metodológica no trabalho com famílias.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e Trabalhadores do SUAS, especialmente trabalhadores de CRAS e da proteção social básica, Conselheiros Municipais de Assistência Social e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório do Centro Executivo Imperatriz 1º andar Rua: General Liberato Bittencourt, 1885 Bairro: Canto CEP 88070-800
Período das inscrições	Até 05 de novembro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	06 de novembro de 2017
Período de realização	06 e 07 de novembro de 2017
Carga horária total	20horas/aula

Quantidade de vagas	35
---------------------	----

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA	
08h30 às 12h 13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> · Breve contextualização da política de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) · Família e Território · Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): <ul style="list-style-type: none"> - Concepção - Organização - Base teórica · Metodologia de trabalho com famílias: Abordagem metodológica · Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF): <ul style="list-style-type: none"> - Organização - Metodologia de trabalho - Atendimento e acompanhamento - Oficinas com Famílias - Ações Comunitárias * Atribuições da Equipe
SEGUNDO DIA	

08h30 às 12h 13h30 às 17h30	· Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: - Organização (conforme os ciclos de vida) - Atribuições da equipe - Proposta de Percurso metodológico - Relação do SCFV com PAIF
--------------------------------	--

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Karla Cardoso Borges

Assistente Social; Mestra em Serviço Social na PUCRS; Especialista em Gestão da Política de Assistência Social, Especialista em Políticas Públicas e Cidadania; Atualmente é servidora pública da Prefeitura Municipal de Criciúma, atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social em CREAS no Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto de LA e PSC: Já atuou como: assessoria junto às equipes de CRAS; Coordenadora da Proteção Social Básica da Secretaria do Sistema Social do município de Criciúma/SC (2009 a 2012), Conselheira municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, professora na disciplina de Participação Cidadã no ProJovem Urbano de Criciúma, técnica representante da AMREC no colegiado de assistentes sociais das associações dos municípios (2010 a 2012), Assistente social na política habitacional, política de saúde, coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Albergue e atuação na equipe de pesquisadores do Diagnóstico sobre trabalho infantil em regiões de Fronteira do Mercosul (2012). Atualmente desenvolve atividades como docente em cursos de especialização e junto a EGEM-Escola de Gestão Pública Municipal/Florianópolis-SC; realiza assessoria na área de gestão da política de Assistência Social – SUAS, planejamento, qualificação e ordenamento das atividades do CRAS, ministra cursos em Política Pública de Assistência Social/SUAS/Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Conselhos Municipais de Assistência Social, Direito da Criança e do Adolescente. Docente do CapacitaSUAS do Mato Grosso do Sul (2016), ministrando cursos de as áreas Proteção social básica; Proteção Social Especial e Atualização do Plano Municipal de Assistência Social.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 69.2017 - CHAMAMENTO CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS _CHAPECÓ

Publicação Nº 1411949

EDITAL Nº 69/2017

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE REGISTRO DE PREÇOS E GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. OBJETIVO DO CURSO

Apresentar e debater os temas pertinentes à contratação pública, em especial os princípios constitucionais e normas específicas, as fases da contratação, a celebração dos contratos administrativos e sua regular execução.

Verificar os procedimentos de contratação administrativa realizados pelo Município, avaliando a observância ao ordenamento jurídico e a efetividade das contratações, para ao fim da capacitação sugerir adequações e melhorias pertinentes ou necessárias para o aperfeiçoamento das contratações administrativas.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais da administração pública, direta e indireta, fundacional, autárquica, pregoeiros, membros de comissões de licitação e assessores jurídicos envolvidos na área de processos licitatórios. Profissionais da iniciativa privada que participam de processos licitatórios junto à administração pública.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina Av. Getúlio Dorneles Vargas, 571 Centro, Chapecó – SC CEP: 89812-000
Período das inscrições	Até 12 de novembro de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	13 de novembro de 2017
Período de realização	13 e 14 de novembro de 2017
Carga horária total	15horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia

8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios da licitação pública; • Planejamento da contratação administrativa; • Sistema de Registro de Preços (SRP): • Cabimento • Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência • Edital de licitação para SRP • Ata de Registro de Preços • Prazo de validade da ata • Reajuste de preços no SRP • Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços • Contratos administrativos decorrentes do SRP
13h às 17h	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos administrativos: • Formalização: procedimentos e cláusulas obrigatórias; • Competências dos agentes públicos na celebração e execução do contrato: Ordenador de despesa, gestor e fiscal do contrato; • Duração e renovação de contratos administrativos; • Instrumentos de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato: reajuste, revisão e repactuação; • Alterações contratuais: espécies, limites e procedimentos; • Fiscalização e recebimento do objeto do contrato; • Execução irregular do contrato administrativo: Aplicação de sanções e rescisão antecipada.
2º Dia	
8h30 às 12h	<p>Análise crítica de casos concretos (casos selecionados pelo ministrante do curso);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Debate sobre a formalização do processo da contratação administrativa, procedimentos adotados, legalidade das contratações e efetividade da execução dos contratos; • Avaliação sobre o controle na execução dos contratos (liquidação da despesa pública); • Recomendações para o aperfeiçoamento do controle e gestão dos contratos administrativos no Município.

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Edinando Luiz Brustolin.

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087.

Consultor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher

Prefeito de Vargem

Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

EXTRATO CONTRATO CL Nº 019/2017 - AGIR

Publicação Nº 1411782

E X T R A T O

CONTRATO CL Nº 019/2017

- EXTRATOS CONTRATOS / 2017

NÚMERO DO CONTRATO: 019/2017

DATA ASSINATURA: 26/10/2017

DATA VENCIMENTO: 31/12/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 020/2017 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: L.M.D.M - CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP (CNPJ nº 11.985.753/0001-10)

OBJETO: Capacitação ao quadro técnico da Agir na área da regulação de serviços públicos, a realizar-se na Agência com carga-horária de 24 (vinte e quatro) horas através de conteúdo programático aplicado ao tema regulação de transporte público coletivo.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Blumenau (SC), em 26 de outubro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIGA

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL DO CIGA - 10/10/2017

Publicação Nº 1412729

Ata da 17ª Assembleia Geral Extraordinária do CIGA

No dia dez outubro do ano de dois mil e dezessete, atendendo ao Edital de Convocação nº 06/2017, reuniram-se no município de Chapecó em Assembleia Geral os Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, conforme assinaturas na lista de presenças anexa. Às dezoito horas e trinta minutos, em segunda convocação, foi aberta a Assembleia Geral pelo Presidente do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, Sr. Douglas Fernando de Mello, o qual cumprimentou todos os presentes em especial a Prefeita Adelianna Dal Pont, Prefeita de São José e Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, agradeceu ainda o Prefeito Luciano Buligon por recepcionar os demais Prefeitos e Prefeitas na Comissão Central Organizadora - CCO da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - EFAPI 2017, lembrou ainda da importância dos prefeitos estarem reunidos em Assembleia já que as decisões do Consórcio devem ser compartilhadas entre todos os consorciados e defendeu o modelo de reunião descentralizada para outras cidades, além da Capital, visando sempre a maior participação de todos os consorciados. O Prefeito comentou, ainda, que todos os materiais relacionados à administração do CIGA, mesmo para os que não estão presentes, ficam disponíveis no portal de transparência do Consórcio e são publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC. Na sequência, o Sr. Douglas Mello concedeu a palavra ao Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni L. Albino, para que prosseguisse com a apresentação da Ordem do Dia. O Diretor Executivo cumprimentou os presentes expôs a seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas do CIGA do Segundo Quadrimestre do Exercício de 2017; 2) Apreciação e discussão dos novos consorciados; 3) Apreciação e discussão do plano de contratação dos sistemas de trânsito SNE e Radar com o Serpro; 4) Apreciação e discussão sobre a programação de homenagens dos 10 anos do Consórcio CIGA; 5) Apreciação e discussão do CIGA em fazer parte do Pacto pela Inovação por SC; e 6) Assuntos gerais de interesse dos consorciados. O Diretor do CIGA iniciou sua fala lembrando que o CIGA é parte integrante do movimento municipalista juntamente com a FECAM, as Associações de Municípios, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, a Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e demais consórcios públicos. Em seguida, o Diretor fez uma breve apresentação sobre um artigo de Peter Diamandis, sobre o Mundo em 2015 e 8 mudanças para os próximos 10 anos. A reflexão incluiu como surgiram e expandiram questões ligadas à tecnologia, inovação e forma de relacionamento entre as pessoas, com o facebook, os drones, smartphones, moedas virtuais e aplicativos como Uber e os recentes carros autônomos foram alguns dos exemplos. Nos próximos 10 anos haverá grandes avanços ligados ao uso de dispositivos eletrônicos tornando as cidades cada vez mais inteligentes e sustentáveis, haverá grandes mudanças nas áreas de saúde e educação e na forma de conectividade entre as pessoas. Possivelmente, um terço dos empregos atuais não mais existirá em 10 anos. Desta forma, a reflexão foi no sentido de onde o CIGA deverá estar daqui a 10 anos, em 2027. O CIGA como consórcio público pretende ser instrumento e uma nova forma de tornar acessível a tecnologia aos municípios, com novas abordagens na contratação e compartilhamento de recursos de Tecnologia da Informação - TI. O que o CIGA faz, e por quanto faz, tem causado diversas reações, pois, além da redução de custos, representa a retomada do patrimônio tecnológico e da informação aos municípios. Com as parcerias das Associações de Municípios, da FECAM e outros parceiros, o CIGA conseguirá seguir adiante no seu propósito de prover tecnologia para a melhoria da gestão pública. Desta forma, serão necessárias ações como a ampliação do espaço físico e de pessoal, novos projetos e contratações, novas parcerias e pensamento voltado ao ecossistema de informações municipais, seus diversos atores e interessados e a transparência cada vez mais indispensável no serviço público. Em seguida, foi apresentado aos presentes na Assembleia que o CIGA dispõe, atualmente, de 302 Municípios Consorciados, sendo 289 em Santa Catarina

(98%) e 13 municípios localizados em outros estados (Acre, Bahia, São Paulo, Paraíba, Paraná e Rio Grande do Sul). O presidente do CIGA, colocou, então, em apreciação a homologação do Município de Londrina/PR, feita através da Lei nº 12569/2017, o qual está interessado no uso do Sistema de gestão do Simples Nacional - G-Simples. Os presentes aprovaram a homologação por unanimidade, ficando o CIGA com 303 municípios consorciados. De forma contínua, o Diretor do CIGA passou à prestação de contas do segundo quadrimestre do exercício de 2017, expondo brevemente os programas disponíveis aos consorciados e alguns números do CIGA, entre eles que o CIGA possui 455 contratos vigentes, com cerca de 854 programas contratados, na ordem de cerca de 4 milhões de reais em sistemas contratados. O coeficiente de utilização dos sistemas está em 2.96/sistema por consorciado, sendo que a meta é 3. Outra meta importante para 2017 seria o consorciamento dos seis municípios ainda não consorciados em Santa Catarina, o Diretor comentou ainda sobre os mais 3 milhões de acessos anuais do DOM, os mais de 500 mil acessos no sistema de Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM e cerca de 750 mil visualizações do sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - G-Nota, o CIGA atende hoje mais de 9.000 usuários em cerca de 16 milhões de habitantes, sendo praticamente um empregado para cada um milhão de habitantes. O quadro de pessoal do CIGA contém 17 empregados públicos, sendo 14 concursados: 5 técnicos em TI, 4 programadores, 2 analistas de sistema, 1 assessor jurídico, 1 contador e 1 auxiliar administrativo; e 3 comissionados: 1 diretor executivo, 1 gerente de TI e 1 gerente administrativo. Ainda, são 3 terceirizados (secretária executiva, office-boy e auxiliar de serviços gerais) e 1 estagiário administrativo. Ainda, foi apresentada, então, pelo Presidente do CIGA a necessidade de contratação de, pelo menos, mais um estagiário na área jurídica, o qual foi aprovado por unanimidade pela Assembleia. Ato contínuo, foi apresentado o saldo imobilizado que encontra-se registrado no CIGA corresponde ao valor de R\$ 1.092.318,48 (um milhão, noventa e dois mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos), contabilizado no valor original de aquisição. As receitas arrecadadas no Segundo Quadrimestre foram de R\$ 1.532.440,51 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos), a receita total arrecadada até 31 de agosto de 2017 foi de R\$ 2.951.373,88 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos), sendo que o valor já superou a receita prevista para o exercício de 2017. No mesmo período, as despesas pagas foram de R\$ 946.066,99 (novecentos e quarenta e seis mil, sessenta e seis reais e noventa e nove centavos, sendo que o percentual de despesa com pessoal, até 31 de agosto de 2017, é de 34%. Os saldos bancários totalizaram R\$ 3.702.386,07 (três milhões, setecentos e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e sete centavos), sendo que a disponibilidade de recursos em 31 de agosto de 2017 era de R\$ 2.503.881,10 (dois milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e dez centavos). Os presentes na Assembleia foram informados que o detalhamento dos itens expostos na Prestação de Contas estão disponíveis nos links de transparência do CIGA: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/> - publicação de todos os Atos Administrativos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; <http://service1 publica.inf.br/clientes/ciga/portaltransparencia/> - Portal da Transparência que permite a consulta das receitas, despesas, empenhos e folha de pagamento; e <https://ciga.sc.gov.br/contato/> - local de solicitação de informação ao CIGA. Desta forma, a prestação de contas do Segundo Quadrimestre de 2017 foi colocada em discussão pelo Presidente do CIGA, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, foi apresentada a análise orçamentária acerca da proposta de aquisição de novas salas para o CIGA, já considerando a estimativa de arrecadação para o Exercício de 2017, os descontos previstos, a inadimplência atual, o valor provisionado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para contingência, bem como a rescisão de um contrato de compra de duas salas e o leilão de outras duas salas de propriedade do CIGA. Diante deste cenário, o CIGA teria a disponibilidade de, pelo menos, R\$ 2.742.805,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil e oitocentos e cinco reais). Ainda, foram apresentados os dados dos dois laudos técnicos contratados pelo CIGA relativos às salas pretendidas para aquisição e às salas a serem leiloadas, nos quais constam as pesquisas de mercado de vários imóveis localizados na região continental de Florianópolis, bem como foi exposta à Assembleia a proposta para aquisição de salas em outro edifício, conforme determinado na Assembleia anterior, a fim de ampliar as possibilidades de aquisição pelo CIGA. O CIGA obteve proposta da Globo Construtora, que ofertou um imóvel em construção com tamanho similar ao imóvel pretendido inicialmente, no valor de R\$ 3.893.431,40 (três milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos). A Beco Castelo Empreendimentos apresentou proposta na ordem de R\$ 3.446.000,00, referente às salas 2, 3 e 4 no prédio onde estão as demais entidades ligadas a FECAM, que que correspondem a um andar completo e 7 vagas de garagem, com opção de compra de um percentual do imóvel, já que o andar está "aberto" e restante do espaço poderá ser locado, caso o CIGA não tiver disponibilidade para a aquisição da área total. A proposta para aquisição de 62% do espaço das salas 2, 3 e 4 do Centro Executivo Imperatriz – 358,815 m2 de área total – é de R\$ 1.919.516,72 (um milhão, novecentos e dezenove mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos) e considerando a aquisição de mais 7 vagas de garagens o valor total fica em R\$ 2.269.516,72 (dois milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos). Ato contínuo, foram apresentadas as plantas completas e parciais do espaço das salas 2, 3 e 4 no Centro Executivo Imperatriz. O Presidente do CIGA sugeriu que ao invés da compra parcial das salas com vagas de garagens, que fosse priorizada a aquisição de área de salas, tentando a aquisição máxima de espaço de salas. A sugestão do Presidente foi acatada por todos. O Diretor do CIGA informou, ainda, que os laudos apontaram que a proposta está dentro do valor máximo de mercado, porém acima do valor final indicado no laudo, pois a tendência de baixa do mercado, mesmo com a pesquisa resultando em valor mais alto, traz o valor para baixo. A presidente da FECAM sugeriu, ainda, que se continuasse a negociação em busca de redução do preço, bem como a verificação de outras opções, por se tratar de um momento onde os imóveis estão com viés de baixa no mercado, o que pode ainda acarretar mais descontos em vista do volume da aquisição pretendida. O Diretor do CIGA informou que não foi possível encontrar imóveis que combinem todas as condições de tamanho, qualidade, legalidade, segurança, localização e que estejam com menor preço que a proposta da Beco, a qual agrega a vantagem de se manter junto das demais entidades da FECAM e assim poder compartilhar auditórios, salas de reuniões e outros espaços. O Presidente do CIGA colocou a questão da aquisição em apreciação, lembrou que o recurso é de todos os municípios, inclusive dos consorciados de outros estados e solicitou que o resumo do processo administrativo de aquisição e as propostas analisadas fossem disponibilizadas a todos os consorciados em meio eletrônico para que os prefeitos e prefeitas, que não estivessem presentes, pudessem se manifestar. Desta forma, a Assembleia solicitou que seja realizado um laudo final das salas pretendidas para aquisição no Centro Executivo Imperatriz (sem vagas de garagem) e, caso nenhum prefeito se manifeste contrário, o CIGA fica autorizado a realizar a aquisição e demais trâmites necessários, que incluem o leilão de duas salas atuais e a rescisão do contrato atual de forma não onerosa ao fornecedor das outras duas salas ainda não quitadas para complementar o montante do valor necessário. Se tudo ocorrer desta maneira, o consórcio ficará em um único andar e no edifício junto das demais entidades municipalistas. Dando sequência a reunião, foi pautado a contratação dos sistemas de trânsito para os municípios pelo CIGA, o Diretor lembrou que a contratação do sistema de notificação de trânsito foi aprovado pelos Prefeitos em 2014, para o plano de trabalho de 2015 do CIGA, e houve também a realização de um termo de referência do sistema discutido pelo COMITRA/FECAM, porém o projeto ficou parado pois os dados não foram liberados pelo DETRAN/SC para os municípios, porém com a nacionalização do RENAINF (regional), o RENAVAM e o RENACH fazem parte do banco de dados nacional conforme Resolução Denatran 637/2016, assim a base de dados completa passa a estar disponível no Denatran através do Serpro, com isso o Serpro disponibiliza dois Sistemas o RADAR – Gestão de Infrações e Penalidades de Trânsito e SNE - Sistema de Notificação Eletrônica, sendo que os processos de

contratação se dão por inexigibilidade e dispensa de licitação e o Comitria/FECAM deliberou na última reunião pela contratação unificada pelo CIGA, pois a vantagem principal é a questão da redução de valor em virtude da progressividade da quantidade de notificações, outra vantagem é a unificação de dados para cruzamento de informações com a área tributária. Ato contínuo, foi apresentada a tabela da progressividade da redução do valor praticado pelo Serpro no contrato conjunto e informado que o contrato ou termo de cooperação do RADAR será 'guarda-chuva' não envolvendo repasse ao CIGA, a menos que este estabeleça algum serviço adicional como desenvolvedor, sendo que se alguma outra capital efetuar a adesão neste projeto, como Porto Alegre ou Salvador, o CIGA alcançará na tabela de menor valor do Serpro, sendo que para as atribuições das atividades a sugestão foi de firmar convênio com a FECAM para estabelecer as demais atribuições políticas e administrativas. A presidente da FECAM questionou se o tema passou pelo debate técnico do COMITRA. O Diretor comentou que na mesma linha vem também a necessidade de estabelecer a contratação centralizada dos correios, pois o mesmo pode fazer a impressão e entrega das notificações no modo tradicional onde não for possível fazer a entrega eletrônica. O Presidente do CIGA colocou em votação e as contratações foram aprovadas por unanimidade. Seguindo com a ordem do dia, foi apresentada para apreciação e discussão a programação de homenagens dos 10 anos do consórcio CIGA, sendo aprovado o layout do selo comemorativo e também o layout do certificado a serem entregues às seguintes categorias de homenageados: FECAM – idealizadora do projeto; Associações de Municípios – Articuladoras da implementação; Municípios Fundadores; Primeiro município contratante; 5 Maiores publicadores do DOM; Município com 100% de contratação do CIGA (6 programas); 5 usuários/municípios que mais acessaram o sistema de Gestão do Simples Nacional – G-Simples; 5 usuários mais antigos dos sistemas; Primeiros Municípios contratantes do sistema de Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM e do sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - G-Nota; Município com o maior número de usuários proporcionalmente ao seu número de habitantes; Empregado mais antigo do CIGA, ficando a critério do presidente do CIGA excluir ou incluir algum homenageado especial durante a compilação dos dados e etapa transitória. O evento de homenagens foi aprovado por unanimidade, sendo sugerido que o mesmo fosse realizado junto da próxima reunião do Conselho Político da FECAM agendada para ocorrer em Lages. Em seguida, foi apresentada para discussão a possibilidade do CIGA fazer parte do Pacto pela Inovação em Santa Catarina organizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SDS/SC, cujo evento acontecerá dias 30 e 31 de outubro de 2017, em Florianópolis, com o seguinte Foco: 'Como podemos transformar nossas economias por meio da inovação e do empreendedorismo', além do lançamento do 'Guia de Implantação dos Centros de Inovação'. As entidades assinarão o Pacto pela Inovação e os prefeitos podem aderir individualmente. O assunto foi colocado em apreciação na presente Assembleia e o CIGA foi autorizado a firmar o Pacto e a estudar as melhores medidas que pode adotar a fim de contribuir e prover a inovação entre seus consorciados e outros órgãos. Na pauta de assuntos gerais foi apresentada a necessidade de retificação do Estatuto do CIGA, pois existe uma divergência no texto atual: Art. 70 [...] §2º. Considera-se titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas. Já que na redação efetiva para o referido §2º, deliberada e aprovada pela 15ª Assembleia do CIGA, conforme consta de sua Ata: 'Considera-se titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, em qualquer área nos cursos de graduação, e nos cursos de pós-graduação que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas.', Por consequência, o texto retificado deve ser: Art. 70 [...] §2º. Considera-se titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, em qualquer área, para os cursos de graduação; e que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas, para os cursos de pós-graduação. O Presidente do CIGA solicitou informações de quantos empregados seriam afetados e o Diretor informou que o lapso afetou um único empregado, e que a formalidade é necessária para assegurar a transparência que envolve a republicação do Estatuto do CIGA e demais assuntos abordados pelas Assembleias e registradas nas atas do Consórcio. O ajuste foi aprovado por todos. Não havendo mais assuntos a serem deliberados, o Presidente do CIGA encerrou os trabalhos, agradeceu aos presentes e desejou um bom retorno e sucesso na gestão para todos. Eu, Gilsoni Lunardi Albino, Diretor Executivo do CIGA, redigi a presente ata por solicitação do Presidente do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, o Sr. Douglas Fernando de Mello, a qual será dada a conhecimento de todos os consorciados por meio do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Presidente do CIGA
Prefeito de Lebon Régis

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 355 - Prefeitura Municipal de Schroeder

Publicação Nº 1412057

EXTRATO DE CONTRATO Nº 355/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Schroeder
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Schroeder
CNPJ: 83.102.491/0001-09
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO 378/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação

para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 19 de outubro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 017/2017 - PREGÃO PRESENCIAL - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL

Publicação Nº 1412210

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL, MEDIANTE PAGAMENTO MENSAL PELOS SERVIÇOS PRESTADOS (POR VAGA), VISANDO O ATENDIMENTO EM REGIME DE ABRIGO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PERTENCENTES AOS MUNICÍPIOS DA COMARCA DE TIMBÓ - SC, ENCAMINHADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (ASSISTÊNCIA SOCIAL), CONSELHOS TUTELARES DOS MUNICÍPIOS E/OU POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DA COMARCA DE TIMBÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA., do tipo Menor Preço Global.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação), juntamente com o credenciamento, deverão ser protocolizados e entregues tempestivamente no escritório do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Timbó – SC – CEP 89.120-000, até o dia útil anterior à data de abertura da licitação (ou seja, até 10/11/2017, às 17:00hs), ou diretamente no local de abertura (Prefeitura de Rio dos Cedros/SC, situada na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC), até o horário fixado (ou seja, até 13/11/2017 às 14:00hs). Abertura dos envelopes dia 13/11/2017 às 14:15hs no Salão Nobre da Prefeitura de Rio dos Cedros/SC situado na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 26/10/2017

Paulo Roberto Weiss

Presidente

CIS/AMURES

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SETEMBRO 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1411707

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página 1 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	2.213.783,54
01.010	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	2.213.783,54
01.01.10	Saude		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	2.213.783,54
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	2.213.783,54
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	2.213.783,54
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		1.457.643,44	0,00	0,00	1.457.643,44	111.636,39	489.224,21
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	906.984,48	0,00	0,00	906.984,48	61.389,13	578.264,11
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080		0,00	0,00		45.571,30	435.739,03
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0080		0,00	0,00		413.762,95	413.762,95
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0080		0,00	0,00		21.976,08	21.976,08
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0080		0,00	0,00		15.817,83	142.525,08
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080		0,00	0,00		3.603,59	33.810,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080		0,00	0,00		12.214,24	108.714,23
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0080		0,00	0,00		48.504,76	385.820,12
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0080		0,00	0,00		400,00	8.400,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080		0,00	0,00		400,00	8.400,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080		0,00	0,00		2.731,28	32.044,42
3.3.90.30.04.00.00.00	Gas Engarrafado	0080		0,00	0,00		140,00	2.354,56
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0080		0,00	0,00		405,42	2.715,42
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	0080		0,00	0,00		230,00	230,00
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	0080		0,00	0,00		0,00	28,28
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0080		0,00	0,00		950,00	950,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0080		0,00	0,00		486,41	3.360,12
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0080		0,00	0,00		0,00	119,00
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Colagem	0080		0,00	0,00		0,00	108,00
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0080		0,00	0,00		4.545,83	4.545,83
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0080		0,00	0,00		2.522,51	2.522,51
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0080		0,00	0,00		2.060,00	2.060,00
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	0080		0,00	0,00		239,40	239,40
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0080		0,00	0,00		1.589,45	9.431,30
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0080		0,00	0,00		2.580,00	2.580,00
3.3.90.30.47.00.00.00	Aquisição de Softwares de Base	0080		0,00	0,00		110,00	440,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080		0,00	0,00		1.428,45	1.428,45
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080		0,00	0,00		1.428,45	1.428,45
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0080		0,00	0,00		0,00	158,20
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0080		0,00	0,00		0,00	158,20
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0080		0,00	0,00		535,00	4.780,00
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	0080		0,00	0,00		535,00	4.780,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080		0,00	0,00		0,00	3.700,00
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Profissionais	0080		0,00	0,00		0,00	2.500,00
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Tratamento	0080		0,00	0,00		0,00	1.200,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0080		0,00	0,00		4.533,53	34.227,03
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	0080		0,00	0,00		4.533,53	34.227,03
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080		0,00	0,00		40.304,95	300.427,81
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Períodos e Anuidades	0080		0,00	0,00		0,00	647,00
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	0080		0,00	0,00		687,41	5.232,42
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0080		0,00	0,00		18.145,06	144.902,08
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0080		0,00	0,00		601,23	5.672,77

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página 2 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.10	Saude		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		1.457.643,44	0,00	0,00	1.457.643,44	111.636,39	988.419,23
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0080					485,00	4.707,20
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0080					180,00	1.300,00
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0080					50,00	1.005,00
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	0080					0,00	825,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0080					0,00	640,00
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	0080					128,00	1.152,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0080					6.526,05	50.429,86
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0080					981,35	6.447,97
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080					361,62	2.856,88
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0080					0,00	913,60
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0080					0,00	2.240,00
3.3.90.39.56.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0080					1.682,82	15.169,31
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0080					2.455,00	3.115,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0080					252,10	2.959,13
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0080					0,00	763,38
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0080					1.982,75	17.863,43
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0080					162,45	1.325,28
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0080					1.847,64	12.883,66
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0080					124,50	951,27
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0080					0,00	316,75
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					3.651,97	16.108,82
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	654,21
3.3.90.47.99.00.00.00	Outras Obrigações Tributárias e Contributivas	0080					0,00	654,21
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	6.896,24	0,00	0,00	6.896,24	1.742,50	4.335,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0080					1.742,50	4.335,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparatos e Utensílios Domésticos	0080					0,00	800,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0080					1.742,50	3.535,00
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES		4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	532.796,89	3.219.725,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080					532.796,89	3.219.725,83
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0080					10.126,58	72.092,50
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0080					576,58	7.616,55
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0080					9.550,00	64.475,95
3.3.90.35.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					522.670,31	3.147.633,33
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0080					522.670,31	3.146.258,33

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página 3 de 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Paga - Anexo TC 08

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Paga		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.0	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.10	Saude		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.10.122	Administração Geral		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
01.01.10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES		4.943.285,16	0,00	0,00	4.943.285,16	532.796,89	3.219.725,83
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					0,00	1.375,00
		Total por Entidade :	6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06
		Total Geral :	6.401.928,60	0,00	0,00	6.401.928,60	644.433,28	4.188.145,06

LAGES , 25/10/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Fernanda de Souza Cordova
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SETEMBRO 2017 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1411706

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2017

Setembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
1.0.0.0.00.00.00.00.00	569.899,93	4.971.682,08
1.3.0.0.00.00.00.00.00	569.899,93	4.386.617,08
1.3.2.0.00.00.00.00.00	4.378,24	38.107,77
1.3.2.5.00.00.00.00.00	4.378,24	38.107,77
1.3.2.5.01.00.00.00.00	4.378,24	38.107,77
1.3.2.5.01.04.00.00.00	1.887,13	2.659,93
1.3.2.5.02.00.00.00.00	1.887,13	2.659,93
1.3.2.5.02.03.00.00.00	2.491,11	35.447,84
1.6.0.0.00.00.00.00.00	2.491,11	35.447,84
1.6.0.0.05.00.00.00.00	445.513,51	2.888.904,08
1.6.0.0.05.99.00.00.00	445.513,51	2.888.904,08
1.6.0.0.05.99.01.00.00	445.513,51	2.888.904,08
1.6.0.0.05.99.02.00.00	12.975,58	173.033,19
1.6.0.0.05.99.03.00.00	15.742,56	75.661,25
1.6.0.0.05.99.04.00.00	22.192,46	151.908,36
1.6.0.0.05.99.05.00.00	15.725,94	137.913,57
1.6.0.0.05.99.06.00.00	25.480,04	125.313,20
1.6.0.0.05.99.07.00.00	11.453,53	91.927,97
1.6.0.0.05.99.08.00.00	16.232,64	91.111,33
1.6.0.0.05.99.09.00.00	14.540,55	85.132,23
1.6.0.0.05.99.10.00.00	43.481,74	155.656,51
1.6.0.0.05.99.11.00.00	0,00	129.738,72
1.6.0.0.05.99.12.00.00	27.921,70	205.366,82
1.6.0.0.05.99.13.00.00	16.771,49	122.821,84
1.6.0.0.05.99.14.00.00	16.547,68	116.821,62
1.6.0.0.05.99.15.00.00	24.113,73	149.962,28
1.6.0.0.05.99.16.00.00	13.477,91	115.758,45
1.6.0.0.05.99.17.00.00	14.883,63	89.928,64
1.6.0.0.05.99.18.00.00	72.551,07	345.997,15
1.6.0.0.05.99.19.00.00	14.272,33	111.253,66
1.6.0.0.05.99.20.00.00	9.555,48	50.646,39
1.6.0.0.05.99.21.00.00	17.118,38	111.846,03
1.6.0.0.05.99.22.00.00	16.011,38	86.127,65
1.6.0.0.05.99.23.00.00	9.676,48	88.043,37
1.6.0.0.05.99.24.00.00	7.077,29	47.682,59
1.6.0.0.05.99.25.00.00	3.728,91	24.899,41
1.7.0.0.00.00.00.00.00	3.981,01	4.351,85
1.7.2.0.00.00.00.00.00	119.367,21	1.458.695,83
1.7.2.3.00.00.00.00.00	119.367,21	1.458.695,83
1.7.2.3.37.00.00.00.00	119.367,21	1.458.695,83
1.7.2.3.37.01.00.00.00	119.367,21	1.458.695,83
1.7.2.3.37.01.01.00.00	6.077,68	48.621,44
1.7.2.3.37.01.02.00.00	3.779,10	30.232,80
1.7.2.3.37.01.03.00.00	2.290,68	18.325,44
1.7.2.3.37.02.00.00.00	7,90	63,20
1.7.2.3.37.02.01.00.00	4.181,44	33.451,52
1.7.2.3.37.02.02.00.00	2.600,02	20.800,16
1.7.2.3.37.02.03.00.00	1.575,98	12.607,84
1.7.2.3.37.03.00.00.00	5,44	43,52
1.7.2.3.37.03.01.00.00	6.661,14	58.185,97
1.7.2.3.37.03.02.00.00	4.141,90	36.180,05
1.7.2.3.37.03.03.00.00	2.510,58	21.930,27
1.7.2.3.37.04.00.00.00	8,66	75,65
1.7.2.3.37.04.01.00.00	6.588,21	59.512,68
1.7.2.3.37.04.02.00.00	4.096,55	37.004,99
1.7.2.3.37.04.03.00.00	2.483,10	22.430,36
1.7.2.3.37.05.00.00.00	8,56	77,33
1.7.2.3.37.05.01.00.00	6.746,23	53.969,84
1.7.2.3.37.05.02.00.00	4.194,81	33.558,48
1.7.2.3.37.05.03.00.00	2.542,65	20.341,20
1.7.2.3.37.06.00.00.00	8,77	70,16
1.7.2.3.37.06.01.00.00	13.200,72	116.464,54
1.7.2.3.37.06.02.00.00	8.208,21	72.417,67
1.7.2.3.37.06.03.00.00	4.975,35	43.895,47
1.7.2.3.37.07.00.00.00	17,16	151,40
1.7.2.3.37.07.01.00.00	3.646,61	31.384,00
1.7.2.3.37.07.02.00.00	2.267,46	19.514,56
1.7.2.3.37.07.03.00.00	1.374,41	11.828,65
	4,74	40,79

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2017

Setembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	569.899,93	4.971.682,08
1.7.2.3.37.08.00.00.00 CERRO NEGRO		2.941,60	26.519,55
1.7.2.3.37.08.01.00.00 CERRO NEGRO - PESSOAL	0081	1.829,09	16.489,88
1.7.2.3.37.08.02.00.00 CERRO NEGRO - CONSUMO	0082	1.108,69	9.995,23
1.7.2.3.37.08.03.00.00 CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	0083	3,82	34,44
1.7.2.3.37.09.00.00.00 CORREIA PINTO		5.202,49	41.619,92
1.7.2.3.37.09.01.00.00 CORREIA PINTO - PESSOAL	0081	3.234,91	25.879,28
1.7.2.3.37.09.02.00.00 CORREIA PINTO - CONSUMO	0082	1.960,82	15.686,56
1.7.2.3.37.09.03.00.00 CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	0083	6,76	54,08
1.7.2.3.37.11.00.00.00 OTACILIO COSTA		10.526,54	91.887,56
1.7.2.3.37.11.01.00.00 OTACILIO COSTA - PESSOAL	0081	6.545,41	57.135,74
1.7.2.3.37.11.02.00.00 OTACILIO COSTA - CONSUMO	0082	3.967,45	34.632,40
1.7.2.3.37.11.03.00.00 OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	0083	13,68	119,42
1.7.2.3.37.12.00.00.00 PAINEL		6.345,10	54.071,69
1.7.2.3.37.12.01.00.00 PAINEL - PESSOAL	0081	3.945,38	33.621,76
1.7.2.3.37.12.02.00.00 PAINEL - CONSUMO	0082	2.391,47	20.379,63
1.7.2.3.37.12.03.00.00 PAINEL - INVESTIMENTO	0083	8,25	70,30
1.7.2.3.37.13.00.00.00 PALMEIRA		4.935,08	43.300,90
1.7.2.3.37.13.01.00.00 PALMEIRA - PESSOAL	0081	3.068,63	26.924,47
1.7.2.3.37.13.02.00.00 PALMEIRA - CONSUMO	0082	1.860,03	16.320,10
1.7.2.3.37.13.03.00.00 PALMEIRA - INVESTIMENTO	0083	6,42	56,33
1.7.2.3.37.14.00.00.00 PONTE ALTA		4.339,46	36.927,96
1.7.2.3.37.14.01.00.00 PONTE ALTA - PESSOAL	0081	2.698,28	22.961,83
1.7.2.3.37.14.02.00.00 PONTE ALTA - CONSUMO	0082	1.635,54	13.918,13
1.7.2.3.37.14.03.00.00 PONTE ALTA - INVESTIMENTO	0083	5,64	48,00
1.7.2.3.37.15.00.00.00 PONTE ALTA DO NORTE		2.212,28	15.485,96
1.7.2.3.37.15.01.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	0081	1.375,59	9.629,13
1.7.2.3.37.15.02.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	0082	833,81	5.836,67
1.7.2.3.37.15.03.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	0083	2,88	20,16
1.7.2.3.37.16.00.00.00 RIO RUFINO		2.187,97	20.270,56
1.7.2.3.37.16.01.00.00 RIO RUFINO - PESSOAL	0081	1.360,48	12.604,24
1.7.2.3.37.16.02.00.00 RIO RUFINO - CONSUMO	0082	824,65	7.640,00
1.7.2.3.37.16.03.00.00 RIO RUFINO - INVESTIMENTO	0083	2,84	26,32
1.7.2.3.37.17.00.00.00 SÃO JOAQUIM		12.400,00	99.200,00
1.7.2.3.37.17.01.00.00 SÃO JOAQUIM - PESSOAL	0081	7.710,32	61.682,56
1.7.2.3.37.17.02.00.00 SÃO JOAQUIM - CONSUMO	0082	4.673,56	37.388,48
1.7.2.3.37.17.03.00.00 SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	0083	16,12	128,96
1.7.2.3.37.18.00.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO		6.223,55	49.788,40
1.7.2.3.37.18.01.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	0081	3.869,80	30.958,40
1.7.2.3.37.18.02.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	0082	2.345,66	18.765,28
1.7.2.3.37.18.03.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	0083	8,09	64,72
1.7.2.3.37.19.00.00.00 SANTA CECILIA		2.200,12	19.244,83
1.7.2.3.37.19.01.00.00 SANTA CECILIA - PESSOAL	0081	1.368,03	11.966,40
1.7.2.3.37.19.02.00.00 SANTA CECILIA - CONSUMO	0082	829,23	7.253,41
1.7.2.3.37.19.03.00.00 SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	0083	2,86	25,02
1.7.2.3.37.20.00.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL		4.461,02	37.378,33
1.7.2.3.37.20.01.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	0081	2.773,86	23.241,82
1.7.2.3.37.20.02.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	0082	1.681,36	14.087,91
1.7.2.3.37.20.03.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	0083	5,80	48,60
1.7.2.3.37.21.00.00.00 URUBICI		401,13	7.064,03
1.7.2.3.37.21.01.00.00 URUBICI - PESSOAL	0081	249,42	4.392,39
1.7.2.3.37.21.02.00.00 URUBICI - CONSUMO	0082	151,19	2.662,47
1.7.2.3.37.21.03.00.00 URUBICI - INVESTIMENTO	0083	0,52	9,17
1.7.2.3.37.22.00.00.00 URUPEMA		4.886,46	41.592,21
1.7.2.3.37.22.01.00.00 URUPEMA - PESSOAL	0081	3.038,40	25.862,03
1.7.2.3.37.22.02.00.00 URUPEMA - CONSUMO	0082	1.841,71	15.676,13
1.7.2.3.37.22.03.00.00 URUPEMA - INVESTIMENTO	0083	6,35	54,05
1.7.2.3.37.23.00.00.00 FREI ROGERIO		1.555,89	13.685,81
1.7.2.3.37.23.01.00.00 FREI ROGERIO - PESSOAL	0081	967,46	8.509,90
1.7.2.3.37.23.02.00.00 FREI ROGERIO - CONSUMO	0082	586,41	5.158,14
1.7.2.3.37.23.03.00.00 FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	0083	2,02	17,77
1.7.2.3.37.24.00.00.00 MONTE CARLO		1.045,36	13.989,08
1.7.2.3.37.24.01.00.00 MONTE CARLO - PESSOAL	0081	650,00	8.698,39
1.7.2.3.37.24.02.00.00 MONTE CARLO - CONSUMO	0082	394,00	5.272,50
1.7.2.3.37.24.03.00.00 MONTE CARLO - INVESTIMENTO	0083	1,36	18,19
1.7.2.3.37.25.00.00.00 VARGEM		401,13	1.650,83
1.7.2.3.37.25.01.00.00 VARGEM - PESSOAL	0081	249,42	1.026,48
1.7.2.3.37.25.02.00.00 VARGEM - CONSUMO	0082	151,19	622,21
1.7.2.3.37.25.03.00.00 VARGEM - INVESTIMENTO	0083	0,52	2,14
1.7.2.3.37.99.00.00.00 OUTRAS TRANF. DO SUS		0,00	443.428,22

Betha Sistemas

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Exercício de 2017

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Setembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	569.899,93	4.971.682,08
1.7.2.3.37.99.01.00.00 SUS - ANITA GARIBALDI	0080	0,00	21.985,45
1.7.2.3.37.99.02.00.00 SUS - BOCAINA DO SUL	0080	0,00	11.872,22
1.7.2.3.37.99.03.00.00 SUS - BOM JARDIM DA SERRA	0080	0,00	22.123,29
1.7.2.3.37.99.04.00.00 SUS - BOM RETIRO	0080	0,00	25.781,06
1.7.2.3.37.99.05.00.00 SUS - CAMPO BELO DO SUL	0080	0,00	25.231,46
1.7.2.3.37.99.06.00.00 SUS - CAPÃO ALTO	0080	0,00	27.833,38
1.7.2.3.37.99.07.00.00 SUS - CELSO RAMOS	0080	0,00	12.597,60
1.7.2.3.37.99.08.00.00 SUS - CERRO NEGRO	0080	0,00	13.500,36
1.7.2.3.37.99.09.00.00 SUS - CORREIA PINTO	0080	0,00	23.985,30
1.7.2.3.37.99.11.00.00 SUS - OTACILIO COSTA	0080	0,00	33.917,89
1.7.2.3.37.99.12.00.00 SUS - PAINEL	0080	0,00	17.998,95
1.7.2.3.37.99.13.00.00 SUS - PALMEIRA	0080	0,00	18.357,70
1.7.2.3.37.99.14.00.00 SUS - PONTE ALTA	0080	0,00	22.748,02
1.7.2.3.37.99.15.00.00 SUS - PONTE ALTA DO NORTE	0080	0,00	10.812,62
1.7.2.3.37.99.16.00.00 SUS - RIO RUFINO	0080	0,00	11.914,59
1.7.2.3.37.99.17.00.00 SUS - SÃO JOAQUIM	0080	0,00	51.467,00
1.7.2.3.37.99.18.00.00 SUS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	0080	0,00	26.631,56
1.7.2.3.37.99.19.00.00 SUS - SANTA CECILIA	0080	0,00	6.516,42
1.7.2.3.37.99.20.00.00 SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0080	0,00	12.965,34
1.7.2.3.37.99.21.00.00 SUS - URUBICI	0080	0,00	12.479,60
1.7.2.3.37.99.22.00.00 SUS - URUPEMA	0080	0,00	20.569,87
1.7.2.3.37.99.23.00.00 SUS - FREI ROGERIO	0080	0,00	6.542,93
1.7.2.3.37.99.24.00.00 SUS - MONTE CARLO	0080	0,00	5.306,02
1.7.2.3.37.99.25.00.00 SUS - VARGEM	0080	0,00	289,59
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		640,97	909,40
1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		640,97	909,40
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	0080	640,97	909,40
2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL		0,00	585.065,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	585.065,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	585.065,00
2.4.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União		0,00	585.065,00
2.4.2.1.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		0,00	585.065,00
2.4.2.1.37.01.00.00.00 Transf. do Ministério da Saúde - Equipamentos	0101	0,00	585.065,00
Receita Extra Orçamentária	Recurso	0,00	0,00
Total Geral :		569.899,93	4.971.682,08

CISAM**RETIFICAÇÃO PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 17/2017**

Publicação Nº 1411982

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 17/2017

FICA RETIFICADO O NÚMERO DE DIAS QUE O SERVIDOR NASSER IBRAHIM TERÁ DIREITO PARA GOZO DE FÉRIAS EM PERÍODO OPORTUNO, CONFORME SEGUE:

DIAS ANTERIOR	DIAS RETIFICADO
Art 2º - Considerando a compensação de 01 dia, conforme requerimento. Fica o servidor com direito a 6 (seis) dias de férias para gozo em período oportuno. Art 3º - A importância referente ao adicional de 1/3 de férias sobre os 6 (seis) dias de retorno antecipado não será paga, pois esta se deu no ato de seu gozo inicial.	Art 2º - Considerando a compensação de 01 dia, conforme requerimento. Fica o servidor com direito a 7 (sete) dias de férias para gozo em período oportuno. Art 3º - A importância referente ao adicional de 1/3 de férias sobre os 7 (sete) dias de retorno antecipado não será paga, pois esta se deu no ato de seu gozo inicial.

AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM INALTERADAS.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO CISAM - MO, SITO À RUA LOURENÇO CÔAS NETO, Nº 140, LOTEAMENTO UNIVERSITÁRIO - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-6972. DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 25 DE OUTUBRO DE 2017.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
SUPERINTENDENTE

CVC**ATA DA 2ª REUNIÃO PROCESSO 009/2017**

Publicação Nº 1412423

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 009/2017 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 14:00 (quatorze) horas do dia 26 (vinte e seis) dias de outubro de 2017, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a Av. Santa Catarina, 1022 – Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 008/2017 assim constituída: pregoeiro Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Sedmir Terribile, junto com o assessor jurídico Marcos Fernando Zanella, para apreciação e análise da documentação e propostas das empresas vencedoras do processo administrativo licitatório 009/2017- Pregão Eletrônico 006/2017- Registro de Preços 009/2017. Inicialmente a comissão fez a conferência e abertura dos envelopes da empresa: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA cadastrada sob o CNPJ nº 81.632.093/0001-79. Constatou-se que a licitante apresentou toda a documentação e proposta conforme os requisitos exigidos no edital do presente processo. Desta forma, declara-se adjudicados os lotes do pregão conforme demonstrado na ata em anexo emitida da plataforma BLL. Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

CONTRATO ADM 016-2017 - PROGRAMA Nº 002-2017 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CVC - SÃO JOÃO DO OESTE

Publicação Nº 1412486

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2017

Contrato de Programa Nº 002/2017

Pelo Presente instrumento de contrato de programa que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no Município de Coronel Freitas, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Encantado, nº 66, Centro - no Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO BISIGO, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e no artigo 8º da Primeira alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC, resolvem, de comum acordo, celebrar o

presente CONTRATO DE PROGRAMA DO CONSÓRCIO VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Este contrato de programa tem por objetivo a gestão Financeira e Patrimonial do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC) compreendendo:

I - representação e fortalecimento, em conjunto, em assuntos de interesse comum perante entes, entidades e órgãos públicos e organizações privadas, nacionais ou internacionais;

II - promoção da integração para a prestação de cooperação mútua nas áreas técnicas e administrativas;

III - instalação e operação de sede(s) adequada(s) para o desenvolvimento de todas as suas atividades institucionais do CONTRATADO;

III - prestação de assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento das atividades do CONTRATADO, tais como:

a) implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;

b) administração, operação, manutenção;

c) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

d) intercâmbio com entidades afins, participação em cursos, seminários e eventos correlatos;

e) assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;

VI - prestação de serviços, na execução de obras e no fornecimento de bens à contratante;

VII - realização de licitações compartilhadas das quais decorram contratos os CONTRATANTES;

VIII - repasse financeiro do CONTRATANTE à CONTRATADA para execução de todos os objetos anteriormente citados, bem como para manutenção de todas as despesas da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO: Para atingir os objetivos previstos na cláusula primeira, fica estabelecido que o CONTRATANTE, repassará ao CONTRATADO os valores necessários para a sua realização:

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, fica estabelecido que o modo, forma e condições e valores dos repasses serão definidos nos contratos de rateio, com vigência anual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA TRANSPARÊNCIA: No intuito de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão estritamente observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CONTRATADO deverá, especialmente:

a) elaborar e encaminhar ao CONTRATANTE relatórios anuais quanto aos serviços executados bem como os bens adquiridos, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;

b) disponibilizar ao CONTRATANTE suas informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento das metas.

c) publicar na rede mundial de computadores os dados constantes nas alíneas "a" e "b" deste inciso;

d) permitir o livre acesso dos representantes da contratante às obras, equipamentos, instalações, serviços e projetos contratados;

e) fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos, organizações da sociedade civil do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL E BENS: Fica estabelecido que poderá haver, até disposição expressa em contrário, transferência de pessoal e bens entre contratante e contratado.

Parágrafo único. Caso no desenvolvimento dos serviços prestados pelo CONTRATADO à CONTRATANTE seja necessário pessoal e bens do primeiro, estes serão disponibilizados tão somente pelo tempo necessário à prestação dos serviços, não havendo qualquer tipo de transferência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO: O Presidente do Consórcio e/ou seu Diretor Executivo não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste contrato de programa.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO: Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO: O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

I – descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;

II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;

III – ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 180 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes no contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais, em sendo o caso.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pela Assembléia Geral do consórcio, na forma estabelecido no Protocolo de Intenções do CVC.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência enquanto o Consórcio estiver em funcionamento, ou enquanto este existir.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO DO CONTRATO: Fica definido que deverá, a Assembléia Geral, aprovar a celebração do presente contrato de programa no prazo máximo de 120 dias contados de sua assinatura.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 19 de outubro de 2017.

CONSÓCIO - CVC MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Sra Silvana Fátima Vidi Zanella Sr. Fernando Bisigo

Diretora Executiva Prefeito Municipal

CONTRATO ADM 017-2017 - RATEIO Nº 015-2017 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CVC - SÃO JOÃO DO OESTE

Publicação Nº 1412493

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2017

Contrato de Rateio Nº 015/2017

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no município de Coronel Freitas/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o Município de SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Encantado, nº 66, Centro - no Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO BISIGO, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, Com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 002/2017, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.731/17 de 11/10/2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 002/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 002/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO: Para a execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 2.062,80 (dois mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 337,20 (trezentos e trinta e sete reais e vinte centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Parágrafo único. A despesa total informada no caput, deverá ser alocada nas dotações orçamentárias abaixo discriminada na seguinte razão:

Despesas correntes:

85,95% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.41, correspondente a R\$ R\$ 2.062,80 (dois mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos);

14,05% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.41, correspondente a R\$ 337,20 (trezentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO: Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO: Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio entra em vigor a partir de 01/ de novembro de 2017, e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 19 de outubro de 2017.

CONSÓCIO - CVC
Sr. Silvana Fátima Vidi Zanella
Diretora Executiva

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
Sr. Fernando Bisigo
Prefeito Municipal

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - SÃO JOÃO DO OESTE N.01

Publicação Nº 1412476

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, o Município de SÃO JOÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Encantado, nº 66, Centro - no Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO BISIGO, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, resolve, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), inscrito no CNPJ sob nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, CEP 89.840-000 - Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, conforme as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira. O presente Contrato de Consórcio Público rege-se pelas disposições do Protocolo de Intenções em anexo, ratificado por lei do ente federativo acima mencionado, fazendo parte integrante deste contrato.

Cláusula Segunda. Os demais entes subscritores do Protocolo de Intenções, após a publicação da lei municipal de ratificação dos termos do Protocolo de Intenções em anexo, considerar-se-ão automaticamente integrantes deste Contrato de Consórcio Público.

E por estarem de comum acordo, firma-se o presente Contrato de Consórcio Público, em duas vias de igual teor.

Coronel Freitas, SC, 19 de outubro de 2017.

CONSÓRCIO CVC
Sra. Silvana F. V. Zanella
Diretora Executiva

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
Sr. Fernando Bisigo
Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS PROCESSO 009/2017

Publicação Nº 1412570

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

ATA: AT17CVC381

DATA DA ATA: 26/10/2017

PAL: 0009/2017 - CVC

EDITAL: 0009/2017 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta. Item-Quant: 8-2; 14-40; 17-24; 23-40; 28-20; 31-20; 32-20; 34-40; 40-40

Coronel Freitas (SC), quinta-feira, 26 de outubro de 2017

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA

DIRETORA EXECUTIVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

ATA: AT17CVC382

DATA DA ATA: 26/10/2017

PAL: 0009/2017 - CVC

EDITAL: 0009/2017 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta. Item-Quant: 25-6; 28-6; 31-6; 32-16; 34-40; 36-20; 37-6; 38-4; 40-20

Coronel Freitas (SC), quinta-feira, 26 de outubro de 2017

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA

DIRETORA EXECUTIVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

ATA: AT17CVC383

DATA DA ATA: 26/10/2017

PAL: 0009/2017 - CVC

EDITAL: 0009/2017 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta. Item-Quant: 1-100; 2-40; 4-20; 7-2; 8-2; 10-2; 13-2; 14-20; 16-20; 17-100; 20-30; 21-20; 23-100; 25-20; 27-20; 28-30; 29-10; 30-10; 31-30; 32-50; 33-10; 34-100; 35-15; 36-30; 37-15; 38-10; 39-10; 40-15; 41-10; 43-20; 44-10

Coronel Freitas (SC), quinta-feira, 26 de outubro de 2017

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA

DIRETORA EXECUTIVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

EXTRATO CONTRATUAL

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

ATA: AT17CVC384

DATA DA ATA: 26/10/2017

PAL: 0009/2017 - CVC

EDITAL: 0009/2017 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO

DE FORMOSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.
Item-Quant: 1-500; 3-50; 11-2; 17-120; 23-30; 25-15; 27-20; 28-5; 31-20; 32-100; 40-30; 41-2

Coronel Freitas (SC), quinta-feira, 26 de outubro de 2017
SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA
DIRETORA EXECUTIVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
EXTRATO CONTRATUAL
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)
ATA: AT17CVC385
DATA DA ATA: 26/10/2017
PAL: 0009/2017 - CVC
EDITAL: 0009/2017 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.
Item-Quant: 10-5; 27-20; 28-20; 31-16; 32-20; 34-40; 37-20; 40-50; 45-20

Coronel Freitas (SC), quinta-feira, 26 de outubro de 2017
SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA
DIRETORA EXECUTIVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
EXTRATO CONTRATUAL
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE QUILOMBO
FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)
ATA: AT17CVC386
DATA DA ATA: 26/10/2017
PAL: 0009/2017 - CVC
EDITAL: 0009/2017 - CVC

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS , para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC: MUNICÍPIO DE QUILOMBO , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.
Item-Quant: 1-10; 2-5; 10-1; 11-3; 23-20; 25-10; 28-10; 31-15; 32-50; 36-8; 37-15; 38-40; 40-15

Coronel Freitas (SC), quinta-feira, 26 de outubro de 2017
SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA
DIRETORA EXECUTIVA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 009/2017

Publicação Nº 1412432



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000
 Fone: (49) 3347-0819

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Pregoeiro, Sr. Flavia Rolim de Moura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nr. 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação acima mencionada, nos seguintes termos:

01 - Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

Processo Nº: 0009/2017 - CVC
 Licitação Nº: 0009/2017 - CVC
 Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
 Data de Adjudicação: 26/10/2017
 Objeto da Licitação: LUBRIFICANTES E CORRELATOS

AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
1	ADITIVOS PARA O LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO (SOLÚVEIS EM ÁGUA) SEM PROTEÇÃO ANTI-CONGELANTE - EMBALAGEM 1 LITRO	UNIDADE	610,00	12,25	7.472,50
2	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 500ML	UNIDADE	45,00	16,50	742,50
3	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 200ML	UNIDADE	50,00	9,70	485,00
4	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍCIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 18KG	UNIDADE	20,00	488,00	9.760,00
7	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍCIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 180KG	UNIDADE	2,00	4.870,00	9.740,00
8	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍCIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	UNIDADE	4,00	475,00	1.900,00
10	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍCIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 180 KG	UNIDADE	8,00	5.160,00	41.280,00
11	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍCIO, ADITIVO MOS2 - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	UNIDADE	5,00	489,00	2.445,00
13	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍCIO, ADITIVO MOS2- VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 180 KG	UNIDADE	2,00	4.590,00	9.180,00
14	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 20W50 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	UNIDADE	60,00	12,35	741,00
16	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 25W60 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	UNIDADE	20,00	39,00	780,00
17	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO SAE 5W30 API - SN, PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS - EMBALAGENS 1 LT.	UNIDADE	244,00	22,75	5.551,00
20	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISINTÉTICO 15W40, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	UNIDADE	30,00	17,90	537,00
21	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISINTÉTICO 20W50, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	UNIDADE	20,00	162,00	3.240,00
23	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO 15W40, API CI-4/SL, PARA MOTOR DIESEL 4 TEMPOS ELETRÔNICO. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	190,00	189,00	35.910,00
25	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 85W140, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	51,00	274,00	13.974,00
27	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 80W, API GL-4. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	60,00	258,00	15.480,00
28	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 90, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	91,00	257,00	23.387,00
29	ÓLEO LUBRIFICANTES PARA MANCAIS INDUSTRIAIS E SISTEMA DE CIRCULAÇÃO QUE POSSUI ADITIVAÇÃO EP. ATENDAM AS RECOMENDAÇÕES MORGAN CONSTRUCTION COMPANY. NORMA DIN 51517-1 TIPO C E 51517-2 - TIPO CL	UNIDADE	10,00	378,00	3.780,00

Página 1 de 2



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000
 Fone: (49) 3347-0819

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

30	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 32 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	10,00	311,45	3.114,50
31	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 46 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	107,00	281,00	30.067,00
32	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 68 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	256,00	290,00	74.240,00
33	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 100 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	10,00	318,00	3.180,00
34	ÓLEO LUBRIFICANTES MULTIVISCOSO PARA MOTORES A DIESEL SAE 15W40 API CI -4 APROVAÇÃO CATERPILLAR: ECF2, ECF 1; MAN: M3275; MB: 228.3; VOLVO: VDS 3; CUMMINS: CES 20078, 77,76,75, 72,71 - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	220,00	196,00	43.120,00
35	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E EIXO DIFERENCIAL - 100% SINTÉTICO SAE 75W90, API GL-5, ATENDA AS ESPECIFICAÇÃO: VOLVO 97312, SAE J2360, MAN 342 TIPO S1, SCANIA STO 1:0, DAF, IVECO EXTENDED DRAIN	UNIDADE	15,00	1.120,00	16.800,00
36	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 10W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	58,00	310,00	17.980,00
37	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 30W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	56,00	428,00	23.968,00
38	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 50W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	54,00	439,00	23.706,00
39	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO DE ENGENHAGEM E DIFERENCIAL COM CARGA MODERADA, SAE 80W90. APROVAÇÕES: MERCEDES BENZ 235.6, ZF TE - ML 05A, 07A, 16C, 17B, 19B 21A	UNIDADE	10,00	350,00	3.500,00
40	ÓLEO LUBRIFICANTE P/TRANSMISSÃO E HIDRÁULICO DE TRATORES UNIVERSAL SAE 10W30, API: GL-4 APROVAÇÃO: CAIXA NEW HOLLAND MAT 3525, M2C 134 A-D, FNHA-2, D.201.00; JOHN DEERE JDM-J20C; MASSEY FERGUSON M1143, M1145; KOMATSU, CATERPILLAR; CLACK; CASE MS 1207,1209 OU 1210 - BALDE 20LTS	UNIDADE	170,00	372,78	63.372,60
41	ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A, COM ESPECIFICAÇÃO GM DEXRON III E FORD MERCON, PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CAIXAS DE TRANSMISSÃO ALLISON. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	12,00	299,00	3.588,00
43	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGENHAGENS E CAIXAS REDUTORAS, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 140 E CLASSIFICAÇÃO API GL 5 E MIL-L-2105D. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	20,00	271,45	5.429,00
44	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, MONOVISCOSO, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 40, CLASSIFICAÇÃO API SF OU SUPERIOR. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	10,00	208,00	2.080,00
45	FLUIDO DE FREIO DOT 3 -EMBALAGEM 500ML	UN	20,00	9,98	199,60
Total do Fornecedor:					500.729,70
Total Geral:					500.729,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 009/2017

Publicação Nº 1412430



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000
 Fone: (49) 3347-0819

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O DIRETORA EXECUTIVA do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Sr. SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nr. 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação acima mencionada, nos seguintes termos:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

Processo Nº: 0009/2017 - CVC
 Licitação Nº: 0009/2017 - CVC
 Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
 Data de Homologação: 26/10/2017
 Objeto da Licitação: LUBRIFICANTES E CORRELATOS

AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (FILIAL 05)

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Total Item
1	ADITIVOS PARA O LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO (SOLÚVEIS EM ÁGUA) SEM PROTEÇÃO ANTI-CONGELANTE - EMBALAGEM 1 LITRO	UNIDADE	610,00	12,25	7.472,50
2	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 500ML	UNIDADE	45,00	16,50	742,50
3	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 200ML	UNIDADE	50,00	9,70	485,00
4	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 18KG	UNIDADE	20,00	488,00	9.760,00
7	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 180KG	UNIDADE	2,00	4.870,00	9.740,00
8	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	UNIDADE	4,00	475,00	1.900,00
10	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 180 KG	UNIDADE	8,00	5.160,00	41.280,00
11	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, ADITIVO MOS2 - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	UNIDADE	5,00	489,00	2.445,00
13	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, ADITIVO MOS2 - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 180 KG	UNIDADE	2,00	4.590,00	9.180,00
14	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 20W50 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	UNIDADE	60,00	12,35	741,00
16	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 25W60 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	UNIDADE	20,00	39,00	780,00
17	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO SAE 5W30 API - SN, PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS - EMBALAGENS 1 LT.	UNIDADE	244,00	22,75	5.551,00
20	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISINTÉTICO 15W40, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	UNIDADE	30,00	17,90	537,00
21	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISINTÉTICO 20W50, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	UNIDADE	20,00	162,00	3.240,00
23	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO 15W40, API CI-4/SL, PARA MOTOR DIESEL 4 TEMPOS ELETRÔNICO. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	190,00	189,00	35.910,00
25	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 85W140, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	51,00	274,00	13.974,00
27	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 80W, API GL-4. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	60,00	258,00	15.480,00
28	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 90, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	UNIDADE	91,00	257,00	23.387,00

Página 1 de 2



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
 AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO
 CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000
 Fone: (49) 3347-0819

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

29	ÓLEO LUBRIFICANTES PARA MANCAIS INDUSTRIAIS E SISTEMA DE CIRCULAÇÃO QUE POSSUI ADITIVAÇÃO EP. ATENDAM AS RECOMENDAÇÕES MORGAN CONSTRUCTION COMPANY. NORMA DIN 51517-1 TIPO C E 51517-2 - TIPO CL	UNIDADE	10,00	378,00	3.780,00
30	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 32 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	10,00	311,45	3.114,50
31	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 46 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	107,00	281,00	30.067,00
32	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 68 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	256,00	290,00	74.240,00
33	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 100 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	UNIDADE	10,00	318,00	3.180,00
34	ÓLEO LUBRIFICANTES MULTIVISCOSO PARA MOTORES A DIESEL SAE 15W40 API CI -4 APROVAÇÃO CATERPILLAR: ECF2, ECF 1; MAN: M3275; MB: 228.3; VOLVO: VDS 3; CUMMINS: CES 20078, 77,76,75, 72,71 - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	220,00	196,00	43.120,00
35	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E EIXO DIFERENCIAL - 100% SINTÉTICO SAE 75W90, API GL-5, ATENDA AS ESPECIFICAÇÃO: VOLVO 97312, SAE J2360, MAN 342 TIPO S1, SCANIA STO 1:0, DAF, IVECO EXTENDED DRAIN	UNIDADE	15,00	1.120,00	16.800,00
36	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 10W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	58,00	310,00	17.980,00
37	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 30W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	56,00	428,00	23.968,00
38	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 50W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	54,00	439,00	23.706,00
39	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO DE ENGRENAGEM E DIFERENCIAL COM CARGA MODERADA, SAE 80W90. APROVAÇÕES: MERCEDES BENZ 235.6, ZF TE - ML 05A, 07A, 16C, 17B, 19B 21A	UNIDADE	10,00	350,00	3.500,00
40	ÓLEO LUBRIFICANTE P/TRANSMISSÃO E HIDRÁULICO DE TRATORES UNIVERSAL SAE 10W30, API: GL-4 APROVAÇÃO: CAIXA NEW HOLLAND MAT 3525, M2C 134 A-D, FNHA-2, D.201.00; JOHN DEERE JDM-J20C; MASSEY FERGUSON M1143, M1145; KOMATSU, CATERPILLAR; CLACK; CASE MS 1207,1209 OU 1210 - BALDE 20LTS	UNIDADE	170,00	372,78	63.372,60
41	ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A, COM ESPECIFICAÇÃO GM DEXRON III E FORD MERCON, PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CAIXAS DE TRANSMISSÃO ALLISON. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	12,00	299,00	3.588,00
43	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS E CAIXAS REDUTORAS, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 140 E CLASSIFICAÇÃO API GL 5 E MIL-L-2105D. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	20,00	271,45	5.429,00
44	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, MONOVISCOSO, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 40, CLASSIFICAÇÃO API SF OU SUPERIOR. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	10,00	208,00	2.080,00
45	FLUIDO DE FREIO DOT 3 - EMBALAGEM 500ML	UN	20,00	9,98	199,60
Total do Fornecedor:					500.729,70
Total Geral:					500.729,70

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA
 DIRETORA EXECUTIVA